

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ELIAQUIM TIMÓTEO DA CUNHA

O FETICHISMO DA FRONTEIRA

A formação de Rondônia na Amazônia Brasileira

Manaus
2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ELIAQUIM TIMÓTEO DA CUNHA

O FETICHISMO DA FRONTEIRA

A formação de Rondônia na Amazônia Brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social na área de concentração de Ciências Humanas.

Orientador. Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho

Manaus
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C972f Cunha, Eliaquim Timóteo da
O fetichismo da fronteira : a formação de Rondônia na Amazônia brasileira / Eliaquim Timóteo da Cunha . 2024
343 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: João Pacheco de Oliveira Filho
Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Colonização. 3. Fetichismo. 4. Fronteira. 5. Rondônia. I. Oliveira Filho, João Pacheco de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ELIAQUIM TIMÓTEO DA CUNHA

O FETICHISMO DA FRONTEIRA
A formação de Rondônia na Amazônia Brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social na área de concentração de Ciências Humanas.

Aprovado em 06 de fevereiro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira Filho – PPGAS/UFAM - (Presidente)

Prof. Dr. Raimundo Nonato – PPGAS/UFAM - (Membro Interno)

Profa. Dra. Maria Helena Ortolan – PPGAS/UFAM (Membro Interno)

Profa. Dra. Thereza Menezes – CPDA/UFRJ - (Membro Externo)

Profa. Dra. Lilian Maria Moser – PPGHAM/UNIR (Membro Externo)

Profa. Dra. Patrícia Maria Portela Nunes – UEMA - Suplente (Membro Externo)

Profa. Dra. Ana Carla dos Santos Bruno – PPGAS/UFAM - Suplente (Membro Interno)

AGRADECIMENTO

Optarei por brevidade nestes agradecimentos, pois ao longo deste trabalho já mencionei e referenciei as pessoas que contribuíram significativamente para sua realização. No entanto, gostaria de destacar aqui algumas que tiveram um papel mais direto, seja na avaliação acadêmica ou no suporte ao trabalho de campo.

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão ao professor João, pela confiança depositada em meu trabalho e pelas valiosas leituras compartilhadas.

Dirijo meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para esta trajetória. Sou imensamente grato aos amigos que me auxiliaram no trabalho de campo, bem como às professoras e professores que enriqueceram minha jornada com suas experiências e ensinamentos durante as entrevistas, e pela generosa cessão de documentos e livros. Agradeço também pelo suporte logístico de todos os amigos e amigas, com destaque especial para aqueles que tornaram viável o trabalho em campo em Porto Velho: Inara, Betânia, Josué, Gracinha, Nilson, Marco Teixeira, Ednaldo, Ari, Lílian, Rafael Ademir, além de Rafael Andrade, Rodrigo e Felipe ao longo das disciplinas.

Estendo minha gratidão aos agricultores, servidores públicos e ativistas, interlocutores valiosos de quem tanto aprendi e que me acolheram calorosamente.

Por fim, expresso minha profunda gratidão a Lilian, minha companheira, que esteve ao meu lado nas etapas finais deste trabalho, sempre interessada e atenta às minhas explanações sobre as fronteiras e leituras antropológicas.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o processo de formação de Rondônia, destacando as representações de fronteiras e de colonizações utilizadas desde as colônias portuguesas em confronto com as espanholas, passando pelas missões católicas, mineração, postos indígenas tutelados pelo SPI, até chegar à colonização do INCRA, um tipo de tutela da reforma agrária. Paralelamente, houve demarcações de Terras Indígenas e a chegada de projetos que propunham melhorias e ordenamentos das ocupações e usos das matérias-primas, acompanhando novas concepções capitalistas que introduzem as ideias de desenvolvimento, controlando assim os “avanços desenfreados” da “colonização recente”. O estudo prioriza duas grandes “zonas de fronteira”. A primeira é fluvial, formada pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e seus afluentes. A outra é terrestre e diz respeito ao acesso entre o centro-oeste e o Amazonas por meio da estrada iniciada pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (1906 a 1909), que foi referência para a construção da estrada de rodagem BR 29, atual BR 364. Na literatura acadêmica sobre o tema, é comum encontrar representações dessa conjuntura, denominando-a como “colonização recente”, também chamada de “fronteira agrícola” pelas políticas públicas, tendo a BR 364 como referência para os Projetos de Incentivo à Colonização. Em um cenário mais amplo, esse processo, além de Rondônia, alcançou Mato Grosso e Pará, sendo chamado de “frente de expansão”. Nessa nova “zona de fronteira”, além da mineração, duas agências se destacaram nesse processo: a FUNAI e o INCRA. Criadas entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, elas foram designadas para serem especialistas em demarcação de territórios e exploração de seus recursos, com controle da ocupação e circulação de populações específicas, como, por exemplo, famílias agricultoras e povos indígenas. O fetichismo da fronteira é um instrumento de dominação, pois, em conjunturas nas quais a fronteira é tratada exclusivamente como um elemento natural e território disponível à ocupação, ocultam-se as relações sociais, os conflitos e a exploração da mão de obra usados nesse processo. Desta forma, a pesquisa demonstra que o fetichismo da fronteira é formado pelas interseções entre o capitalismo, a violência e a representação social que dá sustentação à colonização.

Palavras-chave: Amazônia. Colonização. Fetichismo. Fronteira. Rondônia.

ABSTRACT

This research focuses on the process of the formation of Rondônia, highlighting the representations of frontiers and colonization used since the Portuguese colonies in confrontation with the Spanish ones, through Catholic missions, mining, indigenous posts tutored by SPI, up to the colonization by INCRA, a type of agrarian reform tutelage. Parallel to this, there were demarcations of Indigenous Lands and the arrival of projects that proposed improvements and regulations for occupations and the use of raw materials, following new capitalist concepts that introduced development ideas, thus controlling the "unchecked advances" of the "recent colonization". The study prioritizes two major "frontier zones". The first is fluvial, formed by the Guaporé, Mamoré, Madeira rivers, and their tributaries. The other is terrestrial and concerns the access between the Midwest and the Amazon through the road initiated by the Strategic Telegraph Lines Commission from Mato Grosso to the Amazon (1906 to 1909), which was a reference for the construction of the BR 29 highway, currently BR 364. In the academic literature on the subject, it is common to find representations of this conjuncture, denominating it as "recent colonization", also called "agricultural frontier" by public policies, having the BR 364 as a reference for Colonization Incentive Projects. In a broader scenario, this process, besides Rondônia, also reached Mato Grosso and Pará, being called the "expansion front". In this new "frontier zone," besides mining, two agencies stood out in this process: FUNAI and INCRA. Created between the late 1960s and early 1970s, they were designated to be specialists in territory demarcation and resource exploitation, with control over the occupation and circulation of specific populations, such as farming families and indigenous peoples. The fetishism of the frontier is an instrument of domination, as in situations where the frontier is treated exclusively as a natural element and territory available for occupation, the social relations, conflicts, and labor exploitation used in this process are concealed. Thus, the research demonstrates that the fetishism of the frontier is formed by the intersections between capitalism, violence, and the social representation that supports colonization.

Keywords: Amazon. Colonization. Fetishism. Frontier. Rondônia.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPUH - Associação Nacional de História
BASA - Banco da Amazônia S/A
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDEAMPRO - Centro de Documentação e Estudos Avançados sobre Memória e Patrimônio de Rondônia
CDH-TJ - Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia
CNPI – Nacional de Proteção aos Índios
CME - Coordenação de Mobilização Econômica
CPDA/UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral
DPT - Diretoria de Proteção Territorial
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EFMM - Estrada de Ferro Madeira Mamoré
FBC - Fundação Brasil Central
FBN - Fundação Biblioteca Nacional
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNDACENTRO - Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia
GERA - Grupo Executivo da Reforma Agrária
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IFRR - Instituto Federal de Roraima
IIRSA – Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IR - Inspetorias Regionais
ISBN - International Standard Book Number
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MERO - Museu Estadual da Memória Rondoniense
NDDPT - Núcleo de Documentação da Diretoria de Proteção Territorial
NUBARQ - Núcleo de Biblioteca e Arquivo
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OSGeo - Open Source Geospatial Foundation
PAD - Projetos de Assentamentos Dirigidos
PIBIC - Programa de Iniciação Científica
PIC - Projetos de Incentivos a Colonização
PLANAFLORO - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PPGAS/UFAM - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas
PSD - Partido Social Democrático
RAISG - Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
RBG - Revista Brasileira de Geografia

RFPB - Real Forte Príncipe da Beira
RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SGB - Sistema Geodésico Brasileiro
SGB/CPRM - Serviço Geológico do Brasil
SIC - Serviço de Informações ao Cidadão
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SPI - Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPVEA - Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUVALE - Comissão do Vale do São Francisco
TI - Terras Indígenas
TIFF - Tagged Image File Format
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UNIR - Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diplomacia e fronteira colonial (séculos XVI - XVIII)	144
Tabela 2 - População espanhola nas províncias mais próximas com a capitania de Mato Grosso.....	150
Tabela 3 - Estimativas das ocupações espanholas nas províncias fronteiriças com o Brasil no final do século XVIII.....	151
Tabela 4 - Missões Católicas no rio Madeira (1699-1799)	160
Tabela 5 - Fortificações na Amazônia	170
Tabela 6 - Estradas de rodagem.....	248
Tabela 7 - Área e famílias assentadas nos projetos de colonização (1978).....	267
Tabela 8 - Crescimento demográfico do Brasil e Rondônia (1950-2022).....	268
Tabela 9 - Empresas colonizadoras	275

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Rondônia - província antropogeográfica	21
Figura 2 - Primeira Zona de Fronteira	22
Figura 3 - Ferrovia, Linhas Telegráficas e Postos Indígenas	23
Figura 4 - Divisão Regional do Brasil 1940 e 1945	85
Figura 5 - Getúlio anuncia a criação dos territórios federais.....	106
Figura 6 - Capitania de Mato Grosso.....	120
Figura 7 - Região patrulhada por Ricardo Franco	148
Figura 8 - Cartografia de Ricardo Franco 1777.....	150
Figura 9 - Demonstrativa dos acessos terrestres entre as capitanias no século XVIII	153
Figura 10 - Plano da capital de Vila Bela do Mato Grosso	164
Figura 11 - Produção de ouro no século XVIII	167
Figura 12 - Real Forte Príncipe da Beira.....	171
Figura 13 - Trajeto da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	177
Figura 14 - Estrada de seringas.....	178
Figura 15 - Cadeia de Aviamento do Século XIX.....	180
Figura 16 - Trajeto entre Santo Antônio e Guajará-Mirim.....	183
Figura 17 - Trajeto da Linha Telegráfica MT –AM	199
Figura 18 -- Área de ação do SPI em 1936	226
Figura 19 - Principais estradas de rodagem na Amazônia.....	249
Figura 20 - Zona prioritária de colonização	254
Figura 21 - Localização dos seringais em 1971	256
Figura 22 - Seringais e sobreposição com INCRA	257
Figura 23 - Localização do PAD Burareiro junto a Terra Indígena Uru-eu-Wau-Wau	260
Figura 24 - Localização das áreas de colonização em Rondônia	267
Figura 25 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas	295
Figura 26 - Amazônia Legal – divisão do Bioma e Administração política	312

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Zonas de fronteira	14
CAPÍTULO 1	24
TRABALHO DE CAMPO	24
Materiais, métodos e alcances desta pesquisa	24
“Já procurou na internet?”	29
Narrativas e documentos	32
Antropologia e história: um <i>crossover</i> necessário	38
Considerações	45
CAPÍTULO 2	47
O FETICHISMO DA FRONTEIRA	47
A modernidade da fronteira final	47
Fetichismo da Fronteira	50
Fronteira aberta	57
Ameaças, protegidos e protetores	61
Antropologia do poder	63
Considerações	71
CAPÍTULO 3	73
RONDÔNIA, NEM SEMPRE FOI RONDÔNIA	73
Ocupação humana	73
Rondônia escrita por Roquette-Pinto	79
Edições do autor	87
Pioneiros e suas historiografias	95
Universidade, mão de obra e intelectualidade	113
Produção de invisibilidades	115
Considerações	117
CAPÍTULO 4	119
ANTROPOLOGIA DAS EXPEDIÇÕES	119
Antropologia das Expedições	119
Atualizações das bandeiras	123
Protagonismo dos rios	125
Guerra de conquista	129
Alteridade e violência	132
O encontro com as Amazonas	134
Rio Guaporé, fronteira e conquista	139
Rio Madeira, fronteira e conquista	145
A construção portuguesa da fronteira	146
Considerações	156
CAPÍTULO 5	158
MONUMENTOS DE FRONTEIRA	158
Vista Bela da Santíssima Trindade	162
Real Forte Príncipe da Beira	165
Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – EFMM	174
CAPÍTULO 6	191

CONQUISTAS NACIONAIS	191
SPI em Rondônia: a proteção que gerou conflito.....	201
Uma nova fronteira	231
Considerações	235
CAPÍTULO 7	239
COLONIZAÇÃO NO CABO DA ENXADA	239
INCRA	258
FUNAI.....	290
Considerações	298
CAPÍTULO 8	302
DA COLONIZAÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO	302
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	318
REFERÊNCIAS	325

INTRODUÇÃO

Zonas de fronteira

Caso a expansão do capitalismo na Amazônia fosse representada por um poema, a violência seria seu refrão. Ao tratar desse tema, a fronteira assume a cena. Fronteira não é somente uma zona de guerra; ela é o próprio capital da guerra. Para além do mercado de bens simbólicos, a fronteira abriga o mercado de bens belicosos. As práticas de expansão permanente das fronteiras são ações de guerra de conquista, ou seja, a guerra de conquista não foi somente uma fase inicial da colonização europeia sob o “novo continente”. A guerra de conquista é um fator *sine qua non* para a manutenção permanente de um território na condição de fronteira.

Fronteira e colonização fazem parte de ideias e ideais que passaram por mudanças e orientaram diferentes processos históricos dentro do modo de produção capitalista, complementando-se mutuamente. Elas se assemelham a estrelas binárias, que compartilham e disputam campos gravitacionais enquanto orbitam uma à outra. No entanto, essas não compõem apenas o imaginário social; são também ações concretas que causam transformações sociais e ambientais no cotidiano, afetando a vida urbana, rural e até mesmo em “territórios ainda não explorados”.

As noções de fronteira e colonização são empregadas como ferramentas interpretativas para desvelar o processo de formação do estado de Rondônia. Esses elementos servem como indicadores para avaliar as implicações da consolidação do sistema capitalista na “região amazônica”. No entanto, é importante compreender que os significados e representações não se limitam ao domínio das ideias; as formulações simbólicas também exercem uma influência direta sobre as relações objetivas que permeiam o cotidiano e influenciam práticas sociais.

O fetichismo da fronteira serve como um instrumento de dominação, pois nas conjunturas em que a fronteira é vista exclusivamente como um elemento natural e território disponível para ocupação, as relações sociais, os conflitos e a exploração da mão de obra envolvidos nesse processo ficam ocultados. O objetivo deste estudo é compreender a trajetória das classificações de fronteira e colonização em diversos contextos, tanto como conceitos científicos quanto expressões políticas. Para isso, o foco é a produção de conhecimentos sobre essas duas categorias direcionadas ao território que hoje corresponde ao estado de Rondônia,

o único estado brasileiro que leva o nome de um brasileiro: Cândido Mariano da Silva Rondon.

Durante o processo de colonização ocidental, com um foco especial em Rondônia, é possível identificar quatro conjunturas decisivas para definir as modalidades de fronteira. Essas conjunturas representam os deslocamentos nas zonas prioritárias da fronteira, que não apenas definem as fronteiras geográficas e políticas, mas também marcam de forma significativa o processo que constitui o cerne desta pesquisa. A seguir, ao final desta introdução, apresentamos alguns mapas que identificam as zonas de fronteira na formação de Rondônia. Estes mapas reúnem monumentos e eventos que ilustram os deslocamentos das áreas que, em seus respectivos contextos, foram utilizadas como zonas de fronteira.

Esta pesquisa resulta de leituras antropológicas sobre eventos e representações no processo de formação de Rondônia, que por sua vez é um tipo de processo de formação de fronteira. Esse processo é entendido a partir da noção de “fronteira aberta” proposta por Otávio Velho (2009), este trabalho destaca a contínua condição de Rondônia como tal. A teoria sobre fronteira que orientada o estudo foi desenvolvida por Pacheco de Oliveira (2016 e 2021). Ao olhar para Rondônia não como um caso isolado, mas como um ponto de referência dentro do contexto mais amplo da Amazônia Brasileira, a pesquisa compreende as dinâmicas subjacentes que moldam a formação desta região.

Podemos inferir que, no trabalho de Otávio Velho (2009), há uma crítica à noção de fronteira definida como locais onde indivíduos frequentemente percebem substanciais oportunidades econômicas e pessoais. Essa percepção deve-se, em grande parte, à convicção de que há menos regulamentação e mais liberdade para alcançar objetivos pessoais do que em outros contextos. Notadamente, esse entendimento pode ser relacionado, por exemplo, aos garimpos ilegais e ao desmatamento na Amazônia, atividades que muitas vezes ocorrem em áreas de fronteira (na perspectiva da defesa nacional), terras indígenas e regiões de difícil acesso, promovendo maiores dificuldades nas fiscalizações. Exemplo disso são os casos de queimadas em Roraima no ano de 2024.

As considerações sobre a fronteira aberta são revisitadas em outro trabalho realizado por Pacheco de Oliveira, que, ao estudar o seringal na Amazônia, descreveu-o como “um mecanismo de ocupação de novas terras e de sua incorporação” (2016, p. 118). Nessa direção, ele definiu a fronteira como “construção social e ferramenta de análise, e não apenas como um dado ambiental ou jurídico-político”, destacando o mercado mundial como o fator dinâmico a promover mudanças nas formas de fronteira (2016, p. 35). Pacheco de Oliveira (2021) também esclarece que “a fronteira não beneficia centralmente setores marginalizados

da sociedade; sobretudo, ela atende aos interesses econômicos associados aos que controlam o aparelho de Estado” (p. 17). Nesse contexto, emergem redes complexas e por vezes paradoxais, e a pesquisa revela a construção das invisibilidades de determinadas unidades sociais. Estão em foco as representações e memórias de agricultores, garimpeiros, latifundiários, madeireiros, pequenos e grandes comerciantes, políticos, povos indígenas¹, quilombolas², seringalistas, seringueiros, servidores públicos e trabalhadores, entre outras categorias.

Pacheco de Oliveira (2016) propôs oito principais elementos para construir uma descrição da formação de determinada fronteira. De forma resumida, em suas palavras:

(a) a fronteira é “forma de propor uma investigação”; (b) “um mecanismo que correlacione de forma regular e complementar diferentes partes de uma totalidade”; (c) essas partes “não podem ser concebidas como modelos universais e genéricos”; (d) “desautorizar a crença de que as partes que compõem essa totalidade estejam dotadas naturalmente de características complementares”; (e) formação de “de mão de obra excessiva face dos recursos de subsistência ali disponíveis”; (f) “controle sobre a mão de obra que impeça que cada trabalhador venha a se estabelecer como produtor independente”; (g) “a fronteira supõe determinadas formulações ideológicas, e se traduz em um processo de reorganização social” e (h) a oitava característica é além das “condições econômicas e políticas” deve-se incluir “o conjunto de agentes e de atividades por meio das quais tais partes são concretamente interligadas” (2016, p. 125-129).

Os trabalhos de Pacheco de Oliveira (2016 e 2021) oferecem uma interpretação inovadora do conceito de fronteira como recurso metodológico dentro da antropologia, ampliando a compreensão além das noções convencionais de fronteiras como somente delimitações geográficas ou políticas. Em sua abordagem, a fronteira é evidenciada como uma confluência de agências e dinâmicas que desempenham um papel decisivo na formação de identidades, na estruturação da organização social e na articulação das relações de poder, revelando sua influência abrangente e significativa nos contextos nos quais está inserida.

¹ No decorrer deste trabalho, emprego o termo “povo” conforme definido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, uma escolha motivada pelo fato de várias organizações se autodenominarem nessa categoria. Tomei e Sewpston (1999, p. 29) descrevem o processo de revisão terminológica da OIT, que durou três anos e culminou na substituição do termo “populações” por “povos” na Convenção 107. Eles relatam que a escolha do termo “povos” emergiu após extensas discussões e consultas, tanto em reuniões quanto fora delas, refletindo o reconhecimento de sociedades organizadas com identidades próprias, ao invés de meros agrupamentos de indivíduos unidos por algumas características raciais ou culturais. Para uma análise das discussões acerca dos termos “povo” e “populações”, recomenda-se a consulta a Almeida (2008, p. 49), que examina criticamente seus usos.

² “Quilombo não pode ser considerado como um conceito cristalizado, nem tampouco uma noção fóssea mergulhada numa impossibilidade de compreensão. Os positivistas acusam os que chamam a atenção para o caráter dinâmico da categoria quilombo de forçarem o problema e retirarem a condição de “escravos fugidos” do significado “original”. Este livro consiste, portanto, num convite a uma dupla reflexão crítica seja quanto a conceituação, seja quanto a aplicação dos dispositivos jurídicos, classificando os quilombolas nos termos da Convenção 169 como comunidades e povos tradicionais” (Almeida, 2011, p. 14).

Portanto, entendo a formação de Rondônia a partir de uma perspectiva que enfatiza a necessidade de interpretar um conjunto de elementos, incluindo as memórias coletivas e as práticas discursivas que contribuíram para a formação do estado nacional brasileiro. Central para essa compreensão é o papel da exploração capitalista na configuração das relações sociais. Rondônia, assim, não é apenas um recorte geográfico; é um exemplo emblemático do impacto das dinâmicas capitalistas.

Neste processo, foram estabelecidas diversas instituições e agências especializadas na categorização de territórios e grupos sociais, abordando também as formas específicas de exploração, tanto de recursos naturais quanto de mão de obra. Assim, a formação de Rondônia serve como um ponto de referência relevante para a compreensão comparativa da expansão capitalista e da ocupação ocidental na região da Amazônia.

A memória, como campo de estudo, é multifacetada e tem sido explorada por diversos acadêmicos influentes. Entre eles, Henri Bergson (1999), Jacques Le Goff (1990), Maurice Halbwachs (1990), Michael Polk (1992), Pierre Nora (1993), Jones Fabian (2006) e Ecléa Bosi (1994 e 2003) se destacam por suas contribuições significativas à compreensão da memória como uma construção social complexa, demonstrando que ela transcende a simples recordação de fatos passados.

Esses estudos avaliam a memória não como um depósito estático de dados, mas como um processo dinâmico de construção e reconstrução do passado, influenciado por fatores sociais, culturais e políticos. A título de exemplo, Marcel Proust (2006), em sua obra “Em busca do tempo perdido”, publicada entre 1913 e 1927, ilustra como as memórias pessoais são reconstruídas através das experiências vividas. Maurice Halbwachs introduziu o conceito de memória coletiva em 1990, definindo-a como a maneira pela qual grupos sociais criam e mantêm uma versão compartilhada do passado. Pierre Nora, em 1993, explorou os “lugares de memória”, que são espaços físicos ou simbólicos onde a memória coletiva se cristaliza.

Pacheco de Oliveira (2016) destaca que a memória é tecida pelos atores sociais em diferentes situações, carregando significados que são influenciados por usos e contextos anteriores. Isso ressalta a natureza dinâmica da memória, que está constantemente em fluxo e é reconfigurada à medida que é invocada e utilizada no presente.

A autoridade para falar sobre eventos, monumentos ou populações varia amplamente, desde discursos científicos até relatos pessoais e nostálgicos. As comunidades nas redes sociais que compartilham fotos e histórias sobre a Estrada de Ferro Madeira Mamoré – EFMM, por exemplo, estão participando ativamente na construção da memória coletiva, moldando como a ferrovia é lembrada e significada no presente.

A partir desse aspecto antropológico, avaliam-se as unidades sociais envolvidas, construídas, silenciadas e destruídas nos percursos das colonizações na Amazônia. Ações de agentes em nome de instituições governamentais e de exploração econômica que participaram predominantemente de transformações nas políticas de ocupação territorial. Por isso, faz-se necessário transitar metodologicamente entre as relações objetivas do cotidiano e as representações sociais para compreender de quais maneiras Rondônia foi ocupada de forma permanente como uma fronteira a ser constantemente conquistada.

É relevante considerar a noção de “região”, seus grupos e conflitos, conforme as definições de Pierre Bourdieu (1989), que afirma que a região é um objeto de disputa entre cientistas de várias disciplinas. Não apenas os geógrafos, que, por lidarem com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo, economistas e sociólogos, especialmente desde que surgiram políticas de “regionalização” e movimentos “regionalistas” (Bourdieu, 1989, p. 118). Segundo Bourdieu, a dimensão discursiva é uma síntese das práticas sociais; portanto, a construção de uma região resulta de conflitos entre classes sociais, grupos étnicos e outras agências, que constantemente reconfiguram a própria noção de região.

Continuando, Bourdieu explica que a noção de “região” é frequentemente moldada pela sua relação com um centro dominante, caracterizado não por uma distância geográfica, mas por uma maior concentração de recursos econômicos e simbólicos. Nas palavras do sociólogo argelino: “se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao centro, ou seja, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência” (Bourdieu, 1989, p. 126).

Assim, a região é frequentemente estigmatizada e definida com base na falta de acesso a esses recursos que estão concentrados na capital ou no centro. Nesse contexto, a região precisa reivindicar sua própria existência como uma entidade distinta e legítima. Em resumo, essa explicação destaca como a percepção e a definição de uma região são influenciadas pela desigualdade de recursos em relação ao centro dominante.

Apesar das transformações nos tipos de ocupação territorial, povoamento e exploração de recursos naturais que ocorreram ao longo desse processo aqui estudado, as conceituações de fronteira e colonização mantiveram certa continuidade, embora tenham sofrido ajustes retóricos para se adaptarem a essas mudanças. Esse percurso ilustra a complexidade das representações, destacando a interconexão entre elementos políticos, territoriais e culturais que moldam a região.

Nos próximos capítulos, segue a descrição da evolução das classificações referentes à fronteira e à colonização, identificando as dinâmicas de alteridade, violência e relações de poder envolvidas nesse processo. Adotando uma abordagem crítica e antropológica, o território é compreendido não apenas como uma entidade física ou geográfica, mas também como um espaço de natureza social, emocional, afetiva e simbólica, desempenhando um papel fundamental nas disputas de poder.

De forma geral, na quadra historiográfica, os quatro principais deslocamentos das zonas prioritárias de fronteira ocorrem dos séculos XVI ao XX. O primeiro desses momentos é caracterizado pela centralidade dos rios como protagonistas na definição das fronteiras. Embora os interesses pelas ocupações nos rios Guaporé, Mamoré e Madeira tenham sido deslocados, eles não foram completamente abandonados.

A exploração da borracha instaurou um novo tipo de ocupação com os barracões, seringais e aviamentos, levando ao deslocamento das prioridades de fronteira para os afluentes desses grandes rios. É possível afirmar que essa constitui a segunda zona prioritária de fronteira.

Segue-se o terceiro deslocamento das zonas prioritárias da fronteira, denominadas “conquistas nacionais”, no início do século XX. Este período foi marcado por esforços de consolidação territorial com aproveitamentos dos empreendimentos feitos por parte das nações colonizadoras, num contexto de formação do Brasil enquanto nação. Novos personagens surgem nessa fase, incluindo os agentes indigenistas³ responsáveis pela administração dos postos indígenas, em meio à política de “atração e pacificação”. Estes indigenistas, também categorizados como sertanistas, não apenas construíram cartografias com novos dados, mas também contribuíram, através de projetos de estradas de rodagem, para que as prioridades das fronteiras se deslocassem das vias hidrográficas.

O quarto momento aqui denominado “desmatamento que comanda a vida”, destaca o protagonismo da BR-364. Iniciada na década de 1960, a rodovia tornou-se símbolo da colonização dirigida, servindo como contraponto à reforma agrária no início da década de 1970, quando o desmatamento da Amazônia se tornou um elemento central na reconfiguração da região. Essa transição foi gradualmente consolidada dentro do contexto de amplos projetos

³ O conceito de indigenismo aqui utilizado é orientado por Souza Lima, quando afirma: “pode-se considerar indigenismo o conjunto de ideias (e ideais, i.e., aquelas elevadas à qualidade de metas a serem atingidas em termos práticos) relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de *métodos* para o tratamento das populações nativas, operando, em especial, segundo uma definição do que seja *índio*. (Souza Lima, 1995, p.14-15 – ênfases dadas pelo autor).

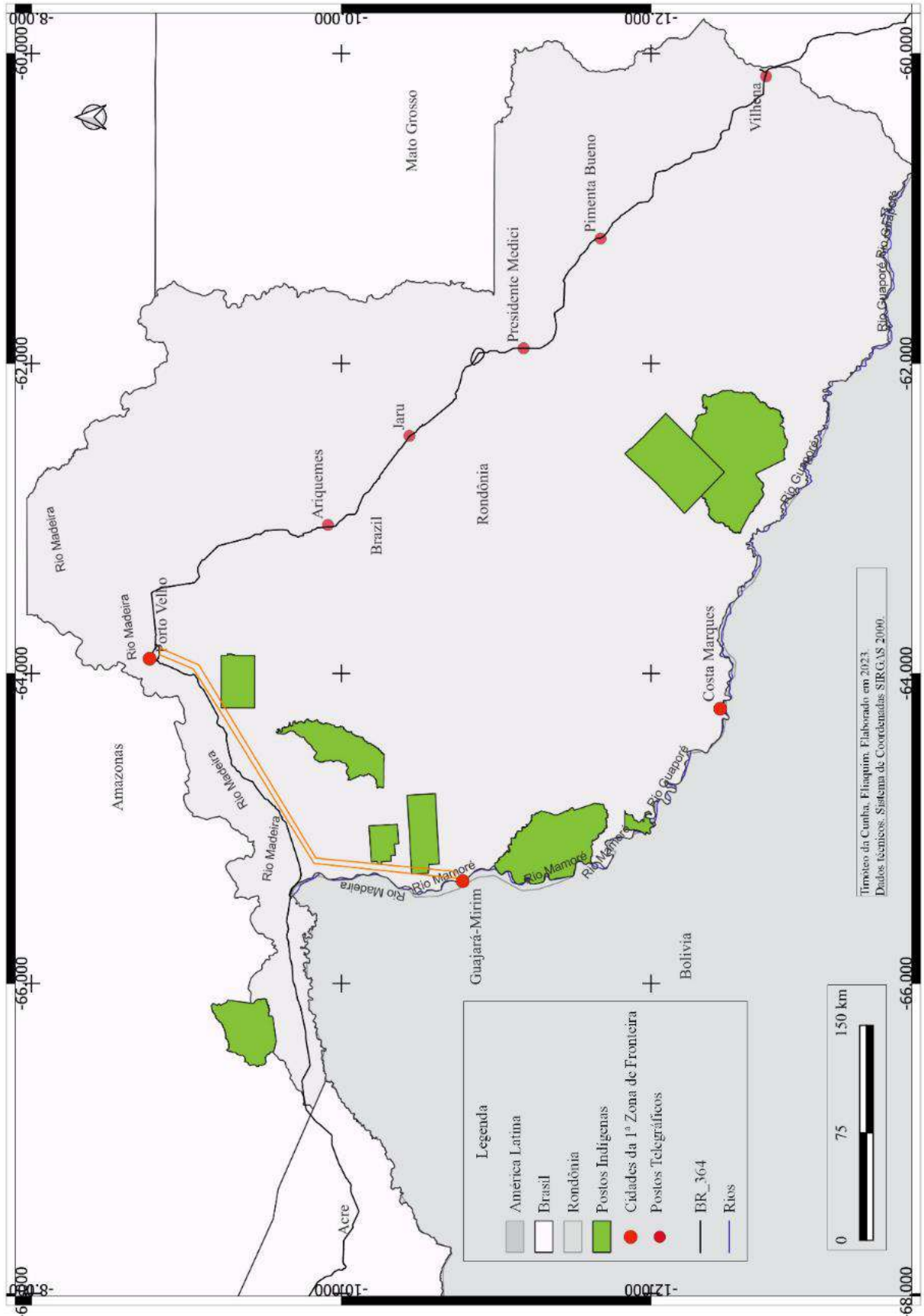
econômicos e novas políticas de ocupação de terra de abrangência nacional, bem como pelas tensões no campo político relacionadas à reforma agrária no Brasil.

A partir da segunda metade do século XX, novas zonas de fronteiras foram estabelecidas, acompanhadas de novas concepções de ocupação do território e exploração de matérias-primas, incluindo mineração, projetos de colonização agrícola, estradas de rodagem, latifúndios e monoculturas, entre outras categorias. Em suma, as décadas de 1970 e 1980 marcaram um período de novas prioridades nas políticas de povoamento que promoveram mudanças inéditas com projetos fundiários destinados à fixação da agricultura e pecuária na Amazônia.

Finalmente, nas décadas mais recentes, surgiu o conceito de “desenvolvimento sustentável”, associado à ideia de “carne verde” e ao desenvolvimento econômico aliado à preservação da natureza. Nesse contexto, a Amazônia ganha protagonismo, incluindo a noção de “etnodesenvolvimento”, que reconhece as particularidades culturais e sociais das comunidades locais.

Os objetivos aqui não são reunir dados para um mapa como aquela província relatada por Borges (1960) no conto “*Del rigor en la ciência*”. Em vez disso, o foco ao descrever o processo de formação de Rondônia está direcionado aos deslocamentos das zonas prioritárias de ocupação e colonização, como indicado no mapa a seguir e descrito ao longo deste capítulo. Com isso, construímos um ponto de referência comparativo entre as concepções de fronteira dos períodos coloniais português e republicano brasileiro, discutindo como, no século XX, houve redirecionamentos das ideias e políticas de fronteiras que influenciaram as ações de povoamento. À medida que a pesquisa avança, vemos antropologicamente esse processo de manutenção da fronteira aberta que molda e redefine as dinâmicas do capitalismo na região.

Figura 3 - Ferrovia, Linhas Telegráficas e Postos Indígenas



CAPÍTULO 1

TRABALHO DE CAMPO

Materiais, métodos e alcances desta pesquisa

Este trabalho, desenvolvido entre 2017 e 2023, representa uma síntese da minha trajetória acadêmica. Iniciei minha jornada na Universidade Federal de Rondônia – UNIR com projetos de iniciação científica em 2008 e 2009. Durante minha graduação em Ciências Sociais na mesma universidade, que se estendeu de 2008 a 2011, dediquei-me ao estudo do cotidiano e da memória das famílias de agricultores envolvidas com os projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (criado em 1970)⁴ (Timóteo da Cunha e Moser, 2010). Para a conclusão do curso, investiguei a identidade ribeirinha, denominada “beradera”, na comunidade de Nazaré, situada no rio Madeira (Timóteo da Cunha, 2021). No mestrado em Antropologia Social, realizado entre 2013 e 2016 na Universidade Federal do Amazonas – UFAM, concentrei-me na atuação do Serviço de Proteção aos Índios – SPI (criado em 1910 e reestruturado em 1918) na formação do estado de Rondônia, com foco especial no deslocamento forçado dos povos indígenas Aikanã, Massaká e Cassupá (Timóteo da Cunha, 2017).

Durante esse doutoramento, tive a oportunidade de revisitar e aprimorar pesquisas anteriores, o que enriqueceu significativamente minha compreensão do tema. Esse aprofundamento surgiu tanto da revisão crítica de materiais preexistentes quanto da interpretação de novos dados e memórias obtidos nesta fase final. O trabalho de campo foi fundamental, consistindo em uma série de entrevistas e acesso a acervos documentais. Conduzi diálogos com funcionários do INCRA e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, e interagi com pesquisadores que não só contribuíram para estudos relevantes, mas também vivenciaram alguns eventos discutidos neste trabalho. Visitas a arquivos em diversas

⁴ O INCRA foi regulamentado pelo Decreto-Lei Nº 1.110/70, ao extinguir o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, e o Grupo Executivo da Reforma Agrária - GERA.

idades, incluindo Brasília, Rio de Janeiro, Manaus e Porto Velho, foram fundamentais para o avanço da minha pesquisa.

Um aspecto valioso na antropologia é a descrição meticulosa do percurso e das interações pessoais do pesquisador ao longo de sua carreira. Embora isso não constitua uma “pesquisa sobre si mesmo” em sentido estrito, envolve uma reflexão introspectiva acerca do papel do pesquisador dentro do contexto de sua investigação. A utilização da escrita em primeira pessoa do singular, uma prática comum na antropologia, facilita essa análise introspectiva, como discutido nos trabalhos de Cardoso de Oliveira. Essa abordagem sublinha a importância da reflexão pessoal do pesquisador em sua trajetória acadêmica, em suas palavras:

O fato de se escrever na primeira pessoa do singular - como parecem recomendar os defensores desse terceiro tipo de monografia [...] e nisso creio que todos os pesquisadores podem estar de acordo - que o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: ‘nós’. É claro que sempre haverá situações em que esse ‘nós’ pode ou deve ser recorrido pelo autor. Mas ele não deve ser o padrão na retórica do texto (Cardoso de Oliveira, 2006, p. 30).

Com essa abordagem, o objeto da pesquisa não é ofuscado pelo pesquisador, já que o objetivo é descrever como esse objeto foi construído, demonstrando que ele emergiu ao longo da pesquisa e não estava previamente definido. Assim, o uso da primeira pessoa do singular serve para destacar minha presença nos diversos campos explorados. Para aqueles fora do campo da antropologia, pode parecer estranho que uma pesquisa científica utilize o pronome “eu”. No entanto, essa prática tem o propósito de clarificar o percurso do pesquisador entre as diversas vozes que compõem o estudo. Como observado por Bourdieu, Passeron e Chamboredon (2010), em referência a Gaston Bachelard (1996): “a vigilância epistemológica é especialmente necessária nas ciências humanas, onde a separação entre o início da investigação e o discurso científico é menos precisa do que em outras áreas”, conforme discutido no livro “A profissão de sociólogo”. Isso significa que a análise crítica das bases do conhecimento é indispensável nas ciências que estudam o ser humano, onde a distinção entre o começo da pesquisa e a narrativa científica é menos evidente.

Prosseguindo com a discussão estabelecida por Bourdieu, Passeron e Chamboredon, o conceito de perspectiva e ponto de vista é central para nossa compreensão do mundo. Ferdinand de Saussure (2002) salientou que o ponto de vista adotado define o próprio objeto de análise, sugerindo que nossa percepção molda a natureza do que é percebido. Consequentemente, uma ciência não pode ser definida apenas pelo campo da realidade ao qual está vinculada. Essa noção ressoa com as ideias de Karl Marx (1978), que destacou que a

“totalidade concreta” — uma visão abrangente de um fenômeno — é um constructo do pensamento humano. Para Marx, a totalidade é um produto da mente, criada pelo ato de concepção. Como afirmaram os pesquisadores franceses:

O ponto de vista, afirma Saussure, cria o objeto. ‘Isso quer dizer que uma ciência não pode ser definida por um campo do real que lhe pertença. Como observa Marx, ‘a totalidade concreta como totalidade pensada, concreto pensado, é, de fato, um produto do pensamento, do ato de conceber [...]. Tal como aparece na mente como um todo pensado, a totalidade é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo da única maneira possível; ora, essa maneira difere da apropriação do mundo pela arte, religião ou espírito prático. O sujeito real subsiste, tanto depois como antes, em sua autonomia fora da mente...’ [...]. E é o mesmo princípio epistemológico, o instrumento da ruptura com o realismo ingênuo, que é formulado por Max Weber: ‘Não são, afirma este autor, as relações reais entre as ‘coisas’ que constituem o princípio da delimitação dos diferentes campos científicos, mas sim as relações conceituais entre problemas. É apenas nos campos em que um novo método é aplicado a novos problemas e em que novas perspectivas são assim descobertas que também surge uma nova ‘ciência’. (Bourdieu, Passeron e Chamboredon, 2010, p. 45).

Marx (1978) ressaltou que essa totalidade produzida é moldada pelo pensamento humano, que se apropria do mundo de uma maneira única. No entanto, de acordo com os sociólogos franceses citados anteriormente, tal abordagem difere das formas pelas quais a arte, a religião e a prática abordam a realidade. Ele sugere que, enquanto a mente humana cria uma representação pensada do mundo, a realidade objetiva permanece autônoma, independente da concepção humana.

Essa abordagem epistemológica encontra ressonância em Max Weber (2008), que argumenta que os diferentes campos científicos não são delimitados pelas relações reais entre as coisas, mas sim pelas relações conceituais entre os problemas. Ele enfatiza que a definição de uma ciência é moldada pelas perguntas formuladas e pelas perspectivas únicas aplicadas a esses problemas. A introdução de novos métodos e a exploração de novos problemas podem dar origem a novas formas de conhecimento.

Em síntese, a interseção entre a perspectiva adotada e o objeto de estudo é decisiva na construção do conhecimento. Os debates sobre o desenvolvimento da produção de conhecimento salientam que a maneira como percebemos e compreendemos o mundo influencia significativamente a natureza do que estudamos. Nossa visão de mundo e a forma como interpretamos informações são elementos essenciais na definição e delimitação dos campos científicos.

No segundo semestre da minha graduação, recebi uma bolsa de permanência, o que me permitiu dedicar-me integralmente ao meu trabalho acadêmico. Durante esse período, integrei-me ao Centro de Documentação e Estudos Avançados sobre Memória e Patrimônio

de Rondônia – CDEAMPRO, sob a orientação da historiadora e professora Lilian Moser⁵. Como parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, envolvi-me no projeto intitulado “A (re)construção da história em Rondônia no processo da colonização recente: a trajetória das famílias do PIC Ouro Preto - RO, 1970-1990”. No grupo, minha principal responsabilidade era estudar o cotidiano das famílias agricultoras que se estabeleceram em Rondônia entre as décadas de 1970 e 1990, com um foco particular nas memórias dessas famílias, especialmente aquelas envolvidas em projetos do INCRA.

Paralelamente às atividades no CDEAMPRO, minha participação no grupo de pesquisa Centro de Hermenêutica do Presente foi fundamental para o desenvolvimento da minha trajetória acadêmica. Ambos os centros se concentravam no estudo da memória coletiva através da história oral, adotando abordagens distintas, porém complementares, na formação dos estudantes. O CDEAMPRO utilizava a metodologia da história oral, conforme proposto por Montenegro (1994), priorizando um diálogo constante e comparativo entre fontes documentais e entrevistas. Em contraste, o Centro de Hermenêutica do Presente adotava a abordagem de Bom Mehy (2005), na qual a narrativa oral é considerada a principal, e muitas vezes única, fonte primária. Essas experiências enriqueceram minha perspectiva sobre abordagens interdisciplinares e estimularam discussões em áreas como educação, metodologia de campo, ética em pesquisa, invisibilidades sociais e filosofia da ciência.

Entre as atividades que desempenhei na UNIR, destaco minhas funções editoriais em periódicos científicos, a convite dos professores editores e criadores das revistas, Alberto Lins Caldas, Nilson Santos e Josué da Costa. Essa colaboração foi particularmente significativa, contribuindo para a edição e digitalização de revistas como *Presença Geográfica*, *Primeira Versão*, *Caderno de Criação* e *Zona de Impacto*. Essas experiências proporcionaram um profundo entendimento dos processos de disseminação do conhecimento científico e da dinâmica das publicações acadêmicas⁶.

Em 2012, durante a fase final da minha graduação, conduzi uma pesquisa intitulada “Nazaré em Festa: uma etnografia com o grupo Minhas Raízes”. Este estudo examinou as performances do grupo musical Minhas Raízes e o evento festivo religioso na comunidade ribeirinha de Nazaré, localizada a cerca de 150 quilômetros de Porto Velho, às margens do rio

⁵ Com a professora Lilian, desenvolvi o trabalho de iniciação científica e cursei disciplinas no curso de História. Sou grato pelos ensinamentos e pela dedicação dela à formação dos estudantes de licenciatura, preparando-os para atuarem como docentes no ensino público. Anos depois, durante meu doutorado, ela concedeu uma entrevista para minha pesquisa, contribuindo mais uma vez para uma prática reflexiva do fazer ciência na Amazônia e abordando temas relacionados aos povos tradicionais.

⁶ Esses professores estiveram em muitos momentos nessa jornada, mestres que me receberam em suas vidas com grandes contribuições na minha formação.

Madeira. O foco da pesquisa foi a análise das categorias identitárias “ribeirinho”, “beradeiro” e “beiradeiro” (Timóteo da Cunha, 2021).

As pessoas que residem nesta região são identificadas como ribeirinhos, beradeiros ou beiradeiros, dependendo da orientação político-ideológica. Especificamente, o termo “beradeiro” é usado para referir-se às pessoas que habitam as comunidades ribeirinhas e são frequentemente rotuladas de “atrasadas”, “pobres” ou “ingênuas”. Em diálogos com indivíduos de Porto Velho, as características associadas aos “ribeirinhos/beradeiros” são frequentemente descritas de forma pejorativa, como “aqueles que vivem nas margens dos rios e consomem peixe com farinha, os que residem no beradão, ou simplesmente os beradeiros”.

Destaca-se o projeto chamado “ribeirinho” promovido pela da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, nas palavras da secretária.

este trabalho [projeto ribeirinho] tem o objetivo de valorizar a cultura e levantar a autoestima dos moradores do Baixo Madeira, a exemplo de outras ações que a Semed vem realizando pela valorização cultural da região, entre as quais se destaca a gravação do CD ‘Raízes’ (Aranda, 2010 – grifos originais).

O termo “beradeiro” é pouco frequente nas produções acadêmicas, uma vez que “ribeirinho” e “beiradeiro” são mais comumente utilizados. Em um trabalho mais recente, Timóteo da Cunha (2023), explorei como esses termos são empregados e os contextos nos quais ocorre essa diferenciação.

Na etapa subsequente, durante o programa de mestrado, desenvolvi a pesquisa intitulada “‘Quando esse tal de SPI chegou’: o Serviço de Proteção aos Índios na formação de Rondônia” (2016). Neste período, investiguei as ações indigenistas executadas pelos membros do SPI e analisei a trajetória do povo indígena Cassupá. A pesquisa revelou que os conhecimentos etnológicos e geográficos dos agentes indigenistas influenciaram significativamente as políticas implementadas pelo SPI. A interação desses saberes com a experiência e a visão de mundo dos agentes resultou em intervenções marcantes nos territórios étnicos, contribuindo, assim, para a formação de Rondônia.

Entre março e junho de 2014, tive a oportunidade de consultar os acervos do Museu do Índio⁷. Durante este período, participei de missões de estudo e cursos ministrados pelos antropólogos João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima. Iniciei minha

⁷ Durante esse período, recebi apoio por meio do projeto Ação Transversal N° 06/2011 – Casadinho/Procad, que era uma parceria entre o PPGAS/UFAM e o PPGAS-MN/UFRJ. Esse projeto era coordenado por Thereza Cristina Menezes, que na época era professora no PPGAS/UFAM e atualmente atua como professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro CPDA/UFRJ.

pesquisa documental no Núcleo de Biblioteca e Arquivo – NUBARQ do Museu, especificamente no acervo denominado “fundo SPI”, que está organizado conforme as Inspetorias Regionais – IR, refletindo a última estrutura administrativa do SPI.

O material documental, inicialmente digitalizado na década de 1970⁸, não estava completo devido a um incêndio ocorrido alguns anos antes. Posteriormente, esses conteúdos digitalizados foram transferidos para CDs (discos compactos), facilitando significativamente a leitura e o acesso ao material. É importante ressaltar que, até alguns anos atrás, a consulta a esses documentos era restrita às instalações físicas onde estavam arquivados⁹. Com a digitalização, tornou-se possível criar cópias de segurança em dispositivos pessoais, permitindo a análise desses documentos independentemente do horário de funcionamento do acervo. Durante meu período de pesquisa, fiz *backup* de documentos das nona e primeira inspetorias regionais do SPI, ambas relacionadas a Rondônia¹⁰.

“Já procurou na internet?”

Considerando a necessidade de uma ampla variedade de fontes para o escopo desta pesquisa, o estudo adota abordagens metodológicas e interpretativas da hermenêutica e da literatura comparada, estabelecendo um diálogo com conceitos da antropologia. As práticas discursivas examinadas são documentadas em variados contextos da sociedade, abrangendo desde pesquisas acadêmicas e textos legislativos até relatos de agentes sociais em grupos de redes sociais na *internet*.

Durante minha trajetória, frequentemente me deparava com a pergunta: “Você já pesquisou na *internet*?”, especialmente quando mencionava os acervos do Rio de Janeiro e de Brasília. Eu explicava que, residindo em Manaus - AM durante o mestrado e, posteriormente, em Boa Vista - RR, já havia conduzido pesquisas online e constatado que grande parte das documentações estava disponível apenas por meio de consultas presenciais. No entanto, é importante ressaltar que algumas instituições, como o Museu do Índio, permitem o acesso a documentos via e-mail. Isso significa que é possível obter documentos da década de 1970-80 sem a necessidade de se deslocar até o Rio de Janeiro.

⁸ TIFF (*Tagged Image File Format*) é um formato de imagem popular entre profissionais, por ser muito bom para edição e impressão. Por ter uma baixa ou quase nenhuma compressão, a imagem não perde em detalhes.

⁹ Mais recentemente esses e outros acervos estão depositados no endereço: <http://www.docvirt.com/>

¹⁰ Sobre essa documentação Cf. Valle, 2011.

Ao abordar a literatura comparada neste texto, refiro-me a métodos que facilitam a compreensão de uma ampla gama de gêneros textuais, elaborados em diversos contextos sociais. Esta abordagem engloba pesquisas acadêmicas, obras de autodidatas, ficção literária, artigos de jornais, produções audiovisuais e uma variedade de documentos, tais como relatórios administrativos de instituições estatais, biografias e registros de história oral. A *internet*, por sua vez, oferece um vasto leque de fontes, incluindo *sites*, *blogs* e redes sociais, que são utilizados para compartilhar e divulgar experiências e notícias relacionadas à formação de Rondônia.

Na área de literatura comparada, Edward Said (1990) argumenta que o foco deve estar nos “estilos, figuras de linguagem, cenários, mecanismos narrativos, circunstâncias históricas e sociais”, em vez de na “correção da representação ou sua fidelidade a algum original” (Said, 1990, p. 31). Neste contexto, elementos como ameaças, protegidos e protetores são analisados. Said também explora, em sua obra, os gêneros textuais das fontes utilizadas na pesquisa, em suas palavras:

examinar não só os trabalhos eruditos, mas também as obras literárias, as passagens políticas, os textos jornalísticos, livros de viagens, estudos religiosos e filológicos. Em outras palavras, minha perspectiva híbrida é amplamente histórica e ‘antropológica’, considerando que eu acredito que todos os textos são materiais e circunstanciais em maneiras que variam (é claro) de gênero a gênero e de períodos históricos a período histórico (Said, 1990, p. 33).

Esta pesquisa explora as categorias utilizadas no sistema classificatório de territórios e populações, presentes em uma variedade de gêneros textuais; em *campus* político e científico. A diversidade dos conhecimentos abordados transcende o âmbito estritamente “erudito” para incluir também trabalhos técnicos. Um exemplo notável dessa inclusão são os relatórios técnicos produzidos por funcionários de agências indigenistas. Esses documentos oferecem reflexões e avaliações cruciais sobre as relações objetivas estabelecidas pelos funcionários em seu trabalho, contribuindo assim para uma compreensão mais ampla e multidimensional dos temas estudados.

As categorias de documentos, *archivos (sic)* e acervos estão alinhadas com as abordagens teóricas propostas por estudiosos como Le Goff (1990), Foucault (2008) e Almeida (2008). Tomando como exemplo Le Goff, ele reinterpreta a noção de documento, argumentando que este não é um material bruto, objetivo e neutro. Ao contrário, ele afirma: 'da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento' (Le Goff, 1990, p. 9-10). Esta perspectiva ressalta que a natureza de um documento vai além de

ser uma mera fonte de informação imparcial; ele reflete, de fato, o poder e a influência da sociedade que o produziu.

Para descrever os materiais da pesquisa, divido-os essencialmente em fontes primárias e secundárias. Esta categorização abrange uma variedade de recursos, incluindo produções audiovisuais, pesquisas acadêmicas, estudos autodidatas, registros memorialistas (presentes em livros e *blogs* na *internet*), conteúdos de imprensa de jornais, legislação, relatórios de agências estatais e entrevistas que conduzi durante o trabalho de campo.

A *internet* revelou-se uma ferramenta indispensável para a realização deste trabalho. Embora consultas presenciais tenham sido necessárias, a maior parte do material utilizado está também disponível *online*. Entre as fontes digitais mais relevantes, destaco o Museu do Índio, que disponibiliza acervos arquivísticos e bibliográficos; a Biblioteca Central do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e publicações como o Boletim Geográfico, a Revista Brasileira de Geografia – RBG, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB, a Biblioteca da Câmara e a Fundação Biblioteca Nacional – FBN.

Também merecem menção o “*Subject guide to statistics in the Presidential reports of the Brazilian provinces, 1830-1889*”. Organizado por Ann Hartness Graham em 1977, o “Relatório Figueiredo”, o Centro de pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil – CPDOC, a Biblioteca Digital Curt Nimuendaju, a Coleção Brasileira Eletrônica e os diversos sites das agências estatais, que oferecem bancos de dados de arquivos georreferenciados, permitindo a elaboração de mapas e a análise de informações geográficas.

Os acervos consultados englobam as seguintes instituições: Museu do Índio/FUNAI, FBN, Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia - CDH-TJ, Museu Estadual da Memória Rondoniense – MERO, Biblioteca do Serviço Geológico do Brasil SGB/CPRM, Biblioteca Pública Municipal Francisco Meireles, arquivos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, FUNAI e INCRA. A partir dessa extensa documentação, com milhares de páginas, criei as delimitações das palavras-chave desta pesquisa.

O papel da *internet* na produção científica, conforme discutido no texto, destaca-se principalmente como uma ferramenta básica para pesquisa e coleta de dados. A acessibilidade a uma vasta gama de materiais digitais, incluindo arquivos, documentos e publicações, possibilitou uma expansão significativa nas fontes disponíveis para pesquisadores. Recursos como bibliotecas digitais, arquivos de instituições públicas e acervos de museus *online*, a exemplo do Museu do Índio e da Fundação Biblioteca Nacional, são particularmente valiosos. Adicionalmente, a disponibilidade de dados georreferenciados oferecidos por agências estatais contribui para análises mais detalhadas e para a elaboração de mapas. Este acesso

expandido e facilitado a uma diversidade de recursos *online* tem um impacto significativo na eficiência e abrangência da pesquisa científica, permitindo consultas mais amplas e aprofundadas, mesmo em contextos onde o acesso físico é limitado ou inviável.

Narrativas e documentos

Uma parte significativa dessa documentação foi submetida a processos de digitalização e fotografia. Na etapa subsequente, organizei os materiais, realizando agrupamentos baseados nas agências de origem, estabelecendo uma cronologia e classificando os diferentes tipos de documentos. Posteriormente, procedi com a renomeação dos arquivos, associando-os às palavras-chave definidas para a pesquisa e incluindo indicações geográficas relevantes.

Naquele período, utilizei a Biblioteca Francisca Keller¹¹ para realizar levantamento bibliográfico. Infelizmente, essa biblioteca foi destruída no incêndio de 2018. Retornei ao Rio de Janeiro em 2017 para dar continuidade à minha pesquisa de doutorado. Inicialmente, planejava ficar apenas uma semana para estabelecer um cronograma inicial com o meu orientador. Entretanto, devido a ter recebido uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e à necessidade de aproveitar os créditos já cursados no mestrado, consegui retornar ao trabalho de campo logo no primeiro semestre. Isso me proporcionou a oportunidade de realizar cursos no Museu Nacional e no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA.

No primeiro semestre daquele ano, concentrei-me em pesquisar os acervos da FBN, focando nas publicações de Jerônimo Santana. Santana ocupou vários cargos políticos: foi deputado federal do território de Rondônia de 1971 a 1983, Prefeito de Porto Velho em 1985 e 1986, e Governador do estado de 1987 a 1991, sendo membro do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido fundado em 1966. As publicações de Santana, principalmente das décadas de 1970 e 1980, incluem compilações de seus discursos e projetos. Neles, ele aborda, entre outros temas, os conflitos gerados pelo INCRA e pela FUNAI, com uma ênfase frequente na questão da “desnacionalização” da Amazônia. Além disso, o setor de cartografia da FBN representa outra fonte valiosa. O material cartográfico está disponível para consulta

¹¹ O nome da biblioteca homenageia Francisca Isabel Schurig Vieira Keller. Para resumo biográfico ver Seyferth (1982).

no site da Biblioteca. Caso algum mapa específico não esteja disponível para *download* e faça parte do acervo físico, a Biblioteca oferece serviços de digitalização sob demanda.

Em julho de 2017, durante o encontro da Associação Nacional de História – ANPUH¹², aproveitei um dia livre para visitar a FUNAI. Naquela manhã, solicitei na portaria um encontro para acessar os arquivos. Expliquei ao segurança sobre meu projeto de pesquisa e mencionei o documento específico que precisava consultar. Após uma breve apresentação, ele entrou em contato com um funcionário da FUNAI, que autorizou minha entrada no acervo no período da tarde. Enquanto aguardava, aproveitei a manhã para explorar a biblioteca da Fundação, onde pesquisei relatórios sobre Terras Indígenas, além de teses e dissertações relacionadas a Rondônia. Posteriormente, fui orientado a dirigir-me à Diretoria de Proteção Territorial – DPT para obter mais informações. Ao chegar lá, detalhei os objetivos do meu projeto à funcionária, que, após me ouvir, informou que não poderia ajudar diretamente e me encaminhou para outra sala.

No setor de arquivos, encontrei um servidor que se mostrou bastante atencioso com minhas dúvidas. Ele explicou o processo de manejo das documentações da FUNAI, com ênfase no arquivo central de terras indígenas, e forneceu instruções sobre como acessar os relatórios dessas terras. Também esclareceu que os documentos solicitados são normalmente digitalizados e enviados por e-mail, sujeitos à disponibilidade dos servidores. Seguindo essa orientação, fiz minha solicitação via correio eletrônico. Contudo, não recebi resposta. Em vista disso, decidi acionar os procedimentos estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação.

No contexto do acesso à informação via internet, é importante destacar o sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão e-SIC¹³. Utilizando essa plataforma, tive acesso aos relatórios de convênios elaborados pela FUNAI em parceria com empresas privadas, os quais estão sob a custódia do Núcleo de Documentação da Diretoria de Proteção Territorial – NDDPT. Posteriormente, ao abordar a Fundação e as diferentes formas de escrita indigenista, detalharei os procedimentos e aplicações específicas do e-SIC como uma ferramenta eficaz de pesquisa.

Em preparação para o trabalho de campo, iniciado em 2018, estive em Porto Velho durante outubro e novembro de 2017. Antecipadamente, organizei um encontro via e-mail

¹² XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos: História e Democracia. Simpósio Temático ST 109 Presença e Participação Indígena na História: diálogos interdisciplinares. Coordenação de Maria Regina Celestino de Almeida e João Pacheco de Oliveira.

¹³ O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (*e-SIC*) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal”. <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>.

com Wany Sampaio, autora do livro “Os povos indígenas de Rondônia”, publicado em 1997. Na nossa reunião, gravei uma entrevista com ela, concentrando-me na criação do livro. Apesar de ser uma obra de pequena dimensão física, o livro é notável por sua abordagem inovadora, no contexto de estudos da história indígena em Rondônia, ao trazer para o contexto acadêmico a história dos povos indígenas sob uma perspectiva indígena.

Para obter informações sobre o Museu Estadual da Memória Rondoniense – MERO, recém-inaugurado, entrei em contato com a professora Rita Vieira, uma colega de graduação. Ela me indicou a diretora Ednair Nascimento, que, junto à sua equipe, forneceu acesso a várias fontes documentais do museu, incluindo jornais e bibliografias. Nesse mesmo período, contatei o professor Marco Teixeira, que me permitiu acessar e digitalizar materiais bibliográficos de sua biblioteca particular, abrangendo temas relacionados a Rondônia e Mato Grosso. Adicionalmente, durante minha estadia na cidade, recebi hospedagem de Josué Costa e Maria das Graças, ambos professores na UNIR.

Ao longo da minha estadia em Porto Velho em 2018, realizei consultas em vários acervos importantes. Entre estes, destaco o CDH-TJ, a biblioteca do Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, a Biblioteca Pública Municipal Francisco Meireles¹⁴, e os arquivos da Comissão Pastoral da Terra - CPT, da FUNAI e do INCRA. Além dessas fontes, tive a oportunidade de acessar a rica biblioteca particular do professor Nilson Santos, da Universidade da UNIR. Santos, que pesquisou a vida nos seringais, me emprestou e doou vários livros focados na história oral e na região amazônica.

Recebi contribuições valiosas de dois outros professores durante minha pesquisa. O antropólogo Ari Ott compartilhou comigo seus arquivos armazenados em CDs, que incluíam estudos sobre os projetos Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia -POLONOROESTE e Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - PLANAFLORO, temas de sua pesquisa de doutorado (Ott, 2002). Adicionalmente, o historiador Ednaldo Bezerra forneceu relatórios de suas próprias investigações, assim como os produzidos por seus orientandos em projetos de iniciação científica, focados nos povos indígenas Arara e Gavião em Rondônia¹⁵.

O Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça de Rondônia - CDH-TJ foi estabelecido pela iniciativa da historiadora Nilza Menezes e conta com a colaboração de

¹⁴ Para um resumo da biografia de Meirelles ver Freire (2008).

¹⁵ É relevante mencionar que esses colaboradores têm em comum o fato de terem sido meus professores na Universidade Federal de Rondônia, nos cursos de Ciências Sociais e História, não conclui a licenciatura em história, mas realizei o curso quase todo. As contribuições desses professores foram fundamentais para enriquecer meu trabalho de pesquisa.

Miguel, arquivista e historiador. Apesar de operarem com recursos limitados, essa equipe mantém o CDH-TJ com eficiência na organização dos documentos. O acervo inclui processos judiciais desde 1912 das Comarcas Santo Antonio do Rio Madeira, Guajará-Mirim e Porto Velho. Sob a orientação de Miguel, tive acesso a processos cíveis que envolvem a EFMM, questões de mineração e reintegração de posse de terras. Descobri também processos contra o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA sobre indenizações devidas a seringalistas em áreas destinadas à colonização. Estes documentos são fundamentais para a minha pesquisa, oferecendo contextos e perspectivas que complementam os discursos encontrados em jornais e relatórios de agências governamentais.

Na biblioteca Francisco Meireles em uma sala é dedicada à história regional, contendo duas estantes repletas de livros. Uma das estantes é dedicada à Amazônia, enquanto a outra abriga obras exclusivamente sobre Rondônia. As prateleiras voltadas para Rondônia apresentam títulos que abrangem temas como o Real Forte Príncipe da Beira - RFPB, Estrada de Ferro Madeira Mamoré - “EFMM” e “Rondon”. Entre essas publicações, diversos exemplares foram produzidos pela escola secundarista privada “Classe A”.

No mês de novembro, quando as temperaturas na cidade alcançavam próximas a 35°C devido ao clima tropical da floresta, as condições dos materiais na biblioteca se deterioraram ainda mais com a quebra do sistema de refrigeração. Durante minha estadia na sala, um incidente adicional acrescentou complexidade ao ambiente já abafado¹⁶. No outro lado da sala, há uma estante dedicada exclusivamente à Amazônia, com etiquetas que identificam os nomes dos estados da região Norte do Brasil. Notavelmente, as etiquetas estão presentes mesmo para estados dos quais não há livros disponíveis, como é o caso de Roraima. Nunca me foi solicitado apresentar documentos que comprovassem minha associação institucional à pós-graduação; mencionar a necessidade de realizar consultas para uma pesquisa era suficiente para obter a autorização de acesso aos documentos e livros. Frequentemente, encontrava-me sozinho na sala, com a liberdade de consultar qualquer obra, incluindo livros raros e aqueles em condições delicadas que requerem um manuseio cuidadoso devido ao seu desgaste.

Quando busquei o SGB/CPRM, meu interesse inicial era acessar seu acervo documental e a biblioteca. No entanto, constatei que não existe um acervo físico em Porto

¹⁶ Uma funcionária da biblioteca, que havia recentemente comprado perfumes, experimentava as novas fragrâncias, borrifando-as em seus pulsos e antebraços. Isso resultou em uma atmosfera perfumada na sala. Além disso, a funcionária experimentou cremes hidratantes para a pele e, a pedido do representante de vendas, posou para uma fotografia.

Velho. Felizmente, a equipe de Infraestrutura Geocientífica mostrou-se prestativa ao me auxiliar na digitalização de dezenas de mapas.

Até este ponto da pesquisa, o INCRA tem se mostrado a instituição mais desafiadora para colaborar. Utilizando o e-SIC, fiz uma solicitação para acessar documentações dos Projetos Fundiários da década de 1970, que foi encaminhada para a unidade em Rondônia. Isso indica que, diferentemente da Fundação, o Instituto não possui um centro ou núcleo centralizado de suas documentações. A responsabilidade por isso fica a cargo das instâncias estaduais. Após trinta dias da minha solicitação, no mês de setembro de 2018, a superintendência do INCRA em Rondônia emitiu a seguinte resposta: “Informamos que, após pesquisas realizadas, verificamos que não foram encontrados dados referentes à solicitação feita pelo requerente”. Essa mesma resposta foi dada para as documentações relacionadas aos resultados e avaliações produzidas pelo INCRA dos PIC.

Essa resposta oficial negativa levanta dúvidas em relação às informações que coletei em conversas com funcionários do INCRA em Porto Velho. Um dos interlocutores da pesquisa mencionou a possibilidade de que esses documentos tenham sido incinerados por engano. Outro funcionário informou que o INCRA possuía um acervo e uma biblioteca anteriormente, mas ambos foram desmantelados devido a mudanças internas na organização.

Os funcionários do INCRA, com quem conversei, sugeriram que a documentação ainda poderia existir, porém de maneira fragmentada e dispersa em mesas e armários de diversos colaboradores, que às vezes a utilizam para consultas. No entanto, compilar esses documentos revelou-se uma tarefa impraticável. Durante minhas visitas ao INCRA, enfrentei repetidas dificuldades ao conversar com diferentes pessoas. Frequentemente, era-me solicitado especificar exatamente qual documento eu buscava. Eu explicava que estava interessado em documentos da década de 1970, relacionados aos Projetos de Colonização Integrada – PIC, como o “PIC Ouro Preto”, mas a resposta comum que recebia era “não sei” ou “não existe”.

O relato anterior sobre as dificuldades enfrentadas para acessar documentos do INCRA revela uma situação intrigante, que pode estar relacionada a preocupações jurídicas e políticas no âmbito das questões fundiárias no Brasil. Embora as respostas oficiais sejam cordiais e evasivas, a hesitação em fornecer os documentos sugere a existência de um sigilo em torno de informações potencialmente delicadas, envolvendo conflitos de terra. Esta circunstância sugere que podem existir questões sensíveis e complexas influenciando o acesso restrito a esses documentos. Tudo isso ocorre em um contexto onde as leis exigem que as instituições forneçam informações, a menos que estejam sob sigilo judicial específico,

destacando um possível conflito entre as práticas administrativas e as obrigações legais de transparência.

O INCRA, instituição central na reforma agrária e na regularização fundiária do país, desempenhou um papel crucial nas políticas de posse de terra. Documentos dos anos 1970, especialmente os relacionados aos projetos fundiário e de colonização, são potencialmente ricos em informações sobre as decisões, processos e disputas que marcaram a distribuição de terras naquela época.

A aparente fragmentação e dispersão desses documentos por diversas mãos pode indicar uma intencional falta de transparência. Tal situação pode ser vista como uma medida para prevenir a revelação de aspectos controversos ou decisões passíveis de questionamentos jurídicos. Considerando a complexidade das questões fundiárias no Brasil e as disputas recorrentes sobre posse de terra, a acessibilidade a esses documentos poderia permitir uma reavaliação histórica e, possivelmente, desafios legais às práticas adotadas no passado.

As reações dos funcionários do INCRA, embora educadas, sugerem preocupação de que a divulgação de documentos possa sujeitar o instituto a questionamentos e possíveis litígios. O sigilo mantido em torno dessas informações pode ser uma estratégia para prevenir complicações jurídicas resultantes de interpretações ou reivindicações adversas em relação às práticas passadas do órgão.

Consequentemente, essa hesitação em fornecer acesso a documentos históricos do INCRA pode indicar as complexas interações entre questões jurídicas, políticas e sociais envolvidas na posse de terra no Brasil. A resguarda desses registros pode representar um esforço para manter uma narrativa específica, buscando assim minimizar desafios legais ou contestações às políticas implementadas nas últimas décadas.

Além dos acervos mencionados anteriormente, durante o ano de 2018, conduzi uma série de entrevistas com pesquisadores que estudam e residem em Rondônia há várias décadas. Essas entrevistas foram complementadas com diálogos realizados com funcionários de instituições como o INCRA, FUNAI, SGB/CPRM e membros da CPT. No decorrer daquele ano, também registrei diversas conversas com indivíduos que possuem experiência e conhecimento sobre as agências que tiveram um papel significativo na formação de Rondônia.

No que diz respeito ao INCRA, realizei entrevistas com os servidores José Lopes Oliveira, escreveu um livro sobre o Instituto, Raimundo Nonato Paiva, José Parente, Ana Maria Avelar (que também teve atuação na organização dos Seringueiros) e Olavo Nieonw (que trabalhou na CPT e atuou como delegado em Rondônia no Ministério do

Desenvolvimento Agrário – MDA. Adicionalmente, em Brasília, conversei com José Parente, servidor aposentado que teve uma trajetória no INCRA.

No âmbito das entrevistas com pesquisadores, estabeleci diálogos significativos com várias autoridades no campo. José Januário de Oliveira Amaral tem foco em pesquisas sobre o INCRA; Lílian Maria Moser, que investigou sobre povos indígenas em Rondônia e a colonização realizada pelo INCRA; e Nilson Santos, que se dedicou aos estudos sobre seringais e também participou de projetos de alfabetização de adultos nessa região. Em relação à FUNAI, conversei com Osmã Brasil e a antropóloga Maria Lúcia Cardoso, que participou da elaboração do Laudo Antropológico da Terra Indígena Uru-Eu-Au-Au em 1988.

Além disso, tive a oportunidade de conversar com Luís Gilberto, que acumula quase três décadas de experiência no SGB/CPRM. Essas entrevistas foram esclarecedoras, contribuindo para a obtenção de uma compreensão abrangente das perspectivas, vivências e conhecimentos dos diversos atores envolvidos nas agências e processos estudados em relação à formação de Rondônia.

Em 2019, assumi o cargo de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT, no Instituto Federal de Roraima - IFRR, situado na região interiorana de Roraima. Durante esse período, as responsabilidades inerentes à docência, aliadas às demandas adicionais de comissões e às alterações na legislação sobre licença acadêmica, impactaram o andamento da minha pesquisa. Ademais, a pandemia da COVID-19 surgiu como um fator imprevisto, contribuindo ainda mais para a desaceleração na elaboração da tese. Apesar desses desafios, o processo, embora mais lento do que o inicialmente planejado, seguiu adiante.

Antropologia e história: um *crossover* necessário

Embora seja inviável realizar uma exploração aprofundada dessa discussão neste contexto, especialmente considerando minha condição de neófito na área da antropologia, é importante ressaltar que ao longo da minha formação acadêmica, fui exposto a diversas “escolas antropológicas”. Estas abrangem desde os enfoques “estruturalistas” até os “processualistas”, bem como as diversas correntes da historiografia que, de perspectivas distintas, lançaram luz sobre a fértil relação entre “antropologia e história”.

Ao adotar uma abordagem interdisciplinar, que combina estudos antropológicos, conceitos de representação e análise de documentos, arquivos e acervos, foi viável perceber

que esses documentos assumem a forma de monumentos, conforme Le Goff (1990), refletindo as dinâmicas de poder e os discursos que permeavam a época em que foram gerados. A categorização das fontes em primárias e secundárias, juntamente com a descrição do trabalho de campo e das instituições consultadas, permitiu a delimitação das palavras-chave e a criação desse acervo. Este acervo é o resultado de uma pesquisa que se propõe dialogar com narrativas mais amplas e inclusivas acerca da formação dessa região. Como Le Goff definiu:

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* 'ensinar' evoluiu para o significado de 'prova', sendo amplamente usado no vocabulário legislativo [...] e como sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX [...] o documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Le Goff, 1990, p. 536-547).

A interpretação de Jacques Le Goff sobre a natureza dos documentos, vendo-os como monumentos, também se estende ao trabalho antropológico, particularmente na interseção entre história e antropologia. A abordagem etnográfica e antropológica compartilha princípios fundamentais com a interpretação histórica. Assim, a visão de Le Goff sobre o documento como monumento pode ser igualmente aplicada na pesquisa antropológica, enriquecendo a compreensão dessas disciplinas ao destacar a influência dos documentos na moldagem das narrativas históricas e culturais.

Este segmento destaca as conexões intrínsecas entre os temas vitais desta pesquisa e suas fontes correspondentes. Até agora, ressaltou-se a importância dos conflitos e das mudanças sociais, que estão no coração do objetivo central desta investigação. É relevante mencionar o impacto seminal das pesquisas de Leach em 1954, intitulada “Sistema Político na Alta Birmânia” (1995), e de Gluckman em 1958, que discutiu a “Análise da Situação Social na Zululândia Moderna” (2010). Esses estudos foram fundamentais para fomentar a integração entre antropologia e história, marcando o início de investigações que passaram a integrar profundamente as dinâmicas de mudança social. Como destaca Kuper, Leach e Gluckman “foram atraídos pelos problemas do conflito de normas e manipulação de regras, utilizando uma perspectiva histórica e o método de caso ampliado para investigar esses problemas” (1978, p. 170).

Feldman-Bianco demonstra que esses antropólogos, Leach e Gluckman, transformam as questões: “Como a sociedade se mantém?” para “Como a sociedade se transforma?”. A principal meta dessas pesquisas, associadas à “Escola de Manchester”, era aprofundar uma crítica ao modelo clássico da antropologia social inglesa desenvolvido até então. Este modelo,

centrado em uma abordagem influenciada por Durkheim, “frequentemente ignorava os processos de mudança social ou atribuía a eles um papel desintegrador” (Feldman-Bianco, 2010, p. 31). Nessa perspectiva de desnaturalizar o “documento”, a coletânea organizada por Antoinette Burton (2005, p. 20) nos orienta:

Na busca dessa re-orientação etnográfica, nós nos movemos de forma determinada, ainda que experimental, para além de um positivismo ingênuo e de um desconstrutivismo utópico, para além do segredo e da revelação, em direção a um método de engajamento crítico em relação ao passado imaginativo e interpretativamente responsável.

Na busca dessa reorientação etnográfica, nos movemos de forma determinada, ainda que experimental, para além de um positivismo ingênuo e de um desconstrutivismo utópico, em direção a um método de engajamento crítico com o passado, que é imaginativo e interpretativamente responsável.

Um arquivo pode não necessariamente revelar a verdade em si, conforme Arlette Farge (1989, p. 40) destaca, no sentido proposto por Michel Foucault: “de uma maneira única que o arquivo tem de expor o falar do outro, capturado entre as relações de poder e ele próprio, relações às quais ele não somente está submetido, mas que ele atualiza ao verbalizá-las”. Foucault (1995, p. 7) acrescenta: “o documento, portanto, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações”. O arquivo, desta forma, não apenas reflete essas relações de poder às quais está sujeito, mas também as torna atuais ao tornar verbal esse discurso do outro, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder e da construção da verdade.

Em seu artigo “Etnografia de Arquivos”, Maria Costa (2010) apresentou um estudo sobre a produção social de arquivos, argumentando que a etnografia serve como uma ponte entre o passado e a contemporaneidade, uma conjuntura marcada pela proliferação de arquivos públicos e privados. Em sua análise, Costa explorou temas variados, desde a censura durante a ditadura de Getúlio Vargas até o exame de processos de censura prévia ao teatro em São Paulo, de 1930 a 1970, e estudos que demonstram a relação entre arquivos e dominação. Essa perspectiva é ampliada por referências aos trabalhos de Derrida (2001) e estudos de Nuno Porto (2007)¹⁷. Costa destaca a “constituição dos arquivos e os processos de dominação,

¹⁷ A etnografia do arquivo assenta nas anotações relativas a correspondências, analogias, regularidades, remissões, ou o seu reverso, que o arquivo disponibiliza. Isto é, assenta nos registros de outrem das suas próprias experiências, historicamente circunscritas, na maioria dos casos não controláveis por esse direito, “naturalizadas”

especialmente os coloniais, ao revelar a aliança entre os arquivos, a ciência que os fundamenta epistemologicamente e a administração política, que detém o poder legal de produzir e registrar informações” (2010, p. 183).

Assim como a história, a antropologia envolve a classificação e interpretação de evidências para compreender sociedades, culturas e relações sociais. Essas evidências podem variar, incluindo documentos escritos, narrativas orais, fotografias e artefatos materiais. Da mesma forma que um historiador trata um documento como um testemunho que revela detalhes sobre o passado, um antropólogo vê um documento — seja textual, visual ou material — como uma representação cultural que oferece perspectivas sobre a vida e os pontos de vista de seus criadores. Cunha (2005, p. 8) afirma que é crucial considerar “não só a natureza do que os usuários dos arquivos chamam de ‘documento’, mas também os contextos de sua produção e os invólucros institucionais que os protegem, preservam e autorizam.”

Por outro lado, a ideia de que a escolha de um documento é uma decisão consciente do pesquisador também é relevante para a antropologia. Os antropólogos fazem escolhas deliberadas ao selecionar e analisar documentos em suas pesquisas, enriquecendo assim a compreensão das culturas e sociedades estudadas. Similarmente, conforme destacado por Le Goff sobre a importância de analisar documentos como monumentos dentro do contexto da memória coletiva, os antropólogos buscam entender os documentos como elementos que revelam e preservam as narrativas e perspectivas culturais das comunidades estudadas.

Desta forma, a relação entre a leitura e a interpretação de documentos como monumentos na história, e a abordagem antropológica, evidencia a importância de considerar os documentos não apenas como testemunhos que refletem contextos culturais e sociais, mas também como fontes através das quais os grupos mencionados reavaliam sua própria história. Ambas as disciplinas buscam interpretar esses vestígios para construir narrativas mais abrangentes e significativas sobre o passado e o presente das sociedades humanas.

Diferentes correntes teóricas dedicam-se à interação entre antropologia e história, utilizando expressões como “antropologia histórica” ou “historiografia antropológica” para descrever essa intersecção. Algumas das principais áreas de aproximação entre história e antropologia incluem a análise de documentos, etnohistória, estudos de memória, história da antropologia, história oral, e narrativas e representações. Balandier (2014, p. 38) argumenta

(nas classificações e ordenação pela estrutura terminada do arquivo). A etnografia de um arquivo parte, necessariamente, dessa condição do arquivo: que ele se protege do facto de ser um arquivo, mas que, enquanto tal, é um produto específico da articulação de estruturas e agências concretas (Porto, 2007, p. 127).

que “não há sociologia dos povos colonizados válida sem atenção às ideologias e aos comportamentos mais ou menos estereotipados que eles suscitam”.

Ao embarcarmos na trajetória de incorporar abordagens da história ou sociologia no âmbito da antropologia, nos deparamos com um complexo emaranhado de distintas formas de coleta e análise de dados. Na antropologia, a imersão profunda e meticulosa no campo é frequente, contrastando com a preferência de outras disciplinas por análises mais amplas, ancoradas em fontes escritas ou dados estatísticos. No entanto, equilibrar essas abordagens divergentes não é uma tarefa trivial.

Outro aspecto desafiador que merece atenção é a pluralidade de conceitos e teorias que florescem em distintos terrenos disciplinares, frequentemente culminando em conflitos interpretativos. Termos como “cultura” e “identidade” possuem nuances singulares em campos como antropologia, sociologia e estudos culturais, e podem gerar intersecções complexas. O delicado ato de integrar esses conceitos de forma coesa e precisa exige um empenho extra e uma dedicação à harmonização de perspectivas tão diversas.

Para mitigar esses desafios, praticantes de antropologia que optam pela interdisciplinaridade têm-se alinhado a um diálogo constante com as disciplinas envolvidas. Esse compromisso exige uma compreensão profunda dos fundamentos e métodos de cada campo, capacitando-os a identificar pontos de convergência e divergência. Esse caminho demanda uma postura flexível e adaptativa, que facilita a sinergia harmoniosa de percepções provenientes de diferentes âmbitos disciplinares. John Monteiro destaca que “o olhar para a dimensão histórica diz respeito não apenas à interação dos protagonistas que são os objetos da antropologia, mas também às condições conjunturais que influenciaram a produção antropológica, a começar pelo trabalho de Nimuendajú” (Monteiro, 2002, p. 237).

A história oral¹⁸ é uma disciplina que une essas duas disciplinas, facilitando a inclusão das vozes individuais e das experiências de grupos marginalizados nas narrativas históricas. A abordagem colaborativa da história oral alinha-se também com a ênfase da antropologia na participação ativa dos sujeitos estudados. Um exemplo dessa prática foi o trabalho realizado com o povo Cassupá por Timoteo da Cunha (2016 e 2017).

¹⁸ Historiadores atestam que a história passou por crises do cientificismo do século XIX. Verena Alberti diz “sobre a forma de adicionar conteúdo aos museus: Além das entrevistas de História Oral, outros registros sonoros (músicas, jingles, gravações radiofônicas), fotografias, caricaturas, desenhos, anúncios, filmes, monumentos, objetos de artesanato, obras de arte e de arquitetura são passíveis, hoje em dia, de se tornar fontes para o estudo da história. O documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos restos do passado” (1989, p. 164). Para uma contextualização das diversidades metodológicas sobre história oral, conferir Ferreira e Amado (1996).

Frequentemente, a preservação dos documentos não é definitiva. Estes podem ressurgir e ser reinterpretados pelos próprios criadores dos arquivos, formando a base para futuras obras e sendo essenciais na elaboração de narrativas que os contextualizam dentro de seu domínio. Um exemplo disso são os artigos de Olívia Cunha (2004, 2005), que se dedicaram ao arquivo de Ruth Landes; o estudo de Luciana Heymann (2005), baseado no arquivo de Darcy Ribeiro; e o livro organizado por Almeida e Domingues (2006), que explorou o acervo de Castro Faria. Além desses, há outras experiências de etnografia de arquivos, como as investigações de Schijman (2010) e Rozo (2010) na Colômbia.

Existem pesquisas no âmbito da história oral que se destacam por dedicar maior atenção às categorias e explicações fornecidas pelos próprios agentes históricos que foram representados e estudados ao longo da evolução da historiografia e do pensamento social. Como Johannes Fabian (2013, p. 39) salienta, “textos escritos por aqueles que estudamos ou transcritos de gravações feitas no campo ainda são uma representação”. Nesse contexto, as releituras de “histórias de vida” ou “narrativas” presentes em estudos conduzidos por meio da história oral têm como objetivo compreender o que pode ter sido excluído das publicações existentes ou mesmo da própria pesquisa que originou o material, a partir das entrevistas realizadas.

Desenvolvi o procedimento de releitura de narrativas históricas ao visitar as entrevistas com indígenas presentes no trabalho: “A construção de uma identidade: história oral com os Cassupá” de Márcia Maciel (2000), conforme abordado em minha própria pesquisa Timóteo da Cunha, (2017 e 2020). Realizei essa análise em paralelo com a documentação indigenista produzida pelo SPI, com o objetivo de entender a contribuição desta instituição na formação do estado de Rondônia.

Embora esse tipo de entrevista, frequentemente referido na literatura de história oral como “narrativas”, tenha sido editado e exija uma avaliação cuidadosa das circunstâncias em que foi gravado, ele representa uma fonte valiosa para compreender eventos frequentemente ausentes da literatura mais amplamente acessível sobre os temas explorados neste estudo. No entanto, é importante ressaltar que o valor dessas narrativas não se restringe a permitir que os entrevistados expressem suas vozes ou atuem como curadores de suas próprias memórias.

Conforme as publicações de Fabian, que nos incentivam a refletir mais sobre nossas ações ao apontar que “isso ao menos nos deixa mais preocupados com o que estamos fazendo do que estávamos antes de abandonar o cientificismo ingênuo” (Fabian, 2013, p. 39), seguimos essa direção em nossa pesquisa. As entrevistas com integrantes dos povos Cassupá, Aikanã e Massaká, relatadas por Maciel (2000), forneceram visões distintas sobre eventos e

interpretações a partir da perspectiva dos indígenas. Esses relatos são valiosos para compreender aspectos frequentemente omitidos na literatura sobre estudos indigenistas em Rondônia.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o poder tutelar sobre os povos indígenas perdeu sua validade jurídica, marcando um período significativo de transformação nas relações entre esses povos e o estado brasileiro¹⁹. Desde então, esses grupos têm questionado e recontado suas histórias, mobilizando reivindicações étnicas fundamentadas em documentos e pesquisas que examinam o envolvimento histórico das agências estatais. Isso inclui a análise de documentos escritos por agentes estatais, refletindo o *habitus* dessas agências.

A “escrita do estado”, conforme descrita por Roger Chartier, implica uma combinação intrincada entre aspectos simbólicos e instrumentais. Ele destaca: “é necessário reconhecer a estreita imbricação, na escrita de estado, entre o simbólico e o instrumental. A presença multiplicada ou monumental dos escritos é sempre, em si mesma, a marca de uma dominação para todos tornada visível” (Chartier, 1990, p. 218). Essa citação ressalta como a proliferação ou monumentalidade dos documentos oficiais manifesta visivelmente a dominação. Chartier enfatiza que a escrita estatal transcende o registro de informações, incorporando significados culturais, políticos e sociais. Sob esta perspectiva, a produção textual do estado revela-se como uma forma de controle e poder, evidente tanto na quantidade quanto na relevância dos documentos criados. Portanto, a escrita oficial vai além da mera comunicação de informações, atuando como um instrumento de poder e visibilidade que molda e reflete relações de dominação.

Costa (2010), faz menção ao “encontro etnográfico” escrito por Cardoso de Oliveira e ressalta a eficácia da etnografia para analisar arquivos, destacando como essa abordagem facilita a compreensão dos acervos documentais não apenas como registros, mas como vestígios que revelam relações duradouras entre diferentes grupos sociais, marcadas por dinâmicas de poder e dominação. De forma similar, em contextos de administração colonial e entre os grupos colonizados, os arquivos vão além de representar simples separações e fronteiras; eles também funcionam como espaços que estabelecem zonas de interação. (Costa, 2010, p. 183).

¹⁹ Em nota, Pacheco de Oliveira (2016) diz que “Ver o paradoxo da tutela (Pacheco de Oliveira 1988; 2011). Deve ser destacada a importância da discussão teórica proposta por Lima (1995) sobre a tutela e a noção de ‘poder tutelar’. Embora, em meus trabalhos, eu tenha optado pela noção de ‘regime tutelar’, reportando-me mais a uma sociologia dos conflitos e das interações, o diálogo tem sido constante entre nossos trabalhos” (p. 325).

Com o avanço dos estudos sobre etnogêneses em todo o Brasil, especialmente na Amazônia e no Nordeste, a antropologia brasileira enfrentou uma escala sem precedentes de povos indígenas²⁰ reivindicando seus direitos perante o estado. Neste contexto, os movimentos indígenas e as produções literárias desses povos ganharam protagonismo, redefinindo suas posições no campo das representações históricas. Essas abordagens, que combinam métodos da história e da antropologia, visam uma compreensão mais aprofundada das perspectivas dos grupos estudados em seus contextos históricos. Esse enfoque proporciona um entendimento mais completo das dinâmicas culturais e sociais nas interações entre agentes estatais e povos tradicionais no processo de formação do Brasil. As obras organizadas por Pacheco de Oliveira (1999a, 1999b, 2011)²¹ são particularmente notáveis nesse campo de estudo.

Nos estudos antropológicos, a investigação sobre identidades e memórias ilustra a inovação dos antropólogos ao estabelecer diálogos com outras disciplinas. Esse enfoque interdisciplinar é particularmente relevante, visto que muitas vezes os grupos e povos estudados estão redefinindo o significado do passado. A compreensão de como esses grupos concebem e representam o tempo torna-se um aspecto crítico para a análise antropológica, conforme argumenta Fabian (2013).

Considerações

As diversas correntes teóricas dentro da antropologia ofereceram contribuições únicas e apresentaram desafios específicos ao diálogo com a história. Por exemplo, os estruturalistas focaram em análises profundas das estruturas subjacentes às práticas culturais, facilitando a compreensão das "estruturas de pensamento" que fundamentam as sociedades. Por outro lado,

²⁰ Gersem Baniwa (2007) afirma que o “Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades, organizações e povos indígenas desenvolvem de forma minimamente articulada em defesa de seus direitos e interesses coletivos. O líder indígena Daniel Mundurucu costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer ÍNDIOS EM MOVIMENTO. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve seu movimento de luta em defesa de seus direitos” (p. 128).

²¹ John Monteiro em sua resenha do livro “Ensaio em Antropologia Histórica” de Pacheco de Oliveira (1999), explica: “O título do livro, antes de anunciar um recorte interdisciplinar específico, na verdade ganha vários sentidos ao longo dos oito capítulos. Já na apresentação, o autor estabelece que, “[n]este livro, a dimensão histórica foi escolhida como estratégica para uma reflexão sobre as sociedades e culturas indígenas do Brasil”, pois, segundo ele, uma compreensão dessas sociedades e culturas ‘não pode passar sem uma reflexão e uma recuperação críticas de sua dimensão histórica’. Por ‘dimensão histórica’ ele entende os “eixos espaço-temporais” nos quais os indígenas atuam como “sujeitos históricos plenos” (:8). Se este caminho já vem sendo trilhado na etnologia brasileira há algum tempo, ainda persiste no Brasil a imagem empedernida dos índios como eternos prisioneiros de uma idade da pedra” (Monteiro, 2002, p. 235).

os processualistas destacaram as dinâmicas de mudança cultural, promovendo uma perspectiva mais dinâmica e evolutiva na intersecção entre antropologia e história.

Adicionalmente, as várias abordagens dentro da historiografia, cada uma com suas próprias ênfases e perspectivas, proporcionaram entendimentos valiosos na interação entre antropologia e história. Algumas dessas abordagens se concentraram na análise de estruturas de poder e discursos, enquanto outras investigaram mais profundamente os aspectos sociais, culturais e econômicos que influenciaram o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo.

A trajetória das diversas “escolas antropológicas” e abordagens historiográficas sublinha a complexidade e a riqueza inerentes ao diálogo entre antropologia e história. Cada escola e abordagem trouxe contribuições significativas para um entendimento mais aprofundado das interações entre essas duas disciplinas, introduzindo novas maneiras de compreender as dimensões temporais e culturais nas sociedades humanas. Embora uma exploração detalhada de todas essas correntes não seja viável neste contexto, a importância de sua influência é reconhecida tanto na minha jornada acadêmica quanto na evolução da minha compreensão da inter-relação entre antropologia e história.

O esforço em manter uma vigilância epistemológica foi um aspecto central nesta parte da redação. Cada etapa do processo assegurou a integridade e a precisão das análises desenvolvidas. Esta abordagem revelou-se crucial para descrever o percurso da pesquisa e fornecer uma compreensão clara das conclusões alcançadas. Além disso, a crescente disponibilidade de acervos online transformou a prática científica diária, permitindo um acesso mais fácil a materiais anteriormente limitados ou inacessíveis e expandindo significativamente o escopo da pesquisa. Essa mudança possibilitou a exploração de fontes valiosas que, até então, estavam restritas.

A intersecção entre antropologia e história se revela como um cruzamento necessário para uma compreensão mais completa e profunda dos processos de mudanças e permanências das representações sociais. Ao demonstrar as aproximações entre essas duas disciplinas, este estudo destaca a importância de uma colaboração interdisciplinar para a ampliação das perspectivas de pesquisa. Desta forma, esta jornada etnográfica reforça a vitalidade e a riqueza das abordagens interdisciplinares, bem como a capacidade da Antropologia em dialogar com diferentes campos do conhecimento. A compreensão das nuances das dinâmicas sociais e culturais exige uma visão ampla, sensível e contextualizada, e é por meio dessa abordagem que conseguimos alcançar uma compreensão mais profunda.

CAPÍTULO 2

O FETICHISMO DA FRONTEIRA

A modernidade da fronteira final

A Amazônia começou a ser formada na modernidade. Em parte, podemos observar algumas das características do ser moderno descritas por Marshall Berman (1986). Entretanto, ao contrário da ideia de *anulação* das “fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia”, a Amazônia intensificou essas divisões, servindo como referência para acentuá-las.

A visão da Amazônia como uma fronteira a ser sucessivamente conquistada e fonte de matéria-prima reflete os princípios da modernidade, como racionalidade, progresso e exploração econômica. Além disso, a Amazônia foi sujeita a processos de dominação e exploração colonial, incluindo a subjugação de populações indígenas, a imposição de fronteiras artificiais e a extração de recursos para abastecer o modo de produção capitalista. Desde a acumulação primitiva de capital, passando pela biopirataria e chegando à produção científica com coleções etnológicas da cultura material indígena, abastecendo museus e servindo como pontos de referência entre o que era culto e o que era selvagem. Assim, a região não foi apenas área de exploração econômica, mas também território de reprodução e reforço das dinâmicas de poder coloniais.

Ao estudar o avanço do modo de produção capitalista, o quadro teórico, posiciona a Amazônia em um contexto histórico e social que questiona as promessas de progresso universal e equitativo, revelando profundas contradições e desigualdades no projeto moderno. Berman oferece bons argumentos para explicar a modernidade com a frase de Marx: “tudo o que é sólido desmancha no ar”. Essa frase é relevante ao considerarmos genocídios e desmatamento como práticas cotidianas na formação da Amazônia. Contudo, as estratégias dos povos indígenas para manter suas existências indicam que não podemos entender o capitalismo na Amazônia tratando os povos autóctones e comunidades tradicionais como passivos e resilientes. Ao tratar da Amazônia como resultado da modernidade, é preciso reconhecer que *quase tudo* o que é sólido desmancha no ar.

Entre os anos de 1987 a 1994, nos Estados Unidos, foi exibida a série de ficção científica “*Star Trek: The Next Generation*”. No início de cada episódio a série era apresentada com a seguinte frase: “Espaço: a fronteira final. Estas são as viagens da nave estelar Enterprise. Prosseguindo em sua missão de explorar novos mundos, procurar novas formas de vida e novas civilizações, para audaciosamente ir onde ninguém jamais esteve”. Essa abertura era narrada pelo personagem capitão Picard da nave “*USS Enterprise*”. Não obstante, sugiro uma paráfrase, com a frase de abertura do seriado, para entender as definições de fronteiras no processo de conquista da Amazônia: “Amazônia, a fronteira final” é a primeira ponta de um *hiperlink* que demonstra que a Amazônia é tratada como fronteira aberta, território a ser conquistado sucessivamente desde o século XVI.

A palavra “fronteira” está comumente associada a imagens que compõem o imaginário social, referindo-se a limites e divisões, geralmente marcados por características geográficas distintas entre os lados “a”, “b”, “c” e assim por diante. No presente estudo, considera-se que adotar apenas essa perspectiva é restritivo para compreender a trajetória das representações de fronteira na formação política e social da Amazônia. Conforme Pacheco de Oliveira define, “é perigoso limitarmos-nos a visões apenas geográficas da fronteira e a concepções puramente etnificadas da alteridade. As fronteiras não são fatos naturais, mas podem ser criadas por interesses políticos e econômicos” (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 25). Entretanto, a própria geografia tem sido repensada por meio de diálogos com outras disciplinas, como história, sociologia, ciência política e antropologia. Dois exemplos notáveis são as linhas de pesquisa em “geopolítica” e “geografia humana”.

O debate na história dessas ciências é crítico para compreender como a relação entre poder e território foi problematizada e construída como objeto científico. Isso significa que uma ciência não é mais legítima que outra para estudar um determinado tema; o que existem são perguntas, metodologias e respostas sob diferentes perspectivas. Em seu texto “O solo, a sociedade e o estado”, Friedrich Ratzel (2012) afirmou que “a maior parte dos sociólogos estuda o homem como se ele tivesse se formado no ar, sem laços com a terra” (p. 93). O geógrafo alemão não especificou a qual sociologia e também a “ciências políticas em geral” estava se referindo. No entanto, como já foi demonstrado neste estudo, “o solo”, “a terra” e “o território” são elementos fundamentais da problemática, uma vez que estão intrinsecamente ligados às representações sociais aqui estudadas. O texto parte em defesa dos “elementos naturais” e para a crítica às pesquisas que não detinham um lugar de destaque em seus escopos ao “solo”; porém há definição exata do que considera “elementos naturais”.

Ainda assim, não é adequado, em grande parte devido à minha competência limitada, estender demasiadamente esta discussão. Antes de continuar, desejo explicitar as escolhas teóricas e metodológicas que orientam minha pesquisa sobre fronteiras e territórios. Nesse contexto, é importante ressaltar que questões científicas são encorajadas e bem recebidas, independentemente de sua origem disciplinar. Para ilustrar isso na prática, uma frase de Ratzel é apropriada: “como o Estado não é concebível sem território e sem fronteiras”, então, na perspectiva de Ratzel, tornou-se necessário estabelecer uma geografia política (2012, p. 93). De fato, como já foi apresentado, a formação e a manutenção do estado estão diretamente relacionadas a demarcações de fronteira e conquistas de territórios.

Ao estudar a Amazônia, é evidente que a terra, a água e a natureza como um todo desempenharam papéis centrais em todos esses relatos e interpretações. Pacheco de Oliveira (2016, p. 163), ao mencionar que “autores nacionais e estrangeiros pintaram em cores vívidas como a força da floresta avassalaria os homens e lhes imporia um destino inexorável”, constata que muitos escritores, retrataram energicamente como a exuberância e o poder da floresta amazônica afetaram as pessoas e as colocaram diante de um destino inevitável²². Tal interpretação enfatiza o quão primordial é a natureza o ambiente para uma compreensão abrangente da Amazônia, evidenciando como esses elementos exercem influência não apenas nas dinâmicas sociais tangíveis, mas também na construção da memória coletiva das comunidades que ocupam essa região.

A Amazônia tem sido considerada como um território a ser conquistado sucessivamente, refletindo a ideia de que é uma fronteira em constante expansão, onde novas oportunidades e desafios surgem continuamente exigindo novas adaptações. Conforme escreveu Pacheco de Oliveira:

As descrições e análises, no entanto, deslocavam-se de um a outro lugar sem precisar alterar a mesma retórica, frequentemente traduzida na ideia “da última fronteira”. Virgem, no caso, significava sem dono anterior, podendo ser livremente apossada. Sem reconhecer, portanto, às populações autóctones um direito, exclusivo e precedente, aos territórios por eles antes ocupados (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 165).

Amazônia, a fronteira final. Entretanto, neste caso, o “final” está sempre em aberto e/ou movimento. Desde o século XVI, a Amazônia foi definida como um refúgio para “novos

²² O autor selecionou uma variedade de pensadores para discutir a Amazônia, abrangendo um período de mais de um século. Cada um desses autores oferece uma perspectiva única sobre a região e seu desenvolvimento ao longo da história. Nesse sentido, o recorte do temário contemplou os seguintes autores: Pimenta Bueno (1882), Silva Coutinho (1907), Guedes (1914), Le Cointe (1922), Vianna Moog (1936), Mendes (1943) e Ferreira Reis (1953). Essas interpretações variadas ao longo do tempo fornecem uma compreensão mais completa da evolução da percepção e das políticas relacionadas à Amazônia.

mundos” e “novas formas de vida”. Até mesmo no século XXI, projetos que buscam “explorar onde ninguém jamais esteve” ainda são promovidos. No entanto, em contrapartida à reverência e ao encanto em torno dessas novas formas de vida, como retratado na série de ficção mencionada anteriormente, constata-se a realidade de uma fronteira aberta e a presença autoritária do capitalismo, que são alguns dos fatores que têm orientado a colonização ocidental na Amazônia.

Essa visão ignorou os povos indígenas que habitavam a Amazônia há séculos, muitas vezes enquanto sujeito de direitos, considerando-os como obstáculos ao progresso ou como “empecilhos” à colonização e exploração da região. Essa falta de reconhecimento dos direitos territoriais das populações autóctones levou a sérios conflitos e injustiças ao longo do processo de ocupação capitalista da Amazônia, incluindo deslocamentos forçados e a degradação do ambiente.

Neste contexto, começamos a abordar o fenômeno do “fetichismo da fronteira”, um elemento central desse estudo. Por outro lado, destaca-se, de forma introdutória a relevância do “processo de manutenção da fronteira aberta”, uma noção que será explorada em detalhes nas seções subsequentes. Também são apresentadas as categorias de “ameaças”, “protegidos” e “protetores”, cuja presença constante molda várias conjunturas aqui descritas.

Por fim, em sua página terminativa, o capítulo indica uma temática que terá destaque em diversas partes do trabalho. Iniciando com as expedições e culminando nas discussões contemporâneas sobre o papel da Amazônia no abastecimento de matéria-prima, abordamos o momento em que a sustentabilidade se torna mercadoria.

Fetichismo da Fronteira

A Amazônia é fonte de matéria-prima para abastecer o modo de produção capitalista há séculos. Para explicar o início do capitalismo, Karl Marx definiu o conceito de acumulação primitiva como: “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (Marx, 1985, p. 830). A ideia era indicar um dos primeiros métodos de acúmulo de capital, porém esses métodos foram adequados conforme as mudanças industriais exigiam novas matérias-primas, então, nesse sentido a acumulação primitiva ocorria em determinados territórios (colonizados) enquanto,

simultaneamente em outros territórios o capitalismo passa por transformações da divisão do trabalho ficando cada vez mais complexo e racionalizado.

O fetichismo da mercadoria em “O capital”, segundo Karl Marx, refere-se à ocultação da exploração nas relações de trabalho. Nesse ponto é onde afirmo que o fetichismo da fronteira promove a ocultação da violência colonial. Assim, a conquista e ocupação de fronteiras foram justificadas como um direito natural. Através do caráter fetichista da mercadoria, do dinheiro e do capital, Marx apontou que, além da existência material, há outra modalidade de existência atribuída à mercadoria: o “fetichismo da mercadoria”, que por sua vez, refere-se à atribuição de valor não pelo trabalho humano, mas sim pelo valor de troca que é estabelecido no mercado. O fetichismo da mercadoria, como nos diz Marx, consiste no fato de que:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. [...] Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. [...] é apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. (Marx, 2013, p. 122-123).

Em vista disso, o fetichismo descrito por Marx se refere à produção específica de invisibilidade das relações sociais dos produtores, ou seja, o ocultamento do processo de produção, como se a mercadoria não fosse o resultado de interações sociais. Por conseguinte, o fetichismo da fronteira é o ocultamento da fronteira como instrumento de dominação. Com as ferramentas da antropologia, esse estudo revela as inscrições atribuídas à fronteira em distintos “regimes de alteridade”, (Pacheco de Oliveira, 2016).

A trajetória do termo “fetiche” e do conceito de fetichismo, conforme apontado por Alfonso Iacono (1992), pode ser rastreada ao longo da história com a primeira aparição deste termo em 1760, quando Charles de Brosses o introduziu em seu ensaio intitulado “do culto dos deuses fetiches”. Derivado da palavra “feitiço” do português, “fetiche” foi prontamente adotado pelos europeus brancos para designar objetos de culto e práticas religiosas das

populações da África ocidental durante os séculos XV e XVI. O autor enfatiza que o conceito, a partir desse ponto, serviu aos interesses da ideologia colonial e disseminou-se rapidamente.

Marcel Mauss, segundo Iacono (1992), concebia o “fetichista” como alguém incapaz de discernir entre a representação e a coisa representada, recorrendo a objetos como encarnações de fenômenos sem compreendê-los verdadeiramente. Entretanto, aparentemente essa observação simplifica em demasia os estudos de Mauss sobre fetichismo. Salienta o antropólogo francês:

Quando for escrita a história da ciência das religiões e da etnografia, será surpreendente o papel indevido e fortuito que uma noção do gênero dessa de fetiche representou nos trabalhos teóricos e descritivos. Ela corresponde somente a um imenso mal-entendido entre duas civilizações, a africana e a europeia; ela não tem outro fundamento além de uma obediência cega à convenção colonial, às línguas francas faladas pelos europeus na costa ocidental (Mauss 1995, p. 244-245, *apud*: Pires, 2011, p. 82).

Mauss, contribuiu para a compreensão do conceito de fetichismo em seu trabalho “ensaio sobre a Dádiva” (2003). No entanto, é importante notar que a abordagem de Mauss difere significativamente da ideia associada ao fetichismo sexual, a partir de Freud, são perspectivas distintas. Mauss observa que em muitas sociedades não ocidentais, existem objetos que são considerados sagrados e que têm um significado religioso profundo. Esses objetos são frequentemente tratados com grande reverência e são vistos como intermediários entre o mundo material e o espiritual.

A raiz do fetichismo, de acordo com Iacono (1992), remonta a uma forma primitiva de religião, onde a divinização ocorre diretamente por meio dos objetos. A evolução do conceito revela que, embora inicialmente utilizado para descrever crenças religiosas, o termo “fetiche” passou a ser aplicado a outros fenômenos em disciplinas como psicologia, antropologia, filosofia e psicanálise. Assim, com as contribuições de Marx e Freud, o conceito de “fetiche” adquire novas conotações, destacando-se por seu contexto modificado. Agora, é aplicado a fenômenos como mercadoria e perversão, inerentes ao mundo dos europeus “civilizados”, e não mais vinculado exclusivamente a culturas tidas como “inferiores” ou “primitivas”, (Iacono, 1992).

No caso de Marx, Iacono (1992), interpreta a alusão ao “fetiche” como uma ferramenta crítica. Isso implica em afastar-se do âmbito observado e, em seguida, retornar a ele sob uma nova perspectiva, promovendo comparações e, assim, relativizando os valores da sociedade contemporânea. Por exemplo, em 1842, Marx faz alusão a Brosses e, em um artigo da Gazeta Renana, estabelece uma analogia entre os espanhóis, que consideravam o ouro

como um fetiche, e ironiza os burgueses alemães que escolhiam a lenha como seu fetiche, em um episódio amplamente conhecido como o “roubo” de lenha.

Voltando a Marcel Mauss (2003), o conceito de fetichismo em um contexto etnográfico mais amplo, enfatizando a noção de objetos imbuídos de poderes mágicos ou religiosos especiais. Esse entendimento difere significativamente da concepção mais comumente associada ao fetichismo sexual envolvendo objetos não convencionais. Mauss explora, igualmente, o fenômeno da troca de presentes ou dádivas em sociedades primitivas, destacando que essa prática não é meramente uma transação econômica, mas sim uma complexa rede de obrigações sociais e culturais, (Mauss, 2003).

Os objetos de consumo, nesse sentido, em sociedades capitalistas, também podem adquirir significados simbólicos ou culturais para além de seu valor utilitário ou de troca. Portanto, o conceito de fetichismo em Marcel Mauss está intrinsecamente ligado à sacralidade atribuída aos objetos e à maneira como diferentes culturas conferem significados profundos a esses objetos em seus contextos sociais e religiosos.

William Pietz e Emily Apter (1993), no texto *“Fetishism and materialism: the limits of theory in Marx”* destaca que, apesar dos avanços teóricos significativos proporcionados pelo pós-estruturalismo em várias áreas, sua contribuição efetiva para a compreensão das obras de Marx tem sido limitada. Em vez disso, o pós-estruturalismo concentra-se principalmente em uma interpretação semiológica da teoria marxiana, o que, na prática, dificulta a exploração produtiva das escritas de Marx. Dentro dessa revisão pós-estruturalista de Marx, o conceito de fetichismo assume um papel central na abordagem de questões relacionadas à interseção entre ciência, ideologia, consciência e à construção cultural da realidade social. Essas questões emergem principalmente quando se busca teorizar o potencial revolucionário associado a identidades não proletárias, aos novos movimentos sociais e à política cultural. (Pietz, 1993, p. 119).

Entretanto, ainda segundo Pietz, a crítica fundamental à interpretação semiológica do fetichismo, é que essa abordagem omite da análise marxiana o materialismo que a caracteriza e que, na perspectiva do autor, representa sua maior força como método crítico. Para uma compreensão mais eficaz do método materialista de Marx, é necessário considerar abordagens como a fenomenologia existencial, análises dialéticas e pesquisas sociais quantitativas, que, por sua vez, são rejeitadas pela abordagem semiológica pós-estruturalista. (Pietz, 1993, p. 130).

Outro aspecto do fetichismo da mercadoria é seu valor de uso e valor de troca. Os estudos de Adorno e Horkheimer (1985) sobre o fetichismo da mercadoria cultural tratam do

desenvolvimento ideológico no qual os objetos teriam aspectos de humanização e os sujeitos seriam coisificados, tornando-se, desta forma, extensões da produção mercadológica e objetivando suas relações cotidianas²³.

À vista desse processo de coisificação do sujeito diante do fetichismo da mercadoria, está proposto, em certa medida, um paralelo entre o fetichismo da fronteira e os lugares reservados aos agentes sociais que a constroem com o trabalho cotidiano. Como, por exemplo, o hino de Rondônia que define as pessoas como “*sentinelas avançadas, somos destemidos pioneiros*”²⁴. Ao estudar esse texto, Sandro Colferai (2010) evidencia que:

quando da composição da letra e, posteriormente, da música que viriam a se tornar o hino de Rondônia, o contexto histórico era absolutamente distinto daquele encontrado no início da década de 1980, quando foi adotado oficialmente. Em 1950 Rondônia tinha apenas dois municípios e a população se concentrava às margens dos rios Madeira e Mamoré, tendo como principais atividades a coleta de látex, a pesca e a mineração nos leitos destes rios. Três décadas depois, a população era pelo menos cinco vezes maior e as atividades base do estado eram outras. Com a colonização agrícola, em função da distribuição de terras, a agricultura passou a ser a atividade principal. Assim, a relação com o meio alterou-se completamente, passando de atividades basicamente extrativistas para a intervenção direta no ambiente (Colferai, 2010, p. 340-41).

Tanto no poema quanto no estudo sobre o texto feito por Colferai (2010) percebe-se a ausência de várias sociedades, por exemplo, indígenas e quilombolas, que estavam presentes tanto na conjuntura de definição do território federal (1943) quanto na do estado federativo (1981). Vale ressaltar que os demais territórios federais foram promovidos a estados somente com a Constituição Federal de 1988. Isso demonstra que Rondônia foi uma região estratégica para a nova ocupação capitalista na Amazônia, resultando em uma mudança significativa na administração política. A imagem das “sentinelas avançadas” atribui às pessoas um posto de guarda na fronteira, que por sua vez é revestida no imaginário social com atributos ideológicos identitários, ou seja, no caso da formação de Rondônia, o que estipulava um determinado projeto de sociedade, de pertencimento identitário e de cidadania seria justamente a fronteira, o ponto em comum, que une as “sentinelas”, os “pioneiros”. Assim, não apenas exclui determinados grupos específicos, mas também gera invisibilidade.

²³ Para consultar um comentador sobre fetichismo da mercadoria cultural na obra de Teodor Adorno ver Silva (2012).

²⁴ Na origem, a letra do hino “Céus de Rondônia” era um poema, intitulado “Céus do Guaporé”, de autoria de Joaquim de Araújo Lima, que teria sido escrito ainda na década de 1950. Na mesma década o poema foi musicado por José de Melo Silva, e passou a ser executado em cerimônias oficiais no então Território Federal do Guaporé. Quando houve a implantação do estado de Rondônia, em 1981, a canção, já como nome “Céus de Rondônia” foi oficializada, pela constituição estadual, como hino da nova unidade da Federação. (Colferai, 2010, p. 3401).

José de Souza Martins (1997), compara a fronteira a um ritual religioso e ao ato de sacrificar algo. Isso sugere que a fronteira não é apenas um limite geográfico, mas também um lugar de significado profundo, onde algo é oferecido em nome de um propósito maior. Em suas palavras:

A fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o Outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem domina, subjuga e explora. É ela um lugar de antropofagia simbólica, de desencontro, na busca de destino dos que se perderam nas veredas e no abismo do incógnito e desconhecido. (Martins, 1997, p. 85).

A “degradação do Outro” refere-se à maneira como as pessoas que estão do outro lado da fronteira são frequentemente tratadas de maneira inferior ou desumanizada. Isso pode acontecer devido a preconceitos, estereótipos ou políticas discriminatórias em relação a grupos específicos. A ideia, passada por Martins, é que a degradação do “Outro” na fronteira serve para beneficiar aqueles que estão no controle, que exercem poder sobre os outros e os exploram. A fronteira, portanto, desempenha um papel fundamental na manutenção do poder e da dominação. Já a “antropofagia simbólica” refere-se à ideia de que a fronteira é um lugar onde símbolos culturais, identidades e até mesmo pessoas são consumidos ou absorvidos de maneira simbólica. “Desencontro” indica que a fronteira é um local de separação e falta de entendimento entre diferentes grupos. O sociólogo termina a frase com a fronteira sendo vista como um lugar onde as pessoas que estão em busca de um novo destino ou oportunidade muitas vezes se aventuram, mesmo que isso signifique entrar em território desconhecido e incerto.

Desta forma, como já foi dito, a fronteira é muito mais do que uma linha geográfica; é um espaço carregado de significado cultural, social e político, onde ocorrem interações complexas entre diferentes grupos, frequentemente envolvendo desigualdade, conflito e busca por um “futuro melhor”. Esse é o cerne para a definição do fetichismo da fronteira, a sua forma social e as atribuições do seu valor de troca. Portanto, os valores atribuídos à fronteira, sejam de mercado ou ideológicos, são encontrados no fetichismo da fronteira, na medida em que são aferidos os valores de uso e de troca atribuídos a ela, compreendendo a forma social da fronteira. Nesse caso, trocas, usos e valores estão dimensionados tanto na exploração de matéria-prima quanto nas representações sociais da fronteira e nos projetos constantes de conquista de novos territórios e mercadorias na circunferência amazônica, ou seja, na constância manutenção da fronteira aberta, sempre há novas conquistas a serem realizadas.

O antropólogo australiano Michael Taussig (1993) usa a expressão “fetichismo do estado” para ilustrar a “aura” de autoridade que envolve o estado contemporâneo, personificado tanto pelo mitológico Leviatã quanto pela visão hegeliana. Em suas palavras:

By State fetishism I mean a certain aura of might as figured by the Leviathan or, in a quite different mode, by Hegel's intricately argued vision of the State as not merely the embodiment of reason, of the Idea, but also as an impressively organic unity, something much greater than the sum of its parts²⁵ (Taussig, 1993, p. 218).

A referência ao Leviatã sugere uma representação do estado como uma entidade colossal e poderosa, clara referência a Hobbes. Por outro lado, a visão de Hegel apresenta o estado como algo muito complexo e orgânico, mais do que a simples soma de suas partes individuais. Mais adiante, em seu texto, ele afirma que:

We are dealing with an obvious, yet neglected topic, clumsily if precisely put as the cultural constitution of the modern State-with a big S-the fetish quality of whose holism can be nicely brought to our self-awareness by pointing not only to the habitual way we so casually entify “the State” as a being unto itself, animated with a will and mind of its own, but also by pointing to the not infrequent signs of exasperation provoked by the aura of the big S-as with Shlomo Avineri, for instance, writing in the introduction to his book *Hegel's Theory of the Modern State*²⁶ (Taussig, 1993, p. 218).

Nessa abordagem, a letra maiúscula em “Estado” denota a concepção de um poder soberano que transcende suas partes constituintes. Isso chama a atenção para a tendência comum de personificar o estado, atribuindo-lhe vontade e consciência, resultando em uma personificação quase trivial. Por outro lado, salienta como essa personificação pode ser motivo de frustração, como exemplificado por Shlomo Avineri, que, ao explorar a teoria hegeliana do estado moderno, destaca como a simples distinção entre “estado” e “Estado” carrega um peso simbólico substancial, evocando as imagens icônicas de Leviatã e Behemoth, que simbolizam poder e opressão, (Taussig, 1993, p. 217). Behemoth também é uma figura mitológica, mencionada na Bíblia, no Livro de Jó. É frequentemente associado à ideia de uma criatura colossal da terra, às vezes representada como um hipopótamo ou outra besta terrestre

²⁵ Por fetichismo do Estado, quero dizer uma certa aura de poder, representada pelo Leviatã ou, de maneira completamente diferente, pela visão intrincadamente argumentada de Hegel sobre o Estado, não apenas como a encarnação da razão, da Ideia, mas também como uma unidade organicamente impressionante, algo muito maior do que a soma de suas partes. (Tradução livre).

²⁶ Estamos lidando com um tópico óbvio, porém negligenciado, desajeitadamente, mas precisamente, colocado como a constituição cultural do Estado moderno - com um grande “E” - cuja qualidade de fetiche em relação ao holismo pode ser trazida à nossa autoconsciência ao destacar não apenas a maneira habitual como casualmente personificamos “o Estado” como um ser por si só, animado com uma vontade e mente próprias, mas também ao apontar os sinais não infrequentes de exasperação provocados pela aura do grande “E” - como com Shlomo Avineri, por exemplo, escrevendo na introdução de seu livro *“Hegel's Theory of the Modern State”*. (Tradução livre).

gigante. No contexto político, Behemoth pode simbolizar um governo opressivo ou burocrático que exerce controle excessivo sobre seus cidadãos. A despeito sobre o “Estado”, adiante em outro capítulo, dedico um pouco mais sobre a antropologia do estado.

Particularmente, Taussig diz que o estado é percebido não apenas como uma construção racional ou ideológica, mas como algo que possui uma presença quase mítica e poderosa. Essa ideia de fetichismo do estado é relevante para a antropologia, pois destaca como as sociedades modernas atribuem um valor especial e até místico ao estado. Ela também sugere que, ao estudar uma cultura, é importante considerar não apenas as estruturas políticas e ideológicas, mas também as percepções e representações que as pessoas têm do estado, já que essas percepções podem influenciar profundamente seu comportamento e suas interações sociais.

O fetichismo é um dos traços da fronteira que está intimamente ligado à ideologia e à representação. Isso se deve ao fato de que a fronteira não é apenas um componente físico, mas principalmente uma ideologia da colonização capitalista, e as políticas de colonização transformaram a fronteira em uma coisa e estabeleceram formas de relação entre essa coisa e a própria colonização, que também é sucessivamente reificada.

Na condição de instrumento de dominação, as expressões deste fetichismo ultrapassam o âmbito das representações. Elas se entranham nas próprias estruturas das “sociedades fronteiriças”. Encontramos as raízes desse fetichismo nas representações científicas que moldam a percepção da fronteira como inalterável e indomável, nas relações práticas que estabelecem hierarquias e normas, nos documentos que narram a conquista como uma epopeia heroica, nos monumentos que celebram as memórias das fronteiras e nos rituais de colonização que legitimam a expansão territorial. No entanto, o fetichismo da fronteira transcende os artefatos culturais. Ele permeia o próprio imaginário, consolidando-se na ideologia que justifica a dominação territorial e econômica. Torna-se parte inalienável do cotidiano da colonização ocidental, infiltrando-se nas práticas diárias, nos discursos públicos e nas percepções coletivas. As fronteiras não são simples acontecimentos naturais, como rios ou montanhas, mas frequentemente são criadas e moldadas por interesses políticos e econômicos. Em muitos casos, elas são estabelecidas ou modificadas de acordo com objetivos e agendas específicas de poder e economia.

Fronteira aberta

De acordo com Otávio Velho (2009), sua pesquisa sobre as relações entre fronteira e desenvolvimento capitalista foi influenciada por diferentes casos: o americano, o russo e o brasileiro. No caso americano, ele desenvolveu uma visão inicial das interações entre fronteira e desenvolvimento capitalista. Já no caso russo, ele pôde compreender melhor as conexões entre campesinato, fronteira e capitalismo autoritário, além de identificar as implicações políticas desse tipo de desenvolvimento por meio da análise da Rússia nas primeiras décadas do século XX. No caso brasileiro, Otávio Velho concentrou-se no papel do campesinato e da fronteira na transição para o capitalismo, que tende a se cristalizar em um processo contínuo de acumulação primitiva. Em resumo, a pesquisa de Velho (2009) explorou diversas relações entre fronteira e desenvolvimento capitalista em diferentes conjunturas nacionais.

Otávio Velho (2009) cita os estudos de François-Xavier Coquin em “*La Sibérie: peuplement et l’immigration paysanne au XIX*” (1969), pesquisador da colonização na Sibéria, que definiu as características da fronteira em dois pontos. A primeira característica é o “locus para o estabelecimento de uma ‘população excedente’ de camponeses pobres” (Velho, 2009, p. 88). O segundo ponto, a partir das pesquisas de Frederick Jackson Turner, em “*The Significance of the Frontier in American History*” (1921), Velho estudou as características da fronteira aberta., que resumidamente diz:

examinamos a visão de Turner de uma *fronteira aberta* e o efeito que tinha sobre os seus participantes e sobre a sociedade como um todo. Adiante vimos que também existia a possibilidade de uma *fronteira fechada* como um traço de um sistema de repressão da força de trabalho. Todavia, verificamos no último capítulo que quando um sistema de repressão da força de trabalho evolui para um capitalismo autoritário, a *fronteira* não utilizada torna-se um recurso importante. Surge assim um *terceiro* tipo de fronteira que poderíamos denominar de *fronteira* aberta, porém *controlada* (Velho, 2009, p. 90), (destaque do autor).

Velho dialoga criticamente com Turner sobre a fronteira aberta e seus efeitos na sociedade. Em contrapartida, o antropólogo brasileiro também explora a ideia de uma fronteira que restringe a livre passagem, característica de um sistema que busca limitar a mobilidade da força de trabalho e regular o mercado imobiliário. Contudo, o texto indica que, dentro do contexto de um sistema caracterizado pelo modelo de capitalismo autoritário, uma fronteira previamente não utilizada passa a ser vista como um recurso de importância estratégica. Assim, surge um terceiro tipo de fronteira, definida como aberta, mas sujeita a controle. Essa fronteira é regulada e limitada pelo estado, que busca manter um controle estrito sobre a ocupação e exploração da área. Essa fronteira controlada é uma tentativa de manter o monopólio de circulação de pessoas e mercadorias e a estabilidade política, ao

mesmo tempo em que se aproveita dos recursos disponíveis para promover o abastecimento de matéria-prima para o sistema capitalista.

A segunda característica apontada por Velho é sobre as apropriações de “terras abertas”

[Esse *locus* era] privilegiado para transformações capitalistas no seio do campesinato, sem sofrer impedimentos da parte de um velho sistema de propriedade da terra, devido à abundância de terras abertas àqueles que teriam dificuldade em acumular nas regiões de origem (Velho, 2009, p. 88).

Nesta segunda característica, mesmo que em conjunturas distintas, há vários pontos semelhantes com a colonização realizada pelo INCRA na Amazônia a partir da década de 1970. Na literatura sobre Rondônia essa conjuntura é chamada de “colonização recente”; na qual sempre me chamou a atenção desde os primeiros trabalhos de iniciação científica com as famílias de agricultores que participaram dos projetos de incentivos a colonização em Rondônia (Timóteo da Cunha, 2008, 2009). Então, qual seria a colonização “antiga”? A resposta não é somente “a colonização portuguesa”, entre os séculos XVI ao XIX. A pergunta pode ser direcionada para entender “quais tipos de colonizações formaram Rondônia”?

Ainda no trabalho de Otávio Velho evoca uma perspectiva sociológica sobre o conceito de fronteira como o *locus* de uma terra aparentemente “infindável”. Em essência, ele alude à fronteira como um espaço intrinsecamente associado à percepção de oportunidades potencialmente infinitas. Esta concepção é mais proeminente em contextos históricos marcados pela expansão territorial.

O *locus* por excelência da terra “ilimitada” é, obviamente, a *fronteira*. Em outras palavras, a *fronteira* é um *locus* privilegiado para uma ideologia clássica de *laissez-faire* em condições tais que de fato existe uma possibilidade ampla para pelo menos um certo grau de avanço pessoal comparado com situações anteriores. (Velho, 2009, p. 93), destaques do autor.

Nesse contexto, é relevante examinar o termo *laissez-faire*, originário do francês e significando “deixar fazer”. Este termo frequentemente se associa a uma filosofia econômica que preconiza a mínima intervenção governamental nos assuntos econômicos. Octavio Velho, ao fazer alusão à ideologia clássica do *laissez-faire* em conexão com a fronteira, sugere que, nessa situação particular, as oportunidades econômicas são percebidas como especialmente abundantes. Este conceito se desenvolve, em parte, devido à crença na relativa escassez de restrições governamentais em tais conjunturas.

Em resumo, as noções de “fronteira aberta” e “fronteira controlada” são fundamentais para entender como Rondônia foi ocupada permanentemente, sendo vista como uma fronteira em constante conquista. As ideias de fronteira e colonização estão intrinsecamente conectadas

à expansão da ocupação ocidental e à consolidação do capitalismo. Portanto, o arcabouço conceitual baseado na antropologia é essencial para compreender as representações e os sistemas de classificação empregados nesse processo.

A proposta de Velho (2009) de abordar o estudo do campesinato a partir da perspectiva da fronteira encontra ressonância no trabalho de Pacheco de Oliveira (2016), que direcionou seu olhar para a análise dos seringais. Ambos os acadêmicos se empenharam em compreender as realidades sociais a partir desses contextos fronteiriços. Nesse sentido, surge a indagação: em que medida a conceituação da fronteira pode ser uma ferramenta heurística para a compreensão da formação da Amazônia Brasileira, especialmente no que se refere à formação de Rondônia? Como ponto de partida, essa abordagem sugere que a fronteira revela dinâmicas culturais e sociais profundas. Compreender Rondônia à luz desse enfoque pode lançar luz sobre a complexa teia de processos de colonização, desenvolvimento e identidade que caracterizam essa região. Destarte, essa visão nos ajuda a compreender como a fronteira é uma janela para as histórias intrincadas da Amazônia, especialmente de Rondônia.

O processo de formação de uma fronteira é um empreendimento complexo, repleto de camadas e nuances que exigem uma abordagem interdisciplinar. Nesse contexto, Pacheco de Oliveira, em sua pesquisa, apresenta um dos oito elementos fundamentais que facilitam a construção de uma descrição abrangente desse processo. Este primeiro elemento, que também foi mencionado anteriormente, afirma que “a fronteira é uma maneira de propor uma investigação” (2016, p. 125). Essa afirmação sugere que a própria fronteira pode ser considerada um ponto de partida para uma investigação aprofundada, com o objetivo de compreender as diversas dinâmicas sociais e econômicas que se desenrolam na intrigante “região de fronteira”.

Para caminhar nessa investigação etnográfica, é necessário examinar as representações que definem a fronteira, e este exame abrange duas dimensões distintas que se complementam: a política e a científica. No âmbito político, quando se fala da fronteira, referimo-nos a projetos de intervenção, ocupação e conquista territorial. Este é o terreno das políticas territoriais, onde estratégias e ambições entrelaçam-se para moldar a paisagem da fronteira.

No campo científico, as representações da fronteira assumem uma dupla concepção. Por um lado, elas podem servir como suporte aos ideais políticos, frequentemente reforçando conceitos coloniais arraigados e ideias preconcebidas sobre o que constitui a fronteira. Por outro lado, essas representações podem ser o resultado de pesquisas críticas e avaliações rigorosas. Neste caso, cientistas e acadêmicos empregam recursos e métodos científicos para

compreender e comparar as complexas camadas e paradoxos que constroem as relações sociais na região de fronteira.

É importante ressaltar que, ao estudar a Amazônia Brasileira, nosso objetivo não é rastrear suas origens no sentido convencional. Em vez disso, buscamos compreender a trajetória social e territorial na qual conceitos, ideias e representações foram sucessivamente revisados ao longo do processo de colonização ocidental capitalista. Pacheco de Oliveira (2016) notavelmente nos lembra que, para o estudo da Amazônia, não é estritamente necessário recuar aos séculos XVI e XVII. Na verdade, a Amazônia como fronteira social e histórica começa a emergir como um conceito significativo graças às inovações introduzidas por Tavares Bastos (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 124).

Pacheco de Oliveira dedica um espaço considerável para destacar a perspectiva de Tavares Bastos, que, sob o olhar atento do antropólogo carioca, emerge como uma figura proeminente. Tavares Bastos, segundo Pacheco de Oliveira, distinguiu-se ao afastar a interpretação da Amazônia das sombras dos determinismos raciais e geográficos. Em vez disso, propôs uma nova abordagem, ancorada nas teorias do liberalismo econômico (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 125). Contudo, neste contexto específico de pesquisa, revisitando as crônicas que remontam aos primeiros contatos ocorridos durante os estágios iniciais da colonização portuguesa e espanhola, é possível elucidar os padrões de ações violentas que eram empregados como demonstrações de vantagens bélicas e táticas de conquista. Este exercício nos permite compreender eventos que caracterizaram a conquista da Amazônia.

Ameaças, protegidos e protetores

Inicialmente, as categorias de ameaças, protegidos e protetores foram usadas para explicar a presença do SPI em Rondônia (Timóteo da Cunha, 2016). As ameaças correspondiam aos grupos que questionavam e denunciavam o SPI, como os “donos” de castanhas e seringalistas, que utilizavam a mão de obra indígena e exploravam matéria-prima sem estabelecer contrato com a instituição indigenista.

Homi Bhabha argumenta que a cultura se manifesta no entrecruzamento de espaços e tempos, adotando uma posição de “entre-lugares” (Bhabha, 1994, p. 20). Esses “entre-lugares” proporcionam o cenário onde estratégias de subjetivação, tanto individuais quanto coletivas, podem se desenvolver, originando novos sinais de identidade e novos pontos de

colaboração e desafio. Nesse processo, emerge a capacidade de redefinir a própria concepção de sociedade (Bhabha, 1994, p. 20). Isso sugere que as zonas fronteiriças, longe de serem apenas limites geográficos, são decisivas para a evolução de identidades culturais e para a articulação de narrativas que desafiam e colaboram com as noções estabelecidas de sociedade.

Essas categorias possuíam certa flexibilidade e eram redistribuídas conforme os avanços capitalistas. Os eventos descritos são alinhavados pelas mudanças nas ideias que classificam o que veio a ser ameaças, protegidos e protetores. Essas categorias não são fixas; estão nos “entre-lugares”.

As classificações “ameaças”, “protegidos” e “protetores”. se constituíam por variações em seus conteúdos, com uma rede de interdependência próximo a face de “interdependência” proposta por Elias e Scotson (2000) da colonização que lhe conferiam graus de importâncias em conformidade às conjunturas econômicas e políticas. As ideias e definições de ameaças e proteções são basilares na formação de estado, seja monárquico ou republicano. As fronteiras são alvos constantes de ameaças e disputas pela legitimidade de quais agentes seriam habilitados para controlá-las. Essas ações são encontradas em diferentes e distintas conjunturas, ora como definições no campo científico, ora em políticas governamentais ou ainda no cotidiano de agentes sociais que as usam como referências para explicar suas histórias de vida. As fronteiras são constantemente alvo de ameaças e disputas pela legitimidade de quais agentes teriam habilidades para controlá-las.

A plasticidade das categorias torna-se evidente ao avaliarmos as diversas conjunturas em que são utilizadas. Elas são úteis para explicar tanto os sistemas de classificação territorial quanto de alteridade. Observa-se, conforme Pacheco de Oliveira (2016) aponta, que em diferentes regimes de alteridade, os povos indígenas e as políticas indigenistas são frequentemente vistos como ameaças ao progresso. Esta abordagem, como uma prática discursiva, é um padrão recorrente nos rituais de colonização.

Norbert Elias, em sua análise das redes de interdependência, mostra como as relações de poder e os processos de estigmatização e desigualdade se desenvolvem entre grupos distintos. No estudo de Winston Parva, Elias e Scotson (2000) demonstram como os membros de grupos mais poderosos se percebem como superiores e como a estrutura familiar está interligada à estrutura do bairro em que residem. Adaptando esse conceito, podemos entender que as fronteiras e as classificações de ameaças, protegidos e protetores na colonização também são moldadas por essas interdependências sociais e políticas.

Complementando essa perspectiva, Homi Bhabha (1994) aborda a ideia do pós-colonialismo e do “além”, explorando como a cultura se manifesta nos “entre-lugares” – espaços de trânsito e transformação. Bhabha argumenta que “o além não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado” (Bhabha, 1994). Essa noção do “além” está em trânsito, simultaneamente abrindo espaço para o passado e o futuro. Nas palavras de Bhabha:

“Além” significa distância espacial, marca um progresso, promete o futuro; no entanto, nossas sugestões para ultrapassar a barreira ou o limite – o próprio ato de ir além – são incognoscíveis, irrepresentáveis sem um retorno ao “presente” que no processo de repetição torna-se desconexo e deslocado (Bhabha, 1994, p.24).

O léxico “proteção” indica manter sob guarda, proteger algo ou alguém do perigo. Nesse sentido, a proteção exercida pelo SPI era direcionada aos povos indígenas, os protegidos, seguindo a conveniência da instituição. O SPI enquanto agência de política indigenista e representação de um aparato do estado brasileiro exerceu tal proteção, nesse ponto encontramos os protetores, aqueles agentes que eram especializados em assuntos indigenistas cujo conhecimento e prática advindos da atuação dentro do SPI legitimava suas intervenções. Com as ampliações dos objetivos da pesquisa cabe alcançar e encontrar as conjunturas nas quais essas classificações eram exercidas além das políticas indigenistas. Ao considerar as ideias de Elias sobre interdependência e a adaptação deste conceito para entender a formação das fronteiras, juntamente com a visão de Bhabha sobre os “entre-lugares”, podemos compreender melhor como as noções de proteção e ameaça são construídas e contestadas em contextos coloniais e pós-coloniais.

Antropologia do poder

No cenário acadêmico contemporâneo, a investigação das relações de poder e do papel do estado na formação dos estados nacionais tem sido objeto de crescente interesse e debate. A antropologia do poder, também referida como antropologia do estado, emerge como uma corrente teórica que busca desvendar os mecanismos subjacentes às estruturas de poder e às suas manifestações em diversos contextos culturais. Esta pesquisa busca explorar as nuances dessa corrente teórica, identificando suas conexões com outras perspectivas teóricas e enfatizando sua intersecção com a historiografia.

A pesquisa está embasada em teóricos e nas abordagens metodológicas da Antropologia do Poder, também conhecida como antropologia do estado, em seu esforço para compreender as complexas dinâmicas de poder. Particular ênfase é dada à exploração das

possibilidades de diálogo entre essa corrente teórica e outras perspectivas, como a teoria marxista e as abordagens da sociologia compreensiva e sociologia relacional. Além do mais, destaca-se a relação intrínseca entre a antropologia do poder e a historiografia, especialmente quando etnografias são empregadas para descrever relações específicas em contextos socioculturais diversos.

A vigilância epistemológica proposta por Bachelard (1996) instiga a desconstrução das noções estabelecidas e a superação das ideias preconcebidas que podem restringir a compreensão. Ao aplicar essa abordagem à Antropologia do Poder, os pesquisadores são incentivados a questionar as concepções tradicionais de poder e estado, que muitas vezes são moldadas por estruturas ideológicas arraigadas. Através da vigilância epistemológica, a antropologia do poder pode abrir espaço para uma análise mais profunda e imparcial das relações de poder, permitindo que as complexidades subjacentes sejam exploradas sem restrições. Para Bachelard:

Ao falar de uma epistemologia não cartesiana, não é na condenação das teses da física cartesiana, ou mesmo na condenação do mecanismo cujo espírito se mantinha cartesiano, que pretendemos insistir, mas sim numa condenação da doutrina das naturezas simples e absolutas. Com o novo espírito científico, é todo um problema da intuição que se acha revolvido [...] Não apenas Descartes crê na existência de elementos absolutos no mundo objectivo, mas ele pensa ainda que esses elementos absolutos são conhecidos na sua totalidade e directamente. (Bachelard, 1996, p.101).

A epistemologia desenvolvida por Gaston Bachelard quebra com as certezas cartesianas, apresenta um enfoque educativo do pensamento intrincado e reitera a importância contínua de visitar o que é simples através de uma perspectiva de multiplicidade e a partir de um olhar voltado para a complexidade. Com isso, a vigilância epistemológica deve ser observada com proximidade. Em acordo com Pacheco de Oliveira sobre fontes e dados construídos em outros contextos:

Há que se avançar em uma direção preliminar e crítica, buscando saber de que instrumento cognitivo os dados quantitativos foram derivados, como foram efetivamente produzidos, que significados e projeções sociais estão neles cristalizados, bem como a que usos sociais serviram e servem (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 231).

Essa problemática é guiada por uma bibliografia da qual orienta uma série de pesquisas que descrevem “o Estado” como uma “máscara”, Philip Abrams (1988), isto é, não é um sujeito com uma consciência agindo, atuando, ou ainda, não se trata, de uma entidade que realiza feitos; antes disso, “o Estado” é encontrado nas ações das pessoas em suas práticas

cotidianas, nas representações e nos espaços de disputadas. O estado é visto como uma máscara que nos impede de enxergar a prática política como realmente é, nas palavras de Abrams:

*The state emerges as a structuring within political practice; it begins its life as an implicit construct; then it is reified - as the res publica, the public reification, no less - and progressively acquires an explicit symbolic identity divorced from practice, like an illusory explanation of practice*²⁷ (1988, p. 58).

Essa argumentação aborda uma perspectiva crítica em relação à percepção convencional do estado e sua relação com a prática política. O ponto central é que a imagem que temos do estado pode ser distorcida devido a uma série de fatores, levando a uma compreensão limitada da realidade política subjacente.

A metáfora da máscara destaca a ideia de que o estado muitas vezes age como uma cobertura que obscurece nossa visão da verdadeira dinâmica da prática política. Em vez de entender o estado como uma entidade autônoma e claramente definida, a argumentação sugere que ele surge a partir das práticas políticas que o moldam e o sustentam ao longo do tempo.

A formação de Rondônia foi influenciada por diversas agências, ideologias e agentes, que, em suas relações objetivas, contribuíram para a conquista da Amazônia. Abordar essa complexidade no contexto de uma pesquisa científica é uma tarefa desafiadora. Por tanto, é preciso desde o início, compreender como questionar se um agente age em conformidade com suas próprias motivações ou se suas ações realmente refletem os princípios da agência que representa. Por exemplo, temos o caso de um indigenista Rivoredo, que enfrentou um processo judicial por violência física contra indígenas e por roubo de gado pertencente ao SPI. Outro aspecto relevante é examinar o indigenismo rondoniano, que defendia a conquista pacífica, mas que, contraditoriamente, promoveu deslocamentos forçados de dezenas de povos indígenas. Quer dizer, são contextos distintos ao afirmar “o SPI realizou uma determinada ação” ou “o indigenista executou aquela ação”.

O conceito de “estruturação dentro da prática política” enfatiza que o estado não é um ente isolado, mas é moldado e definido pelas interações, decisões e relações que ocorrem no âmbito político. Ele é, de certa forma, emergente das próprias atividades políticas.

²⁷ “O estado surge como uma estruturação dentro da prática política; começa sua vida como um construto implícito; depois é reificado - como a res publica, a reificação pública, não menos importante - e adquire uma identidade simbólica explícita progressivamente divorciada da prática, como uma explicação ilusória da prática”. (Tradução livre).

A ideia de que o estado “começa sua vida como um construto implícito” destaca que, inicialmente, a percepção sobre o estado pode não ser completamente consciente ou explícita. À medida que as práticas políticas evoluem, o estado é gradualmente reificado, isto é, transformado em algo concreto e tangível, como a “*res publica*”, ou seja, o interesse público ou o bem comum. No entanto, essa reificação não é neutra; ela carrega consigo implicações ideológicas e simbólicas que podem distorcer a compreensão da prática política.

A noção de que o estado adquire uma “identidade simbólica explícita progressivamente divorciada da prática” destaca que a representação simbólica do estado pode se afastar cada vez mais das complexas realidades das práticas políticas concretas. Essa identidade simbólica pode até se tornar uma explicação ilusória da prática política, criando uma narrativa simplificada que não reflete inteiramente as nuances, os conflitos e os interesses em jogo.

Em suma, a argumentação sugere que a nossa compreensão do estado como uma entidade fixa e separada muitas vezes obscurece a realidade complexa das práticas políticas. Ela enfatiza que o estado emerge das interações políticas e pode ser distorcido pela reificação e pela representação simbólica. Portanto, a análise crítica proposta destaca a importância de olhar para além dessa “máscara” para compreender a verdadeira dinâmica da prática política.

A compreensão do poder é tema central nas ciências sociais e tem sido abordada por vários teóricos influentes, cada um trazendo uma perspectiva única que ilumina diferentes aspectos desse conceito complexo. Max Weber (2005), Karl Marx e Friedrich Engels (1980), Michel Foucault (2004), Pierre Bourdieu (1989) e Frantz Fanon (1968) oferecem leituras distintas do poder e da dominação, cada um dentro de seu contexto teórico e metodológico. Embora suas teorias não possam ser aplicadas de maneira direta e inalterada ao contexto específico da Amazônia, as questões levantadas por esses pensadores fornecem ferramentas analíticas valiosas que podem ser adaptadas e aplicadas para entender as dinâmicas de poder na região.

Seguindo a definição de Max Weber, o poder é entendido como algo sociologicamente amorfo, o que significa que ele não possui uma forma ou estrutura fixa e invariável (Weber, 2005, p. 43). Ele é contingente, dependendo das disputas e conflitos sociais, e pode se manifestar de inúmeras maneiras. A dominação, por outro lado, é a probabilidade de encontrar obediência a um comando específico entre determinadas pessoas. Essa definição destaca a relação entre o poder e a capacidade de comandar e ser obedecido, uma dinâmica que é fundamental para a organização social.

Ainda segundo Weber (2005, p. 43), o poder é a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra resistência, e independentemente da base dessa probabilidade. Esta concepção de poder é particularmente relevante quando se considera a história de Rondônia, onde a imposição da vontade pode ser vista na forma como a terra foi ocupada, como os recursos foram explorados e como os territórios foram controlados e administrados.

Deparamo-nos com uma tendência notável de atribuir uma valorização excessiva à questão do estado, que pode ser observada em duas manifestações distintas. A primeira delas se apresenta de maneira imediata, afetiva e dramática, assumindo a forma de um lirismo associado a uma imagem do estado como um monstro frio e dominador perante nós. Essa perspectiva retrata uma visão emotiva e impactante do estado como uma entidade ameaçadora e opressiva. Como Foucault (2008) descreveu o estado nunca teve uma unidade:

Encontramos essa supervalorização do problema do Estado essencialmente sob duas formas, parece-me. Sob uma forma imediata, afetiva e trágica: é o lirismo do monstro frio diante de nós. Existe uma segunda maneira de supervalorizar o problema do Estado - e sob uma forma paradoxal, por ser aparentemente redutora -, que é a análise que consiste em reduzir o Estado a um certo número de funções como, por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas, a reprodução das relações de produção: e esse papel redutor do Estado em relação a outra coisa toma, apesar de tudo, o Estado absolutamente essencial como alvo a atacar e, como vocês sabem, como posição privilegiada a ocupar. Ora, o Estado, sem dúvida não mais hoje em dia do que no curso da sua história, nunca teve essa unidade, essa individualidade, essa funcionalidade rigorosa e, diria até essa importância. Afinal de contas, o Estado talvez não seja mais que uma realidade composta e uma abstração mitificada cuja importância é bem mais reduzida do que se imagina. (Foucault, 2008, p. 144).

A segunda forma de supervalorização da problemática do estado é mais paradoxal, aparentemente simplificadora. Envolve a análise que busca reduzir o estado a um conjunto específico de funções, como o fomento das forças produtivas ou a reprodução das relações de produção. Curiosamente, essa abordagem reducionista, ao focar no papel do estado em relação a outros elementos, continua a fixar sua atenção de forma absoluta no estado como objeto de ataque e como posição de destaque a ser ocupada.

No entanto, a argumentação contesta essa supervalorização do estado. Sugere que o estado, mesmo considerando sua trajetória histórica, jamais deteve a unidade, a individualidade, a funcionalidade rigorosa ou a importância que lhe são frequentemente atribuídas. A noção de que o estado não se apresenta como uma entidade coesa, individualizada ou funcionalmente definida questiona a concepção comumente aceita de sua natureza.

De fato, é colocado em discussão que o estado pode ser mais adequadamente compreendido como uma realidade complexa e composta por diversos elementos. Além do que, é sugerido que o estado pode ser encarado como uma abstração que adquiriu uma aura mitificada, resultando em uma percepção exagerada de sua importância.

A referência a Michel Foucault enfatiza essa abordagem crítica à valorização excessiva do estado. Foucault sugere que o estado não possui a solidez, a singularidade ou a influência amplamente pressuposta. Ao desafiar essa perspectiva convencional, a argumentação instiga a uma reconsideração mais equilibrada e contextualizada do papel e da natureza do estado na dinâmica sociopolítica.

No verbete “*State*”, Marc Abélès (1996) faz um resumo sobre “O problema do estado atravessa a história da antropologia”. Sugere que a questão discutida possui raízes históricas profundas na filosofia e atinge seu auge no período do Iluminismo. Pensadores tão diversos quanto Locke, Diderot e Rousseau compartilharam a ideia de que a organização política complexa e centralizada tem suas origens em um estado de natureza inicial. Em outras palavras, eles acreditavam que a sociedade civilizada, com suas estruturas políticas formais, evoluiu a partir de uma condição mais primitiva e não organizada, conhecida como “estado de natureza”.

Abélès continua destacando uma nova maneira de pensar o estado. Utilizando os dados de Lewis Morgan, Friedrich Engels (1986) identificou o surgimento do estado como uma consequência da sociedade sendo dividida em classes antagônicas. Em outras palavras, Engels relacionou o desenvolvimento do estado à existência de grupos sociais com interesses e posições contrastantes, o que levou à necessidade de uma autoridade central para mediar e manter o controle sobre esses conflitos. Sugere uma definição de estado, seguindo Siegfried Nadel²⁸, nas palavras de Marc Abélès:

the state can be defined as a form of political system which is the product of a conjunction of three factors: a unitary polity based on territorial sovereignty; a specialized governmental body with a monopoly on legitimate force; and a ruling group, distinguished from the rest of the population by training, recruitment and †status, with a monopoly on the apparatus of political control²⁹ (Abélès, 1996, p. 796).

²⁸ Nadel, S.F. *A Black Byzantium: The Kingdom of Nupe in Nigeria*. London: Oxford. 1942.

²⁹ “o Estado pode ser definido como uma forma de sistema político que é o resultado da conjunção de três fatores: uma entidade política unitária baseada na soberania territorial; um órgão governamental especializado com o monopólio da força legítima; e um grupo governante, diferenciado do restante da população por treinamento, recrutamento e status, com o monopólio do aparato de controle político” (tradução livre).

Em seguida, porém, Abélès considera que a definição acima tem algumas limitações e indica o exemplo de Aidan Southall³⁰, que nas palavras de Abélès: “*has even proposed the idea of the ‘segmentary state’ in order to cover states based on relatively discrete local units or segments (based on territory or descent) but with a center which is stronger in ritual than in administrative terms*” (Abélès, 1996, p. 796)³¹. As duas perspectivas são pertinentes nesta pesquisa em contextos diferentes surgem situações que estão em escala mais ampla, como projetos de infraestrutura, e circunstâncias nas quais escalas mais localizadas, como as relações de um chefe de posto indígenas estabeleceu com seringalistas, comerciantes, políticos e indígenas para manter as suas atividades na região.

Joan Vicent (1996) em “*political anthropology*” tem como palavras-chave conceitos caros à antropologia: “colonialismo, facções, realeza, lei, marxismo e antropologia, economia política, poder, resistência, estado, violência, guerra”, descreve como esses conceitos foram discutidos ao longo das últimas décadas e os seus locais e deslocamentos na antropologia política, ou nos estudos antropológicos sobre política. Destaca três fases na trajetória da antropologia política. A primeira, (1879-1939) período em que, segundo o autor, fazia-se uma “antropologia da política”. A segunda fase (1940-66) exercia-se uma antropologia política com base “em um discurso de si mesma” e o terceiro momento que inicia na década de 1960, como abordagem pós-colonialistas revigoram a antropologia política. Temos aí, a obra de Said, Victor Turner, Bhabha; entre outros, (Vicent, 1996, p. 645).

Sharma e Gupta (2008), questionam e apontam caminhos para o lugar da antropologia nos estudos sobre fenômenos de estado. Temos dois pontos. O ponto A, trata-se de práticas cotidianas. O ponto B, diz respeito às representações do estado. Os autores estão pensando estado como “artefatos culturais, dentro de dinâmicas transnacionais”. Eles argumentam que a globalização está desafiando dois conceitos importantes ligados à ideia tradicional de estado nacional: o conceito de território (onde um estado tem controle) e o conceito de soberania (o poder supremo dentro do território). Isso significa que, devido à globalização, as noções tradicionais de estado nacional estão mudando.

A antropologia do poder se posiciona como um campo interdisciplinar, capaz de estabelecer diálogos frutíferos com diversas teorias sociais. A influência da teoria marxista é evidente, pois ambas as abordagens compartilham um interesse profundo nas estruturas de

³⁰ Abélès se refere a Southall, A. (1968) ‘*A Critique of the Typology of States and Political Systems*’, IN: M.Banton (ed.) *Political Systems and the Distribution of Power*, London: Tavistock.

³¹ “Aidan Southall até propôs a ideia do ‘estado segmentar’ para abranger estados baseados em unidades ou segmentos locais relativamente distintos (baseados em território ou descendência), mas com um centro que é mais forte em termos rituais do que administrativos”. (Tradução livre).

dominação e na exploração econômica. Gustavo Lins Ribeiro e Bela Feldman-Bianco, tratando das pesquisas de Eric Wolf antropólogo de origem austríaca e radicado nos Estados Unidos, ressaltam:

Nessa análise, Wolf reforça a necessidade da antropologia desenvolver uma sensibilidade para as ‘realidades do poder’; incorpora a noção de ‘poder tático’ de Richard Adams, isto é, ‘o controle que um segmento mantém sobre o meio ambiente de outro segmento’; enfatiza a importância do estudo dos grupos que mediam a relação entre camponeses e a sociedade mais abrangente; e abre o leque para uma visão cada vez mais global (Feldman-Bianco e Ribeiro, 2003).

Além do que, a antropologia do poder dialoga com a sociologia compreensiva, ao reconhecer a importância da compreensão das subjetividades individuais e coletivas na análise das relações de poder. A sociologia relacional também desempenha um papel significativo, fornecendo ferramentas conceituais para examinar as redes complexas de interações sociais que sustentam os sistemas de poder.

No verbete “*State*”, Marc Abélès encerra com clima otimista pelos amadurecimentos dos estudos antropológicos dedicados ao estado. A abundância de pesquisas etnográficas e históricas sobre a organização política, a segmentação das linhagens e a representação do poder real destaca a singularidade de um tipo de estado. Os rótulos como “estado de linhagem”, “estado tributário” ou “estado arcaico” são simplificações excessivas para capturar essa complexidade. Essas pesquisas não apenas revelaram informações detalhadas sobre as instituições, mas também lançaram luz sobre os processos decisórios dos agentes sociais dentro da estrutura estatal. Ele conclui que:

The wealth of ethnographic and historical research on political organization, lineage segmentation and the representation of kingship demonstrates the specificity of a kind of state, which the labels ‘lineage state’, ‘tributary state’, ‘or ‘archaic state’ merely simplify. Similarly we now have very precise data not only on institutions but on processes of decision-making, by the king and his counsellors, within the body of the state. The fruitfulness of anthropological methods in this context raises the possibility that a similar application to Western society might rejuvenate studies of the modern state. So investigations have rapidly developed concerning the centralization and territorial configuration of Western states, the networks of relationships which run through their institutions and apparatuses, and the rituals and symbols of power (Abélès 1990, Kertzer 1988). Such developments indicate the broad relevance of anthropological research on the state, once freed from its obsessive quest for origins (Abélès, 1996, p. 796)³².

³² “A riqueza de pesquisas etnográficas e históricas sobre organização política, segmentação de linhagens e a representação do reinado demonstra a especificidade de um tipo de estado, que os rótulos ‘estado de linhagem’, ‘estado tributário’ ou ‘estado arcaico’ meramente simplificam. Da mesma forma, agora temos dados muito precisos não apenas sobre instituições, mas também sobre processos de tomada de decisão pelo rei e seus conselheiros, dentro do corpo do estado. A fertilidade dos métodos antropológicos nesse contexto levanta a possibilidade de que uma aplicação semelhante à sociedade ocidental possa rejuvenescer os estudos sobre o estado moderno. Assim, as investigações rapidamente se desenvolveram em relação à centralização e configuração territorial dos estados ocidentais, às redes de relacionamentos que perpassam suas instituições e

A aplicação bem-sucedida dos métodos antropológicos nesse contexto indica a possibilidade de rejuvenescer os estudos sobre o estado moderno na sociedade ocidental. Isso conduziu a investigações mais abrangentes sobre a centralização e a configuração territorial dos estados ocidentais, bem como sobre as intrincadas redes de relações que permeiam suas instituições e sistemas de poder. Esses amadurecimentos desvinculam a obsessão pelas suas origens do estado.

Uma característica distintiva da antropologia do poder é sua estreita relação com a historiografia e com a ciência política. Através da realização de etnografias, a pesquisa busca não apenas descrever relações específicas em contextos culturais variados, mas também analisar o impacto da divisão internacional do trabalho nas pequenas comunidades com modos de vida tradicionais. As etnografias não se limitam a um olhar estático sobre as estruturas de poder, mas procuram entender sua evolução ao longo do tempo. Essa abordagem histórico-antropológica enriquece a compreensão das dinâmicas de poder, contextualizando-as em narrativas temporais mais amplas.

Aqui, destaquei a relevância da antropologia do poder, apontando suas interconexões com outras correntes teóricas e sua interação com a historiografia. Além disso, ao enfatizar a compreensão histórica por meio de etnografias, a tese revela a transformação das relações de poder ao longo do processo de instalação capitalista diante das comunidades e territórios tradicionais. Ao investigar as diversas formas de poder e o papel do estado nas operações capitalistas na Amazônia, esta pesquisa contribui para uma compreensão das dinâmicas socioculturais complexas inerentes aos conflitos decorrentes da ocupação ocidental.

Considerações

O processo de formação é constituído por diversos “pontos” e “elementos” que podem ser interpretados como novas formas de exercício de poder, e também para legitimar as estruturas de poder existentes. Símbolos de poder foram usados para consolidar o domínio dos colonizadores sobre as populações indígenas, seringueiros e agricultores, por exemplo, e para reforçar as hierarquias sociais. Eles desempenham um papel na criação e manutenção de narrativas de poder que justificavam a exploração dos recursos naturais daqueles territórios.

aparelhos, e aos rituais e símbolos de poder (Abélès 1990, Kertzer 1988). Tais desenvolvimentos indicam a ampla relevância da pesquisa antropológica sobre o estado, uma vez liberta de sua busca obsessiva por origens”. (Tradução livre).

Ao estudar criticamente a formação da Amazônia, encontramos uma realidade que desafia a representação da “fronteira final”. A Amazônia, no decorrer dos séculos, assumiu múltiplas representações e significados. Esta vasta região não é simplesmente o início de “novos mundos” ou “novas formas de vida”. Estas não são somente geográficas ou biológicas, ela se tornou um campo de complexidade, no qual interesses econômicos, ambientais e políticos se entrelaçam, moldando e reconfigurando o cotidiano e as representações da região e dos povos que ali se encontram.

No entanto, fica evidente que, antes das representações modernas, a Amazônia já era composta por povos indígenas, com ricas tradições culturais e sistemas de conhecimento. Esses povos e comunidades tradicionais, porém, foram frequentemente vistos e tratados como obstáculos ao avanço do progresso, resultando em conflitos e injustiças, incluindo deslocamentos forçados e a degradação do ambiente.

A formação de Rondônia representa uma complexa rede de práticas que visam garantir a continuidade da fronteira aberta. Esses rituais, desde a demarcação das fronteiras até as expedições e projetos de exploração, são elos interligados, formando uma sequência que mantém viva a ocupação capitalista na Amazônia.

Anteriormente, com a apresentação dos primeiros capítulos abordando a problemática, os materiais e alguns dos conceitos, preparo o terreno para o próximo tópico da pesquisa: “Rondônia: nem sempre foi Rondônia”. Neste ponto, são trazidas à discussão pesquisas, livros e ensaios que propunham explicar Rondônia, com adjetivos ufanistas, a partir dos feitos dos seus heróis. Examinei esses textos com uma abordagem crítica e explorei como certos conceitos coloniais foram perpetuados, contribuindo para a criação de lacunas nos conflitos e para a marginalização dos povos tradicionais.

CAPÍTULO 3

RONDÔNIA, NEM SEMPRE FOI RONDÔNIA

Ocupação humana

“A ocupação humana das terras rondonienses remonta ao começo do século XVIII³³”.

A Amazônia é frequentemente retratada como uma terra de oportunidades, pronta para ser explorada, ignorando as complexas relações sociais e ecológicas que a sustentam. Essa visão reducionista facilita a implementação de projetos que desconsideram os direitos e as perspectivas dos povos tradicionais, promovendo uma forma de desenvolvimento que beneficia principalmente agentes externos.

Imagine-se, leitora ou leitor, navegando pela internet em busca de dados sobre a Amazônia e encontrando a frase utilizada aqui como epígrafe. Nesse contexto, além do objetivo principal de descrever a trajetória dos conceitos de fronteira e colonização, há um esforço em desnaturalizar esse tipo de afirmação. Pesquisas arqueológicas têm provas materiais da presença humana na Amazônia há séculos, antes da chegada europeia³⁴, com por exemplo da citação abaixo ressaltando somente uma região específica de onde hoje é Rondônia:

Em 1978, foram identificados trinta e dois sítios arqueológicos no alto rio Madeira e no baixo curso dos seus afluentes associados a antigas aldeias ou acampamentos (Miller, 1978). [...] No complexo Jatuarana, as cerâmicas apresentariam grande variação na pasta, morfologias e acabamentos, com predomínio de decorações plásticas na porção mediana inferior da estratigrafia e policromia na superior, situado entre 2.730 AP e o século XVIII, em sítios-habitação com terra preta. O único cemitério, com dez urnas funerárias, enterradas lado a lado, distava a 2,5 km do sítio-habitação. A cerâmica Jatuarana seria a mais antiga da TPA, com 3.000 AP, tendo como centro o Teotônio (Miller, 1978, 1987, 1992). [...] A retomada das pesquisas, após trinta anos, volta-se para a análise das tecnologias líticas e cerâmicas, caracterização dos contextos arqueológicos e estabelecimento da

³³ Frase encontrada no *site* <http://www.pakaas.net/rondonia.htm>, sem assinatura, citando. Matias, Francisco. *Pioneiros. Ocupação Humana e Trajetória Política de Rondônia* (1998). Último acesso: 19/06/2021.

³⁴ Pesquisas que apresentam dados sobre a presença humana na Amazônia: (Albuquerque; Lucena, 2010), (Gomes, 2006), (Neves, 2006), (Neves, 2023).

cronologia para as ocupações indígenas, as quais têm início em torno de 9.500 AP [...]. (Zuse, Costa, Pessoa, & Kipnis, 2020, p. 3).

Está em discussão uma série de cenários marcados por etnocentrismo, como o exemplo mencionado acima. Roger Chartier (1995) afirmou que “cultura popular” é uma categoria erudita. Nesse sentido, podemos considerar o termo “Amazônia” como etnocêntrico, em sua conjuntura de invenção e na maneira como essa perspectiva foi reproduzida. Como fruto dessa invenção, surge o amazonialismo — um paralelo ao orientalismo de Edward Said (2003). O amazonialismo pode ser entendido como uma abordagem que envolve a construção de estereótipos e generalizações sobre a região e seus habitantes, muitas vezes baseados em visões pré-concebidas e preconceitos culturais.

Essa abordagem etnocêntrica não apenas marginaliza as narrativas dos povos indígenas e comunidades tradicionais, mas também reforça uma visão simplista e homogênea da Amazônia. Ao desconsiderar a diversidade cultural e histórica da região, essas generalizações perpetuam estereótipos que dificultam a compreensão das complexas dinâmicas sociais e ambientais. A utilização do termo “Amazônia” por agentes externos frequentemente serve para afirmar poder e controle sobre a região, ignorando a agência e a voz dos habitantes locais. Nesse contexto, o estudo crítico e a desconstrução dessas narrativas são essenciais para promover uma visão mais equilibrada e respeitosa da Amazônia e de seus povos.

O termo Amazônia pode ser considerado etnocêntrico, especialmente quando utilizado por pessoas externas à região para descrever e definir as características e identidades dos habitantes da floresta amazônica, marcando assim um regime de alteridade

Fernando Ozorio de Almeida e Guilherme Mongeló (2020) “arqueologia dos ‘pioneiros’ e da diversidade do alto rio Madeira” destacam o pioneirismo em diversos aspectos da história e cultura de Rondônia, um tema recorrente na longa duração da região. Este pioneirismo é evidente em diversas áreas, incluindo arqueologia, domesticação de alimentos e linguística.

O texto começa com a descoberta de Eurico Miller no sítio Abrigo do Sol, onde foram encontradas algumas das evidências mais antigas da presença humana na América do Sul, datando de 12.700 anos antes da era comum. Essas descobertas, embora inicialmente pouco exploradas, ganharam complemento com a divulgação de dados ainda mais antigos, de mais

de 18.000 anos, em um sítio próximo. Isso coloca Rondônia como uma chave local para entender as primeiras ocupações humanas no continente.

A região do alto rio Madeira é identificada como um centro possível de domesticação de culturas alimentares importantes, como a mandioca e a pupunha. Pesquisas paleobotânicas mostram a presença de outras plantas domesticadas, como abóbora e feijão, indicando um papel significativo da região na história da agricultura na América do Sul.

Além disso, esses estudos também abordam o pioneirismo linguístico, especialmente relacionado aos grupos Tupi. A bacia do alto Madeira é sugerida como a origem do tronco linguístico Tupi, com a família Tupi-Guarani se expandindo a partir dessa região. Este aspecto é reforçado pela presença de cerâmicas características produzidas por grupos falantes de línguas Tupi-Guarani, destacando-se na produção de urnas funerárias policrômicas.

Rondônia, portanto, emerge como um local de múltiplos pioneirismos, desde as primeiras ocupações humanas na América do Sul até o desenvolvimento de culturas agrícolas e a expansão de grupos linguísticos. Esses aspectos pioneiros não apenas definem a história da região, mas também contribuem significativamente para a compreensão mais ampla da história humana e cultural na América do Sul.

A análise de Almeida e Mongeló sublinha a importância de Rondônia na formação das práticas culturais e tecnológicas na América do Sul. As evidências arqueológicas e linguísticas demonstram a centralidade da região nos processos de domesticação de plantas e disseminação de culturas linguísticas, sugerindo que Rondônia desempenhou um papel vital na configuração das civilizações sul-americanas. Esses achados não só enriquecem o entendimento sobre a diversidade cultural e histórica da Amazônia, mas também fornecem insights essenciais para a reavaliação das narrativas predominantes sobre a pré-história do continente.

Outro exemplo surge enquanto eu explorava o acervo do Museu da Memória Rondoniense. Deparei-me com um documento em uma caixa de arquivo: um texto datilografado, com as marcas típicas do tempo, desprovido de uma capa formal. No entanto, uma capa improvisada de papel azul envolvia o documento, com o título “A Conquista do Vale do Madeira” escrito a lápis, acompanhado pelo nome do autor, Amizael Gomes Silva. No primeiro parágrafo da primeira página, ele escreveu:

A história registra a passagem do homem pela região de Rondônia desde o século XVI, quando o destemido sertanista português Aleixo Garcia percorreu o noroeste do país, pacificando muitas tribos indígenas que habitavam essas paragens, conduzindo três mil índios que arrebanhou quando se destinava ao Peru (Silva, s.d.).

O texto de Silva, ao abordar a figura de Aleixo Garcia³⁵ e sua atuação na região de Rondônia durante o século XVI, está impregnado de perspectiva etnocêntrica. A narrativa de Silva, ao descrever Garcia como um “destemido sertanista português” que “percorreu o noroeste do país, pacificando muitas tribos indígenas”, evoca uma visão romântica e heróica da colonização, uma perspectiva que frequentemente omite ou minimiza a violência e a coerção inerentes ao processo de conquista.

A utilização do termo “pacificando” é particularmente problemática. Historicamente, a “pacificação” de povos indígenas regularmente envolveu práticas violentas e opressivas, que resultaram em deslocamentos forçados, assimilação cultural e, em muitos casos, genocídio. A escolha dessa palavra, portanto, pode ser vista como uma forma de eufemismo que serve para suavizar a brutalidade da expansão capitalista, enquadrando-a como uma missão civilizatória benevolente. Pacificação é tema caro à etnologia e antropologia do estado no Brasil, Albert e Ramos (2002) em “pacificando o branco” e Souza, Silva, Moraes, Chirio (2017) em “pacificar o Brasil”.

Além de que, a expressão “conduzindo três mil índios que arrebanhou” sugere uma relação de domínio e subordinação, na qual os indígenas são retratados como meros seguidores ou recursos a serem utilizados pelos colonizadores. Esse tipo de linguagem desumaniza os povos indígenas, reduzindo-os a figuras passivas dentro de sua própria terra e história.

A visão eurocêntrica presente no texto de Amizael Silva é evidente na ausência de reconhecimento das culturas, sistemas políticos e organizações sociais indígenas que existiam antes e durante a chegada dos europeus. Ao focar exclusivamente nas ações de Garcia e outros colonizadores, a narrativa ignora as perspectivas e resistências dos povos indígenas, perpetuando uma história unilateral que valoriza os conquistadores em detrimento dos conquistados.

A terminologia de “conquista” empregada no título do texto de Silva reforça a ideia de que a história é escrita pelos vencedores. Essa escolha de palavras reitera a noção de que o valor histórico da região começa e é definido pela chegada dos europeus, apagando as ricas histórias que os povos indígenas construíram ao longo de milênios.

³⁵ Uma expedição partiu no verão de 1524 do Porto de Patos, localizado na costa de Santa Catarina, com destino ao Alto Peru. O líder dessa expedição, após chegar a esse porto como remanescente de outra jornada liderada por Juan Díaz de Solís, passou 8 anos na região, interagindo com os nativos. Durante esse período, ele soube da existência de riquezas incas, incluindo histórias sobre uma montanha de prata e um rei influente. Com a formação de um grupo de dois mil indivíduos, predominantemente indígenas, a expedição partiu para conquistar o Império Inca, seguindo a rota do Caminho do *Peabiru*. Mais detalhes em Rosana Bond (1998).

A representação unilateral dos eventos históricos resulta na marginalização das práticas culturais e dos conhecimentos tradicionais dos povos originários. Essa marginalização não apenas invisibiliza a diversidade cultural existente antes da colonização, mas também impõe uma narrativa simplista e reducionista que nega a riqueza e a profundidade das civilizações indígenas. O resgate e a valorização dessas narrativas são essenciais para uma compreensão mais abrangente e justa da história da Amazônia e de Rondônia.

Os conquistadores e os registros de suas expedições foram os principais responsáveis por construir a noção da “Amazônia” como uma região exótica e um território a ser conquistado. Eles definiram as percepções sobre os habitantes locais e as características da floresta. Contudo, essa construção não foi exclusiva dos exploradores externos. Exemplos subsequentes mostram que agentes sociais, buscando inserção em determinados campos, também reproduziram esses estereótipos. Inclusive residentes da Amazônia adotaram perspectivas etnocêntricas, contribuindo para o fenômeno do amazonialismo.

Este sistema tem paralelos com os conceitos de “estabelecidos” e “*outsider*” de Elias e Scotson (2000) na comunidade de Wiston Parva. No entanto, as categorias de estabelecidos e outsiders assumem formas distintas no contexto amazônico. A semelhança reside no uso da exclusão e estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido como mecanismos de preservação de identidade e afirmação de superioridade, conforme descrito por Elias e Scotson (2000, p. 22). Neste caso, os “estabelecidos” são os exploradores externos, enquanto os “*outsider*” são os habitantes locais. Essas características são encontradas nas descrições, em distintos estilos narrativos, que definem a Amazônia como “vazio demográfico” e “terra selvagem”.

Similarmente ao orientalismo discutido por Edward Said (2003), que aborda a representação e construção do Oriente pelos ocidentais, o amazonialismo representa um fenômeno análogo na representação e construção da Amazônia. Essa representação não se limita aos não-amazônicos e está vinculada a projetos específicos para a região, incluindo as noções de ameaças, protegidos e protetores. Frequentemente, essas representações simplificam a diversidade cultural e a complexidade da região em estereótipos, exotizando-a ou subjugando-a sob uma visão externa.

A revisão da literatura sobre a formação de Rondônia revela uma tendência a enfatizar eventos marcados pela exploração de recursos naturais e pela demarcação de fronteiras, frequentemente narrados através das ações de figuras de autoridade, enquanto as experiências dos trabalhadores, dos povos indígenas e das pessoas escravizadas permanecem nas sombras

da história. Esta abordagem, criticada por Eric Wolf (2005) em seu livro “A Europa e os povos sem história”, negligencia as narrativas daqueles que foram marginalizados ou invisibilizados pelos discursos dominantes. Wolf destaca a necessidade de trazer à luz as histórias desses “povos sem história”, reconhecendo suas contribuições e resistências ativas contra as estruturas de poder.

Roger Chartier (1990), por sua vez, nos lembra que as representações sociais não são reflexos passivos da realidade, mas construções ativas que moldam estratégias e práticas sociais, escolares e políticas. As representações são, portanto, instrumentos de poder e dominação, e as lutas em torno dessas representações são tão significativas quanto as lutas econômicas para entender como um grupo impõe sua visão de mundo e seus valores. A análise das representações é uma forma de identificar os pontos de conflito e competição que, embora não sejam imediatamente materiais, são cruciais para compreender as dinâmicas sociais, como conceituou Roger Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (Chartier, 1990, p. 17).

O conceito de representação é amplamente utilizado em diversas áreas das ciências humanas, tais como antropologia, comunicação social, filosofia, história, psicologia social, sociologia e literatura comparada, entre outras. Ele se entrelaça com noções como cultura, discurso, identidade, linguagem e realidade, estendendo-se aos debates sobre memória, autoridades intelectuais, dominação e poder. As representações são essenciais para entender como as identidades são formadas, como as realidades são percebidas e como o poder é exercido e contestado.

Ao aplicar o conceito de representação ao estudo da formação de Rondônia, este trabalho não busca uma genealogia exaustiva, mas sim identificar as perspectivas pelas quais o conceito pode elucidar as influências que moldaram a região. Isso inclui desvendar as histórias daqueles que trabalharam e viveram sob condições de exploração e opressão, bem como compreender como as políticas de ocupação e os ciclos econômicos foram

representados e legitimados ao longo do tempo. Dessa forma, podemos começar a perceber Rondônia não apenas como palco de exploração de recursos, mas como um espaço onde diversas forças sociais, culturais e políticas interagem e se manifestam.

As representações de ameaça e proteção, vinculadas às práticas discursivas de diversos agentes sociais, são essenciais para compreender como eventos e monumentos relacionados à formação de Rondônia são explicados, contestados e narrados. Essas práticas discursivas não apenas refletem as relações de poder, mas também as constituem, moldando a realidade social e histórica da região. Ao examinar como essas representações são construídas e mobilizadas, é possível desvendar as complexas redes de poder que configuram a história de Rondônia, influenciando quem detém a capacidade de definir, controlar e beneficiar-se dos recursos e territórios da região.

Edward Said (1990, 1995, 2007), com suas análises sobre representação, particularmente no contexto do orientalismo, e Michel Foucault (2004), com suas ideias sobre poder e discurso, oferecem perspectivas valiosas sobre como o poder se manifesta e se adapta através de extensões discursivas. Eles demonstram como as representações são utilizadas para criar e sustentar relações de poder e como essas representações são incorporadas nas ideologias e práticas sociais.

A representação, seja no campo intelectual ou nas memórias coletivas, é uma ferramenta poderosa que simultaneamente reflete e molda a realidade. No contexto da formação de Rondônia, a representação é fundamental para entender como a região e suas populações foram e são percebidas, e como essas percepções influenciam as políticas e práticas que afetam a região. Ao estudar a representação e a memória, podemos desvelar as camadas de significado impostas à Amazônia e às suas populações ao longo da história, frequentemente ignorando ou marginalizando os interesses e perspectivas das populações autóctones.

Entretanto, nem todas as referências à Amazônia são etnocêntricas. Existem abordagens acadêmicas, políticas e reivindicações étnicas que buscam compreender, ouvir e representar os povos e culturas tradicionais de maneira respeitosa e inclusiva. Essas abordagens consideram as perspectivas e experiências locais, adotando uma postura decolonial na performance epistemológica e na prática democrática.

Rondônia escrita por Roquette-Pinto

A criação do termo “Rondônia” está intrinsecamente ligada às transformações do Brasil no século XX. A primeira menção a esse termo foi feita por Edgard Roquette-Pinto³⁶ em 1915, no contexto de seu projeto para estabelecer uma “província antropogeográfica” com esse nome. Esta proposta, conforme ilustrado na imagem a seguir, abrangia a área entre os rios Juruena e Madeira, cortada pela “Estrada Rondon”, a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio. Roquette-Pinto justificou a criação da província com base em aspectos geológicos, botânicos, zoológicos, antropológicos e etnográficos da região.

Na condição de um projeto político, Rondônia é exaltada com adjetivos nacionalistas, destacando a bravura das pessoas que vivem no interior do Brasil, homenageando um herói nacional, neste caso, Candido Mariano da Silva Rondon, e principalmente estruturando uma agenda de pesquisas para transformar aquela realidade. “O que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conquistado” (Roquette-Pinto, 1913, p. 588; 1927, p. 85).

Embora Roquette-Pinto não tenha explicitado de forma sistemática as influências que moldaram sua definição de antropogeografia, é plausível afirmar que a obra “Geografia do Homem (Antropogeografia)” de Friedrich Ratzel (1990) exerceu uma influência significativa em seu trabalho. Conforme apontado por Rita Santos, a formação em antropologia de Roquette-Pinto, num período em que graduações específicas na área ainda não existiam, foi fortemente marcada pela prática em museus. Essa formação incluía a interação com diversas correntes teóricas; no caso de Roquette-Pinto, foram fundamentais os estudos germânicos, especialmente através das obras de Ratzel, Von den Steinen, Eherenreich e Von Martius. A geografia e a língua atuaram como contrapontos teóricos essenciais na análise antropológica de Roquette-Pinto sobre as populações autóctones. (Santos, 2019, p. 310).

Desde a proposta inicial de Roquette-Pinto até a criação do território federal de Guaporé em 1943, o SPI teve forte participação na implementação de políticas que promoveram mudanças significativas na gestão territorial. Essas políticas mantiveram sua relevância mesmo após a criação do território. Houve uma forte interligação entre as políticas tutelares e as ciências, especialmente as abordagens positivistas, que categorizaram as sociedades indígenas dentro dos paradigmas do evolucionismo social. Essa abordagem resultou na criação de novas cartografias e transformações territoriais.

³⁶ No ano de 1905 Edgar Roquette-Pinto, aos 21 anos de idade, se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano foi admitido como professor no Museu Nacional, onde foi diretor entre os anos de 1926 a 1935 encerrando trinta anos de trabalhos na Instituição. Sobre o contexto da admissão e trajetória Roquette-Pinto no Museu Nacional, sugiro a leitura da tese Souza, (2011).

A região administrativa da república federativa, atualmente conhecida como Rondônia e frequentemente referida como “fronteira entre a Bolívia e o Brasil”, “Sudoeste da Amazônia” ou “Amazônia Ocidental”, já foi mencionada de diversas formas, como “Noroeste do Mato Grosso” e “Sul do Amazonas”. Essas mudanças refletem um período em que os detalhes do território nacional estavam em construção. Diante das propostas para nomear aquele território, havia destaque voltado para homenagear Cândido Rondon, “Rondônia” emergiu como uma das denominações possíveis, competindo com outros nomes como “Guaporé”, Minas Novas, Madeira e “*Urucumacuã*”³⁷ (Menezes, 2001). Então, “Guaporé” foi o nome do território federal de 1943 a 1954, antes de ser renomeado para território federal de Rondônia, já *Urucumacuã*, por outro lado, ficou apenas como uma sugestão, e “Rondônia” prevaleceu na disputa.

A pauta proferida por Roquette-Pinto era: “O que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conquistado” (Roquette-Pinto, 1913, p. 588; 1927, p. 85), frase publicada em dois textos com um intervalo de quatorze anos. E esse conhecimento não é simples contemplação da exuberância da natureza ou da diversidade das organizações sociais. Esse conhecer é tomar o controle. Nesse sentido, a construção de novas cartografias, com renomeações de rios e estradas, homenageando figuras emblemáticas dos projetos republicanos e não mais os santos e reis como era antes da República, foi um empreendimento governamental e científico. Fronteiras foram reforçadas e outras construídas, demarcando circulações de pessoas, mercadorias, ideias e projetos políticos. Conhecer, naquele contexto, é dominar.

Além das questões de controle territorial e renomeação geográfica, a obra “Rondônia” também se insere em um contexto mais amplo de construção de identidade nacional e de legitimação do projeto republicano brasileiro. Este processo envolveu a integração simbólica e material de regiões periféricas ao centro político e econômico do país. A elaboração de novas cartografias e a promoção de figuras como Cândido Rondon não foram apenas atos de nomeação, mas também de afirmação ideológica, onde a ciência e a política se entrelaçavam para consolidar uma narrativa de progresso e civilização. Assim, a obra de Roquette-Pinto deve ser vista não apenas como um registro histórico, mas como uma peça fundamental na articulação de uma identidade nacional que procurava se distanciar dos símbolos monárquicos e construir uma nova coesão em torno dos ideais republicanos.

³⁷ Encontraremos nos documentos várias grafias “*Urucumacuan*”, “*Urucumacuam*”, “*Urucumaquan*” e “*Urucumacuã*”. Usarei a última versão por estar conforme o último acordo ortográfico. Lembrando que um distrito do município de Pimenta Bueno é nomeado *Urucumacuã*.

A obra “Rondônia” teve várias edições em português e uma em alemão, em 1954. Destacam-se a terceira, sexta e sétima edições que trouxeram modificações significativas, como acréscimos de mapas e comentários de outros pesquisadores; outras edições tiveram poucas alterações feitas pelo autor. A sexta edição, publicada em 1975 como o trigésimo nono volume do projeto editorial “Brasiliana”, incluiu a “Carta Ethnographica da Rondônia”. Naquela oportunidade, a obra recebeu contribuições com acréscimos de detalhes em notas de rodapé, feitas por Heloisa Alberto Torres, Alberto José de Sampaio, Olímpio da Fonseca Filho, Fábio Werneck, Raimundo Lopes, Álvaro Osório de Almeida e Melo Leitão.

A tradução alemã foi feita por Etta Becker-Donner. Nesse sentido, mais do que uma obra, “Rondônia” é uma das expressões predicativas da geração de projetistas da nação brasileira³⁸ atuante no início do século XX. Esta geração configurou uma complexa rede de interdependência ideológica na formação do estado brasileiro. Sobre a geração que assumiu a incumbência de trabalhar na construção do Brasil no século XX, trago a fala de Ramiz Galvão³⁹ quando Roquette-Pinto foi incorporado ao quadro do IHGB, em 1913:

(...) O ilustre consocio [Roquette-Pinto], que acabamos de ouvir e aplaudir, é um dos poucos da nova geração que se votam amorosamente aos estudos etnográficos, e ainda bem que sua predileção científica tomou este rumo. A seara, a que me refiro, foi até aqui mais aproveitada pelos sábios e viajantes europeus do que por filhos da nossa terra. (...). É tempo ainda, mas cumpre não perdê-lo, de completar o estudo das tribos que conservam o tipo ancestral e mantem língua costumes e crenças primitivas. Tudo isso será, talvez dentro de um século, pura arqueologia, mas, por isso mesmo, se faz mister que a geração contemporânea redobre de esforço para deixar a posteridade a notícia completa da raça autóctone. Ela não deixa monumentos, sem papiros, nem pagodes, nem inscrições que transmitam ao futuro a sua história. Captar, portanto, esta *lympa* [sic] preciosa que ainda corre da nascente e que amanhã se terá sumido da terra, é uma obra de alto valor que merece os nossos aplausos e cuja gloria não devemos deixar a estranhos. (Galvão, 1913, p. 599-600).

Outra frase famosa sobre o tema é do próprio Roquette-Pinto:

Venho das últimas gerações da monarquia. Assisti aos 5 anos as primeiras festas da República. Penso que o país deve um grande serviço à minha geração: foi a primeira a descrever das ‘fabulosas riquezas’ do Brasil, para começar a crer nas ‘decisivas possibilidades do trabalho’. Recebemos a noção de que um moço bem-nascido e bem-criado não devia precisar trabalhar (...). Ouvimos ainda o eco dos eitos. Diziam-nos que nosso céu tem mais estrelas que os outros (...). Minha geração começou a contar as estrelas. E foi ver se era verdade que nos nossos bosques havia mais vida. E começou a falar claro aos concidadãos. Com minha geração, o Brasil deixou de ser tema de lirismo. (Roquette-Pinto, 1939, p. 45).

³⁸ Recorro à reflexão de (Pareschi, 2002) sobre a ideia de projetismo. “O projetismo como uma forma de intervenção social especialmente vinculada à ideologia do desenvolvimento, manifestando estruturas tecnoburocráticas e as hierarquias nelas contidas, imprimindo uma dinâmica própria, geralmente alheia às condições reais em que é aplicada, contrariando, de certa forma, os objetivos que o justificam”. (2002, p. 108).

³⁹ Ramiz Galvão (Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Barão de Ramiz), foi médico, professor, filólogo, biógrafo e orador. Nasceu em Rio Pardo - RS em 1846 e faleceu no Rio de Janeiro - RJ, em março de 1938. Dirigiu a Biblioteca Nacional e também foi sócio e orador perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Considerar a categoria “geração” auxilia na compreensão da ligação entre o que foi considerado vocação política e vocação científica. Ao utilizá-la, especialmente no contexto abordado, percebe-se que essa categoria marca a linha temporal entre passado, presente e futuro, e assim, produz uma autoimagem. O discurso de Roquette-Pinto, proferido durante a cerimônia de sua incorporação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, explicita claramente seu lugar de fala, demonstrando seus posicionamentos quanto aos estudos e políticas direcionados aos indígenas, aos sertanejos, à ciência e aos cientistas. Ele se alinha com diversos cientistas da época, que entendiam o papel da ciência como um instrumento, mediado por aparatos administrativos, na construção de estados nacionais, e, nesse caso, em um projeto definitivo de construção da nação brasileira. Esse projeto não é isolado; é um dos vários que compõem a formação do estado-nação no Brasil no início do século XX.

Para resumir, o livro “Rondônia” (1917) já foi objeto de dezenas de leituras. Aqui, torna-se necessário tecer alguns comentários devido à sua importância na proposta desta pesquisa. É significativo por ser a primeira vez que “Rondônia” foi idealizada como um espaço específico, com populações específicas e potenciais para o progresso da “Nação Brasileira”. Esse projeto só foi possível no contexto do processo de formação do estado brasileiro no século XX. Os conhecimentos geográficos e etnológicos acumulados pela atuação do SPI e do IHGB foram fundamentais para pôr em prática os rascunhos de Roquette-Pinto. Ressalto que o livro não é fruto de um relatório destinado ao governo; em primeiro lugar, é produzido como resultado de uma pesquisa, e seu objetivo era divulgar trabalhos científicos. No entanto, fazia parte de uma ideologia de entender “os índios do Brasil” para criar condições de conduzi-los em direção à civilização. (ver figura apresentada da introdução).

Em 1981, Rondônia foi elevada à condição de estado, integrando-se à Federação Brasileira. Esta ação é singular, uma vez que os demais territórios federais perderam esse status ao serem incorporados aos estados já existentes, ou só se tornaram estados com a promulgação da Constituição de 1988. A pesquisa infere que essa singularidade de Rondônia está ligada às estratégias de ocupação capitalista por meio da agropecuária no século XX, tópico que será discutido em um capítulo subsequente.

A categoria “Amazônia Legal” foi institucionalizada no contexto administrativo do Brasil em 1954. Nas últimas décadas do século XX, essa nomenclatura evoluiu para se tornar um emblema da “biodiversidade”. A gênese e a perpetuação dessas ocupações estão

intrinsecamente ligadas a dinâmicas de poder e atos de violência, manifestos nas políticas de extração de recursos, na colonização e no povoamento da região.

O estudo etnográfico da formação de Rondônia é revelador, pois permite desvendar a evolução das representações de fronteira e colonização que influenciaram a construção da Amazônia Legal. Ademais, a análise da Amazônia Legal é crucial para entender como as dinâmicas capitalistas moldaram as ocupações ocidentais na região conhecida como “Amazônia”.

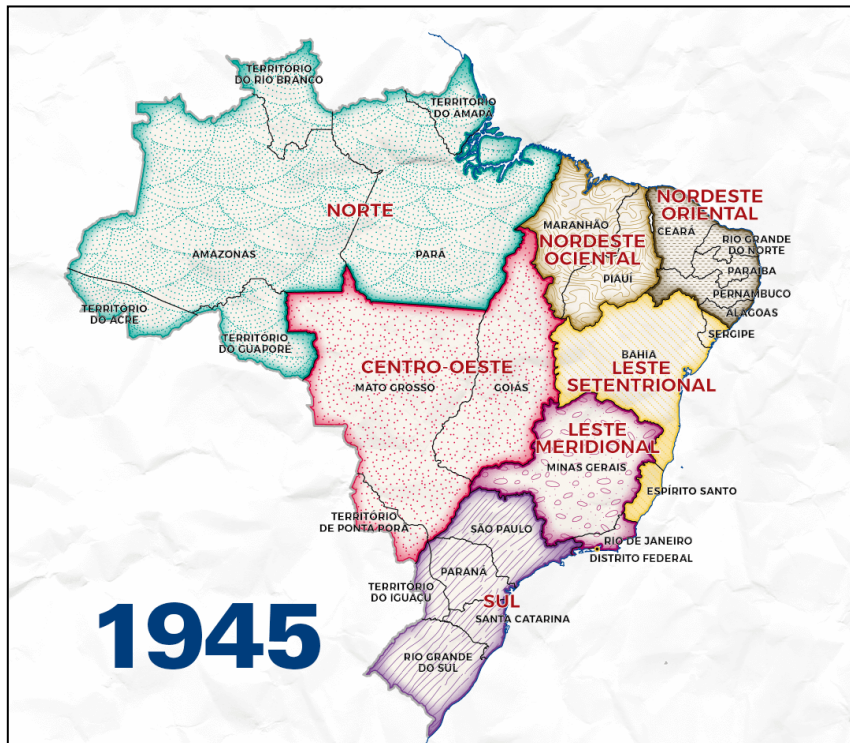
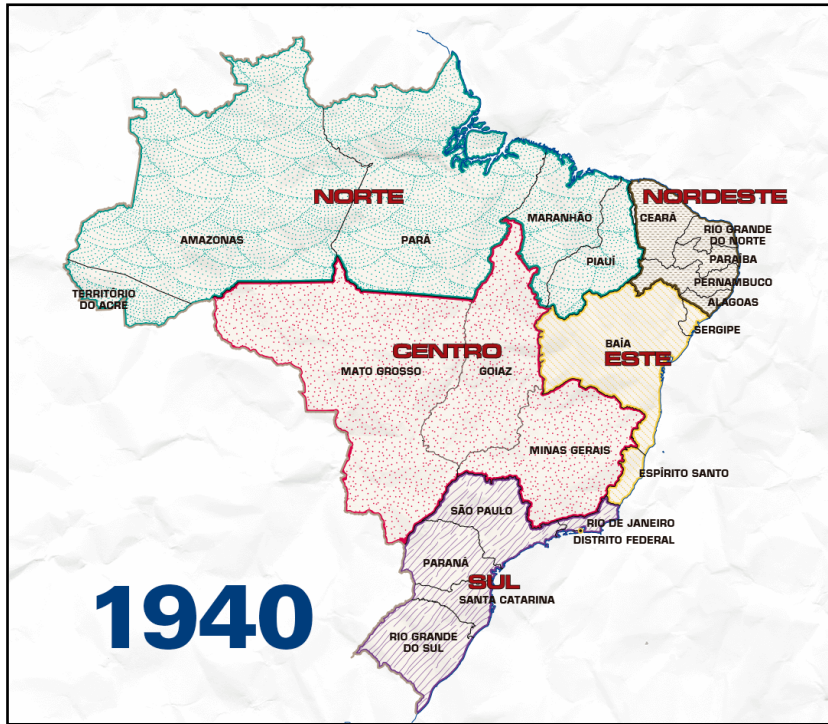
Rondônia, uma entidade federativa situada na porção setentrional do Brasil, encontra-se geograficamente delimitada pelo Amazonas ao norte, Mato Grosso ao sul, Acre a oeste e pela fronteira ocidental da Bolívia a leste. A capital, Porto Velho, ergue-se às margens do rio Madeira, um afluente vital da bacia amazônica. Abrangendo uma área de 238.567,7 km² e composta por 52 municípios, Rondônia é um mosaico de ecossistemas.

Na busca por desvendar as representações acadêmicas de Rondônia, delineei três categorias dentro da literatura pertinente: “Edições do autor”, “leituras básicas” e “pesquisas de pós-graduação”. Longe de estabelecer uma hierarquia de legitimidade entre essas categorias, meu objetivo é interpretar os temas prevalentes e as ferramentas retóricas empregadas na construção desses discursos.

Os temas que dominam o escopo acadêmico incluem a Real Forte Príncipe da Beira – RFPB desde 1776, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – EFMM entre 1877 e 1912, a exploração dos seringais e a extração da borracha a partir de 1880, a criação dos territórios federais em 1943 e a colonização promovida pelo INCRA na década de 1970. É importante notar que, enquanto esses temas são recorrentes nas ciências sociais, outras áreas como as ciências da saúde não foram contempladas nesta análise.

As obras que se dedicam a explicar a formação do território federal do Guaporé e, por extensão, de Rondônia, geralmente segmentam essa história em três fases distintas. A primeira fase corresponde à criação do território federal de Guaporé pelo Decreto-Lei Nº 5.812 de 13 de julho de 1943, fruto do desmembramento de partes dos estados do Amazonas e Mato Grosso. A segunda fase é marcada pela renomeação para território federal de Rondônia, conforme a Lei Nº 21.731 de 17 de fevereiro de 1956. A terceira e última fase, deste recorte analítico é a transição para estado, oficializada pela Lei Complementar Nº 41 de 22 de dezembro de 1981.

Figura 4 - Divisão Regional do Brasil 1940 e 1945



Fonte: IBGE

Contudo, ao citarmos legislações como marcos históricos, devemos reconhecer que cada lei ou decreto é o ponto culminante de um processo que atravessou diversas instâncias e resulta da composição de numerosos elementos interligados, técnicas e saberes. Cada etapa legislativa reflete uma série de negociações, conflitos e consensos que são, em si, ricos campos de investigação para compreender as dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldaram Rondônia. A antropologia, portanto, não se limita ao estudo das leis como entidades isoladas, mas busca entender as forças subjacentes que as engendram e as repercussões que elas têm na vida social.

A interpretação da história de Rondônia e de outras regiões através dos chamados “ciclos econômicos” é uma abordagem relativamente comum na historiografia e na análise econômica. Essa perspectiva destaca períodos em que a economia de uma região foi dominada por uma única atividade ou recurso, como a extração de ouro, a coleta de látex para a produção de borracha ou, mais recentemente, a exploração de minerais e o desenvolvimento da agricultura. Para enfatizar a recorrência dos temas elencados para explicar Rondônia, trago como exemplo um resumo feito por Auxiliadora Pinto:

Neste trabalho, daremos ênfase às comissões científicas nomeadas pelos Governos Imperial e Republicano, às demarcações das fronteiras da região Centro Oeste do Brasil; mostraremos que o processo de ocupação humana da área geográfica que constitui o estado de Rondônia sempre foi ligado aos ciclos econômicos e às questões políticas. Trataremos, brevemente, dos ciclos do ouro e vegetal no Vale do Guaporé; da construção do Real Forte Príncipe da Beira; dos ciclos da borracha; da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré - EFMM; da implantação das linhas telegráficas e das pesquisas feitas pela Comissão Rondon, dentre outros. Também daremos ênfase aos ciclos econômicos que aconteceram após a construção da BR 364, a qual proporcionou novas configurações ao mapa da Amazônia rondoniense devido à ampliação da ocupação humana e ao surgimento de novas cidades: ao ciclo do ouro no Vale do Madeira e da cassiterita no Vale do Jamari; ao ciclo da agricultura e à posterior criação do estado de Rondônia (Pinto, 2016, p. 16).

No entanto, essa visão cíclica pode inadvertidamente perpetuar conceitos coloniais ao sugerir que o valor de uma região está primordialmente em seus recursos naturais e na capacidade de exploração econômica desses recursos, muitas vezes desconsiderando as culturas indígenas e tradicionais, as dinâmicas sociais e os impactos ambientais. Ademais, ao focar em ciclos econômicos, corre-se o risco de simplificar a complexa teia de fatores políticos, sociais e culturais que também influenciam a ocupação e o desenvolvimento de uma região.

Por exemplo, em Rondônia, a construção da EFMM e a implantação das linhas telegráficas pela Comissão Rondon não foram apenas respostas a demandas econômicas, mas também parte de um projeto de integração nacional e de afirmação de soberania. Da mesma

forma, a construção da BR 364 não apenas abriu novas frentes econômicas, mas também transformou o tecido social e cultural da região, dando origem a novas cidades e comunidades.

Portanto, uma análise que se atenha somente aos ciclos econômicos pode não capturar a totalidade das experiências humanas e das transformações ambientais que ocorrem em um determinado território. Uma abordagem mais holística, que considere as dimensões políticas, sociais e culturais, é necessária para uma compreensão mais completa da história e da ocupação de Rondônia e de outras regiões semelhantes.

Edições do autor

A história de Rondônia, assim como a de muitas outras regiões, é frequentemente narrada por aqueles que vivenciaram diretamente os eventos, muitos dos quais foram autodidatas. Esses narradores, por meio de suas escritas, contribuem com uma perspectiva valiosa que muitas vezes está ausente nos registros oficiais ou acadêmicos. No entanto, a legitimidade e a autoridade para contar a história de uma região são frequentemente contestadas e estão imbricadas nas dinâmicas de poder e prestígio dentro do que Pierre Bourdieu denominou de “campo intelectual” (1996).

Bourdieu descreve o campo intelectual como um espaço de disputa simbólica, onde os agentes lutam pelo reconhecimento e pelo capital cultural. No contexto de Rondônia, isso implica uma competição entre diferentes narrativas e narradores, cada um buscando estabelecer sua versão dos eventos como a história “legítima” ou “oficial”. Os autodidatas, embora possam carecer do capital cultural conferido por instituições acadêmicas formais, trazem uma autenticidade e uma imediaticidade às suas narrativas que podem desafiar as versões mais estabelecidas e institucionalizadas da história.

Nos capítulos seguintes, ao explorar os escritos desses indivíduos, será possível compreender melhor como eles justificam seus objetivos e contribuições para a história de Rondônia. Através de suas narrativas, eles não apenas documentam suas experiências pessoais, mas também participam ativamente na construção da memória coletiva e na formação da identidade regional. Eles lutam para serem reconhecidos dentro do campo intelectual e para que suas vozes sejam ouvidas em meio a narrativas mais dominantes.

Ao incorporar as vozes dos autodidatas na escrita da história, este estudo desafia a hierarquia tradicional do conhecimento histórico, que muitas vezes privilegia as narrativas

produzidas dentro de instituições acadêmicas ou por indivíduos com formação formal. Similarmente, ele não apenas reconhece o valor das testemunhas oculares, mas também sublinha a riqueza das narrativas pessoais, que podem oferecer perspectivas únicas e alternativas sobre eventos passados.

Essas narrativas pessoais, frequentemente marginalizadas ou desconsideradas pela historiografia convencional, são essenciais para uma compreensão mais completa e matizada da história. Elas podem revelar aspectos da vida cotidiana, resistências, lutas e experiências que os registros oficiais podem omitir ou distorcer. Ao valorizar essas vozes, o trabalho amplia o escopo do que é considerado conhecimento histórico válido e quem pode ser reconhecido como historiador.

De igual modo, esse enfoque permite uma análise crítica das perspectivas coloniais que frequentemente permeiam a historiografia. Ao examinar como certas narrativas foram privilegiadas em detrimento de outras, pode-se identificar padrões de invisibilidade e marginalização. Por exemplo, as contribuições e experiências de populações indígenas, comunidades afrodescendentes, mulheres e outras minorias frequentemente não são adequadamente representadas ou estão totalmente ausentes nos relatos históricos padronizados.

Ao revelar essas invisibilidades, o trabalho contribui para a descolonização do conhecimento histórico, questionando as estruturas de poder que determinam quais histórias são narradas e de que maneira são articuladas. Isso implica reconhecer e desafiar as narrativas que perpetuam estereótipos coloniais e que excluem ou diminuem a agência de grupos subalternizados.

As “propriedades de posição” no contexto do pensamento de Bourdieu referem-se à localização ou posição de um agente (como um autor, artista, acadêmico, etc.) dentro do espaço social de um campo específico, que pode ser o campo literário, acadêmico, artístico, entre outros. Um campo é uma estrutura de relações sociais onde os agentes e suas instituições interagem, competem e lutam por recursos específicos, como prestígio, reconhecimento e autoridade. Nesse sentido, discutem-se as “propriedades de posição”:

[...] eu diria que cada autor, enquanto ocupa uma posição no espaço, isto é, em um campo de forças [...] só existe e subsiste sob as limitações estruturais do campo; mas ele também afirma a distância diferencial constitutiva de sua posição, seu ponto de vista, entendido como vista a partir de um ponto (Bourdieu, 1996, p. 64).

No trecho citado, Bourdieu refere-se às “propriedades de posição” como a localização específica que um indivíduo ou entidade ocupa dentro de um campo específico. Para

Bourdieu, um campo é um espaço social de luta e competição onde agentes e instituições buscam estabelecer e consolidar sua posição e poder. Exemplos de campos podem incluir o campo artístico, o campo científico, o campo educacional, entre outros. Nas próprias palavras de Bourdieu⁴⁰:

un campo puede ser definido como una red o una configuración de relaciones objetivas entre posiciones. Estas posiciones están objetivamente definidas, en su existencia y en las determinaciones que imponen sobre sus ocupantes, agentes o instituciones, por su situación presente y potencial (situs) en la estructura de distribución de especies del poder (o capital) cuya posesión ordena el acceso a ventajas específicas que están en juego en el campo, así como por su relación objetiva con otras posiciones (dominación, subordinación, homología, etcétera). En las sociedades altamente diferenciadas, el cosmos social está conformado por varios de estos microcosmos sociales relativamente autónomos, es decir, espacios de relaciones objetivas que son el sitio de una lógica y una necesidad específicas e irreductibles a aquellas que regulan otros campos (Bourdieu; Wacquant, 2005, p.150).

Bourdieu argumenta que, para compreender verdadeiramente as ações dos indivíduos e as obras que produzem, é basilar entender o campo social em que operam. Isso envolve examinar a história do campo, as crenças e linguagens que o definem, e as lutas materiais e simbólicas que ocorrem dentro dele. Dessa maneira, podemos perceber que as ações e produtos culturais não são aleatórios ou absurdos, mas resultam de inúmeras forças sociais e históricas que operam dentro do campo.

As “propriedades de posição” determinam a perspectiva e a visão de mundo de um agente dentro de um campo. Em outras palavras, a posição relativa de um indivíduo em um campo (sua quantidade de capital cultural, econômico, social, etc.) influencia a maneira como ele percebe e interpreta o mundo ao seu redor. Portanto, diferentes agentes, dependendo de suas propriedades de posição, terão diferentes pontos de vista e, conseqüentemente, distintas interpretações e entendimentos do campo. Em síntese, as “propriedades de posição” referem-se à localização específica e à posição relativa de um agente dentro de um campo, influenciando sua perspectiva e interpretação sobre as dinâmicas do campo.

A expressão “edições do autor” refere-se a uma categoria de literatura produzida fora dos círculos acadêmicos formais. Essas obras são frequentemente autopublicadas ou publicadas com recursos limitados e tendem a ser pessoais e subjetivas. Elas representam uma forma de expressão direta e não mediada, onde os autores compartilham suas experiências, percepções e narrativas sem o filtro das convenções acadêmicas ou editoriais estabelecidas.

⁴⁰ Nessa publicação, Bourdieu (2005) revisita e analisa várias partes de sua obra em uma entrevista conduzida por Loïc Wacquant. O objetivo era confrontar Bourdieu com um espectro abrangente de críticas e objeções levantadas por diversos estudiosos ao longo de sua carreira.

No contexto do desenvolvimento do campo intelectual, as edições do autor podem ser vistas como manifestações iniciais ou emergentes desse campo. Elas representam os esforços dos autores para participar do discurso público e contribuir para a história e cultura de uma região ou comunidade, mesmo sem o endosso de instituições acadêmicas ou editoras estabelecidas. Em alguns casos, as edições do autor também desafiam ou questionam narrativas estabelecidas, oferecendo novos entendimentos sobre eventos históricos, culturais ou sociais.

A maioria das obras categorizadas como edições do autor emergiu de gráficas locais, em vez de serem lançadas por editoras que contam com conselhos científicos para avaliação. A análise aprofundada deste fenômeno, no contexto dos estudos do campo intelectual, excede o escopo deste trabalho. Tal investigação exigiria um exame minucioso das “redes de interdependências” entre os autores, conforme descrito por Elias (1993), bem como uma análise detalhada da distribuição e recepção de suas obras. Isso sugere que essas publicações podem não ter passado pelo rigoroso processo de revisão por pares típico das publicações acadêmicas.

É necessário compreender a interconexão entre os autores e a circulação de suas obras entre os leitores. Isso implica que essas produções não existem de forma isolada, mas como parte integrante de um sistema social mais amplo, que tanto influencia quanto é influenciado por elas. A circulação das leituras, ou a maneira pela qual as obras são distribuídas e consumidas, constitui um aspecto decisivo nesse sistema e pode impactar significativamente a formação do campo intelectual.

Uma característica marcante dessa literatura é a narrativa histórica de Rondônia, tecida em torno das administrações dos governadores. Essas publicações abrangem um espectro de perspectivas, variando desde representações laudatórias, que enaltecem os governadores como figuras ufanistas e unificadoras do território brasileiro, até críticas contundentes que os retratam como agentes de conflitos e violências exacerbadas. Tal dualidade reflete a complexidade das dinâmicas políticas e sociais da região e como estas são interpretadas e registradas na memória coletiva.

Embora algumas dessas publicações não tenham sido submetidas à avaliação de um conselho científico editorial, observa-se a presença de elementos que remetem à catalogação na publicação – CIP, um padrão internacional estabelecido em 1976. Em certos exemplares, identifica-se a ficha catalográfica, que, apesar de por vezes incompleta, fornece dados essenciais como nome do autor, ano de publicação, localidade, editora e o *International Standard Book Number* – ISBN. Por exemplo, a ficha catalográfica de uma obra pode listar

Abnael Machado Lima com “Terras de Rondônia: Geografia Física e Humana”, a 3ª edição feita pela OFF-7 Editora Gráfica Ltda em 1997, enquanto a capa apresenta uma variação: “Terras de Rondônia, aspectos físicos e humanos do estado de Rondônia”.

A variação entre o título na ficha catalográfica e na capa do livro pode indicar questões de *marketing* editorial ou mudanças na estratégia de publicação. Isso também pode refletir diferentes abordagens na apresentação do conteúdo para atrair leitores específicos. A maneira como as obras são catalogadas e apresentadas pode refletir as dinâmicas culturais e sociais subjacentes. Por exemplo, a escolha de títulos e a forma como as informações são organizadas podem revelar tendências etnocêntricas ou perspectivas dominantes na academia.

No Brasil, a obrigatoriedade da ficha catalográfica veio com a Lei nº 10.753/2003. Desvios entre os títulos registrados na ficha catalográfica e aqueles impressos nas capas são notados, resultando em uma obra com duas designações distintas para a mesma edição. Ademais, há casos em que títulos de livros sofrem alterações mínimas de uma edição para outra, sugerindo novas obras, quando, na realidade, o conteúdo permanece quase inalterado. Essas práticas editoriais refletem peculiaridades no campo da produção literária regional que merecem atenção para a compreensão das dinâmicas culturais e intelectuais de Rondônia.

No âmbito das publicações de autor, uma categoria que transpõe os limites convencionais da impressão, observamos uma diversidade de sites e blogs. Esses espaços digitais frequentemente apresentam narrativas sobre personalidades e eventos significativos em Rondônia, desde que atendam aos critérios para serem considerados dignos de homenagem. Esses portais digitais costumam oferecer relatos sucintos, que emergem sem a observância rigorosa dos protocolos do jornalismo formal ou da pesquisa acadêmica. Por exemplo, no caso do falecimento de uma figura pública notável em Rondônia, com longa residência, contribuições literárias e serviço público, é comum que vários sites e blogs publiquem obituários breves, muitas vezes redigidos por amigos íntimos da família do falecido.

Esses textos, mesmo quando buscam ser incisivos, tendem a inclinar-se para o elogio e para a celebração do civismo, de maneira similar aos relatos mais concisos. Eles carregam em si o esforço de disseminar as realizações de figuras locais e suas contribuições para a memória coletiva de Rondônia. Nesse processo, esses meios de comunicação desempenham um papel ativo na nutrição da memória coletiva, embora de uma maneira que pode ser considerada menos formalizada do que os registros acadêmicos ou jornalísticos.

Em 1978, o pesquisador Menezes inscreveu-se no concurso “Monografia sobre a História, Geografia e o Momento Atual do Município de Porto Velho”. Apesar de ter sido o

único participante, sua monografia não foi premiada. No entanto, reconhecendo o valor acadêmico e cultural de seu trabalho, o prefeito da capital, Luiz Gonzaga Farias Ferreira, juntamente com o secretário de educação Jerzy Badocha e com o apoio de algumas empresas locais, perceberam a importância de disponibilizar tal conhecimento para um público mais amplo. Esse suporte institucional e empresarial foi fundamental para a publicação de “Retalhos para a História de Rondônia” (Menezes, 2001, p. 23-24).

“Nas suas *andanças Rondon* percorreu grande parte dessas esticando de Cuiabá ao Amazonas a sua *linha telegráfica*. Encontrou o *bravo soldado*, por estas paragens, *os construtores* da lendária Estrada de Ferro Madeira Mamoré [E.F.M.M], um dos mais arrojados empreendimentos levados a cabo no mundo. A nacionalização ocorreu em 10 de julho de 1931. *Outros desbravadores despontam*, sobressaindo-se entre eles os padres salesianos pelo vulto da obra que empreenderam no campo social [...]. Foi durante a [segunda] guerra que Rondônia se constituiu em Território Federal com a primitiva denominação de Guaporé. O então Presidente Getúlio Vargas, que aí esteve em 1940, a 13 de setembro de 1943 assinou o Decreto-Lei n. 5812, cômico da alta responsabilidade que assumia com o futuro da região” (Menezes, 2001, p.105. Destaques meus).

Menezes (2001) apresenta uma narrativa que celebra as figuras históricas e os empreendimentos associados ao desenvolvimento da região atualmente conhecida como Rondônia. A menção a Rondon e à linha telegráfica, aos soldados e aos construtores da EFMM, bem como aos padres salesianos e ao presidente Getúlio Vargas, são exemplos de como certos indivíduos e projetos são elevados ao status de “desbravadores” e “empreendedores arrojados” na construção do estado-nação.

O conteúdo dessa publicação deve ser compreendido dentro do contexto histórico da expansão territorial e econômica do Brasil, particularmente durante o período do final do século XIX e início do século XX. Essa conjuntura foi marcada pelo ideal da “marcha para o oeste”, no qual o estado brasileiro buscava integrar regiões remotas ao núcleo político e econômico do país.

A figura de Rondon e os outros mencionados na citação são construídos como heróis nacionais, parte de um processo de mitificação que serve para forjar uma identidade nacional coesa. Rondon, em particular, é frequentemente lembrado por sua máxima “morrer se preciso for; matar nunca”, refletindo uma ideologia de pacificação e integração dos povos indígenas. Perspectiva questionável a partir do entendimento da violência simbólica que envolveu o regime tutelar e violência física também. Rondon era conhecido por sua abordagem relativamente mais humanitária em relação aos povos indígenas, em contraste com as políticas violentas de muitos de seus contemporâneos. No entanto, mesmo suas políticas eram baseadas

em ideias de assimilação e integração dos povos indígenas na sociedade brasileira mais ampla.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é frequentemente descrita como um “empreendimento arrojado”, mas as ciências sociais, em uma postura crítica, nos convidam a questionar as consequências desse e de outros projetos de infraestrutura para as populações locais, os ecossistemas e as dinâmicas sociais pré-existentes. A partir dos trabalhos de Victor Hugo (1959), os padres salesianos são reconhecidos pelas missões civilizatórias e de conversão religiosa, frequentemente acompanhadas de assimilação cultural. O papel do estado, por meio da figura de Getúlio Vargas, é destacado na institucionalização da região como território federal, uma medida que reflete políticas centralizadoras e de controle territorial.

Essa perspectiva é um exemplo de como as fontes históricas podem perpetuar uma visão colonial, que valoriza a conquista e a “civilização” em detrimento de uma compreensão mais complexa dos impactos dessas ações. O legado desses “desbravadores” e dos projetos que lideraram é multifacetado, envolvendo tanto avanços em termos de integração nacional e desenvolvimento quanto questões controversas relacionadas a deslocamentos forçados, desestruturação de modos de vida tradicionais e impactos ambientais.

A expressão “andanças de Rondon” pode simplificar e descontextualizar o complexo processo de expansão territorial brasileira, mediado por agentes como Rondon. Essa terminologia tende a obscurecer as dinâmicas multifacetadas e as implicações de tais empreendimentos, que se estendem além das realizações individuais e envolvem interações sociais, políticas e ambientais significativas.

Ao referir-se aos trabalhadores da EFMM como “bravo soldado”, o discurso tende a romantizar e atenuar as realidades brutais enfrentadas por esses indivíduos, incluindo a exploração laboral intensa e as condições sanitárias deploráveis que contribuíram para altas taxas de morbidade e mortalidade devido a doenças tropicais.

O uso do pronome possessivo “sua” em “sua linha telegráfica” ao falar de Rondon pode dar a impressão equivocada de que a construção da linha telegráfica foi um feito solitário, quando, na verdade, foi um esforço coletivo que envolveu muitos outros agentes, incluindo trabalhadores indígenas e não indígenas, cujas contribuições são frequentemente subestimadas ou ignoradas na historiografia tradicional. Esses textos utilizam o termo “desbravadores” para descrever os padres católicos salesianos, e por extensão, outros agentes como Rondon e os construtores da EFMM, reforçando uma valorização da ideologia do

desbravamento; passando a ideia de unidade e continuidade desses agentes no processo pelo qual o capitalismo avançou em conjunturas distintas.

Menezes revela uma reflexão humilde e autoconsciente sobre o processo de construção do conhecimento histórico e geográfico de Rondônia. O autor se posiciona não como um escritor profissional, mas como um pioneiro na pesquisa sobre a região, reconhecendo as imperfeições inerentes ao seu trabalho inicial. Esta postura é emblemática de muitos autodidatas e pesquisadores locais que, na ausência de uma literatura acadêmica consolidada, assumem a tarefa de documentar a história e a geografia da região. Se trata de pesquisa de autodidata, sendo o autor considerado como um pioneiro, em suas palavras:

não sou escritor, por isso o trabalho contém muitas imperfeições que vão sendo corrigidas à medida que forem sendo observadas, mas acredito que servirá para consultas das pessoas que queiram conhecer alguns detalhes da História do Território Federal de Rondônia [...]. Envaide-me ter sido o primeiro a expor-me às canseiras de fazer pesquisa nesse campo, que é muito vasto e cheio de dificuldades, para conseguir alguns documentos. O que pude obter está aí para os estudantes aprimorarem os estudos das coisas de sua terra. [...] O Território de Rondônia ainda não tem sua história nem sua geografia. Nas escolas são ensinadas essas disciplinas baseando-se apenas nos conhecimentos que tem alguns professores das cousas de nossa Terra, por isso muitas narrações feitas pelos Mestres não encontraram embasamento para firmar a sua veracidade. [...] isso não é a História e a Geografia de Rondônia, são apenas retalhos colhidos aqui e ali. Alguém teria que começar. Isso estou fazendo, agora. (Menezes, [1979] 2001, p. 24).

A autodefinição de Menezes como não escritor e a menção às “canseiras de fazer pesquisa” destacam as dificuldades enfrentadas por pesquisadores independentes, especialmente em regiões onde o acesso a documentos e fontes primárias é limitado. Seu trabalho, embora reconhecidamente imperfeito, é apresentado como um ponto de partida relevante para futuros estudos e uma base para a educação regional.

Esse trecho também reflete uma crítica implícita à educação formal na região, que, segundo Menezes, naquele contexto carecia de embasamento sólido para afirmar a veracidade das narrativas históricas e geográficas ensinadas. Ao reconhecer que seu trabalho representa apenas “retalhos colhidos aqui e ali”, Menezes sublinha a natureza incipiente e fragmentada do conhecimento disponível sobre Rondônia na época, ao mesmo tempo em que estabelece um chamado para que outros continuem e aprimorem essa tarefa.

Do ponto de vista antropológico, a citação de Menezes é um testemunho valioso das práticas de construção do conhecimento em contextos periféricos ou marginalizados. A antropologia, com seu interesse nas formas como as comunidades constroem suas histórias e identidades, reconhece a importância de tais esforços autodidatas. Eles não apenas preenchem

lacunas no registro histórico e geográfico, mas também desafiam narrativas estabelecidas e contribuem para a diversificação das vozes na academia.

Contrastando com o estilo de escrita que pode lembrar a retórica de um agente de estado, a abordagem de Menezes é mais pessoal e direta, refletindo a paixão e o comprometimento de um indivíduo em documentar a história de sua região. Enquanto “pioneiro”, ele estabelece um precedente para a pesquisa independente e a educação em Rondônia, incentivando outros a seguir seus passos e a construir sobre a fundação que ele começou a estabelecer.

Observamos que essas narrativas digitais, embora distintas em forma e função das publicações acadêmicas ou jornalísticas, compartilham o objetivo comum de registrar e interpretar a história. No entanto, a análise comparativa revela que a natureza dessas contribuições para a memória coletiva varia significativamente em termos de profundidade, veracidade e perspectiva.

Pioneiros e suas historiografias

Neste contexto da pesquisa, a palavra “pioneiro” possui terreno etimológico com raízes na palavra francesa *pionnier*, que originalmente se referia a “soldado de infantaria”. A partir dessa perspectiva, a nomenclatura militar evoca imagens de indivíduos na vanguarda, eles são os desbravadores, os primeiros a estabelecer presença em territórios desconhecidos. No entanto, a semântica de pioneiro se expandiu para além de suas origens militares. Constata-se que a palavra pioneiro carrega consigo não apenas a ideia de início e inovação, mas também as complexidades inerentes aos processos de descoberta e colonização.

Leo Waibel, em seu trabalho “As zonas pioneiras” de 1955, explora o conceito de “pioneiro” em um contexto distinto do originalmente militar, onde o termo se relacionava a batedores ou escoteiros. Nos EUA, a palavra adquiriu um novo significado, mais ligado à economia, referindo-se aos primeiros exploradores que avançam pela floresta com o intuito de abrir caminho para a chegada da civilização, impulsionando assim o movimento das fronteiras para o interior do sertão.

A expressão pioneira é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “batedor”. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da “*frontier*” sertão a dentro. Temos aqui um segundo termo da língua inglesa que no Novo Mundo tomou um sentido diferente. Na Europa, a palavra “*frontier*” significa

o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos, entretanto, o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: “passou a significar o limite da zona povoada”. E, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira. (Waibel, 1955, p. 389).

Waibel também discute a evolução do termo “*frontier*”. Enquanto na Europa, “*frontier*” remete aos limites políticos entre nações, nos EUA, o termo ganhou um aspecto econômico, representando a fronteira da área habitada. Diferentemente das fronteiras políticas, que são linhas claramente demarcadas, as fronteiras econômicas representam uma zona mais ampla que fica entre a região selvagem e a área civilizada, denominada por Waibel como “zona pioneira”.

Como adjetivo e substantivo masculino, o termo pioneiro é empregado para descrever não apenas aqueles que fisicamente desbravam novas regiões, mas também figuras metafóricas de desbravamento e inovação. O pioneiro é tanto o colonizador que pisa pela primeira vez em um solo até então intocado quanto o intelectual que rompe os limites do conhecimento estabelecido. Vemos também o emprego dessa palavra como cápsula “do espírito” daqueles que se antecipam a seu tempo, anunciando novidades e precedendo outros em empreendimentos de pesquisa e progresso.

Os bandeirantes, exploradores do século XVII que penetraram no interior do território brasileiro em busca de riquezas e escravizar indígenas, são frequentemente retratados como figuras pioneiras. No entanto, uma análise antropológica mais crítica pode questionar essa caracterização positiva, ponderando sobre as consequências de suas ações para as populações indígenas e a dinâmica de poder e colonização que representam. Bandeirante, adjetivo usado mesmo no final do século XX, como por exemplo o documentário “Rondon, o último bandeirante” de Joel Leão lançado em 2000.

John Monteiro (1994) contestou a interpretação compartilhada por alguns historiadores sobre as motivações da expedição dos Bandeirantes. Afirmou que o escopo principal destas expedições não eram a expansão territorial, mas sim o aprisionamento e a escravização da de indígenas. Segundo Monteiro, a expansão territorial é consequência secundária da necessidade de continuar a busca pelo “ouro vermelho”⁴¹.

A literatura sobre os “pioneiros de Rondônia” carrega esses significados indicados acima, isto é, se assemelham às representações dos “desbravadores” em outros contextos.

⁴¹ Sobre o estudo da invenção do símbolo bandeirante, consultar: John Monteiro; Kátia Abud, 1985; Celso Ferreira, 2002; Danilo José Zioni Ferretti, 2004.

Esses significados também são atribuídos às pessoas que escreveram sobre os desbravadores. Embora não explicitamente declarado, ali são encontradas, as influências que definem o “pioneiro norte-americano”. No contexto norte-americano, a palavra pioneiro evoca imagens poderosas e uma narrativa central na identidade e história dos Estados Unidos. O termo é frequentemente associado com a expansão para o oeste durante o século XIX, um período conhecido como *Westward Expansion*, que se tornou um elemento básico do que é conhecido como o “destino manifesto” — a crença de que os colonos americanos estavam destinados a expandir-se por todo o continente, Frederick Turner (1921). A análise crítica dessa literatura, como já foi apresentado anteriormente sobre Octávio Velho (2009) revela como tais representações podem perpetuar narrativas etnocêntricas e influenciar a percepção histórica e cultural dos “pioneiros” em diferentes contextos.

Esses pioneiros são frequentemente celebrados por seu espírito de independência, autossuficiência e determinação. Eles são vistos como os arquitetos da expansão americana, desbravando e cultivando a terra, estabelecendo comunidades e criando as fundações para os futuros estados. Suas histórias são repletas de narrativas de superação e triunfo, mas também são complexas e incluem aspectos de conflito, deslocamento e genocídio de povos indígenas.

Frederick Jackson Turner é figura marcante na historiografia dos Estados Unidos, particularmente conhecido por sua “*frontier thesis*”. Turner afirmou que a existência contínua de uma fronteira e a expansão para o oeste moldaram a democracia americana, promoveram a individualidade e fomentaram a inovação e o pragmatismo. Segundo ele, a fronteira era um lugar onde civilização e selvageria se encontravam e onde indivíduos tinham a oportunidade de recriar-se em um ambiente de constante desafio e mudança, Turner (1921).

Os “pioneiros” têm protagonismo marcante na tese de Turner, pois são eles que avançam a fronteira, transformando a terra e, no processo, criando uma sociedade distinta que valoriza a liberdade, a democracia e o crescimento econômico.

Pierre Monbeig (1984) em “pioneiros e fazendeiros de São Paulo” vê o avanço para novas terras não apenas como um processo de mudança geográfica, mas também como um vetor de transformação social e econômica, algo que ele considera benéfico e desejável para todo o Brasil. Com diz Perla Zusman:

Monbeig associa o pioneirismo ao processo de avanço e ocupação do território, de diversificação e ascensão social, processo desejável para todo o território brasileiro. A frente pioneira de Monbeig apareceria assim carregando tanto a significação de democracia social contida na visão do bandeirante de Cassiano Ricardo quanto dos valores de democracia social, política e de progresso presentes no discurso de Jackson Turner vinculado à Marcha para Oeste americano (Zusman, 2001, p. 27).

Conforme apontado acima, Turner argumentou que a fronteira americana foi basilar para a criação de uma sociedade democrática e para o desenvolvimento do caráter americano, com ênfase no individualismo, na democracia e no progresso. A citação de Zusman (2001) indica que a visão de Monbeig sobre a frente pioneira no Brasil incorpora essas mesmas qualidades, sugerindo que o avanço territorial no Brasil poderia ter efeitos similares aos da expansão americana, promovendo uma sociedade mais democrática e progressista.

A comparação entre os pioneiros americanos e os bandeirantes brasileiros também destaca a universalidade da experiência da fronteira como um elemento formativo na construção de nações. Embora os contextos e as consequências específicas em cada país sejam diferentes, a ideia de que a conquista e a colonização de novos territórios na condição de ser importante para o desenvolvimento nacional é um tema recorrente. Isso nos permite refletir sobre como as narrativas de fronteira continuam a influenciar a compreensão contemporânea da identidade nacional e da história em diferentes culturas.

A categoria denominada “literatura básica”, que constitui o segundo estrato das publicações regionais sobre Rondônia, é composta predominantemente por obras de intelectuais reconhecidos e frequentemente recomendados nos currículos universitários de história regional. Esses agentes sociais, muitas vezes autoproclamados como precursores da historiografia rondoniense, empreendem a tarefa de construir uma narrativa da colonização que eles próprios intitulam como história de Rondônia.

Hermeneuticamente, é notável que dentro dessa literatura, novamente a figura do pioneiro é celebrada de maneira positiva e otimista. Os textos que incorporam essa nomenclatura tendem a omitir uma análise crítica ou reflexiva sobre as implicações e contextos históricos nos quais o termo pioneiro foi e continua sendo empregado. A ausência de uma avaliação mais profunda sobre o papel e o impacto desses pioneiros na história e na sociedade de Rondônia sugere uma possível idealização do processo de colonização, que pode omitir narrativas alternativas, especialmente aquelas que envolvem conflitos, deslocamentos e a experiência das populações indígenas e outras comunidades afetadas. Observa-se que a “literatura básica” é mais respaldada e prestigiada na academia em comparação com a literatura de “edição do autor”.

As leituras aqui realizadas revelaram camadas de significado na “glorificação” dos pioneiros em Rondônia. As representações desses pioneiros, embora amplamente celebradas na literatura regional, são recebidas e reinterpretadas de maneiras variadas pelos diferentes grupos sociais da região. Esta pesquisa demonstrou que tais narrativas têm um impacto significativo na formação da identidade regional e na memória coletiva, muitas vezes

perpetuando uma visão unilateral da história. Ademais, o estudo destacou as dinâmicas de poder e autoridade intelectual que influenciam quais discursos são amplificados e quais são marginalizados. Foi observado que a predominância de certos discursos sobre outros contribui para uma compreensão histórica e cultural que pode não refletir completamente a diversidade e a complexidade das experiências em Rondônia.

Essa discussão que emergiu inicialmente no contexto da minha pesquisa de mestrado (Timóteo da Cunha, 2016), foi posteriormente expandida em um segmento do artigo “em busca das memórias perdidas: a história indígena como matéria crítica para a história da Amazônia” (Timóteo da Cunha, 2018). Naquele trabalho, cunhei o termo “historiografia dos pioneiros” para referir-me às narrativas históricas de Rondônia forjadas por aqueles que se posicionaram como precursores no campo da historiografia regional.

Com uma nuance irônica, o objetivo era provocar uma reflexão crítica sobre os autores que se autodenominavam como os primeiros a sistematizar um corpo explicativo sobre a região. Contudo, emergiu uma ambiguidade interpretativa: o foco da crítica recaía sobre a categoria dos “pioneiros” em si, os agentes sociais estudados, ou sobre os pesquisadores que se auto proclamavam vanguardistas nas investigações sobre Rondônia? Para dissipar tal ambiguidade, neste momento, proponho a expressão “os pioneiros e suas historiografias”. Esta nomenclatura busca abarcar tanto a categoria dos “pioneiros” — conforme utilizada nos escritos iniciais — quanto os escritores que reivindicam o pioneirismo na escrita da história rondoniense. Através desta abordagem, pretende-se lançar luz sobre as dinâmicas de autoria e autoridade que moldam a construção historiográfica da região, bem como sobre as implicações dessa construção para a compreensão contemporânea de Rondônia.

No início de minha pesquisa, o tópico de “historiografia dos pioneiros” foi usado para oferecer uma crítica às narrativas estabelecidas sobre a história de Rondônia, com foco particular na formação do território federal do Guaporé. Esta terminologia visava questionar as representações dominantes e as vozes privilegiadas na construção da memória histórica da região. Avançando para o estágio do doutorado, a pesquisa evoluiu significativamente. Uma seleção mais ampla de fontes foi realizada, incluindo as negligenciadas (pelos acadêmicos) e não priorizando somente as publicações mais influentes e amplamente referenciadas no corpus acadêmico sobre o tema. Este processo de revisão e seleção não foi meramente administrativo; ele refletiu um mergulho mais profundo no mar de dados disponíveis, o que, por sua vez, desencadeou um refinamento da análise e um enriquecimento da compreensão dos temas em questão.

Com a expansão do escopo e a intensificação da investigação, emergiram novas camadas de significado. A pesquisa atual se dedica a uma amostra de desenterramento dos silêncios e das invisibilidades que permeiam a literatura existente, revelando as narrativas ocultas e as histórias não contadas. Este trabalho etnográfico busca desvendar não apenas o que é dito, mas também o que é sistematicamente omitido nas representações históricas. Além disso, um critério adicional de seleção envolve a identificação e o escrutínio de perspectivas etnocêntricas que tendem a enaltecer as ações e os atores do processo colonizador.

Dentro do espectro da literatura que constitui a base historiográfica de Rondônia, emergem nomes frequentemente citados, como Abnael Machado de Lima, Amizael Gomes da Silva, Ary Pinheiro Borzacov, Emanuel Pontes Pinto, Emmanuel Gomes da Silva, Victor Hugo e Yêdda Pinheiro Borzacov. Estes autores, oriundos de diversas profissões – professores, médicos, advogados e políticos –, compartilham a construção de uma narrativa que atribui um caráter heroico a certos agentes estatais. Infelizmente, o espaço aqui é insuficiente para discutir todos os autores e suas obras. No entanto, à medida que a redação avança e os temas relacionados à formação de Rondônia são discutidos, esses autores serão retomados. Eles servirão tanto para fornecer dados historiográficos quanto para oferecer contrapontos na compreensão das distintas vozes que correspondem à conjuntura interpretada.

Esta abordagem, embora contribua para a construção de uma identidade regional e para a celebração de figuras consideradas fundacionais, omite uma análise crítica das dinâmicas de poder e dos conflitos inerentes aos processos históricos que moldaram o estado. A ausência de um olhar mais incisivo sobre as disputas e as tensões que acompanharam as ações desses agentes do estado revela uma lacuna significativa na literatura.

As categorias pioneiro e desbravador emergem como termos carregados de significado, frequentemente empregados para enaltecer membros da elite política em detrimento dos trabalhadores e outros agentes sociais que também desempenharam papéis fundamentais na construção do estado. Estas categorias, que por vezes são utilizadas de forma intercambiável, constroem uma imagem heroica de determinados indivíduos, como é constado no texto de Eron Menezes (2001): “A fada madrinha marcou essa área [Rondônia] para premiar o esforço dos homens que a desbravaram, que empregaram os melhores anos de suas vidas lutando pela prosperidade” (Menezes, 2001, p. 357). Nessa frase de Eron Penha Menezes utiliza uma metáfora encantada para descrever a história de Rondônia, sugerindo que a região foi abençoada ou favorecida por uma força mágica ou benevolente, aqui personificada como “fada madrinha”. A ideia é que essa entidade mítica escolheu a área de

Rondônia para recompensar o trabalho árduo e o sacrifício daqueles que a “desbravaram”, ou seja, os pioneiros que exploraram e desenvolveram a região.

Menezes está “romantizando” a colonização e o desenvolvimento de Rondônia, atribuindo-lhes uma qualidade quase mítica. Ele celebra os pioneiros como heróis que dedicaram suas vidas para transformar a região em um lugar próspero, sugerindo que seu trabalho árduo foi reconhecido e recompensado por uma força benevolente, simbolizada pela “fada madrinha”. Esta representação é típica de narrativas que glorificam a colonização e o desenvolvimento econômico, muitas vezes sem reconhecer as complexidades ou os custos humanos e ambientais envolvidos. Essa citação de Menezes se faz relevante ao que diz respeito aos esforços para construir a imagem dos construtores “os desbravadores”.

Outro exemplo é o prefácio escrito por Jayme Ferreira do livro “cinquenta anos do território federal do Guaporé 1943-1993” de Victor Hugo (1995) afirmou que:

Você [Vitor Hugo] é desbravador da história e da gente que fez e construiu o Território do Guaporé. Buscou a verdade dos fatos e perscrutou o perfil dos homens que possibilitaram a existência, o desenvolvimento, a caminhada do Território do Guaporé, entregando-o, adulto, ao Estado de Rondônia (Ferreira, 1995, p. 05).

A citação acima é uma homenagem que reconhece o trabalho de Hugo como historiador. Ferreira usa a metáfora do “desbravador” para descrever a abordagem de Hugo à história, sugerindo que ele não apenas relatou eventos, mas também explorou profundamente para revelar a essência e as motivações das pessoas que foram basilares na formação do território do Guaporé.

Ferreira compara Victor Hugo a um pioneiro, não no sentido literal de abrir caminhos físicos, mas no sentido metafórico de abrir novos caminhos no entendimento da história. Ele sugere que Hugo fez mais do que apenas escrever sobre a história; ele a “desbravou” ao revelar histórias não contadas das pessoas que construíram o território, que na perspectiva de Hugo foram os agentes de estado e da igreja católica. Jayme Ferreira conclui com uma metáfora que personifica o território do Guaporé como um ser que cresceu e se desenvolveu, eventualmente se tornando “adulto” e transformando-se no estado de Rondônia. A escolha da palavra “entregar” pode implicar que o trabalho de Hugo, e dos homens que ele estudou, foi fundamental para a maturação do território até seu *status* final como estado.

Não é por acaso que “os desbravadores”, é o título do livro de Victor Hugo publicado em 1959 sobre a presença da igreja católica na Amazônia, congregação salesiana, em especial na região de Rondônia nos primeiros séculos da colonização portuguesa. Ressoa com o epíteto posteriormente empregado por Ferreira para descrever Hugo: um pensador entre

aqueles que “fizeram e construíram o Território do Guaporé”. A narrativa de Hugo e outros semelhantes, ao abordarem a temática da formação de Rondônia, tendem a construir e perpetuar imagens heroicas de figuras políticas, militares e intelectuais, rotulando-os como desbravadores e pioneiros.

Destarte, há uma notável ausência de crítica ou questionamento sobre os impactos desses “desbravadores” sobre os povos indígenas, comunidades e territórios tradicionais. As políticas e práticas que levaram à transformação territorial e à conquista do espaço são raramente problematizadas, deixando um vazio na compreensão plena dos processos históricos da região.

Adicionalmente, a publicação de Francisco Matias⁴², “Os pioneiros”, de 1997, contribui para essa narrativa ao catalogar os nomes dos indivíduos que ocuparam posições de destaque no legislativo e executivo, desde o período que antecedeu a criação do território federal até as primeiras eleições estaduais na década de 1980. Este livro, ao focar nas elites governamentais, pode inadvertidamente reforçar uma visão unilateral da história, onde as vozes e experiências dos grupos marginalizados permanecem silenciadas ou invisíveis no discurso dominante sobre a formação de Rondônia.

Nas narrativas historiográficas, frequentemente encontramos abordagens que enaltecem figuras estatais, caracterizando-as como “pioneiros”, “desbravadores” e “civilizadores”. Tais adjetivos ressoam com o arquétipo do herói nacional, um constructo que serve a projetos de identidade nacional e legitimação de poder. Essa idealização dos agentes de estado perpetua uma visão etnocêntrica da história, onde a complexidade dos processos sociais e as vozes das populações subalternizadas são frequentemente marginalizadas ou silenciadas.

A crítica de Souza Lima (1985) é particularmente relevante neste contexto. Ele adverte contra a prática de substituir a análise crítica por paráfrases que, embora possam parecer interpretativas, na verdade apenas ecoam o discurso original sem questionamento. Essa tendência é especialmente problemática quando a paráfrase é impregnada de ufanismo, reiterando a retórica dos “pioneiros” sem reconhecer as implicações ideológicas e as consequências materiais dessas representações.

A paráfrase, entendida aqui como uma reformulação que mantém o conteúdo essencial do texto original, pode inadvertidamente perpetuar uma visão de mundo que privilegia

⁴² Em 2021, Francisco Matias faleceu após ser diagnosticado com COVID-19. O site da OAB lançou uma nota de pesar: “Pioneiro no estado, aos 69 anos, Francisco Matias, estava internado há mais de 60 dias, não resistindo aos sintomas da doença”. <https://www.oab-ro.org.br/nota-de-pesar-francisco-matias/> (último acesso: 26/02/21).

determinadas perspectivas em detrimento de outras. Nessa direção, com técnicas da historiografia, é importante que as fontes primárias sejam lidas de maneira crítica, buscando desvendar as camadas de significado e os contextos de produção, ao invés de nos contentarmos com reproduções que reforçam narrativas hegemônicas.

Seguimos a historiografia dos pioneiros e encontramos Abnael Lima com “terras de Rondônia” encontrado em:

O Território Federal de Rondônia foi criado por Decreto-Lei número 5.812 de 13 de setembro de 1943, com o nome de Guaporé, mudando posteriormente para o de Rondônia, pela Lei Nº 21.731, de 17 de fevereiro de 1956, em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (Lima, Abnael, 1997, p. 13).

A citação de Abnael Lima oferece um exemplo de como a historiografia tradicional pode, por vezes, se concentrar em uma narrativa linear e institucional da formação territorial, centrando-se em decretos e leis como marcos definitivos. Esta abordagem pode inadvertidamente perpetuar uma visão que prioriza as estruturas de poder e os agentes de estado, muitas vezes em detrimento de uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, culturais e políticas que realmente moldam a história de uma região.

Francisco Matias em 2005, fez um resumo da biografia de Amizael Gomes da Silva, falecido em 2003. Destacou a multifacetada contribuição de Silva para o estado de Rondônia, como historiador. Amizael Silva foi reconhecido por sua contribuição à historiografia regional, com uma série de publicações que exploram a formação histórica de Rondônia. Entre suas obras mais notáveis, destacam-se “no rastro dos Pioneiros”, “Amazônia Porto Velho”, “o forte Príncipe da Beira”, “Amazônia sarará”, “conhecer Rondônia” e “da chibata ao inferno”.

A ausência de resenhas sobre as obras de Amizael Gomes da Silva em periódicos científicos é notória. É importante observar que a falta de resenhas em periódicos científicos não necessariamente reflete a qualidade ou a importância das obras de Silva para o estudo da história de Rondônia. Pode ser um indicativo de que há um nicho de pesquisa a ser explorado ou de que essas obras ainda estão aguardando descoberta e reconhecimento por parte da comunidade acadêmica mais ampla.

A continuidade das pesquisas, se for limitada a parafrasear decretos e leis, corre o risco de reforçar uma visão estreita da história que valoriza os “grandes homens” e os atos formais de estado, enquanto marginaliza as contribuições e resistências de comunidades locais, grupos indígenas, trabalhadores migrantes e outros atores sociais cujas histórias são igualmente importantes para a compreensão da formação de Rondônia. Ao desafiar os

sistemas de classificação dos agentes de estado e ao questionar as narrativas estabelecidas, os pesquisadores podem contribuir para uma compreensão mais holística e inclusiva da formação de Rondônia, reconhecendo a pluralidade de vozes e experiências que compõem o tecido social da região.

Além de Rondon, teremos em tela Aluízio Ferreira⁴³. Encontram-se nessas obras a busca de construir uma espécie de mito fundador, preparam o cenário, os personagens maquiados de forma apropriada a ocasião, suas falas estão no ritmo adequado, até mesmo os imprevistos são acrescentados a trama, como descreveu Victor Hugo:

No dia 13 de setembro de 1943, atendendo a um chamado que lhes fizera o Presidente da República, Aluízio Ferreira compareceu em Petrópolis, onde encontrou Getúlio Vargas passeando nos jardins do Palácio Rio Negro, na companhia de um Oficial da Marinha, seu Ajudante de Ordens, e de dois menores moradores na vizinhança do Palácio e que haviam pedido para tirar uma fotografia com Getúlio. Depois de receber os respeitáveis cumprimentos do então major Aluízio, o Presidente, juntando as mãos das crianças como um compromisso formal de testemunho, anunciava que naquele dia seriam criados os territórios e convidava Aluízio para governar o Território do Guaporé [...] por sugestão do Ministro de Viação e Obras Públicas, Mendonça Lima, receberia o nome de Rondônia, em homenagem ao general Cândido Mariano da Silva Rondon: este, ao ter conhecimento da indicação, obstinadamente recusou a homenagem, desgostoso com o governo Vargas (Hugo, 1995, p. 49-50).

A citação pode ser vista como um exemplo de como os mitos fundadores são construídos. A narrativa de Hugo parece enquadrar a criação do território federal do Guaporé como um evento quase mítico, com personagens e cenários cuidadosamente escolhidos para transmitir uma mensagem específica.

Aluízio Ferreira⁴⁴ foi uma figura política marcante no desenvolvimento e representação na formação de Rondônia. Ele serviu como deputado federal por Rondônia em três mandatos distintos, representando inicialmente o PSD - partido social democrático quando tomou posse em 14 de março de 1947. Posteriormente, representou o PTB - partido trabalhista brasileiro em dois mandatos, com datas de posse em 1951 e 1959. Durante seu tempo na câmara dos deputados, antes da 54ª legislatura, Aluízio Ferreira foi membro titular da comissão de tomada de contas e da comissão de valorização econômica da Amazônia em 1960. Além de sua carreira legislativa, Aluízio Ferreira também desempenhou um papel

⁴³ A trajetória de Aluízio Ferreira será abordada em capítulo posterior.

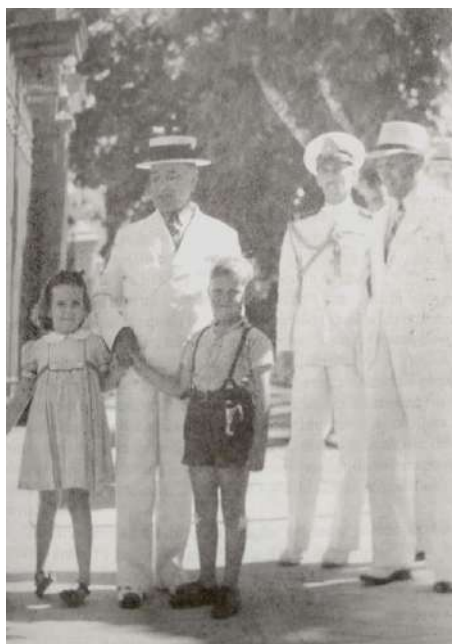
⁴⁴ Para explorar a trajetória de Aluízio Ferreira, recomenda-se a leitura do livro “Em memória: Aluízio Pinheiro Ferreira”, *et al.* (1997). Esta obra compila ensaios de vários ensaístas e historiadores sobre o personagem, em homenagem ao seu centenário de nascimento. Cabe destacar que o livro adota um tom elogioso e não se aprofunda em análises críticas da sua trajetória.

executivo como governador do território federal de 1942 a 1946, um período crítico que abrangeu os anos da segunda guerra mundial.

Antes de sua carreira política, ele teve uma carreira técnica e administrativa, servindo como chefe da zona norte da comissão de linhas telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas e como diretor da Madeira-Mamoré de 1931 a 1943. Essas posições destacam seu envolvimento na infraestrutura e comunicação basilares para a formação de Rondônia.

Na narrativa tecida por Victor Hugo, há uma clara intenção de destacar a figura de Aluizio Ferreira, atribuindo-lhe um papel de destaque no cenário político da época. A cena descrita, em que Ferreira é convidado pessoalmente por Getúlio Vargas em um ambiente privado e descontraído nos jardins do palácio rio Negro, sugere uma proximidade e uma intimidade com o presidente que ultrapassa as relações formais de poder. Hugo parece intencionalmente enfatizar essa proximidade, talvez para sublinhar a confiança e a estimativa que Vargas depositava em Ferreira, elevando-o assim acima do mero burocrata para o status de um colaborador relevante e de confiança. A escolha de detalhes como a presença de crianças e a informalidade do pedido para uma fotografia servem para humanizar a figura de Vargas e, por associação, a de Ferreira, conferindo a este último uma importância significativa e um lugar de honra na história da formação do território de Rondônia.

Figura 5 - Getúlio anuncia a criação dos territórios federais



(Fonte: Menezes, 2001).

Do ponto de vista histórico, a criação de territórios federais no Brasil durante a ditadura do estado novo (1937-1945) reflete as políticas centralizadoras de Getúlio Vargas, que visavam fortalecer o controle do governo federal sobre regiões remotas e fronteiriças. A nomeação de Aluísio Ferreira, um militar, para governador está em consonância com a prática de designar indivíduos de autoridade reconhecida e lealdade assegurada para o comando de regiões estratégicas. Ilustrativamente, construiu-se um tipo de tradição: no território do Guaporé, houve a indicação de um oficial do Exército; no território de Rio Branco, a escolha recaiu sobre um membro da Aeronáutica; e no Amapá, um representante da Marinha foi nomeado.

A ocorrência de Rondon à homenagem pode ser interpretada como uma expressão de suas próprias convicções e seu desconforto com as políticas do governo Vargas. Rondon era conhecido por suas políticas de respeito e integração entre povos indígenas, o que por vezes entrava em conflito com as abordagens mais autoritárias e assimilacionistas do estado novo.

A construção de mitos fundadores é um processo comum na formação de identidades nacionais e regionais. Eles servem para unificar uma população em torno de uma narrativa comum, muitas vezes simplificando ou omitindo a complexidade dos eventos históricos. No caso do território do Guaporé/Rondônia, a narrativa de Victor Hugo contribui para a criação

de uma história oficial que enfatiza a ordem, o progresso e a autoridade, enquanto ocasionalmente marginaliza outras vozes e experiências, como as das populações indígenas e dos trabalhadores migrantes que também fazem parte da história da região.

A criação e manutenção dos territórios federais devem ser vistas dentro de um quadro político mais amplo, que contempla a integração do espaço nacional, a segurança das fronteiras e a estratégia de ocupação territorial. Essa perspectiva mais abrangente revela que tais iniciativas legislativas transcendem significativamente a suposta dinâmica bilateral entre Aluizio Ferreira e Getúlio Vargas.

Os territórios federais não foram apenas instrumentos administrativos, mas também dispositivos de afirmação de soberania e de construção de identidade nacional em regiões periféricas. A política de ocupação territorial está intrinsecamente ligada às noções de civilização e progresso que permearam o pensamento desenvolvimentista da época, refletindo o desejo de integrar “espaços vazios” ao corpo político e econômico do Brasil.

Nessas obras citadas encontra-se uma perspectiva que constrói Aluizio Ferreira como uma figura heroica, como se a criação daquele território federal fosse o trabalho de apenas um homem. Com isso, excluem da discussão o contexto político e as estratégias geopolíticas mais amplas, como a construção de cinco territórios federais nas regiões de fronteira⁴⁵, negligenciam as imposições das ações de estado diante as sociedades indígenas e comunidades tradicionais.

O conceito de alteridade é empregado de maneira extrema na historiografia e na antropologia tradicionais, onde os sujeitos não identificados como “pioneiros” ou agentes da colonização são frequentemente marginalizados. As sociedades e unidades sociais não ocidentais — incluindo povos indígenas, comunidades quilombolas — populações ribeirinhas, seringueiros e pequenos agricultores são relegadas ao anonimato e à invisibilidade. Quando esses grupos são mencionados, muitas vezes é de maneira genérica e superficial, sem o reconhecimento de sua complexidade e diversidade.

Essa tendência reflete um padrão historiográfico e antropológico que prioriza os “monumentos de fronteira” — ou seja, os marcos físicos e simbólicos da expansão territorial — e os “heróis” da colonização, aqueles que são celebrados por estenderem os domínios da sociedade ocidental. Tal abordagem perpetua uma visão etnocêntrica que valoriza determinadas experiências e perspectivas em detrimento de outras, contribuindo para a perpetuação de desigualdades epistêmicas.

⁴⁵ Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú.

Não obstante, Esron de Menezes (2001) em “retalhos para a história de Rondônia” oferece uma análise abrangente sobre a criação do território do Guaporé, abordando parte das complexidades das camadas políticas e econômicas envolvidas. Segundo Menezes, o processo que culminou na formação dos territórios, particularmente o do Guaporé, começou com a nacionalização da EFMM em 1930. No entanto, ele argumenta que um elemento importante, frequentemente negligenciado, foi o contexto da segunda guerra mundial. Menezes destaca que “um fator que foi dos mais decisivos para a criação dos Territórios foi a II Guerra Mundial” (p. 137), referindo-se especificamente à ocupação de Singapura pelos japoneses, que controlavam a maior parte da produção mundial de látex. Esta circunstância levou os Estados Unidos a realizar investimentos significativos na aquisição dessa matéria-prima, dando início ao que é conhecido como o “segundo ciclo da borracha”.

Nesse contexto histórico, surgiu um novo agente social: o “soldado da borracha”, (Neeleman, 2015). Alguns anos antes, em um discurso emblemático proferido em 1940, em Porto Velho, o presidente Getúlio Vargas destacou a interconexão entre o labor e o serviço militar. Ele proclamou: “Cada soldado da borracha é um operário e cada operário é um soldado, ambos unidos pelo objetivo comum de trabalhar pelo engrandecimento da pátria”. Essa declaração não apenas reconhece a contribuição vital desses trabalhadores na economia de guerra, mas também eleva seu status ao de defensores da nação, fundindo as identidades de trabalhador e militar em um único ideal patriótico.

Outros elementos que devem ser vistos para essa conjuntura, são os projetos agrícolas, as reformulações burocráticas nos aparelhos de estado e em destaque “as tropas de fronteira”, questão abordada com mais detalhes no capítulo à frente. Em julho de 1938 o decreto-lei 579 cria o DASP: Departamento de Administração do Setor Público. Getúlio Vargas, que assumiu o poder no Brasil em 1930 e, posteriormente, instaurou o “estado novo”, um regime ditatorial que durou até 1945. Durante esse período, Vargas empreendeu uma série de reformas com o objetivo de modernizar o país e consolidar o poder central, Wahlich (1983). De acordo com Brasil *et al*:

mais fortemente a partir da década de 1930, o Brasil passa a empreender um contínuo processo de modernização das suas estruturas e do aparelho do Estado. Como resposta às transformações econômicas e sociais, esse esforço se desenvolveu de forma assistemática, através do surgimento de agências governamentais que pretendiam ser ilhas de excelência com efeitos multiplicadores nas demais, desenvolvidas pelo governo federal, ao mesmo tempo em que antigas estruturas ainda se faziam presentes. Inicia-se, assim, o modelo burocrático de administração brasileira (que longa vida terá no país do pós 1930 até a Reforma do Estado dos anos 90) (2014, p. 83).

O modelo burocrático que começou a se formar nesse período caracterizava-se por uma administração pública hierarquizada e regulamentada por um conjunto complexo de regras e procedimentos. Esse modelo visava a eficiência e a racionalização, mas também servia para reforçar o controle do estado sobre a sociedade e a economia, alinhando-se com os objetivos autoritários do regime.

No jornal “Alto Madeira” em edição de junho de 1942, foi publicado a chamada “Vai ser creado o nosso Território”, onde era anunciado:

Examinando o processo referente à proposta da instituição da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré como entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica, o Dr. Simões Lopes, Presidente do DASP, depois de concordar com as medidas, sugeriu que seja criado, na plena Amazônia, um Território Federal. O governador do novo território dirigiria a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e teria à sua disposição as tropas de fronteira existentes no Território, as quais, além dos encargos normais, teriam os relativos à agricultura. O presidente Getúlio Vargas mandou ouvir o ministro da Fazenda a respeito da proposta do DASP (Alto Madeira, junho/1942).

A longevidade desse modelo burocrático varguista, que perdurou até as reformas dos anos 90, pode ser vista como um legado da era Vargas, demonstrando a influência duradoura de suas políticas na administração pública brasileira. As reformas do estado nos anos 90, por sua vez, buscaram responder a novos desafios econômicos e sociais e a uma demanda por maior democracia e eficiência no governo, após o fim do regime militar em 1985.

Max Weber, em “A Ética protestante e o espírito do capitalismo” (2004), lançou as bases para uma compreensão mais aprofundada do desenvolvimento do capitalismo moderno, que ele expandiria em “Economia e Sociedade” (1994). Neste último trabalho, Weber aprofunda o modelo burocrático, que ele vê como fundamental para a formação de uma nova perspectiva sobre o papel do estado na sociedade moderna. Ele descreve os “tipos ideais” de dominação e identifica a dominação racional-legal como a fonte de poder predominante dentro das organizações burocráticas. Este modelo, caracterizado por uma ênfase na racionalidade, na legalidade e em procedimentos formais, contrasta com formas anteriores e mais tradicionais de autoridade, e é visto por Weber como um pilar da eficiência e da racionalização nas sociedades capitalistas avançadas. A burocracia, portanto, não é apenas um aspecto administrativo do estado, mas um reflexo da lógica dominante do capitalismo e da racionalidade que define a modernidade.

Abnael Lima (1997) no prefácio da terceira edição do livro “terras de Rondônia”, revela a intenção de promover e divulgar a região de Rondônia, destacando suas capacidades econômicas, sua história e sua população. A pergunta “quais gentes?” levanta uma questão importante sobre a representatividade e a inclusão nas narrativas históricas e sociais.

Esperamos ser útil colegas de magistério, aos estudantes, às autoridades, aos empresários e a todas as pessoas que vieram de todas as regiões brasileiras, participar na construção de mais novo Estado na Amazônia Ocidental, superando seus problemas vivendo e fazendo sua história e contribuindo com seu trabalho, com sua inteligência para o seu desenvolvimento, o desenvolvimento da Amazônia e sua efetiva integração ao Brasil (Lima, Abnael, 1997, p. 5).

Para abordar essa questão de forma crítica, é necessário considerar que a população de Rondônia é heterogênea, composta por indígenas, descendentes de quilombolas, migrantes de diversas partes do Brasil, trabalhadores rurais, empresários, entre outros. A menção de Lima às “gentes” sugere uma reflexão sobre quais grupos são efetivamente reconhecidos e representados na história e no desenvolvimento de Rondônia.

A esperança expressa por Lima de que o livro seja útil a uma ampla gama de leitores, incluindo profissionais da educação, estudantes, autoridades, empresários e migrantes, indica um desejo de abranger as diversas contribuições para a construção e o progresso de Rondônia. No entanto, é preciso questionar se essa utilidade se estende também às populações originárias e tradicionais, que frequentemente são marginalizadas ou invisibilizadas em discursos de desenvolvimento e que não foram mencionadas na dedicatória destacada na citação acima.

Com essa citação vemos para quem o livro é dedicado. Torna-se claro que, embora não se questione a validade dos objetivos do autor, é necessário um exame crítico dos temas que são enfatizados e daqueles que são negligenciados ou omitidos. Minha leitura é que se faz necessário problematizar como os estudos sobre Rondônia foram construídos e quais temas foram eleitos como os principais para descrever essa história e principalmente quais temas ficam de fora. Fernanda Belizário (2019) ao estudar a trajetória de Eduard Said, aponta para a carga política do intelectual e seus textos:

Se dizer o mundo é representá-lo e se representação é discurso, é impossível isentar um texto de sua responsabilidade de se filiar a uma visão de mundo particular e todas as suas consequências: os seus valores, os seus silenciamentos, as suas violências simbólicas e epistêmicas (Belizário, 2019).

A reflexão proposta por Belizário sugere que os textos não são meros registros neutros da realidade; eles são atos de poder que moldam a compreensão do mundo e têm o potencial de influenciar ações e políticas.

O texto de Abnael Lima, “história de Rondônia: origem, trajetória e consolidação da cidade de Porto Velho”, publicado em 2007⁴⁶, oferece uma visão panorâmica de momentos

⁴⁶ Texto disponível em <https://www.gentedeopiniao.com.br/colunista/abnael-machado/historia-de-rondonia>. Último acesso em: 20/07/23.

significativos, em perspectiva etnocêntrica da história de Rondônia. No entanto, ao analisar o papel dos indígenas nessa narrativa, percebe-se que eles são frequentemente mencionados de forma secundária ou em contextos que destacam sua subjugação ou marginalização.

Em 1723, a fundação da missão de Santo Antônio do Alto Madeira pelo padre João Sam Payo é mencionada, e os indígenas aparecem como adversários. A missão foi transferida em 1727 para o lago Cuniã para protegê-la dos “ataques” dos “índios adversários”, o que implica que havia resistência indígena à presença europeia e às missões religiosas, que frequentemente visavam converter e pacificar os povos indígenas. Aqui, os indígenas são retratados como uma ameaça, e não como sujeitos ativos com culturas e sociedades próprias.

A expedição de 1722, comandada por Francisco de Melo Palheta, é descrita como uma missão de “descobrimento oficial” do rio Madeira, sem menção ao conhecimento ou à presença indígena pré-existente na região, o que contribui para a narrativa de invisibilidade desses povos. No livro “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, publicado postumamente em 1930, Capistrano de Abreu dedicou um capítulo inteiramente a um documento intitulado “Narração da viagem e descobrimento feito pelo sargento-mor Francisco de Mello Palheta ao rio da Madeira e suas vertentes [...]” que cobre o período de 11 de novembro de 1722 até 12 de setembro de 1723. Neste relato, a área do rio Madeira é referida como “certão”. Esse texto foi inicialmente publicado por Capistrano em 1884, na “Gazeta Literária do Rio de Janeiro”. Aqui uso uma edição de 2004.

“Nas reuniões de 9 e 10 de agosto”, a expedição de Palheta, em reunião com os padres superiores das missões das províncias de Moxos e Chiquitos, os indígenas são novamente invisibilizados, pois a discussão gira em torno da posse territorial entre as coroas de Portugal e Espanha, ignorando a soberania e os direitos dos povos originários sobre essas terras. Onde foram dadas “recomendações” para não ultrapassarem certas áreas, sugere uma preocupação com a territorialidade e a presença indígena, embora os povos indígenas não sejam o foco principal da narrativa. Em 11 de agosto, a expedição desceu o rio Mamoré até a foz do rio Guaporé e subiu até a aldeia dos “índios Iténez”. Aqui, os indígenas são mencionados como habitantes da região, e as “recomendações” transmitidas a eles refletem a imposição de regras ou limites aos povos indígenas por parte dos colonizadores.

Lima menciona, também, a ordem para aldear os indígenas, dada ao governador da capitania do rio Negro, é uma clara indicação de como os indígenas estavam sendo tratados como objetos de política colonial, com o objetivo de controlá-los e utilizá-los para o benefício da colonização, através da construção de infraestrutura militar e civil.

A instalação do município de Porto Velho em 1915 e a subsequente descrição do povoado por Major Guapindaia como “um amontoado de casas sem o menor aparato de povoação moderna, nem mesmo, de taba de índios”. Nessa fala, “um amontoado de casas” que não se assemelha nem a uma “povoação moderna” nem a uma “taba de índios” é particularmente reveladora. Aqui, os indígenas são mencionados apenas como um ponto de comparação depreciativo, reforçando a ideia de que a presença e a organização indígena são inferiores ou irrelevantes para a história da urbanização.

Esses momentos destacados por Lima, portanto, ilustram como os povos indígenas são frequentemente retratados de maneira estereotipada ou como obstáculos, ou *ameaças* ao “progresso” e à colonização. A história contada é uma de conquista e colonização, onde os indígenas, quando mencionados, são apresentados como figuras passivas ou como parte do ambiente a ser controlado ou superado. Esse padrão de invisibilidade é um exemplo de violência simbólica e epistêmica, pois apaga as complexas sociedades indígenas que existiam antes da colonização e que continuam a lutar pela sua cultura e direitos.

O uso de linguagem e estruturas narrativas que perpetuam poder e hegemonia. Foucault (1979), por exemplo, argumentou que o discurso é mais do que um meio de expressar a realidade, é uma forma de exercer poder e controlar a percepção da realidade. “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros (...) encarregados de dizer o que conta como verdadeiro” (Foucault, 1979, p. 12)”. O ufanismo⁴⁷ esteve fortemente presente na “literatura básica” e “edições do autor” onde os personagens representados por esses escritores, são aqueles considerados como ordenadores da política e das organizações das unidades estatais. Portanto, trata-se de uma perspectiva que procura explicar a história de Rondônia com base em feitos individuais e exaltando uma elite política de forma heroica. Outro critério usado nessas escolhas é a perspectiva etnocêntrica que exacerba elogios as agências e agentes colonizadores.

⁴⁷ Para uma compreensão aprofundada do ufanismo, é instrutivo consultar a obra de Afonso Celso de 1900, bem como os estudos de Lúcia Lippi Oliveira (2000) e José Murilo de Carvalho (1995, 1998). O termo “ufania nacional” já foi empresário nos discursos e panfletos circulantes durante o período da independência do Brasil. A confiança do Conde Afonso Celso como “criador do ufanismo” é em grande parte devida à forma didática com que ele articulou as razões para o orgulho nacional, que ele se baseou nas características naturais do país. Em sua obra, que foi publicada em 1900 para comemorar o quarto centenário da chegada de Cabral ao Brasil, Afonso Celso examina aspectos como a vastidão territorial, as belezas naturais, as riquezas minerais, o clima favorável e a notável ausência de grandes desastres naturais (Carvalho, 1998).

Universidade, mão de obra e intelectualidade

A terceira categoria, a “pesquisa de pós-graduação” é formada pelos estudos inseridos nos cursos de pós-graduação da UNIR. Aqui será utilizado como recurso comparativo para demonstrar de quais formas os temas de pesquisas se deslocaram em relação a conjuntura anteriores, como por exemplo, a “leitura básica”. É válido supor que a criação de cursos de pós-graduação da UNIR, início dos anos 2000, como divisor temporal e de mudanças nas práticas de pesquisas sobre Rondônia, pois criaram novos objetivos e abordagens de pesquisa.

Como por exemplo o mestrado acadêmico em estudos literários foi dado início a séries de pesquisas sobre a literatura realizada em Rondônia; constata-se que a própria produção ficcional bem como seus estudos foram tímidos. Sobre “a literatura de Rondônia” Matias Alves Mendes e Eunice Bueno da Silva (1984) resumem os seus “precursores” sendo “os historiadores e os poetas” e os atributos mais marcantes desses escritos foi a “produção de obras de história, uma farta produção de poesia, uma razoável produção de crônicas, dispersas em jornais, e a ausência quase total das obras de ficção, como por exemplo, romances e contos” (Mendes & Silva, 1984, p. 18). Como veremos, a imprensa é relevante na formação das propriedades de posição, principalmente nas conjunturas onde grande número de pessoas com baixo letramento, alto índices de analfabetismo e custos elevados para produção de livros. Os jornais foram o veículo pelo qual as informações e ideias circulavam mais rápido e alcançaram contingente populacional. Neste sentido, entre outros temas até aqui apresentados, a imprensa é fonte de acesso a literatura ficcional, além de ser palco de debates públicos.

A Fundação Universidade Federal de Rondônia foi instituída em 1982 pela Lei nº 7.011, de 8 de julho. Na sua criação, a UNIR incorporou a estrutura da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia - FUNDACENTRO, que oferecia cursos de administração, ciências contábeis e ciências econômicas, tornando-os os primeiros cursos da universidade⁴⁸. Em 1983, a UNIR assumiu a responsabilidade pelos cursos oferecidos anteriormente em Rondônia por meio de convênio entre o governo estadual e a Universidade Federal do Pará - UFPA, incluindo história, letras, geografia, matemática, educação física e pedagogia. Em 1985, a UNIR também passou a administrar os cursos de estudos sociais, ciências, letras e práticas de artes, oferecidos anteriormente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul –

⁴⁸ O Decreto Nº 76I, de 14 de janeiro de 1977, foi transferido definitivamente para a Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia - FUNDACENTRO - ações do capital social da Petróleo Brasileiro SA - PETROBRÁS, que foram registradas em nome do Município de Porto Velho.

UFRGS. Conforme Eva Albuquerque e Moacyr Maia (2008) em “A trajetória do ensino superior público em Rondônia” (2008).

A universidade oferece cinco doutorados, 22 mestrados e 64 cursos de graduação. Para interpretar a relação entre os primeiros cursos oferecidos pela UNIR e o contexto histórico da construção do estado de Rondônia, é importante considerar o cenário socioeconômico e político da época. Na década de 1980, Rondônia estava em um processo de transição de território federal para estado, o que exigia uma estrutura administrativa e econômica mais robusta. Os cursos iniciais oferecidos pela UNIR - administração, ciências contábeis e ciências econômicas - refletem essa necessidade. Eles foram estrategicamente escolhidos para formar profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e administrativo da região.

A escolha dos cursos em sua fase inicial pode ser vista como uma resposta direta às demandas econômicas e sociais do então território em transição para o estado. A universidade, como formadora de mão de obra desenvolvida foi e é uma agência importante no desenvolvimento regional, tanto no aspecto econômico quanto no social.

A UNIR em relação à escolha de seus cursos iniciais e a expansão subsequente de seu portfólio reflete uma dinâmica interessante. Embora os primeiros cursos tenham sido escolhidos por outros estados, a UNIR adaptou e expandiu sua oferta de cursos de maneira a atender às necessidades específicas de Rondônia. Esta abordagem demonstra uma capacidade de resposta às demandas locais, mesmo partindo de um ponto de partida determinado externamente.

Os primeiros cursos da UNIR – administração, ciências contábeis e ciências econômicas – foram escolhidos com a justificativa de que são estratégicos para o desenvolvimento econômico da região. Eles formam profissionais capacitados para gerenciar empresas e instituições públicas, agências para a estruturação econômica de Rondônia. A formação em ciências econômicas é particularmente relevante para entender e moldar as políticas econômicas locais, essenciais para um território em desenvolvimento.

A inclusão subsequente de cursos em áreas como história, letras, geografia, matemática, educação física, pedagogia, estudos sociais, ciências e práticas de artes indica um reconhecimento da importância da educação para o desenvolvimento social. Estes cursos são essenciais para formar educadores, historiadores, linguistas, geógrafos, entre outros profissionais, que são destacados para a construção da identidade cultural e social do estado.

A universidade surge não apenas como uma instituição de ensino, mas também como uma agência de transformação social e cultural, desempenhando um papel importante na

formação do tecido socioeconômico e na construção da identidade coletiva do estado. A história da UNIR reflete as complexidades, os desafios e aspirações de Rondônia, mostrando o papel das instituições educacionais na negociação e na redefinição das fronteiras culturais e sociais em contextos que estão em transformações.

Produção de invisibilidades

Esses primeiros capítulos seguem dois caminhos descritivos que se complementam. Além de apresentar os principais conceitos que guiam esse trabalho, entre eles estão: rituais de colonização, lugar de memória, monumentos de fronteira, representação, colonização e alteridades, também lança a pergunta: quais são os eventos e os monumentos mais estudados sobre Rondônia? Desse modo, simultaneamente é feita apresentação teórica dialogando diretamente com os objetos e temas que formam esta pesquisa. O material de leitura são as representações e memórias documentadas em produções intelectuais, monumentos (por exemplo para homenagear algum “herói” ou para demarcar fronteiras), relatórios de instituições especializadas em classificar terras e os tipos de exploração, cartografias e até mesmo os silenciamentos produzidos por essas representações.

Nas últimas décadas houve aumento nas pesquisas em ciências humanas dedicadas a compreender a formação dos estados nacionais ou mesmo os efeitos dos processos das colonizações ocidentais na Amazônia. Esses estudos constataam que esses processos promovem inúmeros silenciamentos e invisibilidades de populações tradicionais, não ocidentais. Como afirma Santo, Araújo & Baumgarten (2016)

[...] A produção de invisibilidades é assegurada pelas cinco monoculturas do pensamento moderno: a monocultura do saber e do rigor do saber cria o ignorante, a monocultura do tempo linear determina o residual, a monocultura da naturalização das diferenças legitima a classificação do inferior, a monocultura do universalismo abstrato demarca o que é local e estabelece a sua irrelevância e a monocultura dos critérios de produtividade capitalista decreta o improdutivo (Santo, Araújo & Baumgarten, 2016, p. 16)

Contemporaneamente apontamentos sobre a produção de invisibilidades têm crescido paralelamente com as perspectivas decoloniais. Estão inscritas em pautas que revisam, reavaliam as colonizações e os processos de subalternização das populações não ocidentais. Parte da literatura aqui estudada está passível de serem categorizadas como produtoras de esquecimentos, por exemplo quando reproduziram perspectivas tutelares sobre os povos indígenas considerando-os como atrasados tendo a sociedade nacional como ponto de

referência, ou muitas vezes seus textos estão dedicados a homenagear agentes políticos de destaque que favoreciam a consolidação das explorações capitalistas de matérias primas. Esse tipo de crítica deve ser apurado com vigilância epistemológica, pois pode levar a entender que o ideal é fazer aquele mapa em escala real. Nesse sentido, qualquer pesquisa é produtora de invisibilidade em decorrência dos recortes do objeto do estudo. Conforme diz Pacheco de Oliveira:

[...] alguns exercícios críticos falam em ausência, invisibilidade ou esquecimento, mas com isso se corre o risco de simplificar em demasia, pois não se trata de maneira alguma de uma pura e simples omissão. As narrativas e imagens sobre a fundação do Brasil, bem como sobre muitos outros episódios da história do Brasil, deixam entrever a sua importância em tais contextos, seja falando explicitamente sobre eles, seja delineando cálculos e estratégias em que os indígenas ocupam lugar de destaque (2016, p. 26-27).

Investindo esforços epistemológicos para exercitar a teoria crítica e por vezes intitulado-se como decolonial⁴⁹ (Mignolo, 2010, p. 5), os estudos sobre racismo e relações de gênero no “mundo rural” promovem problematizações metodológicas e conceituais que proporcionam diferentes perspectivas com as quais evidenciam-se que a ciência reproduz conceitos e classificações das colonizações⁵⁰ (Quijano, 1992, p. 447), dessa forma passa a compor os mecanismos de poder que dali provém.

A pesquisa constata que a “literatura básica” sobre Rondônia não tinha, por exemplo, os povos indígenas como preocupações em suas agendas, quando citados estavam subalternizados, descritos como tutelados. Essa perspectiva, tutelar e evolucionista, estava na ordem do dia. Porém, como é possível pesquisar e descrever os processos de silenciamentos? Como as colonizações foram consolidadas e as fronteiras definidas? Em todo caso, é correto afirmar que a geração que afirma que gerações anteriores produziram invisibilidades estão, em sua contemporaneidade, construindo representações sobre si enquanto avaliam o passado e o presente. Destarte, ao descrever a formação de Rondônia, por mais informações que compunham essa descrição, ainda será produtora de esquecimentos e invisibilidades.

⁴⁹ Quando me refiro a este conceito tenho Mignolo como referência “[...] *el vuelco des-colonial es un proyecto de desprendimiento epistémico en la esfera de lo social (también en el ámbito académico, por cierto, que es una dimensión de lo social), mientras que la crítica post-colonial y la teoría crítica son proyectos de transformación que operan y operaron básicamente en la academia europea y estadounidense. De la academia desde la academia*” (Mignolo, 2010, p. 5).

⁵⁰ “*La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decisión libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad*” (Quijano, 1992, p. 447).

Evidenciam-se os silenciamentos produzidos nos trabalhos acadêmicos e as ausências de populações específicas das políticas públicas. Essas ausências e silenciamentos entram em cena da discussão com os questionamentos mais recentes sobre o papel da ciência e suas interdependências com as colonizações. Os silenciamentos e invisibilidades são evidenciadas conforme novas fontes e/ou novas perguntas são feitas. Nesse sentido, como desmembramento do objetivo central, o escopo é descrever as maneiras pelas quais os silenciamentos foram construídos no processo de formação de Rondônia, bem como estudos dedicados a explicar essa região da Amazônia reproduziram conceitos das colonizações e por consequência corroboraram para construção de representações que adjetivam as populações tradicionais como subalternas e atrasadas.

Considerações

A proposição “Rondônia, nem sempre foi Rondônia” incita uma ponderação sobre a natureza histórica e transformativa das identidades geográficas e políticas. Rondônia, enquanto unidade federativa do Brasil, possui uma trajetória que antecede a denominação atual e a configuração político-administrativa contemporânea. Antes de ser oficialmente reconhecida como Rondônia, a região passou por diversas denominações e períodos de metamorfose que refletem alterações administrativas, políticas, econômicas e culturais.

O título indica que a área hoje identificada como Rondônia integrou outros territórios e assumiu distintas identidades, e que a ocupação e o uso da terra na região possuem uma história extensa, abrangendo diversas populações e culturas, especialmente as indígenas, muito antes da chegada dos colonizadores europeus e da subsequente formação do estado brasileiro. Assim, essa expressão convida à exploração da história complexa da região, reconhecendo a multiplicidade de influências e a evolução temporal que moldaram sua identidade atual.

A premissa inicial, que sugere uma ocupação humana das terras rondonienses a partir do século XVIII, é confrontada por evidências arqueológicas que indicam uma presença humana significativamente anterior na Amazônia. Esta desconstrução é imperativa para desafiar visões eurocêntricas que frequentemente marginalizam ou invisibilizam as culturas, sistemas políticos e organizações sociais indígenas pré-existentes à chegada dos europeus.

A fluidez das denominações territoriais, desde “Noroeste do Mato Grosso” até a atual “Rondônia”, reflete não apenas mudanças administrativas, mas também as dinâmicas

políticas, econômicas e culturais que influenciaram a construção da identidade regional. A escolha do nome “Rondônia”, em homenagem a Cândido Rondon, e sua prevalência sobre outras denominações propostas, é emblemática das disputas discursivas e políticas que moldaram a região.

A análise crítica da ocupação capitalista em Rondônia, desde a colonização portuguesa até os discursos contemporâneos de desenvolvimento sustentável, revela as complexidades e contradições inerentes à formação territorial e cultural da região. O estudo etnográfico aqui apresentado desvenda as representações de fronteira e colonização que influenciaram a construção da Amazônia Legal, e enfatiza a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e holística da história.

Por fim, a ambiguidade em torno da categoria dos “pioneiros” e sua historiografia reflete as tensões e disputas em torno da autoridade narrativa. Ao propor a expressão “os pioneiros e suas historiografias”, busca-se uma compreensão mais matizada das dinâmicas de autoria e autoridade que moldam a construção historiográfica de Rondônia. Este capítulo, portanto, serve como um convite à reflexão crítica e ao reconhecimento da diversidade de vozes e experiências dos agentes que compõem a formação de Rondônia.

No capítulo subsequente, empreendemos uma exploração da primeira zona de fronteira, onde os rios desempenharam papéis centrais, destacando as expedições. Sob a ótica dos rituais, desvelam-se os padrões iniciais que moldaram essas expedições, lançando as bases para as representações e propostas de colonização e conquista. Neste mergulho nas margens fluviais da fronteira, descrevo os rituais que formaram o imaginário e a trajetória da região.

CAPÍTULO 4

ANTROPOLOGIA DAS EXPEDIÇÕES

Antropologia das Expedições

As expedições constituem segmentos estratégicos no contexto da colonização, englobando os processos de conquistas, colonizações e demarcação de fronteiras; promoveram intervenções concretas e contribuíram significativamente para a construção de representações. As atividades metódicas das expedições elaboraram cartografias, promoveram a classificação de territórios, catalogaram matérias-primas e facilitaram o controle e o monitoramento da circulação de povos indígenas e outros grupos sociais. O objetivo é descrever esse processo, o padrão das expedições, a produção de conhecimento e a demarcação de fronteiras, juntamente com as representações empregadas nas colonizações ocidentais promovidas na Amazônia.

Este capítulo tem como agulha de marear o protagonismo dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, a partir das discussões e documentações relacionadas à demarcação de fronteiras e às políticas de colonização, utilizando esses rios como referências. Trata-se de um regime de alteridade caracterizado por investimentos econômicos e políticos destinados a dominar as navegações fluviais na Amazônia, com estratégias militares e científicas. A análise é constituída por interpretações das expedições que catalogaram: matéria-prima, rotas de circulação, povos indígenas, força de trabalho e projetos de colonização ocidental. Com base nessas produções, constatam-se os padrões dos rituais de colonização e das demarcações de fronteira, onde são sublinhadas as definições de ameaças, protegidos e protetores.

São avaliadas as trajetórias de agentes coloniais e de que maneiras eles definiram a fronteira como um problema político inscrito nas conjunturas das conquistas portuguesas. No contexto estudado referente ao século XVIII, observam-se as estratégias portuguesas para consolidar as conquistas territoriais durante a União Ibérica (1580 a 1640). Destacam-se personagens como Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro governador da capitania de Mato Grosso; Luiz de Albuquerque de Cáceres, quarto governador entre 1772-1788; e Ricardo Franco de Almeida Serra, que viveu na região durante muitos anos, entre 1770-1809. Esses agentes do estado monárquico português produziram relatórios sobre os conflitos,

territórios e povos ali presentes. A questão da fronteira estava na ordem do dia; a cartografia funcionava como um artefato de representação.

Antônio Rolim de Moura Tavares, um escravocrata, foi um agente altamente respeitado pelo estado colonial português. Administrador colonial, ele serviu como o primeiro governador da Capitania de Mato Grosso de 1751 a 1765. Após seu mandato nesta região, foi nomeado Governador da Bahia, cargo que ocupou de 1766 a 1767. Demonstrando habilidades administrativas, Tavares foi promovido a Vice-rei do Brasil, simultaneamente assumindo o papel de Governador do Rio de Janeiro, funções que desempenhou de 1767 a 1769. Sua gestão em diferentes regiões do Brasil colonial reflete sua importância e influência na administração do Império Português na América do Sul durante o século XVIII.

Figura 6 - Capitania de Mato Grosso



Fonte: (Rosa, 2003).

As expedições foram formadas com diversos objetivos, mas havia questões comuns a todas elas: catalogar. Mesmo que não fosse o objetivo oficial, o território era renomeado, os povos eram adjetivados e planos de comércio eram sugeridos para matérias-primas específicas de cada região. Pacheco de Oliveira (2016) afirma que “a Amazônia só começa a ser pensada como fronteira em termos históricos e sociais a partir das colocações inovadoras de Tavares Bastos (1937)”, contudo, na prática da colonização portuguesa, a fronteira, no sentido de limites físicos e de obras arquitetônicas, estava há séculos em voga. Esses cenários contribuíram para a construção do imaginário social sobre as “fronteiras brasileiras” e foram atualizados em conformidade com as exigências contemporâneas de cada regime de memória.

Apesar do título abordar apenas “expedições”, o trabalho abrange outras produções como monções⁵¹, bandeirantes, viajantes e cronistas. Além da história das ideias ou aspectos do imaginário, as expedições ainda têm relevância ao expressar partes das relações objetivas nas diferentes sociedades que documentam⁵². É claro que se devem considerar as limitações dessas fontes, como discutido por Florestan Fernandes (1975) e Pacheco de Oliveira (1986).

Mello Leitão propôs estudar as expedições realizadas desde o século XV até aquele momento no início da década de 1940. Destacou dizendo que

É preciso distinguir uma expedição científica, realizada com determinado fim e executada por um grupo, sob a orientação de um chefe e obedecendo a um plano de estudos, das viagens feitas por um só homem, mesmo cientista, como o simples fim de colheita de material ou pesquisas pessoais. (Mello-Leitão, 1941b, p. 8).

O objeto do estudo de Mello-Leitão, os tipos de expedições científicas

Preferi, por isso, considerar de preferência os fins das expedições, estudando separadamente os descobrimentos, os estudos e fixação dos limites, o conhecimento da nossa geografia física, o estudo do solo e das riquezas minerais, a classificação da nossa flora e da nossa fauna, as condições ecobióticas (*sic*) e sociais dos nossos íncolas. (Mello-Leitão, 1941b, p. 7).

Com a categoria “expedições”, portanto, resumo as séries de práticas que envolviam bandeiras, missões, correrias, excursões, viagens e caravanas. Essas atividades representavam os primeiros passos para as colonizações. Pesquisadores e agentes executores dessas práticas

⁵¹ O termo “monções” refere-se à prática de agrupar canoas em caravanas para transportar passageiros, principalmente entre São Paulo e Cuiabá. Esse método de viagem foi comum desde a década de 1720 até aproximadamente a metade do século XIX (Carvalho, 2006), Holanda (1945).

⁵² Desta forma, “antropologia das expedições” é tomado na condição de instrumento interpretativo do “tipo ideal” definido por Max Weber “Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento” (Weber, 1999, p. 106).

fazem distinções em cada uma delas. Rondon fala de bandeira, não de expedição. Basílio de Magalhães menciona bandeiras. Roquette-Pinto afirmou que não fazia bandeira, mas sim excursão. Mello-Leitão (1941) discorre sobre expedições, Pacheco de Oliveira (1978) estudou viagens, e Florestan Fernandes (1975) escreveu sobre a etnografia dos cronistas. Conforme essas atividades surgem ao longo deste trabalho, serão definidas em suas idiossincrasias. Cada uma dessas práticas possuía objetivos e técnicas específicas que as distinguem entre si; todavia, é possível observar padrões que se repetem em suas composições.

As equipes eram constituídas por agentes com conhecimentos náuticos, habilidades de navegabilidade e, em certa medida, táticas bélicas. É nessa direção que a presente leitura avalia, além da literatura de viajantes e cronistas, relatórios de expedições militares, cartográficas, mineralógicas, comissões de limites fronteiriços, expedições para planejamento de povoamento e colonização, e incursões punitivas contra povos indígenas e quilombolas, também denominadas “correrias”. Como Iglesias descreve:

“correrias”, expedições armadas, patrocinadas por patrões, seringalistas e caucheiros. Justificadas com discursos que concebiam os índios como “selvagens”, “feras” (“animais”) e “pagãos” (ou “infiéis”), as “correrias” constituíram a principal iniciativa dos patrões para a destruição das “malocas” comunais e a dispersão dos sobreviventes para locais distantes de onde havia maior incidência de árvores de seringueira (*Hevea Brasiliensis*) ou caucho (*Castilloa Ellastica*). Para os povos indígenas, as “correrias” resultaram em massacres, na captura de mulheres e meninos e na gradual dispersão dos sobreviventes em terras firmes dos fundos dos seringais. (Iglesias, 2008, p. 09).

Os principais objetivos das expedições consistiam na aquisição de conhecimentos geográficos e antropológicos, construídos pelas agências colonizadoras que as encomendaram, especificando demandas que coadunavam com a contemporaneidade de cada regime de alteridade (Pacheco de Oliveira, 2016). Tais dados e conhecimentos foram utilizados em outros contextos de alteridade, distantes dos quais foram inicialmente construídos.

Essas categorias passaram por releituras em distintas conjunturas, principalmente as “bandeiras”. Por exemplo, em 1957, Oto Carlos Bandeira Duarte Filho publicou o livro “Rondon, o Bandeirante do Século XX”. Em 2000, Joel Leão lançou um filme homônimo e, em uma entrevista, ele explica o título:

Rondon é o último bandeirante brasileiro. Cuiabá foi descoberto, em 1719, por bandeirantes paulistas. Quando Rondon retornou à sua terra natal, ainda, era pouco habitada. Ele a desbravou tal qual como os bandeirantes o fizeram. O sertanista abriu estradas, catequizou índios, foi um bandeirante, por isso digo que foi o último bandeirante (Leão, 2015).

Nas sinopses do filme e entrevistas com o diretor Joel Leão, o termo “expedições” é frequentemente utilizado para sintetizar o conteúdo apresentado. A aplicação da categoria “bandeira” na qualificação das atividades de Rondon evoca a retórica da conquista e do desbravamento, representando um resgate anacrônico de uma prática colonial significativa na formação do Brasil. Essas atitudes podem ser consideradas, sob uma perspectiva historiográfica, não apenas anacrônicas, mas também, na visão dos agentes sociais que as praticam, como atualizações do mito da conquista. São práticas discursivas que atribuem uma conotação positiva às práticas coloniais.

Atualizações das bandeiras

O historiador Capistrano de Abreu em “Schema das bandeiras”, apresentou a publicação “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, onde categorizou os movimentos de expansão para o interior do Brasil da seguinte forma: a) bandeiras originárias de São Paulo; b) bandeiras provenientes da Bahia; c) bandeiras de Pernambuco; d) bandeiras do Maranhão; e e) bandeiras da região Amazônica. Ele destaca que as bandeiras amazônicas, partindo do rio Madeira, estabeleceram conexões com as de São Paulo, expandiram-se até ao vale do Javari e ocuparam a Guiana (Abreu, 2004).

No estudo antropológico da história brasileira, a figura de Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon emerge como um elo fascinante entre o passado e o presente. A designação de Rondon como “o último bandeirante”, não apenas por Joel Leão e Duarte Filho, mas também por outros, oferece uma oportunidade para um entendimento crítico das continuidades e rupturas nas práticas de exploração territorial do Brasil.

Estudos revelam os discursos nos quais os bandeirantes, assim como os pioneiros americanos, desempenharam um papel análogo na formação da identidade nacional do Brasil. No entanto, a interpretação das ações dos bandeirantes foi reconfigurada ao longo da formação do Brasil para servir a uma narrativa nacionalista, especialmente durante a ditadura de Getúlio Vargas. Naquele contexto, agentes como Cassiano Ricardo, em “Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil” (1970), não apenas recontaram a história dos bandeirantes, mas também a utilizaram como um instrumento ideológico para apoiar as políticas do estado novo. Isso indica uma reavaliação consciente e uma reinterpretção da história que visa fortalecer a identidade nacional e justificar ações governamentais.; nas palavras de Ricardo:

Da bandeira caminhando no espaço, desde o início do povoamento, saiu a sociedade que se fixou no interior do país. Da sua fronteira móvel, conduzida para norte, oeste e sul, saiu a fronteira fixa que configura, no mapa, a imagem física do Brasil. Da bandeira caminhando no tempo saiu o grupo nacional democrático, que vem da família, passa pelo clã, torna-se povo e chega até nós pelo sangue e pelo sentimento, como um retrato humano que se viesse reproduzindo através de ampliações sucessivas do original. A bandeira nos oferece, portanto, na sua rude, mas típica enquadramento política, os lineamentos do Estado moderno, baseado no culto da tradição e do heroísmo: comando seguro (autoridade forte) e disciplina consciente (cooperação de todos os brasileiros, agora irmanados numa só alma, para o mesmo sacrifício e para o mesmo triunfo) (Ricardo, 1970, p. 57).

A figura do bandeirante, originalmente associada à exploração e ao aprisionamento de indígena, é transformada em um símbolo de bravura e de expansão territorial, refletindo as virtudes que o estado desejava promover. Isso ressalta a maleabilidade da memória coletiva e a importância da história na formação da identidade nacional, bem como na legitimação das políticas governamentais. Esse é um dos exemplos dos quais podemos entender o fetichismo da fronteira, onde as violências e muitas vezes genocídios são minimizados.

Na referência de Leão a Rondon como o “último bandeirante”, destaca-se o papel de Rondon na expansão e integração territorial do Brasil, especialmente no desenvolvimento da região Centro-Oeste. As contribuições de Rondon foram além do mapeamento e integração física do território brasileiro, abrangendo também o reconhecimento da diversidade cultural e social do país. Essa caracterização de Rondon como “último bandeirante” representa uma reinterpretação do mito do bandeirantismo, situando-o em uma conjuntura distinta. Enquanto se distancia dos bandeirantes tradicionais, que buscavam ouro e escravizavam indígenas, Rondon adotou uma abordagem de “integração pacífica” dos povos indígenas na sociedade brasileira. No entanto, essa abordagem não esteve isenta de violência. Diferentemente da narrativa romântica de uma pacificação respeitosa, estudos indicam que o processo envolveu também aspectos de coerção e imposição cultural.

A saber, contudo, é necessário considerar o aspecto anacrônico dessa designação. Ao rotular Rondon como “último bandeirante”, Leão aplica um termo histórico a uma figura moderna, o que pode refletir uma visão romântica ou idealizada do papel de Rondon na história brasileira. Essa perspectiva anacrônica pode tanto enaltecer quanto simplificar as complexidades associadas às interações históricas entre os colonizadores e os povos indígenas.

Dizer que Rondon foi o último bandeirante representa a consagração e atualização do mito do conquistador, reconfigurando narrativas históricas e reafirmando a persistência de ideologias colonialistas. Esta designação não apenas enaltece as ações de Rondon, mas também perpetua uma visão romantizada da expansão territorial, ocultando as complexidades

e as violências inerentes ao processo de colonização. Tal perspectiva anacrônica, tomada na condição de um tipo de consagração, projeta sobre Rondon uma simbologia que, ao glorificar a figura do bandeirante, revisita e reforça mitos de bravura e desbravamento, enquanto minimiza as tensões e os conflitos culturais que marcaram a interação entre os colonizadores e as populações indígenas.

Para uma compreensão mais ampla desses processos, são recomendáveis os trabalhos de Pacheco de Oliveira (1988) e Souza Lima (1995), que oferecem perspectivas críticas sobre a pacificação e o indigenismo no Brasil. Para um exemplo da violência presente na pacificação ver o deslocamento vivenciado pelos povos Massaká, Aikanã e Cassupá em Rondônia, (Timóteo da Cunha, 2017). Ademais, como já indicado em capítulo anterior, para um aprofundamento crítico sobre os bandeirantes e suas práticas, sugere-se consultar as obras de Monteiro (1994), Abud (1985), Ferreira (2002) e Ferretti (2004), que exploram as complexidades e ambiguidades dessas interações históricas.

Protagonismo dos rios

Durante as últimas duas décadas do século XIX, emergiu um conflito significativo relacionado à instalação de postos fiscais por parte de Mato Grosso em territórios administrativamente vinculados ao Amazonas. Este evento foi minuciosamente analisado por Torquato Xavier Monteiro Tapajós em sua obra intitulada “Estudos sobre o Amazonas: Limites do Estado”, publicada em 1895. Posteriormente, Manoel Tapajós seguiu os passos de Torquato, contribuindo para o debate com a publicação de “Fronteira Sul do Amazonas: Questão de Limites” em 1898. Além disso, um trecho relevante deste trabalho foi divulgado no “Diário do Amazonas” em abril de 1899, ampliando o alcance e a discussão sobre a disputa territorial. Ambos avaliadores adotaram uma abordagem metódica que combinava história, geografia e direito. Este tema marcou uma fase de intensificação das disputas territoriais no Brasil, refletindo as complexas relações de poder e os interesses econômicos que moldavam a identidade regional. Manoel Tapajós destacou:

O rio Madeira, com quanto todo o mundo saiba, nós diremos aqui mais uma vez: não é o que Matto Grosso tem pretendido fazer acreditar - um rio desconhecido, sem tradições, sem história, cuja existência legal se possa duvidar como fator integrante do território amazonense. Se não tem as fabulosas minas de Urucumacuan, não é um ‘burgo pobre’ [...]. Que patrocínio, é, pois, esse que se quer impor à laboriosa população do Madeira, nas terras contestadas, se Matto Grosso nunca se apiedou de sua miséria quando foi pobre e só agora que é rica a vê e ambiciona? Esses homens do trabalho repellem com nobreza e indignação o seu pretense patrono, por saberem

que não estão explorando as lendárias minas de Urucumacuan. (Tapajós, 1899: p. 16170).

Torquato Xavier Monteiro Tapajós e Manoel Tapajós examinam a contenda pelo rio Madeira através de uma análise cronológica. Esta análise enfoca eventos específicos, figuras históricas e padrões de ocupação, incluindo missões, vilas, seringais e monumentos, todos sob a jurisdição das capitanias do Rio Negro e do Amazonas. Tal abordagem detalha a evolução e as influências administrativas na região, sobretudo a administração colonial do século XVIII. Os textos são documentos significativos que ilustram como as narrativas sobre um local podem ser moldadas por interesses políticos e econômicos. Além disso, evidenciam a reação das comunidades locais a essas influências externas, destacando a importância de considerar perspectivas locais na compreensão das dinâmicas territoriais e culturais.

Primeiramente, Tapajós ressalta a condição da população no vale do Madeira, desde o Salto Theotônio, evidenciando como ela foi consistentemente protegida, educada e regida pelas leis do Amazonas. Este aspecto demonstra a influência e o controle administrativo exercido pela capitania do Amazonas sobre a região, um ponto central na disputa territorial.

Manoel Tapajós descreve uma disputa, mas não indica explicitamente quais agentes estavam atuando, desta forma usa as máscaras “Mato Grosso” e “Amazonas”. Contrariando a narrativa de Mato Grosso, que procurava retratar o rio Madeira como um espaço marginal e desprovido de significado histórico, Tapajós argumenta vigorosamente contra essa visão. Ele ressalta que o rio Madeira não era um “rio desconhecido, sem tradições, sem história”, desafiando a noção de que a região era irrelevante no contexto mais amplo do Brasil. Essa perspectiva destaca a importância do rio no território amazonense, reconhecendo seu papel na formação da identidade e história locais.

Ademais, Tapajós destaca relevância histórica como evidência da jurisdição e posse do Amazonas sobre as terras adjacentes ao Madeira até o Salto Theotônio. Ele argumenta que, mais do que qualquer outra província, o Amazonas tinha um papel fundamental na manutenção e proteção dessa infraestrutura crítica, indicando uma relação intrínseca entre a província e a região contestada.

Tapajós descreve uma comunidade imaginada ao atribuir certa resistência e o orgulho da população local diante das tentativas de controle e exploração por forças externas. A expressão “repellem com nobreza e indignação” atribuindo uma reação da “comunidade local” contra a apropriação injusta de seus recursos, demonstrando um sentimento de autodefesa e integridade territorial. A crítica de Tapajós ao “patrocínio” que Mato Grosso

pretendia impor à região aponta para um interesse súbito e oportunista pelo território, agora percebido como valioso, isso na visão dos avaliadores citados acima.

Em 1898, Euclides da Cunha publicou no jornal “O Estado de São Paulo” comentários elogiosos sobre a obra de Manoel Tapajós⁵³. Essa publicação aconteceu alguns meses após o lançamento do livro, destacando a defesa de Tapajós do Amazonas, um tema que chamou a atenção de Euclides. O tema da fronteira esteve presente novamente para Euclides da Cunha quando foi nomeado pelo Barão do Rio Branco como chefe da “Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus” entre 1904 e 1905. Nessa função, ele desempenhou um papel crucial na demarcação do limite do rio Purus, nas fronteiras entre o Peru e o Brasil (Cunha, 1994).

Ele compara a relativamente simples demarcação de fronteiras no caso do Amazonas com Mato Grosso com outras disputas territoriais mais complexas e multifacetadas entre diferentes estados brasileiros, como Bahia e Pernambuco, Sergipe e Bahia, Alagoas, São Paulo e Minas Gerais. Cunha enfatiza a natureza histórica e os desafios associados às demarcações de fronteiras no Brasil. Ele menciona que muitas dessas disputas territoriais são baseadas em documentos históricos que frequentemente são numerosos, contraditórios e sujeitos a interpretações variadas. Essas disputas, segundo ele, emergem de conflitos antigos, remanescentes da era colonial e monárquica do Brasil, caracterizando-as como “velhas rixas de capitães-mores”. (Cunha, 2013, p. 18-19).

Mais adiante, Cunha aponta o caso do Amazonas e Mato Grosso como excepcional. Nesta situação, a definição das fronteiras baseia-se em um documento único e claro: a carta de 10 de maio de 1758 de Furtado Mendonça ao primeiro governador da capitania recém-formada. Esse documento, segundo Cunha, fornece uma base sólida e menos ambígua para a definição das fronteiras, diferentemente dos outros casos que ele menciona (Cunha, 2013, p. 18-19).

Euclides da Cunha, ao “naturalizar” as demarcações de fronteiras no Brasil, parece reconhecer e legitimar as fronteiras estabelecidas nos períodos colonial e imperial. Ele as considera como referências fundamentais para entender e resolver disputas territoriais contemporâneas no país. Esta perspectiva sublinha a continuidade histórica e a importância dos legados colonial e imperial na formação territorial e política do Brasil.

⁵³ “Dentre os “ensaios amazônicos”, encontra-se o único texto pré-amazônico, publicado em O Estado de São Paulo, em 14 de novembro de 1898, intitulado “Fronteira Sul do Amazonas. Questão de Limites”, no qual Euclides comenta o livro homônimo de Manuel Tapajós que trata dos conflitos entre os estados do Amazonas e do Mato Grosso” (Ribeiro, 2013, p. xviii).

A menção às “fabulosas minas de Urucumacuan” serve para enfatizar que, embora o rio Madeira não fosse conhecido por tais riquezas minerais, isso não diminuía seu valor econômico e social próprio. Isso reflete a riqueza e a diversidade das regiões do Brasil, onde o valor de uma área não se limita apenas às suas riquezas materiais, mas também ao seu significado histórico e cultural.

O interesse pelas minas de Urucumacua teve início no século XVIII, impulsionada pelas expedições de Ricardo Franco de Almeida Serra. Essa área, que nunca foi encontrada, voltou a ser foco de atenção durante o final do século XIX, integrando-se na disputa territorial pelo rio Madeira. Posteriormente, em 1942, a relevância das minas de Urucumacua ressurgiu quando o SPI e a CPRM realizaram estudos mineralógicos na região. Essas investigações incluíram também o estabelecimento de contato com povos indígenas, através de uma comissão mista (Timóteo da Cunha, 2017). Marechal Cândido Rondon demonstrou um forte interesse e convicção na existência dessas minas. Comprometido com esta crença, investiu recursos significativos na tentativa de localizá-las, refletindo a persistência da lenda dessas minas no imaginário nacional e na política de exploração dos recursos naturais da região.

A representação cartográfica entre em cena como forte recurso para posse da fronteira. Nos mapas do século XVIII percebe-se que forma destacados os cursos dos rios, notamos a relevância dessas vias para a gestão local, como já observado o conhecimento indígena com guias e tradutores foram importantes para além essa conquista territorial e não dependeu somente do conhecimento náutico ocidental. Os rios, “estrada indígenas”, sendo as principais vias de acesso ao território amazônico, exerceram um papel vital como rotas de penetração. Foi através desses cursos d'água que se desenvolveu a estruturação territorial da capitania, facilitando o alcance a várias vilas e assentamentos estabelecidos com a ampliação dessas fronteiras. Em um ambiente com escassas povoações e densa vegetação, as rotas fluviais eram indubitavelmente os meios de transporte mais seguros e frequentemente utilizados (Neves, 2019) e (Araújo, 2000).

“Mareação” é um termo marítimo utilizado para descrever as várias orientações de um veleiro em relação à direção do vento. “Marear” refere-se ao ato de ajustar as velas para manter o barco nessas orientações. Sobre esse tema Amorim (2014) publicou um artigo comentando os trabalhos de Holanda (1945) e Taunay (1975) sobre as práticas dos pilotos nas monções.

Assim, os profissionais responsáveis pela mareação eram fundamentais para a navegação nos rios do interior do Brasil. Leverger observa que, independentemente da habilidade de um guia, é comum que canoas encalhem ao atravessar cachoeiras mais

desafiadoras. Em tais situações, assim como em outras manobras necessárias, frequentemente recorria-se unicamente à força física para superar os obstáculos (Leverger, 2002).

Dentre os especialistas em maréação, havia poucos brancos empregados, sendo a maioria dos trabalhadores formada por pardos e escravos negros. Além disso, indígenas eram frequentemente contratados pelos comerciantes das monções. Isso se justificava pela participação regular desses povos nas expedições e por suas notáveis habilidades de navegação. A técnica de maréação utilizada nas canoas das monções era de origem indígena, caracterizada por remeiros que remavam de pé. Holanda (1945) e Amorim (2014).

Rolim de Moura ([1751], 1982), que via a navegação monçoeira como uma arte distinta, opinava que os indígenas eram mais adequados para essa tarefa. A participação de indígenas nas expedições monçoeiras, no entanto, acabou gerando conflitos entre os comerciantes e esses trabalhadores. Uma carta do secretário de estado Francisco Mendonça Furtado, endereçada a Rolim de Moura, destaca essa questão. Na carta, Mendonça Furtado apela para que se resolvessem os problemas dos comerciantes que, a caminho de Cuiabá, falhavam em cumprir os acordos financeiros com os indígenas, oferecendo-lhes ouro, mas compensando-os com tecidos de algodão. Tal situação sugere que havia um número considerável de indígenas que trabalhavam como remeiros nessas viagens. Amorim (2014).

Guerra de conquista

Tzvetan Todorov, em “A conquista da América”, afirma que Cortez inventou “uma tática de guerra de conquista e, por outro lado, a de uma política de colonização em tempos de paz [...]. Sua expedição começa com uma busca de informação e não de ouro” (Todorov, 1983, p. 57). Essa tática é identificada de forma semelhante no século XX quando, por exemplo, Roquette-Pinto escreveu “o que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conquistado” (1914, p. 588; 1917, p. 85). As parcerias entre Rondon e Roquette-Pinto renderam enormes coleções de história natural, arqueologia e etnografia (Santos, 2020), ao passo que realizaram quase como se fosse uma “campanha desarmamentista” junto aos povos indígenas, com tomadas de machados de pedras, arcos, flechas e outros objetos que estivessem ligados a conflitos e pudessem ser usados como armas.

Entretanto, não é adequado interpretar essa prática como uma campanha desarmamentista tradicional, pois as nuances são distintas. O colecionamento de armas era uma prática comum, porém, seu significado ia além do aspecto prático, sendo mais simbólico

do que efetivo. Os indígenas possuem a capacidade de fabricar novas armas, como machados, arcos, flechas e lanças, o que destacava uma diferença importante. É preciso ter em vista essa distinção para evitar a interpretação de que o colecionamento de armas era uma estratégia de desarmamento deliberada, ou que envolveu uma campanha direta e eficaz de desarmamento⁵⁴.

A tentativa de desarmar os indígenas estava mais ligada a uma estratégia ampla de dominação e pacificação promovida pelo estado. Embora o colecionismo simbolize essa pacificação, a verdadeira subjugação ocorreu por meio de outros métodos, como a criação de aldeamentos e a gestão dos territórios indígenas pelo estado. Estava em destaque a pacificação, estratégia de conquista nacional com aspectos singulares ao comparar a formação de outros estados nacionais nas Américas.

A guerra tem constante participação no processo de formação do Brasil. Entretanto, não houve apenas uma guerra singular; portanto, não podemos ver somente a guerra de conquista avançando territórios tradicionais e os povos indígenas passivos. Nesse sentido, como diz Milanez sobre a série “Guerras do Brasil” (2019) do roteirista e diretor Luiz Bolognesi, é necessário abordar a diversidade de conflitos ocorridos ao longo da história brasileira:

No caso da conquista do território onde se inventou o Brasil, foram fatores-chave as doenças epidêmicas, que dizimaram grande parte da população nativa, e uma ampla política de alianças com chefias locais. Poucas foram as batalhas lideradas pelo Exército português; muitas foram conduzidas pelo que hoje chamamos de milicianos e pistoleiros, os bugreiros coloniais e modernos, os bandeirantes e sertanistas, empresários inescrupulosos patrocinadores dos serviços de morte realizados por mercenários cruéis. (Milanez, 2021, p. 19).

Neste glossário, é preciso considerar outros verbetes e suas aplicações em diferentes práticas discursivas, tais como: rebeliões, revoltas, invasões, ataques e resistências. O ato de renomear é um dos passos importantes na guerra de conquista. Os atos de atribuir novos títulos às coisas que já tinham suas inscrições feitas por sociedades ali presentes, remodelaram os territórios com os nomes e símbolos dos agentes que contribuíram nessas colonizações. Em dicionários de língua portuguesa encontram-se os significados para a categoria “homenagem”, como por exemplo: “sinônimo de: adoração, culto, galardão, laurel, láurea, prêmio, veneração, tributo, deferência”. Ou ainda como: “demonstração ou prova de respeito, de admiração, de veneração”.

Para além de indicações dicionaristas, mesmo com limitações das fontes, mira-se nas representações elaboradas pelos agentes envolvidos nas expedições, execuções, viagens,

⁵⁴ Agradeço ao amigo Rafael Andrade por essas observações advindas de sua leitura deste texto a partir de suas pesquisas sobre formação de coleções etnológicas no Brasil.

caravanas e correrias. Um dos caminhos é seguir essas representações a partir das renomeações de unidades sociais, rios, municípios, etc., e renomeações, assim, o entendimento da lógica etnocêntrica é um dos resultados da discussão, tendo como bússola os sistemas de classificações que deram bases às transformações e mudanças nos territórios que formavam a Amazônia a partir das presenças ocidentais.

Um exemplo de renomeações como ações de delimitações de fronteiras e marcos de novas cartografais é o relatório de Francisco Mortiz “Relatório da Expedição dos Campos de Comemoração de Floriano ao Rio Guaporé”, realizada em 1912 e publicada em 1916. A nomeação dos territórios conquistados foi recorrente nas crônicas dos viajantes. Para tanto, o padrão mais comum era o calendário religioso, outros buscavam homenagear a alguém. Tzvetan Todorov (1991) no livro “A Conquista da América” em sua leitura sobre os escritos de Colombo diz que seguia a ordem cronológica, associada ao grau de importância do homenageável: “A seqüência [era]: Deus, a Virgem Maria, o rei de Espanha, a rainha, o herdeiro real” (Todorov, 1991, p. 32). Nesse sentido, os nomes dos agentes homenageados são instrumentos de pesquisa para compreender as representações de fronteiras e colonização.

Outro ponto de ressalva é que alguns nomes terão mais dados que outros, ocuparão mais páginas na redação. Não há a mesma proporção entre os nomes, principalmente pelo tempo que tal atividade exigiria, e do qual não tenho disponível. O outro motivo é o cuidado em manter o foco no escopo central da pesquisa e não desviar a atenção.

As ações de renomeação foram baseadas em autoritarismo e etnocentrismo com ideário de reescrever a história. Essas são características das primeiras ações colonizadoras. Assim sendo, o objetivo não é elaborar biografias, como por exemplo, nos trabalhos de Adriana Barreto de Souza (2008) “Duque de Caxias: o homem por trás do monumento” e de Armelle Enders (2014) “Vultos da Nação”. Não obstante, é utilizado os nomes como vetores de acesso conjunturas políticas significativas baseadas na ideologia dos “desbravadores” das intempéries da floresta tropical. O ofício estatal é a característica marcante entre os homenageáveis e escrivães das homenagens. Homens que exerceram atividades de agentes de estado, como por exemplo presidência de províncias, chefia de expedições e comandos militares, produziram.

No mapa a seguir, apresento a Primeira Zona de Fronteira, na qual identificamos a construção de vilas, missões e fortificações. Os pontos vermelhos no mapa representam as vilas que, atualmente, evoluíram para cidades. Durante séculos, essas vilas desempenharam um papel crucial na facilitação da circulação de mercadorias e na demarcação de fronteiras.

Além disso, no mapa, destacam-se os três rios que desempenharam um papel central nessa fase inicial de exploração e ocupação da região: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

Alteridade e violência

A Amazônia, sendo uma região distintiva do “novo mundo”, tem sido uma presença constante nas discussões filosóficas desde os primeiros estágios da formação do pensamento moderno. Isso implica que a região tem sido um ponto de referência ou um tópico de interesse para os pensadores ao longo da história.

Quando se menciona a palavra Amazônia, que imagens os brasileiros carregam dentro de si e afluem automaticamente ao seu espírito? [...] Tais imagens, apesar de estarem dentro de nós e as sentirmos como familiares, não foram de modo algum por nós produzidas. São rigorosamente exteriores e arbitrárias, convenções cujos pressupostos frequentemente desconhecemos. Depositadas em nossa mente, resultam do entrechoque de concepções engendradas por gerações passadas, formuladas em lugares próximos ou distantes de nós. Mas são elas que dirigem nossas perguntas e ações, e muitas vezes governam nossas expectativas e emoções (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 162).

O mito fundador⁵⁵ da nomeação “Amazônia” tem seu surgimento, no século XVI, com os textos das primeiras navegações percorrendo o rio que hoje chamamos de Amazonas. Em 1941 Cândido Firmino de Mello-Leitão (1886-1948)⁵⁶ publicou o livro “História das expedições científicas no Brasil”. Ainda naquele ano, também reuniu os relatos das três primeiras expedições que completaram todo o percurso do rio Amazonas, sob o título: “Descobrimientos do Rio das Amazonas” compondo a Coleção Brasileira no seu volume 203.

A primeira descrição foi escrita pelo Frei Gaspar de Carvajal, (1504-1584), “Descobrimento do rio de Orellana”, expedição realizada em 1541, tendo como seu capitão Francisco de Orellana (1511-1546). Em 1637 foi realizada a segunda expedição com relatos

⁵⁵ “Ao falarmos em *mito*, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Se também dizemos mito *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (Chauí, 2000, p. 05), os destaques em itálico são do original.

⁵⁶ “Mello-Leitão afirmava a necessidade de um processo civilizador que reconciliasse o homem e o mundo natural, processo no qual ciência e Estado teriam responsabilidades a compartilhar, sobretudo no Brasil, país que ele considerava estar em busca de identidade nacional e de um modelo de civilização” (Franco & Drummond, 2007, p. 1265).

do padre Alonso de Rojas⁵⁷, intitulada como: “Descobrimento do Rio das Amazonas e suas dilatadas províncias”⁵⁸. Todos esses textos foram traduzidos por Mello-Leitão e a terceira viagem realizada entre 1638-1639, teve como relator Christoval de Acuña, (1597 - 1675), que também era padre jesuíta, com o título “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas”. Essas duas últimas viagens tiveram como Capitão o português Pedro Teixeira (1570 ou 1587-1641).

Seja Américo Vespúcio, como querem alguns, seja Vicente Yañes Pinzón, como armam majoritariamente outros, o fato é que o rio Amazonas foi descoberto em 1499 e 1500 por navegantes a serviço da Espanha. [...], mas foi Portugal quem se apossou das duas margens e da maior parte da enorme bacia do Amazonas (Goes Filho, 2016, p. 27).

Foi realizada a primeira travessia do rio, que viria a ser chamado de Amazonas, por espanhóis entre fevereiro e setembro de 1541. Esse rio já teve vários nomes ocidentais: “Grande Rio”, “rio *Marañon*”, “rio de Orellana” e “rio Amazonas”. O poeta Thiago de Mello dia que:

Este é o rio que Vicente Pinzon olhou em 1500, sem saber que ele já havia abandonado o Atlântico e ingressou na foz de um oceano de águas doces, que chamou Santa Maria de La Mar Dulce. Era o Amazonas, varado pela quilha das caravelas primeiras, chamado de Paraná-açu pelos índios que habitavam as suas margens. Foram muitos os nomes: Mar Dulce, o rio de Orellana, *Marañon*, o Guieni dos índios aruaques, o Paranaatinga, o Paruaçu dos tupis, San Francisco de Quito, el rio de las Amazonas, o Grande Rio das Amazonas, até simplesmente Amazonas. (Mello, 1998, p. 11).

O Mello-Leitão caracteriza o estilo a escrita de Carjaval como “[...] pesada, cheia de repetições e orações incidentes, difícil de ler e acompanhar, sendo poucas as informações que nos dá da natureza e mesmo das *tribus* [sic] indígenas, tendo apenas interesse as que se referem às Amazonas”.

Em 1541, partindo de Quito, com a equipe formada por militares, religiosos e indígenas, iniciam uma marcha a pé à procura de alimentação, reconhecendo o território e seus habitantes e declarando posse da terra em nome do rei da Espanha Felipe II (Carvajal, [1541], 1941).

⁵⁷ É muito difícil encontrar dados biográficos sobre. Brevemente há indicações de que foi Reitor do Colégio Máximo de Quito (In: Carvajal, Almesto & Rojas, A de. *La aventuradel Amazonas*. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986, p. 27).

⁵⁸ Nota do Tradutor: “Juntamos as notas sobre as duas crônicas da viagem de Pedro Teixeira porque em muitos pontos são idênticas, referindo-se aos mesmos personagens, tratando de igual modo dos acidentes e riquezas do rio, dos costumes dos índios, e a de Acuña transcrevendo mais de um trecho da *Relação* (sic)” (Mello-Leitão, 1941a, p. 81).

O segundo relator a escrever sobre o rio Amazonas foi o padre jesuíta Alonso de Rojas que acompanhou o Capitão português Pedro Teixeira em 1637, saindo de Curupá [sic] a praça mais próxima do rio, ou seja, essa rota era no sentido inverso adentrando ao continente contra a correnteza do rio em direção aos Andes, “Descobrimento do rio das Amazonas”. De acordo com Mello-Leitão: “é também de fácil leitura, semelhante, no estilo, à de Acuña que dela transcreveu alguns parágrafos”. O resumo da viagem:

Saiu, pois, este bom caudilho dos confins do Pará, aos 28 de outubro de mil seiscentos e trinta e sete anos, com quarenta e sete canoas de bom tamanho (embarcações de que adiante falaremos) e nelas setenta soldados portugueses, mil e duzentos índios de voga e guerra, que, juntos às mulheres e moços de serviço, passariam de duas mil pessoas (Acuña, 1941, p. 151).

Mello-Leitão categoriza essa crônica como: “a narração de Acuña é leve, dividida em pequenos capítulos, dando um sem número de notas curiosas”. Essa viagem foi realizada na direção da primeira, isto é, saindo da cidade São Francisco de Quito do Peru, no início de 1639 e chegando ao Grão Pará em dezembro daquele mesmo ano (Acuña, 1941, p. 130).

A viagem de Orellana rendeu a publicação de vários livros nos trezentos anos após sua viagem, aliás até hoje mais de cinco séculos estamos lendo e relendo essas crônicas. Algumas dessas publicações foram listadas e brevemente comentadas no prefácio de Mello-Leitão. Ao que tudo indica, poucos fizeram menção a Carvajal como o primeiro a escrever sobre a viagem. Compreender sobre a circulação dessas publicações na Europa auxilia no entendimento sobre a construção do imaginário sobre a Amazônia na conjuntura das primeiras conquistas, e no regime de memória no qual os rios eram os protagonistas das fronteiras.

O encontro com as Amazonas

Os relatos do encontro com as supostas guerreiras amazonas são cheios de hipérboles. Carvajal, ao longo da viagem, descreve que recebia de fontes variadas relatos das guerreiras Amazonas, como por exemplo: “uma índia, que disse ter ela própria estado nas terras povoadas por estas mulheres, confirmando em tudo o que já se sabia pelos primeiros dizeres. concordando todas as suas informações umas com as outras. Segundo o religioso esses relatos se tornaram tão comuns a partir de determinado ponto da viagem que não tinha como ser mentira “não é crível que uma mentira se pudesse ter enraizado em tantas línguas e tantas nações, com tantos visos de verdade. O tempo descobrirá a verdade, e se estas são as famosas Amazonas dos historiadores” (Carvajal, 1941, p. 266-268). E além dessas informações das

características de personalidades, havia os detalhes físicos que convenciam ainda mais que se trata das guerreiras gregas “[...] Estas mulheres são muito brancas e altas e têm longos cabelos trançados e enrolados na cabeça, são musculosas e andam nuas em pelo, cobrindo sua vergonha com os arcos e as flechas nas mãos lutando como dez índios (Carvajal, 1941, p. 79-81). No prefácio, Mello-Leitão afirma que a narrativa de Carvajal se preocupava com as amazonas e pouco com outros povos.

A violência é a palavra-chave para compreender as guerras de conquistas e a formação de alteridade. A alteridade é com frequência definida como resultado de “encontros entre culturas”, entretanto, a questão é: como se dá a alteridade resultante de conflitos, chacinas e massacres? Hannah Arendt (2011) indaga sobre a violência comparando com poder e as relações de ambas categorias em relação à política, em suas palavras: “nada é mais comum do que a combinação entre a violência e o poder [...] a violência seria uma pré-condição do poder, e o poder, não mais do que uma fachada” (Arendt, 2011, p. 51-52). Então, a principal diferença entre poder e violência seria que aquele necessita de legitimidade e não de justificativa: “A legitimidade toma por base uma invocação do passado, ao passo que a justificativa se refere a um fim que reside no futuro” (*Op. Cit*, p. 56). Como ponto central, a filósofa define a relação poder-violência:

o poder e a violência, embora sejam fenômenos diferentes, surgem habitualmente juntos. Sempre que se combinam, é o poder, como já sabemos, [...] a violência não depende do número ou das opiniões, mas dos instrumentos, e os instrumentos da violência aumentam e multiplicam, como todos os outros utensílios, a potência humana (Arendt, 1969, p. 57).

Nesse tópico em específico, violência será importante para compreender os primeiros relatos do suposto encontro com as guerreiras amazonas e que justamente o trecho da crônica que relata o conflito não é o mais debatido ou divulgado. Quer dizer que não foi apenas um “encontro entre culturas”, mesmo que o relato seja ficcional o relevante é que são representações sociais que formam a narrativa. E vão além do campo da representação, acontece sucessivamente no dia a dia. Sobre a violência, o filósofo esloveno Slavoj Žižek afirma que:

A violência subjetiva é somente a parte mais visível de um triunvirato que inclui também dois tipos objetivos de violência. Em primeiro lugar, há uma violência simbólica encarnada na linguagem e em suas formas [...] essa violência não está em ação apenas nos casos evidentes – e largamente estudados – de provocação e de relações de dominação social que nossas formas de discurso habituais reproduzem: há uma forma ainda mais fundamental da violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido. Em segundo lugar, há aquilo a que eu chamo violência sistêmica, que consiste nas consequências muitas

vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas econômico e político (Zizek, 2009, p. 20).

“Levar a paz”, pacificar é outra palavra-chave acoplada com violência. Várias pesquisas exemplificam a pacificação, como por exemplo, as pesquisas presentes no livro “pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico” (2002), organizado por Bruce Albert e Alcida Rita Ramos, e no livro “pacificar o Brasil: das guerras justas as UPPS” (2017), organizado por Adriana Barreto de Souza, Luis Edmundo de Souza Moraes e Maud Chirio. São pesquisas com segmentos teóricos e metodológicos variados, mas que demonstram, mesmo que não utilizem esses termos e conceitos, com dados contundentes que as categorias de ameaças e proteção estão inscritas em situações coloniais de pacificação: ações de coação estatal na formação do estado nacional.

Distante de ser apenas um relato de encontro entre culturas, Carvajal narra uma guerra. O “clima” de tensão aumentava conforme a tripulação avançava as correntezas do rio, “aqui nos deram notícia das amazonas e das riquezas que há mais abaixo, e quem o fez foi um índio chamado Apária, velho que dizia ter estado naquela terra”. Os anúncios feitos para os colonizadores eram repletos de avisos dos perigos de cruzar com as referidas guerreiras, diz que:

Estavam os índios muito atentos, ouvindo o que o Capitão [Orellana] lhes dizia e lhe recomendaram que, se fossemos ver as amazonas, que chamam na sua língua coniuuiara, que quer dizer grandes senhoras, que víssemos o que fazíamos, porque éramos poucos e elas muitas, e que nos matariam (Carvajal, 1941, p. 266-268).

Aqui nesse trecho vamos encontrar a administração da paz. Administrar a paz é parte constituinte das práticas discursivas e dos rituais de colonização; constata-se essa argumentação em diferentes conjunturas políticas e econômicas para definir ações de Estado direcionadas para povos e territórios específicos. Que é uma parte da estrutura argumentativa das colonizações ocidentais realizadas na Amazônia, como escrever Carvajal:

Estavam estes povos já avisados e sabiam da nossa ida, e por isso nos vieram receber no caminho por água, mas não com boa intenção. Chegando perto, como o Capitão os quizesse trazer à paz, começando a falar-lhes e a chamá-los, *riram-se eles e faziam burla de nós*; aproximavam-se e diziam que andássemos, pois ali abaixo nos esperavam, para prender-nos a todos e levar-nos às Amazonas [destaque meus] (Carvajal, 1941, p. 59).

Naquele momento que a arrogância da colonização prevalece e dá início às ações de guerra com justificativa para execução da guerra. Pois, conforme foi relatado “O Capitão, ofendido com a soberba dos índios, mandou que atirassem neles com as balestras e arcabuzes, para que pensassem e soubessem que tínhamos com que os ofender. Com o dano que lhes

causámos, voltaram para a aldeia a dar notícia do que tinham visto” (Carvajal, 1941, p. 59). O gesto descrito como “riram-se eles e faziam burla de nós” foi entendido como “a soberba dos índios” e não houve, pelo o que foi relatado, dúvidas de que a ação mais legítima seria matar aqueles “soberbos”.

A primeira vez na qual as Amazonas surgem diretamente diante dos colonizadores foi durante um conflito. Até então havia rumores de sua existência com base em indicações de indígenas que foram tradutores na expedição. Aqui há um resumo das cenas escritas por Carvajal:

[...] E assim foi que, quando começávamos a chegar à terra, principiaram os índios a defender a sua aldeia e a flechar-nos, e como a gente era muita, parecia que choviam flechas. Mas os nossos arcabuzeiros e balheteiros não estavam ociosos, porque não faziam senão atirar, e embora matassem muitos, não o sentiam, porque, com todo o dano que lhes fazíamos, andavam uns pelejando [...]

(Carvajal, 1941, p. 60).

“Quero que saibam qual o motivo de se defenderem os índios de tal maneira. Não de saber que eles são súditos e tributários das amazonas, e conhecida a nossa vinda, foram pedir-lhes socorro e vieram dez ou doze. A estas nós as vimos, que andavam combatendo diante de todos os índios como capitãs, e lutavam tão corajosamente que os índios não ousavam mostrar as espáduas, e ao que fugia diante de nós, o matavam a pauladas. Eis a razão por que os índios tanto se defendiam. [...] Estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça, São muito membrudas e andam nuas em pêlos, tapadas as suas vergonhas, com os seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios” (Carvajal, 1941, p. 60).

“Na verdade, uma dessas mulheres meteu um palmo de flecha num dos barcos e outra um pouco menos, ficando nossos barcos parecendo porco-espinho” (Carvajal, 1941, p. 79-81).

“Voltando ao nosso propósito e combate, foi Nosso Senhor servido dar força e coragem aos nossos companheiros, que mataram sete ou oito destas amazonas, razão pela qual os índios afrouxaram e foram vencidos e desbaratados com farto dano de suas pessoas. [...] E assim embarcaram, não sem soçobra, porque já os índios começavam a lutar, e vinha por água imensa frota de canoas. Assim sendo, nos fizemos ao largo e deixámos a terra” (Carvajal, 1941, p. 61).

A ofensa relatada demonstra a indignação de um capitão europeu diante de pessoas tratadas como inferiores. Esse tipo de ação, argumentação e demonstração de poder, levar a paz, a proteção, foi atividade comum em diversas conjunturas. São exatamente esses cenários que se repetem ao longo da trajetória da colonização na Amazônia, as classificações de ameaças, protegidos e protetores são parte fundante e de atualização dos ritos de colonização.

A construção das representações é campo de fortes disputas de poder. Entre os séculos XVI e XVII ocorreram várias publicações, referentes a relatos desses primeiros contatos, que se embasam, e que até mesmo copiaram, esses três textos foram eleitos por Mello-Leitão como os mais relevantes; não fez citações explícitas das datas. Como por exemplo, Goes

Filho ressalta os aspectos da escrita de Christoval Acuña na conjuntura política da União Ibérica (1580 a 1640) entre Portugal e Espanha:

Além de descrever a jornada de que participou, Acuña faz um apanhado geral dos antecedentes e da viagem de ida. Entre a redação do texto, expressamente encomendado pelo vice-rei do Peru e sua publicação, estalara a Guerra de Restauração da monarquia portuguesa. Assim, no final, Acuña acrescenta um Memorial, dirigido ao rei e encaminhado ao Real Conselho das Índias, em que trata do assunto como a “rebelião portuguesa”. A mudança política, para a qual a viagem de Pedro Teixeira certamente contribuiria, enseja conclusões que mostram uma diversa disposição do autor, em relação aos portugueses, a quem, no texto principal, mais de uma vez se referira como espanhóis (Goes Filho, 2016, p. 177).

Walter Mignolo (1982) estudou as primeiras ações coloniais na América e define que esses textos de Carvajal, Rojas e Acuña como “*relaciones*”, isto é, são gêneros textuais distintos das “cartas” e das “crônicas”. Mignolo escreveu que o gênero textual definido como “*relaciones*” tinha sentido de “[...] *responder a una organización que no se basa en modelos de la tradición clásica, sino en modelos forjados por las necesidades del caso: recoger y ordenar la información sobre las nuevas tierras conquistadas.*” (Mignolo, 1982, p. 80). Isso quer dizer que naquela conjuntura não havia sido construído o gênero “crônicas”.⁵⁹

Produzir invisibilidade faz parte do processo de conquista. No primeiro momento, meados do século XVI, trataram o “novo” continente como “terra das Índias” e nos próximos três séculos, a partir do aprimoramento dessas crônicas sobre o suposto encontro com mulheres guerreiras semelhantes às amazonas gregas, a Amazônia foi sendo construída. Assim mesmo, no gerúndio, foi um processo.

Em um célebre texto datado de 1882, o pensador francês Ernst Renan (1992) diz que as nações constroem o seu sentimento de unidade não só a partir de memórias, celebradas e reconhecidas, mas também com base em esquecimentos. Estes, uma vez transformados em convenções, logo se tornam tão consensuais que, sobre eles, não se necessita falar (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 166).

Conforme já foi observado anteriormente, o relato de Carvajal pode ter muitas hipérboles e licença poética ao que diz respeito do encontro com as guerreiras amazonas, ao ponto que a pesquisa não busca a verdade exata e sim como as argumentações e o sistema de classificação da colonização operou. Está em tela avaliar as práticas discursivas e a descrição do “outro” para entender as tabulações de territórios e populações. A justificativa dos ataques é embasada na proteção de indígenas que eram subjugados pela sociedade das Amazonas, que

⁵⁹ Juliana Pedro (2007, p. 94) estudou a “Amazônia Ibérica” e destaca que a escrita é campo de disputa, em suas palavras: “Neste espaço de disputa, as questões eram resolvidas no âmbito da escrita. Para uma cultura como a ibérica, que colocava a escrita como sinônimo de prova, de documento, de verdade, as disputas eram travadas no âmbito da cultura letrada. Assim, as narrativas da descoberta serviam como elemento de legitimação para a ação colonial, bem como de identificação dos descobridores de espaço de disputa”.

antes mesmo de ter qualquer contato já eram antecipadamente ameaças e tendo a moral cristã como bússola, os vassalos da coroa eram os protetores apostos para executar a missão de levar a paz.

Rio Guaporé, fronteira e conquista

Nas primeiras investidas da colonização ocidental, entre os séculos XVII e XIX, os rios foram os principais protagonistas para a definição de fronteiras. Nessa conjuntura foram realizadas inúmeras expedições, bandeiras, missões, excursões e correrias. Tratando dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, esse protagonismo é dimensionado a partir dos desafios logísticos para estabelecer as conquistas, tomados como símbolos dos limites territoriais, troféus científicos e militares. Está em tela as disputas entre Portugal e Espanha para estabelecer o controle das fronteiras; nesse tópico devem ser contabilizados as produções de conhecimentos sobre navegabilidade e controle da circulação de pessoas e mercadorias. A partir de documentos produzidos por agentes atuantes contemporâneos a essa conjuntura é descrita as representações sobre os povos tradicionais, seus territórios e as estratégias de conquista ocidental e demarcação de fronteiras.

“O rio comanda a vida” é título de livro escrito por Leandro Tocantins, com primeira publicação em 1952, no qual descreve a vida dos povos e populações com relações muito próximas à dinâmica das cheias e das estiagens. Os rios têm seu protagonismo óbvio se tratando de delimitações de fronteiras e para consolidação de conquistas territoriais obter o máximo de informações sobre um rio é quesito básico.

O homem e o rio são os dois mais ativos agentes da geografia humana na Amazônia. O rio, sempre o rio unido ao homem, em uma associação quase mística até certo ponto é uma dádiva do rio, e a água é uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias de sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinantes das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem eles o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguram a presença humana, embelezam a paisagem, fazem girar a civilização - comandam a vida no anfiteatro Amazônico (Tocantins, 2000, p. 65).

Mario D’Alva em um texto “Na terra da terra cahida [*sic*]” publicado na revista *Cruzeiro* em 1929 descreve brevemente o ritmo dos rios. “Terra caída” se refere ao barranco, a faixa de terra que são talhadas e retiradas das margens dos rios

E o rio, egoística sentinela do Amazonas, é o maior entrave a ambição do homem, não consente construção de espécie alguma. Já a armação levantada e a cobertura em

andamento, o caboclo, que não cansa, apesar de tantas vezes vencido, vê o traço originado no rio circundar a plantação, que tantos trabalhos lhe custara, voltar e sair novamente no barranco (D'Alva, 1929, p. 1).

Foi pelo rio Guaporé, a partir da metade do século XVIII, que iniciaram as investidas sistemáticas da colonização na região que viria a ser “Amazônia Ocidental”. A bacia hidrográfica do rio Guaporé tem uma área de aproximadamente 590.000 km², sendo que cerca de 80% desta área está localizada no território brasileiro. Com mais de 1.500 km de extensão, o rio Guaporé nasce na Serra dos Parecis, no Estado de Mato Grosso. Corre, no sentido Norte, usado para definir a fronteira administrativa entre o Brasil e a Bolívia até atingir sua foz no rio Mamoré. Conforme também descreveu Presotti: “as possibilidades de navegação pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, no sentido de estabelecer a comunicação e o comércio com a capitania do Grão-Pará e Maranhão, também deve ser considerado como fator preponderante nessa decisão” (2008, p. 99).

Duas rotas de avanços ocidentais destacam-se nesse momento do estudo. Uma rota parte do rio Guaporé, sua nascente é no Mato Grosso, portanto, essa rota parte do Sul em direção ao Norte; esforços para ligar o Centro Oeste ao Grão Pará. A outra rota de colonização é a que seguiu via rio Madeira, sua nascente é na Bolívia. Mesmo após o decaimento da exploração aurífera, no século XVIII, o rio Madeira continuou sendo dispositivo geopolítico na ocupação da fronteira aberta. Nesse caso, Jorge Pimentel Cintra trata da relevância dos rios na “da diplomacia luso-brasileira” (Cintra, 2009). Encontram-se inúmeras viagens que partiram de São Paulo em direção a Belém e também aquelas que saíam da capital paraense tendo destino São Paulo e o Mato Grosso.

A importância estratégica de Rondônia na integração das fronteiras do Brasil com a região Amazônica é evidenciada de maneira abrangente na dissertação de Emanuel Pontes Pinto, que foi um seringalista. Ele discute diversos aspectos históricos, políticos e infraestruturais que solidificam a posição de Rondônia como um ponto decisivo nesta integração. Na obra “Território federal do Guaporé: fator de integração da fronteira ocidental do Brasil”, Emanuel Pontes Pinto analisa o papel de Rondônia como elemento integrador entre as fronteiras brasileiras e a região da Amazônia. Esta dissertação de mestrado, defendida em 1992 e posteriormente publicada em 2003, é dividida em tópicos estruturais que incluem “bandeirantes e povoadores”, “monções e marcha para oeste”, “a ferrovia Madeira-Mamoré”, “linha telegráfica Mato Grosso-Amazonas”, “intervenção na ferrovia Madeira-Mamoré” e “criação do território federal do Guaporé”. Pinto (2003) destaca esses pontos como sendo

fundamentais que definem a importância estratégica de Rondônia na conexão das fronteiras do Brasil com a região amazônica.

Inicialmente, o autor aborda a história de exploração e colonização da região, destacando o papel dos bandeirantes e povoadores. Seguindo para aspectos mais políticos e estratégicos, Pinto analisa as monções e a política da “marcha para oeste”, mostrando como Rondônia serviu de corredor para a penetração na Amazônia e a ocupação territorial do oeste brasileiro. Este aspecto ressalta o papel do estado como um agente de expansão e integração, crucial para a consolidação do território nacional.

Do ponto de vista infraestrutural, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré e a instalação da linha telegráfica Mato Grosso-Amazonas são discutidas como elementos-chave que facilitaram o transporte, a comunicação e, conseqüentemente, a integração regional. A ferrovia, em particular, simboliza um avanço significativo no desenvolvimento da região, conectando-a efetivamente a outras partes do país.

Ademais, a intervenção na ferrovia Madeira-Mamoré e a criação do território federal do Guaporé são destacadas como decisões políticas e administrativas que reforçam a relevância de Rondônia no contexto nacional. A criação do território federal, especialmente, reflete a importância atribuída pelo governo brasileiro à região, tanto em termos de desenvolvimento quanto de soberania e defesa das fronteiras. Desta forma, Pinto argumentou como Rondônia se estabeleceu como um elo vital na integração da fronteira ocidental do Brasil com a Amazônia, abarcando dimensões históricas, políticas e infraestruturais que coletivamente moldaram sua posição estratégica atual.

Em outro livro, “Real Forte Príncipe da Beira: símbolo da conquista e dominação do vale do Guaporé” (1989), Emanuel Pontes Pinto analisa aquela fortificação como um elemento importante no estudo da “conquista da fronteira ocidental”. Entretanto, a obra não apresenta uma definição explícita de “fronteira”, o que sugere uma perspectiva implícita de fronteira como um elemento geográfico. Além disso, parece haver uma naturalização do direito europeu sobre o território, assumindo implicitamente a legitimidade da dominação europeia na região.

A análise dos tópicos abordados na dissertação de Emanuel Pontes Pinto sobre o território federal do Guaporé revela uma tendência comum em muitos estudos históricos e geográficos: a negligência em relação à presença e ao papel de quilombos e povos indígenas. Essa produção de invisibilidade nos estudos acadêmicos não apenas omite aspectos significativos da história e cultura regionais, mas também reflete um padrão mais amplo de marginalização desses grupos. A ausência de uma abordagem que integre de maneira

substancial as experiências e contribuições dos quilombos e povos indígenas na configuração territorial e cultural de Rondônia perpetua uma narrativa incompleta. Tal omissão não é meramente acadêmica, mas tem implicações práticas, influenciando a formulação de políticas públicas e a percepção social dessas comunidades.

No trabalho “Guaporelândia: conquista do vale do Guaporé”, Abanel Machado de Lima (1983) adota uma perspectiva historiográfica positivista para analisar a ocupação ocidental no vale do Guaporé. A obra, dedicada ao bicentenário da inauguração do RFPB, explora a dinâmica da ocupação na região. Lima estrutura seu estudo em tópicos que traçam um panorama da ocupação, identificando momentos-chave que refletem os altos e baixos da exploração capitalista no vale. Estes tópicos funcionam como marcos na trajetória histórica do vale, evidenciando as transformações econômicas e sociais ao longo do tempo.

Ele examina diversos aspectos da ocupação do vale do Guaporé, como a mineração, o uso de mão de obra escrava, a exploração do látex, a navegação, a atuação de empresários e a administração colonial. O posicionamento de Lima sobre a legitimidade da posse portuguesa do vale, conforme estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, é evidente desde o início da obra. No primeiro parágrafo do capítulo inicial, intitulado “os percursores”, ele afirma: “ao iniciarse o século XVII, entre os concorrentes dos lusos-brasileiros pela posse do Vale Amazônico (espanhóis, ingleses, franceses e holandeses), os primeiros eram os legítimos proprietários, donos de direito, conforme o Tratado de Tordesilhas” (Lima, 1983, p. 17). Esta afirmação destaca a perspectiva de Lima sobre a precedência e a legalidade da ocupação portuguesa na região.

No livro “Guaporelândia”, Lima analisa também a transição das prioridades de ocupação na região do Guaporé, como em Vila Bela, em direção ao rio Madeira. Esta mudança é atribuída, em grande parte, à construção da EFMM, que ele descreve essa alteração nos sendo mudanças dos “polos de desenvolvimento econômico”.

Nessa conjuntura, o Brasil estava engajado em diversos projetos importantes, incluindo a incorporação do Acre. Paralelamente, um projeto de grande porte tinha como foco a vila de Santo Antônio, situada no rio Madeira, que se tornaria o local do último posto telegráfico estabelecido pela Comissão Rondon. Apesar dessa mudança nas prioridades, a região do Guaporé manteve seu papel estratégico, destacando-se pela continuidade da exploração dos seringais e pelo sustentado fluxo comercial. Ademais, é importante notar a presença ativa de comunidades quilombolas na área, bem como a interação entre os povos indígenas do lado brasileiro e aqueles situados no território agora pertencente à Bolívia, marcada tanto por trocas produtivas quanto por conflitos.

O rio Guaporé foi transformado em protagonista ao ser referência nas administrações coloniais portuguesas de fronteiras e limites entre as colônias espanholas. Engenharia e estratégia militar foram usadas para ocupação da região com intuito de exploração de mineração e construção de povoamento, neste quesito a Igreja Católica esteve presente de maneira constantes. O protagonismo dos rios está representado nos mapas; instrumentos para construção e manutenção das fronteiras. Para lê-los é necessário diálogos com várias áreas das ciências, com recursos da literatura comparada. Claro que a representação não está somente nos mapas, mas esses instrumentos tem lugar de destaque nas tomadas de decisões na guerra de conquista, isso será descrito mais atentamente a seguir quanto as primeiras instruções dadas aos administradores da Capitania do Mato Grosso.

Nessa conjuntura, fora instaurada, na região, presenças constantes de especialistas para a sistemática produção de mapas, relatórios e expedições. Conhecimentos estes que eram basilares para que Portugal estabelecesse sua conquista. Esse cotidiano administrativo e os detalhes das estratégias seguidas estão documentados em Cartas, Instruções e relatos de viagens e/ou relatórios de expedições, que foram transcritos por Marcos Carneiro de Mendonça (1985) e reuniu no livro “Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil” um dos trabalhos desse heurista especialista em montar coleções de documentos e arranjá-los cronologicamente. Com suas publicações, seu escopo foi construir um tipo de enciclopédia, com fontes primárias, da administração estatal de Portugal sob o Brasil desde o século XV ao XIX. Nesse livro, em específico, o ponto de referência é o Tratado de limites de Madri de 1750, encontramos aqui os projetos e descrição do cotidiano administrativo para a inserção da Amazônia que assumia protagonismo e deixando de ser coadjuvante na pauta da “defesa” e da “integração”, que por sua vez, independente de tipo de estado ou governo, estará acoplado quando tratar-se da Amazônia.

A fronteira estava na pauta cotidiana. Durante o período colonial, diversas ações e projetos foram tomados com relação à fronteira. Embora a definição formal das fronteiras entre Portugal e Espanha tenha se intensificado na segunda metade do século XVIII, as discussões sobre o tema já ocorriam informalmente, frequentemente adiadas em suas conclusões. Esses eventos ocorreram ao longo de vários séculos como apresentado resumidamente no quadro a seguir.

Tabela 1 - Diplomacia e fronteira colonial (séculos XVI - XVIII)

Evento	Impacto
União Ibérica (1580-1640)	União entre Portugal e Espanha, impactando a América do Sul
Criação da Colônia de Sacramento (1680)	Consolidação da presença portuguesa no Rio da Prata
Exploração do ouro em Minas Gerais (1690-1710)	Importância econômica e social para Minas Gerais
Guerra dos Emboabas (1707-1709)	Conflito entre bandeirantes paulistas e novos exploradores
Diplomacia para demarcação das fronteiras (1750, 1777, 1801)	Tratados importantes assinados
Fundação das missões jesuíticas no Rio Guaporé (1745-1760)	Evento religioso e cultural significativo
Criação de capitanias (Mato Grosso e Goiás)	Nova organização administrativa
Criação da capital Vila Bela (1752)	Centro administrativo da região
Construção de fortes (Coimbra, Príncipe da Beira, Novo Coimbra)	Proteção das fronteiras

Nessa conjuntura, a definição de fronteiras e os direitos de uso e ocupação de territórios foram formalizados através de vários tratados. Entre as principais ações tomadas, destacam-se os tratados de fronteira. Exemplos notáveis incluem o Tratado de Tordesilhas em 1494, que dividiu a América do Sul entre Espanha e Portugal, e o Tratado de Utrecht em 1713, estabelecido entre Portugal e a França para definir limites na costa norte do Brasil. Posteriormente, o Tratado de Madrid em 1750 e o Tratado de Santo Ildefonso em 1777 foram cruciais na demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha. O último confirmou o Tratado de Madrid, devolvendo a ilha de Santa Catarina a Portugal, enquanto a Espanha manteve a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos.

Paralelamente, houve um foco significativo na administração política, mapeamentos para garimpo de ouro, e a construção de fortificações como medidas de proteção e exploração dos territórios. Além do mais, o recrutamento de especialistas, como cartógrafos e engenheiros, foi fundamental para realizar essas tarefas. O impacto dessas ações também foi sentido pelos povos indígenas e quilombolas, cujos territórios e mão de obra foram frequentemente cooptados nesse processo.

As expedições desempenharam um papel crucial na coleta de dados e informações, essenciais para a construção dos tratados. Estes, por sua vez, foram informados não apenas pelos dados coletados, mas também por atividades de espionagem e vigilância constante. Assim, esses tratados e ações associadas refletiram uma abordagem multifacetada na

atualização dos limites entre Portugal e Espanha, uma discussão que já ocorria informalmente e que se intensificou na segunda metade do século XVIII.

A rainha Maria Bárbara de Bragança desempenhou um papel significativo na administração colonial, atuando em duas principais frentes. A primeira focava no controle da extração e circulação do ouro, bem como na movimentação de pessoas dentro da colônia. A segunda frente visava assegurar a posse do território nas margens do rio Guaporé, um ponto crucial para uma rota estratégica utilizada no escoamento de mercadorias. Essa rota ganhava importância dada a centralidade dos rios no contexto de transporte e comércio da época.

Rio Madeira, fronteira e conquista

Segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, a jornada de Francisco de Melo Palheta pelo rio Madeira representou uma significativa expansão para oeste (Reis, 1993, p. 15). Essa empreitada foi considerada um marco de sucesso das forças portuguesas e brasileiras, tendo como finalidades explorar o rio, avaliar a presença espanhola na área e compreender as razões dos desentendimentos entre Portugal e Espanha. Este entendimento é evidenciado especialmente pela avaliação da população espanhola em Santa Cruz de Cajuava, que marcava o limite do território de Madeira com a Espanha.

O rio Madeira, classificado como um rio em processo de formação, apresenta características tanto de rio de planície quanto de planalto. Em seu percurso pelo planalto, o rio atravessa camadas de rochas cristalinas, resultando em 17 formações geográficas distintas, como corredeiras e cachoeiras. Na sua transição para um rio de planície, o Madeira segue um curso livre, facilitando a navegação. Como o principal afluente do rio Amazonas e um dos rios mais caudalosos do mundo, o Madeira estende-se por mais de 3.300 km, alcançando um volume de descarga de 17.600 m³/s na confluência de seus rios formadores. Na região acima de Porto Velho, destacava-se um extenso trecho do rio com cachoeiras, marcando sua paisagem fluvial, que foram transformadas, na primeira década do século XXI, com a construção das usinas hidrelétricas do Santo Antônio e Jirau. (Ramirez, 2010), (Muniz, 2013) e (Sampaio, 2017).

Em 1748, Marco António de Azevedo Coutinho, então secretário de estado, instruiu Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, a organizar uma expedição para explorar o rio Madeira. A iniciativa surgiu por conta da preocupação com a crescente influência das missões jesuítas da Província do Peru em

Moxos, especialmente após a fundação da missão de Santa Rosa, às margens do rio Guaporé, em 1743.

Um ano antes, em 1747, José Gonçalves da Fonseca, secretário no governo do Maranhão e Grão-Pará, havia elaborado um mapa do rio Madeira. Ele se baseou nas informações coletadas por Francisco de Melo Palheta, que navegou o rio em 1723, e em relatos de sertanistas e missionários (Abreu, 1982). Desde a jornada de Palheta, que enfrentou desafios ao navegar pelas cachoeiras do rio Madeira em 1723 e alcançou a missão da Exaltação da Cruz de Cajuvava, já se sabia da proximidade das missões de Moxos com as aldeias jesuítas portuguesas ao longo do Madeira.

Em 1748, a fim de avaliar a presença dos jesuítas espanhóis na margem oriental do Guaporé, Coutinho reforçou ao governador do Maranhão a importância estratégica de mapear a rota do Madeira. Ele considerava um passo básico estabelecer controle sobre a navegação do rio e tomar medidas preventivas contra possíveis prejuízos causados pela nova missão espanhola, Coutinho (1987).

Com a desculpa de levar de volta ao Mato Grosso dois paulistas que haviam chegado ao Pará pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, uma expedição liderada por Luís Fagundes Machado partiu de Belém em julho de 1749. Após nove meses, a equipe alcançou o Mato Grosso, e o retorno a Belém ocorreu em apenas três meses, partindo em setembro de 1750.

Essa viagem resultou em diversos documentos valiosos, incluindo a “Derrota da Cidade de Belém do Grão-Pará até às minas do Mato Grosso”, um roteiro escrito pelo piloto da expedição, António Nunes de Sousa, detalhando a jornada com informações sobre a rota do rio Madeira. A expedição de Fonseca teve como consequência imediata a autorização real para a abertura da rota do Madeira à navegação em 23 de outubro de 1752. Logo depois, em 14 de novembro de 1752, o rei notificou os governadores do Mato Grosso e do estado do Grão-Pará e Maranhão sobre a decisão, destacando a relevância estratégica da rota, tanto para o comércio quanto para a defesa da fronteira oeste do Brasil, Davidson (1973).

Para uma compreensão mais aprofundada da cartografia portuguesa na região amazônica e, especificamente, no Mato Grosso, durante a segunda metade do século XVIII, é necessário consultar as obras de Adonias (1963), Araújo (2014) e Fonseca (1995).

A construção portuguesa da fronteira

Ricardo Franco de Almeida Serra viveu na Amazônia entre os anos de 1770 e 1809,

isto é, 39 anos. Engenheiro e militar português (tenente coronel), produziu relatórios sobre as ocupações no território brasileiro que representavam potenciais ameaças à coroa portuguesa. Em seus registros, ele contabilizou a presença de duas missões religiosas no rio Madeira, sete no rio Mamoré e quatorze no rio Guaporé. Franco destacou esses números para alertar a administração portuguesa sobre a importância estratégica de fortalecer a presença na fronteira. Observou que a maior presença espanhola na região oferecia vantagens em termos de comunicação e transporte, o que colocava Portugal em posição vulnerável em caso de conflitos. Reconhecido por seu trabalho em cartografia e engenharia, especialmente no Mato Grosso, a contribuição mais notável de Franco foi o levantamento detalhado de mapas da região fronteira, essenciais para as negociações entre Portugal e Espanha. A área de sua atuação é ilustrada na imagem a seguir.

A publicação “Coronel Ricardo Franco”, escrita pelo General Raul Silveira de Mello e publicada em 1953, apresenta um relato detalhado e envolvente sobre a vida e as realizações de Ricardo Franco de Almeida Serra, um personagem central na história da engenharia militar e do desbravamento territorial do Brasil nos séculos XVIII e XIX. Com um eixo narrativo focado na busca pelos restos mortais do coronel sepultado em Mato Grosso, o livro oferece uma perspectiva íntima e histórica sobre este notável engenheiro-soldado. Ricardo Franco, destacou-se como um talentoso engenheiro, cartógrafo, geógrafo e astrônomo. Sua atuação foi fundamental durante um período marcado por disputas territoriais intensas entre Portugal e Espanha. O livro ilustra de maneira vívida a urgência da época em assegurar a integridade territorial do Brasil, uma tarefa que exigia tanto a exploração quanto a documentação detalhada da geografia brasileira da fronteira.

dinâmica reflete a complexidade e a problemática das interações coloniais, que, apesar de contribuírem para a troca cultural e econômica, também estavam enraizadas em práticas opressivas e de dominação.

Essas missões, posicionadas frequentemente perto das fronteiras, tornaram-se zonas de interação complexa entre as esferas de influência espanhola, portuguesa e indígena. Tal disposição poderia levar tanto a conflitos quanto a cooperações, refletindo a complexidade das relações transfronteiriças durante este contexto. Além disso, o relatório de Serra é crucial para entender as políticas de fronteira e a dinâmica de poder entre os impérios coloniais e as populações nativas.

Ricardo Franco conduziu diversas expedições ao longo dos rios Madeira, Guaporé, Mamoré e seus afluentes. Os relatórios detalhados destas expedições foram publicados, quase cem anos após a sua escrita, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB nos volumes VI, em 1844, e XX, em 1857. Observa-se que Ricardo Franco utilizou as minas de Urucumacua como um referencial geográfico nas suas descrições das expedições, apesar da falta de evidências concretas sobre sua existência. Esse enfoque serviu para detalhar a catalogação das ocupações territoriais e as ameaças em potencial à coroa portuguesa, ele escreveu:

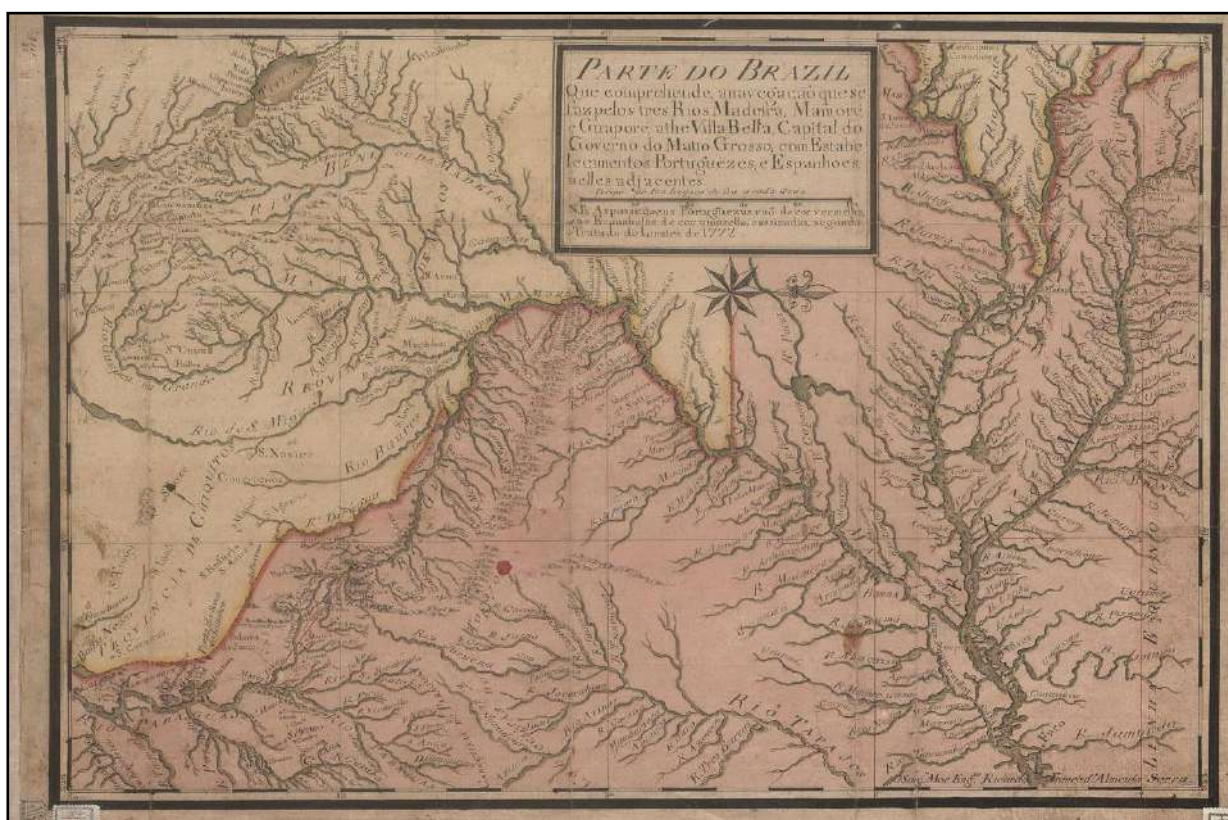
[...] sabe-se que o rio Arinós é aurífero em grande parte da sua extensão; sabe-se que navegando-se pelo Juruena, e entrando pelo seu occidental braço, o rio Camararé, que entra n'elle inferiormente à foz do Juina, estão entre as origens do Camararé dito, e sobre as cabeceiras do rio Iamarir, que fazendo com ellas largas vertentes, na face oriental das serras dos Parecis, vai entrar no Madeira, as minas do Urucumacua, de que ha grandes esperanças, não ha muitos annos vistas, e buscadas ha vinte sem effeito algum; o que não deve admirar, porque a uniformidade destes largos sertões, regados por muitos rios, dando nascimento a mil e contiguas vertentes cobertas de lagos e pantanos, e por um altissima e densa mattaria [...] (Serra, [1781] 1857, 194-195).

[..] Traz o rio Jamari as suas origens conhecidas com o nome de rio das Candeas, da face oriental das serras do Parecis, fazendo contravetentes com as do rio Corumbiara e outros braços do Guaporé, e em uma d'ellas se julga exitem as minas de Urucumacaoam. (Serra, [1781] 1857, 254).

Este material é crucial para a compreensão do contexto dos projetos de ocupação colonial no vale do Guaporé, destacando-se elementos como o Forte Príncipe da Beira e Forte de Coimbra. Os relatórios gerados por estas expedições influenciaram significativamente as políticas do século XVIII, como demonstrado nos estudos de Torquato e Manoel Tapajós. Esta influência estendeu-se até o século XX, exemplificada pelo SP. Um caso emblemático é a nomeação de um posto indígena no rio Guaporé como Ricardo Franco, que ainda permanece nomeada a comunidade central política da Terra

Indígena Guaporé, em tributo ao geógrafo cujo trabalho em expedições e cartografia foi fundamental para o mapeamento da região.

Figura 8 - Cartografia de Ricardo Franco 1777



FONTE. <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15552> Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Tabela 2 - População espanhola nas províncias mais próximas com a capitania de Mato Grosso

Localidade	População
Governos de Moxos e Chiquitos	44.000
Intendência e cidade de Santa Cruz de La Sierra	25.000
Cidade de Cochabamba	25.000
Santa Cruz	25.000
Cidade de Misque	26.000
Total	120.000

Fonte: (Serra, [1840] 1916).

Tabela 3 - Estimativas das ocupações espanholas nas províncias fronteiriças com o Brasil no final do século XVIII

Localização	População
Missões Espanholas no rio Madeira	
Missão de Reis. Confluência dos rios Madeira e Mamoré	800
Acima da Missão de Reis. Índios Tipuani. Rio Tipuani. (Extração de ouro)	800
Missão de Exaltação. 30 léguas da foz do rio Guaporé	1.000
Missão Santa Anna. Rio Jacumá	800
Missões Espanholas no rio Mamoré	
Missão Santo Borja. Rio Jacumá	700
Missão de São Pedro. Capital da Província Espanhola de Moxos	3.000
Província Espanhola de Moxos	
Missão de Santo Ignacio. Rio Tiamnohy	1.500
Missão Trindade	3.000
Missão Loreto	1.000
Missão da Magdalena. Rio Itonanas	7.000 - 9.000
Missão da Conceição. Rio Baures	4.000
Missão de S. Joaquim. Rio Baures	500
Missão Santa Anna. Rio Baures	11.000 - 14.000
Missões Espanholas no rio Guaporé	
Missão de S. Raphael. Rio Barbados	3.500
Missão de S. Miguel. Rio Barbados	1.500
Província Espanhola de Chiquitos	
Missão Santo Ignacio	3.000
Missão Conceição. Origens do Baures	3.000
Missão S. José. Rio Baures	3.600
Missão S. Xavier. Rio Baures	1.500
Total Missões Espanholas no rio Baures	24.000
Rio Paraguai	
Missão S. João. Rio Paraguai	500
Missão S. Thiago	700
Missão Santo Coração	800

Fonte: (Serra, [1840] 1916).

A tabela revela a distribuição demográfica nas áreas próximas à Capitania de Mato Grosso. A presença de uma população significativa, especialmente em áreas como os governos de Moxos e Chiquitos, indica centros de atividade colonial importantes. A localização dessas províncias e suas populações sugere a importância estratégica da região para a coroa espanhola. Isso estava relacionado ao potencial econômico, como a mineração, e à relevância militar, como a defesa das fronteiras coloniais.

Ricardo Franco foi um cartógrafo e explorador que realizou importantes expedições na região. Seus mapeamentos e relatórios poderiam ter sido influenciados pela densidade populacional e pela distribuição das cidades e vilas que ele encontrou. Isso, por sua vez, afetaria as políticas coloniais espanholas e portuguesas na demarcação de territórios e na administração regional. Os dados populacionais, juntamente com as explorações do Coronel, fornecem uma base para entender as dinâmicas geográficas e políticas da região. Eles ajudam a explicar como as fronteiras foram definidas, como os recursos foram gerenciados e como as populações foram administradas.

Outro agente que marcou essa conjuntura da construção portuguesa da fronteira foi Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres quando ocupou a posição de quarto governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso. Assumiu o cargo em 1772 e manteve-se nele até 1788, vivendo no Brasil por 17 anos antes de ser sucedido por seu irmão, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. O irmão mais velho, Cáceres despertou o interesse de biógrafos como Correia Filho e Gilberto Freyre, que o escolheram como tema em alguns de seus estudos. (Freyre, 1978), (Correia Filho, 1925; 1969), (Mendonça, 1985).

Cáceres chegou com uma missão para a coroa portuguesa e, em maio de 1772, viajou por terra até a Província de Mato Grosso, sendo o primeiro a realizar tal jornada para assumir o posto de Capitão-General (ver figura abaixo). Ao tomar posse, recebeu uma carta de seu predecessor, Luiz Pinto de Souza, datada de dezembro de 1772 em Vila Bela. Esta carta é um documento significativo do século XVIII, com ordens reais e instruções sobre a gestão anterior e a relevância da Capitania para a economia da metrópole. (Freyre, 1978), (Correia Filho, 1925; 1969), (Mendonça, 1985).

Durante seu governo, Cáceres focou na consolidação do domínio português sobre aquele território. Na fronteira disputada, a Coroa tinha o objetivo de proteger a região das ações de defesa dos indígenas e abriu uma rota para o Pará através dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas. Seguindo as diretrizes de Lisboa, assegurou uma extensão máxima possível da

linha de fronteira, estabelecendo presídios, fortalezas, povoados, missões, aldeias, arraiais e vilas em locais estratégicos. (Freyre, 1978), (Correia Filho, 1925; 1969), (Mendonça, 1985).

Figura 9 - Demonstrativa dos acessos terrestres entre as capitanias no século XVIII



Fonte: <https://atlas.fgv.br/>

As instruções dirigidas a os capitães da referida capitania, enfatizaram os seguintes princípios fundamentais: Cumprir a lei, as ordens do rei e os regulamentos em vigor; Administrar justiça de forma equitativa; Fiscalizar os bens públicos e garantir seu uso adequado; Auxiliar o rei na gestão eficaz do território; Manter a integridade e segurança das fronteiras da capitania; Monitorar e supervisionar as atividades relacionadas à coroa e às missões estrangeiras presentes na região, (Mendonça, 1985). Desta forma, as orientações

dadas a Cáceres revelam aspectos cruciais da administração colonial portuguesa, mostrando um esforço para manter a ordem e a eficácia administrativa, ao mesmo tempo em que se protegia e se expandia o império ultramarino português. Esses princípios, enraizados nas políticas do período pombalino, refletem a complexidade e os desafios enfrentados pelos administradores coloniais na gestão de territórios vastos e diversificados.

A obra de Gilberto Freyre (1968), intitulada “Contribuições para uma sociologia da biografia”, integra o projeto “Biografias” da Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Distribuída em dois volumes, esta publicação exemplifica um estudo de caso detalhado, focalizando Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres⁶⁰, administrador colonial na América portuguesa durante o período pombalino. Freyre revisita a experiência luso-tropical, utilizando a trajetória deste personagem como ponto de referência para examinar os impactos sociológicos e históricos da administração colonial portuguesa.

No prefácio intitulado “A formação do homem brasileiro”, Maria do Carmo Tavares de Miranda enfatiza a relevância de compreender a história por meio da análise textual, traçando paralelos com a memória perdida e afirmando tratar-se de um “reencontro conosco mesmos”. Ela observa que Freyre se distanciou de determinismos étnicos, favorecendo uma interpretação mais ampla e inclusiva.

O livro de Freyre examina a “interpretação sociológica do material autobiográfico” presente nos manuscritos e croquis de Cáceres, combinando biografia e história de maneira inovadora. Ele sublinha a singularidade das fontes, consideradas “quase virgens”, revelando um esforço minucioso na exploração de documentos inéditos. Ademais, a obra menciona diversas referências que abordaram Cáceres, incluindo Virgílio Carreira Filho e o General Raul Silveira de Mello. Freyre discute as condições materiais e o rigoroso trabalho de campo realizado, destacando sua hospedagem na Casa da Ínsua, residência da família descendente de Cáceres.

O exame dos materiais e métodos utilizados por Freyre é detalhada, destacando a vasta quantidade de acervos consultados e a colaboração de Jorge Faro na transcrição dos manuscritos. A utilização de fontes inéditas é salientada, revelando o capital social

⁶⁰ Este livro raro, difícil de ser encontrado para compra ou em versões digitalizadas como no Google Books, é especialmente valioso devido à escassez de estudos de Freyre sobre a Amazônia. Composta por seis capítulos, a obra inicia com a formação de Albuquerque em Portugal, seguindo para sua chegada ao Brasil, sua administração em Mato Grosso e abordando temas de interesse para o autor, como as relações sexuais, com destaque no último capítulo do primeiro volume que questiona a possível ligação amorosa de Luiz Albuquerque no Brasil.

mobilizado e o esforço empregado no projeto, que, apesar das dificuldades financeiras, contou com o apoio da ALC portuguesa e da Fundação Gulbenkian.

Ao examinar a figura de Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, constata-se que, como representante da coroa portuguesa, ele foi incumbido de administrar uma região marcada por intensos fluxos migratórios, onde frequentemente enfrentava quilombos e impunha severas punições aos escravizados fugitivos. Todavia, Gilberto Freyre não aprofunda críticas a essas ações.

A seleção de Cáceres como objeto de estudo por Freyre adquire particular relevância ao se considerar a intenção de desvendar a “formação do homem brasileiro”. Nessa análise, Freyre adota uma abordagem louvatória, onde a severidade dos conflitos e a gravidade das ações de Cáceres são mitigadas. Esta perspectiva sugere uma interpretação que privilegia as habilidades administrativas de Cáceres em detrimento de uma crítica mais aprofundada às implicações éticas e humanitárias de suas ações. Consequentemente, a obra de Freyre oferece um retrato multifacetado e, sob certos aspectos, controverso de um período significativo da história brasileira. Apesar de pouco crítico e muito elogioso, Freyre não apenas aborda a biografia de Luiz em termos existenciais, mas também a interpreta simbolicamente:

biografia em termos existenciais suscetíveis de serem sublimados em termos simbólicos, de um homem da representatividade de Luiz, até tornar-se parte de uma ‘autobiografia coletiva’ que inclua não só predecessores como sucessores do biografado, inclusive, pirandeliamente, os seus intérpretes. (Freyre, 1968, p; 101-103).

No contexto do texto de Gilberto Freyre, “pirandeliamente”⁶¹ refere-se a uma abordagem ou análise que se alinha com a perspectiva pirandelliana de que a identidade é múltipla e mutável. Ao dizer que a biografia de Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres torna-se parte de uma “autobiografia coletiva” que inclui não só predecessores e sucessores do biografado, mas também, pirandeliamente, seus intérpretes, Freyre sugere que a compreensão da identidade do biografado é influenciada pelas múltiplas interpretações e narrativas construídas por diferentes pessoas ao longo do tempo. Assim, essa abordagem reconhece a natureza fluida e subjetiva da identidade histórica e biográfica, enfatizando a complexidade e a pluralidade de perspectivas na construção do conhecimento histórico.

Isso se encaixa perfeitamente no contexto em que Freyre, já amadurecido nos anos 60, empreende a escrita da biografia de um escravocrata do século XVIII enquanto está hospedado nas propriedades da família descendente daquele administrador colonial. Ao fazer

⁶¹ A expressão “pirandeliamente” deriva do nome do dramaturgo e escritor italiano Luigi Pirandello (1867-1936), recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1934.

isso, Freyre não apenas reconstrói a trajetória do biografado, mas também deixa entrever suas próprias perspectivas e reflexões. A biografia, em certos trechos, parece refletir tanto sobre o biografado quanto sobre o próprio biógrafo, revelando as influências, os contextos e as subjetividades que Freyre traz para sua análise. Esta abordagem reconhece que a identidade histórica e biográfica é um constructo dinâmico, influenciado pelas diversas perspectivas e narrativas que se entrelaçam ao longo do tempo, destacando a complexidade inerente à construção do conhecimento histórico e a natureza subjetiva da memória coletiva.

Considerações

Este capítulo dedicou-se a uma leitura da construção da primeira zona de fronteira da formação de Rondônia no contexto da colonização portuguesa, destacando o papel das expedições e dos rios nesse processo histórico. As expedições constituem elementos estratégicos, fundamentais na consolidação territorial e na demarcação de fronteiras, promovendo intervenções concretas que resultaram na criação de representações cartográficas e na catalogação de matérias-primas. Através dessas atividades metódicas, foram elaboradas cartografias, promovidas classificações territoriais e facilitado o controle sobre a circulação de povos indígenas e outros grupos sociais. Ademais, encontram-se aí as classificações de ameaças e protegidos.

A importância dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira emerge como uma referência significativa nas discussões sobre demarcação de fronteiras e políticas de colonização. Essas vias fluviais não apenas configuraram rotas de navegação essenciais, mas também serviram como pontos de referência estratégicos para a dominação territorial e para a implementação de políticas econômicas e militares na região amazônica. O regime de alteridade presente nas expedições fluviais reflete um investimento intenso em estratégias tanto militares quanto científicas, destacando a complexidade das interações entre os agentes coloniais e os povos indígenas.

A leitura das expedições revelou padrões recorrentes na catalogação de matérias-primas, na definição de rotas de circulação e no mapeamento das populações indígenas, delineando um quadro detalhado dos rituais de colonização e das práticas de demarcação de fronteiras. As trajetórias dos agentes coloniais evidenciam como a fronteira foi concebida como um problema político central nas conquistas portuguesas, particularmente durante a União Ibérica (1580-1640). A renomeação de territórios e a atribuição de novos títulos a

povos e regiões já estabelecidas destacam a dimensão simbólica da conquista, remodelando o espaço de acordo com os interesses coloniais.

Além das expedições, o estudo abarcou outras produções como as monções, bandeiras, viagens e crônicas, ampliando a compreensão das dinâmicas coloniais. Ao rotular Rondon como “último bandeirante”, por exemplo, nota-se uma tentativa de aplicar uma terminologia histórica a uma figura moderna, refletindo uma visão que pode tanto enaltecer quanto simplificar as complexidades das interações históricas entre colonizadores e indígenas.

A complexidade das políticas coloniais é refletida na fluidez das noções de “protetor” e “protegido”, sujeitas a constantes reavaliações conforme as circunstâncias políticas e estratégicas. A fronteira emerge, assim, como um símbolo da tensão permanente entre a expansão colonial e a defesa territorial, um espaço de interação, conflito e negociação onde identidades e alianças são continuamente redefinidas.

Este capítulo procurou demonstrar que a análise das expedições e das dinâmicas de fronteira oferece uma visão abrangente e multifacetada da colonização portuguesa na América do Sul. Ao examinar as estratégias e as práticas de demarcação, bem como as representações empregadas, foi possível evidenciar as interações coloniais e a construção de identidades coletivas que ainda reverberam na memória histórica e cultural do Brasil contemporâneo.

CAPÍTULO 5

MONUMENTOS DE FRONTEIRA

Monumentos de fronteira

Monumentos de fronteira são construções associadas a iniciativas de infraestrutura voltadas para a ocupação territorial, com o objetivo de consolidar a posse ou o direito de uso da terra. Esses monumentos demonstram sua eficácia não apenas no contexto de sua contemporaneidade, mas também, e talvez mais significativamente, nas gerações subsequentes. Isso ocorre mesmo quando tais monumentos não estão mais em uso ou têm funções diferentes das quais foram projetados inicialmente, pois eles são frequentemente utilizados como referências para novas ocupações ou como argumentos em disputas de posse. Um exemplo disso, já mencionado, é a contenda pelo rio Madeira, quando as vilas, seringais e conhecimentos da navegação e a EFMM foram empregadas como fundamentação do direito do Amazonas sobre aquele território.

Com essa perspectiva, é possível considerar certas expedições como uma forma de monumento de fronteira. Elas representam não apenas viagens físicas através do território, mas também marcos simbólicos na história da ocupação e afirmação territorial. Essas expedições, ao longo do tempo, tornam-se referências históricas e culturais, delineando as fronteiras e influenciando a percepção e a gestão do espaço nacional.

Essa noção de monumento de fronteira tem proximidades com o conceito de “lugar de memória”, originado a partir das pesquisas de Pierre Nora sobre a formação da identidade nacional francesa, destaca-se por sua natureza híbrida. Ele pode manifestar-se tanto de forma material quanto simbólica, evidenciando a complexidade e a riqueza dos elementos que compõem a memória coletiva, ele diz: “mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual” (Nora, 1993, p. 21-22).

Para a trajetória da colônia e do império temos três monumentos de fronteiras podem ser tomados aqui como pontos de referências para acompanhar o processo de formação de Rondônia: ao Norte, no rio Madeira, houve a instalação da Vila de Santo Antônio do Alto Rio da Madeira, 1723. Já ao Sul, no rio Guaporé ergue-se o Real Forte Príncipe da Beira (1783) e

o terceiro é Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em (1752), tornou-se a sede administrativa da recém-criada capitania de Mato Grosso. Esta capital é notável por sua distância do litoral, situando-se a mais de 2.000 quilômetros de distância da costa. Como dito acima, a primeira via se deu pela foz do Amazonas no Atlântico.

Já o segundo caminho desse avanço ocorreu com as bandeiras e a descoberta das minas de ouro no Mato Grosso. Portanto, para garantir a rota do ouro, entre as províncias do Grão-Pará e Mato Grosso, foi fundada a Vila de Santo Antônio do Alto Rio da Madeira, no início do trecho encachoeirado do Madeira, e foram construídos o Real Forte Príncipe da Beira e a Vila Bela, nas margens do Baixo Guaporé. A Vila de Santo Antônio se tornou local estratégico para o entreposto de apoio, e o Forte Príncipe, nas margens do Guaporé, protegia os comboios de ouro escoados para Belém e Portugal da coroa Espanhola (Teixeira & Fonseca, 1998).

Monumentos de fronteiras em destaque para o início da república temos a EFMM, a linha telegráfica, os seringais, os castanhais e os postos indígenas. Essas construções e instalações desempenharam um papel crucial na delimitação e no uso do território, refletindo a estratégia de ocupação e exploração da região durante esse período histórico. A construção da EFMM começou em 1907, seguindo diversos estudos prévios realizados por companhias inglesas e pelo governo boliviano em décadas pretéritas. Naquele mesmo ano iniciou-se a expansão da Linha Telegráfica a partir de Cuiabá. A ferrovia foi finalizada em 1912, enquanto a Linha Telegráfica completou-se em 1915, alcançando Santo Antônio, no Amazonas. Paralelamente, os postos indígenas, instituídos pelo SPI, que foi criado em 1910, representaram outro enfoque do desenvolvimento infraestrutural na região.

Em 1723, o padre jesuíta João Sampaio, fundou, às margens do rio Madeira, a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, após alguns anos passou a ser chamada de Vila Santo Antônio do Rio Madeira. As primeiras expedições de limites que alcançaram a região do Alto Madeira foram a de Pedro Teixeira, que partiu de Belém em 1637, e a de Antônio Raposo Tavares, que, em 1647 saiu de São Paulo, percorreu os rios Tietê, Paraná, Paraguai, Mamoré e o Madeira até alcançar o Forte de Santo Antônio de Gurupá, na capitania do Grão-Pará. Já em 1757, Teotônio da Silva Gusmão fundou o arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem, às margens da Cachoeira de Salto Grande, no rio Madeira, posteriormente renomeada como Cachoeira do Teotônio, em homenagem ao juiz (Hugo, 1959), (Teixeira & Fonseca, 1998).

Esses documentos, muitas vezes eram referências mútuas, isto é, em expedições específicas os tratados eram usados como referências cartográficas e da política administrativa dos territórios; junto a isso, os tratados tinham expedições como referências. Claro que se

trata de disputas por poder, portanto, referência nesse caso foi usada não somente para corroborar peças diplomáticas, bem como contestá-las. Como por exemplo Ricardo Franco de Almeida Serra, em 1777 fez viagem pelo rio Guaporé e cita com frequência em seus relatos o tratado Santo Ildefonso. Anos depois, em 1781, foi montada a comissão de limites sobre o tratado Santo Ildefonso que chegou aos rios Jaci-Paraná, Abunã e Candeias.

A primeira zona de fronteira prioritária na formação de Rondônia é formada por vilas, aldeamentos, cidades, fortificações entre outras unidades sociais que foram estabelecidas ao longo dos rios Guaporé, Mamoré e Madeiras até a consolidação da exploração da borracha. Observa-se que as primeiras rotas de ocupação ocidental da região foram formadas pelos rios Madeira (chamado pelos povos indígenas de *Cayari*, mas o nome que ficou foi Madeira a partir da expedição de Pedro Teixeira em 1637. Na Bolívia, é chamado *de Madre de Dios*), Mamoré (*Grande de La Plata*) e Guaporé, o que indica as principais rotas realizadas antes da construção das estradas de rodagem. Abnael Machado de Lima (2008) computou um quadro para resumir a “conquista e colonização do Vale do rio Madeira - 1669/1799”:

Tabela 4 - Missões Católicas no rio Madeira (1699-1799)

MISSÕES	FUNDAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Tupinambarana	1669	Ilha de Tupinambanarana - próxima à foz do rio Madeira.
Abacaxis	1687	Foz do rio abacaxis no baixo rio Madeira.
Canumã	1712	Foz do rio Canunmã no baixo rio Madeira
Trocano - Borba	1715	Baixo rio Madeira
Manicoré - Povoado		Baixo rio Madeira
Guarinamá	1715	Médio rio Madeira
Santo Antônio do Alto Madeira	1723	Próxima à foz do rio Jamari no rio Madeira
Santo Antônio do Cuniã	1742	Lago Cuniã-médio rio Madeira
Santo Antônio das Cachoeiras	1728	Em frente a cachoeira Aroya no alto Madeira
Camuam	1742	Foz do rio Ji-Paraná no médio rio Madeira.

(Lima, 2008).

Ao longo do processo de formação de Rondônia, ver-se que a “reconquista” é frequente, ex.: “Santo Antônio das Cachoeiras (antiga missão jesuíta 1728/1742); Teotônio (Vila Nossa Senhora da Boa Viagem fundada por Teotônio da Silva Gusmão em 1757 e abandonada em 1760) e Jirau (povoados de Balsemão, aldeamento dos índios Pama, fundado em setembro de 1768” (Lima, 2008). Rainha Portuguesa Maria I realizou uma série de mudanças administrativas e criou ações para consolidar posses de territórios que haviam sido

tomados pela coroa espanhola. Em 1798, foi dada a missão de atualizar os povoamentos interligando as capitanias de Mato Grosso, Rio Negro e Grão Pará, por meios de aldeamentos indígenas, canoas, casas, portos, armazéns, quartéis, roçados e varadouros. Trata-se de atualizações do projeto de ocupação ocidental, veremos que ocorre há séculos⁶².

Outro monumento de fronteira e outro lugar de memória é o RFPB, para ficar com dois exemplos, nesse momento de apresentação. A sua localização atualmente é no município de Costa Marques, que é fronteiro com a Bolívia, a fortificação foi construída entre 1775 e 1783. Também a construção da Vila Bela da Santíssima Trindade, como capital da capitania do Mato Grosso foi outro investimento contundente que demonstra a construção da fronteira. As representações construídas pela colonização portuguesa ao que diz respeito aos povos indígenas e os projetos de ocupações territoriais são destaque nas expedições que mapearam os principais rios e unidades sociais por Ricardo Franco de Almeida Serra, que estava muito alerta a respeito das ocupações espanholas e possíveis invasões.

Vilas, missões e fortificações

A estratégia de estabelecer e desenvolver vilas no Brasil foi uma política implementada durante entre os séculos XVI e XVIII. Essa política foi conduzida por meio de Cartas Régias e diretrizes enviadas ao Vice-Rei do Brasil, instruindo as autoridades locais a fundar vilas em locais apropriados e reunir indivíduos sem ocupação fixa ou que habitavam em locais temporários, visando a formação de assentamentos civis estáveis.

Com a ocupação litorânea assegurada através da criação dessas vilas, a atenção da coroa portuguesa se voltou para o interior, o sertão ainda inexplorado. O objetivo era explorar as terras, estabelecer limites fronteiros com a Espanha, fundar vilas e integrá-las ao sistema administrativo e fiscal português.

⁶² Há disputa pela narrativa de quem foi o fundador ou partícipe da realização, o que contribui para invisibilidades e equívocos historiográficos. Quanto a esse último, Dante Fonseca afirma que “a missão de Santo Antonio, ou Santo Antonio das Cachoeiras, embora o topônimo sugira sua localização, estava situada a algumas dezenas de quilômetros à jusante da cachoeira a qual emprestou o nome (havia duas denominações anteriores: Aroaia e São João). Nesse sentido, fundada pelo missionário jesuíta João Sampaio, a missão desapareceu ainda no século XVIII. Afirmando alguns que, depois de sucessivas mudanças, veio a constituir a povoação de Santo Antonio de Borba, no baixo Madeira. Em outras palavras, todos esses fatos são anteriores ao surgimento da povoação mato-grossense de Santo Antonio do Rio Madeira, no último quartel do século XIX. Essa última não possui vínculo de continuidade com a missão jesuítica, ainda que em seu núcleo não se encontrava no outeiro, ao lado da cachoeira; mas, a aproximadamente mil e duzentos a jusante da queda d’água. (Fonseca, 2020, p. 12).

Na segunda metade do século XVIII, no território de Mato Grosso, a fundação de vilas seguiu um padrão estabelecido. Um exemplo notável foi a criação da Vila Maria do Paraguay em 1778, localizada estrategicamente entre Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, fundada em 1719, e Vila Bela da Santíssima Trindade, estabelecida em 1752. Sob as diretrizes de Cáceres, essa medida tinha como objetivo principal fortalecer a defesa da capital e de Cuiabá contra incursões espanholas, além de proporcionar serviços e conveniências públicas devido à sua posição estratégica. (Araújo, 2001).

Durante o governo de Cáceres, houve a fundação de várias vilas, incluindo Albuquerque, hoje conhecida como Corumbá-MT, Vila Maria do Paraguay, atualmente Cáceres-MT, e São Pedro de El-Rey, localizada em Poconé-MT. Além disso, povoações como Viseu, às margens do Rio Guaporé, e fortificações estratégicas, como o Forte de Nova Coimbra e o Forte do Príncipe da Beira, foram estabelecidas. Essas ações desempenharam um papel crucial no fortalecimento das fronteiras do imenso território brasileiro, que fazia fronteira com a América espanhola, garantindo a integridade e a segurança da região.

De acordo com o Dicionário Moraes de 1789, uma vila era definida como um assentamento de status intermediário, situado entre uma cidade e uma aldeia, e caracterizava-se pela presença de um juiz, uma câmara municipal e um pelourinho. Neste cenário, tanto as vilas quanto seus habitantes estavam sob a jurisdição das autoridades locais, que, por sua vez, operavam sob as diretrizes e políticas estabelecidas pelo governo português no Brasil. Este arranjo refletia uma estrutura organizacional onde as vilas desempenhavam um papel relevante na administração local, em consonância com os objetivos e regulamentos do estado colonial.

Os assentamentos, vilas e cidades planejadas refletiram a administração organizada de Portugal na América, com o objetivo de consolidar a posse da terra e dos habitantes. Estes centros urbanos foram projetados seguindo um padrão de racionalidade europeia, e no final do século XVIII, as cidades planejadas no Brasil adotaram um modelo paisagístico europeu, com plantação de árvores e alamedas que conferiam uma impressão de ordem e uniformidade. (Araújo, 2001).

Vista Bela da Santíssima Trindade

Em 1748, no cenário próximo ao Tratado de Madrid, a capitania de Mato Grosso foi criada a partir da divisão da capitania de São Paulo. Essa recém-formada capitania incluía como suas principais localidades a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, estabelecida em 1727, e a Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752, que se tornou a capital (Mendonça, 1985), (Silva, 2006).

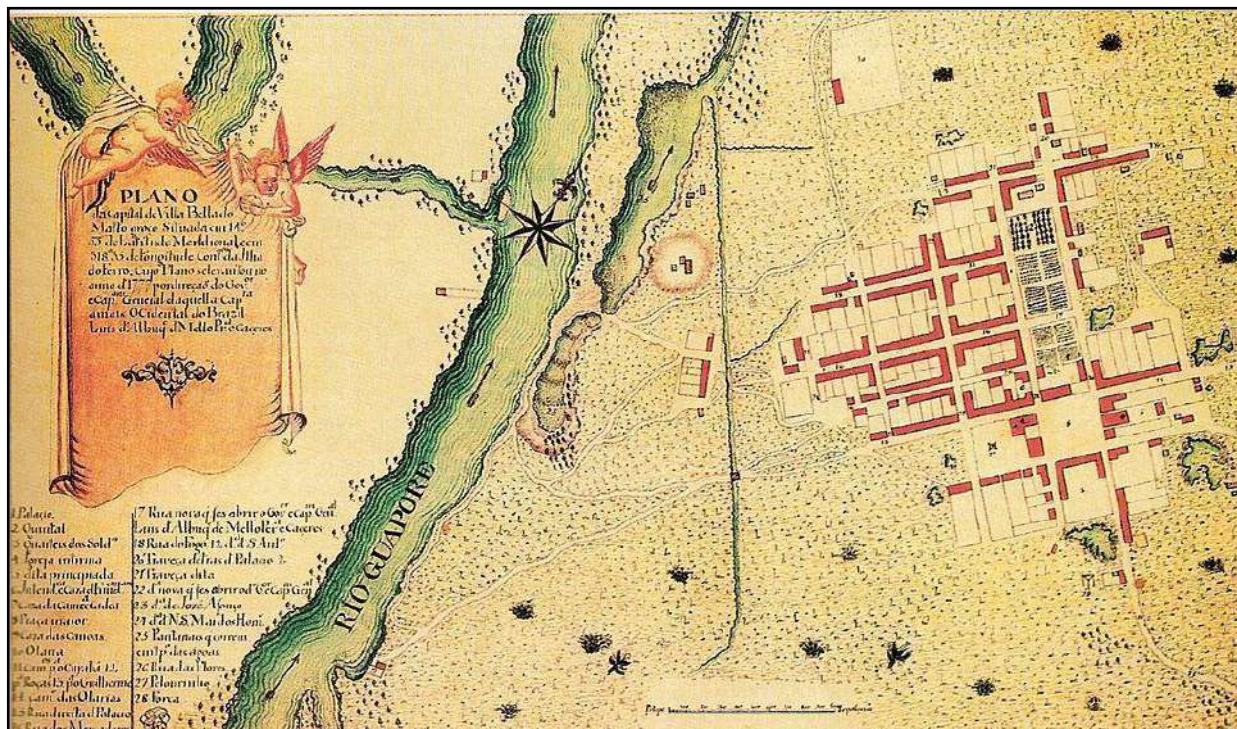
O historiador Marco Teixeira (2008) aborda a história do Vale do Guaporé, destacando a formalização da posse portuguesa dessa região com a assinatura do Tratado de Madri em 1750. No entanto, ele ressalta que, antes mesmo dessa data, já na década de 1730, mineiros provenientes de Cuiabá e São Paulo estavam ativamente envolvidos na exploração de áreas auríferas naquela região.

Este contexto expõe a dinâmica da ocupação e exploração do território naquela época. A presença de mineiros na região, antecedendo o tratado, sugere um processo de colonização e exploração que não estava limitado ou regulamentado por acordos formais entre as potências coloniais. Isso implica que as atividades de mineração e as interações sociais e econômicas na região já estavam em curso, moldando a paisagem e as relações de poder antes mesmo do reconhecimento formal da soberania portuguesa.

A escolha de Vila Bela da Santíssima Trindade, situada às margens do rio Guaporé, como capital, refletia essa estratégia. Conforme Marcos Carneiro de Mendonça (1985) observa, a localização de Vila Bela permitia que os governadores adotassem medidas eficazes contra invasões castelhanas e apoiassem os esforços de demarcação territorial. Essas ações ocorriam em um contexto distante da antiga Vila de Cuiabá, enfatizando a importância estratégica da nova capital na defesa e administração da região. Nauk Jesus destaca: “Conforme a hierarquia urbana e administrativa, Vila Bela estava abaixo das cidades-capitais, porque não era cidade, mas ficava no mesmo patamar das vilas-capitais e acima daquelas que eram apenas vilas”, (Jesus, 2011, p. 16).

A rainha e o ministro Marco Antônio de Azevedo Coutinho deram orientações a Antônio Rolim de Moura, o primeiro governador e capitão geral de Mato Grosso, estabelecido em 1748. Mendonça descreve as capitanias recém-criadas de Mato Grosso, Goiás e São José do Rio Negro como “gigantescas sentinelas avançadas” postas em defesa do território brasileiro (1985, p. 5). Esta expressão, já no século XX, foi usada no hino do estado de Rondônia, refletindo uma reinterpretação e incorporação do conceito na identidade regional.

Figura 10 - Plano da capital de Vila Bela do Mato Grosso



Fonte: Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_OG_0_MAP_0110.

Vila Bela foi concebida seguindo a filosofia de planejamento urbano do século XVIII, onde a organização espacial racional era uma expressão da política. Elementos como a praça central, ruas retas que se cruzavam, a utilização eficiente do espaço urbano e a localização estratégica de edifícios públicos exemplificavam essa prática de construção eficaz. Ademais, os moradores dessas vilas e cidades eram orientados a seguir diretrizes específicas ao construir suas casas, com o objetivo de manter a estética e a ordem adequadas ao ambiente urbano. Esses modelos urbanos idealizados simbolizavam o triunfo da ordem e da organização sobre as ocupações espontâneas que precederam esses assentamentos. (Correia Filho, 1969), (Araújo, 2000), (Jesus, 2011).

De acordo com a pesquisa de Jesus (2011, p. 129), a historiografia de Mato Grosso reconhece a rivalidade entre Vila Real do Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade. Essa tensão originou-se da insatisfação dos habitantes de Vila Real por sua localidade não ter sido escolhida como a capital da capitania de Mato Grosso. Vários historiadores identificaram o início dessa disputa em 1752, com a fundação de Vila Bela como capital. Posteriormente, a rivalidade se manifestou em diversos momentos, como em 1802, quando o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro sugeriu transferir a capital para Vila Real; sob a

administração de João Carlos Augusto D'Oeynhausen (1807-1817), que se fixou em Vila Real; e em 1820, durante os confrontos entre as duas vilas relacionados à formação das juntas governativas. Apesar de ser um tema recorrente nas narrativas e ações das autoridades na segunda metade do século XVIII, este conflito recebeu relativamente pouca atenção na escrita histórica.

Real Forte Príncipe da Beira

“Real Forte Príncipe da Beira: 200 anos de lutas na busca de impor a soberania, preservar a posse da terra e integrá-la à Comunidade Nacional Brasileira”. Lima (1983).

A exploração de matéria-prima está ligada e conquista de território, que por sua vez, necessita de estratégias de guerra. Por exemplo, em 1743 encontram-se registro de que espanhóis estavam implantando alguns povoados na margem direita do rio Guaporé; como solução, em 1748, Antonio Rolim de Moura Tavares (1709-1782) foi nomeado governador de Mato Grosso e recebeu instruções para manter a posse assegurada a coroa portuguesa daquele território. Ao longo de seu governo, 1751-1765, destruiu os povoados construídos pelos espanhóis.

Em 1750 foi assinado o Tratado de Madri. Assinado pelos Reis Fernando VI, de Espanha, e Dom João V, de Portugal,

“[...] resolveram pôr termo às disputas passadas e futuras, e esquecer-se, e não usar de todas as ações e direitos, que possam pertencer-lhes em virtude dos Tratados de Tordesilhas [...] e de Utrecht e Saragoça, ou de quaisquer outros fundamentos que possam influir na divisão dos seus domínios”.

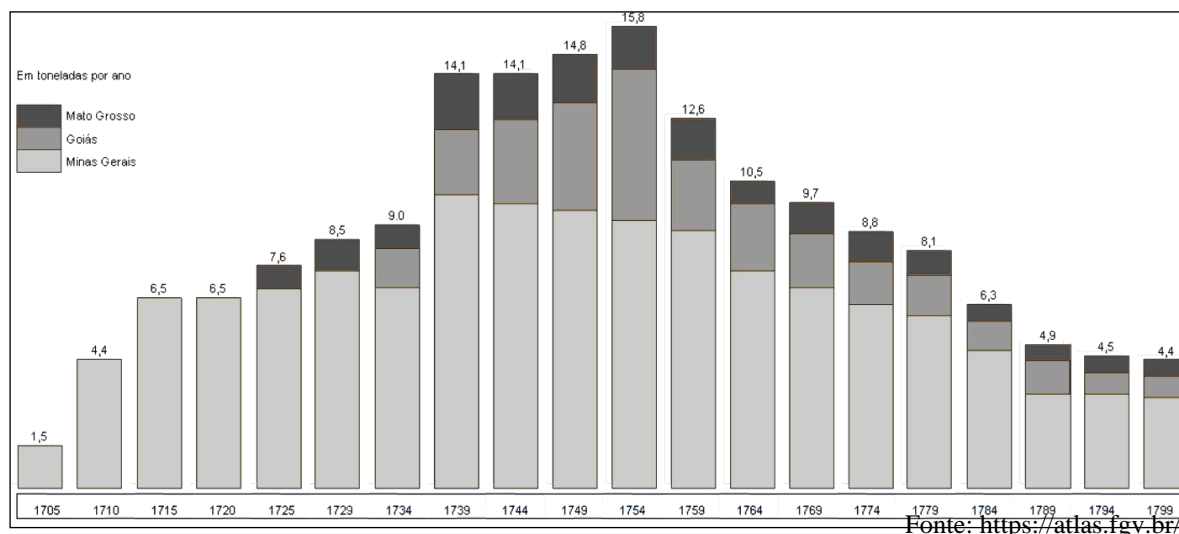
Ao tratar das ocupações no Mato Grosso e na região que viria a ser a Amazônia Ocidental, Portugal teve a questão da fronteira na ordem do dia ao longo do século XVIII. Destacam-se as medidas como criação da Capitania de Mato Grosso, instalação de uma capital nos limites de demarcação geográfica e assinaturas de diversos tratados. Assim, ocorreram sucessivas ações para garantir a conquista portuguesa do território em litígio com Espanha. Os agentes que representavam a coroa monárquica portuguesa detinham currículos acadêmicos que transitavam por diversas formações, entre eles se destacam: astronomia, navegação, engenharia, botânica, cartografia e diplomacia. Passaram pelas universidades: Universidade de Coimbra, Colégio dos Nobres, Academia Militar e a Academia Real das Ciências de Lisboa, por exemplo, e também as trajetórias de suas famílias que transitaram pela vida política da Monarquia.

Essa fortificação foi protagonismo em vários livros da historiografia dos pioneiros. Dedicaram-se a escrever sobre, por exemplo: Amizael Gomes da Silva, Emanuel Pontes Pinto, Victor Hugo, entre outros nomes. Destaca-se um trabalho mais recente de Barroso (2015), porém com aspectos bastante próximos aqueles já mencionados como ufanismo e reprodução de categorias coloniais.

A título de exemplo, temos Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), brasileiro formado em Portugal. Foi assistente de Domenico Agostino Vandelli (1735-1816) no Palácio da Ajuda, em Lisboa, naturalista italiano que, no século XVIII, introduziu os estudos científicos em Portugal, depois da reforma da Universidade de Coimbra⁶³. O iluminismo teve forte presença na formação científica desses agentes, portanto, esses agentes eram muito bem avaliados para seus postos e tinham currículo exigente.

A exploração mineral foi o mote para essa série de investidas de guerra de conquista. Bastavam alguns indícios, mesmo sem comprovação de ouro, para que o garimpo exercesse protagonismo nas políticas e ações no estabelecimento da colonização ocidental resultantes das guerras entre Portugal e Espanha. As primeiras indicações de ouro era segredo de estado, no rio Corumbiara (1739) surgem as primeiras notícias de ouro na região, em 1770 é a vez do rio Guajarus. Na literatura, sobre essa temática, há frequente uso da palavra “disputas” e não guerras, entretanto, a documentação disponível aponta os detalhes das estratégias diretamente relacionadas a ataques bélicos bem como estratégias de alianças com povos indígenas e forte dedicação para ter acesso a informações adquiridas por expedições.

⁶³ [...] Vandelli esteve diretamente envolvido com a instalação e direção dos museus/gabinetes de História natural do Jardim Botânico da Ajuda, em Lisboa, e da Universidade de Coimbra, tornando-se figura central em uma teia de relações que assegurou vínculos entre instâncias do poder monárquico e a elite ilustrada do império luso [...]” (Julião, Neves & Segantini, 2018, p. 5).

Figura 11 - Produção de ouro no século XVIII

Em paralelo a construção desse forte e da capital da capitania veremos a formação dos quilombos no rio Guaporé. Somam ao temário os projetos e suas consolidações sobre a mão de obra indígena e escravizada.

“[...] Os territórios negros do Guaporé são constituídos a partir de distintos processos de territorialização. Tais processos remetem à denominada ‘situação colonial’ e à ação “bandeirante” nos confins do sertão, na busca de riquezas. Rebeldias, fugas, doenças e esgotamento das lavras de ouro constituem condições para a formação de quilombos no Guaporé” (Faria Junior, 2011, p. 85).

É notório que a exploração da matéria-prima mineral promoveu novas ocupações, relações de trabalho e cartografias sociais. Tratando das primeiras investidas do século XVII, Sérgio Buarque de Holanda (2001), ao estudar sobre os bandeirantes, afirmou que os portugueses e paulistas não eram competentes na metalurgia: “Fiéis a única experiência que podiam ter em matéria de mineração, logo que se esgotavam os depósitos superficiais [...], tratavam esses descobridores de desampará-los, e sair a busca de novos ribeiros” (Holanda, 2001, p. 272).

Sérgio Buarque de Holanda escreveu sobre as ocupações dos sertões, Minas Gerais e os territórios ocupados posteriormente, como Mato Grosso e Goiás, tiveram papel na configuração das maneiras de ocupar e povoar no processo de colonização:

“Essa imigração, quase toda espontânea, serviu para povoar uma vastíssima região arredada do litoral que, de outra maneira ficaria sem dúvida abandonado e talvez perdida para os portugueses, afeitos tradicionalmente à colonização costeira. O descobrimento das jazidas do extremo oeste (MT) e a fundação ali de núcleos

urbanos e fortalezas, em resultado desses achados, deram como fruto a silhueta geográfica do Brasil atual” (Holanda, 2001, p. 310).

Os estudos de Eduardo França Paiva (2002), sobre “trabalho mestiço” nas Américas, indicam que a mineração no Brasil teve inúmeras técnicas trazidas por especialistas escravizados traficados da África. Destacam a categoria “Negros Mina”⁶⁴, vinculados a *expertise* em garimpar ouro. Em suas palavras: “Esses homens e mulheres africanos, embarcados na Costa da Mina com destino ao Brasil, eram tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais” (Paiva, 2002, p. 187).

Nessa direção, as descobertas das minas de ouro no Rio das Velhas e da Morte (Minas Gerais), Vila Boa (Goiás) e Vila Bela e Cuiabá (Mato Grosso) serão sublinhadas como um dos casos que vemos no processo de colonização, aqui estudado, com vínculos entre relações objetivas e representações sociais quando as mudanças na exploração de mercadoria e matéria-prima emitem os ritmos e direções das ocupações da fronteira, seja no plano geográfico e/ou diplomático; bem como os agentes e suas especialidades necessárias conforme o tipo de exploração da mão de obra: escrava, indígena e de vassalagem monárquica. Nessas conjunturas encontram-se os capitais político, econômico e social da fronteira que retroalimentam justamente a definição e as justificativas para a conquista da própria fronteira.

Em “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” Darcy Ribeiro (1995, p.152) afirmou que:

“uma primeira conseqüência foi atrair rapidamente uma nova população – mais de trezentos mil nos sessenta primeiros anos – [dentre esses, milhares de portugueses] para uma área do interior, anteriormente inexplorada, incorporando os territórios de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás à vida e economia da colônia” (Ribeiro, 1995, p.152).

Essas investidas mineralógicas, estudadas antropologicamente levam em consideração a alteridade e não exclusivamente aspectos econômicos, mas sem descartá-los. A atividade mineradora do Brasil, era quase totalmente dependente do estrangeiro. Isso era possível porque, ao contrário do que ocorria com outras colônias europeias, o Brasil não tinha um mercado interno capaz de apoiar uma economia mineradora. Características do período de acumulação primitiva de capital definida por Marx, como foi indicado no capítulo anterior. O

⁶⁴ “A designação Mina é bastante imprecisa. A origem do termo está associada ao Castelo de São Jorge da Mina, erguido pelos portugueses, em 1482, na costa africana, onde, hoje, fica Gana. A região passou a ser chamada então de Costa da Mina. Os escravos embarcados nos portos existentes nessa região eram então, chamados de Mina, mas muitos deles eram oriundos de outros lugares da África, tanto da costa, quanto do interior” (Paiva, 2002, p. 203).

conjunto de acontecimentos que conduziram à primeira descoberta de ouro no Brasil estão inseridos na conjuntura mundial que, num primeiro momento, atravessava a crise do Antigo Sistema Colonial, que seria superada pela Revolução Industrial, após o surgimento da Inglaterra como nova potência mundial.

Outra categoria avaliativa além dos tratados temos as ações de administração política, destacam-se a criação de Cuiabá, ainda na província de São Paulo, em 1719; em 1733 decretou-se a proibição da navegação no rio Madeira; já a Capitania de Mato Grosso foi criada em 1748; lembrado que Período Pombalino foi entre 1750 e 1777; a expulsão dos Jesuítas do Brasil (1759); expulsão dos Jesuítas da América Espanhola (1767); 1752 – Criação da Capital Vila Bela da Santíssima Trindade no rio Guaporé (deixou de ser capital em 1815); em 1755 o rio Madeira deixa ser parte da Capitania do Grão-Pará e Maranhão e integra a Capitania de São José do Rio Negro.

A criação de espaços políticos, culturais, comunitários, baseados nas relações de parentesco, ou de afinidade de grupos de indígenas, que se apresentavam como “amizade”, “guerra”, “tratado” ou “aliança” compuseram a geopolítica da colonização.

“A geopolítica encarnada nas fortificações contextua a demarcação de espaços transfronteiriços subsequentes ao Tratado de Madri (1750). A política da Coroa Portuguesa, de fortificar, demarcar, ocupar e povoar a Região que lhe cabia, faz parte da decisão pombalina de substituir as missões religiosas por freguesias, confiada a militares, a representantes do rei, e a alguns membros do clero. A divisão territorial incrustada por propriedades da Igreja passou a contar com o apoio da sociedade civil. A fundação de fortalezas por todo o vale do Rio Amazonas: Forte do Presépio (Belém); Santo Antonio de Gurupá (Gurupá); Fortaleza da Barra (Manaus); Forte de Fortaleza do Tapajós (Santarém); Forte de Paru (Almeirim); Forte dos Pauxis (Óbidos); São Francisco Xavier (Tabatinga); Forte de São Gabriel da Cachoeira; Forte Príncipe da Beira (Rondônia); Fortaleza de Macapá, e outras ensaiaram substituir missões religiosas” (Costa, 2015, p. 69).

As relações externas entre os grupos amazônicos eram regidas por alianças, ou por guerras, que se tornaram amizades, ou tratados, que se tornavam alianças. A natureza da relação entre colonizador e colonizado não foi apenas um conflito armado, mas, principalmente, uma relação de dominação. A historiadora Lylia da Silva Guedes Galetti, mesmo usando termo “descoberta” ressalta a relevância estratégica do Guaporé:

“A descoberta do Guaporé [...] propiciava à Coroa Portuguesa referência estratégica na luta diplomática que tratava com a Espanha, pela redefinição dos limites de suas colônias no Novo Mundo. Consciente do trunfo político-diplomático que a posse desse rio oferecia, em relação à posse e a defesa da bacia amazônica e embalados pelas esperanças de novos descobrimentos auríferos que reabastecessem os endividados cofres da Coroa, o Governo Colonial inicia de pronto seu reconhecimento” (Galetti, 2012, p.77).

Nessa literatura sobre Rondônia o Real Forte Príncipe da Beira é tomado como capítulo importante, isto quer dizer que é citado com bastante frequência. Não obstante, nos séculos XVII e XVIII foram construídas pelos portugueses doze fortificações na Amazônia; duas delas em Rondônia. Segundo Graciete Costa

“Fortificar não significava apenas defender militarmente, mas, sobretudo, marcar a presença portuguesa naquelas regiões tão distantes. A fortificação era a consecução de um objetivo político compreendido claramente nos posicionamentos de Lisboa para assegurar suas possessões amazônicas” (Costa, 2015, p. 73).

Para ter uma noção das fortificações é esta sequência: Forte do Presépio – Belém - PA (1616); Forte de Santo Antônio de Gurupá – PA (1623); Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro – Manaus – AM (1669); Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru – Almeirim – PA (1680); Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos – PA (1685); Fortaleza do Tapajós – Santarém – PA (1697); Forte Nossa Senhora da Conceição – Costa Marques - RO (1754); Forte de São Gabriel da Cachoeira – AM (1761); Fortaleza de São José de Macapá – AP (1764); Forte São Francisco Xavier de Tabatinga – AM (1766); Forte de São Joaquim do Rio Branco – Boa Vista – RR (1775); Real Forte Príncipe da Beira – Costa Marques – RO (1776). A construção deste último, no rio Guaporé, se deu como uma das estratégias em estabelecer posicionamentos militares nas fronteiras entre as colônias portuguesa e espanhola.

Tabela 5 - Fortificações na Amazônia

Forte	Localização	Ano de Construção
Forte do Presépio	Belém - PA	1616
Forte de Santo Antônio de Gurupá	Gurupá - PA	1623
Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro	Manaus - AM	1669
Forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru	Almeirim - PA	1680
Forte de Santo Antônio dos Pauxis de Óbidos	Óbidos - PA	1685
Fortaleza do Tapajós	Santarém - PA	1697
Forte Nossa Senhora da Conceição	Costa Marques - RO	1754
Forte de São Gabriel da Cachoeira	São Gabriel da Cachoeira - AM	1761
Fortaleza de São José de Macapá	Macapá - AP	1764
Forte São Francisco Xavier de Tabatinga	Tabatinga - AM	1766

Forte de São Joaquim do Rio Branco	Boa Vista - RR	1775
Real Forte Príncipe da Beira	Costa Marques - RO	1776

O abandono na prática discursiva da reconquista

Figura 12 - Real Forte Príncipe da Beira



Foto: Exército Brasileiro

Os relatos de abandono do RFPB iniciam há cerca de 100 anos após sua construção. Duas características se destacam quanto a essa categorização de abandono: em tom de denúncia do descaso com a memória e com o monumento (adjetivo muito utilizado para se ferir ao Forte), deixando cair no esquecimento as “grandezas de Portugal”. E a outra característica é atualizar a fortificação em novos projetos de ocupação da fronteira, sejam ainda no Brasil Império ou mesmo na República.

Entretanto, alguns eventos formados de uma conjuntura de guerra formaram as bases para a construção desse Forte. Quer dizer que antes do Tratado de Madri, para garantir posse do território e das possibilidades econômicas que tinha potencial e em manobra de antecipação, Portugal promoveu ações para expulsar espanhóis e recorrer para reconhecimento dos potenciais da região.

Joaquim Ferreira Moutinho publicou um livro “Notícia sobre a província de Matto Grosso: Seguida d’um roteiro da viagem da sua capital a S. Paulo”, em 1869, em suas palavras:

Está hoje o Forte do Príncipe em estado muito ruinoso, mas assim mesmo é ainda um padrão de gloria, que nunca deixará de lembrar as futuras gerações o quanto valeram os portugueses. O governo do Brasil tem quase abandona esse monumento, não obstante a suma necessidade de dele terá, quando por ventura apreçam desavenças com a república da Bolívia. Quem viu, porém, como nós, a nenhuma importância que se dava ao Forte de Coimbra, chave da província [de Mato Grosso] pelo lado do Paraguai, em cujo vale existiam as suas maiores riquezas, não deve admirar o abandono do Forte Príncipe de Beira (Moutinho, 1869, p. 162).

João Severiano da Fonseca no livro “Viagem ao Redor do Brasil: 1875-1878” (1986), em passagem pelo Forte, em missão da comissão demarcadora dos limites do Brasil com a Bolívia e descreveu baixo contingente de soldados. Em 1887, declarou no jornal “O Paiz” sobre o estado da Fortificação: “[...] a pena e o pesar verdadeiros de existir tal monumento em lugar onde apenas um ou outro degredado, um ou outro selvagem e o raríssimo viajante tem ocasião de contemplá-lo”.

O texto discutido foi originalmente escrito por Curvello de Mendonça e publicado no jornal “O Paiz”, Ano XVII, número 9671, em 1911, sob o título “As fronteiras nacionais”. Este artigo aborda a situação das fronteiras brasileiras, destacando a negligência e os desafios enfrentados na região, bem como as comparações entre as práticas passadas e contemporâneas em relação à defesa e ao desenvolvimento dessas áreas.

Primeiramente, o texto reflete uma visão tradicional da fronteira como uma linha de demarcação física e política, necessitando de defesa e fortificação. Essa percepção está alinhada com a ideologia do estado-nação, onde a fronteira é vista como um limiar entre o “nós” e o “outro”, entre o interno e o externo. Neste contexto, as fronteiras são vistas como regiões vulneráveis a influências externas, necessitando de proteção e vigilância.

Essa visão, destacando como as políticas de fronteira frequentemente ignoram as realidades locais e as complexidades culturais e sociais das regiões fronteiriças, isto é, o fetichismo da fronteira. Mendonça elogia o então presidente Ermes da Fonseca que recentemente havia discursado suas preocupações sobre as fronteiras daquela região do Mato

Grosso. No entanto, Mendonça ressalta o abandono do próprio Brasil em relação às suas regiões periféricas, um eco do colonialismo onde a metrópole explorava as colônias.

O texto também destaca o contraste entre a administração colonial e a administração daquela conjuntura do Brasil em termos de manutenção e utilização das fronteiras. Mendonça tem uma visão saudosista das fronteiras afirmando que historicamente eram mais bem guarnecidas e os rios mais navegados, sugerindo uma maior integração e utilização dos recursos naturais e geográficos. Isso aponta para uma possível desconexão entre a administração central e as realidades locais no Brasil contemporâneo.

Além do mais, a referência à região como um lugar anteriormente próspero que foi abandonado e saqueado, tanto por forças internas quanto externas, destaca a vulnerabilidade das regiões fronteiriças. Isso sugere uma crítica à negligência histórica do estado em relação às suas periferias, resultando na perda de controle e na exploração por interesses estrangeiros.

No século XX Rondon promove ações para que o Forte seja aproveitado na comissão das linhas telegráficas e também a Fortificação chegou a ser um posto indígena do SPI. Foi tema do filme “Ao redor do Brasil”, em 1932, sob direção do Major Luiz Thomaz Reis⁶⁵. Recebeu espaço em vários artigos de jornais na década de 1930⁶⁶ e também na década de 1950⁶⁷.

Serão encontradas dezenas de artigos em jornais de textos acadêmicos desde 1815 sobre o abandono dessa fortificação. Vemos as categorias como ameaças e proteção sendo atualizadas constantemente. Em um texto publicado em 2013, Emmanuel de Almeida Farias Júnior aborda importantes questões relacionadas a comunidades específicas, contextos históricos ou desenvolvimentos socioeconômicos. Farias Júnior (2013), investiga a história e a situação atual das comunidades quilombolas que vivem na região das ruínas do Forte Príncipe da Beira. O estudo revela uma história de violência e deslocamento sofrida por essas comunidades, em grande parte devido a políticas e práticas coloniais e militares.

⁶⁵ (O *Jornal*, 12 de maio de 1932, quinta coluna). http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=110523_03&pagfis=13669

⁶⁶ um artigo sobre o Forte Príncipe da Beira, escrita por Lima Figueiredo (1902 – 1956) (*Revista da Semana*, 22 de setembro de 1934). http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=025909_03&pagfis=10844

⁶⁷ *Três bandeiras no forte da beira*, sobre a visita de personalidades importantes ao Forte Príncipe da Beira, com texto de Flávio Tambellini e fotos de Peter Scheier e Roberto Malta. Dentre os visitantes, o jornalista espanhol Duque de Parcent, o todo-poderoso dos Diários Associados, Assis Chateaubriand (1892 – 1968); o general Nelson de Mello, o empresário Antônio Seabra e o Barão Sten Ramel, (*O Cruzeiro*, 2 de setembro de 1950). <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=72093>

Originalmente, a área em torno do Forte Príncipe da Beira era habitada por descendentes de escravos negros e indígenas que trabalharam na construção da fortaleza. Esta região, que se estendia até a antiga Fortaleza de Conceição (Forte de Bragança), era um lar tradicional para essas famílias. No entanto, a implantação de instalações militares ao longo do século XX levou a um processo de deslocamento e pressão sobre estas comunidades.

As instalações militares, começando com o Contingente Especial de Fronteira de Forte Príncipe da Beira em 1932 e evoluindo para o 1º Pelotão de Fuzileiros de Selva Destacado, sob a jurisdição do 6º Batalhão de Infantaria de Selva na atualidade, impuseram um peso significativo sobre as comunidades quilombolas locais. As atividades militares, juntamente com a introdução de gado na região, resultaram na destruição de plantações e áreas de cultivo, exacerbando os desafios enfrentados pelos quilombolas.

Com o tempo, as famílias quilombolas foram forçadas a deixar a área do Forte de Bragança e se realocar nas proximidades do Forte. Nas últimas décadas, essas comunidades continuam enfrentando pressões para abandonar suas terras, especialmente diante das reivindicações militares por mais de 20 mil hectares da área. Este estudo de Farias Júnior destaca as interações entre história colonial, políticas militares e direitos das comunidades quilombolas, ilustrando como as dinâmicas de poder e ocupação territorial afetam a vida e a cultura desses grupos historicamente marginalizados.

É notório como os povos tradicionais são invisibilizados da construção da fronteira, e como as reivindicações para revitalização desses espaços não passam pela divulgação dos direitos dessas comunidades.

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré – EFMM

A Ferrovia Madeira-Mamoré foi construída durante o auge da era da borracha, sob acordos entre Brasil e Bolívia, visando facilitar o transporte da borracha extraída da região do Alto Madeira, do rio Mamoré e da Bolívia. Diversas empresas tentaram sua construção, iniciada em 1878, mas enfrentaram várias interrupções. A obra só foi concluída em 1912, período em que o valor da borracha regional já havia caído. Paralelamente, ocorria um conflito pelo território que hoje constitui o estado do Acre. Este conflito culminou com o Tratado de Petrópolis em 1903, resultando na anexação do Acre à Federação Brasileira (Costa, 1940).

A exploração da borracha fomentou novos tipos de ocupação, por conseguintes novas relações de trabalho, comércio e circulação de mercadorias e pessoas foram estabelecidas e marca a chegada de novos agentes sociais. O seringal marcou um avanço de trincheira na ocupação territorial, os rios mantêm seu protagonismo, porém seus afluentes ganham destaque no palco. Entram a cena o seringalista, seringueiro, capangas/vigilantes/encarregados, barqueiro, a casa do seringalista, o barracão e estradas de seringa.

Outro componente é o curso da EFMM, com 366 km de extensão, iniciando em Porto Velho e com término em Guajará-Mirim. Resultante de relações comerciais realizadas entre 1846 a 1912, com investimentos da Bolívia, Estados Unidos e Brasil; a construção efetiva da estrada ocorreu entre 1907, mas foi idealizada desde meados do século XIX. Acrescenta-se a essa conjuntura, resultante desta negociação, o atual estado do Acre foi incorporado ao território brasileiro, como território federal, “o Acre é um imenso seringal” Graham e Buarque (1984), estimaram migração de 65.000 mil pessoas para trabalhar naqueles seringais. A imagem da Cachoeira do Teotônio, que foca apenas em um trecho do rio Madeira, auxilia a dimensionar brevemente a força e volume d'água. Essas corredeiras já não existem mais, foram dinamitadas e submersas com usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, (Novoa Garzon, 2008, 2010 e 2019).

Na década de 1930, a companhia britânica responsável pela ferrovia declarou falência, e o Brasil assumiu sua administração. As operações da Ferrovia foram sendo gradativamente interrompidas, encerrando-se definitivamente em 1966. Para mais detalhes sobre a história da Ferrovia Madeira-Mamoré, consulte as obras de Craig (1947), Ferreira (1987), Fonseca & Teixeira (2002) e Fonseca (2014).

Quando exploramos a história da EFMM, nos deparamos com uma multiplicidade de perspectivas que ajudam a compreender os contextos nos quais a estrada de ferro foi concebida, entrou em funcionamento e eventualmente foi desativada. Como diz o historiador francês: “só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual” (Nora, 1993, p. 21-22).

Em uma revisão posterior de seu conceito, Nora enfatiza a capacidade dessa noção de abranger tanto objetos físicos quanto simbólicos, desde que compartilhem algo em comum (Nora, 1997, p. 2226). A EFMM, portanto, emerge como um local onde os aspectos físicos se

entrelaçam com os simbólicos, formando um “lugar de memória” que transcende sua mera função utilitária.⁶⁸

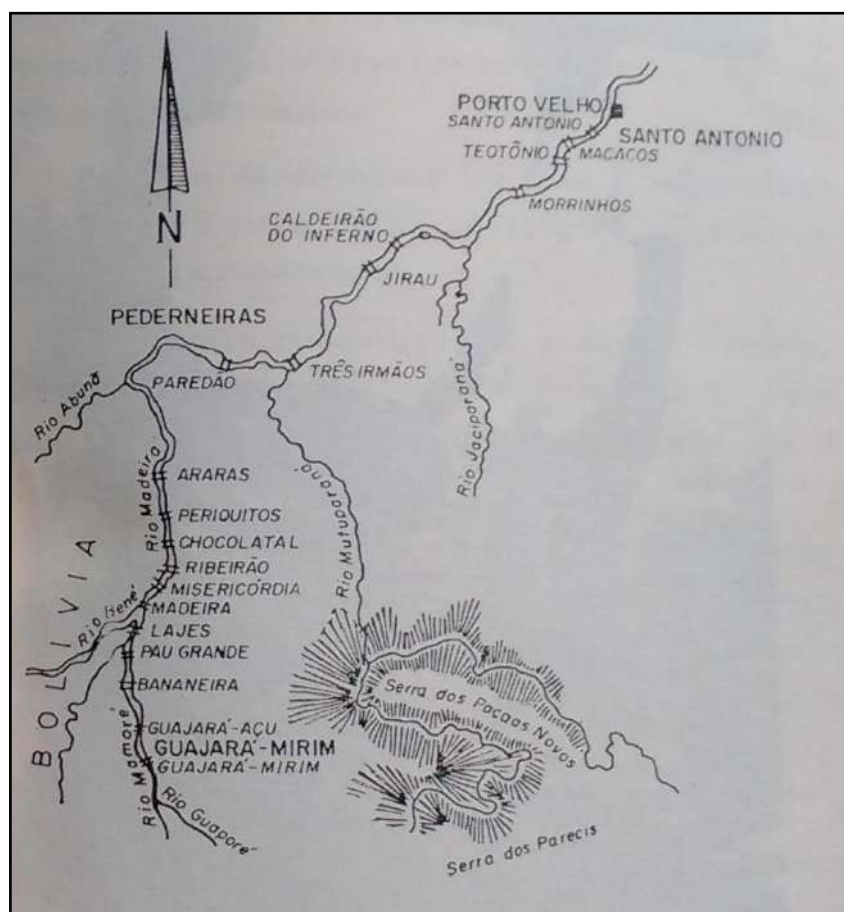
Já os tons “testemunhos oculares” são os relatos das pessoas que vivenciaram as atividades da Ferrovia desde a construção no início do século XX até a desativação na década de 1970. Trata-se dos funcionários, ferroviários, dos comerciantes e dos passageiros frequentes. No limite dessa paleta está o tom “naquele tempo que era bom”, quando gerações que conviveram com as testemunhas oculares ou mesmo só conhecem a estrada de ferro via os livros e relatos das testemunhas e avaliam que a ferrovia está abandonada e quando estava em plena atividade gerava riqueza e atualizam cotidianamente o símbolo do desbravamento e criação da cidade de Porto Velho.

Neste exemplo da EFMM, um dos maiores monumentos fronteira e símbolo da colonização, sacralizado como “ponta pé” inicial da criação da cidade de Porto Velho, possibilita compreender os ritos de passagem entre os regimes de alteridade que, nesse caso, vai dos protagonismos dos rios e alcança as conquistas nacionais. Em fóruns *online* há postagens que partilham de lembranças com fotografias e relatos sucintos sobre a EFMM, que é um lugar de memória, “os lugares de memória seriam o que resta e que se perpetua de um outro tempo, e que transmitem ritos para uma sociedade desritualizada” (Nora, 1993, p. 13). Essa frase, “naquele tempo que era bom”, indica sobre memória e representação; é repleta de encantamento, saudosismo, identidade e admiração das pessoas que trabalharam para a manutenção da ferrovia.

Existem reivindicações para sua reativação em fóruns *online* com debates, compartilhamentos, fotografias e depoimentos dos descendentes dos trabalhadores brasileiros que estiveram como maquinistas e nas equipes de manutenção dos trilhos. Esses atos indicam o sucesso da colonização, um tipo de monumento que marca o início da cidade, porém há reprodução da invisibilidade dos indígenas afetados, dos trabalhadores imigrantes que morrem nas obras e dos prejuízos aos cofres públicos brasileiros. Mais de seis mil pessoas faleceram em decorrência dos trabalhos da estrada, milhares de trabalhadores de mais de 50 nacionalidades foram usados e a ferrovia foi nacionalizada em 1931, até então tinha concedido às empresas norte-americanas.

⁶⁸ Ao reavaliar suas pesquisas Pierre Nora comenta sobre o conceito de “lugar de memória”: “Uma expressão inusitada [lugares de memória], forjada pelas necessidades da causa, escapou de seu inventor para se tornar, com uma velocidade recorde, uma locução do vocabulário comum. Ao mesmo tempo, a noção, teorizada aqui [na obra] há oito anos no primeiro volume, gerou, na França como no estrangeiro, múltiplos canteiros, e ao lado de cópias mais ou menos fiéis e de utilizações abusivas, aplicações frequentemente fecundas” (Nora, 1997, p. 2219).

Figura 13 - Trajeto da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré



(Souto, 1985, p. 261)

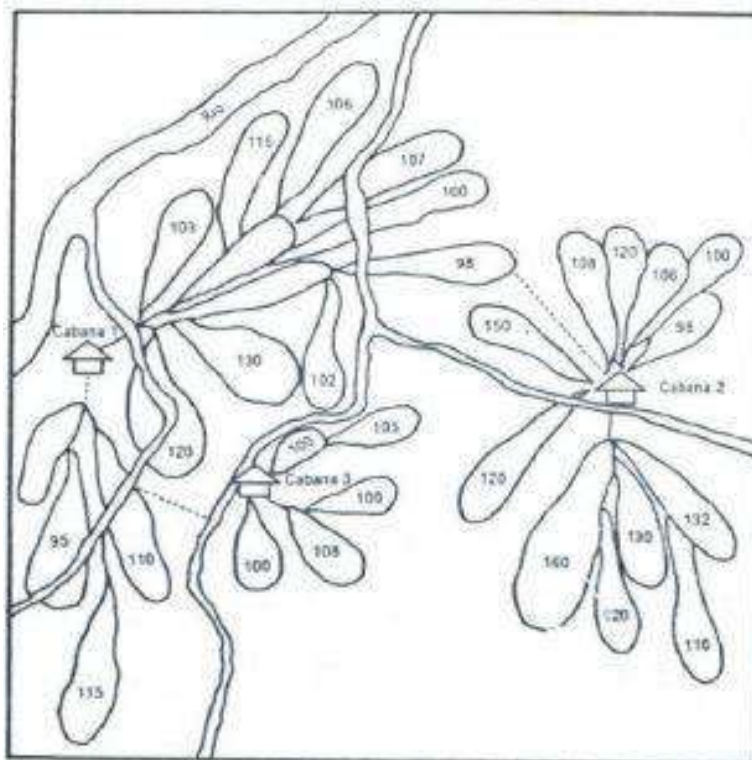
Os territórios federais foram procedimentos jurídicos e políticos adotados para estimular a ocupação de áreas com baixa densidade populacional, administrar os recursos naturais e garantir presença estatal nas fronteiras do país. Quanto ao território federal do Acre, cuja extensão territorial foi resultante da expansão territorial brasileira de mais de 200,00 km, foi além da proposta constitucional (Constituição de 1889, Art. 88, Capítulo V, Disposições Gerais). A região foi incorporada ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis em 1903 e foi transformada em território federal pela Lei nº 1.181 de 24 de fevereiro de 1904. A partir de então, começou a despontar um novo rumo na organização territorial do Brasil.

O trajeto entre Porto Velho e Guajará-Mirim que a EFMM tinha que superar envolvia centenas de quilômetros e centenas de cachoeiras. Tratando ainda das estratégias de ocupação realizadas pela rainha Maria I, no século XVIII, no texto já citado de Lima diz sobre o roteiro fluvial:

“dividia-se em três itinerários, o primeiro de Belém-do-Pará à cachoeira de Santo Antônio no rio Madeira, ao encargo do governador do Grão-Pará, inicialmente o transporte da carga seria feita por duas grandes canoas (igarités) movidas a remo e a vela, descarregando-as em Santo Antônio, sendo o carregamento entregue ao seu administrador, esse o repassava ao comandante da guarnição militar responsável pela navegação do segundo trecho entre as cachoeiras de Santo Antônio e a de Guajará-Mirim, feita por canoas menores com capacidade de seis a sete e meia toneladas, impulsionadas a remo por no mínimo quarenta tripulantes. Em Guajará Mirim ocorreria o mesmo procedimento anterior, sendo a carga repassada ao comandante responsável pelo terceiro e último trecho, cachoeira de Guajará Mirim/Vila Bela, estes dois trechos ao encargo do governador de Mato Grosso e Cuiabá”. (Lima, 2008).

Luiz de Miranda Corrêa (1967) em “A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial” afirma que “em 1941 se estimava em 34.000 o número de seringueiras na região, produzindo 18.233 toneladas de borracha”. Então com a entrada dos Estado Unidos na guerra, e com a dominação nipônica no Oriente (Ceilão, Birmânia, Índia, Indonésia e Malásia), continua Corrêa: “para aumentar a produção anual para 45.000 toneladas. Esses esforços resultaram no deslocamento de 25.000 trabalhadores para a região, que, juntamente com outros fatores, aumentaram a produção para 32.300 toneladas em 1945”.

Figura 14 - Estrada de seringas



Fonte: (Santos, 2002)

O sistema de aviamento é uma prática de dominação que a literatura é facilmente descrita como modelo econômico. Não obstante, tem sido aplicado em algumas áreas da região amazônica, especialmente na produção de borracha durante o auge do ciclo da borracha no final do século XIX e início do século XX. Esse sistema era uma forma de organização da produção e distribuição que envolvia relações de dependência e exploração. De acordo com Santos (1980):

O “aviador”, de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho, eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar “juros extras”. Esse “aviador”, por seu turno, era “aviado” por outro e também pagava “juros extras” apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam às firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda por via do engenhoso mecanismo dos “juros extras” e do rebaixamento do preço local da borracha. (Santos, 1980, p. 159).

O sistema de aviamento na produção de borracha na Amazônia teve um impacto significativo na formação daquele território, contribuindo para a concentração de poder e riqueza nas mãos dos intermediários, enquanto mantinha os seringueiros em uma situação de vulnerabilidade econômica e social.

O livro “O espaço ribeirinho” (Silva, 2000) oferece informações relevantes que auxiliam na compreensão de certos aspectos relacionados à região, mais precisamente às comunidades ribeirinhas. A região “baixo madeira” é formada por comunidades ribeirinhas entre Porto Velho a Calama. De acordo com a autora, essas comunidades representam: “locais onde se concentravam as sedes dos seringais e fazem parte do que é popularmente conhecido como áreas ribeirinhas. Muitas das localidades ribeirinhas de Rondônia foram, em tempos passados, antigas áreas de exploração de seringa” (Silva, 2000, p. 13-14).

Algumas das “comunidades ribeirinhas” têm suas raízes nas pessoas envolvidas na extração de látex, particularmente durante o período conhecido como o segundo “ciclo da borracha”, que coincidiu com a segunda guerra mundial. A autora destaca a formação dessas localidades e a continuidade da presença das pessoas ao longo das margens dos rios, durante esse contexto:

nordestinos foram “recrutados” por seringalistas e levados com suas famílias para áreas de seringais às margens dos rios Amazonas, Negro, Madeira, Abunã, Jiparaná, Acre, Purus, Guaporé e outras regiões. Nesse primeiro momento da migração estes nordestinos não foram para o interior da floresta devido ao ataque dos indígenas, que era constante, e também pelo isolamento, pois, com a família geralmente muito numerosa, era mais difícil entrar na floresta. Essas famílias ficavam sob a responsabilidade dos seringalistas, e estes lhes “forneciam” remédios,

alimentação e equipamento, utensílios e munições para suprir as necessidades básicas dos seringueiros (Silva, 2000, p. 46).

Outro aspecto que merece destaque é o uso de alguns termos pela autora que parecem suavizar as relações conflituosas no contexto do contato entre os povos indígenas e a sociedade nacional. Um exemplo disso é a expressão “ataque dos indígenas”, que reflete a reprodução do discurso, sugerindo que os brancos traziam benefícios aos indígenas, sem considerar que os indígenas estavam, na verdade, defendendo suas terras contra invasões.

Figura 15 - Cadeia de Aviamento do Século XIX



(Santos, 1980)

Além disso, é importante mencionar as relações no chamado “sistema de barracão”. Essas relações podem ser entendidas como uma forma dissimulada, mas não menos cruel, de escravidão, na qual o seringalista mantinha controle sobre o seringueiro. Silva (2000) utiliza a expressão “responsabilidade dos seringalistas”, enquanto outros estudos indicam que, na realidade, o seringueiro estava endividado com o seringalista. Este fornecia itens como produtos de higiene, alimentos e materiais de trabalho, a preços exorbitantes. Portanto, o seringueiro não estava sob a “responsabilidade dos seringalistas”, como sugere a autora, mas sim preso em um sistema de exploração.

O sistema de aviamiento na extração da borracha na Amazônia, historicamente, estabeleceu uma dinâmica de dependência e exploração dos seringueiros. Essa análise, sob a ótica antropológica e histórica, revela a complexidade das relações sociais e econômicas na região. No coração desse sistema estava o contrato de aviamiento. Os seringueiros, responsáveis pela extração do látex das seringueiras, eram contratados por intermediários - aviadores ou patrões. Estes últimos, muitas vezes comerciantes ou representantes de empresas, forneciam os insumos necessários para a produção, incluindo ferramentas, alimentos e vestuário. Esses contratos eram a base para o início da produção de borracha.

A relação entre seringueiros e aviadores era marcada por uma dívida inicial, surgida do adiantamento dos insumos por parte dos aviadores. Contudo, as condições desses contratos eram geralmente desfavoráveis aos seringueiros, gerando um ciclo de endividamento quase insuperável. Isso criava uma dependência contínua dos seringueiros em relação aos aviadores, restringindo sua autonomia e mobilidade.

Os aviadores controlavam também os preços da borracha. Eles pagavam aos seringueiros valores significativamente inferiores ao preço de mercado do produto, perpetuando a pobreza e a dependência desses trabalhadores. Esta manipulação de preços era um dos elementos centrais para manter o sistema de aviamiento.

A imensidão e a inacessibilidade de muitas áreas da Amazônia complicavam a comunicação e o comércio direto dos seringueiros com mercados mais amplos. A presença dos aviadores tornava-se crucial, pois forneciam os meios necessários para o transporte e a comercialização da borracha, consolidando ainda mais seu papel no sistema de aviamiento.

Inerente ao sistema de aviamiento estava a exploração dos seringueiros. As condições de trabalho eram abusivas, e as dívidas frequentemente serviam como mecanismo de controle e subjugação. Esse contexto de exploração era também uma fonte constante de conflitos, evidenciando as disparidades sociais e econômicas entre seringueiros e aviadores.

A tese “sobreviventes da fatura”, de Nilson Santos (2002), aborda a complexa realidade vivida pelos seringueiros na Amazônia, a partir longos meses de convivência com seringueiros durante alguns anos na década de 90 na Reserva extrativista de seringueiros do rio Ouro Preto no município de Guajará-Mirim. O trabalho, como recursos metodológicos da história oral, está embasado nas memórias e percepções dos seringueiros, revelando as nuances de sua experiência e as diversas interpretações sobre a história econômica e social da região.

Encontramos várias histórias de vida no trabalho onde os seringueiros narram suas experiências. Os seringalistas, que se posicionavam como donos da floresta, controlavam não

apenas a produção da borracha, mas também a vida econômica e social dos seringueiros. Esse controle incluía a gestão do dinheiro, das colocações (áreas de trabalho) e das mercadorias necessárias à subsistência dos trabalhadores.

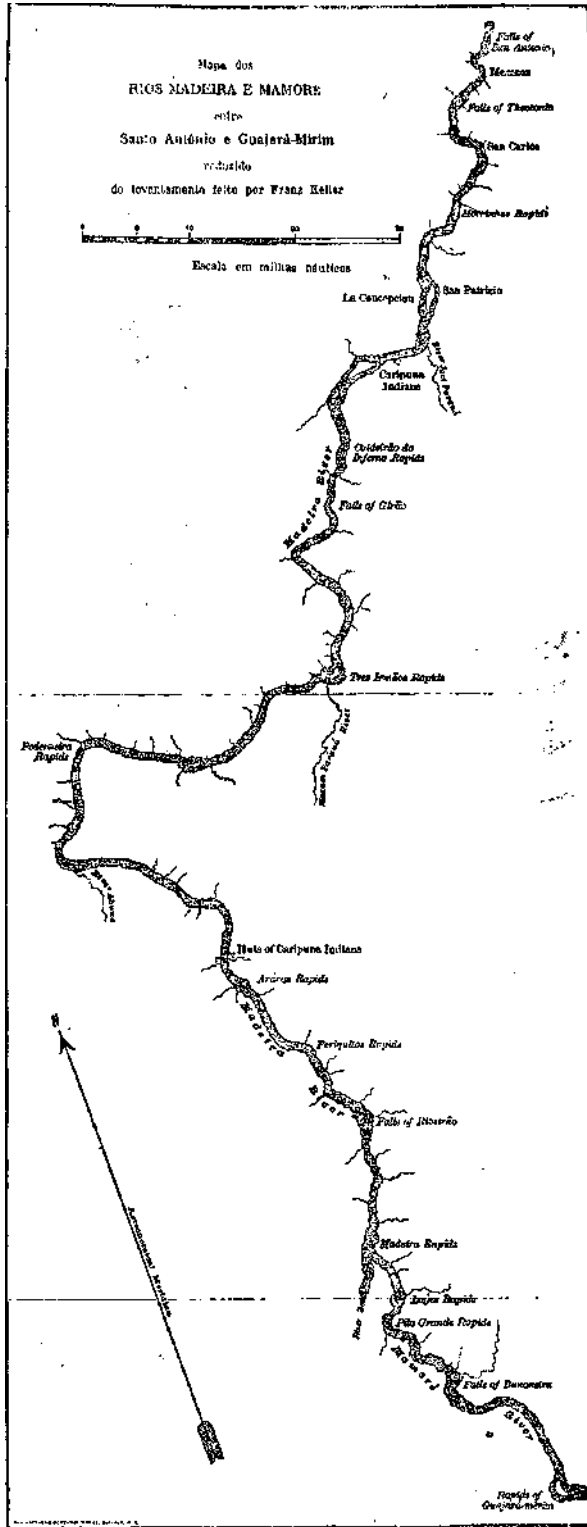
O autor aponta a existência de uma “precisão imprecisa” nas conversas entre seringueiros sobre as razões da crise da borracha. Essas discussões, muitas vezes, não alcançam a exatidão necessária para uma análise macroeconômica profunda, que geralmente escapa à compreensão dos trabalhadores. Exemplos citados por Paulo e Sr. Davi revelam uma percepção de que períodos de estabilidade econômica, como o governo de Samey, foram benéficos, contrastando com a instabilidade da inflação. (Santos, 2002).

Interessante notar como os seringueiros recordam a época dos seringalistas com sentimentos ambivalentes. Por um lado, era um tempo marcado por exploração e opressão. Por outro, alguns o recordam como um período de prosperidade e segurança, especialmente quando conseguiam lucrar com a borracha e desfrutar de um estilo de vida mais livre nas cidades, participando de festas e outros entretenimentos.

A tese também destaca os desafios enfrentados pelas lideranças do movimento dos seringueiros, cuja formação política diferenciada dificulta a compreensão e a comunicação com os seringueiros mais tradicionais. Essa discrepância nas experiências e percepções é exemplificada pelo relato de Paulo, que expressa o sentimento de ter sido enganado e explorado.

Segundo Francisco Hardman (1998) em sua obra “Trem fantasma”, a escolha de construir uma ferrovia em uma área tão inóspita e remota não se baseia apenas em razões econômicas ou de política internacional. Ele argumenta que as motivações para tal empreendimento incluem o desejo de afirmar a presença nacional, dominar territórios selvagens e desconhecidos, e aplicar a mais avançada engenharia em terras até então inexploradas. Hardman descreve esse processo como um momento inevitável de aventura e transformação, marcado pelo uso de tecnologias como locomotivas e telégrafos. Para ele, estes elementos faziam parte de um “espetáculo do maquinismo”, representando ferramentas de um projeto de conquista, que colocava a engenharia militar a serviço do progresso. Este autor descreve o projeto como um meio de repovoar o mundo e promover novas invasões civilizadas em áreas desérticas.

Figura 16 - Trajeto entre Santo Antônio e Guajará-Mirim



(Fonte: Keller, 1875).

O SPI e indígenas são contratados para desmontar a EFMM

Em 1910 foi criada a primeira agência do estado nacional Brasileiro que seria especializada em mediar o contato entre o estado e os Povos Indígenas por meio de estratégias de assimilação, proteção e não por meio do extermínio; portanto criaram o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN, que foi extinguido em 1967 para criação da FUNAI. Nesse contexto, o indigenismo tornou-se termo frequente na delimitação da fronteira, com os postos indígenas desempenhando papel fundamental na padronização de deslocamentos de comunidades tradicionais e na produção de novas cartografias, bem como no controle de circulação de pessoas e mercadorias, Souza Lima (1995), Pacheco de Oliveira (1988). Além disso, o indigenismo também consolidou os usos do vocabulário relacionado à proteção, às ameaças e protetores; elementos essenciais para desvendar certos aspectos da formação de Rondônia.

Entre as décadas de 1950 e 1960 a documentação elaborada pelos inspetores que estiveram à frente de nona inspetoria encontra-se uma atenção dada para a região do posto Ricardo Franco. Uma das atividades que vinham sendo realizadas era a retirada de dormentes⁶⁹ da EFMM, utilizando a mão de obra indígena. Esse desmonte da ferrovia ainda é pouco estudado. Foi estabelecido um contrato entre a ferrovia e o SPI; conforme foi abordado no capítulo anterior.

Este tópico trata sobre a trajetória da construção e desmonte parcial da EFMM, passando pelos usos da mão de obra indígena no desmonte, promovido pela própria diretoria da Ferrovia, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960. Essa Ferrovia foi construída, em acordos entre Brasil, Bolívia e os EUA, no período entre o final de século XIX e início do século XX para atender as demandas da exploração do látex. O trabalho indígena era mediado por SPI e pela direção da ferrovia. Outro tema abordado nesse capítulo é a disputa entre o indigenismo boliviano e o brasileiro referente ao movimento de indígenas Moré presentes nos postos indígenas administrados pelo SPI. Esse material proporciona discutir sobre temas como violência e transformações das fronteiras econômicas, políticas e étnicas no contexto da formação da Amazônia Brasileira com a expansão do capitalismo no século XX. O estudo aponta os elementos do período de mudanças, quando a fronteira econômica foi deslocada do

⁶⁹ Trata-se das peças de madeira que assentavam os trilhos da Ferrovia. Esse desmonte da Estrada de Ferro ainda é tema que merece ser aprofundado.

rio Guaporé com a exploração da borracha e dos territórios indígenas, que formam essa região as margens da BR 364 com os projetos de incentivo a colonização.

Povos Indígenas foram deslocados de suas comunidades tradicionais para acompanhar as atividades indigenistas do SPI na remoção dos trilhos da EFMM, ocorrido nas décadas de 1950 e 1960. O SPI vendia os dormentes para a diretoria da estrada de ferro. Essa ferrovia foi construída por meio de acordos entre Brasil, Bolívia e os EUA, entre o final do século XIX e o início do século XX, para atender às demandas da exploração do látex. Naquele momento ocorreu disputas entre o indigenismo boliviano e o brasileiro em relação aos deslocamentos dos indígenas Moré presentes nos postos indígenas administrados pelo SPI. A documentação estudada demonstra a presença diária de temas como violência e transformações das fronteiras econômicas, políticas e étnicas no contexto da formação da Amazônia Brasileira com a expansão capitalista no século XX. Nesse episódio, identificamos um momento de mudanças, quando a fronteira econômica foi deslocada do rio Guaporé com a exploração do látex, usando a mão de obra indígena com base no indigenismo proposto por Rondon.

Considerar as atividades de extração da borracha é fundamental para discutir sobre o trabalho da mão de obra indígena nesta região. Em 1948, no posto Ricardo Franco foram produzidas quatorze bolas de borracha aproximadamente quatrocentos quilos. O material foi extraído pelos seringueiros indígenas que residiam no posto, Vicente e Ambrozio Tirete, Roberto Ingaba e Antonio Joaquim. A etnia não foi informada. O Encarregado do posto solicitava ao chefe da Inspetoria a confirmação na proporção que deveria ser paga aos indígenas, 60 % para os produtores e 40% ficando ao fornecimento do posto e para o patrimônio indígena⁷⁰.

Além das transformações territoriais e técnicas agrícolas, no final da década de 1950 nessa região havia um trabalho peculiar. Trata-se da retirada de dormentes (são as peças colocadas transversalmente à via férrea que fazem o trilho) da EFMM. Essas atividades provocavam conflitos entre os agentes do SPI, gerando desvio de madeira e ausência de contratos. O chefe da Nona Inspetoria Oriculo Castello Branco Bandeira, diz em 1957 que,

Esta chefia recebeu do encarregado do Posto Ricardo Franco a comunicação de que existe um pessoal trabalhando na tiragem de dormentes, para a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, autorizado pelo inspetor Alfredo Silva, quando chefe desta inspetoria, desde princípios de 1955. Como não temos documentos nenhum na inspetoria, nem no posto, respectivamente, que comprove este contrato, procurei avistar-me com o diretor da referida estrada. Dr. Wadih Darwich Zacharias, afim de saber como foi combinada essa tiragem de dormentes. Pelo mesmo fui informando de que havia sido autorizado pelo diretor do serviço de proteção aos índios, naquela

⁷⁰ Fundo SPI (Microfilme 044_01120).

época (1955); não havendo contrato neste sentido, ficando apenas a estrada de ferro, sujeita ao pagamento de Cr\$ 3,00 por dormentes⁷¹.

Havia preocupações sobre o andamento dessas negociações, pois fugia ao controle do SPI e ficava sob a responsabilidade dos encarregados dos postos indígenas, neste caso especificamente trata-se do posto indígena Ricardo Franco. Sobre esclarecimentos da contratação da retirada dos dormentes, o chefe da IR 9 Oriculo questionou Walter Berworth, que assumia o cargo de diretor da EFMM, quanto a extração de dormentes. Em meados de 1950, a descrição dessa atividade vem acrescentar elementos que ainda não foram tratados pelos estudos dedicados aos contextos da construção e da decadência da EFMM, ou seja, ainda nos falta compreender os usos da mão de obra indígena no período da construção e na decadência da ferrovia.

Nos relatórios do SPI, classificava-se os índios que viviam e percorriam esta região como índios do Brasil e índios da Bolívia, marcando claramente esta distinção por nacionalidade. É fato que o SPI, acerca dos índios brasileiros, engrenava um projeto de nacionalização e demarcação de fronteiras. Atender exclusivamente aos índios no território brasileiro estava na agenda de ações da política indigenista desta agência. Corroborar o projeto de nação aos moldes do SPI significava a exclusão dos índios bolivianos – ameaça a demarcação de fronteiras e soberania nacional.

Entretanto, quando nos deparamos com grupos indígenas que viviam entre as margens dos rios que passaram a ser bolivianas – pela demarcação de fronteiras nacionais – interagindo com os grupos que viviam nas margens brasileiras, faz-se necessário reunir mais elementos para pesquisa. Nesse sentido, é possível apontar uma escassez entre os registros do SPI e dos estudos que listam os postos indígenas.

Contudo, destaco o caso dos índios Moré, descritos nos relatórios do SPI, e a colônia Indígena Moré unidade boliviana fronteira com o Brasil. Há registros que indígenas fugitivos da Bolívia procuravam abrigo nos postos brasileiros. É claro, e como já foi dito, os postos indígenas mudavam de nome e de localização de acordo com a conveniência da agência indigenista, isso dificulta em alguns casos localizar os registros dos postos que passaram por mais mudanças.

Em março de 1958, Afonso de Azevedo, então encarregado do posto Ricardo Franco comunicou a chefia da Inspetoria que

⁷¹ Fundo SPI (Microfilme 044_01165).

7 índios bolivianos que vem fugindo aos maus tratos e as humilhações que sofrem inclusive a invasão de suas casas pelo filho do chefe, que os expulsa a chicote, e apossa-se de suas mulheres e filhas. Faço-o ciente que os índios de nosso Posto os acolherem em suas casas e os esconderão caso queiramos entrega-los, pois sabem o chefe do Posto Moré Sr. Luiz Leigh, fará as maiores barbaridades caso se aposses deles. Peço que informe se posso mantê-los aqui, sem onus para o serviço, pois sendo eles bons trabalhadores se manterão com o trabalho deles, e ainda darão alguma renda ao Posto⁷².

Alguns meses depois desse comunicado, em 1959, o mesmo encarregado relata uma invasão ao posto Ricardo Franco com investidas a procura dos índios. O encarregado solicita providências de um delegado do município de Guajará-Mirim:

Comunico-vos que em dias do mês de fevereiro do corrente ano, elementos bolivianos que trabalho na Colônia Indígena 'Moré', situada na margem esquerda do Rio Guaporé invadiram esse Posto a mão armada portando revólveres e fuzis desacatando os moradores do referido posto, da vizinhanças, revistando todas as casas quer familiares ou não com intento de retirarem a pulso do Posto 7 índios que fugiram da Colônia de Moré e refugiaram-se nesse posto e dos quais as autoridades superiores do SPI já têm conhecimento, tendo a administração deste posto, ordem de não entregar os referidos índios. Eu não me encontrava no Posto nesta ocasião pois achava-se em Guajará-Mirim tratando de interesses do mesmo e os índios não foram encontrados porque se achavam trabalhando no castanhal do Posto pelo que os referidos elementos voltaram a Bolívia sem que da invasão do Posto tenha ocorrida consequências de natureza mais grave. Diante do exposto, solicito providencias afim de que o fato não volte a se repetir⁷³.

A presença dos indígenas Moré causou discussões entre os agentes do SPI. O chefe da Nona Inspeção, em meados de 1959, procurou esclarecer sobre o contato com essa etnia diante aos questionamentos do diretor da agência indigenista Coronel José Luiz Guedes. Defende-se que os indígenas Moré são brasileiros e não bolivianos. Mais adiante, ainda nesse esclarecimento, Silvio dos Santos traz um resumo dessa discussão.

O episódio sobre esse conflito foi brevemente descrito no livro "*Los Indios Moré: notas etnográficas*", escrito por Stig Ryden e publicado em 1958. Esse livro é resultado dos estudos realizadas no fim da década de 1930 junto a um grupo Moré no rio Guaporé. Esse trabalho faz parte de inúmeras pesquisas, realizadas por Ryden, sobre arqueologia e etnologia referente aos povos indígenas que vivem na Bolívia. Segundo o autor, o único objetivo que o levou aos indígenas Moré foi "*coleccionar objetos etnográficos para el Museo de Gotemburgo*" (Ryden, 1958, p. 18).

Emil-Heinrich Snethlage concretizou uma expedição no vale do rio Guaporé, entre 1933 a 1935, com objetivo de coletar artefatos para o Museu Etnográfico de Berlim, Mere

⁷² Fundo SPI (Microfilme 042_00578).

⁷³ Fundo SPI (Microfilme 042_00579).

(2013). Suas descrições sobre os Moré foram orientadoras para Ryden que esteve na região nos anos de 1938 e 1939. Os funcionários do SPI reivindicavam que os indígenas eram brasileiros e Leigue afirmava que os indígenas eram bolivianos. Na citação acima Ryden afirma que viviam no lado Boliviano. Snethlage tendo convivido com o grupo em destaque afirma que viviam no lado boliviano. Em mais um trecho do diário de registra-se que

No território dos Moré e Otoreauhip na margem boliviana do baixo Guaporé e no rio Azul afluyente do Guaporé na Bolívia. Encontrei neste tempo somente uma maloca com 5 famílias no Brazil. Elles caçavam na margem brasileira do Mamoré um pouco embaixo da boca do Guaporé até quase o forte da Príncipe da Beira. Subi depois uma pequena demora em Guajara Mirim no 30 de novembro 1933 com o capitão Aluízio Ferreira até o Forte e para baixo de novo até o Campamento Komareck na margem boliviana. (Snethlage 2013 *apud* Mere, 2013, p. 780).

Ponderando a discussão percebe-se que o posto Ricardo Franco foi transferido para uma região utilizada pelos indígenas Moré que viviam no lado boliviano. A data dessa transferência coincide com a construção do “Núcleo Indígena Moré”. Esse Núcleo fazia parte da política indigenista boliviana.

Ryden descreve o trabalho realizado no Núcleo Indígena Moré, com características da escrita ufanista e evolucionista que encontramos na escrita dos agentes do SPI. Diz Ryden:

El trabajo realizado por los representantes del gobierno boliviano en la estación de pacificación “Núcleo Indígena Moré” para el bienestar de los indios, merece todo reconocimiento. Desde un punto de vista etnográfico la extinción de una tribu parece sensible, pero lo primitivo de la gente atrasada la sentencia a una completa extinción -infortunadamente es la ley del progreso- y siendo este un hecho inevitable, solamente se puede dar aprobación a la labor del gobierno boliviano capacitándolos dentro de las condiciones modernas. Lo llevado a cabo en el “Núcleo Indígena Moré” ha sido efectuado con escasos recursos financieros pero con grandes ideales y entusiasmo de parte de los “indigenistas” que la llevaron a cabo. Las amplias áreas cultivadas alrededor del puesto muestran que el trabajo ha producido ya los frutos deseados. Esta obra de pacificación de los moré fue posible gracias a Snethlage. No solo se trata del primer blanco que entró en contacto pacífico con los indios en los tiempos modernos, sino también el primer etnógrafo, y afortunado como para familiarizarse con ellos, antes que la influencia de los blancos hubiera afectado su cultura en una apreciable extensión. (Ryden, 1958, p. 60).

Luis Leigue Castedo produziu um livro “*El Itenez Salvaje*”, publicado em 1957 um ano antes da publicação de Ryden. Ambas fazem parte da *Clección de Etnografía y Folklore* organizada pelo governo Boliviano junto ao Ministério da Educação. Castedo foi o encarregado do Núcleo indicado nas citações pretéritas. Procurando acrescentar sobre esse agente trago um resumo feito por Taborga (1974) onde descreve brevemente sobre o trabalho de Castedo:

Fundador y colonizador de Moré – una escuela silvícola situada en los márgenes del río Iténez- Luis Leigue Castedo es acaso la más alta vocación docente que se haya dado en el país. Internado en la selva durante 25 años, leigue agrupa tribus, alfabetiza, labra la tierra y, al final, incorpora cientos de familias bárbaras a la civilización. (Taborga, 1974, p. 59).

O caso Moré demonstra que havia interações entre povos indígenas na divisão fronteiriça dos territórios nacionais. De certo, em contato com a memória deste grupo, poder-se-iam elaborar questões e críticas mais detalhadas acerca das fugas, procurando abrigo no posto brasileiro.

Considerações

Não cabe aqui ir aos detalhes, porém é fundamental discutir essas disputas administrativas para entender sobre os estabelecimentos das fronteiras na região. A exposição sobre os Moré remete diretamente aos Cassupá, que também vivenciaram esta classificação de índios que não são brasileiros, eram apontados como peruanos. Essas classificações atribuídas pelos agentes indígenas, que tomam as fronteiras nacionais como elemento de distinção, são expressas no narrar Cassupá (Timóteo da Cunha, 2017).

Essa documentação do SPI e das pesquisas citadas nesse tópico sobre a mão de obra indígena usada no desmonte da EFMM, fornecem um ensejo para descrever as interações históricas entre as comunidades indígenas e as forças coloniais e nacionais na região do rio Mamoré e seus afluentes. A narrativa revela a tensão contínua e as dinâmicas de poder que afetam as vidas dos povos indígenas, ilustrando as implicações de longo alcance das políticas de nacionalização e demarcação de fronteiras. As descrições das interações entre os povos Moré e Cassupá com as autoridades brasileiras e bolivianas sublinham a complexidade dos processos de classificação e identificação, trazendo à tona questões cruciais sobre identidade, território e soberania. Este caso se destaca como um exemplo da intersecção das histórias indígena, nacional e colonial, e reflete a urgência de abordar essas questões com sensibilidade e profundidade em estudos futuros e políticas atuais.

Os monumentos de fronteira, como demonstrado neste estudo, representam muito mais do que construções físicas; eles são símbolos poderosos de ocupação territorial, estratégias de expansão e afirmação de direitos sobre a terra. Exemplos históricos, como a vila de Santo Antônio, o RFPB, e vila Bela da Santíssima Trindade, bem como a EFMM, linha telegráfica, seringais e postos indígenas, refletem não apenas a política de colonização e administração territorial, mas também a formação da identidade e da memória coletiva de

uma região. Estes monumentos, sejam eles físicos ou simbólicos, servem como testemunhas mudas das mudanças socioeconômicas e políticas ao longo do tempo, delineando não apenas fronteiras geográficas, mas também culturais e históricas. Através deles, observamos a complexidade do processo de formação territorial e a importância de reconhecer e preservar essas marcas do passado, que continuam a influenciar e a moldar o presente e o futuro de Rondônia e regiões adjacentes.

CAPÍTULO 6

CONQUISTAS NACIONAIS

A escrita indigenista

“O que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conquistado.”
Roquette-Pinto (1913)

A escrita tem um lugar de destaque no conjunto de materiais para os estudos das políticas indigenistas; caracterizando-se como um dispositivo de dominação. A prática de registrar e arquivar as atividades dessas políticas é hoje matéria tanto para os pesquisadores (que repensam a formação do Brasil e o papel social da ciência nesse processo) quanto para os agentes da política indígena que utilizam esses documentos em suas reivindicações. Em consonância a noção de “escrita de Estado”, formulada por Chartier (1990): “é necessário reconhecer a estreita imbricação, na escrita de Estado, entre o simbólico e o instrumental. A presença multiplicada ou monumental dos escritos é sempre, em si mesma, a marca de uma dominação para todos tornada visível” (1990, p. 218), esse capítulo é fruto de leituras de algumas expedições de investigação sobre as condições das Unidades do SPI, portanto é importante fazer uma ressalva quanto a escrita dos agentes do SPI.

A noção escrita da tutela indigenista trata do esforço de discutir que tal escrita atendia aos campos administrativos, políticos e científicos, expressando o poder tutelar, bem como os conhecimentos e o *hábitus* indigenistas inseridos no processo de formação do Brasil que transformaram territórios étnicos. Essa noção auxilia na discussão sobre o sistema classificatório do SPI que com base nas políticas indigenistas, que se caracterizam na elaboração dos registros das atividades daquela agência.

Podemos identificar dois campos da escrita da tutela indigenista. O primeiro seria formado com divisões entre as áreas de botânica, zoologia, sanitarista e etnologia os registros eram base para exposições no museu nacional, publicações no boletim do mesmo museu e eram também base de exposições em congressos realizados principalmente por Roquette-Pinto e por Rondon, ao que se refere etnologia. Um exemplo é a obra “Os Índios do Brasil”. O outro âmbito da escrita da tutela indigenista, que será abordado neste trabalho, diz respeito

aos registros administrativos quanto a reorganização do SPI e a construção da nona inspetoria regional.

Trago uma leitura sobre o texto “Etnografia” produzido por Rondon a pedido do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compondo o tópico “inquéritos geográficos”, foi publicado em 1940 na Revista Brasileira de Geografia. Naquela oportunidade, Rondon apresentou suas concepções sobre os alcances da Etnografia, tendo como orientadores Comte, Lowie, Taylor e os irmãos Humboldt, ou seja, o evolucionismo. Os princípios desses autores citados por Rondon são:

O mais sábio dos Filósofos [Augusto Comte] afirma: ‘Quando o Positivismo houver saneado uniformemente o planeta humano, estas distinções orgânicas (de raças) tenderão a desaparecer, em virtude mesmo de sua origem natural, e sobretudo mediante dignos casamentos. A combinação crescente dessas raças nos proporcionará, sob a direção sistemática sacerdotio universal, o mais precioso de todos os aperfeiçoamentos, aquele que diz respeito ao conjunto de nossa constituição cerebral, assim tornada mais apta para pensar, agir, e mesmo amar’. (Rondon, 1940, p. 596).

Robert Lowie em seu ‘*Manual de Antropologia Cultural*’, livro atualizado, pelo qual melhor se pode conhecer o método moderno de pesquisas etnográficas faz considerações aliás já anteriormente admitidas por Tylor, sobre a época em que o homem começara a fabricar utensílios de uso indispensável a sua existência [...]. Com o grande etnólogo Tylor podemos incluir a vida humana, a grosso modo, em três grandes estados: selvagem, bárbaro e civilizado, caracterizando tipicamente a marcha da evolução de gênero humano. (Rondon, 1940, p. 599).

No primeiro trecho da citação são afirmações que lembram as argumentações da fundação do SPI, diz da busca pelo “aperfeiçoamento”, as ideias de miscigenação⁷⁴. Rondon parte da premissa que a Etnografia estava intrinsecamente ligada a Antropologia, e esta requeria atenção da biologia, sociologia e moral, partindo da filosofia positivista Comtiana. Na perspectiva colonialista, Rondon citando Guilherme Humboldt indica consequências benéficas calcadas na conquista:

O argumento é lógico – ‘A conquista, um longo hábito de conveniência comum, a influência de uma religião estrangeira, mistura de raças, mesmo quando tenha tido lugar com um pequeno número de emigrantes mais fortes e mais civilizados, têm produzido um fenômeno que se nota simultaneamente nos Continentes. Por exemplo: duas famílias de línguas inteiramente diferentes podem estar compreendidas numa mesma raça e vice-versa. Entre povos de origem totalmente diferente podem ser encontrados idiomas de um mesmo tronco de línguas’. (Rondon, 1940, p. 598).

⁷⁴ Sobre os temas eugenia e miscigenação Cf. (Seyferth, 1985; 2008) e (Lima & Hochman, 1996).

A “primitividade” era um fato e esse era um fato basilar que justificava as políticas indigenistas do SPI. Rondon considerava os trabalhos de Robert Lowie como sendo os mais avançados e completos no que se refere ao tema, ele afirmou:

Penso, com Rivet e Metreaux, que o conceito moderno, estado atual dos conhecimentos e dos métodos de pesquisa referente à Etnografia, é o que Robert Lowie adotou para construir o ‘*Quadro da vida indígena*’. Desprezando hipóteses teóricas, aqueles mestres da Etnologia mostram, em termos claros e rigorosos, empregar para ter uma idéia integral, exata, da primitividade humana, caracterizada pela vida do Íncola. (Rondon, 1940, p. 616). O destaque foi dado pelo autor.

Rondon ignora as críticas construídas contra o evolucionismo, mesmo as críticas feitas por Lowie⁷⁵, como foi citado anteriormente, ignorou também a possibilidade de outras correntes metodológicas que não a evolucionista. Por exemplo, na data em que o texto foi produzido, em 1940, os trabalhos de Malinowski ([1922] 1976) e Franz Boas ([1938] 2010). Rondon chega a indicar os museus dos Estados Unidos, mas não cita os trabalhos de Boas, se refere apenas Lowie. Essas ausências indicam a convicção de suas escolhas que não estavam apenas no âmbito acadêmico, mas antes disso eram embasamentos para a efetivação da Tutela sob os indígenas. O ponto central era a orientação metodológica distanciando-se do método da “antropologia de gabinete”, mas ainda calcado nos preceitos evolucionistas. Ainda naquele texto, continua Rondon elencando os principais pontos do método etnográfico de Lowie:

Esse conceito e esse método consistem: 1º - Insistir nas observações detalhadas da atividade das tribus mais primitivas, estudando a fundo a sua vida no seu próprio ‘habitat’. 2º - Ligar as culturas ou civilizações de um tipo rudimentar às de estruturas mais complexa, passada ou presente para, por comparação, surpreender os efeitos dos fenômenos de contacto das civilizações correspondentes, onde a lei da imitação revelará todo o profundo senso da realidade. [...]. 3º - Minha opinião a respeito da situação atual das pesquisas efetuadas no Brasil e do emprego dos métodos modernos quanto à Etnografia, é que o Museu Nacional se orienta, depois da República, pelo método moderno das pesquisas diretas, deixando de lado o método histórico-cultural, tradicionalmente empregado antigamente por todos os Museus e Academias em que se estudava a Antropologia com especialidades etnológicas e etnográficas. (Rondon, 1940, p. 616).

Quanto à citação ao Museu Nacional, Rondon referia-se a Roquette-Pinto, Heloisa Alberto Torres⁷⁶ (diretora do Museu entre 1940 e 1950). Ver-se uma escrita etnocêntrica e civilizada carregada de legitimidade para o exercício da Tutela. Não se estava preocupado com o que as pessoas realmente faziam, o escopo era enquadrar em qual escala da

⁷⁵ A indicação bibliográfica feita por Rondon é: “*Manuel d’Antropologie Culturelle. Traité de Sociologie Primitive*”, Trad. de E. Metreaux.

⁷⁶ Sobre Eloisa Alberto Torres Conferir Corrêa (2003).

primitividade estavam os povos indígenas. O que era considerado “pesquisa direta” ou pesquisa “*in loco*”, como fez Roquette-Pinto, sendo este o exemplo sempre citado.

O primeiro tópico da citação acima, “observações detalhadas da atividade das *tribus* (sic) mais primitivas”, para pesquisas contemporâneas esses detalhes são incipientes, pois naquele momento, as “observações detalhadas” atendiam aos objetivos de conduzir os povos indígenas à civilização. Claro que são registros importantes, mas não podemos lê-los de maneira descontextualizadas das políticas do SPI.

Adam Kuper (2008, 182) em sua história dos estudos antropológicos sobre a sociedade primitiva, fez considerações sobre Lowie que são relevantes para compreender alguns aspectos que não foram abordados na leitura seletiva feita por Rondon. Com “leitura seletiva” quero dizer que as críticas ao evolucionismo não foram citadas por Rondon e também não demonstrou exemplos claros de trabalhos realizados com o método de Lowie. Ainda no texto de Kuper:

Franz Boas e seus alunos produziram um bombardeio de contra-exemplos etnográficos que eram especificamente designados a explodir os arrimos que sustentavam o modelo de Morgan [...] Os textos de Lowie, publicados nos de 1920, resumiram uma geração de crítica anti-evolucionista da escola de Boas: a família era universal; os laços territoriais eram sempre significativos; as sociedades matrilineares não eram necessariamente menos desenvolvidas que as sociedades patrilineares; o totemismo era uma fantasia. Homem cuidadoso Lowie reteve algumas das idéias mais antigas [...] mas ele escreveu como um revolucionário de sucesso, ou assim ele acredita. (Kuper, 2008, p. 299).

Em 1946 e 1953 Rondon organizou, em três volumes, o livro “Índio do Brasil”. Os livros são formados pela reunião de várias expedições realizadas desde o início da CLTEMTA (1890-1930) e seguindo com as atividades do SPI até aquele momento, portanto são registros de 50 anos. O primeiro volume “Do Centro ao Noroeste e Sul de Mato Grosso”, o segundo “Cabeceiras do Xingu/Rio Araguaia e Oiapóque” e o terceiro intitulado “Norte do Rio Amazonas”.

O Conselho Nacional de Proteção ao Índio – CNPI organizou uma série de publicações de relatórios de expedições diversas, desde a comissão Rondon e das atividades do SPI⁷⁷. Sobre a rede de relações que viabilizou essas publicações Rondon disse:

os álbuns fotográficos que ora nos foi permitido publicar, graças ao apoio do Governo e à decisiva opinião de órgãos administrativos que os examinaram antes e o julgaram merecedores desta divulgação, abrangem todos esses trabalhos, ininterruptamente, desde 1890 até 1938. Cabem aqui, a propósito, os nossos agradecimentos ao presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P), em boa hora criado e confiado à competência do Sr. Luiz Simões Lopes,

⁷⁷ Sobre a construção do CNPI ver (Freire, 1990).

bem assim às autoridades dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda; àquele presidente, principalmente, que, convidado pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, compareceu prontamente e decidiu empenhar seu incontestável prestígio administrativo para que se transformasse em simpática realidade a vibrante e esclarecida proposta do ilustre vice-presidente do C.N.P.I., Dr. Edgard Roquette-Pinto, quem primeiro aventara tal medida, por necessária e inadiável. (Rondon, 1953, p. 4).

No primeiro volume sobre a região tratada em tela encontram-se fotografias das etnias Massaká, Aikanã e Canoê no tópico “Tribos do Rio Gi-Paraná” escrito pelo Coronel Amilcar Armando Botelho de Magalhães, secretário do CNPI, apresentando algumas das características do trabalho:

Das mais recentes pesquisas feitas por técnicos do Ministério da Agricultura, por ocasião de serem estudados os cascalhos auríferos da histórica mina de Urucumacum, redescoberta pelo General Rondon em 1909, vieram para o nosso arquivo preciosas informações e fotografias colhidas, quer umas, quer outras, pelo engenheiro Dr. Victor Dequech, como documentação até então inédita, que ora podemos exibir, sobre a existência de vários grupos indígenas localizados na cabeceira Apidiá, principal do rio Pimenta Bueno. Ali foi assinalada a presença dos seguintes grupos: Quaiá, Capichanã, Quaiapüre, Canoê, Massacá e Salamã. Destes três últimos colecionamos as vinte e quatro fotografias que são agora parte integrante do 1º vol. dos *Albuns Fotográficos*, assim distribuídas: a) Dos índios Massacá, vinte representando selvícolas de ambos os sexos, adultos e crianças, inclusive grupos numerosos, casais, uma mulher macróbia, um pagé [sic], um índio pintado para determinada solenidade tribal, outros entretidos com o jogo de bola a que Roosevelt chamou *head-ball* ou Zicutí dos Arití (Paricí); Dentre as já citadas genericamente, há uma que convém destacar e que representa o índio civilizado e alfabetizado Aucê aplicando injeções contra a gripe em indivíduos Massacá, na *maloca* deste grupo. b) Dos Salamã, duas unicamente, a de um índio e a de um grupo de aborígenes. c) Dos Canoê apenas duas fotografias também um de um selvícola e outra dum grupo de que fez parte o Tenente Zack. (Magalhães, 1946, p. 124-125).

Esses são alguns dos pontos indicados para dimensionar sobre a escrita da tutela indigenista. Adiante situarei os empreendimentos da colonização promovida pelo SPI com as atividades das expedições auríferas de Urucumacuã, apresentando uma rede de relações e agentes com práticas e discursos visando o controle de recursos naturais e circulação de pessoas, conforme é discutido no capítulo três. Tendo a experiência da trajetória do povo Cassupá como fio condutor da discussão. Deste modo, trazendo registros que identificavam as ameaças, os protegidos e os protetores e as construções cartográficas da formação do Brasil no século XX.

Conquistas nacionais

Temos em tela uma nova configuração das prioridades das fronteiras. A conjuntura do início do século XX é um verdadeiro canteiro de obras. Os rios mantêm forte protagonismo

para manutenção da fronteira aberta, não obstante novos recursos são acrescentados, como por exemplo a incorporação do Acre, o primeiro território federal, ao território brasileiro pelo Tratado de Petrópolis em 1903, a EFMM, a linha telegráfica e o SPI. Neste cenário, moldaram-se as figuras de heróis nacionais como Barão do Rio Branco e Cândido Rondon. Assim, o contexto transcendeu a esfera das construções físicas, evoluindo também para o estabelecimento de uma comunidade imaginária, enraizada em ideais e identidades nacionais.

A descrição territorial “província antropogeográfica” mencionada por Roquette-Pinto foi o traçado da primeira expedição da Comissão Rondon, programada em 1907. Gagliardi (1995) dedicou um capítulo do seu trabalho para descrever essa expedição. A cartografia é um dos instrumentos elementares tratando-se de empreendimentos governamentais. Fronteiras são reforçadas e outras são construídas, assim, demarcam-se circulações de pessoas, mercadorias, ideias e circulação de projetos políticos.

Com as orientações das teorias evolucionistas, Roquette-Pinto encontrou material empírico comprovando o estágio primitivo do “índio brasileiro”, constatando empiricamente a necessidade de guia-los à civilização. “Guia-los a civilização” estava no campo do desempenho discursiva, pois na prática, no cotidiano, essa incorporação gerou resultados desastrosos. Guiar o índio a civilização estava ligada a estratégias de dominação, controle de populações e territórios. A expedição “Serra do Norte”, conduzida por Rondon, já expressava os objetivos do SPI enquanto política indigenista (Santos, 2020).

No mapa apresentado a seguir, são ilustradas as representações da CLTEMTA, cujo percurso coincide com o da atual BR 364. A EFMM é destacada em laranja, estendendo-se de Porto Velho até Guajará-Mirim. Adicionalmente, são exibidos os Postos Indígenas situados ao longo dos rios Guaporé e Mamoré, marcados por polígonos que correspondem às Terras Indígenas contemporâneas. Os círculos vermelhos dispostos ao longo da linha telegráfica marcam os locais dos postos telegráficos, que foram fundamentais na definição das localizações das sedes dos municípios atuais.

Linha telegráfica

No início do século XX, um período que se estende por mais de um século após as primeiras expedições de busca por escravos e jazidas na Província de Mato Grosso, a figura emblemática de Rondon emerge como um agente de transformação. Rondon distingue-se de seus predecessores pela adoção de uma abordagem radicalmente diferente no que tange à conquista e interação com os povos indígenas. Enquanto as expedições do século XVIII,

focadas na exploração e na escravização, foram marcadas pela violência e dominação, Rondon instituiu uma nova prática discursiva de respeito e não-violência.

Essa mudança, no campo da propaganda tinha chamadas como uma prática inovadora, ou mesmo táticas modernas. Esta postura de Rondon, não se baseava em escravidão ou extermínio, mas sim na pacificação, embora essa pacificação não estivesse isenta de episódios de violência. A prática de Rondon representava uma mudança significativa na concepção de violência e conquista territorial, isso corroborou para uma imagem altruísta e o ufanismo tomou espaço significativo por década mesmo após aquela conjuntura. A tutela aqui será o gabarito para essa equação. Essas são táticas da guerra de conquista como demonstrou Todorov (1991), (Souza Lima, 1995), (Pacheco de Oliveira, 1988).

A atuação da CLTEMTA, que logo veio a ser conhecida como comissão Rondon, marcou o início da formação de um mito para a comunidade da recém-estabelecida República Brasileira. Na realidade, as interações tangíveis em conjunto com as representações simbólicas da comissão Rondon resultaram na produção e divulgação de uma vasta quantidade de expedições, conquistas e “achados”. Estas expedições contribuíram para a construção de um extenso banco de dados, uma iniciativa pioneira no contexto brasileiro. Esta compilação de informações desempenhou um papel crucial na documentação e no entendimento de diversas regiões do país, estabelecendo um alicerce informativo até então inédito no Brasil. A comissão Rondon tomou uma proporção muito mais ampla e a construção do telégrafo se tornou uma das atividades a serem desenvolvidas.

Ao examinar a atual cartografia da administração política de Rondônia, identificamos o traçado da rodovia BR 364 na direção sul-noroeste, passando por cidades como Ariquemes, Jaru, Pimenta Bueno, Vilhena, até chegar a Porto Velho, na fronteira com o Amazonas. Essa estrada segue para o Acre tendo seu início em São Paulo. Estas cidades não existiam no início do século XX e começaram a se desenvolver por volta de 1907, em torno dos postos telegráficos estabelecidos pela comissão Rondon. Não é por acaso, a trajetória da BR 364 coincide com o traçado do fio do telégrafo. Várias das estações telegráficas originais ainda estão preservadas, servindo como lugar de memória da atuação da referida Comissão.

A atenção deve ser voltada para duas grandes obras que marcaram rituais de novas ocupações na Amazônia, iniciadas no mesmo ano, 1907, por motivos distintos, mas com uma ideia em comum: a de conexão. Uma dessas obras é a EFMM, que serviu como meio de transporte para uma das principais mercadorias de exportação naquele momento no Brasil, a borracha, construção concluída em 1912. O outro empreendimento, a CLTEMTA, apelidado de comissão Rondon, também teve início em 1907 e foi concluído em 1915, com o objetivo

de ligar, por meio do telégrafo, a cidade de Cuiabá a Santo Antônio ao longo de 1.600 km. Esta segunda obra inaugurou o personagem que protagonizou, por décadas, o cotidiano da administração estatal e do exército na Amazônia, isto é: Rondon. O telégrafo como símbolo do nacionalismo e a ferrovia com símbolo de investimento e modernidade com capital estrangeiro.

As duas iniciativas mencionadas, embora diferentes em seus objetivos específicos - a primeira com uma orientação comercial e a segunda voltada para comunicação e integração - convergiam na finalidade comum de estabelecer conexões para a região amazônica. Esta convergência se manifestava na ligação da região tanto com o mercado global quanto com as demais partes do Brasil. Tal fenômeno é indicativo da percepção predominante naquela época, na qual o progresso e a integração eram considerados pilares fundamentais para o desenvolvimento nacional.

Conseqüentemente, a interpretação desses dados revela que, no alvorecer do século XX, a Amazônia constituía-se como foco de significativos empreendimentos de infraestrutura. Estes projetos não apenas exerceram um papel crucial na configuração da economia brasileira, mas também influenciaram de maneira substancial a estrutura social, a história e o processo de ocupação da região.

abertura de 16 estações. Esta fase permitiu estabelecer comunicação entre áreas isoladas do Mato Grosso e a Capital Federal. Posteriormente, na fase de 1907 a 1915, foi realizado o levantamento de 600 km lineares, cobrindo cerca de 5.600 km de área, e resultando na instalação de 4.500 km de linhas e 55 estações telegráficas.

Contrariamente à expectativa, dada a sua grandiosidade, o projeto tornou-se rapidamente desatualizado, superado pelo progresso da radiotelegrafia. Maciel relembra Lévi-Strauss quando o caracterizou como “projeto como um resquício arqueológico de uma era científica que foi ultrapassada”. Apesar dessa aparente obsolescência, o projeto deixou um importante legado, composto por uma variedade de documentos, imagens, narrativas e fotografias, além de interpretações mais aprofundadas, que a historiadora se empenha em decifrar e compreender em seu trabalho, Maciel (1998, p. 294).

Nísia Trindade Lima (1999) estaca que os primeiros anos do período republicano no Brasil foram marcados por um significativo movimento de valorização dos sertões. Este movimento visava tanto a incorporação dessas áreas ao projeto de civilização das elites políticas brasileiras quanto a afirmação da identidade nacional. No contexto desse processo de civilização, diversas expedições foram realizadas com o objetivo de integrar os sertões ao restante do país. Lima refere-se a essas iniciativas como “Missões Civilizatórias ao Interior”.

Dentre essas missões, ela inclui a cobertura jornalística de Euclides da Cunha em Canudos em 1897 para o jornal O estado de São Paulo; as expedições científicas organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, incluindo a viagem de Oswaldo Cruz ao Vale do rio Madeira em 1909, em paralelo à construção da ferrovia Madeira-Mamoré; a expedição realizada pelos cientistas Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedroso ao Vale do Amazonas entre 1912 e 1913 a serviço da superintendência de defesa da borracha; e a jornada de Adolfo Lutz e Astrogildo Machado pelo rio São Francisco e seus afluentes em 1912, em uma missão da inspetoria de obras contra as secas, (Vital, 2011). (Cruz, Chagas e Peixoto, 1972), (Lima, 2008).

Contudo, sob o entendimento antropológico do poder, essa suposta valorização dos sertões revela-se como uma série de estratégias voltadas para a conquista desses territórios. Elementos como a coleta de dados, a produção e disseminação de conteúdo audiovisual, e a publicação de livros e álbuns de fotografias não eram meras ferramentas de documentação, mas sim ativos na consolidação da fronteira nacional. Essas atividades, embora apresentadas como esforços civilizatórios, serviam fundamentalmente ao propósito de estender o domínio e influência nacional sobre regiões até então pouco integradas ao contexto político e social mais amplo do Brasil. Assim, o que à primeira vista poderia parecer uma valorização cultural e

científica, na verdade, estava intrinsecamente ligado à agenda de expansão e consolidação do poder nacional nas fronteiras.

Maciel (1998) aponta que, devido às suas responsabilidades que iam além da construção da linha telegráfica, a comissão Rondon conseguiu permanecer ativa além da finalização da linha, mantendo sua estrutura burocrática e equipe até sua dissolução oficial em 1930. Após sua dissolução, a comissão ainda reteve algumas de suas funções e parte de sua equipe técnica, que se dedicou a um projeto para criar a carta topográfica do Mato Grosso. Foi apenas em 1942 que os técnicos foram finalmente realocados para seus ministérios de origem, e os materiais acumulados pela comissão foram integrados ao Conselho Nacional de Proteção ao Índio - CNPI, sob a liderança de Rondon.

SPI em Rondônia: a proteção que gerou conflito

Para aprofundar a pesquisa sobre a presença do SPI em Rondônia, é necessário estudar as três inspetorias regionais - IR que compunham a estrutura administrativa daquela agência indigenista. A primeira IR exercia suas atribuições no que então constituía o estado do Amazonas e o território federal do Acre, correspondendo atualmente aos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Por sua vez, a sexta IR operava na região central e norte do estado do Mato Grosso, território que atualmente engloba os estados do Mato Grosso e Rondônia. Após trinta e cinco anos de sua criação, em 1945, o SPI estabeleceu a IR 9, resultante do desmembramento das IR 1 e IR 6, atuando no âmbito do território federal do Guaporé⁷⁸.

A construção da nona inspetoria regional e por conseguinte a política da tutela indigenista esteve presente na formação de Rondônia. Essa é uma das discussões que são retomadas desde o mestrado. A quadra historiográfica direciona-se a primeira metade da década de 1940. Essa escolha dar-se pelo fato de que o SPI passou por uma reestruturação no início daquela década, o segundo marco é a homologação dos territórios federais ocorrido em 1943 e o terceiro é a criação da inspetoria regional sob jurisdição no território federal de Guaporé. Com esses eventos ver-se-á as execuções dos projetos indigenistas, o exercício do poder tutelar e as cartografias construídas pelo SPI relacionadas a formação de Rondônia.

⁷⁸ Todo o acervo sobre o SPI é composto de 195.737 documentos textuais (795.602 páginas), 519 desenhos originais, 87 impressos aquarelados, 14.766 negativos fotográficos de 35 mm, 4.066 negativos fotográficos 6x6 cm, e 3.432 fotografias, além de 23 filmes cinematográficos de 35 mm e um de 16 mm.

A pesquisa aponta que a participação do SPI se deu via dois eixos de atuação “do” SPI: a conveniência (situações econômicas e políticas) e a mediação (institucionalização de conflitos) do SPI. As conveniências e mediações do SPI estavam relacionadas às transformações territoriais e mudanças nas explorações dos recursos naturais que foram realizados mediante aos conhecimentos construídos a partir das práticas dos agentes indigenistas, por meio das políticas do “desbravamento do sertão” e das execuções da “proteção fraternal” que acarretaram em reconfigurações (políticas, econômicas e culturais) dos territórios indígenas da região.

A discussão é estabelecida tendo em vista as reformas realizadas nos postos indígenas que expressavam a presença do estado nas bacias dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. As atenções estão direcionadas aos conhecimentos e autoridade dos agentes indigenistas, expressados em suas práticas cotidianas, com as ações de pacificação, vigilância, nacionalização e proteção. Tais práticas envolviam mudanças, abertura e fechamento dos postos indígenas e até mesmo deslocamento de povos indígenas para locais que convinham ao SPI, resultando em transformações na ocupação territorial. Encontramos em (Souza Lima, 1995) essa autoridade sendo descrita e problematizada com o conceito poder tutelar. Sobre o território de Rondônia nesse período destaca-se o trabalho de Leonel (1995). Na literatura sobre o SPI, o período a partir do estado novo foi pouco estudado e nesse ponto destaca-se o trabalho de Rocha (2003).

Dessa conjuntura, sublinho os eventos ocorridos principalmente no primeiro quinquênio da década de 1940, bem como os agentes que nele atuaram. A descrição alcança alguns eventos da década de 1950. Os postos indígenas foram resultado do rearranjo de postos que atuavam sob jurisdição da inspetoria do estado do Amazonas e território do Acre (primeira inspetoria regional – IR 1), e de postos sob a jurisdição da inspetoria do estado do Mato Grosso (sexta inspetoria regional – IR 6). Essas unidades podiam ser transferidas de lugar e ser renomeadas conforme os arranjos políticos e os conflitos regionais, seguindo as orientações do serviço.

Ainda nesse tópico, trato sobre algumas questões administrativas e estratégicas da IR 6, referentes a transferência da administração da região noroeste do estado do Mato Grosso para a primeira inspetoria. Na sequência o texto apresenta a descrição das atividades da nona inspetoria no que tange a gestão administrativa desde sua formação e a efetivação de políticas indigenistas ocorridas na década de 1950, que apontam para a formação de Rondônia. Essas divisões são formadas por subdivisões organizadas cronologicamente pela trajetória da gestão

dos inspetores e chefes dos postos indígenas, mediante a proporção das informações contidas nas documentações.

As reformas realizadas nas unidades do SPI eram embasadas nos conhecimentos acumulados pela prática indigenista e veremos, a partir da escrita indigenista, a legitimidade dos agentes especializados em índios induzindo mudanças sociais. Nesse ponto, tomo para essa discussão a proposta estabelecida por Souza Lima (2013) que inspirado em Charles Tilly (2000) propôs compreender de quais formas as práticas indigenistas armazenam história⁷⁹. Souza Lima faz reflexões sobre contextos mais recentes, discorrendo sobre a atuação de indigenistas que compõem a FUNAI. Entretanto, a base de sua argumentação auxilia na problematização sobre os conhecimentos elaborados na prática do poder tutelar dos indigenistas do SPI.

A leitura que elaboro advém da escrita da tutela indigenista, identificada a partir dos relatórios das inspetorias regionais do Amazonas, Mato Grosso e Guaporé/Rondônia. As modalidades de documentos são: relatórios dos ministérios da agricultura, indústria e comércio, ministério do trabalho, ministério da guerra e ministério do interior; relatórios da diretoria do SPI, das inspetorias regionais, dos postos indígenas, boletins internos, telegramas entre chefes dos postos indígenas e os inspetores. Essa leitura é ligada com eventos presentes em outras fontes, tais como: pesquisas dedicadas ao SPI, legislação sobre povos indígenas e os regimentos da agência indigenista, os materiais publicados na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – RIHGB, Conselho Nacional de Proteção aos Índios – CNPI e também publicações nos periódicos Boletim Geográfico e na Revista Brasileira de Geografia – RBG.

O trabalho de Gagliardi (1989) indica brevemente alguns aspectos da “revolução de 1930” e seu impacto nas políticas indigenistas. O movimento político que foi nomeado como revolução de 1930 impactou os arranjos das oligarquias imbricadas nos cargos públicos, e marcou a ascendência de um novo grupo, a burguesia industrial. Entre os anos de 1939 a 1945, o SPI passou por várias mudanças organizacionais e estatutárias. Essas modificações estavam conectadas as mudanças mais amplas que foram promovidas no governo de Getúlio

⁷⁹ Diz Souza Lima que “O objetivo do presente texto é lançar alguns elementos para se pensar sobre as formas pelas quais se dá a transmissão de conhecimentos para o exercício de poderes de Estado para além daquelas modelizadas pela instituição escolar, seja em organizações formais de ensino e aprendizagem, ou em processos de treinamento específicos característicos de organizações burocráticas, e pautados uns e outros essencialmente na codificação escrita. (Souza Lima, 2013, p. 781-782). [...] Para além das balizas gerais dos preconceitos vigentes no senso comum sobre os povos indígenas, já muito (por um lado, por outro muito pouco) estudadas pelos que abordaram o indigenismo no Brasil, de que maneira se constituem os ‘especialistas em índio?’” (*Idem*).

Vargas no contexto das reformas do estado novo (1937-1945)⁸⁰. Em 1939 o SPI, saindo do ministério da guerra, ficou subordinado ao ministério da agricultura⁸¹ e nesse mesmo ano foi criado o CNPI⁸². Nos anos de 1942, 1943 e 1945 o serviço teve seu regimento alterado⁸³.

A pesquisa evidencia que o período em que serviço esteve subordinado ao ministério da guerra foi denominado de “o colapso do SPI” por vários agentes indigenistas. Os estudos sobre o SPI apontam um aspecto importante quanto ao esforço de ativar a militarização do estado. Sobre essas mudanças, Gigliardi (1989, p. 275-277) aborda por meio dos decretos alguns dos aspectos dessas mudanças. Já Souza Lima descreve a conjuntura com mais detalhes sobre o lugar do SPI dentro do exército, afirmando que “podem ser considerados partes da conjuntura que projetaria os militares no centro decisório dos poderes estatizados” (Souza Lima, 1995, p. 269).

Acrescenta-se a estas transformações administrativas a criação dos territórios federais (Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú) e em 1945 é criada a nona inspetoria regional – IR 9 e um novo regimento do SPI. Nessa conjuntura, o governador do território do Guaporé, Aluizio Ferreira, que havia sido diretor da estrada de ferro Madeira Mamoré, vinha estabelecendo suporte para os agentes do SPI e suas unidades, construindo parcerias entre as agências administrativas. Como já foi dito e considero válido ressaltar, para problematizar sobre a formação de Rondônia deve-se olhar para essas parcerias, pois foram responsáveis pelas transformações na ocupação do território aqui estudado e para exploração dos seus recursos e este é o ponto central para compreender a questão.

A expedição Urucumacũ: as intervenções do SPI

As intervenções do SPI podem ser compreendidas como ações multifacetadas, inseridas em contextos mais abrangentes e não como operações isoladas. Utilizando o termo “intervenção” conforme definido pelo dicionário Houaiss – “interferir visando influenciar o

⁸⁰ (Chalhoub, 1986), (Fausto, 1975), (De Decca, 1981), (Wahrlich, 1983), entre outros trabalhos.

⁸¹ Decreto-Lei Nº 1.736 de 3 de novembro de 1939. Subordina ao Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios. Decreto-Lei Nº 1.886 de 15 de novembro de 1939. Organiza o Serviço de Proteção aos Índios no Ministério da Agricultura e dá outras Providências.

⁸² Decreto-Lei Nº 1.794 de 22 de novembro de 1939. Cria no Ministério da Agricultura, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e dá outras Providências.

⁸³ Decreto Nº 10.652, de 16 de outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura. Decreto-Lei Nº 12.318 de 27 de abril de 1943. Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios. Decreto Nº 17.684 de 26 de janeiro de 1945. Modifica o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios.

desenvolvimento” ou “exercer autoridade e controle” – as ações do SPI estavam alinhadas aos esforços de remodelação do *habitus* brasileiro, no contexto da formação da nova República.

Um exemplo emblemático dessas intervenções é a expedição Urucumacua. Nesta missão, a expertise do SPI não se limitava aos assuntos relativos às comunidades indígenas, mas também se entrelaçava com iniciativas de colonização conduzidas pelo ministério da agricultura. Assim, a expedição Urucumacua não apenas exemplifica a atuação do SPI no trato com questões indígenas, mas também ilustra sua contribuição no processo de formação do estado de Rondônia, inserindo-se em um projeto mais amplo de transformação territorial e social promovido pelo governo brasileiro.

A expedição mencionada concentrou-se na região noroeste do estado de Mato Grosso, especificamente perto da Serra dos Parecis, também conhecida na época como Serra do Norte. Esta área, documentada em obras anteriores como as de Roquette-Pinto ([1917] 1975), corresponde atualmente ao sul do estado de Rondônia. O relatório ministerial de 1940 detalha algumas das atividades relacionadas à mineração na região, destacando o crescente interesse e os esforços em curso para explorar recursos minerais, especialmente ouro, naquela área específica do Brasil. Essas explorações refletem não apenas o potencial econômico, mas também a expansão geográfica e o desenvolvimento de infraestruturas em regiões até então menos exploradas do país. O engenheiro de minas Alderico Rodrigues de Paula diz sobre as referidas jazidas que

já foram determinados vestígios aluvianos auríferos e diamantíferos nas cabeceiras do Apidia, ou Pimenta Bueno, afluente do rio Machado, ou Gi-Paraná, no trecho que vai de Veado Preto até às cascatas 15 de Novembro. Não será, entretanto, descabido dizer que todos os rios que partem da Serra dos Parecis, nas proximidades desse ponto, podem ser auríferos e, portanto, devem ser pesquisados. (Paula, *apud* Brasil, 1940, p. 341).

No início de 1940, o ministério da agricultura do Brasil implementou um programa de pesquisa focado em “jazidas auríferas do Urucumacua”, um projeto que fazia parte de um esforço mais amplo para estudar potenciais áreas de mineração em todo o país. Conforme relatado no documento anual do ministério, houve um aumento significativo nos pedidos de licenças para exploração mineral, evidenciado pela descoberta contínua de novas jazidas (Brasil, 1940, p. 339).

Dessa forma, as intervenções do SPI podem ser vistas como parte integrante de uma estratégia nacional mais abrangente, que visava não só a proteção e a integração das populações indígenas (regime tutelar), mas também a expansão e a consolidação territorial do Brasil, em especial na região que viria a se tornar o estado de Rondônia.

Conforme já foi discutido anteriormente, Melo Leitão propôs estudar as expedições onde possa se “distinguir uma expedição científica, realizada com determinado fim e executada por um grupo, sob a orientação de um chefe e obedecendo a um plano de estudos, das viagens feitas por um só homem, mesmo cientista, como o simples fim de colheita de material ou pesquisas pessoais” (Melo Leitão, 1941, p. 8).

A análise de Melo Leitão oferece uma perspectiva relevante para entender as expedições realizadas pelo SPI no século XX. Inicialmente sob a égide da comissão Rondon e posteriormente com a instituição do SPI, essas expedições tinham uma estrutura e finalidades essencialmente militares. Elas visavam estabelecer relações com povos indígenas e gerar conhecimento geográfico e social, conforme destacado por Souza Lima (1985).

Nesse contexto, os agentes indigenistas desempenhavam um papel decisivo, coletando e registrando informações durante as expedições. Eles compilavam dados sobre as condições dos postos indígenas, as rotas de navegação, a ocupação dos territórios, o fluxo de mercadorias e as atividades de extração de recursos como a borracha, castanha e a madeira. Todos esses elementos eram meticulosamente documentados nos relatórios do SPI.

Os relatórios produzidos pelos indigenistas são compostos por críticas, elogios e sugestões relacionadas às políticas indigenistas da época. Eles refletem as percepções, os desafios e as intenções dos agentes do SPI em relação ao complexo cenário indigenista do Brasil. Esses documentos, portanto, não só servem como registros históricos das interações entre o estado brasileiro e os povos indígenas, mas também como fontes de informação para a compreensão das dinâmicas sociopolíticas e culturais que caracterizaram esse período.

No início do século XX, cerca de cento e quatorze anos após as primeiras expedições em busca de escravos e de jazidas empreendidas pelo governador da província de Mato Grosso, estava Rondon em atividades das linhas telegráficas, registrando e renomeando a região, como aponta Roquette-Pinto:

em 1909, a terceira expedição Rondon partiu do Juruena e varou inteiramente a mesopotâmia que se acha entre ele o Madeira. [...]. Começou a marcha a 2 de junho. A 11 de outubro estava 18°, 17', 7", O. do Rio de Janeiro, debaixo do paralelo de 11°, 49', 15", S., a 354 Km do posto do Juruena. Aí descobriu mais um rio, que Rondon batizou com o nome de Pimenta Bueno, a quem a corografia de Mato Grosso deve linhas magistrais. [...] Mas, no fim de setembro, já havia cruzado uma outra corrente que foi chamada Barão de Melgaço, em homenagem a Augusto Leverger, vulto não menor da nossa geografia. [...] Próximo desses rios, segundo Rondon, devem achar-se as celebres minas de 'Urucumacuan' (Roquette-Pinto, [1917] 1975, p. 31).

O intervalo de trinta e um anos entre a indicação de Rondon e a realização da expedição Urucumacua em 1940 foi marcado por diversas iniciativas e mudanças contextuais

significativas. Durante esse tempo, foram realizados vários estudos sobre as minas de Urucumacua nos anos de 1909, 1912 e 1916, com Rondon contratando o engenheiro Francisco Moritz para liderar esses estudos. A expectativa era de que a exploração das minas começasse o mais rápido possível.

Nesse período, o Brasil experimentou mudanças políticas notáveis, particularmente com o início da ditadura Vargas. Essas transformações políticas possivelmente afetaram as diretrizes governamentais quanto à exploração de recursos naturais e ao desenvolvimento de infraestrutura na região, ajustando as prioridades de acordo com os novos paradigmas políticos.

Além do mais, o período foi fortemente influenciado por contextos econômicos e geopolíticos globais, incluindo eventos como a primeira guerra mundial e a grande depressão. Estes eventos tiveram um impacto substancial nos recursos disponíveis para a exploração e nos planos econômicos do país, possivelmente redirecionando os esforços e recursos que poderiam ter sido dedicados à exploração das minas de Urucumacua.

Assim, este intervalo de tempo até a expedição de 1940 é representativo das complexidades e desafios enfrentados no planejamento e na execução de grandes projetos de exploração e infraestrutura em um contexto de mudanças políticas e econômicas. Sem contar com a falta de evidências da existência de tais minas.

Roquette-Pinto diz que “e cuja exploração talvez seja ainda reservada para os nossos dias, uma vez que a ferocidade lendária dos selvagens se diluiu ou se abrandou”. (Roquette-Pinto, [1917] 1975, p. 13). A observação de Roquette-Pinto sobre a possível exploração futura das regiões anteriormente consideradas inacessíveis, devido à “ferocidade lendária dos selvagens”, reflete uma perspectiva evolucionista. Essa comparação entre o século XVIII e o período de atuação do SPI no início do século XX revela a mentalidade da época, que via as sociedades indígenas como entidades passíveis de “abrandamento” ou “diluição” de suas características culturais originais. Esta visão está enraizada na ideologia evolucionista, que postulava uma progressão linear da “barbárie” para a “civilização”, com a intervenção europeia ou ocidental vista como um vetor de transformação.

A citação também evidencia a crença na inevitabilidade da exploração das terras indígenas, agora percebidas como mais acessíveis devido à suposta diminuição da resistência indígena. Isso reflete a mentalidade da época, que via a exploração de recursos naturais e a expansão territorial como um processo natural e desejável, independentemente do impacto sobre as populações indígenas e seu modo de vida.

Não obstante, antes de descrever o contexto das expedições do SPI de 1940, é importante destacar que as tentativas de explorar as jazidas de Urucumacua remontam ao século XVIII. Este aspecto histórico já foi parcialmente abordado em um capítulo anterior desta análise. As primeiras incursões em busca de minerais na região são meticulosamente documentadas por Roquette-Pinto em seu livro “Rondônia”. No segundo capítulo dessa obra, ele apresenta uma revisão detalhada da literatura dos séculos XVIII e XIX, focando especificamente na região noroeste de Mato Grosso. Este levantamento bibliográfico oferece insights cruciais sobre a longa trajetória de interesse e exploração mineral na área, fornecendo um contexto básico para entender as expedições subsequentes realizadas pelo SPI. Ele diz que:

em 1757, correu em Cuiabá a notícia da descoberta de grandes minas de ouro na região situada entre o Juruena e o Jamari: eram as *minas Urucumacuan*, cujo caminho nunca foi definido [...]. Todavia, em 1776, e depois de 1779, o capitão-general João de Albuquerque Pereira de Melo e Cáceres, verdadeiro homem de governo, mandou ao que dizem, explorar as paragens onde o boato situava as referidas minas. (Roquette-Pinto, [1917] 1975, p. 13. Destaque do autor).

Este contexto histórico destaca a longa duração dos esforços de exploração mineral na região, demonstrando como esses territórios foram objeto de interesse contínuo ao longo dos séculos. As expedições de 1940, portanto, fazem parte de uma sequência de tentativas para identificar e explorar os recursos naturais desta região, evidenciando a persistência e a evolução das práticas de exploração mineral no Brasil, bem como o interesse constante pelas riquezas naturais de áreas específicas como a Serra dos Parecis. Roquette-Pinto, ao compilar e resumir essas referências históricas, fornece um panorama crítico que ajuda a entender a profundidade e a complexidade dos esforços de exploração na região

Roquette-Pinto cita o “diário de uma diligência”, ocorrida em 1795 sob ordens do governador da capitania de Mato Grosso João d’Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Os objetivos do empreendimento eram “destruírem vários Quilombos, e buscar alguns lugares em que houvesse ouro” (Cáceres, 1795 *apud* Roquette-Pinto, [1917] 1975, p. 15)⁸⁴. No bojo dessas ações, acrescentavam-se registros cartográficos sobre as bacias dos rios da região, suas nascentes e pontos de encontros. Abaixo reproduzo alguns trechos do texto citado por Roquette-Pinto.

Ademais, a menção às perseguições e à presença de quilombos no Guaporé introduz uma camada adicional de complexidade ao quadro histórico, indicando a resistência e a luta

⁸⁴A referência indicada por Roquette-Pinto: acervo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro encontra-se o “Arquivo do Conselho Ultramarino. – (Correspondência do governo de Mato Grosso, 1777-1805, códice 246, pág. 165)”. (Roquette-Pinto, [1917] 1975, p. 13).

dos escravizados e outros grupos marginalizados contra o sistema colonial. Esses elementos contribuem para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que caracterizavam o Vale do Guaporé durante o período colonial. Para situar sobre esse tema trago um resumo de Faria Junior:

Os territórios negros do Guaporé são constituídos a partir de distintos processos de territorialização. Tais processos remetem à denominada ‘situação colonial’ e à ação “bandeirante” nos confins do sertão, na busca de riquezas. Rebeldias, fugas, doenças e esgotamento das lavras de ouro constituem condições para a formação de quilombos no Guaporé. Os quilombos foram duramente perseguidos pelo governo provincial de Mato Grosso, com o esgotamento das lavras e as doenças, os senhores de escravos fugiram do Guaporé, abandonando a escravaria à própria sorte. Livres, os fugitivos e os não fugitivos passaram a povoar o vale do Guaporé e a constituir unidades familiares autônomas. Com o advento das novas frentes de expansão, os territórios passaram a ser novamente ameaçados: primeiro os seringalistas, depois os pecuaristas e o próprio Estado. É nesse contexto que se insere o povoado quilombola do Forte Príncipe da Beira. [...] Entre os quilombos mais renomados do Vale do Guaporé, está o do Piolho, localizado às margens do rio Galera. Segundo o Anal de Vila Bela de 1770, a primeira destruição deste quilombo ocorreu em 22 de julho do mesmo ano. Esse quilombo tinha rei e rainha, o rei tinha morrido, a rainha se chamava Thereza, do povo Benguela. (Farias Junior, 2011, p. 85- 89).

Essas expedições foram referências nas primeiras décadas do SPI, seja para confirmá-las ou refutá-las no projeto de redefinir as delimitações geográficas do Brasil, nesse caso mais especificamente direcionadas ao Mato Grosso. Um destaque feito por Roquette-Pinto do que se aproveitou destas investidas territoriais, foi: “[...] se de tais excursões [captura de escravos fugidos] ninguém trouxe a certeza da existência das jazidas de Urucumacuan, por meio delas se desvendaram um pouco os segredos geográficos do vale misterioso do Juruena”. (Roquette-Pinto, [1917] 1975, p. 24).

A citação de Roquette-Pinto levanta uma questão crítica na historiografia e na antropologia do poder: a relação entre a exploração colonial e o avanço do conhecimento geográfico. Enquanto Roquette-Pinto observa que as expedições para capturar escravos fugidos contribuíram para o desvendamento dos segredos geográficos do vale do Juruena, essa perspectiva ignora os custos humanos e éticos dessas ações.

Um evento que confirma a preocupação de Rondon quanto à exploração das minas foi marcado em 1934, quando o general encaminhou ao juiz da primeira vara municipal de Guajará-Mirim e ao município de Mato Grosso, o documento denominado “Manifesto do Descoberto da Mina de Ouro do rio ‘Apidiá’, ou rio ‘Não Sei’ antigamente ‘Urucumacuan’ no estado do Mato Grosso”. Trago a seguir o resumo do referido manifesto, que foi citado como anexo no livro de Emanuel Pontes Pinto:

Cândido Mariano da Silva Rondon, casado, natural deste estado, residente na Capital Federal, engenheiro militar e General do Exército, brasileiro, descobriu, em julho de 1909, por simples inspeção e guiado pelos roteiros dos bandeirantes de 1771, uma mina de ouro, no vale da cabeceira principal do rio Pimenta Bueno, um dos formadores do Ji-Paraná, batizado em 1912 pelo nome de rio “Não Sei”, reconhecido em 1930 ser o rio Apidiá dos índios Massacá. Supõe ser essa mina a que na antiguidade tomou o nome de “Urucumacuan” que não chegou a ser lavrada por terem sido aqueles bandeirantes tenazmente perseguidos pelos índios do vale e do planalto: tal como aconteceu na lendária mina dos Martírios. Ela está situada nas circunvizinhanças de Vilhena, atualmente [1934] município de Guajará-Mirim, abrangendo o vale do Apidiá ou rio “Não Sei” e a vertente oriental do rio Curumbiara pelo seu afluente Omeré na extremidade ocidental do planalto da Rondônia, de onde promana o rio Ji-Paraná, na mesma zona em que os antigos locaram erroneamente as cabeceiras do rio Jamari, entre os meridianos de 60° e 61° a w. de greenwich e os paralelos de 12° e 13°, próximo dos talhadões do planalto, formados pelas águas do rio Guaporé. [...] Para que o descoberto não ficasse em simples suposição que a inspeção geológica do terreno lhe proporcionou, mandou em setembro de 1912 o engenheiro de minas Francisco Moritz pesquisar com bateia o aludido vale, tendo como resultado as conclusões que apresentou em relatório que foi publicado pela comissão telegráfica sob nº 31 e anexo nº 2 em 1916. Completou o reconhecimento pela exploração que executou na fronteira do rio Guaporé, quando à inspeção de fronteira o levantou em maio e junho de 1930. E como deseja pesquisar a área da descoberta no sentido de locar a extensão da mina para conhecer a sua potencialidade aurífera, indica como área do mesmo descoberto os vales do Apidiá e do Curumbiara, [...]. Na zona assim delimitada deverão ser feitas as pesquisas definitivas para sua exploração racional. [...] O terreno em que assenta a mina descoberta é devoluto e já foi objeto de duas concessões, ora caducas, requeridas por Assensi & Cia., e Dr. Flávio da Silveira, de cujas companhias, então em organização, o descobridor fez parte como Diretor Técnico. [...] Para assegurar o seu direito ao descobrimento desta mina vem, ainda em tempo, antes que seja tarde, apresentar esta comunicação, idêntica a que registrou no Município da cidade de Mato Grosso, na persuasão de estar à mina no seu território compreendido, para que seja tomado por termo no livro competente, de acordo com a lei nº 4265, de 15 de janeiro de 1921, e seu regulamento. (Rondon, 1934, *apud* Pinto, 1986, p. 365-8).

A prática de renomear rios e comunidades homenageando brasileiros foi muito recorrente nas atividades de Rondon, principalmente no projeto da construção da “Carta de Mato Grosso”. A substituição do nome “Apidiá” para rio “Pimenta Bueno” feita por Rondon é uma homenagem a José Antônio Pimenta Bueno. No relatório do ministério da agricultura de 1940 afirma-se que o rio Apidiá também é chamado de rio Pimenta Bueno, a dupla nomeação durou algumas décadas, e o nome dado por Rondon prevaleceu.

Nomeia-se por Pimenta Bueno o rio e o município no estado de Rondônia. Dom José Antônio Pimenta Bueno foi o primeiro governador da província de Mato Grosso. Seu filho, Francisco Antônio Pimenta Bueno, foi citado por Virgílio Corrêa Filho, em 1947 na revista brasileira de geografia, quando Corrêa Filho elencou alguns destaques das contribuições de Pimenta Bueno à geografia no Brasil “Requisitado pelo Ministério da Agricultura, aceitou de bom grado a comissão que permitia balancear os recursos da Província estremecida” (Corrêa Filho, 1947, p. 105).

Com seus trabalhos produziu os “Limites da Província de Mato Grosso” e a “Carta da Província de Mato Grosso”, baseada em trabalho análogo de Leverger. (Corrêa Filho, 1947, p. 106). Continua Corrêa Filho, “Cartógrafo, o mapa que submetera à apreciação dos entendidos, perduraria por longo prazo, até a primeira década do século corrente, quando a Comissão Rondon empreendeu o ciclo de explorações memoráveis pelo Rondônia, onde se patentearam impressionantes divergências entre a suposta hidrografia anterior e a que resultava de levantamentos cuidadosos, embora expedidos” (Corrêa Filho, 1947, p. 106).

Retornando ao manifesto de Rondon, destaco sobre a questão das terras devolutas, pauta que fecha o documento e a preocupação de Rondon em reforçar a localização das minas auríferas. A questão das terras devolutas emergiu como um aspecto crucial nas políticas do SPI, influenciando tanto as negociações com os governos estaduais sobre as “terras dos índios” quanto as disputas pelo controle de recursos naturais. Essa questão é um dos pontos do processo que venho denominando como a construção das cartografias do SPI. Uma vez que o terreno era devoluto, como afirmou Rondon, a responsabilidade sob as minas seria do município de Mato Grosso, região do atual município de Vila Bela da Santíssima Trindade⁸⁵.

Essa abordagem reflete uma visão utilitarista e colonialista em relação ao território tradicionais, onde o valor dessas terras é medido principalmente em termos de seu potencial econômico e estratégico, em vez de reconhecer a importância cultural, social e ambiental desses territórios para os povos indígenas. Portanto, as políticas do SPI e a administração territorial nesse período podem ser interpretadas como parte de um processo mais amplo de colonização interna e de marginalização dos direitos indígenas em favor dos interesses econômicos e de expansão nacional.

O documento segue os quesitos exigidos no Decreto Nº 4.265, de 15 de janeiro de 1921, que dispõe sobre o regimento de minas. Esse tipo de manifesto era uma das primeiras etapas para que o ministério da agricultura tomasse providências quanto às pesquisas das minas, apontando funções administrativas, mas também dimensões políticas. Rondon seria o mais indicado para elaborar o manifesto, devido ao empenho nos estudos de localização das

⁸⁵ O município de Mato Grosso, citado por Rondon, teve como primeiro nome Pouso Alegre, depois Vila Bela da Santíssima Trindade, sendo a primeira sede da Capitania de Mato Grosso, fundada em 19 de março de 1752, pelo Capitão General Dom Antônio Rolim de Moura Tavares. Em 1820 o município foi renomeado como Mato Grosso. (Carta de Lei de 17-09-1818). Retornou ao seu primeiro nome em 1978. (Lei Estadual nº 4014, de 29-11-1978). Melo Leitão (1941: p. 91), sem indicar exatamente a fonte, cita um comentário feito por Rondon que nos ajuda a compreender um pouco sobre a ocupação da região no século XVIII. Segundo Melo Leitão, diz Rondon: “o único nome que lhe podia assentar é o de Vila Triste [...]. Vendo-se estas derrocadas, abrigo de uma população de 340 habitantes derrotados pelo paludismo e pela miséria, custa crer que se está na mesma cidade em que, há apenas um século, mais de 2.300 pessoas assistiam aportar ao cais do Guaporé as *monções* vindas do Pará, ou enviavam a Lisboa arrobas e arrobas de ouro, ou então acolhiam no meio de intermináveis festejos e pomposas galas os capitães-gerais”.

minas de Urucumacua realizados sequencialmente em 1909, 1912 e 1916. Em 1934, o manifesto é elaborado e somente em 1940 são organizados os preparativos para a expedição.

No relatório ministerial de 1940, sobre formação da primeira turma, é possível compreender o lugar da agência indigenista nos projetos de colonização executados no século XX. O programa de estudos auríferos e intervenções políticas do SPI como constam no relatório:

foi organizado pelos generais Candido Mariano Rondon e Manuel Rabelo. Para facilitar sua execução, ficou combinado que o Serviço de Proteção ao Índio ficaria incumbido da tarefa de entrar em contato com as tribos indígenas, pacificá-las e reuni-las em fazendas, cuja localização seria determinada por técnico do Departamento Nacional de Produção Vegetal – DNPV, encarregados de proceder aos estudos agrológicos da região. [...] Para economia e facilidade de execução dos trabalhos, ficou também estabelecido que deviam partir e agir conjuntamente essas turmas, ficando assim organizada uma expedição mista, dirigida pelo Major Aluísio Pinheiro Ferreira, Diretor da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Inspetor [Carlos Chauvin], uma turma do Departamento da Produção Mineral, chefiada pelo engenheiro Alderico Rodrigues de Paula; uma do Departamento da Produção Vegetal, sob a chefia do agrônomo Moacir de Albuquerque Leão; e a turma do Serviço de Proteção aos Índios, chefiada pelo Sr. Francisco Meireles, que seria o encarregado do novo Posto de Pacificação. O pessoal técnico foi, assim, retirado dos quadros dos Departamentos e Serviço referidos, sendo os operários recrutados entre os habitantes da região já aclimatados e acostumados ao tipo de trabalhos a executar. (Paula, *apud*: Brasil, 1940, p. 340-341).

Os detalhes da expedição foram extraídos do relatório do engenheiro Alderico Rodrigues de Paula, responsável pela primeira formação das turmas, como eram denominadas as equipes de trabalho. O relatório ministerial de 1940, assinado pelo ministro Fernando Pessoa, é dedicado às condições de transporte da equipe e dos equipamentos. Esse ponto é frisado com frequência para embasar a argumentação da necessidade do aumento de verbas para executar aquele tipo de atividade. A respeito das condições de acesso à região o engenheiro Paula afirmou que

a região é apenas povoada por algumas tribos de índios dos Massacás e Canões [sic]. Algumas picadas feitas pelo 3º Distrito de Linhas Telegráficas, hoje estão completamente apagadas pela vegetação. Entretanto, pode-se alcançar a cascata 15 de Novembro, no Apidia, pelo Gi-Paraná, em navegação penosa, pois esse rio é muito encachoeirado, sendo necessário 'varar' mais de 80 cachoeiras, com os riscos habituais. Em algumas dessas cachoeiras a varação é feita por terra, em caminhos. Existe uma única pessoa o Sr. Caitano Silva, que faz transportes no Machado, transportes que dependem também dos interesses da empresa que representa, exploradora dos seringais desse rio. Não fora tal e talvez todo o rio estivesse deserto, dadas as dificuldades e alto custo do transporte. Essas viagens são feitas apenas até a estação telegráfica de Pimenta Bueno. No Apidia, os transportes só poderão ser feitos em embarcações da Expedição. As viagens duram de 30 a 40 dias, dependendo do nível de corredeiras. Durante três meses do ano, na maior estiagem, a navegação é impraticável. [...]. Outra via de acesso é o Guaporé, até seu afluente Corumbiara e por este até Porto Triunfo, nas suas nascentes. Uma picada, atravessando o divisor de águas, atingirá por terra a cascata 15 de Novembro, no Apidia. Inconveniente dessa via é o pequeno volume do Corumbiara, que durante vários meses só é navegável por canoas, estando o leito quase obstruído de árvores. Todavia, na época das chuvas é navegável por batelões até suas nascentes, em Porto

Triunfo, e mais facilmente até Barranco Alto, onde existe uma moradia com pequenas pastagens. Desse ponto, por picada, pode-se atingir o Apidia numa distância aproximada de 60 km. (Paula, *apud*: Brasil, 1940, p. 341-342).

Um ponto de referência na região era a unidade da estação telegráfica localizada em Vilhena. A única via de acesso se dava por meios fluviais. Ainda sobre as condições dos transportes, o engenheiro Paula afirma que:

para atingir a região, não é possível entrada pelo sul de Mato Grosso, por falta de caminhos carroçáveis, todo o transporte foi feito pela costa até Belém, e pelo rio até Porto Velho, no Madeira. Nessa Vila, foi instalada a sede provisória da Comissão e aí arregimentados os operários. Esse percurso é feito com a média de 20 dias do RJ a Manaus e mais dez dias até Porto Velho, acrescentando a esse tempo o de espera de navios em Manaus, [...]. Pode-se calcular, pois, o tempo de viagem do Rio [de Janeiro] a Porto Velho em 45 dias. [...]. Utilizando a navegação do Guaporé, teve a Comissão de levar em conta a data de saída das embarcações, que só fazem uma viagem além do Forte Príncipe da Beira, com partida no primeiro sábado de cada mês; e a estrada de Ferro Madeira-Mamoré com viagens semanais de Porto Velho a Guajará-Mirim. Assim, qualquer desconto pode retardar uma viagem de um mês. Com o atraso da partida do pessoal técnico, ao chegar a comissão em Porto Velho já se tinha iniciado a vazante nos altos rios, estando o Corumbiara bastante seco e impraticável a embarcações a motores. Daí ser adotada a subida pelo rio Machado, com baldeação nas cachoeiras. Tal via, entretanto, prejudicou o transporte do material de sondagem mais pesado, que foi adquirido em julho, no Rio de Janeiro. [...] O pessoal operário foi empregado no transporte de material e baldeação nas cachoeiras do Machado. Cada viagem de ida e volta gastou aproximadamente dois meses. (Paula, *apud*: Brasil, 1940, p. 343-344).

Em 1942 o inspetor Carlos Chauvin, responsável pela inspetoria regional do Amazonas e Território do Acre, enviou ao tenente Estanislau Zack, encarregado da turma de exploração da região do rio Guaporé, instruções sobre “visita às tribos indígenas do Noroeste do Estado de Mato Grosso”:

I - de acordo com os entendimentos que tivestes com o Snr. General Cândido Rondon, fostes admitido para chefiar uma turma do SPI para trabalhos no oeste mato-grossense. Vossa turma trabalhará, tanto quanto possível, de combinação com a turma de prospecção das minas de Urucumacuan, dirigida pelo Dr. Vitor Dequech e terá o fim: a) velar para que sejam sempre pacíficos os contatos do pessoal da referida turma de prospecção com as tribos de índios por ela encontradas; b) velar igualmente para que durante os trabalhos sejam rigorosamente observados, relativamente aos índios, por pessoal da turma ou civilizados quaisquer, prescrições do Regulamento do SPI; c) explorar a região do rio Guaporé compreendida entre os rios Mequens e Cabixi, devendo reconhecer os rios Verde, Guarajús, Mequens e cursos inferior do Pimenta Bueno e outros rios ao vosso alcance, com o fim de estabelecer contato com as tribos nela existentes, organizado a estatística, verificando o tipo de vida econômica e social das ditas tribos e assim tudo que sobre as mesmas possa interessar ao SPI. Do observado colhereis a possível documentação que remetereis à esta Diretoria capeadas pelo minucioso relatório de todos os vossos trabalhos. (DOU, 07/08/1941, 36).

Victor Dequech⁸⁶, engenheiro de minas do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM ficou encarregado com a segunda equipe para realizar as prospecções das minas de Urucumacua.

Em um relatório de 1945 sobre as atividades do posto indígena “Pedro de Toledo”, localizado no Alto rio Corumbiara, um afluente do rio Guaporé, descreve-se sobre os indígenas Massaká que “também este grupo já teve contato com civilizados, antes da chegada da Comissão do Urucumacuan, tendo alguns trabalhados como caucheiros. Poucos entendem o português”⁸⁷. A vida nesses postos indígenas seguia um padrão relativamente comum em relação a outras regiões, isto é, o *habitus* civilizado seria incorporado por meio do trabalho com a agricultura, domesticação de animais e em determinadas regiões a extração da borracha e/ou do caucho.

Atualmente, as minas de Urucumacua ainda geram debates. Quando estava reunindo esses materiais, encontrei uma discussão no *site* “Gente de Opinião”. Os parágrafos que formam aquela página têm como título: “Urucumacua, a mina que não existe”, escrito por Francisco Matias, que se intitula historiador. Ressalto que as minas são associadas à discussão sobre a historiografia dos pioneiros. O texto é a expressão de uma escrita ufanista e sem critério objetivo, não cita as fontes consultadas, exalta Rondon enquanto o herói nacional, sem descrever os contextos para justificar suas argumentações.

As minas do príncipe Urucumacua são várias e não são minas. São depósitos onde estão sepultados os corpos os povos Inca e Maia degolados pelos espanhóis. Não são jazimentos auríferos. São locais sagrados onde foram depositados ouro, prata, cobre, estanho, esmeraldas e diamantes. São reservas da história da América, fonte de conhecimento e da sabedoria dos povos que a centenas de anos conheciam a arte de produzir metais preciosos, engenharia e arquitetura. Que sabiam do seu fim e de sua importância para a humanidade. No momento em que Urucumacua deixa de ser lenda para ter sua própria existência histórica confirmada pela Mina descoberta por Rondon, a humanidade talvez tenha aí a própria origem da existência da América, guardada em sarcófagos sagrados de reis milenares, pedras preciosas, ouro, prata, cobre e estanho, escondidos no seio da floresta amazônica. Então, seria Rondon, sertanista e desbravador desta região, o único homem a ver e conhecer a localização exata de Urucumacua? Talvez. Seja como for, o segredo de Rondon morreu com ele, pois jamais revelou a ninguém a localização da Mina por ele “descoberta”. Por que? Talvez Rondon, ao ter acesso à Mina de Urucumacua pode sentir e avaliar a importância dos tesouros ali depositados e, por medo da sanha dos aventureiros e da

⁸⁶ Victor Dequech (1916-2011) formou-se na Escola de Minas de Ouro Preto em 1940, mesmo ano que passou a trabalhar no Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, ficando até 1951. (Dutra, 2012). “Conhecido por ser fundador da Geosol, [...] Dequech entra para a história de Rondônia a partir da Expedição da década de 40 que visava encontrar as lendárias Minas de Urucumacua”. Luiz Brito e Beto Bertagna produzem um documentário como o título “Urucumacua, A Salvação do Brasil”. <http://betobertagna.com>

⁸⁷ Fundo SPI. (Microfilme 045_00282).

rapinagem que poderiam praticar, temeu por revelar, preferindo guardar consigo o pouco ou muito que pode descobrir. (Matias, 2013)⁸⁸.

O caso apresentado é um exemplo da proteção que gerou conflito. Mesmo que de forma sumária, a pesquisa revela as relações entre dos agentes de estado, os indígenas, as empresas da borracha, a mineração, os reconhecimentos cartográficos, os projetos de elaboração de estradas e as orientações para a elaboração dos registros das políticas indigenistas.

Com esses eventos indico alguns dos aspectos das execuções dos projetos indigenistas, o exercício do poder tutelar Souza Lima (1995, p. 73-74) e as cartografias construídas pelo SPI. Por esta trajetória elaborei um esboço introdutório para problematizar e reunir elementos de várias relações que envolveram o SPI na formação de Rondônia. Partindo do início da década de 1940, descrevendo os esforços das expedições que buscavam as minas de Urucumacua e estabelecer contato com as etnias da bacia do rio Guaporé, e demonstrando de quais maneiras as expedições e o indigenismo do SPI no século XX utilizaram os estudos geográficos do período colonial, que foram aproveitados por Rondon para reescrever a cartografia do Mato Grosso.

É interessante pensar também sobre a concepção de violência dentro do sistema de classificação do SPI. Sob a perspectiva da agência indigenista, as transformações promovidas não eram consideradas violentas. Contudo, as ocupações territoriais sem o aval do SPI eram ameaças. O mesmo ocorria em relação a força de trabalho indígena. Ao trabalhar nas atividades do SPI como parte de um programa de nacionalização, a agência indigenista apontava como uma ação redentora, como uma dádiva. Novamente, se os indigenistas trabalhavam para empresas que não tinham o aval do serviço era praticada a exploração da mão de obra.

As políticas indigenistas construíram cartografias de forma singular tendo em vista sua expertise. As mudanças nos territórios étnicos estavam ligadas com vários projetos de reocupação e reconhecimento territorial. As transformações no uso e ocupação territorial estavam inseridas em vários projetos políticos nacionais.

A reorganização da Primeira Inspeção Regional

⁸⁸ Consultado em <http://www.gentedeopinia.com.br/lerConteudo.php?news=101>. Acessado em dezembro de 2013.

A inspetoria do Amazonas e território do Acre tinha por inspetor o major Carlos Eugenio Chauvin. O relatório⁸⁹ de atividades dos anos de 1940 e 1941 elaborado por Chauvin apresentou a trajetória da Inspetoria em três momentos, abordando de forma comparativa cada momento. Os relatórios das inspetorias eram produzidos anualmente a partir dos registros elaborados pelos *encarregados* de Postos Indígenas que estavam sob a responsabilidade da sua respectiva Inspetoria. Os relatórios ministeriais eram formados por registros sucintos com base nos relatórios das inspetorias regionais. Entretanto, havia com frequência ausência de informações sobre determinadas unidades, isto é, alguns encarregados de posto indígena não cumpriam com a elaboração dos relatórios.

O primeiro momento destacado por Carlos Eugenio Chauvin, em seu relatório de 1940, marca os primeiros vinte anos do SPI (1910-1930) e tendo na década de 1920 o auge de sua atuação, grande parte desse período a chefia da inspetoria esteve sob a responsabilidade Bento Martins Pereira de Lemos⁹⁰, entre os anos de 1916 a 1932. O segundo momento, entre 1934 a 1939 o SPI esteve vinculado ao ministério da guerra⁹¹, Chauvin denomina esse período como “o colapso do SPI”, “Com o colapso do serviço, as posses indígenas foram invadidas, demarcadas por civilizados, concedidas por título definitivo a particulares, restando a atual inspetoria o problema aspérrimo das reivindicações”. (Chauvin, 1942), “o colapso do SPI”, foi utilizada em vários relatórios por diferentes agentes indigenistas. O terceiro momento destacado por Chauvin foi o projeto de revitalização de várias unidades e com inúmeras expedições produzindo relatórios das condições dos postos indígenas pertencentes aquela inspetoria. Lembrando que o território sob jurisdição da IR 1 corresponde ao que são hoje os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Chauvin iniciou sua gestão como Inspetor no ano de 1939 e exerceu o cargo até março de 1942, quando faleceu. Dou início à descrição dessa administração pela nota de falecimento, pois traz um resumo do percurso realizado por Chauvin dentro do SPI e também encontramos alguns episódios vividos pelo indigenista em parceria com Cândido Rondon e Vicente de Paulo Vasconcelos. A nota foi publicada no boletim interno no mês de março de 1942:

⁸⁹ O relatório produzido por Carlos Eugenio Chauvin, sobre as atividades da IR – 1 nos anos de 1940 e 1941, encontra-se nos Microfilmes 034_0005 a 034_00290. Acervo NUBARQ/SPI.

⁹⁰ As pesquisas de (Freire, 2007), (Melo, 2007) e (Santos, 2009) fazem uma leitura sobre a gestão de Bento de Lemos que durou 16 anos à frente da IR 1.

⁹¹ Decreto N° 24.700, de 12 de Julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Proteção aos índios e dá outras providências.

Comunicamos a triste ocorrência a todos os departamentos deste Serviço e de todos recebemos as condolências pelo golpe que atingiu a um antigo servidor da I.F. [Inspeção de Fronteira] e do S.P.I., desde a sua reorganização no Ministério da Agricultura, a sua digna família. Como justa homenagem ao nosso companheiro objetivamente desaparecido, fazemos transcrever neste boletim a manifestação do Sr. General Candido Rondon, Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, na 1ª reunião do dito conselho, após o recebimento da infausta notícia: ‘Infelizmente, acabamos de receber de Manaus, a infausta comunicação do falecimento de mais um dos nossos companheiros de labuta no Serviço de Proteção aos Índios. Desta vez é o Chefe da Inspetoria de Manaus, o Major Eugenio Chauvin, quem nos deixa em meio a reorganização dos serviços da Inspetoria na vastidão do Território por que se estende, compreendendo o Estado do Amazonas e o Território [sic] do Acre, quase a quarta parte da superfície do Brasil. Apesar da idade avançada, possuía o Major Chauvin uma atividade relativamente capaz de abranger todas as providencias indispensáveis a reconstituir os serviços da Inspetoria, há dez anos quase que abandonados. E deu provas exuberantes dessa atividade e do entusiasmo pelo desempenho do dever que lhe foi confiado pela Diretoria do S.P.I., montando a aparelhagem administrativa para entender a tão vasto labor. Após a reorganização da secretaria da Inspetoria, meteu mãos a preparação da esquadilha de motores e batelões com que teria de articular todo o serviço em moldes novos, de acordo com as instruções da Diretoria, atravez das sub-bacias do Rio Branco, Rio Negro, Purus, Madeira, Xingú e Tapajoz e no próprio rio Amazonas. E o fez com tal ardor que, dentro do primeiro ano da sua administração, a Diretoria pôde receber o resultado do seu ardor cívico e administrativo no relatório em que esses labores vinha precisamente mencionados. Foi no curto espaço de tempo em que operou, na Inspetoria do Amazonas, um esperançoso servidor do S.P.I., que, com a sua transformação subjetiva, perde um dedicado colaborador, como estou certo, confirmará o nosso distinto colega Diretor do S.P.I., Coronel Vicente de Paulo Vasconcelos. (Rondon, Boletim Interno. Nº 5, 1942).

No mesmo Boletim, Rondon continua dando mais detalhes sobre a trajetória de Chauvin:

O Major Carlos Chauvin serviu sob minha direção na inspeção de fronteiras de 1933 a 1936. Primeiramente no escritório central da antiga Comissão Telegráfica, colaborando na construção das 13 cartas de fronteiras, que a I. F., organizou, como resultado da inspeção efetuada de 1927 a 1930, de todas as fronteiras do Brasil, desde a foz do Rio Oiapoque até as cabeceiras do Periguaçu e alto Rio Uruguai, serviço interrompido, quase ao terminar, pela revolução de 1930. Quando designado para presidir a Comissão Mista Perú-Colombia, ainda com a responsabilidades da I.F. escolhi aquele saudoso companheiro para me acompanhar e se encarregar de serviços da fronteira de Tabatinga [Amazonas], afim de concluir o projeto que eu havia concebido, sobre a nacionalização daquela raia brasileira com a Colombia e o Perú. Prestou, pois o Major Chauvin bons serviços no S.P.I., e na I.F. como técnico, em sua especialidade de astrônomo. Neste momento de dor da Família e lamentos dos companheiros que o perderam na Inspetoria de que era digno Chefe, julgo de meu dever como seu amigo e companheiro de trabalho, propor a este Conselho a suspensão da sessão como homenagem ao servidor que falece no afan do cumprimento do dever”. (Rondon, Boletim Interno. Nº 5, 1942).

No seu último cargo, Chauvin esteve na equipe que reformaria o SPI com o intuito de retomar o controle dos postos indígenas, que naquele momento se encontravam em condições precárias de material e pessoal comparado aos períodos anteriores. O índice do relatório está

distribuído em quatorze tópicos: “postos indígenas”, “demarcações de posses indígenas”, “tribos indígenas”, “serviço de navegação”, “serviço de transmissões”, “lanchas amazonina e guajaratuba”, “o caso do Xiriri”, “consórcio do guaraná”, “posto de Mahaua, no Juaaperi”, “terras reservadas para índios”, “expediente da inspetoria”, “renda dos postos indígenas” e “diversos assuntos”. O tema recorrente aos três períodos de atuação da Inspetoria, dividido por Chauvin, são os conflitos pela garantia da posse de terras e exploração dos recursos naturais, tais como minério, borracha, castanha, guaraná, extração de madeira e usos da mão de obra indígena.

Por conseguinte, a argumentação, tratando especificamente desse material citado, procurava comprovar que a presença indígena em determinadas áreas em litígio é anterior à chegada dos “civilizados”. Para esse fim, o inspetor cita os relatórios das atividades realizadas na década de 1920, indicando várias expedições que documentam a presença indígena nos tópicos “demarcações de posses indígenas” e “terras reservadas para índios”; destacando o caso dos Pirahã no rio Maicy. O trabalho de doutoramento de Santos (2009) é uma boa referência para compreender esses eventos, discutindo sobre “construções sociais e históricas, fronteiras étnicas e territoriais” dando atenção à região dos Autazes na década de 1920.

Além dos relatórios de seus antecessores na chefia da inspetoria, Chauvin embasa sua reorganização nos relatos das expedições realizadas em 1941, pelos ajudantes Francisco Pereira Barroncas (com expedição direcionada a ajudância do rio Madeira), Sebastião Moacyr de Xerez (com expedição dedicadas a ajudância do rio Negro), José Mello Fiuza (com expedição efetivada na ajudância do rio Branco), e o próprio inspetor realizou uma pequena expedição, nas proximidades de Manaus; desses empreendimentos o principal é a expedição de Barroncas. Essas atividades tinham por finalidade registrar as condições que se encontravam as unidades de atuação da agência indigenista. As ajudâncias não tinham funções administrativas, eram unidades auxiliares nas divisões geográficas das atuações de cada inspetoria regional.

Os relatórios dessas expedições são exemplos das oportunidades que alguns agentes tinham condições de realizar uma reflexividade sobre o indigenismo do SPI. Um exemplo desse tema é descrito por Barroncas sobre a região do posto indígena “Antonio Paulo”, localizado nas bacias do rio Marmelos e do rio Aripuanã:

A reivindicação das terras de castanhas para os índios é um dos pontos, talvez o mais importante dos que se decretam em nossos trabalhos, por se tratar de um direito de reivindicação, líquido e certo, desde as leis pombalinas as do patriarca José Bonifácio e, assim, sucessivamente até alcançar os presentes decretos recenassinados pelo Sr. Presidente da República, os quais deram origem a recente

reorganização do SPI, cujos princípios vieram sendo sempre quebrantados pela ação dos que se tem constituído inimigos dos selvícolas, embarcando-lhe as terras em que sempre viveram. [...]. Tomadas na devida consideração pela importância capital que para os índios representa a posse dos castanhais de onde iram os meios de subsistência, por serem os mais compatíveis com suas aptidões de trabalho, é verdadeiramente desumano esse golpe de seus direitos. Assim, hoje mourejam pelas margens do Madeira, Autazes e outros rios, as tribos já pacificadas, na dependência dos poucos proprietários das imensas áreas de terras outrora por eles ocupadas e de preferência sobre as dos castanhais ou de outras fontes de produção natural de realçado valor econômico. (Barroncas, 1941, p. 28).

Chauvin adjetivou o cenário envolto a uma “atmosfera de hostilidade”. Esse material além de ser suporte para compreender a construção da nona inspetoria regional e, por conseguinte apontar sobre a formação de Rondônia, também proporciona discutir sobre a reflexividade da tutela indigenistas e as classificações que estruturavam as políticas do serviço de proteção. Os registros dessas expedições com maiores detalhes corroboraram para que Chauvin descrevesse as maiores dificuldades de efetivar as políticas indigenistas. Como escreveu no relatório de 1942:

Essa atmosfera de hostilidade ao Serviço arrasta, muitas vezes, no seu turbilhão, o próprio serventuário. Não raras vezes as hostilidades partem daqueles que estão incluídos no número dos que são estipendiados pelo governo, o que torna a escolha e a manutenção de um quadro de serventuários difícil e complicada. Daí a necessidade de continuas substituições e remoções, de uma fiscalização acurada de todas as atividades em prol do serviço, o que provoca intrigas, ameaças, calúnias, principalmente contra aqueles que mais se preocupam com o cumprimento do regulamento e que são os que continuamente são atingidos pelas denúncias anônimas, ou firmadas por irresponsáveis, pelas queixas, pelas representações, uma vez que se não amoldem a fechar os olhos as especulações e explorações contra índios aldeados ou não (Chauvin, 1942, p. 3. Mantive a grafia da época).

As categorias ameaças, protegidos e protetores, coadunam na compreensão da leitura construída neste capítulo. A atmosfera hostil indicada por Chauvin era formada por vários grupos em atuação. Acrescenta o inspetor, com objetivo de marcar a diferença entre as ameaças e os protetores: “é que não compreendem, nem podem compreender as concepções altruístas convertidas em lei em nossos regulamentos. Imbuídos de preconceitos raciais” (Chauvin, 1942, p. 45). Constituem esse grupo, por exemplo: regatões, seringueiros, garimpeiros, caucheiros, missionários, que confrontavam as políticas indigenistas como é descrito na citação acima. Também os agentes indigenistas em determinados contextos se tornavam entraves para a execução das políticas indigenistas. Chauvin descreve como interesse deste grupo a destruição do Serviço:

O Serviço de Proteção aos Índios é um dos Serviços públicos mais complexos que elaboram as atividades da Administração do Brasil, pelo combate acérrimo que vem sofrendo continuamente de todos os exploradores do trabalho indígena, começando

no humilde regatão que percorre as aldeias em comercio de troca ou de permuta, culminando na exploração do missionário que, na melhor das hipóteses, incorre na crítica ponderada e otimista do Sr. General Boanerges Lopes de Souza em uma exposição dirigida ao Sr. Ministro da Guerra. [...]. Regatões, seringueiros, garimpeiros, caucheiros, missionários, não podem esconder o interesse que tem na destruição do Serviço, destruição que lhes deixaria o campo livre para se apoderarem do pouco que ainda resta, apesar do preço mínimo da borracha, da balata ou da castanha e de estar o índio encurralado nos altos e nas cabeceiras. (Chauvin, 1942, p. 1-2. Mantive a grafia da época).

Para Chauvin esses “inimigos dos selvícolas” não compreendiam a missão do SPI; para alguns que estavam inseridos nesses grupos as atividades de “atrair” e “nacionalizar” “é transformá-lo [o índio] em máquina produtora barata de produtos florestais, subalimentados, mantidos na mais negra das misérias”, (Chauvin, 1942, p. 45). Em outro trecho do relatório, o Inspetor afirma: “penso que somente o SPI compete tais expedições de pacificação ou de atração, não divulgando a menor vantagem para os nossos índios em serem atraídos para levarem finalmente uma vida miserável de escravos” (Chauvin, 1942, p. 55). Sobre esses pontos percebe-se que a necessidade em marcar claramente a ação do SPI e exclusividade da autoridade nas intervenções junto aos povos indígenas por intermédio dos agentes indigenistas.

Ainda no campo das ameaças, havia outro grupo que caracterizava-se pelas solicitações de intervenções sob a responsabilidade do SPI. Entretanto, essas solicitações tinham como argumentação que os povos indígenas eram entraves no desenvolvimento da região. Em certa medida legitimavam o serviço, mas cobravam ações mais eficazes no sentido de liberar a terra das “invasões” feita pelos indígenas. A inspetoria recebia solicitações de auxílios no período das safras de castanha, recebia também oferta de voluntários para a “pacificação”.

Como da chusma (sic) de indivíduos que diariamente se apresentavam a Inspetoria solicitando o encargo de delegado de índios, nas zonas de pau-rosa, de guaraná, e de castanha e de outros produtos, mantenho a necessária distância e a não ser, por ordem superior, dar-lhes-ei o menor apoio. O mesmo procedimento tenho para os que comunicam haver pacificado várias tribus, enviando, em geral, a conta das despesas, com risco de vida. Assim, a 20 de abril recebi a comunicação de um pacificador espontâneo que havia nos meses de fevereiro e março, pacificado os Taihuanis e Matanais além dos Diarrhus em seu poder. Afirmava ter sido um incansável em favor da Pátria e reclamava o pagamento das despesas de pacificação [...]. Outros, mais acreditáveis, pedem apenas ligeiro auxílio e são francos, positivos. Dizem a verdade. Procuram os índios para facilitar-lhes a colheita de copahiba ou de outros produtos naturais. (Chauvin, 1942, p. 46. Mantive a grafia da época).

Na citação acima se encontra a distinção entre dois grupos que propunham pacificar de forma espontânea como afirmou o inspetor. Esse adjetivo “espontâneo” se refere às pessoas que se disponibilizavam a realizar as atividades de aproximações junto aos povos indígenas de forma independente ao SPI ou mesmo solicitavam cargos dentro da agência indigenista. O aspecto que diferencia esses grupos daqueles outros que faziam acusações sobre o SPI é o fato de solicitar intervenções do SPI. No entanto, a intenção era obter uma área livre dos indígenas para que as atividades de exploração dos recursos fossem feitas de maneira mais segura sem “índios arredios” por perto. Um exemplo é a elaboração de um abaixo assinado contra o SPI feito por moradores de Humaitá; Chauvin registra que tal ato se deu em decorrência do impedimento dos referidos requerentes que explorassem castanhais na região onde havia presença de grupos Cawahib.

Continuando esse breve panorama da conjuntura da primeira inspetoria, aponto as mudanças no quadro administrativo da Inspetoria, que no relatório ministerial do ano de 1942 era formado por sete ajudâncias. A primeira denominada “Território do Acre”, as demais ajudâncias eram denominadas de acordo com as divisões geográficas seguindo os rios Madeira e Juary, Purus, Juruá, Negro e Branco. A inspetoria era formada por treze postos indígenas naquele ano. No ano seguinte, em 1941, as ajudâncias, formadas pelos seus respectivos Postos, eram ajudância Solimões e Juruá (Alto Embira, Rio Gregório e Ticunas), ajudância Purus (Marienê e Manauacá), ajudância Madeira (Ricardo Franco, Antonio Paulo, Ipixuna, Manoel Miranda e Rodolfo Miranda), ajudância Rio Branco (Uauaperis, Fazenda Nacional de São Marcos, Sanatório General Rondon, Lobo de Almada e Surumú) e a ajudância Rio Negro (Querari, Melo Franco, Cucuí e Tiquié), somando-se dezenove postos, ou seja, no intervalo de um ano a inspetoria teve um acréscimo de seis postos.

Em todas essas regiões são relatados conflitos e invasões as terras destinadas aos povos indígenas. Esse é um dos aspectos paradoxais da tutela indigenista, pois se considerava que os povos indígenas tinham direitos sob seus territórios, no entanto não tinham o direito de escolha nas formas pelas quais poderiam ocupar os territórios. As pesquisas que orientam, como precursoras, a compreensão desses aspectos paradoxais são (Pacheco de Oliveira, 1988) e (Souza Lima, 1995).

A ajudância rio Madeira

O ajudante Francisco Ferreria Barroncas, recebeu a incumbência de realizar uma expedição para averiguar *in loco* as condições dos postos indígenas sob a jurisdição da IR 1. O título do relatório sobre a expedição é: “Primeira expedição ao rio Madeira realizada de cinco de janeiro a 22 de março de 1941. Pelo Sr. Ajudante Francisco Ferreria Barroncas”⁹².

No intuito de compreender as transformações promovidas pelos ajudantes é necessário ter clareza sobre as autoridades depositadas sob esses agentes. Barroncas no seu relatório define uma estratégia dizendo que “talvez conviesse melhor manter, os postos Antonio Paulo e Ipixuna, transferindo o primeiro para o vale superior do Roosevelt e o do Ipixuna para o rio Marmelos, construindo-se picadões de ligação entre os postos, facilitando assim o serviço de proteção” (Barroncas, 1941). Foram às repetidas vezes que esse tipo de atividade na qual a autoridade e o poder de manipular a ocupação territorial corroboraram para a formação de Rondônia.

Os limites geográficos que demarcavam a ajudância do rio Madeira estavam muito próximos das delimitações da nona inspetoria que por sua vez não diferenciou muito das demarcações fronteiriças do território federal de Guaporé. Destaco esses aspectos a partir do percurso realizado por Barroncas descrevendo as condições das unidades pertencentes aquela ajudância. É válido lembrar-se das semelhanças presentes na “província antropogeográfica” proposta por Roquette-Pinto que foi discutida no capítulo anterior. Chauvin, a partir do relatório de Barroncas, abreviou as unidades que compunham a ajudância rio Madeira com os seguintes dados: os postos Antonio Paulo e Ipixuna, os Pirahana e Cararibes (Parintintins), os Aparandês, Paim e Odiahuve; o posto Ricardo Franco os Kip-Kiri-Uates, os Corumbiaras, os Araras, os Pimenteiras e Pacanovas e o posto Rodolfo Miranda com indígenas Jarú, Pacas Novas, Urupá, Kip-Kiri-Uats, Bocas Pretas e Arikemes. Quanto aos etnônimos manteve a grafia original dos relatórios.

Barroncas dá uma panorâmica sobre a ajudância do Madeira dizendo que comunidade Mura no rio Manicoré, estavam quase extintas como os Pirahã, no Micy, vivendo em um estado de pobreza. Sobre os “não pacificados” aponta o grupo “Diarrhú ou Aparandê”, no rio Marmelos. Nesse grupo dos não pacificados estavam inseridos os Boca-Preta no vale do rio Machado e também o grupo Juma no vale do rio Ipixuna. Seguindo ao sul, Barroncas lista os rios e os respectivos grupos ali presentes. Os Pacanova ou Uariuaian em Ouro Preto, Gruta e rio Novo. Ainda nesse rio havia o grupo Cautário. No rio Branco registra ocupação dos grupos Macurapés, Aruá, Jaboti e Tupari. No rio Corumbiara, havia Tanaru e no rio Mequena

⁹² Sobre a “Primeira expedição ao rio Madeira realizada de cinco de janeiro a 22 de março de 1941. Pelo Sr. Ajudante Francisco Ferreira Barroncas”, encontra-se em NUBARQ/SPI. Microfilme 032_00107 a 032_00142.

Guaratire. Já no rio Cabixi indica a presença de Seára e Nhambiquára. Barroncas, diz que a partir da venda das terras pelo governo do Amazonas:

tornaram-se os nossos índios, como os servos da gleba medieval, o objeto da exploração sistemática dos novos proprietários. E é lamentável que, entre tais exploradores, se encontrem antigos serventuários do SPI, como ali se encontra o Sr. Garcia que acompanhou os trabalhos da pacificação. Todos os esforços deveriam ser empregados para reintegrar os Parintintins e Pirahãs nas suas antigas propriedades. (Barroncas, *apud* Chauvin, 1942, p. 42).

Barroncas descreve a situação em que Parintintins e Pirahã viviam no rio Madeira, nas terras ocupadas por Garcia, como sendo uma “gleba medieval” e em condições de escravidão. Os apontamentos feitos para explicar essa conjuntura são as vendas de terras feitas pelo governo do estado do Amazonas, o período em que o serviço ficou lotado ao ministério da guerra e o outro fator é a “ganância do civilizado” referindo-se as invasões realizadas nas terras que o SPI reservava aos indígenas.

O primeiro posto indígena que Barroncas visitou foi o posto Ipixuna e o segundo foi o posto “Antonio Paulo”, ambos localizados na região sul do estado do Amazonas e pertenciam a ajudância do Rio Negro. As primeiras medidas foi reinstalar o posto indígena de atracação “Antonio Paulo”. O posto foi fundado no primeiro ano da construção do serviço. Sobre essa unidade e os povos indígenas presentes na área, o ajudante faz a seguinte descrição:

Não obtendo até a presente data progresso digno de menção; dispões apenas de algumas barracas e em volta das mesmas, algumas fruteiras das nossas espécies comuns. Quase em abandono, no momento apenas três famílias indígenas ali se achavam, sendo duas de Cawahibs e um Ipirumã casando com Torá. Com a chegada da expedição é que voltaram a residir no posto, outros índios que se achavam dispersos no serviço de colheita de castanha. [...] “O posto Antonio Paulo é naturalmente indicado a orientar e assistir os índios Pirahãs, da tribo Mura, que ali vivem, desde a Barreira Branca, a montante, a foz do Rio Maicy, a jusante. Acham-se estes indignas distribuídos em três grupos, sendo o primeiro, em número de 29 índios, nos lugares, Passabem e Sorveira (Castanhais) demarcados e ocupados por Paulo Alecreim e José Alecrim; o segundo em número de 14 índios, no lugar Sete, a margem esquerda do rio Maicy, a 10 horas subindo a motor e o terceiro, finalmente, no último rancho, distante vinte e duas horas de viagem do posto, subindo o Maicy, onde vivem cerca de 40 índios, entre homens, mulheres e crianças. [...]. Os postos de atração Antonio Paulo e o Posto de assistência do Ipixuna, são os últimos remanescentes da sede de postos criados pelo SPI no vale do Marmelos, para a pacificação dos Parintintins. Na posição em que se encontram os Muras, grupo Pirahã, Cawahib, grupo Parintintin, restos dos Matawaís e Torás do baixo curso do Marmelos, não se justifica mais a necessidade ali de um posto de atração. Apiahãs e Cawahib estão no fim típico em que carecem principalmente de assistência e nacionalização, que nos núcleos já descritos quer em outras em que a venda das terras que habitam foi efetuada pela Estado do Amazonas, no quais, forma transformados em servos da gleba. (Barroncas, 1941, p. 34-35).

Barroncas chegando a ajudância rio Madeira denominou a região como “o grupo de Maicy de Calama”, registrando conflitos entre os indígenas e José Garcia de Freitas, os

indígenas estavam trabalhando na extração de lenha. Ao localizar a região como Calama, hoje se refere ao distrito do município de Porto Velho, comunidade ribeirinha situada à margem esquerda do rio Madeira, divisa entre os estados de Rondônia e do Amazonas.

As dificuldades administrativas devido às distâncias entre os postos e a sede da inspetoria era tema recorrente nos relatórios. Essa questão foi uma preocupação constante da administração, expondo dificuldades com as aplicações das atividades do serviço. A vista disso, Chauvin aponta especificamente sobre a ajudância Rio Madeira dizendo que:

Não resolve o vasto problema dos inúmeros afluentes daquele importante curso d'água, limitando sua ação aos vales do Marmelos e do Jamary. A vasta e importante bacia do Aripuanã fica sem assistência, urgindo ali o estabelecimento de postos indígenas para atrair e defender os direitos de nossos silvícolas. (Chauvin, 1942, p. 206).

Após esse hiato a outra região que teve intervenções de Barroncas foi à região do posto Rodolfo Miranda. O ajudante afirma que “quase em completa ruína, o estabelecimento jaz num estado de decadência”, os grupos que viviam naquele posto eram bastante variados, por exemplo: “Corumbiara, Kipitikecks, Pacanova, Arara, Pimenteira e Ariquemés”. Chauvin critica a reunião de vários grupos com distintas origens, dizendo que estavam: “submetidos ao regime condenável dos aldeamentos, regime que tão desairosos resultados vêm sendo observados desde as reduções dos tempos coloniais as missões religiosas dos tempos hodiernos” (Chauvin, 1942, p. 52). O inspetor apontou de forma crítica, no entanto, não indicou procedimentos para mudar a situação e a prática de deslocar povos indígenas realocando-as em lugares distintos de suas origens foi uma condução frequente na região de Rondônia, como é caso dos Cassupá. Essa característica de várias etnias convivendo no mesmo território esteve presente em vários postos indígenas que formavam a nona inspetoria e é também uma característica de várias das atuais Terras Indígenas presentes em Rondônia.

O posto Rodolfo Miranda⁹³ foi fundado em 1914 e localizava-se no rio Jamari no distrito telegráfico de Ariquemés ao norte do estado de Mato Grosso. No livro “Etnodécia Uruéu-Au-Au” (Leonel, 1995, p. 70-71) aludindo o posto a torre de Babel, devido à diversidade étnica ali presente. Nesse estudo, Leonel discute sobre fenômenos próximos aos que venho descrevendo, como por exemplo, na década de 1950 o referido posto foi

⁹³ “Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda nasceu em Resende (RJ) no dia 8 de novembro de 1860 [...] No governo de Nilo Peçanha (1909-1910) foi ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. [...] Destaque particular mereceu sua participação na criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localizações dos Trabalhadores Nacionais, ocorrida em 20 de junho de 1910, através do Decreto nº 8.072”. Escrito por Carlos Alberto Ungaretti Dias. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MIRANDA,%20Rodolfo.pdf>. Acessado em 14/05/2019.

transferido de local, e passou para o alto rio Jamari, mais especificamente indo para um igarapé chamado Floresta. Com base na documentação do SPI, o autor afirma que essa transferência beneficiava a firma seringalista Almeida e Filhos e desta forma mais uma vez constata-se que as opiniões dos povos indígenas não estavam na lista de prioridades, mas sim os projetos de melhor ocupação do território de acordo com a conveniência do serviço.

Conforme a descrição de Barroncas, o posto estava em completo abandono, mas presta elogios ao encarregado João Sobral, pois manteve funções básicas do posto. A sugestão para revitalização da unidade seria “adapta-lo a um posto de criação que evitaria o abandono de tão importante localidade”, a emancipação econômica viria por meio da extração da borracha e da castanha.

Mesmo em um cenário decadente o encarregado manteve a inspetoria informada sobre as atividades do posto, desta forma, cumprindo com aspectos importantes das atividades indigenistas. Dentre as normas que orientavam a conduta dos encarregados destaco as seguintes:

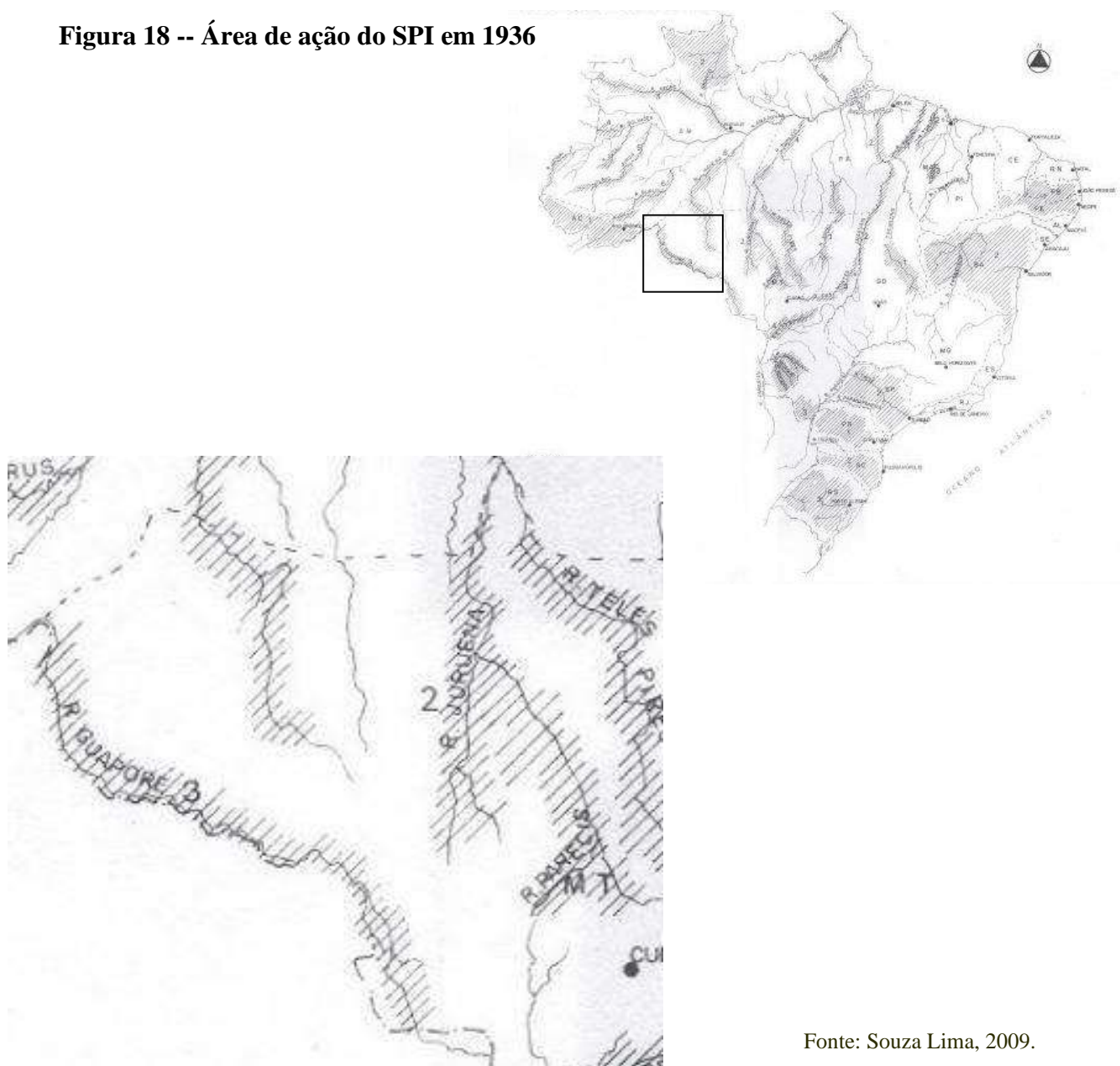
IV. Descrever os usos, costumes, forma das habitações individuais ou coletivas, indumentária, hábitos de trabalhos, de cultura, as armas e utensílios usados, as solenidades religiosas e tudo mais que observar entre os índios nucleados ou não. Esta recomendação, nos postos de fronteira, estender-se-á, quer quanto indígena, quer quanto a civilizados que habitam dentro ou fora de nossas lindes. V. Fiscalizar com especial cuidado o comércio civilizados e indígenas, evitando, por todos os modos, a prática usual de exploração e de troca abusiva de bebidas alcoólicas por serviços ou produtos providenciando junto as autoridades locais sobre os abusos e comunicando a inspetoria os casos que escaparem a alçada das autoridades. (Chauvin, 1942, p. 54).

Barroncas encerrou sua expedição na ajudância rio Madeira com a região de Ariquemes; após a inspeção nas terras no posto Rodolfo Miranda apontou a necessidade de transformar a finalidade do posto, deixando de ser um posto de nacionalização e passando a ser um posto de atração. Isso ocorreu devido a circulação de grupos indígenas que eram categorizados como arredios e não pacificados, nesse caso tratava-se de grupos Arikeme. Essa região pertencia ao estado do Mato Grosso e foi incorporada a ajudância rio Madeira em 1940.

Após essas atividades de reorganização veio às investidas para consolidá-las. Com o falecimento de Carlos Chauvin, o indigenista Sebastião Xerez assumiu interinamente a chefia da inspetoria no ano de 1942. Entretanto, a diretoria do SPI instaurou inspeção com objetivo de obter um diagnóstico da situação da Inspetoria e buscar indicações para a ocupação do cargo de Inspetor. A inspeção foi realizada Alberto Pizarro Jacobina que afirmou que Xerez não tinha a menor competência para o cargo de inspetor, dizendo “homens cujos defeitos

sobrepujam de muitas qualidades que porventura pudesse apresentar” (Jacobina, 1943, p. 2). Jacobina afirma que a diretoria estava com dificuldades para encontrar um agente com experiência e então se ofereceu para o cargo e foi aceito. Na introdução do relatório das atividades de 1943 fez uma síntese histórica da inspetoria referindo-se aos inspetores que o precederam⁹⁴. A proposta de Jacobina era dar continuidade e consolidar a reorganização da primeira inspetoria que fora iniciada por Chauvin. Para ter uma noção da presença do SPI ao que viria ser Rondônia apresento uma imagem a seguir.

Figura 18 -- Área de ação do SPI em 1936



Fonte: Souza Lima, 2009.

⁹⁴ Relatório da Inspeção do estado do Amazonas e território do Acre sobre as atividades do ano de 1943, elaborado por Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da Inspeção, destinado ao Ministério da Agricultura no ano de 1944. NUBARQ/SPI. Microfilme 034_00291 a 034_00551.

SPI e a administração da fronteira

A compreensão da formação de Rondônia, especialmente em relação ao papel do SPI nesta conjuntura, revela mudanças significativas nas prioridades e estratégias de ocupação das fronteiras do estado. Um dos aspectos mais notáveis desse processo foi o início da construção de uma estrada que, em algumas décadas, se tornaria um marco basilar para a colonização agrícola da região. Esta estrada não apenas facilitou o acesso e o desenvolvimento econômico, mas também simbolizou uma nova fase na expansão territorial do Brasil.

Curiosamente, a pesquisa destaca a presença e influência do SPI nesta fase de transformação, uma abordagem que é relativamente inédita na historiografia de Rondônia. A atuação do SPI, uma agência governamental criada com o objetivo de “proteger” e integrar os povos indígenas, foi uma força motriz no estabelecimento de infraestrutura, políticas e práticas que moldaram o desenvolvimento de Rondônia. No entanto, essa influência tem sido pouco estudada ou reconhecida nos trabalhos acadêmicos sobre a história do estado.

A falta de atenção ao papel do SPI na formação de Rondônia representa uma lacuna significativa no entendimento da história e da evolução sociopolítica da região. Reconhecer e estudar a contribuição do SPI pode oferecer material valioso sobre a dinâmica de interação entre o governo, povos indígenas e colonizadores, além de iluminar aspectos importantes da política indigenista brasileira e sua influência na formação territorial e cultural de Rondônia.

A nona inspetoria regional foi criada a partir do decreto N° 17.684 de 26/1/1945, tendo como o primeiro Inspetor o agente Sebastião Moacyr de Xerez⁹⁵. Entretanto, não basta apontar o decreto, conforme a pesquisa se faz necessário atingir o cotidiano das atividades indigenistas que corroboraram para a construção dessa inspetoria. Desta forma, problematiza-se a sua participação na formação de Rondônia.

A última grande mudança administrativa antes da criação da IR 9 foi a transferência da região Noroeste do Mato Grosso para a inspetoria do Amazonas. O inspetor, Alberto Jacobina descreveu essa mudança com elogios a diretoria do serviço e apontando as vantagens para a realização das tarefas administrativas:

⁹⁵ Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1945, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Sebastião Moacyr de Xerez. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00244 1945 ao 045_00317.

Fizemos ver a necessidade de passar a região do Noroeste de Mato Grosso a esta IR, aludindo ao fato de ser mais fácil administrá-la de Manaus, em virtude de transporte fluvial, do que de Cuiabá. Realmente, não há negar, trata-se de um fato absolutamente incontestado, daí certamente ter sido aceita aquela sugestão. Agora mesmo, atendendo à circunstância da passagem daquela região a Território Federal a Diretoria houve por bem projetar a criação da IR 9 com sede em Porto Velho, para dirigir os trabalhos do SPI na parte superior do Madeira e seus afluentes. Tal medida é dessas que dispensam quaisquer comentários, visto como as imensuráveis vantagens estão aos olhos de todos que saibam ver e compreender a Amazônia imensa, onde o transporte é o mais certo dos empecilhos de fiscalizações metódicas ao interior, razão precípua do atraso que bem caracteriza o grande vale (Jacobina, 1944, p. 129).

Porém, mesmo com a nova configuração administrativa, as unidades do SPI presentes no recente território federal ainda eram responsabilidade da inspetoria do Amazonas. Jacobina tinha uma forte expectativa sobre a construção da nona inspetoria, ele afirmou: “criada, por conseguinte a IR 9, esta Inspetoria poderia com mais eficiência desenvolver a sua atenção em outras zonas não menos importantes que estão a exigira nossa ação eficiente e coordenada”. (Jacobina, 1944, p. 129). Nesse cenário um importante personagem foi Aluizio Ferreira.

Fonseca e Teixeira (2002, p. 152-154) fazem um resumo da trajetória de Aluizio Ferreira (1897-1980), infelizmente os autores não indicam as suas fontes. Aluizio Ferreira passou a viver na região quando se refugiou em seringal no rio Guaporé, depois da derrota do movimento tenentista; nesse período realizou estudos sobre os indígenas Makurape. Entre os anos de 1928 e 1935, ficou detido em Belém quando entrou em contato com Rondon. Através desse contato, assumiu a chefia do posto telegráfico de Santo Antônio. Arcou pessoalmente parte da dívida da EFMM que entrou em decadência com a crise de 1929, e com a desvalorização da borracha o Governo assumiu a administração da ferrovia. Uma questão importante para este trabalho é o conhecimento e prestígio que Aluizio Ferreira acumulou quando esteve à frente da administração da ferrovia, nas palavras de Fonseca e Teixeira:

A administração da ferrovia continuava sendo uma espécie de governo informal em sua área de influência, ou seja, parte dos vales do Madeira e do Mamoré/Guaporé. Assim as preocupações do novo diretor da ferrovia extrapolavam, em muito, a tarefa de dirigir um simples empreendimento ferroviário. Além de iniciativas que se confundiam com aquelas próprias da municipalidade, a administração da ferrovia, Aluizio passou a ocupar-se de certas estratégias que garantiriam a segurança e facilitariam o contato da região com o restante do país. (Fonseca & Teixeira, 2002, p. 154).

Aluizio Ferreira auxiliou o SPI, principalmente o posto indígena Ricardo Franco. Carlos Chauvin afirmou que o posto recebeu auxílio do então major e diretor da EFMM. Entretanto, não foi devidamente citado pelo encarregado do posto João Freire Rivorêdo. A respeito disso o ajudante Barroncas descreve:

Além de deficiente, o relatório do encarregado é injusto. Deficiente por ser difícil de acreditar-se que somente a sua atividade produzisse tanto. Injusto por não fazer a mínima referência aos avultados recursos, ao auxílio material e moral que foi praticamente dispensado pelo Major Aluizio Ferreira, a quem o SPI., em todo o Alto Madeira, deve inolvidáveis serviços. Assim, dada a deficiência do relatório do encarregado, a inspetoria deve limitar o seu juízo as incriminações do ajudante Barroncas, não obstante desde outubro de 1940 a esta parte terem sido atendidos todos os pedidos possíveis de pessoal e de material para o mesmo Posto (Chauvin, 1940, p. 17. Mantive a grafia da época).

Retornando as atividades dirigidas por Alberto Jacobina, no início da década de 1940, outro nome que surgiu no patamar da eficácia indigenista foi o de Francisco Furtado Soares de Meireles⁹⁶. Este agente iniciou a sua participação na região com a equipe da expedição Urucumacua. Jacobina faz elogios dedicados a Meireles ao que diz respeito do sucesso com desenvolvimento das atividades agrícolas. A nova administração de Jacobina teve auxílio de Dorval de Magalhães que descreve sobre Meireles:

(...) por isso, o Inspetor Meireles, tendo nítida antevisão do futuro, age com prudência promovendo todos os meios ao seu alcance para intensificar a produção agropecuária, embora lutando contra graves empecilhos, em virtude de poucos recursos financeiros bem como da acentuada falta de braços para o trabalho rural. (Magalhães *apud* Jacobina, 1944, p. 129).

As atividades agropecuárias foram princípios basilares da tutela indigenista. Com a descrição de tais atividades cotidianas podemos discutir sobre o exercício da tutela, sendo exemplos concretos do movimento de realizar um dos maiores objetivos: nacionalizar. Deste modo, promovia-se o fim do nomadismo, (conceito que era direcionado de forma generalizada aos povos indígenas), controle sobre a circulação de grupos e por meio desses trabalhos “despertava-se a vocação do indígena”, como foi escrito em diversos documentos do SPI. Francisco Meireles estava responsável pela ajudância rio Madeira e as atividades laureadas referiam-se as realizadas no posto Ribeirão, localizado no quilômetro 294 da EFMM.

O inspetor encontrou o contraponto da questão. O encarregado do posto Rodolfo Miranda, João Sobral, foi considerado o exemplo de perigo para o serviço. Nas palavras de Jacobina:

Acontece porém que o Encarregado Sobral não inspirava confiança a esta Chefia e daí resolvido enviar um Inspetor à referida região para estudar aos reais necessidades daquele Posto [...]”. “[...] soubemos no lugar São Pedro que o encarregado João Sobral não se estaria comportando regularmente, pois desinteressava-se pela agropecuária, nada faz em prol do Serviço, limitando a trabalhos inteiramente indispensáveis, além de não ausentar-se do Posto pra inspeção, embora

⁹⁶ Sobre a trajetória desse indigenista Cf. (Freire, 2005, 303), o trabalho de (Leonel, 1995) tem várias menções das atividades realizadas por Francisco Meireles.

seja de seu conhecimento que uma tribo nômade costuma aparecer à margem do aludido rio, no igarapé Pão de Açúcar, poucos dias abaixo do Posto (Jacobina, 1944, p. 137).

É interessante aproveitar essa questão para lembrar sobre a autoridade e as oportunidades que alguns agentes tinham para realizar um tipo de reflexividade sobre o indigenismo, com relativa autonomia alguns agentes podiam refletir sobre as normas de conduta do indigenismo e as dificuldades em realizá-las. João Sobral era o mesmo encarregado que recebeu elogios de Barroncas e Chauvin, há menos de dois anos antes da avaliação de Jacobina em 1943. Naquele ano Sobral pediu demissão do serviço e para o posto Rodolfo Miranda foi designado o encarregado Domingo Corrêa de Araújo.

Com a criação da IR 9, era encerrada a responsabilidade da IR 1 ao que dizia respeito sobre a presença do SPI no território do Guaporé. No seu desenvolvimento, a IR 9 construiu inúmeros postos indígenas e a parceria entre a administração do SPI e do governo do território foi importante para esse desenvolvimento. Aluizio Ferreira foi o primeiro Governador do território federal do Guaporé entre os anos de 1943 a 1946.

As primeiras medidas do inspetor Xerez foi a criação do posto indígena Dr. Tanajura com o objetivo de estabelecer o contato com os grupos denominados na época como Bocas Negra⁹⁷. Exigia-se do SPI intervenções nessa região devido a conflitos entre os povos indígenas e os seringueiros, como era relatado “índios nômades prejudicando seringais”. Sobre essas atividades, a pesquisa de Leonel (1995) é mais detalhada até hoje.

Durante a segunda metade da década de 1940 a nona inspetoria teve em seu quadro os postos indígenas: “Dr. Tanajura”, “Rodolfo Miranda”, “Cel. Tiburcio”, “Tenente Marques”, “Major Amarante”, “Tenente Lira”, “Ricardo Franco”, “Ministro Pedro de Toledo”, todos esses postos tinham como principal atividade realizar a atração dos índios nômades e hostis⁹⁸, isto é, iniciar os primeiros contatos com os povos indígenas. A nomenclatura dos postos eram homenagens aos agentes que participaram das atividades do SPI. Um trabalho que é

⁹⁷ As denominações Bocas Negras, Bocas-Pretas, Cautários, Sotérios e Cabeça Vermelha, são encontradas na historiografia e estão relacionadas ao espaço geográfico ou a semelhanças culturais e linguísticas dos Jupaú e Amondawa, ou a grupos Kawahib em geral. Os Uru-Eu-Wau-Wau estão o arcabouço dessa denominação. Acessado em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/uru-eu-wau-wau/1125>.

⁹⁸ Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1946, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00364 a 045_00432. Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1947, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00433 a 045_00486. Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1948, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Luiz Accioly Lopes. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00487 a 045_00499. Relatório da Inspetoria do Território Federal do Guaporé sobre as atividades de 1949, encaminhado ao Ministério da Agricultura. Elaborado pelo Chefe da Inspetoria Fernando Claro de Campos. NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00500 a 045_00520.

referência para os métodos de atração e pacificação, de modo geral e não tratou da região aqui destacada, é o de Erthal (1992) que se dedicou a descrever como esses conceitos eram executados nas atividades do SPI.

A tríade “ameaças, protegidos e protetores” foi construída com o intuito de descrever o sistema classificatório do SPI, esses termos na forma como utilizo não foram construídos pelos agentes, utilizo-os como um recurso analítico. As ameaças, corresponde aos grupos que questionavam e denunciavam o SPI, os “donos” de castanhas, seringalistas etc., que utilizavam a mão de obra indígena e os recursos naturais sem o aval da agência indigenista. Nesse sentido, a proteção exercitada pelo SPI era direcionada aos povos indígenas, os protegidos, seguindo a conveniência desta agência. O SPI enquanto agência de política indigenista e representação de um aparato do estado exercia tal proteção, nesse ponto encontramos os protetores, aqueles agentes que eram especializados em índios cujo conhecimento e prática advindos da atuação dentro do SPI legitimava suas intervenções.

É interessante pensar também sobre a concepção de violência dentro do sistema de classificação do SPI. Sob a perspectiva da agência indigenista, as transformações promovidas não eram consideradas violentas. Contudo, as ocupações territoriais sem o aval do SPI eram ameaças. O mesmo ocorria em relação a força de trabalho indígena. Ao trabalhar nas atividades do SPI como parte de um programa de nacionalização, a agência indigenista apontava como uma ação redentora, como uma dádiva. Novamente, se os indigenistas trabalhavam para empresas que não tinham o aval do Serviço era praticada a exploração da mão de obra.

As concepções sobre “violência e não violência” executada pelo SPI estava ligada a perspectiva evolucionista, onde os indígenas eram orientados para acompanhar a civilização. O fato de não conceber as políticas indigenistas como promotoras de violência, ainda que fique claro os elementos de dominação, demonstra mais um aspecto da complexidade de estudar essas práticas.

Uma nova fronteira

Na segunda metade do século XX, Rondônia testemunhou eventos significativos que moldaram seu desenvolvimento demográfico e econômico. Entre eles, destaca-se a exploração da cassiterita, um mineral valioso, como apontado por Rabelo (2004). Rondônia era considerada uma região de intensa presença de cassiterita, representando cerca de 70% das

reservas brasileiras conhecidas à época (Oliveira, 1993, p. 38). Este período também foi marcado pela construção da BR 029, hoje conhecida como BR 364. Esses dois fatores foram catalisadores de um acentuado crescimento populacional na região, impulsionado principalmente pela migração.

Para esta pesquisa é importante ressaltar que as atividades nos Postos Indígenas nos rios Madeira, Guaporé e Mamoré presentes nas fronteiras entre o Brasil e a Bolívia continuaram na agenda prioritária do SPI. Entretanto, a partir da década de 1960 a execução da construção da BR 364 Acre-Brasília chamou a atenção do SPI para o trajeto que delineou a rodovia. Nessa região os impactos com os programas da colonização do INCRA foram imensos. Há vários estudos que focam a construção e impacto da BR 364, me refiro principalmente nos trabalhos: (Lima, 2001) e o impacto sob o povo Katukina do Acre, (Théry, 2005) sobre o papel da estrada na expansão das fronteiras, (Verdum, 2007) e a análise sobre a estrada no projeto de Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas – IIRSA, por fim (Fiori, 2012), refletindo a construção da BR nos termos “rodovia do desenvolvimento” e “rodovia do desmatamento”. Nos documentos do SPI encontra-se um relatório avaliando como o SPI deveria atuar diante ao projeto da BR.

Paralelamente ao processo de reconhecimento territorial e às atividades de colonização, estava em andamento a construção de uma estrada ligando Cuiabá a Vilhena. Com a criação do território federal do Guaporé, Vilhena passou a integrar essa jurisdição, desvinculando-se do estado do Mato Grosso. Essa obra representava os primeiros traços do que viria a ser a BR-29, conhecida atualmente como BR-364. Este projeto de infraestrutura não era apenas uma via de comunicação e transporte, mas também um instrumento de integração territorial e expansão da presença do estado na região. Segue um trecho do relatório anual do ministério da agricultura, de 1942 sobre esse projeto:

[a] rodovia foi projetada e teve começo por iniciativas dos Srs. Generais Cândido Rondon e Manoel Rabelo junto do sr. Ministro Fernando Costa, para tornar possível a exploração das minas de Urucumaquã [sic], cuja prospecção seria feita simultaneamente. Sendo que a região das ditas minas habitadas por índios, combinou-se que todos os trabalhos seriam assistidos pelo SPI para a proteção recíproca a silvícolas e civilizados. Daí o fato de serem as verbas da dita rodovia fornecidas pelo Ministério da Agricultura e por intermédio do Serviço, embora os trabalhos fossem desde o começo executados pela 4ª Companhia Rodoviária. Daí também a dependência estabelecida entre os ditos trabalhos e o SPI a quem o comandante dessa Companhia submete, ao mesmo tempo que à Diretoria de Engenharia, os projetos de obras e envia as prestações de contas. (Ministério da Agricultura, 1942, 155).

O texto apresenta um contexto histórico relevante sobre o desenvolvimento de infraestruturas e políticas indigenistas no Brasil, particularmente relacionado à construção de uma rodovia e à exploração das minas de Urucumacua, na primeira metade do século XX. A rodovia, projetada e iniciada sob a influência dos generais Cândido Rondon e Manoel Rabelo e com o apoio do ministro Fernando Costa, tinha como um de seus objetivos principais facilitar a exploração das minas de Urucumacua.

É interessante notar a complexa rede de financiamento e administração envolvida no projeto. O ministério da agricultura forneceu os recursos financeiros, mas o SPI tinha um papel de supervisão e controle, especialmente em relação aos aspectos que envolviam a população indígena. Além do mais, a 4ª companhia rodoviária era a responsável pela execução dos trabalhos, estando sob a supervisão tanto do SPI quanto da diretoria de engenharia.

Esse cenário reflete a multifacetada abordagem do governo brasileiro na época, que buscava conciliar o desenvolvimento econômico e a expansão territorial com a proteção e integração dos povos indígenas. Ao mesmo tempo, evidencia a complexidade e os desafios inerentes à interação entre diferentes entidades governamentais, cada uma com seus próprios objetivos e métodos de trabalho. A situação descrita no texto também destaca a relevância de Cândido Rondon, uma figura central na história da política indigenista brasileira, conhecido por sua abordagem mais humanitária em relação aos povos indígenas.

A abertura da BR 029, é um marco na formação de Rondônia, pois é o início de um novo eixo de colonização até então inexistente. Os projetos elaborados pelos agentes do SPI confluíram no intuito de amenizar os impactos da rodovia. Entretanto, na prática esses projetos se transformavam em fortes violências e são essas atividades indigenistas que esta pesquisa quer destacar para problematizar sobre a formação da região.

Na década de 1960 ocorreram dois fenômenos que corroboram para mudanças na ação do SPI. A primeira foi a construção da BR 29⁹⁹ e a segunda foi exploração da cassiterita. A rodovia foi iniciada no governo do presidente Juscelino Kubitschek e o governador do território era Paulo Nunes Leal, que escreveu sobre a rodovia no livro “o outro lado da cruz”, este é outro trabalho que compõe a historiografia dos pioneiros. As obras da rodovia iniciaram no ano de 1961, o trajeto seguiu a topografia realizada com as linhas telegráficas. Na década de 1970 a BR se tornou referência para demarcação dos lotes nos projetos de incentivos a colonização – PIC (Timóteo da Cunha, 2009, 2010).

⁹⁹ Decreto nº 47.933, de 15 de março de 1960. Aprova normas especiais para a construção do trecho rodoviário Cuiabá (MT) - Rio Branco (AC), integrante da ligação rodoviária Brasília, - Acre.

Na documentação na qual a escrita da tutela indigenista está arquivada encontra-se um relatório produzido em 1960 pelo auxiliar de sertão Afonso José de Azevedo Junior¹⁰⁰. Objetivo era avaliar quais procedimentos a Nona Inspeção deveria tomar quanto aos impactos causados pela construção da rodovia na região do Alto Ji-Paraná e dos rios Roosevelt, Juruema e Comemoração, direcionando a atenção aos grupos Paiter (no documento denominados como Suruí)¹⁰¹, Nambiquara e Cinta Larga¹⁰² (este último era denominado como “Cinturão Largo”). Segundo o agente Afonso Azevedo grupos Nambiquara faziam “[...] assaltos a linha telegráfica no trecho compreendido entre as estações de Barão do Melgaço e de Vilhena [...]”, a região em questão era fronteira entre Rondônia e Mato Grosso. O relatório segue uma forma sucinta, procurava ser prático e objetivo tendo em vista aos prazos das obras e o pouco orçamento destinado ao SPI.

A previsão feita pelo agente era que a região “[...] quase desabitada, virá colonizar-se rapidamente, e é de urgente necessidade não só a pacificação das tribos de índios bravos [...]”. Afonso Azevedo sugeriu a criação de três Postos Indígenas em locais específicos, avaliando a proporção entre os impactos da BR e o grau de vulnerabilidade de cada grupo indígena presente no trajeto; por exemplo, a prioridade era dada aos grupos citados e ao que se refere a outras populações o agente diz que “quanto as demais tribos somente virão a ser molestadas, quando for iniciada a construção do ramal que partindo de Vilhena ou Pimenta Bueno, ligará Guajará-Mirim com Brasília”. Desta forma, o projeto além de pacificar os Cinta Larga e Nambiquara era “assistir e colonizar as tribos arredias arredias, mas não hostis, que tem as suas tabas nos afluentes do rio Ji Paraná”, estes últimos referia-se estes últimos referiam-se aos Paiter. Naquela oportunidade, mais uma vez o sistema de classificação do SPI e o seu saber-poder embasaram a atuação de um agente indigenista com projetos de transformações nos territórios étnicos, definindo quais grupos eram mais arredios do que outros e quais necessitavam ser pacificados com maior urgência.

Na historiografia dos pioneiros encontramos a descrição feita por Menezes (2001): “a fada madrinha marcara essa área para premiar o esforço dos homens que a desbravaram, que empregaram os melhores anos de suas vidas lutando pela prosperidade” (Menezes, 2001, p. 357), essa citação se faz relevante ao que diz respeito dos esforços para construir a imagem dos construtores “os desbravadores”, esse debate foi desenvolvido no capítulo 3.

¹⁰⁰ NUBARQ/SPI. Microfilmes 045_00714 e 045_00715.

¹⁰¹ Cf. (Mindlin, 1982).

¹⁰² Cf. (Davis, 1978) e (Chapelle, 1982).

A região era, naquele momento, avaliada como a “maior reserva de minérios e produtos nativos tais como seringa, caucho e castanha”. A projeção de crescimento na exploração da região fez com que o SPI preocupasse com duas frentes de atuação. A primeira frente era corroborando para construção da BR 29, que era um projeto estatal, tendo a incumbência de retirar os indígenas do trajeto da rodovia ou no mínimo readequar os seus territórios para coaduná-los aos empreendimentos previstos. O agente Afonso Azevedo, previa atividades seringalistas no rio Ji-Paraná expulsavam os índios para a região do rio Roosevelt e desta forma provocavam conflitos entre os povos indígenas. A outra frente de atuação se tratava também em readequar os territórios étnicos, mas diante dos investimentos particulares direcionadas aos referidos territórios. Além das atividades seringalistas iniciavam os interesses de companhia mineradora com experiências em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Com isso, o referido agente indigenista dizia que o SPI devia urgentemente “reservar lotes de terras, em pontos onde é de conveniência a fundação de postos indígenas, dentro de dois ou três anos não terá onde fundar um posto com possibilidade de dar autossuficiência aos índios nele assistidos”. O cenário se repetia novamente, a proteção aos índios estava condicionada a conveniência da agência indigenista.

A conveniência em questão se referia as condições materiais e de pessoal para efetivar as políticas indigenistas. Entretanto, outro fator era a participação do SPI em fazer com que a presença do estado fosse assegurada em regiões com potenciais econômicos advindos de reservas de matérias primas. É nesse ponto que a participação do SPI na formação de Rondônia se destaca, quando exerceu a mediação na execução dos projetos estatais e com as iniciativas de exploração dos recursos naturais nos territórios étnicos; refiro-me a explorações econômicas da borracha, madeira, mineração e grilagem de terras entre outras atividades discutidas, tanto neste trabalho quanto nos trabalhos da escola de pensamentos do SPI.

Considerações

Entendendo a complexidade da formação do território federal do Guaporé em 1945, é crucial reconhecer que sua criação foi muito mais do que um mero acordo político entre Getúlio Vargas e Aluísio Ferreira. Na verdade, já existia uma robusta infraestrutura administrativa, desenvolvida pelo SPI desde 1940, que incluía um extenso banco de dados e um sistema de gestão detalhado. Essa estrutura pré-existente proporcionou uma base sólida para a administração efetiva do novo território.

A atuação do SPI na região antes da criação do território federal incluiu a implementação de postos indígenas e a coleta sistemática de informações que abrangiam aspectos sociais, econômicos e geográficos da região. Este acúmulo de dados e experiências não só facilitou a administração subsequente do território federal, mas também garantiu uma transição mais integrada e informada para o novo arranjo político e administrativo.

Portanto, a formação do território federal do Guaporé foi o culminar de um processo de mapeamento, documentação e administração territorial que já estava em andamento há vários anos. Esta perspectiva enfatiza a importância do trabalho preliminar do SPI e o papel crucial que desempenhou na fundação e estruturação do território federal do Guaporé.

A documentação relacionada às políticas indigenistas ocupa uma posição central nos estudos sobre a formação do Brasil e o impacto da ciência nessa evolução. Esses registros, que funcionam como um meio de controle e dominação, são hoje um recurso valioso tanto para acadêmicos, que reavaliam o desenvolvimento histórico do país, quanto para os representantes das políticas indígenas, que utilizam esses documentos em suas lutas por direitos. Segundo Chartier (1990), a “escrita de Estado” é uma mistura complexa de simbolismo e funcionalidade prática, sendo uma manifestação tangível da dominação estatal. A escrita não é apenas um registro administrativo; ela se manifesta como um poderoso instrumento de controle visível para todos. Este capítulo, portanto, deriva da análise de várias expedições de pesquisa sobre as condições das unidades do SPI, enfatizando a necessidade de compreender criticamente a natureza e o propósito desses registros produzidos pelos agentes do SPI.

No âmbito da sua fundação, a obra “Rondônia” de Roquette-Pinto desempenha um papel substancial tanto na ciência quanto na política. Como o próprio Roquette-Pinto afirmou em 1913, “O que nos falta é conhecer o que se tem descoberto e conquistado”. Ao delinear uma “província antropogeográfica”, ele ia além da descrição geográfica e etnológica; estava articulando um projeto político que delineava futuras ações estatais. A principal motivação da época era adquirir conhecimento. Contudo, este conhecimento transcendia a simples apreciação da natureza exuberante ou da diversidade social. Adquirir conhecimento significava assumir o controle e, efetivamente, conquistar o domínio sobre as movimentações de pessoas e ideias. Neste contexto, conhecer era sinônimo de dominar, implicando no aperfeiçoamento de dispositivos de governança.

As políticas indigenistas construíram cartografias de forma singular tendo em vista sua expertise. As mudanças nos territórios étnicos estavam vinculadas com vários projetos de

reocupação e reconhecimento territorial. As transformações no uso e ocupação territorial estavam inseridas em vários projetos políticos nacionais.

A história indígena e das reivindicações étnicas formulam bases para pensar sobre a formação da Amazônia e principalmente a de Rondônia. Mesmo que de forma sumária, a pesquisa demonstra as relações entre dos agentes de estado, os indígenas, as empresas da borracha, a mineração, os reconhecimentos cartográficos, os projetos de elaboração de estradas e as orientações para a elaboração dos registros das políticas indigenistas (Timóteo da Cunha, 2017).

Vale destacar que os documentos do SPI e a escrita da tutela indigenista nos relatórios de atividades dos agentes indigenistas refletem um projeto político destinado a (re)definir o papel dos indígenas no futuro da nação brasileira. Este projeto político foi marcado pela incorporação de elementos poéticos, otimismo e um autoritarismo de caráter nacionalista. Estas práticas e discursos tiveram um papel crucial na formação de fronteiras e unidades sociais, abordando iniciativas para integrar sociedades tanto ocidentais quanto não ocidentais nas políticas de gestão territorial.

A análise das políticas e práticas do SPI em relação às “terras dos índios” revela que a questão do direito indígena à terra não era o foco principal. Em vez disso, essas terras eram frequentemente vistas como meio para atingir outros objetivos, particularmente o controle de territórios ricos em recursos naturais, como as áreas auríferas neste caso em específico. Neste contexto, as “terras dos índios” emergem mais como um ponto de argumentação estratégica para o controle territorial e a exploração de recursos do que como uma questão de direitos indígenas.

A interpretação das expedições conduzidas pelo SPI, especialmente a de Urucumacua que não logrou êxito na busca por minérios, oferece insights valiosos. Os relatórios ministeriais do SPI, elaborados por agentes indígenas e engenheiros, são fundamentais para entender a formação do território atualmente conhecido como Rondônia. Esses documentos detalham aspectos geográficos como rios e estradas, além de fornecer diretrizes para a circulação de mercadorias e pessoas na região. Eles ilustram o gradual desenvolvimento dessa unidade territorial, revelando um complexo panorama de relações sociais e políticas implicadas na ocupação e povoamento do território brasileiro.

As políticas de colonização implementadas nas décadas de 1970 e 1980 em Rondônia foram influenciadas por essas primeiras cartografias realizadas pelo SPI. As expedições tinham objetivos diversos, incluindo a instalação de linhas telegráficas e explorações minerais, e refletiam um intrincado mosaico de dinâmicas sociais e políticas.

No contexto dessas expedições, os povos indígenas contatados foram meticulosamente mapeados, estabelecendo-se protocolos para contato, pacificação e integração nacional conforme a política indigenista do SPI. Esses processos, muitas vezes, resultaram em deslocamentos forçados de diversos grupos indígenas, incluindo os Massaká, Aikanã e Cassupá. Essas práticas refletem a complexidade e as consequências das políticas de colonização e integração territorial no Brasil.

CAPÍTULO 7

COLONIZAÇÃO NO CABO DA ENXADA

Fronteiras do século XX: Sertão, Oeste, Brasil Central e Amazônia

Até o momento, a pesquisa delineou a trajetória de fronteira e colonização direcionadas às vastas regiões interiores do Brasil, historicamente referidas como “sertão”. Este termo, frequentemente associado às áreas mais remotas e menos desenvolvidas, era predominantemente usado para descrever partes da Amazônia e do Nordeste. Contudo, antes de “Amazônia” se tornar a designação predominante para esta região extensa e diversificada, emergiram conceitos como “Oeste” e “Brasil Central”.

Será realizada uma revisão dos trabalhos de iniciação científica, uma análise bibliográfica sobre o tema e entrevistas com dezenas de agricultores que participaram dos programas de colonização. Além disso, foram conduzidas entrevistas com servidores do INCRA. A entrevista com Lilian Moser, pesquisadora que vivenciou parte do processo de colonização, emerge como um ponto significativo na pesquisa, destacando sua relevância como orientadora durante o período de iniciação científica.

Moser inicialmente sublinha a importância de valorizar não apenas as produções científicas, mas também as experiências que as fundamentam. Ela ressalta que a produção científica está intrinsecamente ligada às vivências pessoais, uma perspectiva que é enfatizada pelo pensador Boaventura de Sousa Santos. Segundo Boaventura, a ciência se manifesta no campo e nos meios populares, emergindo das experiências cotidianas. Moser considera essa abordagem enriquecedora e vê no trabalho que está sendo realizado uma ênfase na relevância da experiência prática no processo de produção do conhecimento científico e na relevância da experiência no processo de produção do conhecimento científico.

O INCRA desempenhou um papel fundamental em Rondônia, sendo uma presença marcante na formação do estado. Dos 54 municípios de Rondônia, mais de 40 foram estabelecidos com a sede do INCRA como ponto de referência para a delimitação do perímetro urbano. Durante o período em que Rondônia ainda era o Território Federal de

Guaporé, o orçamento destinado ao INCRA superava significativamente os recursos alocados para o território, destacando a importância estratégica e operacional do instituto na região.

O desmatamento na Amazônia tem sido um tema de preocupação global devido à sua magnitude e às implicações ambientais associadas. Estima-se que, na década de 1970, as derrubadas de florestas na região tenham alcançado 14 milhões de hectares, número que atualmente se aproxima de 70 milhões de hectares. Esta análise é baseada na publicação “Desmatamento na Amazônia (1970-2013)”, realizada pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada – RAISG, que fornece uma avaliação abrangente das tendências históricas e recentes do desmatamento.

A pesquisa da RAISG revela que, até 2013, o desmatamento acumulado na Amazônia correspondia a 13,3% da cobertura florestal original. Este dado é alarmante, pois indica que mais de um décimo da floresta amazônica original foi desmatado, refletindo um impacto significativo sobre a biodiversidade, os ciclos hidrológicos e o clima global. A Amazônia, conhecida como o pulmão do mundo, desempenha um papel crucial na regulação climática e na manutenção de um vasto número de espécies, e sua destruição tem consequências amplas e profundas.

A análise destaca dois períodos distintos em termos de desmatamento. Entre 1970 e 2000, ocorreu a maior parte da perda florestal, totalizando 9,7% da cobertura original. Este período foi marcado por uma intensa atividade de desmatamento, impulsionada por fatores como o crescimento econômico, a expansão agrícola e políticas governamentais que incentivavam o uso da terra. A pressão para transformar áreas florestais em terras agrícolas e pastagens levou a uma devastação em larga escala. Entre 2000 e 2013, a taxa de desmatamento diminuiu, resultando em uma perda adicional de 3,6%. Esta desaceleração pode ser atribuída a várias iniciativas de conservação e políticas ambientais mais rigorosas implementadas no início do século XXI.

A utilização do termo “marcha” revela uma dualidade semântica de notável profundidade na contextualização do programa de integração, colonização e povoamento do oeste brasileiro, conhecido como “Marcha para o Oeste”, iniciado por Getúlio Vargas em 1938. De um lado, a palavra “marcha” evoca a ideia de conquista territorial, associando-se à progressão estratégica e ao avanço militar na ocupação das regiões do Centro-Oeste e Amazônia. Paralelamente, o conceito de “marcha” também abrange a noção de um plano de ação coordenado que envolve a mobilização de “assalariados nacionais” para migrar e empreender a ocupação de áreas economicamente menos desenvolvidas, referidas como “regiões atrasadas” dentro do país. Vargas (1938) e Ricardo (1970) delinearão essa visão, que

Alcir Lenharo (1986) sintetiza ao afirmar que se tratava da “imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política”.

Essa dualidade evidencia como a palavra “marcha” encapsula tanto a ideia de avanço territorial quanto a de ação coordenada para o desenvolvimento regional. Nesse cenário, Vargas lançou o lema propagandístico: “o verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste”. A expedição Roncador-Xingu tinha como missão principal a exploração e colonização das terras ao longo dos rios Araguaia, Xingu e outras áreas do Brasil Central e Ocidental. Essa empreitada pioneira abriu caminho para os irmãos paulistas Orlando, Cláudio e Leonardo Villas Boas, que emergiram como destacados sertanistas do país.

Lançado em 1938, o projeto “Marcha para o Oeste” tinha como objetivo principal, de acordo com seu *slogan*, promover o assentamento e o desenvolvimento econômico da região central do Brasil. Este programa visava a ocupação de terras e a reestruturação econômica de vastas áreas do interior, habitadas tradicionalmente por populações indígenas e pequenos agricultores.

Esse projeto foi o início de muitos outros com essas características implantados nas décadas seguintes. A introdução de novos tipos de ocupação ocidental transformou esses territórios. Práticas agrícolas intensivas e a pecuária extensiva, incentivadas pelo governo, alteraram a paisagem e a dinâmica econômica local. Grandes fazendas e plantações substituíram modos de vida tradicionais e sistemas agrícolas de subsistência. Esta transformação foi acompanhada pela construção de infraestrutura, como estradas, pontes e, posteriormente, ferrovias, facilitando o transporte de produtos agrícolas e pecuários para os mercados consumidores.

Em paralelo, o governo brasileiro estabeleceu a Fundação Brasil Central – FBC e a Coordenação de Mobilização Econômica – CME, responsáveis por assegurar os recursos e a infraestrutura necessária para esta nova fase de colonização, reforçando a influência do estado no interior do país. Essa coordenação foi concebida dentro de um projeto mais amplo, cujo propósito era assegurar a defesa da economia brasileira frente aos problemas advindos da eclosão da guerra 1938-45¹⁰³.

A “Marcha para o Oeste” foi o tipo de projeto que abriam novas rotas para o escoamento de matéria-prima. Décadas mais adiante como consequência dessas ações vemos

¹⁰³ Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, cujo texto, porém, refere-se explicitamente apenas à criação do cargo de coordenador da Mobilização Econômica, e não à constituição de uma coordenação. Foi extinta em dezembro de 1945.

a expansão das “fronteiras agrícolas”, a produção de commodities como soja, milho, algodão e carne bovina aumentou substancialmente. Para suportar essa nova dinâmica, foi necessário desenvolver uma rede de transporte que conectasse essas áreas de produção com os centros urbanos e portos de exportação. Estradas – inúmeras delas tendo referências aquelas estabelecidas pelos povos indígenas – e ferrovias se tornaram corredores vitais para a economia, facilitando o fluxo de produtos e integrando o interior do Brasil ao mercado global.

A implementação do projeto “Marcha para o Oeste” refletiu uma estratégia governamental de desenvolvimento que buscava alinhar o Brasil com as tendências econômicas mundiais da época. No entanto, essa expansão territorial e econômica levantou questões sobre sustentabilidade ambiental, direitos das populações indígenas e justiça social.

O livro “A marcha para o Oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu”, escrita pelos irmãos Orlando e Cláudio Villas Bôas (2012), é um relato que documenta uma das expedições mais significativas na história da exploração e colonização do interior do Brasil. O termo “epopeia” é frequentemente associado a narrativas que descrevem feitos extraordinários e ações gloriosas de personagens históricos ou lendários. A expedição Roncador-Xingu, conduzida sob a égide da campanha Marcha para o Oeste, simbolizou uma aventura em territórios praticamente desconhecidos, repletos de desafios naturais e encontros com povos indígenas.

O livro dos irmãos Villas Bôas é uma representação literária desses eventos, descrevendo as adversidades, as conquistas, e a intrépida jornada dos exploradores pelo “coração do Brasil”. Eles relatam as dificuldades enfrentadas, os encontros com diferentes povos indígenas, e a complexidade de estabelecer um diálogo entre culturas tão distintas. Conforme Pacheco de Oliveira observa que estavam à procura das bases “culturais e históricos distantes das influências europeias, que não eram evidentes nas cidades [...]. Esse desejo levava a um movimento quase redentor em direção aos sertões, buscando vivenciar essas raízes em sua forma mais pura e inalterada” (2012, p. 18).

Contudo, é importante observar que, apesar da grandiosidade e da retórica heroica empregada, a epopeia da Expedição Roncador-Xingu também levanta questões críticas sobre o impacto dessas explorações nas comunidades indígenas e no meio ambiente. O encontro entre civilizações, a transformação de territórios e culturas, e a imposição de um modelo de desenvolvimento são temas que exigem reflexão e análise cuidadosa.

No prefácio da edição de 2012, desse livro que narra a expedição Roncador-Xingu, adjetivada como epopeia, Pacheco de Oliveira sublinhou duas comparações históricas significativas, Pacheco de Oliveira, fez comparações notáveis entre diferentes expedições

históricas no Brasil. A primeira comparação mencionada é com a comissão Rondon, que, três décadas antes, percorreu o interior de regiões como Mato Grosso, Guaporé, Acre e sul do Amazonas. Esta comissão teve como missão principal a pacificação de povos indígenas consideradas arredias e hostis, estabelecendo estações e linhas telegráficas. Notavelmente, a comissão Rondon adotou uma abordagem disciplinar militar, mas com um forte enfoque no respeito absoluto pelos povos indígenas, evitando a violência.

O segundo paralelo destacado por Pacheco de Oliveira é com a Coluna Prestes¹⁰⁴, uma marcha revolucionária que percorreu algumas das mesmas regiões exploradas por expedições posteriores, como a Roncador-Xingu. Este episódio sublinha a influência de trajetórias revolucionárias e ideais libertários na formação de muitos sertanistas proeminentes. Entre eles, destaca-se Francisco Meireles, cuja família estava profundamente envolvida em causas revolucionárias e utopias libertárias.

Essas comparações revelam a profundidade das interações e dos impactos das expedições na história e na cultura brasileira, particularmente em relação às populações indígenas e à ocupação dos sertões. Elas também sublinham a interligação entre diferentes momentos e movimentos históricos no Brasil, demonstrando como ações e políticas passadas podem influenciar e moldar eventos futuros.

Essa empreitada levou à criação de dezenove campos de aviação e quatro bases militares, demonstrando a escala e a seriedade do projeto. Além disso, 42 novas vilas e cidades foram estabelecidas ao longo de seu percurso, marcando uma expansão substancial da presença humana na região. Essa expansão incluiu a importante construção da estrada Cuiabá-Santarém, criando novos acessos terrestres. (Pacheco de Oliveira, 2012).

Um aspecto central da expedição foi o contato com dezoito povos indígenas. Por um lado, essa interação abriu caminho para uma maior compreensão e reconhecimento desses povos. Por outro lado, a crescente fronteira de colonização impôs riscos significativos para essas comunidades, ameaçando suas terras, culturas e modos de vida tradicionais. Um marco em seus esforços foi a fundação do Parque Nacional do Xingu em 1961, sob a presidência de Jânio Quadros.

Leonardo Monasterio e Philipp Ehr, no texto “Colônias de povoamento versus colônias de exploração: de Heeren a Acemoglu” (2015), exploram a evolução da tese que

¹⁰⁴ A Coluna Prestes foi um movimento político-militar que ocorreu no Brasil entre 1925 e 1927. Este movimento foi liderado por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, dois militares que, insatisfeitos com o governo da Primeira República, buscaram promover reformas políticas e sociais. A Coluna Prestes é notável por sua marcha de aproximadamente 25.000 quilômetros através de várias regiões do Brasil, abrangendo 13 estados, num período de dois anos e meio. Cf. Abreu (2001), Bastos (1986), Reis (2014).

argumenta que o tipo de colonização molda ou condiciona o destino das sociedades. Eles traçam um histórico sobre as diferentes categorias de “colônia” e como essa distinção influenciou a compreensão do desenvolvimento econômico e social nas regiões colonizadas.

A proposição de que o tipo de colonização impacta o desenvolvimento das sociedades não é nova. Adam Smith, em 1776, já havia introduzido uma tipologia das colônias. No entanto, foi no século XIX que essa tese foi desenvolvida mais profundamente pelos autores alemães Heeren (1817) e Roscher (1856). Esses historiadores influenciaram o economista ortodoxo francês Leroy-Beaulieu, que abordou o assunto em uma obra publicada em 1902.

No contexto brasileiro, Caio Prado Júnior é frequentemente associado à tese das colônias de povoamento versus colônias de exploração, mas Monasterio e Ehr esclarecem que Prado Júnior foi mais um divulgador dessa tese no Brasil do que seu criador. A ideia de que diferentes tipos de colonização (de povoamento e de exploração) levam a diferentes trajetórias de desenvolvimento ressurgiu nos Estados Unidos nas obras de North (1955; 1959) e Baldwin (1956).

A partir da década de 1990, a tese foi aprofundada por cliometristas como Engerman e Sokoloff (1997), que exploraram a questão sem fazer referência aos autores europeus anteriores. Eles argumentaram que as instituições estabelecidas durante o período colonial tiveram um impacto duradouro no desenvolvimento econômico das regiões.

Finalmente, a tese foi consolidada nos trabalhos de Acemoglu, Johnson e Robinson (2001; 2002), que forneceram evidências empíricas robustas para apoiar a ideia de que as diferenças nas políticas coloniais influenciam significativamente o desenvolvimento econômico a longo prazo. Eles distinguiram entre colônias de povoamento, onde os colonizadores europeus se estabeleceram permanentemente e desenvolveram instituições inclusivas, e colônias de exploração, onde o objetivo principal era a extração de recursos, muitas vezes à custa das populações locais.

Compreender a distinção entre colônias de povoamento e colônias de exploração é caminho para entender as divergências no desenvolvimento econômico e institucional entre diferentes regiões do mundo. As colônias de povoamento, como as encontradas na América do Norte, tendiam a desenvolver instituições mais democráticas e inclusivas, promovendo o crescimento econômico sustentável. Em contraste, as colônias de exploração, como muitas na América Latina e África, frequentemente estabeleciam instituições extrativistas que beneficiavam uma elite colonial à custa do desenvolvimento a longo prazo.

Monasterio e Ehr (2015) propuseram uma discussão com um panorama histórico da evolução da tese sobre os tipos de colonização, destacando a continuidade e transformação

das ideias desde Adam Smith até Acemoglu, Johnson e Robinson. Ao fazer isso, eles sublinham a importância de entender o legado colonial para as trajetórias de desenvolvimento das sociedades contemporâneas, oferecendo uma visão profunda sobre como as origens coloniais moldam as instituições e o crescimento econômico das nações.

Valorização econômica da Amazônia

Ao estudar a Amazônia, frequentemente nos deparamos com a utilização do termo “ostracismo”, especialmente ao contrastar o declínio do período de extração de látex com o surgimento de projetos de colonização dirigida, fundamentados em dados de exportação de borracha e padrões migratórios. Além disso, adjetivos como “abandono” e “decadência” são comumente associados a diferentes fases históricas da região. No entanto, uma observação atenta revela significativas mudanças na administração territorial ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo, indicando que, ao contrário de um estado de ostracismo, a região experimentou um dinamismo notável. Esse dinamismo se manifestou através da criação de agências especializadas no controle territorial e econômico, além do desenvolvimento de campanhas de propaganda nacionalista. Estas transformações refletem uma realidade mais complexa e ativa do que a sugerida pelos termos de estagnação frequentemente empregados.

No governo de Vargas, emerge uma incipiente tentativa de colonização, caracterizada pela criação da Fundação Brasil Central “destinada a desbravar e colonizar as zonas compreendidas entre os altos-rios Araguaia e Xingu, do Brasil Central e Ocidental¹⁰⁵”. Essa organização elabora projetos de colonização agrícola; como avaliou Lenharo (1986): “a criação das colônias agrícolas nacionais constitui um momento de uma escalada da política colonizadora, que começou a ser pensada após a famosa proclamação da “Marcha para o Oeste” uma vez que a expansão agrícola abrangia além da Amazônia, incluindo a região Centro-Oeste do país.

Em Rondônia, foram estabelecidas diversas colônias agrícolas com o intuito de promover uma ocupação mais organizada e sistemática da região. Essas colônias foram criadas em diferentes localidades e em diferentes anos, conforme relatado por Moser (2006). A colônia do “Iata” foi estabelecida em Guajará-Mirim, enquanto outras foram fundadas nas proximidades de Porto Velho. Em 1948, foi criada a colônia “Candeias”; seguida pela “Nipo-

¹⁰⁵ O Decreto-lei N. 5878, de 4 de outubro de 1943.

brasileira” e a “Treze de setembro” em 1954; e posteriormente a colônia “Paulo Leal” em 1959, na própria capital do Território, Porto Velho. Essas colônias representavam um esforço do governo para incentivar a agricultura e a colonização em áreas específicas, buscando uma distribuição mais equilibrada e estratégica da população e das atividades agrícolas na região. (Timóteo da Cunha e Moser, 2010).

A partir daí há um novo termo para o vocabulário capitalista ao processo de manutenção da fronteira aberta: “valorização econômica da Amazônia”. Nesse contexto, no final da década de 1940. Osório Nunes no livro “introdução ao estudo da Amazônia Brasileira” (1951) vê a criação dos territórios federais como uma política experimental e a “primeira execução da valorização econômica da Amazônia”, com medidas que se tornarão a base da política territorial brasileira. Essas medidas devem incluir: provisão de recursos adicionais; operações planejadas para redesenho territorial; migração, e colonização agrícola com áreas internacionais adjacentes; domínio efetivo do território; treinamento de administradores territoriais e preparação núcleos civilizatórios.

Em 1953, a criação da SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, que mais tarde se transformaria na SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, marcou o início de uma nova era de modernização para a região amazônica. Nesse mesmo período, a demarcação da Amazônia Legal foi estabelecida por lei, definindo os contornos geográficos e administrativos necessários para implementar políticas de desenvolvimento regional. Paralelamente, o Banco de Crédito da Amazônia foi transformado no BASA – Banco da Amazônia S/A, estabelecendo bases mais sólidas para uma efetiva ocupação capitalista da Amazônia.

O BASA, com suas novas atribuições, desempenhou um papel crucial na modernização financeira da Amazônia. Como uma instituição financeira dedicada a facilitar o desenvolvimento econômico regional, o BASA tornou-se um pilar na promoção da ocupação capitalista, facilitando o acesso ao crédito para grandes empreendimentos. Este banco teve enorme protagonismo no financiamento de atividades econômicas diversas, abrangendo desde a agricultura e a pecuária até a exploração mineral e industrial. O apoio financeiro proporcionado pelo BASA permitiu que grandes extensões de terra, anteriormente vistas como improdutivas, fossem transformadas em áreas de intensa atividade econômica. O crédito incentivou investimentos em infraestrutura, tecnologia e produção, impulsionando a economia regional. A capacidade do BASA de fornecer capital e suporte técnico ajudou a transformar a

Amazônia em uma região de crescente importância econômica dentro do Brasil. (Costa, Amaral & Lopes, 2023).

Além disso, entre as décadas de 1950 e 1970, o conceito de “rodoviarismo” ganhou proeminência, com os governos enfatizando a construção de estradas e a instalação de montadoras de automóveis. Este período foi marcado pela criação de uma infraestrutura viária robusta que facilitava a integração das diferentes regiões do país e o escoamento da produção. Em 1953, foi criada a PETROBRAS com a “Política Nacional do Petróleo”, que definiu as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, consolidando ainda mais a infraestrutura energética do país.

Durante o período da ditadura militar de 1964 a 1984, as bases estabelecidas nas décadas anteriores foram aproveitadas para a instituição de programas estratégicos de governo (1968-1970) que visavam a integração nacional, identificando polos para a instalação de indústrias. Em 1968, foram implementados incentivos fiscais para atrair empresas privadas para a região amazônica. Neste contexto, emergiu a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, com a premissa de impulsionar investimentos industriais no Amazonas. A SUFRAMA foi concebida para promover o desenvolvimento econômico através da criação de um polo industrial que pudesse competir em nível nacional e internacional, aproveitando os incentivos fiscais e as facilidades logísticas proporcionadas pela infraestrutura viária e energética. (Brito, 2001a e 2001b).

A modernização financeira promovida pelo BASA, junto com as iniciativas de rodoviarismo e a criação da PETROBRAS e da SUFRAMA, facilitou a implementação de uma ocupação capitalista que não apenas explorava os recursos naturais da Amazônia, mas também promovia a integração da região ao mercado nacional e internacional. O banco desempenhou um papel central na atração de investidores, oferecendo condições financeiras favoráveis e fomentando um ambiente propício ao desenvolvimento de grandes projetos.

Essa modernização financeira foi acompanhada por uma série de políticas públicas voltadas para a valorização econômica da Amazônia. A criação da Amazônia Legal proporcionou um arcabouço jurídico e administrativo que facilitou a coordenação de ações governamentais e privadas. A SPVEA, e posteriormente a SUDAM, atuaram como órgãos de planejamento e execução de projetos de infraestrutura, incentivando a ocupação e a exploração econômica de forma ordenada.

O impacto dessas iniciativas foi significativo. A disponibilidade de crédito pelo BASA permitiu a expansão de atividades agrícolas em grande escala, a implantação de projetos

pecuários, a exploração de recursos minerais e o desenvolvimento industrial. Esta transformação econômica resultou na criação de novos empregos, na melhoria das condições de vida para muitos habitantes da região e no aumento da produção de bens e serviços.

Em resumo, a modernização financeira promovida pelo BASA, juntamente com a infraestrutura de rodovias, a criação da PETROBRAS e da SUFRAMA, foi um componente central na estratégia de ocupação capitalista da Amazônia. Ao facilitar o acesso ao crédito e ao financiar grandes empreendimentos, essas instituições ajudaram a integrar a região ao desenvolvimento econômico nacional, transformando a Amazônia em uma área de vital importância para o Brasil.

O conceito de “rodoviarismo” abrange uma ampla gama de atividades, objetos e políticas relacionadas ao sistema de transporte rodoviário. Isso inclui, mas não se limita à, construção e manutenção de estradas e rodovias, veículos motorizados, indústria petrolífera, políticas públicas, investimentos financeiros, legislação, engenharia e a mentalidade predominante relacionada ao transporte rodoviário (Grandi, e Huertas, 2023)¹⁰⁶.

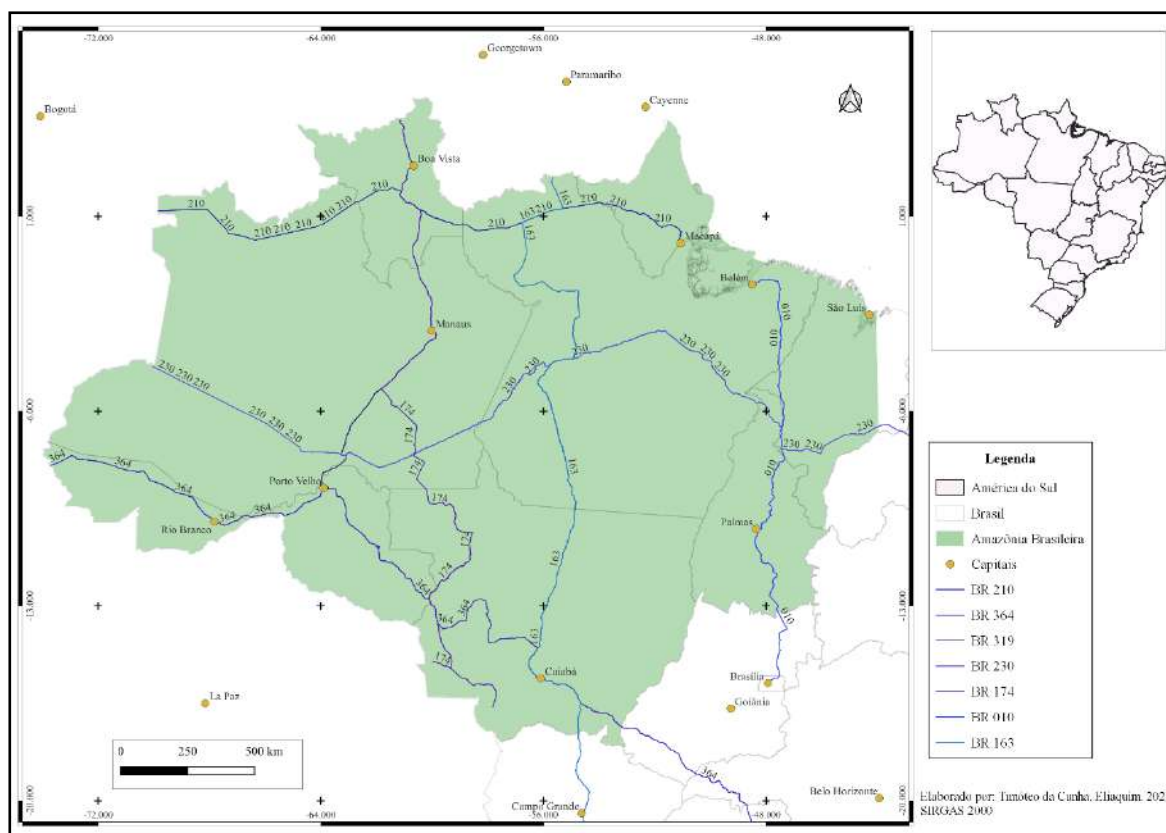
Além disso, o rodoviarismo deve ser considerado dentro do contexto da economia política, o que implica entender como as forças econômicas e políticas interagem para influenciar o desenvolvimento do transporte rodoviário. O rodoviarismo segundo Campos (2012) é “a defesa da rodovia como a melhor forma de integrar o território nacional e avaliação de sua superioridade sobre outras formas de transporte, como a ferroviária”. Ademais, o rodoviarismo está imerso em um contexto simbólico e ideológico associado à modernidade característica da segunda Revolução Industrial. Nesse período, houve uma forte relação entre a indústria do petróleo e valores culturais associados à velocidade e à eficiência na distribuição (como o transporte porta-a-porta), o que reflete a importância do transporte rodoviário na configuração do território nacional e na vida cotidiana das pessoas. (Ver figura a seguir).

Tabela 6 - Estradas de rodagem

¹⁰⁶ “Por rodoviarismo, conceituamos todo o conjunto de ações e objetos direta e indiretamente relacionados aos vários elementos componentes do modal rodoviário (construção e pavimentação de estradas de rodagem, veículo, petróleo, políticas públicas, investimento, base normativa, engenharia, mentalidade, entre outros), cuja compreensão demanda a análise de aspectos conjunturais e estruturais, técnicos e políticos, que tornaram possível a sua emergência, expansão e consolidação no país, com profundos impactos em sua configuração territorial”. (Grandi, e Huertas, 2023, p. 19).

Estrada	Ano de Início	Extensão Total (km)	Detalhes Adicionais
Belém-Brasília (BR-010)	1960	1959	Criada em 1960
Cuiabá-Porto Velho (BR-364)	1960	4230	Iniciada em 1960, atualmente com início em São Paulo e final no Acre
Cuiabá-Santarém (BR-163)	N/A	3470	1780 km dentro da Amazônia, saindo de Santarém/PA até o Rio Grande do Sul
Transamazônica (BR-230)	1972	4223	Nunca totalmente asfaltada, de João Pessoa/PB a Lábrea/AC
Manaus-Boa Vista (BR-174)	1976	3319	Inicialmente com 715 km, interliga MT, RO, AM e RR até a Venezuela
Porto Velho – Manaus (BR-319)	1976	932	Trecho de 932 km

Figura 19 - Principais estradas de rodagem na Amazônia

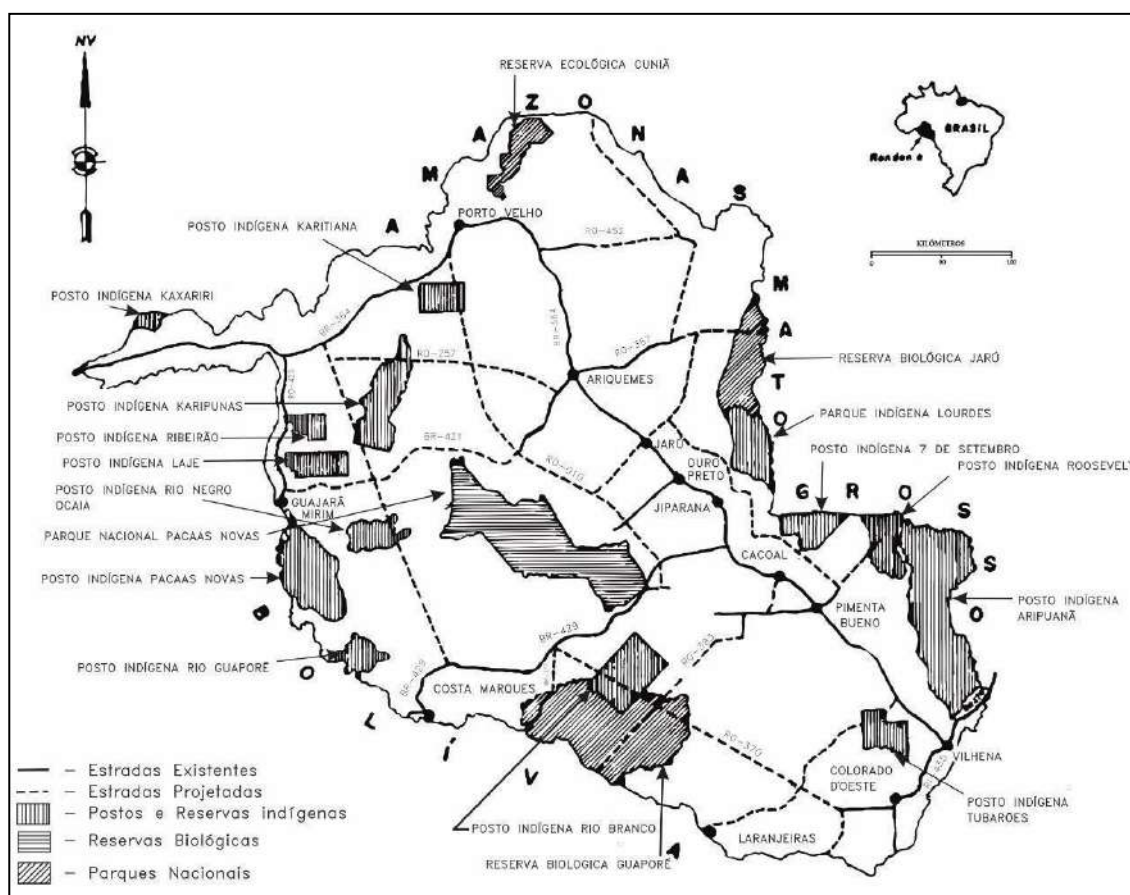


Na contextura amazônica, ao longo do processo de ocupação, as vias de acesso desempenharam um papel marcante nas estratégias de ocupação da região. A expansão das

estradas impactou profundamente a forma como os espaços foram explorados e habitados, alterando drasticamente as prioridades das zonas de fronteira e permitindo a construção de relativa autonomia em relação aos cursos d'água, que historicamente haviam sido os principais meios de transporte. Conforme estudado por Philip Fearnside (1989, p. 59): “as estradas planejadas seguem linhas retas e diretas para pontos das vias principais, passando por cima de quaisquer reservas que possam estar localizadas entre os pontos de ligação”. A figura a seguir representa essas estradas.

É importante ressaltar a presença dos postos indígenas. Mesmo diante da alteração das prioridades nas zonas de fronteira, os rios Guaporé e Mamoré, bem como os postos indígenas, continuaram a desempenhar um papel significativo na manutenção da fronteira. A seguir, uma figura com representações de estradas no período da colonização do INCRA.

Figura SEQ Figura * ARABIC 20 - - Estradas oficiais e espontâneas na colonização em Rondônia



(Fonte: Fearnside, 1989).

Esse processo de construção de estradas na Amazônia não apenas transformou a geografia física, mas também teve implicações socioeconômicas e simbólicas significativas.

As estradas abriram caminho para o estabelecimento de novas comunidades, a exploração de recursos naturais e a expansão das atividades econômicas. No entanto, essa expansão também trouxe consigo desafios e conflitos, como a pressão sobre as terras indígenas, a degradação ambiental e a reconfiguração das dinâmicas sociais.

O desenvolvimento das estradas na região amazônica foi acompanhado por um forte apelo simbólico. Slogans como “o homem sem terra para a terra sem homem” refletiram a narrativa de que a construção de estradas traria desenvolvimento econômico, oportunidades de ocupação e progresso social. Essa narrativa também lançou as bases para o que viria a ser conhecido como “rodoviarismo” no Brasil, uma abordagem centrada na expansão das redes rodoviárias como um motor de desenvolvimento.

As estradas na Amazônia tiveram efeitos complexos e multifacetados. Enquanto trouxeram acesso a novas áreas e recursos, também desencadearam transformações profundas na paisagem e nas culturas locais. Além disso, as estradas muitas vezes acirraram tensões entre diferentes grupos, como populações tradicionais, agricultores, empresas e comunidades indígenas.

Os seringais voltam à cena

Quando o governo federal brasileiro iniciou a implementação da legislação agrária, enfrentou o desafio material de aplicá-la integralmente de uma só vez. Era necessário adaptar-se gradualmente ao novo sistema fundiário, priorizando áreas conforme autorizado e previsto na lei, onde a política agrária seria implementada inicialmente.

Foi estabelecida prioridade para a implantação da reforma agrária em Rondônia, especificamente em uma área ao longo da rodovia que conecta Porto Velho ao sul do país. Essa decisão fundamentou-se nas diretrizes de um projeto elaborado pelo Distrito de Terras de Rondônia e Acre, que forneceu os dados necessários para o loteamento das terras destinadas à colonização oficial. A escolha de Rondônia como área prioritária devido a localização estratégica ao longo da rodovia facilitava o acesso e a integração das novas colônias ao restante do país, promovendo o desenvolvimento econômico e social da região.

Já no final da década de 1960, seringalistas entraram com ações judiciais visando indenizações junto ao INCRA, uma vez que as terras que lhes foram concedidas seriam destinadas aos projetos de colonização. Na adiante, uma representação cartográfica produzida

pelo INCRA, vemos um exemplo de dois seringais sendo sobrepostos pelo projeto de incentivo à colonização “Ouro Preto”.

O caso envolve as firmas seringalistas “Pantoja & Irmão”, do seringal “Currallinho”, e “Boa Vista”. Ambas estavam registradas na junta comercial de Rondônia e no cadastro geral de contribuintes do Ministério da Fazenda, localizando-se no município e comarca de Porto Velho, então território federal de Rondônia. Essas firmas, representadas por seus advogados, ingressaram com uma ação de interdito possessório para reintegração de posse contra o INCRA.

O processo judicial, que se desenrolou por aproximadamente três anos, foi marcado por intensos conflitos entre seringueiros e agricultores. Durante esse período, a disputa pela posse das terras evidenciou as tensões entre os diferentes atores envolvidos no processo de colonização e reforma agrária. De um lado, os seringalistas defendiam seus direitos de posse com base em registros comerciais e históricos de ocupação; de outro, os agricultores e colonos buscavam acesso à terra como parte dos programas de redistribuição promovidos pelo governo federal.

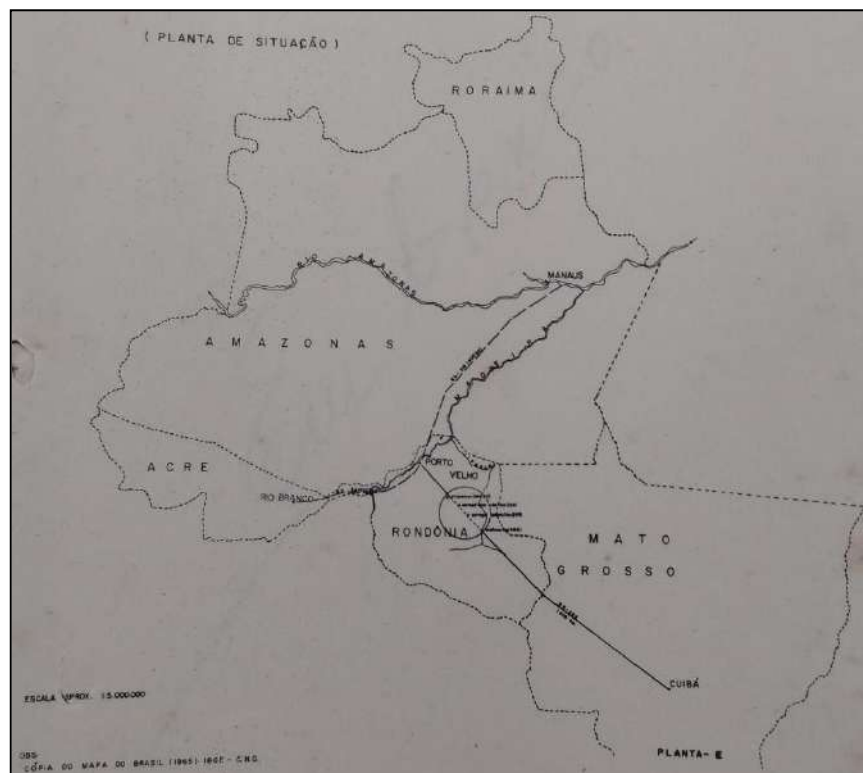
Ao final do processo, a decisão judicial foi favorável ao INCRA, determinando que as terras em disputa fossem destinadas aos projetos de colonização. A sentença judicial ressaltou a importância dos objetivos de reforma agrária e colonização para o desenvolvimento da região, justificando a destinação das terras para esses fins. Como parte da decisão, os seringalistas foram indenizados pelo INCRA, recebendo compensações financeiras pelas terras expropriadas.

Essa decisão judicial teve amplas implicações para a política agrária na região. Por um lado, reforçou a legitimidade das ações do INCRA e do governo federal em promover a reforma agrária e a colonização oficial. Por outro, destacou as dificuldades e conflitos inerentes ao processo de redistribuição de terras, evidenciando as complexas relações de poder e interesse entre seringueiros, agricultores e o estado.

A implementação da reforma agrária em Rondônia, e o subsequente processo judicial envolvendo os seringalistas, exemplifica os desafios e as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que acompanham a redistribuição de terras no Brasil. Essa experiência específica em Rondônia pode servir como estudo de caso para entender melhor as interações entre legislação agrária, políticas de desenvolvimento regional e as realidades locais. Além disso, proporciona uma perspectiva crítica sobre as estratégias utilizadas pelo governo federal para promover a

colonização e a reforma agrária, bem como sobre os impactos dessas políticas nas comunidades locais e nos diferentes grupos sociais envolvidos.

Figura 20 - Zona prioritária de colonização



Para ser mais preciso, os seringais não desapareceram de cena; mesmo com a produção de borracha em declínio, eles permaneceram como unidades sociais que moldaram o curso das novas ocupações na Amazônia. Abaixo, apresento um mapa no qual os seringais destacados foram selecionados por desempenharem um papel importante nas ocupações em Rondônia.

No decreto-lei nº 4.841, de 1942 dispõe da organização para concessão de empréstimos concedidos pelo Banco de Crédito da Borracha S.A. “para o desenvolvimento da produção da borracha, e dá outras providências”. Nessa mesma lei era definido o direito à terra de seringal por parte do seringalista.

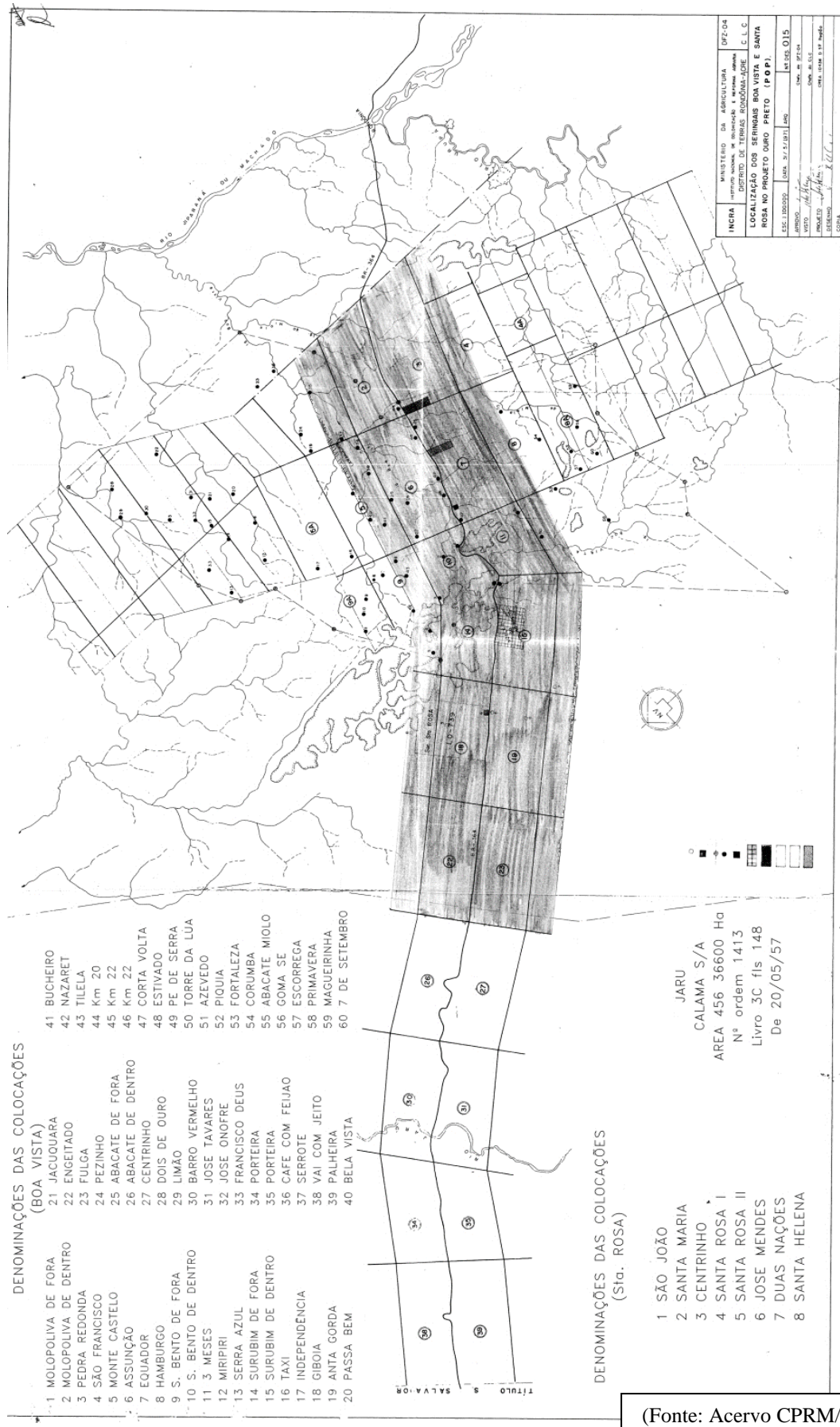
Art. 2º Fica assegurada, pelo prazo de 6 (seis) anos, a contar desta data, a continuidade da exploração dos seringais pelos seringalistas que exerceram sua atividade produtora regularmente até janeiro do corrente ano, ainda que a propriedade do seringal se transforme ou modifique por ato inter-vivos, por causa-mortis, sucessão ou decisão judicial. A transferência, cessão ou venda da exploração do seringal pelo seringalista não se poderá operar sem prévia anuência expressa do Banco. (Brasil, 1942).

Nos primeiros quinquênios de 1940 foram homologadas leis e decretos regularizando essas atividades extrativistas, principalmente, quanto a borracha e castanha. Os Estados

Unidos passaram a ser o principal comprador dessas matérias, houve a entrada direta na segunda guerra mundial. O Brasil estabeleceu *status* de soldado aos seringueiros, os soldados da borracha. (Neeleman, 2015).

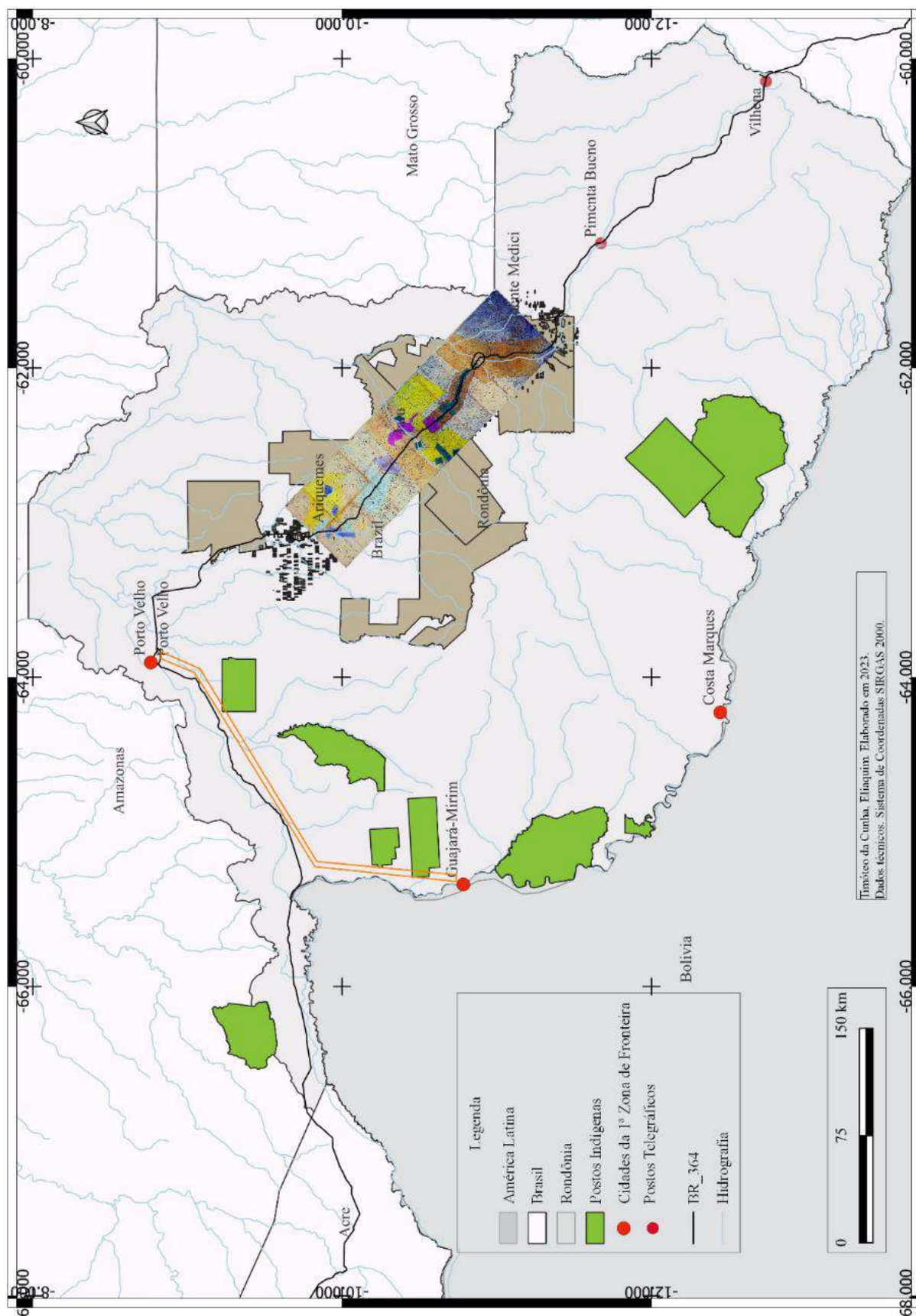
Na figura a seguir apresento um mapa de sobreposição dos projetos de colonização sobre as terras dos seringais, como mencionado nas páginas anteriores. Nesse contexto, os seringais perderam sua relevância econômica e, conseqüentemente, seu espaço político, diante dos projetos de colonização com foco na agricultura e na pecuária. Em outras regiões que anteriormente eram dominadas pelos seringais, a produção continuou, embora de forma menos expressiva. Isso evidencia que a prioridade de ocupação da fronteira foi efetivamente deslocada.

Figura 21 - Localização dos seringais em 1971



(Fonte: Acervo CPRM/RO)

Figura 22 - Seringais e sobreposição com INCRA



INCRA

As agências INCRA e FUNAI destacam-se na conjuntura da “colonização no cabo da enxada”, desempenhando um papel crucial na configuração territorial mais recente de Rondônia. Essas duas instituições, baseando suas ações em expedições e informações provenientes de agências anteriores como o SPI e o SGB/CPRM, influenciaram profundamente a dinâmica territorial da região. Segundo Ianni (1986, p. 122), “Na prática, o INCRA, a FUNAI, a Sudam e o Basa, entre outros órgãos do governo federal, estaduais, territoriais e municipais, continuaram a servir à criação, expansão ou consolidação dos latifúndios, fazendas e empresas de propriedade de estrangeiros na Amazônia e no país”. Além disso, essas agências possuíam uma expertise e autoridade estatal para identificar quais territórios estavam associados a determinadas populações, promovendo deslocamentos ou legitimando deslocamentos passados, o que frequentemente resultava na concentração de dezenas de povos diferentes em uma mesma terra indígena, impulsionados pelas forças de poder que fomentam o desenvolvimento capitalista.

O INCRA foi regulamentado pelo Decreto-Lei Nº 1.110/70, que extinguiu o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária – GERA. Estas instituições operavam de forma independente, cada uma com objetivos específicos voltados a diferentes grupos populacionais. O INCRA tinha a responsabilidade de estabelecer famílias agricultoras na Amazônia, enquanto a FUNAI tinha como missão entrar em contato com os povos indígenas e mitigar os impactos das ocupações ocidentais naquela região.

Após a década de 1980, inúmeros conflitos ocorreram, incluindo pistolagem, chacinas e sobreposição de terras. A figura abaixo ilustra a sobreposição do projeto de colonização dirigida Burareiro com a Terra Indígena Uru-eu-Wau-Wau. Durante a década de 1970, foram estabelecidos no nordeste de Rondônia dois projetos de assentamentos dirigidos – PAD, conhecidos como Burareiro e Marechal Dutra. Esses assentamentos visavam não apenas fortalecer a segurança nas fronteiras do país, mas também solucionar os conflitos por terras que ocorriam em outras regiões. O cultivo de cacau era o foco principal no PAD Burareiro, enquanto o PAD Marechal Dutra se concentrava no cultivo de café. Além disso, as dimensões das terras eram distintas – 250 hectares no Burareiro e 100 hectares no Marechal Dutra – e os critérios para seleção das famílias também variavam (Cordeiro, 2015).

Por outro lado, em entrevista com a antropóloga Maria Lúcia Cardoso no Rio de Janeiro, em 2017, conta sobre as atividades do grupo de trabalho para demarcação da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Ela enfatiza que a terra que abrange mais de um milhão de hectares (1.832.300 hectares), está situada em diversos municípios de Rondônia, incluindo Guajará-Mirim, Costa Marques, entre outros. A demarcação dessa terra foi oficializada pelo decreto 91.416/85 e finalizada em 1986. Contudo, a área já havia sido interditada pela FUNAI em 1973, ocupando 879.800 hectares, para proteger os Uru-Eu-Wau-Wau. Após a homologação, o Governo de Rondônia contestou a decisão, argumentando em favor dos lotes com títulos definitivos emitidos pelo INCRA. O PAD Burareiro foi instituído em 1974, enquanto a homologação da TI Uru-Eu-Wau-Wau foi realizada conforme o parágrafo primeiro do artigo 19 da Lei 6001/73, registrando a área em nome da União Federal¹⁰⁷. Mauro Leonel, (1995) fez um trabalho contundente sobre o contato desse povo na década de 80.

O conflito em questão, que já dura mais de 40 anos, continua sem uma resolução definitiva. Em 2022, o diretor Alex Pritz lançou o documentário intitulado “O Território”, que retrata a realidade dos indígenas e os desafios enfrentados por eles, destacando as áreas de disputa dentro da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Este documentário oferece uma perspectiva íntima e detalhada sobre as tensões e os impactos deste longo litígio territorial.

¹⁰⁷ Para uma descrição mais completa da trajetória desse conflito com dados até 2021 ver (Cordeiro, 2021, p. 177). “A extensão da área litigiosa da sobreposição de terras do PAD Burareiro e da TI Uru-Eu-Wau-Wau está especificamente localizada entre os municípios de Montenegro, Cacaúlândia e Governador Teixeira. De acordo com dados do Instituto Sócio-Ambiental (ISA), em 1994, a FUNAI entra com uma ação contra o INCRA pela anulação dos títulos que estivessem localizados dentro da área da terra indígena. O parecer foi desfavorável, uma vez que o entendimento jurídico era de que a FUNAI deveria entrar contra cada um dos proprietários de títulos definitivos. No entanto, esse procedimento se tornou um problema, tendo em vista que a maioria dos títulos já havia sido vendidos a terceiros.”

Outro servidor do INCRA entrevistado, Raimundo Nonato Paiva, forneceu detalhes sobre o início das operações da instituição. Ele explicou que, naquele período inicial de colonização, muitos trabalhadores do INCRA eram regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Segundo Paiva, o regime CLT proporcionava flexibilidade contratual, permitindo demissões relativamente fáceis. Se um superior não se agradasse de um empregado, poderia demiti-lo sem grandes complicações. Essa flexibilidade pode ser interpretada como uma tentativa de adaptação às condições voláteis e desafiadoras do processo de colonização, onde a eficiência e a capacidade de resposta rápida eram fundamentais.

Em 1977, José Lopes coordenou a demarcação e a entrega dos dez primeiros lotes urbanos na localidade que hoje é a cidade de Rolim de Moura. Ele ficou impressionado com a rapidez do desenvolvimento da cidade, especialmente ao compará-la com sua cidade natal no Rio Grande do Norte, que, com cerca de 20 mil habitantes e 200 anos de existência, contrastava fortemente com a nascente Rolim de Moura, emergindo rapidamente da exuberante floresta amazônica. Este contraste ressalta a intensidade e a velocidade do processo de colonização e urbanização na Amazônia, impulsionado pela política de ocupação territorial.

José Lopes descreveu a logística do INCRA em Rondônia como significativa, mas insuficiente para atender às vastas necessidades da região, que começava a ser desbravada e desenvolvida em uma área completamente coberta pela mata. Uma das maiores dificuldades enfrentadas era a ausência de empresas capacitadas para contratar serviços de construção de estradas na década de 1970. Por conta disso, o INCRA adquiriu maquinário próprio para essa finalidade. A construção da BR-364, por exemplo, teve seu início sob a responsabilidade do exército, evidenciando a colaboração entre diferentes instituições governamentais para superar os desafios logísticos e infraestruturais.

A análise do papel do INCRA e dos migrantes como José Lopes revela uma complexa rede de interdependências entre o governo federal, instituições regionais e a população local. A política de colonização não apenas visava a ocupação territorial e a integração econômica da Amazônia, mas também buscava moldar a identidade e a estrutura social da região. A rápida urbanização e o desenvolvimento de infraestruturas como estradas refletem tanto a ambição quanto as dificuldades inerentes a esse processo.

Os relatos de José Lopes e Raimundo Nonato Paiva ilustram a profundidade dos desafios enfrentados durante a colonização da Amazônia. As experiências desses indivíduos

fornece uma perspectiva valiosa sobre a transformação socioeconômica da região, destacando o papel crucial de políticas governamentais e iniciativas individuais na formação do cenário atual de Rondônia.

Naquele período, a maior parte das iniciativas de desenvolvimento era estatal. O INCRA possuía uma infraestrutura abrangente, incluindo patrulhas mecanizadas para construção de estradas, apoio aéreo com base em Ouro Preto, consistindo em cinco helicópteros e um avião executivo em Porto Velho. O governo do território, na época, não dispunha de tais recursos, e, portanto, muitas das responsabilidades recaíam sobre o INCRA.

José relata que a relação entre o INCRA e o governo do território era pacífica e respeitosa, com o INCRA sendo frequentemente requisitado para apoiar o governo. Durante o período em que chegou a Rondônia, o governador era o coronel Humberto da Silva Guedes, seguido por Jorge Teixeira, que é mais conhecido. No entanto, José acredita que o coronel Guedes teve um papel fundamental na consolidação da ocupação e estruturação de Rondônia. Foi durante o governo de Guedes que se iniciaram os estudos e diagnósticos que possibilitaram o primeiro grande empréstimo com recursos internacionais, provenientes do Banco Mundial, dando origem ao programa POLONOROESTE.

Em 1970, Rondônia contava com aproximadamente 100 mil habitantes. Atualmente, a população do estado se aproxima de 2 milhões. Naquela época, existiam apenas dois municípios em Rondônia, mas hoje o estado possui 52 municípios. Vale ressaltar que a criação de novos municípios foi interrompida em 1995, sendo os últimos formados nesse ano. Desde então, já se passaram duas décadas sem a criação de novos municípios. Portanto, dos 52 municípios atuais de Rondônia, 50 foram estabelecidos após a chegada do narrador ao estado.

Este crescimento significativo no número de municípios é, sem dúvida, um resultado direto das atividades de colonização e da organização fundiária realizada pelo INCRA. Embora algumas localidades já tivessem alguma referência anterior, como os municípios que surgiram em locais onde foram instalados postos telegráficos, a maioria desses lugares desenvolveu-se e expandiu significativamente após o processo de ocupação e colonização conduzido pelo INCRA.

José Lopes Oliveira é o autor do livro “Rondônia, geopolítica e estrutura fundiária”, lançado em 2010. Esta obra, que foi fruto do seu trabalho de conclusão do curso de direito, é dividida em quatro capítulos. O livro foi elaborado com o intuito de homenagear o INCRA pelos seus 40 anos de existência; tendo como base suas memórias e documentos daquele instituto.

No conteúdo, Oliveira oferece uma visão geral sobre os principais projetos de colonização em Rondônia, incluindo os PICs – Projetos Integrados de Colonização, PAdS – Projetos de Assentamento Dirigidos e PAs – Projetos de Assentamentos. Cada um desses projetos é detalhado no livro, com informações sobre o ano de criação, área, capacidade de assentamento e os órgãos que atuaram nesses projetos. Além disso, o autor destaca que esses projetos foram fundamentais na origem de pelo menos um município na região.

Os conflitos entre colonos do INCRA e populações indígenas na região de Cacoal em 1976 são mais um exemplo da complexidade e da recorrência de tais desafios. José Lopes, que chegou à região em 1977, relata que a sede do INCRA, anteriormente um território indígena, já mostrava sinais da presença ancestral dos povos nativos, evidenciada pela descoberta de artefatos durante caminhadas, sem necessidade de escavações. O processo de ocupação por colonos levou a confrontos violentos, culminando em mortes tanto de colonos quanto de indígenas. Na época de sua chegada, a Terra Indígena Sete de Setembro, ocupada pelos Suruí e Cinta Larga, já havia sido demarcada.

Mesmo com a delimitação dessa terra indígena, os conflitos não cessaram, persistindo ao longo dos anos seguintes. Lopes recorda um incidente específico entre 1978 e 1979, durante sua gestão no projeto Ji-paraná do INCRA em Cacoal, onde os Suruí enfrentaram um grupo de colonos que avançava sobre a área indígena. A situação levou a FUNAI a buscar intervenção judicial, resultando na decisão de remover os colonos das terras indígenas. Nessas circunstâncias, o INCRA desempenhava um papel fundamental, sendo chamado para reassentar as famílias deslocadas, com o objetivo de mitigar as consequências desse processo de realocação.

Olavo Nienow, foi outro interlocutor com quem conversei sobre a experiência vivida durante a colonização. Ele atuou no INCRA e na CPT. Originário do Rio Grande do Sul, inicia sua narrativa destacando sua formação como estudante de teologia da igreja luterana. Ele situa sua trajetória no contexto do regime militar brasileiro e do auge da teologia da libertação, um período em que ele e um grupo de estudantes de teologia se sentiram impelidos a buscar uma abordagem mais prática para sua fé e ação social. Rompendo com a faculdade, Nienow e seus colegas decidiram se dedicar a atividades pastorais em Mato Grosso, impulsionados por um convite de um padre local.

Neste período em Mato Grosso, Nienow conheceu sua futura esposa, Elza, e juntos decidiram casar-se. Logo após o casamento, receberam um convite da igreja luterana do Coroadó do Oeste, em Rondônia, para iniciar um trabalho pastoral em um projeto de colonização do INCRA, conhecido como PIC, que estava em sua fase inicial em 1979. A

região enfrentava enormes desafios, incluindo conflitos de terra e um influxo crescente de migrantes.

Nienow e Elza inicialmente trabalharam como professores em uma escola rural, mas diante dos crescentes conflitos de terra e o envolvimento das igrejas católica e luterana no apoio à população afetada, decidiram-se por uma mudança de direção. Eles se envolveram em um projeto de apoio a migrantes, vinculado à CPT, uma organização já estabelecida naquela época. Nienow assumiu o trabalho nesse projeto por volta de 1980 ou 1981, deixando seu posto de professor para se dedicar integralmente a essa nova missão.

Olavo Nienow oferece uma leitura do cenário político e histórico de Rondônia, conectando eventos locais e nacionais para traçar o desenvolvimento do estado. Ele começa observando que até a década de 1970, Rondônia tinha apenas dois municípios - Porto Velho e Guajará Mirim. Os conflitos com populações indígenas, que sempre foram uma realidade na região, se concentravam principalmente nessa área norte durante o ciclo da borracha e a construção da EFMM.

Nienow destaca que a exploração do ouro e da cassiterita expandiu esses conflitos para áreas mais interiores do estado, afetando diferentes populações indígenas de maneira mais intensa do que os seringais, especialmente na região norte. Ele então relaciona esses conflitos locais com o cenário político nacional, enfatizando a mudança significativa que ocorreu com o golpe militar de 1964. Nienow aponta que os militares, ao assumirem o poder, estabeleceram uma estratégia geopolítica focada na segurança nacional e na ocupação do território brasileiro. Os territórios federais, como Rondônia, foram vistos como áreas chave para essa estratégia, especialmente considerando que eram de responsabilidade direta do governo federal.

O papel dos militares foi particularmente influente devido aos conflitos agrários que se desenrolavam no país, com destaque para as tensões no Nordeste (principalmente em Pernambuco com as Ligas Camponesas), em Minas Gerais e no Paraná. Essas disputas por terra influenciaram a abordagem dos militares, que viam a colonização de Rondônia como uma oportunidade para implementar suas políticas de segurança e ocupação territorial, bem como para lidar com as tensões agrárias que afetavam outras regiões do Brasil.

Lilian Moser narra sua chegada a Rondônia, um processo marcado por sua afiliação religiosa com as irmãs catequistas franciscanas, originárias do interior de Santa Catarina. Sua vinda foi impulsionada pelo período de migração intensa na região, e Ariquemes foi escolhida como local de residência por ser um polo migratório significativo, recebendo pessoas de

várias partes do país. A migração, descrita por ela como “frenética”, reflete a intensidade e a complexidade desse fenômeno social.

Moser reflete sobre o impacto da colonização em Ariquemes durante os anos 80, um período marcado por intensa migração e políticas estaduais voltadas para o desenvolvimento da região. Ela observa que, inicialmente, havia um entendimento limitado sobre o processo de colonização, especialmente em relação ao tratamento dispensado aos migrantes pelo estado, sob a gestão de Jorge Teixeira, conhecido como Teixerão.

Ela destaca a criação de diferentes projetos na área rural de Ariquemes, como o Burareiro, Marechal e os Panceiros. O projeto Burareiro, em particular, era voltado para indivíduos com maior poder aquisitivo, precursores do que mais tarde seria conhecido como agronegócio, formando uma espécie de elite agrária na região. Em contraste, os projetos destinados às classes mais baixas não forneceram terra suficiente para todos, resultando em problemas sociais significativos na área urbana. Muitas dessas pessoas, não contempladas nos projetos de colonização, acabaram se estabelecendo na cidade em busca de trabalho e oportunidades, enfrentando situações de marginalização e desemprego.

Moser também menciona o grave problema da malária, que afetava uma grande parte da população na época, exacerbando os desafios sociais enfrentados pela comunidade. Esta situação reflete a complexidade e as dificuldades associadas ao processo de colonização e desenvolvimento urbano na região de Ariquemes durante a década de 80.

Lilian Moser descreve sua experiência de trabalho com migrantes em Ariquemes, Rondônia, focando na dimensão política do acompanhamento dessas pessoas, além do aspecto sacramental. Ela relata ter enfrentado ameaças de morte e prisão devido ao seu envolvimento ativo em questões de despejo e conflitos de terra, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Moser destaca que Ariquemes foi um ponto crucial para muitas disputas relacionadas à terra.

Ela menciona a existência de uma comunidade distinta em Ariquemes, conhecida como Vila Velha, que abrigava antigos seringueiros e suas famílias. Esta comunidade era vista de maneira diferente pelos migrantes que chegavam à região, pois representava um estilo de vida tradicional e extrativista. Moser lembra de figuras emblemáticas desta comunidade, como um seringueiro que adquiriu habilidades dos povos indígenas e um homem negro também oriundo dos seringais. Ela observa que essa população tradicional foi dominada pelos migrantes, resultando em conflitos.

Moser comenta sobre a visão urbanística de Ariquemes, planejada nos moldes de Brasília com ruas largas e alamedas. No entanto, ela aponta que o poder público local enfrentou dificuldades em desenvolver essa infraestrutura de forma eficiente. O relato de

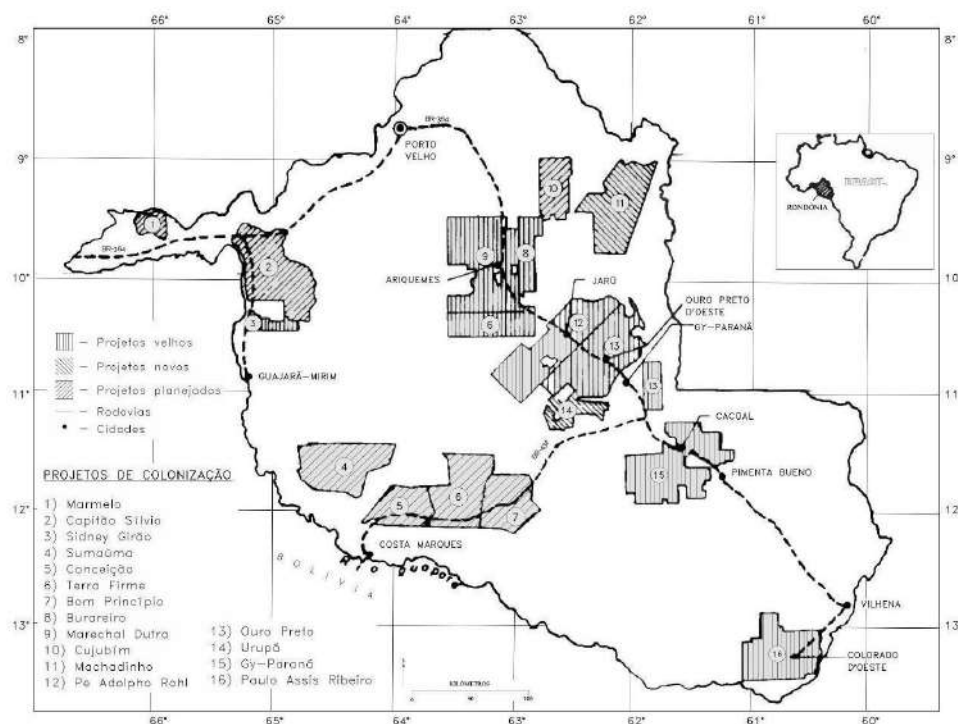
Moser oferece uma visão sensível e crítica dos desafios sociais, políticos e urbanísticos enfrentados em Ariquemes durante o período de intensa migração e mudanças demográficas.

Desmatamento Comanda a Vida

Os projetos de colonização agrícola foram implantados em Rondônia entre 1970 e 1984, foram pontos de referências para construção de dezenas de municípios no estado, a saber: PIC Ouro Preto (1970), PIC Sidney Girão (1971), PIC Ji-Paraná (1972), PIC Paulo de Assis (1973), PIC Adolph Rohl (1975), PAD Burareiro (1974), PAD Marechal Dutra (1978), PAD Machadinho (1982), PAD Bom Princípio (1983) e PAD Cujubim (1984)¹⁰⁸. O novo adjetivo encontrado na prática discursiva estatal que também foi trabalhada na literatura acadêmica: “fronteira agrícola” e/ou “fronteira agropecuária”.

¹⁰⁸ “Os mapas revelam que os projetos em estudo estão localizados em solos muito mais pobres do que os projetos existentes e sugerem que as perspectivas para agricultura são desfavoráveis. Mesmo a escala grosseira de informação (mapas de 1:1.000.000 baseados em imagens de 1:250.000) disponível antes que os planos fossem iniciados indicava baixo potencial agrícola das áreas escolhidas para os projetos planejados (Brasil, Ministério das Minas e Energia, DNPM, Projeto Radambrasil, 1978, 1979; Furley, 1980)”. (Fearnside, 1989, p. 51).

Figura 24 - Localização das áreas de colonização em Rondônia



Fonte: (Fearnside, 1989).

A tabela a seguir foi adaptada por Henriques (1984) teve como referência George Martine (1979) “*Colonization in Rondônia and the Reproduction of Conditions Prevailing*” por isso que os dados alcançam 1979. Aqui estão citados a título de introdução e para apontar os objetivos na regularização de terras, que em algumas décadas após o início fomentou o mercado de terras e crescimento dos grandes latifúndios conforme apontado nas pesquisas de Amaral (2004; 2007).

Tabela 7 - Área e famílias assentadas nos projetos de colonização (1978)

PROJETOS	ÁREA TOTAL (ha)	NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS			TÍTULOS DE TERRAS DISTRIBUÍDO S
		ATÉ 1978	ESPERADO 1979	META	ATÉ 1978
OURO PRETO	512.585	4.414	419	5.133	2.932
GY-PARANÁ	486.137	3.922	834	4.756	1.294
PAULO DE ASSIS RIBEIRO	293.580	2.463	511	2.974	712

Pe. Adolpho Rohl	413.552	2.247	500	4.341	1.131
SIDNEY GIRÃO	60.000	485	15	500	383
MARECHAL DUTRA	494.661	2.220	703	4.520	397
BURAREIRO	304.925	731	203	1.214	158
TOTAL	2.565.440	16.482	3.485	23.438	7.007

(Fonte: Henrique, 1984).

Ao avaliar os títulos de terras distribuídos, notamos discrepâncias significativas entre o número esperado de famílias e os títulos efetivamente emitidos. Esta discrepância pode indicar atrasos no processo de titulação ou desafios burocráticos que impactaram a regularização fundiária. Fatores como financiamento, infraestrutura, logística e desafios socioeconômicos também entram nessa equação, refletindo as complexidades inerentes ao processo de colonização.

Tabela 8 - Crescimento demográfico do Brasil e Rondônia (1950-2022)

PERÍODO	BRASIL		RONDÔNIA	
	QUANTITATIVO	%	QUANTITATIVO	%
1950	51.944.397	-	36.935	-
1960	70.992.343	36,67	70.738	91,64
1970	94.508.582	33,12	116.620	64,75
1980	121.150.573	28,19	503.125	331,42
1991	146.917.459	21,26	1.130.874	12,77
2000	169.544.443	15,40	1.3377.792	21,83
2010	190.755.799	12,51	1.562.409	13,40
2022	203.062.512	6,46	1.581.016	1,19

(Fonte: IBGE/SIDRA, 2023). Adaptado para a tabela.

Os dados apresentados nas tabelas fornecem um panorama detalhado das dinâmicas demográficas e fundiárias em Rondônia, evidenciando como a política de colonização influenciou o crescimento populacional e a distribuição de terras na região.

A análise das taxas de crescimento populacional entre o Brasil e Rondônia revela variações significativas. Enquanto o crescimento populacional no Brasil segue uma tendência relativamente constante, Rondônia experimentou um crescimento explosivo nas décadas de 1970 e 1980. Este aumento acentuado está diretamente ligado às políticas de colonização

implementadas pelo governo federal, que incentivaram a migração e a ocupação de terras na Amazônia.

A rápida expansão populacional em Rondônia durante este período pode ser atribuída à criação de projetos de assentamento, como os mencionados na Tabela 5. Esses projetos não apenas facilitaram o estabelecimento de milhares de famílias, mas também promoveram a transformação da paisagem natural e social da região. No entanto, a discrepância entre o número de famílias assentadas e os títulos de terras distribuídos aponta para os desafios logísticos e burocráticos enfrentados durante a implementação desses projetos.

A regularização fundiária emerge como um tema crítico nas dinâmicas territoriais de Rondônia. A distribuição desigual de títulos de terras sugere problemas estruturais que vão além da simples administração territorial. A burocracia envolvida, juntamente com a falta de infraestrutura adequada e os desafios socioeconômicos, complicaram a regularização e contribuíram para a formação de grandes latifúndios. Estes, por sua vez, fomentaram o mercado de terras, muitas vezes em detrimento dos pequenos agricultores e comunidades tradicionais.

Os números comerciais e demográficos são frequentemente utilizados para adjetivar a Amazônia como uma região caracterizada por “ciclos econômicos” que alternam entre períodos de auge e declínio, levando-a ao ostracismo e ao rótulo de região atrasada. Essa problemática é complexa, pois envolve a necessidade de considerar múltiplas direções e movimentações dos contingentes sociais.

Ao comparar as taxas de crescimento populacional do Brasil com as de Rondônia, é possível discutir como as dinâmicas populacionais variam entre uma região mais ampla (Brasil) e uma unidade federativa específica (Rondônia). Observa-se que o crescimento populacional em Rondônia foi mais pronunciado em determinadas décadas, notadamente nas décadas de 1970 e 1980, influenciado por políticas de colonização que moldaram um padrão demográfico específico.

A colonização de Rondônia durante as décadas de 1970 e 1980 foi impulsionada por políticas governamentais que incentivavam a migração para a região, com o objetivo de promover o desenvolvimento agropecuário e a integração territorial. Este período viu um influxo significativo de migrantes, atraídos pelas promessas de terras férteis e novas oportunidades econômicas. Esses movimentos populacionais transformaram Rondônia de uma região escassamente povoada em um centro dinâmico de atividade agrícola e pecuária.

Comparando essas dinâmicas com o crescimento populacional do Brasil como um todo, nota-se que enquanto o país experimentava um crescimento populacional contínuo, as

taxas de incremento variaram substancialmente entre as regiões. Rondônia, em particular, apresentou um crescimento demográfico acentuado devido às políticas de colonização e ao desenvolvimento de infraestruturas como a abertura da BR-364, que facilitou o acesso e a integração da região com o restante do país.

A ideia de ciclos econômicos na Amazônia, incluindo Rondônia, reflete uma narrativa que alterna entre períodos de intensa exploração de recursos e fases de estagnação ou declínio. Essas dinâmicas são frequentemente simplificadas, negligenciando as complexas interações sociais, econômicas e políticas que moldam a região. A narrativa dos ciclos econômicos pode obscurecer a continuidade de práticas sustentáveis e as adaptações locais que resistem às imposições externas.

Uma análise crítica dessas dinâmicas deve considerar como as políticas de colonização e desenvolvimento não apenas transformaram o território, mas também impactaram as populações locais, incluindo comunidades indígenas e ribeirinhas. A inserção forçada de modelos econômicos exógenos frequentemente desconsiderou os modos de vida tradicionais, resultando em conflitos territoriais e degradação ambiental. Portanto, a interpretação dos números demográficos e econômicos deve ser contextualizada dentro das forças históricas e políticas que os moldaram.

Ao examinar as dinâmicas populacionais de Rondônia em comparação com o Brasil, é evidente que a região apresenta características demográficas e econômicas singulares, resultantes de políticas de colonização e desenvolvimento específicas. Uma compreensão mais profunda dessas dinâmicas requer uma abordagem que vá além dos números superficiais, considerando as complexas interações sociais e as implicações de longo prazo das intervenções governamentais na região amazônica.

A colonização no cabo da enxada e a fronteira agrícola

A primeira versão deste tópico que compõe o presente capítulo originou-se de um relatório de pesquisa que elaborei durante minha iniciação científica na graduação, entre 2008 e 2009, na qualidade de colaborador. Essa designação era usada para estudantes que realizavam pesquisas sem bolsas de estudo. O trabalho se intitulava “Trabalho e cotidiano familiar no processo da colonização recente em Rondônia: o caso do PIC Ouro Preto”. Retorno a este estudo para revisá-lo e incorporar novas questões que ajudam a entender

melhor a formação de Rondônia, e assim, alinhá-lo ou até mesmo confrontá-lo com os dados obtidos na pesquisa atual.

O foco inicial era trabalho e cotidiano familiar, um aspecto de um projeto mais amplo denominado “A (RE)construção da história em Rondônia no processo da colonização recente: a trajetória das famílias do PIC Ouro Preto - RO 1970-1990”. O objetivo era explorar as relações objetivas relacionadas ao dia a dia e ao trabalho das famílias que migraram para os programas de colonização, com ênfase especial no projeto de integração e colonização - PIC Ouro Preto. Esse projeto foi marcado pela construção e ocupação de lotes por famílias agricultoras, que inicialmente se dedicaram à “agricultura de subsistência”, cultivando arroz, feijão e milho, conforme descrevem os próprios agricultores. (Timóteo da Cunha, 2009; 2010).

Para as leituras deste estudo, foram utilizadas as narrativas dos agricultores, coletadas através da metodologia da história oral, que abordaram as experiências vivenciadas desde a chegada ao lote, passando pela abertura da mata, construção do primeiro barraco, até os desafios enfrentados com doenças tropicais como a malária e a falta de assistência técnica adequada.

Além das narrativas, outro material crucial para a pesquisa foram os relatórios produzidos pelos agentes do INCRA. Estes documentos, que fazem parte do acervo pessoal da orientadora do projeto, foram coletados durante seu trabalho de campo para o doutorado. Esses relatórios estão se tornando cada vez mais raros e é difícil obter cópias, conforme mencionado anteriormente ao discutir o trabalho de campo com documentos em acervos específicos.

As entrevistas com os agricultores foram realizadas de maneira coletiva pela equipe, proporcionando uma visão abrangente e multifacetada das experiências vividas pelos colonos. Esta abordagem permitiu captar uma variedade de perspectivas e experiências, enriquecendo o material analítico da pesquisa.

Neste estudo, apresento alguns relatos de agricultores sobre a colonização recente organizada pelo INCRA. Desde já, é importante destacar que a retórica predominante nesses relatos é a da superação. Os agricultores frequentemente enfatizam as dificuldades enfrentadas durante o processo de colonização, como forma de conferir maior legitimidade aos seus feitos. Essa narrativa de superação é fundamental para a identidade dessas pessoas, constituindo um elemento basilar em suas histórias de vida e em sua percepção de si mesmos como pioneiros e desbravadores.

Os relatos coletados, através de metodologias de história oral, revelam um panorama rico e complexo das experiências vivenciadas pelos agricultores ao longo da colonização. Esses testemunhos oferecem uma visão íntima das adversidades enfrentadas, incluindo a abertura de lotes, a construção de moradias precárias, a luta contra doenças tropicais, e a ausência de infraestrutura e assistência técnica. Cada desafio superado é narrado com um senso de orgulho e realização, reforçando a identidade coletiva dos colonos como pessoas resilientes e determinadas.

A retórica da superação não apenas legitima as experiências dos colonos, mas também serve como um mecanismo de resistência e afirmação diante das adversidades. Ao enfatizarem suas lutas e conquistas, os agricultores constroem uma narrativa que os posiciona como agentes ativos de mudança e desenvolvimento, em contraste com a imagem passiva e dependente muitas vezes atribuída aos migrantes rurais. Esta construção discursiva permite que os colonos reivindiquem reconhecimento e valor pelo seu papel na transformação de Rondônia em uma região agrícola produtiva.

Além disso, a ênfase nas dificuldades enfrentadas e superadas contribui para a coesão comunitária, fortalecendo os laços de solidariedade entre os colonos. As histórias compartilhadas de luta criam uma identidade coletiva baseada na experiência comum de enfrentar e superar desafios extremos. Este senso de comunidade é crucial para a manutenção do apoio mútuo e da cooperação entre as famílias agrícolas, essencial para a sobrevivência e o desenvolvimento em um ambiente de fronteira.

É também importante analisar como essa narrativa de superação dialoga com as políticas públicas de colonização e desenvolvimento implementadas pelo INCRA. Os relatos dos agricultores frequentemente refletem uma percepção crítica dessas políticas, destacando as lacunas e falhas na assistência fornecida pelo governo. A falta de apoio técnico, a inadequação dos tamanhos dos lotes e a ausência de infraestrutura são questões recorrentes nos depoimentos, revelando a disparidade entre as promessas do governo e a realidade enfrentada pelos colonos.

Os relatos de superação, portanto, não apenas celebram as conquistas individuais e coletivas dos colonos, mas também servem como uma crítica implícita às políticas públicas que, apesar de bem-intencionadas, frequentemente deixaram a desejar em termos de suporte e implementação efetiva. Esta dualidade na narrativa dos agricultores – de celebração e crítica – oferece uma visão mais completa e nuançada do processo de colonização em Rondônia.

É importante destacar que, no contexto da formação recente de Rondônia, a categoria “colono” foi inicialmente utilizada pelo estado brasileiro como uma designação administrativa nos projetos de colonização. Esta terminologia servia como um meio de classificar e organizar os migrantes que se estabeleciam na região, integrando-os aos programas de desenvolvimento agrícola propostos pelo INCRA e outras instituições governamentais. No entanto, a adoção desta categoria não se limitou apenas ao âmbito administrativo; ela também foi internalizada pelos próprios migrantes, que passaram a se identificar e a se posicionar socialmente conforme essa classificação.

A escolha do termo “colono” reflete uma visão específica sobre os indivíduos envolvidos no processo de colonização, enfatizando sua função prática e seu papel no desenvolvimento agrícola. Este conceito traz consigo uma conotação de trabalho árduo, dedicação à terra e contribuição direta para a expansão da fronteira agrícola. Assim, os migrantes eram vistos menos como indivíduos com histórias, culturas e identidades próprias, e mais como peças fundamentais em um grande projeto de ocupação territorial.

A adoção dessa identidade pelos migrantes, por sua vez, não foi um processo passivo. Os novos colonos, ao se estabelecerem em Rondônia, reconfiguraram e ressignificaram a categoria “colono” de acordo com suas experiências e desafios cotidianos. Essa adaptação refletia suas aspirações, lutas e a necessidade de se inserirem em um novo contexto social e econômico. Os relatos das famílias de colonos frequentemente enfatizam a luta pela sobrevivência, a construção de moradias precárias, a abertura de áreas de mata para plantio e os desafios enfrentados com doenças tropicais e a escassez de recursos.

A identificação como “colono” também serviu como um mecanismo de construção de identidade coletiva entre os migrantes. Ao se reconhecerem como parte de um grupo que compartilhava experiências similares, os colonos puderam desenvolver redes de apoio e solidariedade, que foram essenciais para a sobrevivência e a adaptação na nova região. Essa identidade coletiva, construída a partir das dificuldades enfrentadas e das estratégias de sobrevivência adotadas, conferiu aos colonos um senso de pertencimento e uma base para a resistência às adversidades do processo de colonização.

Contudo, a categorização como “colono” também teve seus aspectos limitadores. A identidade criada a partir dessa designação muitas vezes obscureceu as diversidades internas dos grupos migrantes, que vinham de diferentes regiões do Brasil, com variadas experiências culturais, sociais e econômicas. Essa homogeneização imposta pelo estado e internalizada

pelos próprios migrantes pode ter contribuído para a marginalização de determinadas comunidades e para a perda de suas especificidades culturais e sociais.

Além disso, a categoria "colono" incorporava uma visão simplificada das relações sociais e econômicas na região. Os relatos e análises históricas mostram que a vida dos colonos era marcada por conflitos de terra, disputas com os antigos posseiros e seringalistas, e a exploração por intermediários e empresas de colonização. Essa complexidade não era captada completamente pela visão oficial que, ao se concentrar na figura do colono como trabalhador rural, ignorava as dinâmicas mais amplas de poder, conflito e resistência que permeavam a realidade dos migrantes.

O território federal de Rondônia, juntamente com o Serviço de Patrimônio da União SPU, assumiu a responsabilidade pelas concessões de terras na região até a promulgação do Estatuto da Terra em 1964. Durante esse período, houve divergências nos limites territoriais entre os estados de Mato Grosso e Amazonas, resultando em emissões de títulos provisórios e definitivos para terceiros em áreas de sobreposição (INCRA, 1981).

Conforme relatado pela Assessoria Técnica SEAC/GTR em seu relatório de janeiro de 1974, a questão fundiária não era de grande interesse no início do século XX, com a economia da região centrada principalmente no extrativismo vegetal, incluindo borracha e castanha. No entanto, a situação começou a mudar em 1943 com a criação do território federal do Guaporé, marcando o início de uma ocupação mais efetiva por migrantes, principalmente do Nordeste brasileiro, para trabalhar nos seringais. Esses relatórios, ao abordarem a "questão de terras", tendiam a simplificar as relações econômicas e de poder envolvidas no extrativismo, reduzindo-as a uma visão monocultural.

Os relatórios do INCRA de 1981 indicam que os projetos das colônias agrícolas não alcançaram os resultados esperados. Uma das razões para isso era o tamanho dos lotes, que com apenas 25 hectares, eram considerados pequenos para as práticas agrícolas adotadas, especialmente levando em consideração a necessidade de rotação de culturas em solos de baixa fertilidade. Adicionalmente, os colonos enfrentavam dificuldades financeiras, que incluíam a falta de recursos para comprar sementes e a carência de opções de transporte, restringindo a liberdade para comercializar seus produtos. As principais culturas plantadas pelos colonos incluíam arroz, milho, feijão e mandioca, sendo esta última utilizada na produção de farinha. Os produtos eram comumente vendidos nas feiras das cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim.

De acordo com o relatório do INCRA de 1974, houve a emergência de novos núcleos de povoamento originados de ocupações espontâneas e desordenadas tanto em terras públicas quanto em propriedades privadas. Isso foi exacerbado pela atuação de supostas companhias de colonização, que, operando sem respaldo legal, vendiam terras, enganando migrantes menos informados. Essa situação resultou em conflitos entre os ocupantes recém-chegados e os que já estavam estabelecidos na região. Esses acontecimentos refletem a complexidade e os desafios enfrentados no processo de colonização e ocupação territorial, especialmente em regiões de “fronteira agrícola” como Rondônia, essas situações são identificadas em casos como aqueles apresentados acima com ações de reintegração de posse por parte de seringalistas. Citamos algumas dessas empresas atuantes e a quantidade de hectares que foram loteadas, tais como:

Tabela 9 - Empresas colonizadoras

Empresa	Área (ha)
Guaporé agroindústria S/A – GAINSA	2.000.000,0000
Herdeiros de Roman Chávez	24.000,0000
Colonizadora Itaporanga	1.200.000.0000
Condomínio Bonanza	300.000,0000
Irmãos Freitas	200.000.0000

Várias empresas contribuíram para uma situação crítica que demandou a intervenção do governo federal, levando o INCRA a realizar um cadastro de imóveis rurais em 1972. Esta ação por parte do INCRA teve um papel significativo no aumento do fluxo migratório para a região na década de 1970. Esse incremento na migração foi um dos fatores que levaram à implantação do primeiro Projeto de Integração e Colonização - PIC em Ouro Preto.

No cenário cotidiano, as famílias envolvidas na pesquisa descrevem sua chegada a Rondônia como uma jornada em busca de novos começos e oportunidades para melhorar suas condições de vida e trabalho. Esta perspectiva se amplia ao considerar o contexto mais amplo entre as décadas de 1970 e 1980, período marcado por diversas iniciativas e projetos conduzidos pela FUNAI e pelo INCRA. Durante esse tempo, as transformações resultantes dos intensos e contínuos fluxos migratórios foram enormes. Carlos Teixeira ilustra essa mudança ao apontar que “em 1970, Rondônia já possuía 7.082 estabelecimentos agrícolas [...] e em 1980, esse número aumentou para 50.000” (Teixeira, 1999, p. 191).

A implantação dos PICs não apenas facilitou a ocupação territorial, mas também trouxe consigo uma série de desafios e mudanças para os migrantes. As famílias de agricultores que se estabeleceram na região tiveram que se adaptar rapidamente às novas condições ambientais e sociais. Este processo de adaptação envolveu a construção de infraestrutura básica, como a abertura de lotes e a construção de barracos, enfrentando condições adversas, incluindo doenças tropicais como a malária, e a falta de assistência técnica adequada.

A luta pela abertura do lote e a construção do primeiro barraco são testemunhos do esforço dessas famílias. As narrativas coletadas através da história oral destacam a importância das dinâmicas familiares na divisão das tarefas domésticas e agrícolas, mostrando como cada membro da família desempenhava um papel crucial na sobrevivência e no desenvolvimento econômico.

Além disso, a análise do impacto das políticas públicas, como as iniciativas do INCRA e da FUNAI, revela como essas ações moldaram o desenvolvimento regional. A implementação de projetos de colonização, embora visassem a integração e o desenvolvimento econômico, também trouxe à tona questões de sustentabilidade e equidade social. A rápida expansão dos estabelecimentos agrícolas, de 7.082 em 1970 para 50.000 em 1980, aponta para uma transformação significativa na estrutura agrária da região, mas também levanta questões sobre a qualidade de vida dos colonos e a sustentabilidade ambiental.

A presença de empresas ilegais de colonização exacerbou os conflitos fundiários, evidenciando a necessidade de uma regulamentação mais rígida e uma maior proteção aos migrantes. Essas empresas, operando sem respaldo legal, vendiam terras de forma fraudulenta, enganando migrantes menos informados e contribuindo para a desordem fundiária.

A chegada massiva de migrantes e a implementação de projetos de colonização redefiniram a estrutura agrária e a dinâmica social da região. No entanto, essas mudanças também trouxeram desafios significativos, destacando a complexidade do processo de colonização e a necessidade de políticas públicas. As dificuldades enfrentadas pelos colonos também refletem a inadequação das políticas públicas de colonização que não consideraram suficientemente as condições locais e as necessidades dos agricultores. A falta de assistência técnica adequada, combinada com as limitações financeiras dos colonos, criou um ambiente onde a subsistência era difícil e o desenvolvimento econômico sustentável era um desafio constante.

O contexto de Rondônia ilustra a tensão entre políticas de desenvolvimento territorial e as realidades vividas pelos colonos e comunidades locais. As iniciativas de reforma agrária e colonização, muitas vezes falharam em proporcionar os meios necessários para um desenvolvimento agrícola eficaz e sustentável. Os conflitos fundiários e a presença de empresas ilegais de colonização exacerbam a instabilidade, dificultando a criação de um ambiente seguro e produtivo para os novos colonos.

O processo de formação de Rondônia revela as complexidades da implementação de políticas agrárias em uma região definida como fronteira agrícola, tornando-se símbolo do progresso e promessa de um futuro próspero. A interação entre fatores econômicos, políticos e sociais criou um cenário onde os desafios eram múltiplos e as soluções frequentemente inadequadas. A análise dessas dinâmicas oferece lições valiosas para futuras iniciativas de desenvolvimento territorial no Brasil e em outras regiões similares.

Vendas e Abandonos das Terras

Os desafios enfrentados pelos colonos nos PICs e PADs em Rondônia durante a década de 1980 são evidenciados em relatórios do INCRA de 1986. Esses documentos revelam as diversas adversidades que levaram à transferência, venda ou abandono de terras, refletindo as dificuldades inerentes ao processo de colonização na região. Um dos principais problemas identificados foi a infraestrutura deficiente nas parcelas de terra. A maioria dessas áreas, particularmente nos PICs e PADs, sofreu com a falta de acessibilidade, habitação adequada e eletrificação rural. Esta carência de infraestrutura básica resultou em desistências frequentes por parte dos colonos, que se viram incapazes de desenvolver suas terras de forma eficiente e sustentável.

A entrevista com o geógrafo José Januário, realizada em Porto Velho em 2018, traz à luz um fenômeno importante no contexto da colonização e reforma agrária em Rondônia, especificamente na área de Machadinho. Januário observou a concentração de terras nas mãos de um único indivíduo, o que reflete um processo de aquisição e acumulação de terras que resultou na expulsão de 35 famílias de suas propriedades. Essa ação transformou o que inicialmente eram pequenas parcelas de 100 hectares cada, destinadas a famílias de colonos, em uma grande propriedade de 3.500 hectares.

Este caso aponta para uma realidade mais ampla sobre a dinâmica da posse de terra na região, onde a especulação e a aquisição de terras por poucos levaram ao surgimento de

latifúndios. Januário ressalta que as terras, já desmatadas pelas famílias que inicialmente tentaram cultivá-las, foram abandonadas devido à falta de condições para manter o sustento. Isso facilitou a formação de grandes propriedades agrícolas já com infraestrutura básica, como estradas e terras limpas, favorecendo a expansão do latifúndio na região.

Os estudos de Januário (Amaral, 2004; 2007) investigam essa temática, examinando como as políticas de colonização e reforma agrária, que visavam democratizar o acesso à terra e promover o desenvolvimento rural, em alguns casos acabaram por reforçar estruturas de desigualdade e concentração fundiária. Este fenômeno é um exemplo dos desafios enfrentados nas políticas de distribuição de terras e da complexidade em garantir a permanência e sustentabilidade dos assentamentos rurais.

O processo de parcelamento das terras apresentou falhas significativas. Algumas parcelas não receberam a infraestrutura mínima necessária, o que comprometeu a capacidade de produção e rentabilidade esperada pelos colonos. Esta situação desencorajou muitos deles, que optaram por deixar suas terras em busca de melhores oportunidades.

A ausência de serviços essenciais como educação, saúde, lazer, comunicação, transporte, armazenamento e nutrição também teve um impacto negativo. Sua carência fez com que muitos colonos questionassem a viabilidade de permanecer em suas terras. Particularmente notável foi a questão da assistência médica insuficiente. A falta de acesso a cuidados de saúde adequados foi um fator determinante para a venda e abandono de terras nos projetos de assentamentos. Esta situação destacou a vulnerabilidade dos colonos em face dos desafios de saúde e bem-estar em um ambiente rural e remoto.

Cotidiano

A abordagem de Ágnes Heller (2000) sobre o cotidiano, como apresentado em seu livro “O Cotidiano e a História”, oferece uma perspectiva profunda e abrangente sobre a vida diária. Heller argumenta que o cotidiano vai além da mera repetição de atividades diárias; não se trata apenas de eventos que se repetem de forma idêntica. Em vez disso, cada momento na vida cotidiana é único, apresentando situações inéditas que exigem interpretações e respostas específicas do indivíduo.

Segundo Heller, a vida cotidiana engloba a totalidade da experiência humana. As pessoas engajam-se nela com todas as facetas de sua individualidade e personalidade. Essa vida cotidiana é caracterizada por sua heterogeneidade, especialmente no que diz respeito ao

conteúdo e ao significado das várias atividades que as pessoas realizam. Ela inclui a organização do trabalho e da vida privada, os momentos de lazer e descanso, as atividades sociais sistemáticas, e as interações e experiências que contribuem para o enriquecimento pessoal.

Heller destaca que a vida cotidiana não é um conceito estático ou uniforme; é uma entidade dinâmica e multifacetada que reflete a complexidade da existência humana. As atividades diárias de um indivíduo, sejam elas rotineiras ou extraordinárias, formam um mosaico que compõe o quadro mais amplo de suas experiências de vida. Essa compreensão do cotidiano como uma esfera rica e variada de experiências humanas oferece uma visão valiosa para a análise histórica e social.

Leonardo Boff 1984, em sua obra “Os sacramentos da vida e a vida dos sacramentos”, explora a ideia de que objetos e elementos do cotidiano podem adquirir um significado sacramental para o indivíduo. Ele argumenta que quando um aspecto do mundo material evoca uma realidade diferente, ele transcende sua existência física e se transforma em um sinal ou símbolo. Este processo não altera a natureza física do objeto, mas muda a forma como ele é percebido e valorizado.

A sacralização de objetos cotidianos, segundo Boff, ocorre quando eles se tornam representativos de algo mais profundo, adquirindo um valor simbólico que vai além de sua funcionalidade ou estética. Cada sinal ou símbolo carrega um significado que é particular e pessoal, ressoando de forma única para o indivíduo que o valoriza. Essa relação entre o objeto e seu significado simbólico é uma experiência subjetiva, moldada por experiências e memórias pessoais.

Boff sugere que essa capacidade dos objetos de se tornarem símbolos ou sinais de algo maior é uma manifestação do sagrado na vida cotidiana. Por meio dessa perspectiva, o cotidiano é repleto de significados e potencialmente repleto de experiências sagradas, onde objetos comuns podem se transformar em representações de valores, crenças ou memórias significativas. Essa visão sacramental do mundo material destaca a interconexão entre o físico e o espiritual, o mundano e o sagrado, na experiência humana.

No início da ocupação agrícola na região de Ouro Preto D'Oeste, as famílias enfrentaram um período desafiador de adaptação, marcado por dificuldades consideráveis. Nivaldo, um agricultor local, compartilhou sua experiência, destacando a ausência de infraestrutura adequada, como a falta de estradas. Ele relembra como a comunidade se uniu para superar esses desafios:

“A maior dificuldade que tivemos no início foi a falta de estrada, ainda hoje tem o bueiro que a gente colocou nessa estrada serve de passagem pra todos nós... Trouxemos uma camionete, apesar de velha era boa, e conseguimos trazer as mudanças, construímos barraco, fizemos dezessete viagens; foi muito sofrimento, mas valeu a pena... Trabalhávamos em conjunto, bem organizado em mutirão. Começava com um barraco de repente terminava. Trabalhávamos em conjunto pra pagar as despesas, por isso só eu fazia as compras. Cada um me dava a relação do que precisava e eu comprava.” (Nivaldo, 2008).

Durante essa fase inicial, as famílias lidaram com várias adversidades, incluindo acidentes de caça e desmatamento, a falta de assistência do governo e surtos de malária. A narrativa de Nivaldo ilustra a solidariedade e o esforço coletivo dos agricultores para estabelecerem suas vidas na nova região. O uso de mutirões, uma prática comum de trabalho coletivo, foi imperioso para a construção de moradias e para o compartilhamento de recursos.

Trabalho

No estudo das dinâmicas de colonização, Leonarda Musumeci em seu livro “O mito da terra liberta” fornece uma visão aprofundada sobre a necessidade de uma postura política consciente dos agricultores no processo de ocupação e desenvolvimento agrário. Ela aborda a complexidade da relação dos camponeses com a terra, destacando que a colonização espontânea de áreas livres e devolutas eventualmente leva a um processo de titulação e parcelamento jurídico dessas mesmas áreas (Musumeci, 1988, p. 27). Esse fenômeno é crucial para entender a construção e a transformação do espaço rural em Rondônia.

As características do trabalho no contexto da agricultura familiar são exploradas por Francisco Costa em sua análise da região noroeste do Pará. Costa enfatiza que, ao contrário das empresas capitalistas, nas quais a relação com o trabalhador é predominantemente contratual e transitória, a empresa familiar camponesa envolve o trabalhador de forma mais integral. O trabalhador rural não é apenas um prestador de serviços, mas um componente básico da produção, contribuindo com sua força de trabalho de maneira contínua e engajada (Costa, 2000, p. 280). Essa abordagem ressalta a importância da contribuição pessoal e coletiva na agricultura familiar, bem como a complexidade das relações de trabalho no contexto da colonização e desenvolvimento rural em Rondônia.

Michel de Certeau, em sua obra “A invenção do cotidiano”, oferece uma perspectiva crítica sobre a análise de documentos, salientando a importância de compreender o contexto histórico e as circunstâncias específicas em que foram criados. Ele enfatiza que para entender verdadeiramente um documento, é importante questionar quem o elaborou, para quem foi

destinado e em que período foi produzido. Certeau argumenta que o sucesso de qualquer método analítico depende da capacidade de extrair os documentos de seu contexto original e entender as intenções e condições dos autores em momentos específicos de tempo e lugar. Segundo ele, é necessário apagar as práticas linguísticas e o espaço de suas táticas para que as práticas científicas possam operar em seu próprio campo (Certeau, 2005, p. 81).

Essa abordagem teórica e metodológica é relevante tanto para a análise de documentos institucionais quanto para as narrativas coletadas através de entrevistas. Essa perspectiva foi aplicada no trabalho de campo desta pesquisa, onde a equipe passou três dias hospedada nas casas dos moradores da região estudada. Durante a estadia, observaram de perto a vida cotidiana dos habitantes, incluindo momentos de refeições, lazer e trabalho, permitindo um entendimento mais profundo e contextualizado das práticas e experiências dos indivíduos na região.

A chegada em Rondônia

O processo de adaptação e estabelecimento das famílias que migraram para Rondônia é profundamente enraizado em uma cultura de colaboração e compartilhamento de responsabilidades. Esta dinâmica familiar, evidenciada tanto nas tarefas domésticas quanto nas atividades agrícolas, transcende o mero cumprimento de obrigações, incorporando um sentido mais profundo e sacramental na vida cotidiana.

Elielma, uma agricultora, relembra a educação que recebeu de seus pais, destacando a importância da divisão de tarefas entre irmãos e a valorização do trabalho e do estudo. Ela menciona como, desde cedo, foi ensinada a equilibrar as responsabilidades, desde a labuta na roça até tarefas domésticas, como cozinhar e lavar roupas. Essa abordagem de vida, marcada pela colaboração e pelo aprendizado contínuo, é algo que Elielma procura transmitir aos seus filhos, levando-os a participar das atividades da fazenda e ensinando-lhes a importância de contribuir em casa.

Por outro lado, Manuel, outro agricultor, compara a vida no campo com a vida urbana, destacando as diferenças na dinâmica familiar e no envolvimento das crianças nas atividades diárias. Ele observa que, enquanto na cidade as crianças podem se tornar mais dependentes da televisão e outras formas de entretenimento devido à ausência dos pais, no campo há uma maior oportunidade para a participação ativa das crianças nas tarefas diárias. Ele enfatiza a

importância de cada membro da família assumir responsabilidades específicas, contribuindo para o bem-estar coletivo e o funcionamento eficiente do lar.

Essas narrativas de Elielma e Manuel refletem não apenas a realidade da vida rural em Rondônia, mas também destacam a importância dos valores familiares, da colaboração e do trabalho árduo na formação do caráter e na construção de uma comunidade coesa.

As histórias de vida e as experiências cotidianas dos produtores rurais de Rondônia. A crítica às dicotomias entre a vida urbana e rural nas narrativas coletadas evidencia uma consciência aguçada sobre o papel e a prática social no campo. Essa consciência se manifesta não apenas no trabalho, mas também nas esferas política e religiosa, destacando a participação ativa de todos os membros da família nas diversas facetas da vida rural.

Um exemplo marcante é a história de Nemerinda, uma mãe de dez filhos que, diante da doença do marido, assumiu a responsabilidade do trabalho na roça. Sua narrativa destaca os desafios de cultivar cinco alqueires de terra, uma tarefa física e mentalmente exigente, especialmente considerando as condições do solo. Ela descreve como teve que aprender as técnicas de cultivo e manejar os trabalhos da fazenda praticamente sozinha, enquanto cuidava da família e enfrentava a difícil tarefa de subir serras com um filho pequeno. Sua história ilustra a força e a determinação das mulheres no ambiente rural, que muitas vezes têm que equilibrar múltiplas responsabilidades, desde o trabalho pesado na lavoura até o cuidado com os filhos e a casa.

Outra narrativa similar é a de Dovina, que também teve que assumir o trabalho na fazenda em circunstâncias desafiadoras. O apoio de vizinhos e a partilha de conhecimentos e recursos são aspectos cruciais que permitem a estas mulheres superar as adversidades e manter suas famílias e fazendas.

Essas narrativas destacam a importância do trabalho feminino na agricultura e nas comunidades rurais. Elas desafiam as percepções tradicionais sobre os papéis de gênero e demonstram como as mulheres são fundamentais para a sustentação econômica e social das comunidades rurais. Através de suas experiências, essas mulheres não apenas contribuem para a economia local, mas também moldam a cultura e as tradições de suas comunidades, passando lições valiosas de resistência e adaptação para as futuras gerações.

Abertura do Lote e a Construção do Primeiro Barraco

O relato de Nivaldo, um dos colonos que chegou à região de Ouro Preto D'Oeste, ilustra vividamente os desafios enfrentados pelas famílias durante as primeiras etapas de colonização. A abertura do lote e a construção do primeiro barraco representaram um período significativo de adaptação e dificuldades, marcado por uma série de obstáculos práticos e ambientais.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos colonos foi a ausência de estradas adequadas. Nivaldo menciona a construção de um bueiro, uma infraestrutura básica, mas imprescindível, que até hoje serve de passagem para a comunidade.

A construção do barraco, uma das primeiras tarefas a ser realizada após a chegada, exigiu um esforço coletivo e a organização em mutirões. Esse método de trabalho comunitário não apenas acelerou o processo de construção, mas também fortaleceu os laços entre os membros da comunidade. O espírito de cooperação e ajuda mútua era precípuo para superar as dificuldades iniciais e estabelecer uma base para a vida comunitária.

Ademais, a questão da logística e abastecimento era um desafio constante. Nivaldo menciona como ele assumiu a responsabilidade de fazer compras para todo o grupo, evidenciando uma divisão de trabalho e confiança entre os membros da comunidade. Esse arranjo era crucial para garantir que todos tivessem acesso aos recursos necessários, apesar das limitações de transporte e comunicação.

Enfrentando adversidades como a falta de infraestrutura, doenças tropicais como a malária, e os desafios do desmatamento e caça, esses colonos não apenas sobreviveram, mas também lançaram as bases para o desenvolvimento futuro da região. Seus esforços e sacrifícios nos primeiros anos formaram a coluna vertebral da comunidade, moldando o caráter e a identidade de Ouro Preto D'Oeste como conhecemos hoje.

Habitação

A experiência dos colonos em Rondônia, conforme narrado por Dovina e Eva, reflete um processo de transformação habitacional significativo, da construção de abrigos temporários a moradias mais permanentes e confortáveis. Inicialmente, os colonos enfrentavam condições de vida extremamente básicas e desafiadoras. O “Tapiri”, uma moradia provisória com cobertura de palha ou madeira e piso de chão batido, era a primeira estrutura erguida. Essas construções eram, por necessidade, simples e rudimentares, oferecendo proteção mínima contra os elementos e a fauna local. Dovina expressa um

sentimento de arrependimento e frustração ao lembrar dos primeiros anos, destacando a precariedade dessas habitações e a dificuldade financeira enfrentada pelos colonos. Sua narrativa ressalta a dura realidade de investir todas as economias em um projeto de vida incerto, sem garantia de retorno imediato.

Eva, por sua vez, descreve as dificuldades diárias em detalhes vívidos, como a invasão de formigas durante as tempestades e a fragilidade dos barracos, que mal protegiam contra as chuvas e ventos fortes. Sua descrição das casas, com “cada brecha na parede”, ilustra a vulnerabilidade dos primeiros colonos diante das adversidades ambientais.

Com o tempo, porém, a situação começou a mudar. À medida que os colonos começaram a obter recursos financeiros das primeiras colheitas, eles puderam investir na melhoria de suas condições habitacionais. A substituição dos barracos por casas de madeira serrada com pisos de madeira ou cimento e cobertura de telha de barro representa um marco importante nessa jornada. Essa mudança não apenas proporcionou um conforto muito maior, mas também simbolizou a estabilização e o progresso das famílias na região.

Enfrentando a malária

A experiência dos colonos em Rondônia durante as décadas de colonização é marcada por uma luta constante contra doenças, principalmente a malária, conforme narrado por Dovina e Eva. A falta de assistência médica adequada e a escassez de infraestruturas de saúde agravaram esses desafios, deixando as famílias vulneráveis e forçadas a se adaptar e responder da melhor maneira possível.

Dovina destaca a ubiquidade da malária na região, afetando praticamente todas as famílias sem exceção. A gravidade da doença é evidente em sua descrição, com membros da comunidade desmaiando e todos perdendo peso significativamente. A falta de treinamento médico entre os colonos e a dependência de remédios como a cloroquina, que era administrada sem acompanhamento médico adequado, pintam um quadro de desespero e luta pela sobrevivência.

A Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM, criada em 1970, surgiu como uma resposta do governo a esses desafios de saúde pública. Outras agências foram criadas como CEM – Campanha de Erradicação da Malária, CEV – Campanha de Erradicação da Varíola e DENERU – Departamento Nacional de Endemias Rurais. No entanto, como evidenciado no relato de Eva, a assistência médica fornecida ainda era insuficiente e muitas vezes ineficaz, deixando os colonos à mercê de surtos recorrentes de

malária. As dificuldades enfrentadas pelo irmão de Eva, que quase perdeu a vida e eventualmente faleceu, ilustram o impacto devastador da malária e a falta de suporte médico adequado na região.

Os relatórios do INCRA destacam a carência de assistência médica e o surgimento de hospitais particulares e farmácias administrados por indivíduos inexperientes, o que aumentava a insegurança na comunidade. Este cenário reflete não apenas os desafios de saúde enfrentados pelos colonos, mas também as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola, que dependia da saúde e do bem-estar de seus trabalhadores.

Essas narrativas revelam uma realidade brutal enfrentada pelos colonos em Rondônia, onde a luta pela saúde e a sobrevivência era uma constante. A malária, em particular, emergiu como um dos maiores obstáculos para o sucesso da colonização, afetando profundamente a vida e o trabalho dessas famílias pioneiras.

Conflitos

Durante o processo de colonização de Rondônia, os conflitos entre colonos foram uma realidade constante, tanto nos relatos pessoais quanto nos registros oficiais do INCRA. Estes conflitos manifestaram-se de várias formas, influenciados pelo contexto social e cultural da época. Os “boliches”, pequenos comércios locais, muitas vezes se tornavam cenários de violência e desordem. A venda e o consumo elevado de bebidas alcoólicas, combinados com jogos de azar como dominó, baralho, bozó e sinuca, frequentemente levavam a brigas e até mortes. Essas tensões, além de causar desistências e abandonos dos lotes, refletiam as dificuldades de adaptação e a tensão social entre os colonos.

Os relatórios do INCRA destacam outros aspectos da criminalidade na região, que não são comumente encontrados nas narrativas dos agricultores. Há relatos de assassinatos ligados a problemas como adultério, disputas por limites de lotes, conflitos devido a animais domésticos que invadiam e danificavam lavouras, violações de propriedade, exploração ilegal de madeira, e abusos na caça e pesca. Esses registros evidenciam a complexidade e a gravidade dos conflitos que ocorriam, indo além do que era visível na superfície da vida cotidiana dos colonos.

A análise desses conflitos é basilar para entender a realidade da colonização em Rondônia. Os estudos sobre esses eventos, trazem à tona aspectos cruciais do universo social e cultural da época, (Cemin, 1992), (Penna e Rosa, 2015). Os elementos identificados nas

narrativas pessoais e nos relatórios do INCRA revelam a interação entre os fatores epistemológicos, metodológicos e ideológicos e as práticas cotidianas dos agricultores.

A história da “colonização recente” de Rondônia, é marcada por esforços e desafios enfrentados pelas famílias que migraram para a região. Durante a década de 1970, houve um aumento significativo no número de famílias que se deslocaram para o estado, atraídas pelos projetos de colonização promovidos pelo governo federal. Essas famílias, apesar de enfrentarem condições precárias e serem muitas vezes alvos de propagandas sensacionalistas, desempenharam um papel central na construção social e econômica do estado.

O estudo desta fase da história de Rondônia foca nas narrativas desses colonos ou migrantes, cujas experiências foram fundamentais para entender o processo de colonização. Utilizando abordagens de história oral, o estudo procura desvendar aspectos relacionados à história, memória, trabalho e cotidiano dessas famílias.

Entre os temas centrais explorados estão a abertura do lote e a construção do primeiro barraco, momentos que marcaram o início da jornada dessas famílias na região. Essas etapas envolviam o enfrentamento direto da mata, o que exigia não apenas força física, mas também uma grande capacidade de adaptação e aprendizado. Além disso, a luta contra doenças tropicais, como a malária, apresentava-se como um desafio constante, com impacto direto na saúde e na capacidade de trabalho desses indivíduos.

Ao analisar essas narrativas, percebe-se a importância da estrutura familiar na manutenção da coesão e do bem-estar dos colonos. A distribuição de tarefas, o apoio mútuo e a união frente às adversidades emergem como aspectos cruciais para a sobrevivência e o sucesso das famílias na região. Essas histórias fornecem uma visão valiosa sobre a flexibilidade e a força das famílias na construção da identidade e da estrutura do estado de Rondônia. Elas revelam, acima de tudo, a capacidade humana de adaptação, superação e construção de uma nova vida em um ambiente desafiador.

Compreender a dimensão do cotidiano foi importante para discutir os distintos projetos e ações de estado e as atuações de seus agentes. Deste modo, a pesquisa descreveu os cenários do contexto social em que viviam as famílias no início das efetivações dos projetos de colonização, como a escassez de estradas que dificultava o transporte dos produtos, as atividades das pessoas, desde abrir picadas para chegar ao lote, derrubar a mata, construir a moradia e preparar a terra para produção.

Para compreender a fundo a dinâmica dos assentamentos e a formação territorial no Brasil, é crucial entender o conceito de “terras devolutas”. Esse termo é capital para justificar e legitimar os projetos executados pelo INCRA. Dentro desse contexto, emergem indagações pertinentes: como se deu a transformação de certas áreas em terras devolutas? Qual era a natureza desses territórios antes de se tornarem “terra da união”? Uma investigação inicial dessas questões conduz à atuação de instituições preexistentes como o SPI e a FUNAI na região.

A definição de terras devolutas, segundo o Decreto-Lei Nº 9.760 de 1946, período em que o SPI estava ativo, é crucial para essa análise. Este decreto define terras devolutas como aquelas que, não sendo propriedade privada nem aplicadas a algum uso público federal, estadual, territorial ou municipal, ainda não foram incorporadas ao domínio privado. Essa definição ressalta a natureza de “patrimônio fundiário público” das terras devolutas e esclarece sua relação com os esforços de colonização promovidos pelo SPI.

Entender como essas terras foram produzidas sob a égide do SPI é chave para compreender as transformações sociais implementadas pela agência indigenista. Em determinados contextos, a noção de terra devoluta ultrapassa a esfera de um direito constitucional, assumindo um caráter operacional nas políticas de estado. Isso é evidenciado em regiões onde o SPI realizou arrendamentos de terras ou transferiu grupos indígenas para outras regiões sob a justificativa de proteção e incorporação, muitas vezes afastando-os de seus territórios tradicionais e realocando-os em locais desconhecidos.

O conceito de “terras devolutas” é usado de maneira flexível e operacional pelo estado para facilitar diversas intervenções e políticas relacionadas à terra. Esse termo se refere a terras que não estão em posse privada nem são utilizadas para fins públicos, e que, portanto, são consideradas propriedade do estado.

Essa flexibilidade permite ao estado utilizar o conceito para diversas finalidades, incluindo a redistribuição de terras no contexto de políticas de reforma agrária, a implementação de projetos de colonização, e a regulamentação do uso e ocupação de terras. Em diferentes momentos históricos e de acordo com as necessidades políticas e econômicas, o estado pode empregar o conceito de terra devoluta para justificar ações que visam a reorganização territorial, o desenvolvimento econômico, ou a regularização fundiária.

Essa natureza adaptável do conceito também reflete a complexidade e os desafios associados à gestão de terras no Brasil, onde questões de posse e uso da terra frequentemente envolvem interesses conflitantes e exigem um equilíbrio entre as necessidades de

desenvolvimento, os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, e a preservação do meio ambiente.

O conceito de “noção operacional”, segundo Almeida, utiliza uma lógica no seu “estado prático”, que serve basicamente para fins operacionais imediatos ou de aplicação genérica e direta” (Almeida, 2008a, p. 18). Almeida, discutindo sobre “degradação ambiental”, elaborou essa argumentação a partir de sua participação no *Workshop Internacional* “Iniciativas promissoras e fatores limitantes para o desenvolvimento de sistemas agroflorestais como alternativa à degradação ambiental na Amazônia”. Nessa perspectiva, como base nos dados e discussões estabelecidas nesta pesquisa, considero válido que a definição de “terra devoluta” é uma noção operacional. Isso significa que a definição e o uso do termo são moldados para facilitar ações e intervenções específicas do estado, como a redistribuição de terras, a implementação de políticas de colonização, ou a regulamentação do uso da terra. Dessa maneira, a noção de terra devoluta torna-se um instrumento flexível nas mãos do estado, adaptável às circunstâncias e aos objetivos políticos e econômicos momentâneos.

No caso das “terras devolutas”, essa abordagem operacional permite ao estado empregar o termo para uma variedade de propósitos. Isso inclui a redistribuição de terras no âmbito de políticas de reforma agrária, a implementação de projetos de colonização, e a regulamentação do uso e ocupação de terras. O termo, portanto, não é estático ou limitado a uma definição estrita; ao contrário, é moldável e se adapta às exigências políticas e econômicas do momento.

Essa flexibilidade da noção de “terra devoluta” é **crucial** em um contexto como o da Amazônia, onde as questões fundiárias são complexas e envolvem múltiplos interesses e desafios, incluindo a proteção ambiental, os direitos dos povos indígenas e comunidades locais, e o desenvolvimento econômico. Ao utilizar o conceito de “terra devoluta” como uma noção operacional, o estado pode manobrar dentro desse campo complexo e dinâmico para alcançar seus objetivos, sejam eles a conservação ambiental, a promoção do desenvolvimento sustentável ou a regularização fundiária.

O Sul do Amazonas

A “fronteira agrícola” foi expandida em direção ao sul do estado do Amazonas. Nos últimos anos, o Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais – NEPTA do PPGAS/UFAM tem

realizado pesquisas significativas sobre as novas dinâmicas sociais associadas à expansão da fronteira agropecuária amazônica no Sul do Amazonas. Essas investigações focam em temas centrais como elites fundiárias, regularização fundiária e projetos de desenvolvimento sustentável, oferecendo uma compreensão profunda e multifacetada das transformações territoriais na Amazônia. Costa (2017), Galuch e Costa (2023), Menezes (2022), Pereira (2017), Galuch (2019).

O Sul do Amazonas refere-se à porção meridional do estado do Amazonas, no Brasil. Esta região é caracterizada por uma série de particularidades geográficas, ambientais, sociais e econômicas que a diferenciam do restante do estado. Localizado na vasta bacia amazônica, o Sul do Amazonas é uma área de transição entre o bioma amazônico e o cerrado, apresentando uma diversidade ecológica significativa.

Geograficamente, o Sul do Amazonas inclui municípios como Lábrea, Boca do Acre, Humaitá, Apuí, e Manicoré, entre outros. Essas áreas são marcadas por extensas florestas tropicais, rios caudalosos, e, em algumas partes, a presença de planícies e terrenos alagadiços. A região também é conhecida por ser um ponto de expansão da fronteira agrícola, o que traz consigo desafios de desmatamento, mudanças no uso da terra e conflitos agrários.

Um dos principais focos das pesquisas do NEPTA é o estudo das elites fundiárias, grupos que exercem enorme influência sobre a posse e o uso da terra na região amazônica. A análise dessas elites é importante para entender as dinâmicas de poder que sustentam a expansão agropecuária. As pesquisas exploram como essas elites não apenas acumulam vastas extensões de terra, mas também moldam políticas públicas e regulatórias para favorecer seus interesses. Este fenômeno reflete a perpetuação de um sistema de poder desigual, onde poucos detêm a maior parte dos recursos fundiários, exacerbando conflitos sociais e territoriais. Costa (2017).

A regularização fundiária emerge como um tema central nas investigações do NEPTA, destacando-se como um processo complexo e frequentemente controverso. As pesquisas revelam como a regularização fundiária é utilizada tanto como ferramenta de justiça social quanto de legitimação de desigualdades existentes. Por um lado, a regularização pode fornecer segurança jurídica para pequenos agricultores e comunidades tradicionais, permitindo-lhes reivindicar direitos sobre terras ancestralmente ocupadas. Por outro, as elites fundiárias frequentemente se beneficiam desse processo, utilizando-o para legalizar grandes propriedades adquiridas por meios questionáveis. A dualidade deste processo expõe as tensões entre desenvolvimento econômico e justiça social, mostrando como a regularização fundiária pode tanto empoderar quanto marginalizar diferentes grupos sociais. Pereira (2017).

Outro foco das pesquisas do NEPTA é a análise de projetos como as zonas de desenvolvimento sustentável - ZDS. Esses projetos visam equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, propondo modelos de uso da terra que incorporem práticas sustentáveis. As ZDS são concebidas para promover atividades agropecuárias e extrativistas que minimizem o impacto ambiental, integrando comunidades locais nos processos de planejamento e gestão. As pesquisas do NEPTA investigam a eficácia desses projetos, avaliando como eles são implementados na prática e os desafios enfrentados na tentativa de conciliar interesses econômicos e ambientais. Galuch e Costa (2023), Cardoso Menezes (2022), Pereira (2017), Galuch (2019).

O NEPTA tem se dedicado a estudar como a expansão da fronteira agropecuária está reconfigurando as dinâmicas sociais na Amazônia. A chegada de novos atores, como grandes investidores e pequenos agricultores migrantes, altera as relações de poder e uso da terra. As pesquisas exploram como esses novos fluxos populacionais e econômicos impactam as comunidades tradicionais, muitas vezes resultando em conflitos e deslocamentos. A expansão da fronteira agropecuária também está associada à degradação ambiental, com desmatamento e perda de biodiversidade afetando negativamente os modos de vida sustentáveis das populações indígenas e ribeirinhas.

As pesquisas do NEPTA oferecem uma análise crítica das políticas territoriais e seus impactos na Amazônia. Ao focar em temas como elites fundiárias, regularização fundiária e desenvolvimento sustentável, os estudos iluminam as complexas interações entre atores sociais, políticas públicas e o ambiente natural. Essa abordagem interdisciplinar permite uma compreensão mais holística dos desafios enfrentados na governança territorial da Amazônia.

O trabalho desse núcleo contribui significativamente para o entendimento das novas dinâmicas sociais na expansão da fronteira agropecuária amazônica. Suas pesquisas proporcionam uma base sólida para a formulação de políticas públicas que possam promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável na região. Ao revelar as interconexões entre poder fundiário, regularização da terra e sustentabilidade, o NEPTA destaca a importância de uma abordagem integrada e crítica para enfrentar os desafios territoriais da Amazônia.

FUNAI

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI foi estabelecida em 1967, quatro anos após o início da ditadura militar no Brasil, como consequência direta de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI que investigou o SPI. A sessão final desta CPI ocorreu em setembro de 1963. Durante a investigação, foram identificadas várias irregularidades na gestão do SPI, particularmente em relação aos arrendamentos de terras indígenas, que se mostraram inadequados e prejudiciais aos interesses dos povos indígenas.

Uma das principais discussões da comissão foi a proposta de que os recursos obtidos com os arrendamentos de terras indígenas deveriam ser reinvestidos em benefício das próprias comunidades indígenas. A comissão também enfatizou a necessidade de uma nova direção para o SPI, dada a ineficiência e a responsabilidade da administração vigente pelas irregularidades constatadas. As recomendações da CPI foram cruciais para a criação da FUNAI, um órgão destinado a melhorar a política indigenista no Brasil e remediar os problemas identificados na gestão anterior do SPI.

A criação da FUNAI representou uma tentativa do governo brasileiro de reformular sua abordagem em relação aos povos indígenas, embora sob o contexto de um regime militar que frequentemente priorizava projetos de desenvolvimento econômico sobre os direitos indígenas. A FUNAI assumiu a responsabilidade de *proteger* e promover os direitos dos povos indígenas, em consonância com a tutela indigenista.

A trajetória da FUNAI ao longo dos anos tem sido marcada por avanços e retrocessos. A fundação frequentemente se viu dividida entre sua missão de defesa dos direitos indígenas e pressões externas para liberar terras para desenvolvimento agrícola, mineração e infraestrutura. Esta dualidade refletiu-se em várias administrações, onde políticas de demarcação de terras indígenas muitas vezes avançaram ou regrediram de acordo com as mudanças de governo e suas prioridades.

Em 2023, a agência foi renomeada para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, a sigla permaneceu como FUNAI, sinalizando uma tentativa de melhor refletir a diversidade e a pluralidade das comunidades indígenas no Brasil. Pela primeira vez em seus 55 anos de existência, a fundação será presidida por uma mulher indígena, a advogada Joenia Wapichana, a primeira mulher indígena a ser eleita deputada federal no Brasil. Esta mudança pode ser entendida como parte de um processo mais amplo de reconhecimento e valorização da diversidade dos povos indígenas brasileiros.

A nomeação de Joenia Wapichana pode ser vista como um marco significativo na evolução das políticas indigenistas no Brasil. Sua liderança simboliza uma mudança de

paradigma na forma como o governo e a sociedade brasileira abordam as questões indígenas, reconhecendo a importância de uma representação autêntica e a necessidade de ouvir diretamente as vozes indígenas na formulação de políticas que afetam suas vidas e territórios.

A criação da FUNAI, sua evolução e as mudanças recentes refletem uma trajetória de interação entre políticas governamentais e as demandas dos povos indígenas. As políticas indigenistas no Brasil têm sido influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo pressões econômicas, interesses políticos e movimentos sociais. A história da FUNAI ilustra como as instituições podem evoluir em resposta às mudanças sociais e políticas.

As novas ocupações fundiárias e a tutela indigenista desencadearam transformações profundas no mercado de terras no Brasil. A valorização das terras no interior e a especulação imobiliária emergiram como fatores dominantes na economia regional. Grandes extensões de terras, antes consideradas improdutivas, tornaram-se alvos de disputa entre investidores e grandes proprietários rurais, impulsionando um processo de concentração fundiária.

Esse fenômeno de concentração resultou em conflitos agrários e no deslocamento de populações tradicionais, intensificando as tensões sociais na região. A reconfiguração do uso da terra, favorecida pela ocupação sistemática e pela intervenção estatal, não apenas modificou a paisagem econômica, mas também reestruturou as relações sociais e de poder no campo.

Os conflitos agrários emergentes refletiram a luta por acesso à terra e a resistência das populações locais frente à expansão de grandes propriedades rurais. O deslocamento de comunidades tradicionais revelou-se uma consequência direta dessa nova dinâmica fundiária, exacerbando a marginalização e a vulnerabilidade de grupos que dependiam historicamente da terra para sua subsistência.

A especulação imobiliária, alimentada pela expectativa de lucros elevados, impulsionou a valorização artificial das terras, criando um ambiente propício para a intensificação das disputas territoriais. Esse contexto favoreceu a concentração de terras nas mãos de poucos, enquanto pequenos agricultores e comunidades indígenas enfrentaram crescentes desafios para manter seu acesso e direitos sobre a terra.

Postos indígenas e demarcação de fronteiras

Encontramos na escola de pensamento sobre o SPI, como por exemplo, o trabalho de Souza Lima (1995) e Peres (1992), discussões sobre as unidades dos postos indígenas como um dos elementos na formação do território nacional. Essas unidades, principalmente aquelas que estavam presentes nas fronteiras, além das missões de “proteção”, eram expressões da presença do estado e com suas práticas administrativas registrava-se, o arcabouço do sistema de classificação da tutela indigenista, a circulação de pessoas (índios e civilizados), avaliando os potenciais econômicos e as estratégias de ocupação das regiões.

No artigo “Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas” de Pacheco de Oliveira, incluído no livro “Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo”, o autor analisa profundamente a categoria jurídica de “terra indígena” estabelecida pelo Estatuto do Índio de 1973. Ele oferece uma visão crítica desta lei e fornece dados estatísticos relevantes, com base na classificação de terras indígenas da FUNAI, para ilustrar o processo histórico de demarcação dessas terras.

Pacheco de Oliveira desfaz a idealização do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ao destacar que as 54 áreas demarcadas por este órgão somam menos de 300 mil hectares, correspondendo a apenas 2,4% do total das terras indígenas já demarcadas. Esta constatação revela a limitada eficácia do SPI na proteção dos territórios indígenas e aponta para uma abordagem que, em grande parte, favoreceu a ocupação das terras indígenas por não indígenas.

O autor critica a estratégia do SPI, que consistia em designar pequenas áreas para os povos indígenas, enquanto liberava a maior parte de suas terras para a ocupação por colonos e empreendimento econômicos. Esta prática resultou na fragmentação dos territórios indígenas e na restrição severa dos espaços tradicionais necessários para a manutenção das práticas culturais, econômicas e sociais dos povos indígenas. Ao fazer isso, o SPI contribuiu para a marginalização das comunidades indígenas e facilitou a exploração dos recursos naturais de suas terras por interesses externos.

Pacheco de Oliveira argumenta que, em muitos casos, as terras demarcadas pelo SPI serviam mais como reservas de mão-de-obra do que como proteção territorial. As áreas designadas pelo SPI eram frequentemente associadas a empregos temporários e trabalhos assalariados, que dependiam das demandas do mercado e das necessidades dos empreendimentos não indígenas. Esta situação não apenas desconsiderava os direitos territoriais dos povos indígenas, mas também os inseria em uma dinâmica econômica que

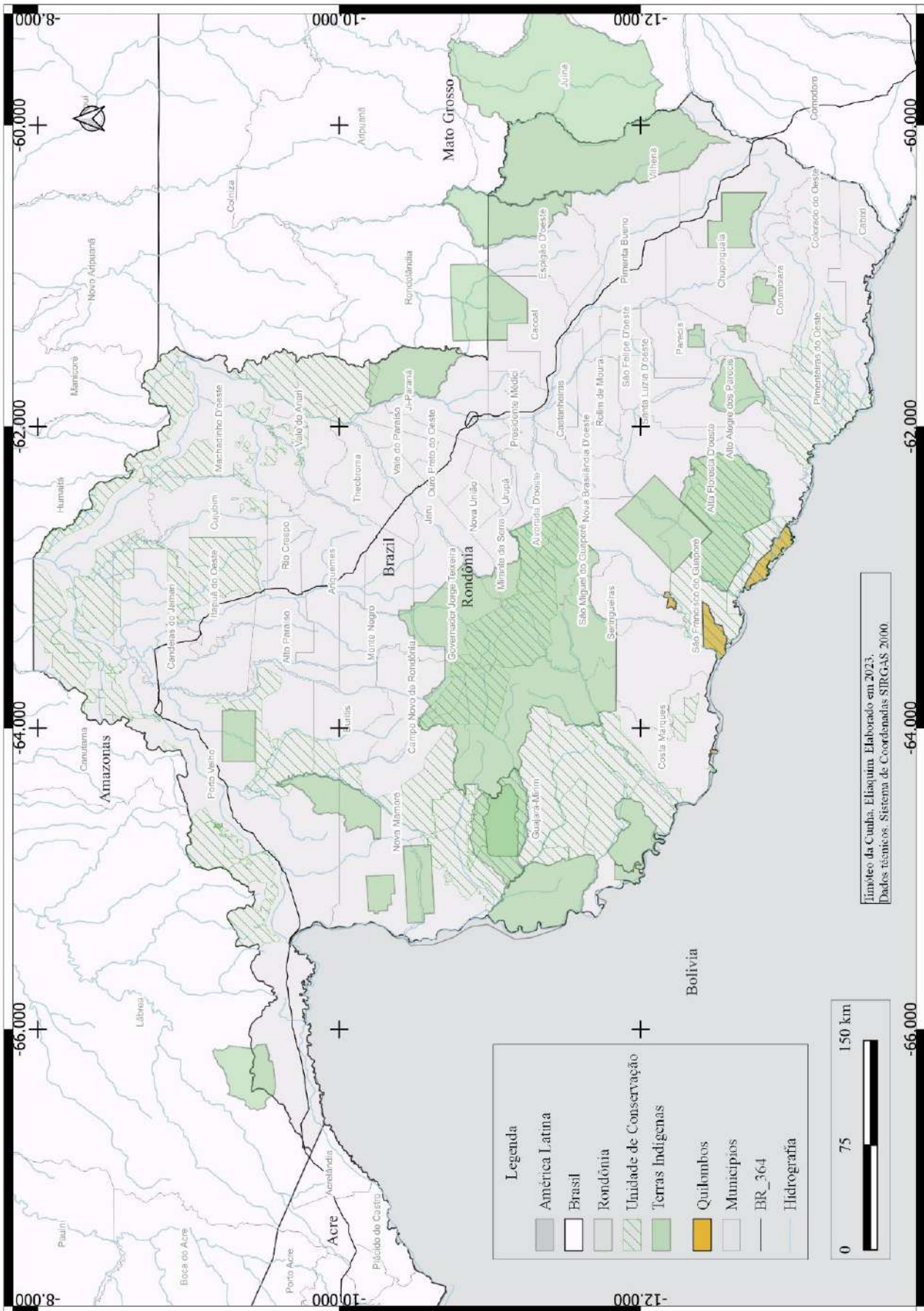
explorava sua força de trabalho sem garantir a segurança e a sustentabilidade de suas comunidades.

Esta análise oferece uma visão mais realista e crítica sobre a história das políticas indigenistas no Brasil. Ao desfazer a idealização do SPI, Pacheco de Oliveira destaca as consequências de políticas que, sob a aparência de proteção, na verdade serviram aos interesses econômicos e políticos de atores não indígenas. A crítica do autor sublinha a necessidade de uma reavaliação profunda das políticas indigenistas, que devem ser fundamentadas no respeito aos direitos territoriais e à autonomia dos povos indígenas.

A visão de Pacheco de Oliveira também contribui para a compreensão das continuidades e rupturas nas políticas indigenistas brasileiras. A transição do SPI para a FUNAI, embora marcada por uma intenção de reformular e melhorar a proteção aos povos indígenas, ainda carrega resquícios das práticas anteriores que precisam ser abordados e corrigidos. A crítica à abordagem do SPI reforça a importância de políticas que reconheçam e respeitem os territórios tradicionais indígenas em sua totalidade, evitando a fragmentação e garantindo a sustentabilidade das comunidades.

Além disso, a leitura de Pacheco de Oliveira destaca a necessidade de uma participação mais ativa e significativa dos povos indígenas na definição e implementação das políticas que os afetam. A inclusão das vozes indígenas nos processos decisórios é crucial para assegurar que as políticas públicas reflitam suas necessidades, aspirações e direitos. Somente através de um diálogo genuíno e inclusivo será possível construir políticas indigenistas que promovam a justiça social e a equidade.

Figura 25 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas



Uma leitura mais detalhada se faz necessária para compreender a presença indígena nos projetos de colonização do século XX, indo além do foco exclusivo nas agências indigenistas. Este estudo visou como transformações realizadas pelo SPI foram adaptadas e utilizadas em projetos da FUNAI e do INCRA nas décadas de 1970 e 1980. Portanto, o escopo da temática engloba aspectos como os conflitos pela posse de terras, a prática da grilagem, a construção de hidrelétricas, a exploração de madeira e minérios, e a implementação de projetos de assentamento. A análise desses elementos é fundamental para traçar um panorama completo das dinâmicas envolvendo a política indigenista e o desenvolvimento territorial em Rondônia.

No trabalho “Ação discriminatória: terras indígenas como terras públicas”, escrito por Lucy Paixão Linhares (1998), a autora explora a história das terras indígenas no Brasil, fundamentando-se em pesquisas conduzidas em 1986 nos registros da divisão de projetos fundiários do INCRA – MIRAD e na divisão de regularização fundiária da FUNAI. Linhares examina as interações entre o INCRA e a FUNAI, revelando que a colaboração teoricamente estabelecida por lei não se concretizava efetivamente, resultando em prejuízos para os povos indígenas. Ela destaca que, durante as décadas de 60 e 70, ocorreu uma intensificação na ocupação de áreas internas do país, levando a uma rápida transferência de terras públicas para proprietários privados. Ela que destaca uma questão crítica referente ao uso do processo de discriminação fundiária no Brasil. Segundo ela, embora esse processo tivesse o potencial de facilitar a regularização fundiária e distribuir terras públicas para a população sem-terra, na prática, ocorreu o oposto. Linhares (1998) argumenta que, em vez de promover uma distribuição equitativa de terras, esse processo acabou por reforçar e intensificar a concentração fundiária no país. Dessa maneira, o objetivo inicial de justiça social e equidade no acesso à terra foi subvertido, contribuindo para aprofundar as desigualdades já existentes na estrutura fundiária brasileira.

O exemplo a seguir destaca um aspecto crucial na demarcação de terras indígenas: a categoria de “terra tradicionalmente ocupada”. Este conceito é fundamental nas políticas de reconhecimento e demarcação de terras indígenas, pois refere-se a áreas que os povos indígenas ocupam ou utilizam de forma contínua e tradicional, de acordo com seus costumes, modos de vida e tradições.

No entanto, o contexto em que a FUNAI realizou os procedimentos de demarcação muitas vezes não levava em consideração as transformações que ocorreram em décadas anteriores, especialmente aquelas impulsionadas por projetos governamentais e pela atuação do SPI. Essas intervenções, muitas vezes, alteraram significativamente a paisagem, os modos

de vida e as áreas de ocupação dos povos indígenas. Como resultado, a noção de “tradicionalidade” usada para demarcar terras indígenas pode ter sido baseada em uma compreensão desatualizada ou modificada das realidades indígenas.

Essa desconexão entre a realidade histórica e a aplicação do conceito de terras tradicionalmente ocupadas revela a complexidade e os desafios enfrentados no processo de demarcação de terras indígenas. Ela também sublinha a importância de considerar o impacto de longo prazo das políticas indigenistas e de desenvolvimento territorial na definição e no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas.

De acordo com a Constituição Federal de 1988:

Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada.

A trajetória dos Cassupá representa um exemplo notável para detalhar eventos específicos nos quais se manifestaram as práticas do poder tutelar. Estas práticas legitimaram políticas indigenistas que, mesmo que não intencionalmente, impulsionaram transformações territoriais e sociais que contribuíram significativamente para a formação do estado de Rondônia. Em 1980, foi estabelecido um grupo de trabalho para identificar a atual Terra Indígena Tubarão Latundê, localizada no município de Chupinguaia, no sul de Rondônia. Este GT era composto por Jane Lúcia Faislon Galvão, antropóloga, e por José Jaime Mancin, engenheiro agrimensor, ambos funcionários do Departamento Geral do Patrimônio Indígena – DGPI. Inicialmente, essa área era conhecida como “área indígena Tubarão/Massacá” (Processo FUNAI/SBS/3503/76).

O relatório elaborado por Jane Lúcia Faislon Galvão e José Jaime Mancin tinha como foco principal a seleção de uma área indígena adequada para os índios situados no Setor II da Gleba Corumbiara. Durante esse período, os projetos de integração e colonização influenciavam a reconfiguração territorial, com a mediação dos indigenistas. Esta reorganização era direcionada especialmente aos povos indígenas que residiam no Setor II da Gleba Corumbiara, indicando um processo ativo de redefinição e realocação territorial no contexto dos projetos de colonização.

Os autores do relatório indicam os estudos realizados por Delvair M. Melatti (Processo FUNAI/SBS/3503/76) e Ana Maria R. Lange (Processo FUNAI/BSB/3781/78) e relatórios de funcionários da Funai para afirmar que “Tudo indica que os índios do Setor II

(conhecidos por Tubarão e Massacá) só foram ‘descobertos’ pelo órgão tutelar em 1976, ano a partir do qual podem ser encontrados documentos na FUNAI acerca dos referidos índios” (Galvão & Mancin, 1980, p. 2). A partir do relatório produzido por Delvanir Melatti, Galvão e Mancin afirmam que os Massacá “segundo informações se dispersaram pelo Território de Rondônia, encontrando-se em fase de extinção”. Aparentemente há um hiato entre os registros produzidos pelo SPI e as atividades da FUNAI, como se estivesse “começando do zero”.

Esse tipo “esquecimento” corrobora para descontextualizar a presença indígena na formação de Rondônia. Os indígenas tratados no relatório tiveram registros no livro “Índios do Brasil”, publicado em 1946, entretanto os responsáveis pelo GT, mesmo citando esse livro nas suas referências, afirmam esses indígenas só foram descobertos pela FUNAI em 1976. Outro aspecto é a afirmação de que os indígenas “se dispersaram pelo Território”, ficando completamente de fora do campo analítico os descolamentos compulsórios promovidos pelo SPI, tema que foi abordado no terceiro capítulo. A trajetória Cassupá, como, um amálgama de relações sociais que revelam as ações das agências indigenistas abordadas nas proposições deste trabalho.

As políticas indigenistas construíram cartografias sociais de forma singular tendo em vista sua expertise. As mudanças nos territórios étnicos estavam vinculadas com vários projetos de reocupação e reconhecimento territorial. As transformações no uso e ocupação territorial estavam inseridas em vários projetos políticos nacionais.

A criação dos territórios federais envolveu muitos atores, instituições e campos político, econômico e científico, seja sobre os recursos naturais, a construção de cartografias, etnografias das ocupações territoriais construídas pelos povos indígenas. Acrescentam-se a esses elementos os debates da ciência jurídica, as estruturas de estado que embasavam a criação desses territórios.

Considerações

Vemos como uma nova região de fronteira foi construída e a participação de várias agências estatais. Neste contexto, a criação e o desenvolvimento de “Rondônia” fazem parte de um movimento mais amplo de conquista e ocupação territorial no Brasil. Paralelo à consolidação de Rondônia como uma unidade territorial e administrativa, ocorreu a exploração e o desenvolvimento de uma nova região que viria a ser conhecida como “Brasil

Central”. Este movimento de expansão e colonização interna do país culminou na criação de Brasília.

Ademais, a descrição do cotidiano político-administrativo das agências, abrangendo a discussão de projetos, relatórios e ações indigenistas, contribuiu para a construção de determinadas cartografias. Essa abordagem, fundamentada na crença de construir uma nação, gerou alteridades e mudanças sociais significativas. Portanto, os documentos do SPI, juntamente com a escrita da tutela indigenista presente nos relatórios elaborados pelos agentes indigenistas, ilustram um esforço de (re)posicionar o indígena no contexto do destino nacional brasileiro, permeado por uma mistura de poesia, otimismo e autoritarismo nacionalista. Tais práticas e discursos foram essenciais na construção de fronteiras e na formação de unidades sociais, refletindo esforços para incorporar sociedades ocidentais e não ocidentais nas estratégias de gestão territorial.

No discurso do regime ditatorial do estado novo, é destacado que o Brasil Central era percebido como a concretização de um sonho antigo: a união entre o litoral e o sertão. Este último, em particular, era visto como uma região repleta de matérias-primas e riquezas ainda não exploradas, representando, portanto, uma fronteira atraente para a conquista e exploração. No entanto, é fundamental entender que a concepção do Brasil central foi parte de um esforço mais amplo de mapeamento e exploração dessa região, um processo que engloba desde os relatos dos primeiros exploradores europeus do século XVI até as crônicas jesuíticas do século XVII, as expedições dos bandeirantes na era colonial e os relatórios das missões científicas e militares do início do século XX. Até então, a região conhecida como “Brasil Central” não tinha uma identificação oficial.

A escolha de Brasília como a nova capital do Brasil em 1960 não foi apenas uma decisão estratégica para promover o desenvolvimento do interior do país, mas também simbolizou um esforço para criar um “novo” território, livre das construções históricas e culturais associadas às antigas capitais litorâneas. Essa mudança geográfica e simbólica representou uma tentativa de redefinir e redistribuir o poder político e econômico no Brasil, com foco na integração nacional e no desenvolvimento das regiões menos exploradas.

Este traçou ponto da trajetória de colonização e desenvolvimento das novas ocupações no interior do Brasil, áreas outrora conhecidas como “sertão” e frequentemente associadas a regiões remotas e subdesenvolvidas, especialmente partes da Amazônia e do Nordeste. O trabalho incorporou uma abordagem multifacetada, combinando revisões bibliográficas com entrevistas a agricultores e servidores do INCRA.

Observou-se que, embora termos como “ostracismo”, “abandono” e “decadência” sejam frequentemente usados para descrever a história da Amazônia, a realidade é mais dinâmica, marcada por mudanças significativas na administração territorial e pelo surgimento de agências especializadas em controle territorial e econômico. Essa realidade contradiz a ideia de estagnação e aponta para uma ativa reconfiguração da região, impulsionada pelo desenvolvimento do capitalismo.

Neste contexto, as agências INCRA e FUNAI, em conjunto com instituições anteriores como o SPI, desempenharam papéis fundamentais na recente configuração territorial de Rondônia, operando sob influências de poder e dinâmicas capitalistas. A pesquisa revelou processos de identificação e redistribuição de terras, muitas vezes resultando em deslocamentos significativos de populações e na mistura de diferentes povos indígenas em uma mesma área. Assim, esta investigação desvendou não apenas as políticas e práticas de colonização, mas também as dinâmicas sociais e políticas mais amplas que moldaram a história contemporânea do Brasil.

O processo de formação de Rondônia evidencia as complexidades inerentes à implementação de políticas agrárias em uma região considerada uma fronteira agrícola. Esta região, emblemática do progresso e da promessa de um futuro próspero, tornou-se um laboratório de experimentação para diversas políticas de ocupação e desenvolvimento. No entanto, a interação entre fatores econômicos, políticos e sociais gerou um cenário caracterizado por desafios múltiplos e soluções frequentemente inadequadas.

A formação de Rondônia como um território agrícola e econômico relevante envolveu uma série de iniciativas governamentais que buscaram promover a ocupação ordenada e o desenvolvimento sustentável da região. Políticas como a criação do território federal do Guaporé, posteriormente transformado em Rondônia, e a implantação de projetos de integração e colonização (PICs) foram centrais nesse processo. Estas iniciativas visavam não apenas estimular a migração e a ocupação das terras, mas também integrar a região à economia nacional, através da produção agrícola e da exploração dos recursos naturais.

Entretanto, as políticas agrárias implementadas enfrentaram desafios significativos. As dificuldades em definir e demarcar propriedades de forma clara resultaram em conflitos fundiários, exacerbados pela presença de empresas ilegais de colonização e pela emissão de títulos provisórios e definitivos em áreas de sobreposição. A inadequação dos tamanhos dos lotes agrícolas e a falta de assistência técnica adequada dificultaram a subsistência e o

desenvolvimento econômico dos colonos, que também enfrentaram problemas de saúde pública devido à incidência de doenças tropicais como a malária.

A análise crítica dessas dinâmicas revela que, embora as políticas de desenvolvimento territorial em Rondônia fossem bem-intencionadas, elas frequentemente falharam em considerar a complexidade das condições locais e as necessidades específicas das populações migrantes. A rápida expansão dos estabelecimentos agrícolas e a chegada massiva de migrantes alteraram profundamente a estrutura social e econômica da região, mas também destacaram a fragilidade das soluções propostas.

Este processo de formação de Rondônia oferece lições valiosas para futuras iniciativas de desenvolvimento territorial no Brasil e em outras regiões similares. Primeiramente, é essencial que as políticas públicas sejam formuladas com base em uma compreensão aprofundada das condições locais, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os sociais e ambientais. A participação das comunidades locais no planejamento e na implementação dessas políticas é crucial para garantir que as soluções sejam adequadas às suas necessidades e realidades.

Além disso, a experiência de Rondônia destaca a importância de uma regulamentação rigorosa e de mecanismos eficazes de fiscalização para evitar abusos e fraudes, como a atuação de empresas ilegais de colonização. A proteção dos direitos fundiários dos colonos e das populações indígenas deve ser uma prioridade, garantindo segurança jurídica e evitando conflitos.

CAPÍTULO 8

DA COLONIZAÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO

Amazônia, do mito grego à sinônimo de biodiversidade

A “Amazônia” tomou forma política, cartográfica e semântica no século XIX. É a denominação ocidental para um vasto território ocupado há milhares de anos por centenas de povos indígenas. O mito fundador dessa denominação está relacionado à suposta batalha com as guerreiras Amazonas, um episódio narrado por Francisco de Orellana durante a primeira expedição europeia no rio Amazonas, em 1541.

A formação da Amazônia também é profundamente influenciada por fatores políticos. Este capítulo destaca a eficácia do regionalismo político e da adoção de uma nomenclatura específica na construção da identidade da região amazônica. A definição da Amazônia, como apresentada em expedições e documentos, foi frequentemente atrelada a agendas políticas e econômicas. Nesse contexto, a região amazônica era vista não apenas como um território, mas como um teatro de operações para a expansão territorial.

O fetichismo da fronteira, em primeiro lugar, se tratando da Amazônia, se expressa através da idealização da Amazônia como uma terra de riquezas inesgotáveis e recursos naturais prontos para serem explorados. Esta visão, promovida por interesses econômicos e políticos, transforma a floresta em um objeto de desejo e conquista, ignorando a complexidade ecológica e eclipsando a importante presença ancestral dos povos indígenas. A fronteira é fetichizada como um espaço de abundância ilimitada, à disposição para ser dominada e convertida em capital.

Em segundo lugar, o fetichismo da fronteira se manifesta na narrativa heroica dos colonizadores e desenvolvedores, que são frequentemente retratados como pioneiros desbravadores enfrentando uma natureza selvagem. Esta narrativa glorifica a expansão territorial e a exploração econômica, ao mesmo tempo em que minimiza os impactos negativos dessas atividades sobre as comunidades locais e o meio ambiente. A figura do

“pioneiro” é fetichizada, obscurecendo as histórias de resistência e resiliência das populações indígenas e tradicionais.

Além disso, o fetichismo é evidente na representação da Amazônia como um vazio demográfico e econômico, um território “virgem” esperando para ser ocupado e desenvolvido. Esta visão ignora a rica diversidade cultural e social existente na região e legitima políticas de despossessão e deslocamento de comunidades locais em nome do progresso e da modernização. A Amazônia é vista como uma fronteira a ser conquistada, desconsiderando as reivindicações e direitos dos seus habitantes originais.

O fetichismo também se manifesta na sobrevalorização de intervenções tecnológicas e infraestruturais como soluções para os problemas da região. Projetos como a construção de grandes hidrelétricas, rodovias e outras obras de infraestrutura são promovidos como símbolos de progresso e desenvolvimento, sem uma avaliação crítica dos seus impactos socioambientais. Esses empreendimentos são frequentemente apresentados como panaceias, fetichizando a tecnologia e a infraestrutura como fins em si mesmos, em detrimento de abordagens sustentáveis e inclusivas.

Não obstante, nas últimas décadas, surgem novos contornos nesse fetichismo da fronteira. A fronteira, anteriormente percebida como uma linha a ser conquistada e dominada, mantém-se aberta, e uma nova versão do fetichismo alcança territórios ainda não explorados. Nesse contexto, entra em cena o conceito de “desenvolvimento regional”, “desenvolvimento sustentável” e “etnodesenvolvimento”.

Gilberto Azanha (2002) explora historicamente o surgimento de conceitos como desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e etnodesenvolvimento para analisar os novos modelos de gestão da política indigenista implementados a partir dos anos 1990. Ele propõe uma abordagem etnodesenvolvimentista que requer o redimensionamento do tempo produtivo dos grupos indígenas. Azanha argumenta que é essencial combinar a produção tradicional com uma produção orientada para o mercado, assegurando a esses grupos os meios para adquirir bens que passaram a ser vistos como "necessidades básicas" na sociedade brasileira.

Azanha (2002) enfatiza que o tempo dedicado à produção para o mercado não deve interferir nas atividades normais de subsistência, nem nas práticas tradicionais de conhecimento desses grupos. Ele acredita que o equilíbrio entre esses tempos de produção é crucial para a manutenção da identidade desses grupos como etnias diferenciadas.

O etnodesenvolvimento é uma abordagem que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a valorização e preservação das culturas indígenas e tradicionais. No entanto,

essa perspectiva, à primeira vista progressista, pode também ser cooptada por narrativas fetichistas. O etnodesenvolvimento muitas vezes apresenta-se como uma forma de integrar os povos indígenas ao mercado global, sem necessariamente garantir sua autonomia ou respeitar plenamente suas tradições e modos de vida.

De acordo com Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2002), os problemas de etnodesenvolvimento e a questão fundiária foram parcialmente reformulados sob o rótulo de desenvolvimento sustentável, que tem uma origem distinta. Ele argumenta que, ao adotar a perspectiva do etnodesenvolvimento, os estudos não apenas consideram que as sociedades indígenas podem manter sua especificidade e autonomia em relação ao "mundo dos brancos", mas também pressupõem certos padrões ético-morais sobre como o "mundo dos brancos" se posicionará em relação à vida desses grupos diferenciados. Isso suscita questões sobre quais valores serão acionados, os tipos de alianças que esses valores sustentarão e com quais setores, sob quais formatos jurídicos e até que ponto o Estado brasileiro será flexível diante da ordem econômica globalizada. (2002, p. 18).

Souza Lima também observa que, embora o conceito de etnodesenvolvimento atualmente esteja associado a discussões sobre a transição de um modelo tutelar de gestão para um que promove a autonomia através de alianças que ultrapassam fronteiras nacionais, isso ainda não foi suficientemente explorado nos estudos recentes sobre indigenismo. As ações diplomáticas, a inserção do Brasil nas Américas e no cenário global, e a visão militar sobre território e soberania nacional são parte desse complexo universo de interlocução, levantando dúvidas sobre a viabilidade da autonomia sob essas novas condições. (2002, p. 19).

Assim, a perspectiva do etnodesenvolvimento pode servir como um ponto de partida valioso para refletir sobre as formas de relacionamento das sociedades dominantes com os povos etnicamente diferenciados. Isso implica, antes de tudo, uma reflexão crítica sobre as próprias sociedades dominantes, suas autoimagens e mecanismos de totalização. Tal reflexão é essencial para evitar que o etnodesenvolvimento se transforme em outra forma de fetichismo da fronteira, que mascara as contínuas dinâmicas de dominação e exploração sob um novo discurso retórico. (2002, p. 19).

No início da década de 1970, a América Latina, incluindo o Brasil, principalmente a partir da década de 80, enfrentava transformações significativas na colonização e na exploração dos recursos naturais. Esse período foi marcado pela ausência de dados estatísticos necessários para evidenciar as consequências da colonização, resultando em genocídios que

frequentemente não eram adequadamente contabilizados ou analisados. Conforme relembram Souza Lima e Barroso-Hoffmann (2002):

No âmbito latino-americano, a anteceder esse momento, as críticas dos efeitos etnocidas das políticas desenvolvimentistas tiveram na reunião de Barbados, em 1971, e na reunião de Peritos sobre Etnodesenvolvimento e Etnocídio na América Latina, promovida pela articulação entre UNESCO e FLACSO em dezembro de 1981, em São José da Costa Rica, eventos especiais na formulação de propostas para um “desenvolvimento alternativo”, marcado por projetos de futuro próprios aos povos indígenas, o etnodesenvolvimento, proposição pela qual Rodolfo Stavenhagen (1985) foi um dos principais responsáveis. (2002, 10).

Publicado no início da década de 80, o livro “*América Latina: etnodesarrollo y etnocídio*”, organizado por Guillermo Bonfil (1982), são abordados temas essenciais para a compreensão das transformações sociais e econômicas e suas implicações para as comunidades indígenas. A obra oferece uma análise crítica das dinâmicas de desenvolvimento e das políticas públicas voltadas para as populações indígenas na América Latina. Os capítulos abrangem desde as premissas jurídicas e políticas necessárias para o etnodesenvolvimento até estudos de caso específicos que ilustram os desafios enfrentados por essas comunidades. Ao promover uma visão mais abrangente e crítica do etnodesenvolvimento, o livro enfatiza a importância de integrar as vozes e culturas indígenas nos processos de desenvolvimento, garantindo que essas comunidades possam se desenvolver de maneira sustentável e respeitosa.

Guillermo Bonfil discute as bases jurídicas, políticas e organizacionais do etnodesenvolvimento. Ele argumenta que o etnodesenvolvimento deve ser concebido como um processo que respeita e promove os valores culturais e a autonomia das comunidades indígenas. A análise de Bonfil destaca a importância de um arcabouço legal e político que suporte esses objetivos.

Stefano Varese explora as limitações e possibilidades do desenvolvimento das etnias indígenas dentro do contexto do estado nacional. Ele enfatiza os desafios que as políticas nacionais impõem às comunidades indígenas e as oportunidades que surgem quando essas comunidades participam ativamente na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento.

Françoise Fonval examina os problemas específicos do etnodesenvolvimento da população Cuiva na Venezuela. O estudo de caso de Fonval oferece uma análise detalhada das dificuldades enfrentadas por esta comunidade indígena, incluindo a perda de terras, a marginalização social e a resistência cultural.

Leónida Durán aborda o etnodesenvolvimento e os problemas culturais no México. Durán discute como a diversidade cultural do país influencia o desenvolvimento das comunidades indígenas e os obstáculos que elas enfrentam ao tentar preservar suas tradições enquanto buscam melhorar suas condições socioeconômicas.

Edgar Londoño analisa os problemas de informação nas comunidades indígenas do Cauca, na Colômbia. Ele argumenta que a falta de acesso à informação e a comunicação eficaz são barreiras significativas para o etnodesenvolvimento. Londoño propõe estratégias para melhorar a disseminação de informações vitais que podem empoderar essas comunidades.

Esses capítulos, ao serem lidos em conjunto, proporcionam uma visão abrangente sobre etnodesenvolvimento na América Latina. Eles destacam a necessidade de políticas públicas que não apenas reconheçam as especificidades culturais das comunidades indígenas, mas também promovam seu desenvolvimento sustentável e inclusivo. As análises presentes no livro evidenciam que o etnodesenvolvimento é um caminho viável para reverter os impactos negativos da colonização, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade cultural e a autonomia das populações indígenas.

Essa nova versão do fetichismo da fronteira se manifesta na idealização das práticas e conhecimentos tradicionais como recursos econômicos a serem explorados. As culturas indígenas são frequentemente fetichizadas como exóticas e autênticas, transformadas em produtos culturais para consumo externo. Essa dinâmica pode levar à mercantilização das tradições culturais, onde os saberes e práticas ancestrais são apropriados e comercializados, muitas vezes sem o devido reconhecimento ou compensação justa para as comunidades originárias.

Além disso, o etnodesenvolvimento é promovido como uma solução sustentável para os desafios ambientais da Amazônia. No entanto, essa narrativa pode obscurecer as complexas realidades enfrentadas pelos povos indígenas, reduzindo suas culturas a meros instrumentos de conservação ambiental. Essa visão instrumentaliza as comunidades indígenas, tratando-as como guardiãs da floresta ao mesmo tempo em que se espera que elas se adaptem às exigências de um mercado global que raramente leva em conta suas necessidades e direitos.

A implementação de projetos de etnodesenvolvimento também pode reforçar a continuidade de práticas coloniais. Embora apresentados como iniciativas de empoderamento, muitos desses projetos são, na verdade, dirigidos e controlados por atores externos – ONGs, empresas multinacionais e governos – que mantêm o poder de decisão sobre os objetivos e

métodos do desenvolvimento. Assim, o etnodesenvolvimento pode perpetuar a dependência das comunidades indígenas em relação a atores externos, dificultando a conquista de verdadeira autonomia.

Em muitos casos, as políticas de etnodesenvolvimento não questionam as estruturas de poder que historicamente marginalizaram os povos indígenas. Ao invés disso, elas podem servir para integrar essas comunidades de forma subordinada dentro do sistema econômico dominante. Esta integração forçada muitas vezes não considera as aspirações e demandas específicas dos povos indígenas, priorizando objetivos de conservação ambiental e desenvolvimento econômico definidos por interesses externos.

A institucionalização da Amazônia como um ente político e geográfico não foi um mero acaso. Roberg Santos (2023) esclarece que esse processo envolveu a adoção de uma nomenclatura específica para identificar a região. O uso do termo “amazônica” na imprensa não foi aleatório. Pelo contrário, foi cuidadosamente orquestrado pelos políticos liberais paraenses, que estavam intimamente ligados às ideias de progresso comercial. O uso da nomenclatura “amazônica” não era apenas uma escolha semântica; era uma declaração de intenções. Essa designação era sinônimo de um espaço fértil, abundante e repleto de oportunidades a serem exploradas pelas forças do capital. A região amazônica estava se transformando em um território promissor, e a nomenclatura refletia essa transformação.

Na década de 1870, o jornal “O Liberal do Pará” assumiu um papel proeminente ao adotar a nomenclatura “amazônica” como referência para o espaço regional. Este jornal se destacou como o principal defensor dessa designação, deixando os demais jornais paraenses em segundo plano (Santos, 2023).

Segundo a pesquisa de Vitor Marcos Gregório, um aspecto significativo emerge na história da construção da identidade regional no Brasil do século XIX. O Segundo Reinado, a partir de 1850, testemunhou o surgimento de diferenças marcantes entre o Norte e o Sul do Brasil. Foi nesse contexto que as elites regionais da província do Grão-Pará se mobilizaram de maneira organizada, sustentadas pelo ideal do regionalismo político. Sua missão: promover a criação de uma nova região, que viria a ser conhecida como o “Vale do Amazonas” ou simplesmente, a região amazônica. A questão central abordada por Gregório diz respeito ao destino das inúmeras propostas de nomeação de regiões que surgiram nesse período. O fato marcante que salta aos olhos é que, entre todas essas propostas, apenas duas delas alcançaram êxito: Amazonas, em 1850, e Paraná, em 1853, (Gregório, 2012).

Esse temário nos convida a explorar a complexidade do processo de formação da região amazônica, destacando a importância do regionalismo político e da adoção de uma nomenclatura específica como elementos-chave nesse processo. Isso revela não apenas o surgimento da região amazônica, mas também a intrincada relação entre política, economia e identidade regional na construção do que hoje conhecemos como a Amazônia.

Para um estudo antropológico, esse fenômeno pode ser interpretado como um reflexo do processo de construção indenitária. As tentativas de nomeação de uma região são mais do que meros exercícios linguísticos; são manifestações tangíveis das aspirações e lutas das comunidades regionais em busca de reconhecimento e diferenciação.

O sucesso das propostas de nomeação, como Amazonas e Paraná, ilumina a importância desses nomes na afirmação de identidades regionais (Gregório, 2012). Nomes não são apenas palavras; são afirmações de existência e pertencimento. Eles delimitam territórios imaginários, mas também tangíveis, que se tornam os pilares da identidade coletiva (Hough & Izdebska, 2016). Nesse sentido, as palavras são mais do que meras etiquetas geográficas; são símbolos do poder de uma comunidade em definir a si mesma no cenário nacional.

A trajetória da construção da identidade e administração regional da Amazônia, tal como a conhecemos hoje, é um processo que se desenrola ao longo de séculos desde o início da colonização. Somente no século XX, no Brasil, assistimos à oficialização de legislações que delinearão as divisões político-administrativas territoriais específicas para a Amazônia. No entanto, a própria denominação “Amazônia” já ecoa desde o século XVIII. É importante compreender que essa denominação não surge em um vácuo; ela é, na verdade, o resultado de uma construção política que tem raízes profundas desde o século XVI, no contexto da administração colonial.

Foi somente durante o segundo governo de Getúlio Vargas, que abrangeu o período de 1945 a 1954, que assistimos à formalização da delimitação conhecida como “Amazônia Legal”, que também é referida como a “Amazônia Brasileira”. Esta definição se concretizou com a implementação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, estabelecido pela Lei nº 1.806 em 1953¹⁰⁹. No entanto, sublinho que a promulgação de uma lei é apenas um indicativo de uma conjuntura específica e não fornece uma compreensão

¹⁰⁹ Foi revogada pela Lei Nº 5.173/1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia -SUDAM, e dá outras providências.

completa da complexa rede de interdependências que envolvem suas formulações, os consensos e dissensos subjacentes.

O geógrafo Eidorfe Moreira¹¹⁰ no livro “Amazônia: o conceito e a paisagem”, empenhou-se a conceituar a Amazônia em múltiplos critérios, incluindo economia, hitogeografia, hidrografia, política e zoogeografia, visando a estabelecer parâmetros para definição dessa vasta região. Tais abordagens foram de particular relevância durante o período de discussões acaloradas na década de 1950, quando várias iniciativas governamentais foram tomadas para intervir na Amazônia e incorporá-la à economia nacional. Nesse cenário, as várias dimensões da Amazônia, desde sua geografia física até suas implicações econômicas e políticas, foram exploradas na tentativa de compreender a região e sua complexidade sob diferentes prismas, culminando em um entendimento mais abrangente e multifacetado dessa área de importância estratégica para o Brasil. Nessa conjuntura, específica, Moreira produziu seus textos enquanto esteve ligado ao trabalho na SPVEA a convite de Arthur Cezar Ferreira Reis, (Oliveira Júnior, 2015).

Conforme as argumentações de Lúcio de Castro Soares (1948) na “Delimitação da Amazônia para fins de planejamento”, a estratégia para a ocupação da Amazônia era iniciar a partir do eixo sul do Planalto Central. Ele enfatizava a importância de considerar como região amazônica em território nacional as terras ao norte e oeste da frente pioneira do Planalto Central Brasileiro, especialmente para fins de planejamento econômico. Além do mais, ele indicava que outras unidades antropogeográficas poderiam ser associadas à Amazônia devido a razões geográficas, econômicas e culturais. Essa abordagem era particularmente relevante para aquelas unidades que, na época, careciam de progresso e desenvolvimento. A visão de Soares enfatizava, assim, a necessidade de considerar fatores além da localização geográfica ao planejar a ocupação da Amazônia, destacando as complexas relações entre geografia, economia e cultura.

Aqui, as concepções e argumentações acerca da fronteira enquanto uma entidade natural desdobra-se em um terreno fértil para a compreensão da construção das representações fronteiriças. É na compreensão dos aspectos culturais, sociais e simbólicos que delineiam a fronteira que encontramos a chave para entender a tessitura das relações objetivas que a cercam. Como mencionado anteriormente, as disputas de poder e a busca de protagonismo político em âmbito regional e nacional desempenharam um papel significativo no século XIX para definição da Amazônia.

¹¹⁰ Para visão mais abrangente da obra de Eidorfe Moreira ver Oliveira Júnior (2015).

No contexto brasileiro, o século XIX testemunhou uma série de eventos históricos importantes, como a independência do país de Portugal em 1822, a consolidação do regime monárquico, seguida de uma série de conflitos e agitações políticas. A centralização de poder nas mãos da monarquia imperial brasileira levou a uma série de confrontos com povos tradicionais e grupos locais, como as revoltas provinciais e movimentos separatistas, que buscavam maior autonomia regional e poder político.

Ademais, ao longo do século XIX, o Brasil experimentou mudanças na sua estrutura política e econômica, como a expansão do cultivo de café, que teve impactos significativos na configuração do poder político. Essas transformações frequentemente levaram a disputas entre diferentes grupos e interesses, já que o poder estava intrinsecamente ligado à exploração de recursos e ao controle sobre as instituições políticas.

A exportação de borracha também teve um impacto significativo nas disputas de poder e no protagonismo político, especialmente na região amazônica do Brasil, durante o século XIX. A extração e exportação de borracha foram fundamentais para a economia da região e, conseqüentemente, desempenharam um papel decisivo nas dinâmicas políticas. Portanto, a exportação de borracha não apenas influenciou a economia da região amazônica, mas também teve um impacto profundo nas questões políticas, no poder regional e nas dinâmicas socioeconômicas do Brasil no século XIX. Isso demonstra como a exploração de recursos naturais desempenhou um papel relevante na configuração das políticas e na luta pelo poder na história brasileira, (Santos, 1980), (Pacheco de Oliveira, 2016), (Benchimol, 1922), (Weinstein, 1993).

A Amazônia legal, uma região complexa e vasta, emergiu de uma interseção de características ecológicas, geográficas e estratégias político-administrativas. Atualmente, este território abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e engloba parte do Maranhão e do Mato Grosso. No entanto, nota-se que essa não foi somente uma valorização econômica regional isolada, mas detinha interdependências com movimentações mais amplas do desenvolvimentismo nacional.

Neste contexto, outros agentes e agências desempenharam papéis importantes. A Comissão do Vale do São Francisco - SUVALE¹¹¹, estabelecida em 1948, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE¹¹², criada em 1959, são

¹¹¹ Lei nº541, de 15/12/1948. Foi extinta pelo Decreto-Lei nº 292, de 28/02/1967, que criou a Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE.

¹¹² Lei nº 3.692, de 15/12/1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.

componentes igualmente relevantes nessa equação. Essas instituições não apenas compartilharam objetivos de desenvolvimento, mas também moldaram a paisagem econômica e social do Brasil, demonstrando a interconexão das políticas de desenvolvimento regional em todo o país.

A compreensão da trajetória da Amazônia Legal requer, portanto, uma análise aprofundada dessas múltiplas camadas de influência, interconexões geográficas e políticas que moldaram essa vasta região, destacando a complexidade das dinâmicas de desenvolvimento no contexto brasileiro.

Getúlio Vargas (1940), no seu discurso “o destino brasileiro do Amazonas”, identifica o “grande inimigo” do progresso na região amazônica como o “espaço imenso e despovoado”. Ele reforçou e atualizou a visão da vastidão e a escassez de população na Amazônia, que, do seu ponto de vista, representam obstáculos ao desenvolvimento. A ideia subjacente é que a falta de ocupação humana e a vastidão da região tornam difícil implementar iniciativas de progresso, como desenvolvimento econômico, infraestrutura e integração. Argumentação muito recorrente para caracterizar a Amazônia.

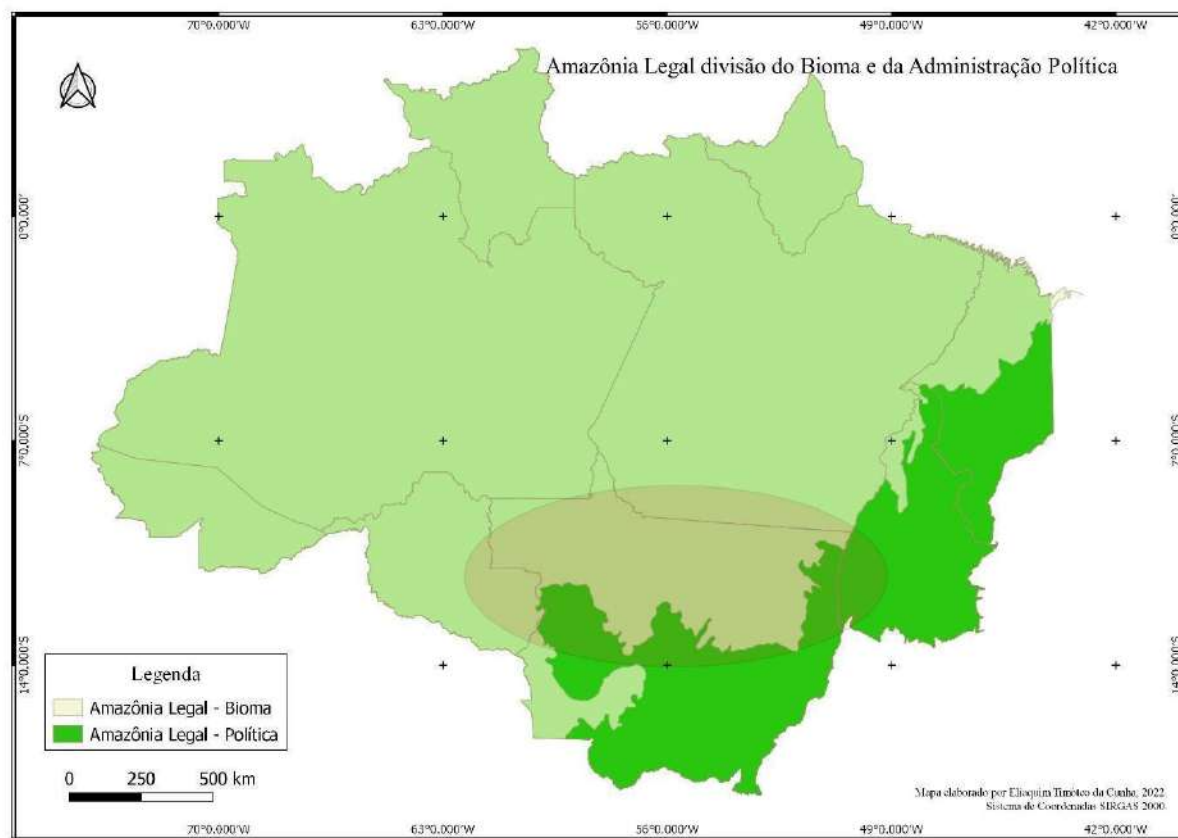
Para combater esse “inimigo”, Vargas propõe uma estratégia de colonização e povoamento da Amazônia. Ele vê o “povoamento” como a solução para tornar a região mais acessível e, portanto, capaz de alcançar o progresso almejado. Em resumo, o discurso destaca a visão de Getúlio Vargas de que a colonização e o aumento da população na Amazônia eram essenciais para superar os desafios geográficos e econômicos que a região enfrentava e, assim, alcançar um maior desenvolvimento. Mais uma vez as ameaças são apontadas, nesse caso: o “despovoamento” é o “grande inimigo”, o protegido seria o “progresso” e a “proteção” vem por meio da colonização, no caso trata-se de povoamento.

O cenário de guerra não é expressão retórica. Essa realidade não se limita à “guerra de narrativas”, mas se manifesta nas estratégias em constante evolução adotadas para conquistar e controlar essa região. A definição da “fronteira aberta” é um dos pilares desse conflito em curso.

Recentemente, um exemplo desse cenário é o Projeto de Lei - PL nº 337 de 2022. Esse projeto tem como objetivo a exclusão do Mato Grosso da área definida como Amazônia Legal. Esta iniciativa levanta questões sobre como o agronegócio se posiciona como protegido nesse contexto, enquanto a legislação ambiental é percebida como uma ameaça ao que é rotulado como “progresso”.

O resumo do PL declara sua finalidade de alterar a redação do inciso I do artigo 3º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012¹¹³, com o propósito explícito de excluir o Mato Grosso da Amazônia Legal. Tal movimento legislativo revela o contínuo debate e conflito em torno dos limites geográficos e políticos da Amazônia Legal, como ilustrado no mapa abaixo. A Amazônia Legal abarca tanto divisões geográficas quanto políticas, e esse desafio está longe de ser apenas uma questão de cartografia; é uma luta pelo controle e influência sobre esta vasta região.

Figura 26 - Amazônia Legal – divisão do Bioma e Administração política



¹¹³ O objetivo geral da Lei nº 12.651 é “Art. 1º-A”. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos” (Brasil, 2012). O Projeto de Lei citado acima propõe modificar mais especificamente o “Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por: I - Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão” (Brasil, 2012).

Esse exemplo evidencia como a Amazônia continua a ser um campo de batalha complexo, onde interesses econômicos, ambientais e políticos se entrelaçam, moldando o destino desta região. Temos em tela atualização dos rituais de colonização nos quais ameaças e proteções são realocadas, isto é, vemos as estratégias de conquista e os debates sobre fronteiras com as tensões e dinâmicas presentes na Amazônia. Os resultados vão muito além das fronteiras geográficas da Amazônia; ela permeia todo o tecido da sociedade brasileira. As tensões e dinâmicas presentes na Amazônia ecoam em todo o Brasil, e vice-versa.

A Amazônia é uma região que desempenha papel de destaque no cenário global quando o assunto é biodiversidade. Esse protagonismo tem sido amplamente reconhecido à medida que avançam as políticas de preservação ambiental, seja em âmbito nacional ou internacional. A conscientização sobre a importância da conservação da Amazônia está no centro de debates sobre mudanças climáticas, sustentabilidade e equilíbrio ambiental em todo o mundo. Esse tópico é figura proeminente nas agendas econômicas, políticas e em acordos bilaterais entre nações parceiras.

Outra conjuntura na qual a palavra Amazônia é usada como sinônimo de biodiversidade e indicação para limitações fronteiriça é a chamada “Amazônia Azul”¹¹⁴. A partir do decreto Nº 10.544/20 foi criada a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, inserida no Plano Plurianual 2020-2023 do Governo Federal - PPA 2020-2023. Em nota do site da Marinha do Brasil, o projeto é resumido com apontamentos de reivindicações de posse território:

a Marinha do Brasil (MB), buscando alertar a sociedade sobre os seus incalculáveis bens naturais, sua biodiversidade e sua vulnerabilidade, passou a denominá-la “Amazônia Azul”, cuja área é um pouco menor, porém em tudo comparável à “Amazônia Verde”.

A Amazônia se tornou sinônimo de biodiversidade devido à imensa variedade de vida vegetal e animal que habita a região. Essa associação se deve a uma série de fatores: A Floresta Amazônica também desempenha um papel vital na regulação do clima global, atuando como um sumidouro de carbono e influenciando os padrões climáticos. Isso a torna fundamental para a sustentabilidade do planeta. Esse tema será retomado mais adiante quando for apresentada a conjuntura na qual sustentável passa a ter protagonismo nos tipos de ocupação e exploração de matéria-prima na Amazônia.

¹¹⁴ “A chamada Amazônia Azul tem cerca de 3 milhões e meio de km². Essa área pode ficar ainda maior, caso as Nações Unidas aceitem o pedido brasileiro para estender nossa plataforma continental em 900 mil km²” (Montenegro, 2020).

Fronteira aberta e desenvolvimento regional

Na década de 1980, Rondônia vivenciou dois momentos cruciais em suas ações de colonização. O primeiro foi a transição de território federal para estado em 1981, diferenciando-se dos outros territórios federais que só alcançaram esse status com a promulgação da constituição em 1988. No entanto, o início da resposta está no segundo momento de transição, mais lento e profundo. Gradualmente, as ações de “colonização” foram substituídas por iniciativas de “desenvolvimento”, culminando no conceito de “desenvolvimento sustentável”. Os projetos POLONOROESTE e PLANAFLORO desempenharam um papel substancial nessa mudança. O primeiro, financiado pelo Banco Mundial com vultosos recursos, contribuiu significativamente para a criação do estado de Rondônia, permitindo ao governo estadual uma maior autonomia para gerenciar os recursos do projeto, mesmo durante a ditadura civil-militar. Foi nesse contexto, no final da década de 1980, que a palavra “desenvolvimento” emergiu como uma crítica econômica, política e social em relação às políticas de colonização executadas na década anterior.

O PLANAFLORO, Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, recebeu aprovação em março de 1992, com a finalidade primordial de “estabelecer um método mais avançado para o manejo, preservação e evolução dos recursos naturais do estado”. Este plano estava alinhado com o zoneamento socioeconômico e ecológico estipulado pelo decreto estadual nº 3.782, datado de 14 de junho de 1988. Em setembro de 1992, um acordo de empréstimo de US\$ 167 milhões foi firmado entre a república federativa do Brasil e o banco internacional para reconstrução e desenvolvimento - Banco Mundial. A este montante, os governos federal e estadual adicionariam, cada um, US\$ 61,9 milhões. Assim, o montante total de investimentos proporcionados pelo PLANAFLORO alcançaria aproximadamente US\$ 228,9 milhões, sendo 73% desse valor financiado pelo Banco Mundial. (Ott, 2002)

O Plano emergiu após extensas negociações e tinha como metas principais: deter o desmatamento predatório das florestas, especialmente aquele impulsionado pelo POLONOROESTE na década de 80, também com suporte do banco mundial; restaurar áreas já desmatadas e ecossistemas vulneráveis; converter áreas de capoeira em culturas permanentes; estabelecer um padrão de ocupação eficiente, econômica e sustentável na Amazônia; e elevar a qualidade de vida da população, bem como a infraestrutura econômica da região.

Inicialmente, o PLANAFLORO definiu quatro grandes grupos de objetivos, com alguns focando na sustentabilidade a longo prazo e outros no desenvolvimento econômico a curto prazo. O plano se destacou por ser multifacetado, interdisciplinar e interinstitucional.

As metas iniciais incluíam conservação, manejo e proteção ambiental, com o propósito de preservar a biodiversidade e estabelecer uma base para o uso sustentável dos recursos naturais de Rondônia. O segundo grupo, nomeado desenvolvimento agroflorestal, incluía três ferramentas de política agropecuária: pesquisa, extensão rural e crédito subsidiado. O terceiro grupo enfocava a Infraestrutura econômica e social, com ênfase em investimentos em transporte, como estradas. A Administração do projeto formava o quarto grupo.

Em 1996, uma Avaliação de Meio Termo (Bursztyn, 1996) propôs a criação do Programa de Apoio à Iniciativa Comunitária – PAIC, destinado a financiar diretamente projetos de associações comunitárias até o limite de R\$ 150 mil. Efetivamente, o PAIC tornou-se o quinto grupo de metas do PLANAFLORO, focando em pequenos agricultores, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais e indígenas. É importante destacar que os resultados positivos alcançados pelo Programa de Iniciativa Comunitária, em 1995 e 1996, respaldaram essa expansão.

As relações entre fronteira, propriedade, mercado e extração de matéria-prima são simbióticas. Não obstante, essa pesquisa compreende que a fronteira não é somente espaço de comércio ou fonte de matéria-prima, além disso, ela é também, o próprio Capital. A fronteira é sociologicamente amorfa, para parafrasear Weber ao conceituar poder; ela torna-se observável ao avaliarmos as contingências das relações objetivas vivenciadas em cada “região de fronteira”, que por sua vez, essa plasticidade das representações da fronteira procede das diferenças entre dissensos e consensos nas conjunções econômicas e da administração política nas quais a fronteira é alocada.

Os eventos e temário até aqui descritos são ligados por uma pergunta: “Como as relações armazenam histórias?”. Essa questão foi construída nas reflexões de Charles Tilly (2000), um sociólogo cujo trabalho esteve voltado para a compreensão das transformações sociais. Essas abordagens ganham particular relevância no contexto da pesquisa que proponho; estabeleço um diálogo com o texto de Tilly, visto que emergem uma série de questões intrinsecamente ligadas à delimitação da trajetória das noções de fronteira e colonização. A noção de “localização social”, também introduzida por Tilly (2000), emerge de maneira destacada, realçando os elementos de intercâmbio, aproximação e distanciamento que permeiam as relações sociais e econômicas. Nas palavras de Tilly:

transactions among sites produce interdependence among extensively connected sites, deposit related cultural material in those sites, transform shared understandings in the process, and thus make large stores of culture available to any particular site through its connections with other sites. Relations store histories in this dispersed way.” (Tilly, 2000, p. 723)¹¹⁵.

Essa citação pode ser compreendida como uma explanação sobre como as interações e transações entre diferentes locais resultam em uma interdependência entre esses locais amplamente conectados. Essas interações não apenas envolvem a troca de bens e materiais culturais, mas também têm o poder de transformar compreensões e conhecimentos compartilhados ao longo desse processo. Conseqüentemente, essas trocas e conexões entre locais permitem que grandes reservas de cultura se tornem acessíveis a qualquer local específico por meio das conexões que estabelecem com outros locais. Essa interconexão de relações entre locais serve como um meio disperso de armazenar e transmitir histórias e conhecimentos culturais.

A compreensão do processo de formação de Rondônia que compõem o processo delineado nesta compreensão revela uma conexão entre contexturas aparentemente distantes no espaço e no tempo. A investigação dos ritos desentranha as camadas da sociologia espontânea e do senso comum acadêmico, que frequentemente perpetuam as invisibilidades presentes no tecido social. Cada um desses pontos apresentados, nesta etapa, são rituais de manutenção, mesmo que haja mudanças o pano de fundo é o mesmo: a conquista. São rituais de demarcação de fronteira, construção de monumentos, expedições, homenagens aos heróis, legislações, propagandas entre outros que foram mencionados e que serão abordados nos próximos capítulos. Todos esses ritos estão interseccionados de mitos e significados sobre o progresso. Desta forma, se trata de um complexo processo da manutenção da fronteira aberta.

Esta pesquisa discute esses temas com dados que não foram ainda estudados de forma sistemática, por exemplo: os dados dos desmatamentos com modelo de ocupação realizado pelo INCRA no formato “espinha de peixe” levaram a sérias críticas. Uma série de eventos passam a ter interdependência, o debate ambientalista toma maiores protagonismos, no Brasil o nome que se destaca é o de Chico Mendes, assassinado em 1988, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, batizada de Eco-92. Entretanto, ainda na década de 1980 o Banco Mundial financiou com milhões de dólares projetos do PLANAFLORO e POLONOROESTE implementados com base nas críticas das ocupações

¹¹⁵ “As transações entre locais produzem interdependência entre locais extensamente conectados, depositam material cultural relacionado nesses locais, transformam entendimentos compartilhados no processo e, portanto, disponibilizam grandes estoques de cultura a qualquer local específico por meio de suas conexões com outros locais. As relações armazenam histórias dessa maneira dispersa” (Tilly, 2000, p. 723), tradução livre.

recentes. Houve, então, forte lobby para que fosse criado o estado de Rondônia, deixando de ser território federal de Rondônia, pois desta forma os recursos seriam administrados pelo governo estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui, a pesquisa demonstrou que o fetichismo da fronteira é evidenciado ao se entender os efeitos das práticas discursivas no cotidiano dos agentes sociais. Esse fetichismo se revela quando ampliamos a quadra historiográfica, direcionando nosso olhar para o interior do Brasil, e não apenas para o litoral. Além disso, é crucial, no campo científico, compreender o trânsito entre representação e relações objetivas.

A investigação mostrou que o conceito de fetichismo da fronteira se manifesta na forma como as narrativas e discursos moldam a percepção e as ações dos agentes sociais. As práticas discursivas, ao serem internalizadas, influenciam significativamente as interações e a organização social na Amazônia. Este fenômeno se torna claro ao examinarmos a maneira como a região é retratada e interpretada tanto por agentes locais quanto por observadores externos.

As visões que predominam que valorizam o litoral, em agendas de pesquisa, em detrimento do interior cria um “fetiche” em torno das fronteiras, onde as realidades e desafios do interior são obscurecidos ou mal interpretados. Este fetichismo é desnudado ao expandirmos a análise historiográfica para incluir uma compreensão mais profunda e detalhada do interior do Brasil.

No campo científico, a necessidade de entender o trânsito entre representação e relações objetivas é fundamental. As representações da Amazônia frequentemente carregam significados simbólicos e ideológicos que moldam as políticas e práticas de ocupação e desenvolvimento. Compreender essa dualidade entre representação e realidade objetiva permite uma análise mais rica e complexa das dinâmicas sociais e econômicas da região.

Ao ampliar a quadra historiográfica, somos capazes de desvendar as múltiplas camadas de interação entre os discursos dominantes e as práticas cotidianas. Isso envolve não apenas a reinterpretação das fontes históricas tradicionais, mas também a incorporação de novas perspectivas que valorizem as vozes e experiências dos habitantes do interior. A historiografia ampliada inclui estudos sobre as políticas de desenvolvimento, como a criação

da SPVEA, SUDAM, e a atuação do BASA, que redefiniram a ocupação e exploração da Amazônia.

Essa abordagem revela como as representações do interior, especialmente da Amazônia, são construídas e utilizadas para justificar determinadas ações políticas e econômicas. O fetichismo da fronteira, portanto, não é apenas uma questão de percepção, mas uma ferramenta prática que influencia diretamente a forma como a região é desenvolvida e integrada ao projeto nacional.

Esta pesquisa evidencia que o fetichismo da fronteira na Amazônia se manifesta através das práticas discursivas que moldam as percepções e ações dos agentes sociais. A plena compreensão da Amazônia exige uma ampliação da quadra historiográfica e uma análise crítica das representações, reconhecendo a complexidade e especificidade das relações objetivas na região. Este enfoque integrado e ampliado proporciona uma visão mais equilibrada e profunda da Amazônia, contribuindo para um entendimento mais justo e sustentável de seu papel no Brasil.

O livro “Rondônia” é um ilustre desconhecido à observação sobre a relativa obscuridade das obras de Roquette-Pinto em relação à história de Rondônia dentro da literatura dedicada ao tema é bastante intrigante, especialmente considerando a importância de sua contribuição para a compreensão da região e seu papel no contexto mais amplo da história e antropologia brasileira.

As obras de Roquette-Pinto sobre a comissão Rondon e o livro “Rondônia” representam além das descrições do interior do Brasil e de suas fronteiras durante o período contemporâneo ao autor. Elas constituem um esforço significativo de releitura das expedições realizadas durante a administração colonial que consolidam a eficácia dos monumentos de fronteira para projeção das conquistas nacionais.

Esses trabalhos de Roquette-Pinto não se limitam a narrar os acontecimentos e explorações geográficas da época da comissão Rondon. Eles também revisam e interpretam as expedições coloniais anteriores, mostrando como essas jornadas ajudaram a moldar o entendimento e o controle do território brasileiro. Nesse sentido, Roquette-Pinto vê as expedições não apenas como aventuras geográficas, mas como parte fundamental da construção da nação brasileira.

Os monumentos de fronteira mencionados por Roquette-Pinto, como as linhas telegráficas da Comissão Rondon, as fortificações coloniais, e outros marcos geográficos, são interpretados como testemunhos físicos da expansão e do estabelecimento do Brasil enquanto

nação. Eles servem como evidências tangíveis do processo de conquista e ocupação do território, enfatizando a narrativa de um Brasil em constante expansão e desenvolvimento.

Além disso, na perspectiva dessa literatura, esses monumentos também são vistos como símbolos das conquistas nacionais. Eles representam o esforço humano e tecnológico em superar desafios geográficos e ambientais, além de ressaltar a determinação em integrar e administrar regiões remotas do país. Nesse contexto, as publicações de Roquette-Pinto contribuem para uma narrativa de orgulho nacional e progresso, alinhada com o discurso de afirmação da identidade nacional brasileira.

Portanto, o trabalho de Roquette-Pinto é fundamental para entender como as expedições geográficas e as práticas administrativas do passado foram reinterpretadas e integradas à narrativa nacionalista do Brasil no início do século XX. Suas publicações não somente documentam a história, mas também participam ativamente na construção da identidade nacional brasileira.

Esses intelectuais, ao revisitar o passado colonial, enfocam primordialmente nos aspectos geográficos e mercadológicos, destacando a coleta de dados e a produção de cartografia como elementos centrais do projeto colonial. É notável que, nessa releitura, a violência e a subjugação sofridas pelos povos indígenas e negros durante o período colonial não são o foco principal. Em vez disso, o interesse parece recair sobre como essas expedições e práticas administrativas contribuíram para o avanço do conhecimento geográfico e para a expansão do controle territorial. Isso pode ser interpretado como uma manifestação da mentalidade da época em que Roquette-Pinto e os membros da comissão Rondon estavam atuando, uma época em que o progresso científico e a expansão territorial muitas vezes eram vistos como mais importantes do que os direitos humanos ou a justiça social.

Essa perspectiva, focada na aquisição de conhecimento geográfico e na expansão econômica, pode ser considerada uma característica da mentalidade colonial, onde a exploração e a dominação são vistas como meios justificáveis para alcançar fins científicos e econômicos. Isso reflete uma certa desvalorização das experiências e sofrimentos das populações subjugadas, que são vistas mais como peças em um tabuleiro de xadrez geopolítico do que como seres humanos com direitos e dignidades próprios. Esse enfoque nos ganhos de informações para produção de cartografia, em detrimento da consideração das realidades humanas das populações afetadas, sugere uma visão de mundo na qual o progresso científico e territorial é prioritário.

A afirmação de que a perseguição de escravizados fugidos, uma prática intrinsecamente cruel e desumana, inadvertidamente beneficiou o conhecimento geográfico,

sugere uma visão utilitarista da história que subestima o sofrimento humano e a violência. Esse ponto de vista pode ser interpretado como uma racionalização da exploração colonial, onde a opressão é justificada como um meio para um fim “maior”, neste caso, o avanço do conhecimento geográfico.

Portanto, ao avaliar o legado dessas expedições, o contexto de violência e exploração em que ocorreram é matéria básica de interpretação. A apropriação das terras indígenas e a escravização de pessoas fugidas não são apenas detalhes históricos, mas elementos centrais que devem ser criticados e compreendidos dentro do contexto mais amplo do colonialismo e da resistência indígena e afro-brasileira. A história, ao ser contada, deve equilibrar a narrativa dos “ganhos” científicos e geográficos com uma compreensão profunda das injustiças e traumas sofridos pelos povos subjugados.

O processo de manutenção da fronteira aberta, em especial considerando esse estudo, é uma complexa rede de políticas que tem o propósito de manter e adaptar as ocupações capitalistas.

Nessa metáfora, os diversos projetos de ocupação atuam como elos que mantêm a sequência, cada qual representando um aspecto do processo de ocupação e exploração da fronteira. Essas ocupações são compostas por várias camadas, simbolizando a complexidade e a interconexão das práticas políticas e econômicas. Cada um desses fios e miçangas desempenham papéis na manutenção e na adaptação das ocupações capitalistas na região da Amazônia, onde a fronteira permanece aberta. Essa abertura é sustentada por meio da realização constante dessa manutenção, que moldam e reconfiguram as dinâmicas territoriais, sociais e econômicas da região.

No processo de ocupação ocidental na Amazônia, os atos de renomeação e as homenagens são protocolos coloniais que sinalizam mudanças e servem como símbolos de poder. Eles frequentemente estão associados a expedições ou viagens que marcam transições significativas. É importante ressaltar que os processos de formação dessas áreas são caracterizados por uma constante interação de rupturas e continuidades.

Nas trilhas do entendimento da colonização e da demarcação de fronteiras, somos levados a explorar a interação entre transformações em escalas tanto de representação quanto de relações objetivas entre diferentes sociedades e a exploração da natureza. Esses processos se manifestam em diversos campos sociais, abrangendo o âmbito legislativo, econômico, político e o imaginário coletivo. Por exemplo, ao investigar a formação do estado de Rondônia, um dos pontos decisivos é compreender a trajetória de colonização e fronteira associadas às definições de propriedade privada, propriedades da União, tipos de concessões

para o usufruto da terra e projetos de colonização. Estes protocolos não apenas consolidaram, mas também modificaram as prioridades das zonas de fronteira e colonização.

É necessário compreender que, sobretudo nas zonas de fronteira, a noção de fronteira é intrinsecamente vinculada a um cenário de conflito. Nesse sentido, acompanhar a evolução das classificações de ameaças, os grupos considerados como protegidos e os agentes sociais retratados como protetores é um componente eficaz para entender a dinâmica dessas regiões. É relevante destacar que, por séculos, a fronteira, muitas vezes chamada de “última fronteira”, continua a passar por pequenos rituais de controle, que, somados, constituem um complexo processo de manutenção da fronteira aberta.

No entanto, esses protocolos de manutenção não garantem necessariamente a manutenção da ordem prévia, pois situações conjunturais podem romper essa continuidade. Relacionando essa ideia ao contexto das fronteiras, percebe-se que esses espaços são igualmente processuais, dinâmicos e repletos de contradições. Os momentos de crise e conflito nas fronteiras revelam aspectos fundamentais dos processos de conquista e ocupação territorial, lançando luz sobre as complexidades inerentes a essas dinâmicas sociais.

Neste exame de descrição antropológica, somos conduzidos aos protocolos de demarcação de fronteiras. Este não é um mero ato de marcar limites físicos, mas sim uma complexa coreografia que envolve os agentes coloniais, os povos tradicionais e diversos outros atores sociais imersos no contexto da colonização. Essas interações se desenrolam entre agricultores, seringueiros, servidores públicos e comerciantes, que trafegam tanto em mercadorias legais quanto ilegais.

As fronteiras, nessa conjuntura estudada, são representações carregadas de significado e profundidade. Estas são constantemente ritualizadas no tecido cotidiano, em interações que se entrelaçam em redes de interdependência. O processo de demarcação de fronteira tem uma função na gestão da paz, mas não raramente utilizam meios bélicos para alcançar esse fim. Eles mobilizam símbolos que podem ser tão diversos quanto a nação, o rei, o progresso e a soberania, conforme as necessidades de cada regime de alteridade.

Essas trajetórias de fronteira e colonização, aparentemente repletos de contradições, encapsulam as dinâmicas sociais e políticas subjacentes à colonização. Os atores envolvidos, conscientemente ou não, participam de um complexo jogo de fronteiras que reflete a multiplicidade de identidades, interesses e relações de poder presentes na sociedade colonizada.

Nessa direção, este trabalho convida a desvendar os intrincados protocolos de fronteira que moldam as relações entre colonizadores e colonizados, revelando sistemas de significado

e práticas que sustentam a interação entre esses diversos atores sociais. O estudo dessas fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas, é próprio para compreender as tensões e negociações que permeiam o processo de colonização e a construção das identidades nas sociedades coloniais.

As noções de fronteira e colonização, nesse estudo, são empregadas como ferramentas interpretativas para desvelar o processo de formação do estado de Rondônia. Esses elementos funcionam como indicadores para avaliar as implicações da consolidação do sistema capitalista na região amazônica. Todavia, é importante compreender que os significados e representações não permanecem restritos ao domínio das ideias, pois as formulações simbólicas exercem influência direta sobre as relações objetivas que permeiam o cotidiano, influenciando práticas sociais.

As expedições documentaram uma série de rituais de colonização, demarcação de fronteiras e homenagens aos chamados “heróis da nação”. Essas expedições foram sistematicamente organizadas com o intuito de obter informações e construir conhecimento em diversos campos, abrangendo áreas como ciência, militância, economia e religião. O cerne do estudo reside na compreensão das representações que emergiram acerca da região de Rondônia e explora como o território foi concebido sob o prisma de critérios etnocêntricos ao longo das sucessivas ondas de colonização ocidental, que remontam ao século XVI e se estendem até as primeiras décadas do século XXI.

Essa pesquisa concentra-se nas maneiras pelas quais tais representações foram moldadas, por quem foram elaboradas e quais instrumentos discursivos foram empregados nesse processo de construção simbólica.

Assim, a tese propõe-se a descrever a evolução das classificações referentes à fronteira e colonização, identificando as dinâmicas de alteridade, violência e relações de poder envolvidas nesse complexo processo. Adotando uma abordagem antropológica crítica, o território não é apenas entendido como uma entidade física ou geográfica, mas também como um espaço de natureza social, emocional, afetiva e simbólica, desempenhando um papel fundamental nas disputas de poder. Nesse contexto, a pesquisa busca lançar luz sobre o papel central desempenhado pelo território na evolução das classificações de fronteira e colonização.

Apesar das transformações substanciais nos tipos de ocupação territorial, povoamento e exploração de recursos naturais que ocorreram ao longo desse processo, as conceituações de fronteira e colonização mantiveram certa continuidade, embora tenham sofrido ajustes retóricos para se adaptar a essas mudanças. Esse percurso ilustra a complexidade das

representações e das práticas rituais na contextura da fronteira amazônica, onde a interconexão entre elementos políticos, territoriais, e culturais se desenrola ao longo da história, revelando as dinâmicas multifacetadas que moldam a região.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- Abélès, Marc. "State" In: Barnard, Alan & Spencer, Jonathan, eds. *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London & New York: Routledge, 1996, pp. 793-797.
- Abramovay, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: UNICAMP, 1998.
- Abrams, Philip. "Notes on the difficulty of studying the state" *Journal off historical Sociology*, Vol. 1 No. 1 March 1988.
- Abreu, Alzira Alves de; Beloch, Israel (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira>
- Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- Abud, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.
- Acemoglu, D.; Johnson, S.; Robinson, J. Reversal of fortune: geography and institutions in the making of the modern world income distribution. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 117, n. 4, p. 1231-1294, Jan. 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/HLqzDI>>.
- Acemoglu, D.; Johnson, S.; Robinson, J. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. *The American Economic Review*, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/IXgLcw>>.
- Adonias, I. *A cartografia da Região Amazônica*, v.1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas-Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.
- Adorno, Theodor W; Horkheimer, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1985.
- Albert, Bruce (Org.); Ramos, Alcida Rita (Org.). *Pacificando o branco: Cosmologias do contato no norte amazônico*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- Alberti, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- Albuquerque, Eva da S.; Maia, Moacyr. *A trajetória do ensino superior público em Rondônia*. Porto Velho: Edufro, 2007.
- Albuquerque, Marcos; Lucena, Velela. "**Arqueologia Amazônica: o potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras**". *Arqueologia Amazônica*, v. 2, p. 968-1019, 2010.

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de; Pacheco de Oliveira, João; “Demarcação e Reafirmação Étnica um Ensaio sobre a FUNAI”. *Comunicação PPGAS/MN*. Nº 14. 1980.
- _____; & Domingues, Heloísa Maria Bertol. *Antropologia: duas ciências. Notas para uma história da antropologia no Brasil*. CNPq/MAST, Rio de Janeiro: 2006.
- _____. *Antropologia dos arquivos da amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8. Fundação Universidade do Amazonas. 2008a.
- _____. *Terra de quilombo, terras de indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Ed, Manaus: PGSA-UFAM. 2008b.
- Almeida, Fernando Ozorio de; Mongeló, Guilherme. “Introdução”: arqueologia dos “pioneiros” e da diversidade do alto rio Madeira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/YrJwXh4dY7pmjT4rLW7nY7C/#>>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- Amaral, José Januário de Oliveira. *Mata Virgem: terra prostituta*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- _____. *Os latifúndios do INCRA*. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2007.
- Amorim, Marcos Lourenço. “A presença indígena nas rotas bandeirantes e nas monções”. *Revista do curso de História da UFMS - campus de Coxim*, out. 2014/mar. 2015. Pp-46-60.
- Apter, Emily; Pietz, William (eds.). *Fetishism as Cultural Discourse*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- Aranda, Ana. *Prefeitura de Porto Velho realiza mostra folclórica no Baixo Madeira*. 2010. Disponível in: <http://www.redenoticia.com.br/noticia/2010/prefeitura-de-porto-velho-realiza-mostra-folclorica-no-baixo-madeira/28307> acessado em 21/05/2010.
- Araújo, A. N. “Rumo aos ventos do Oeste: o rio da madeira e as zonas de fronteiras ibéricas na Amazônia centro-meridional (1639–1723)”. In: *Encontro internacional de história colonial*, 4., 2014, Belém. Anais. Organização: Rafael Chambouleyron e Karl-Heinz Arenz. Belém: Editora Açaí, 2014. v. 8.
- Araújo, Renata Malcher de. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. Tese (Doutorado em História da Arte) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- Arendt, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.
- Azanha, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. IN: Souza Lima, Antonio Carlos de, e Barroso-Hoffmann, Maria (orgs.). 2002. Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 3 vols.
- Bachelard, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- Baines, Stephen G. *É a FUNAI que sabe: a frente de atração Waimiri-Atroari*. Belém, Pará: SCT/CNPq, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

- Balandier, Georges. “A situação colonial: abordagem teórica”. *Cadernos Ceru*. v. 25, n. 1, 02. 2014, pp. 33-58.
- Baniwa, Gersem Luciano. “Movimentos e políticas indígenas no Brasil” *Tellus*, ano 7, n. 12, p. 127-146, abr. Campo Grande - MS. 2007.
- Barroncas. “*Primeira expedição ao rio Madeira realizada de cinco de janeiro a 22 de março de 1941*. Pelo Sr. Ajudante Francisco Ferreira Barroncas”, encontra-se em NUBARQ/SPI. Microfilme 032_00107 a 032_00142.
- Barros, J. C. de Freitas. *Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cárceres (1739-1997)*. Lisboa, [s. ed.], 1949.
- Barroso, Lourismar da Silva. *Real Forte Príncipe da Beira: Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)*. Porto Alegre, Editora Versos Seremos, 2015.
- Bastos, Abguar. *Prestes e a revolução social*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- Becker, Bertha K. (Org); Machado, Lia Osório; Miranda, Mariana Helena P. *Fronteira Amazônica Questões Sobre a Gestão do Território*. Brasília: UFRJ, 1990.
- Belizário, Fernanda. “Edward Said”, *Mestras e Mestres do Mundo: Coragem e Sabedoria*. 2019. Consultado a 03.12.23, em https://epistemologiasdosul.ces.uc.pt/mestrxs/?id=23838&pag=23918&id_lingua=1&entry=32779. ISBN: 978-989-8847-08-9
- Bergson, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. - 2- ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Bessani, Andréa Sanches; Souza, Elizangela Araújo de; Araújo, G. B. da Silva de; Silva, Taicilene de Souza; Amorim, Valderli de Souza de; Santos, Waldemir Lima dos. *Fisiografia do rio Madeira: uma análise sobre a formação, estrutura e processos fluviais*. Arigó - *Revista do Grupo PET e Acadêmicos de Geografia da Ufac*, v. 1, n. 01, p. 118-127, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/arigoufac/article/view/2053>
- Bloch, Marc. *Apologia da História: ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- Boff, Leonardo. *Os Sacramentos de Vida e a Vida dos Sacramentos*. Petrópolis: Vozes, 1984
- Bond, Rosana. *A Saga de Aleixo Garcia: O Descobridor do Império Inca*. Florianópolis: Editora Insular, 1998.
- Bonftl, Guillermo (Et Al). *América Latina: etnodesarrollo y etnocidio*. Ediciones FLACSO a cargo de Francisco Rojas Aravena, San José, CR. EUNED, 1982.
- Borges, Jorge Luis. “Del rigor en la ciencia”. In: *la sección Museo de Ei Hacedor*. 1960.
- Bosi, Ecléa. *Lembranças de Velhos. Memória e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis, vozes, 1999.
- _____. Wacquant, Loïc. *Una invitación a la sociología reflexiva*. 1a ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. Argentina, 2005.
- _____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp. 2008.

- _____. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia* / Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. Chartier, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.
- Brasil. Decreto-lei nº 4.841, de 1942. *Portal da Câmara dos Deputados*. Camara.leg.br. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4841-17-outubro-1942-414850-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 set. 2023.
- _____. Decreto-Lei nº 1.110 de 09 de julho de 1970. *Base Legislação da Presidência da República*. Presidencia.gov.br. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=1110&ano=1970&ato=62fcXQq1UMjRVTa42>>. Acesso em: 2 set. 2023.
- Brito, Daniel Chaves de _____. *A modernização da superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém, Naea, 2001.
- Brito, Daniel Chaves de. “A SUDAM e a crise da modernização forçada: reforma do estado e sustentabilidade na Amazônia”. Artigos • *Ambient. soc.* (8) • Jun 2001 • <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2001000800005>. Último acesso 12/12/23.
- Bursztyjn, M (coord.). *Avaliação de Meio Termo do Planafloro*. PNUD. Brasília: junho de 1996
- Burton, Antoinette. “Introduction: archive fever, archive stories”. In: *Archive Stories: facts, fictions, and the writing of history*. Edited by Antoinette Burton. Durham & London, Duke University Press, 2005. p. 20-21.
- Cáceres, João d’Albuquerque de Mello Pereira e. 1795. “Correspondência do governo de Mato Grosso, 1777-1805”. IN: ROQUETTE-PINTO, Edgar. 1975. *Rondônia*. 6 Ed. São Paulo: Ed. Nacional. Biblioteca pedagogia brasileira, série V. Brasiliana, Vol. XXIX.
- Campos, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2012.
- Cantanhede, Antônio. *Achegas para a história de Porto Velho*. Manaus: s/ed. 1950.
- Cardoso Menezes, T. C. “Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica”. 2022. *Revista Trabalho Necessário*, 20(41), 01-26. <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52255>
- Cardoso, Maria Lúcia de M. *Parecer Antropológico sobre os limites territoriais da área indígena Uru Eu-Wau-Wau*. Porto Velho: Secretaria de Estado de Agricultura de Rondônia e Fundação Nacional do Índio, 1989 (in mimeo).
- Carvajal, Almesto & Rojas, A de. *La aventuradel Amazonas*. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986.
- Carvalho, F. A. *Os práticos do sertão: interculturalidade e experiência na vida cotidiana dos trabalhadores nas canoas monçoeiras (século XVIII)*. MÉTIS: história & cultura, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 207–230, 2006.

- Carvalho, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Casey, James. *A História da Família*. Sp: Ática, 1992.
- _____. “Camponês, Campesinato: Questões Acadêmicas, Questões Políticas”. In: Casey, J. *Campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.
- CEDI. Centro Ecumênico de Documentação e Informação. 1991. *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. Aconteceu Especial 18. São Paulo, CEDI.
- Cemin, Arneide Bandeira. *Colonização e Natureza: análise da relação social do homem com a natureza na agrícola em Rondônia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFRGS, Porto Alegre, 1992.
- Certeau, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, (Vol.: 1- 2), 2005.
- Chapelle, Richard. *Os índios Cintas-Largas*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- Chartier, Roger. *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil. 1990.
- Chauvin, C. E. *Carta de C. E. Chauvin, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, a Antonio M. V. Estigarribia*, 15/04/41.
- _____. *Carta de C. E. Chauvin, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos*. Diretor do SPI, 13/05/41.
- _____. *Carta de C. E. Chauvin, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, a Antonio M. V. Estigarribia*, 15/04/41.
- _____. *Carta de C. E. Chauvin, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos*. Diretor do SPI, 13/05/41.
- _____. *Carta de Chauvin para Solon*, 01/03/41.
- _____. *Relatório apresentado ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos, diretor do SPI, por Carlos Eugenio Chauvin, chefe da Inspeção no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR no segundo semestre de 1940*, 27/01/41.
- _____. *Relatório apresentado ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos, diretor do SPI, por Carlos Eugenio Chauvin, chefe da Inspeção no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR no segundo semestre de 1940*, 27/01/41.
- Cintra, Jorge Pimentel. *O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas*. Anais do Museu Paulista, vol.17, n.2, p.63-77, 2009.
- Claval, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed da UFSC. 2006.
- Colferai, Sandro Adalberto. “A (re)invenção da Rondônia: dos sertões de Roquette-Pinto à Amazônia de Getúlio Vargas”. *Novos Caderno NAEA*. v.16 n.2 p.207-244, dez. 2013.
- Comaroff, J & Comaroff, J. Etnografia e imaginação histórica. IN: *Proa – Revista de Antropologia e Arte* [on-line]. Ano 02, vol. 01, n. 02, nov. 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/TraducoesII/comaroff.html>, acesso em: 10/10/2016.
- Cordeiro, M. S. S. *A casa a rodar: Projetos e pioneirismo na Amazônia Ocidental*. (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

- _____. “Discursividades em disputa: O caso de sobreposição na TI Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia”. In: Beltrão, Jane Felipe; Lacerda, Paula (Orgs.). *Violências versus resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira*. Brasília: Edições ABA, 2021. pp. 173-190.
- Corrêa Filho, Virgílio. “Vultos da Geografia do Brasil: Francisco Antônio Pimenta Bueno”. *Revista Brasileira de Geografia*, Volume 9, Nº 1 p: 105-109. 1947.
- _____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL. 1969.
- Corrêa, Luiz de Miranda. “A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial”. Edições Governmentêrno do Estado do Amazonas, 1967.
- Corrêa, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- Costa, Francisco de Assis. (Org); Vânia Regina Vieira de Carvalho. *Agricultura Familiar em Transformação: No Nordeste Paraense: O caso de Capitão Poço*. Belém: UFPA. NAEA, 2000.
- Costa, Graciete Guerra da. *Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira*. Tese (pós-doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2015.
- Costa, Márcia Mithie Kitagawa da; Amaral, Leidisan Saboia do; Lopes, Maria Lúcia Bahia. O papel do Banco da Amazônia no desenvolvimento regional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 44, n. 144, p. 41-54, jan./jun. 2023. Último acesso 10/12/23.
- Costa, Maria Cristina Castilho. “Etnografia de arquivos: entre o passado e o presente”. *Matrizes*, Ano 3 – nº 2 jan./jul. 2010. pp. 171-186.
- Costa, Willas Dias da. *Os patrões do Purus: elites fundiárias, poder e novas dinâmicas territoriais no sul do Amazonas*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus. 2017.
- Coutinho, M. A. A. *Carta do Secretário de Estado Marco Antonio de Az.do Coutt.* § [a Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, governador do Maranhão. 15 de setembro de 1748]. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 107, p. 45-48, 1987.
- Cruz, Oswaldo; Chagas, Carlos; Peixoto, Afrânio. *Sobre o saneamento da Amazônia*. Manaus: P. Daou. 1972.
- Cunha, Euclides. *O rio Purus*. Em Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia Rio de Janeiro, José Olympio, 1994. pp. 109-39
- _____. “Fronteira Sul do Amazonas”. Questão de Limites”. IN: Cunha, Euclides da. *Seleta: textos sobre o Brasil*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/seleta-textos-sobre-o-brasil.pdf>
- Cunha, O. M. G. “Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo”. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.
- _____. “Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos”. *Estudos Históricos*, N. 36, p. 7-32, 2005.
- D’Alva, Mário. “Na terra da terra cahida”. *O Cruzeiro* [jornal], a. 6, n. 98. Rio de Janeiro-RJ, 29 abr. 1929.

- Davidson, D. "How the Brazilian West was won: freelance & state on the Mato Grosso frontier, 1737-1752". In: Alden, D. (Ed.). *Colonial roots of modern Brazil* Berkeley: University of California Press, 1973.
- Davis, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1978.
- De Decca, Edgar de. *O Silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense. 1981.
- Derrida, Jacques. *Mal de arquivo*. Impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- Duarte Filho, Oto Carlos Bandeira. *Rondon: O Bandeirante Do Século XX* - São Paulo, Livraria Martins Editora, 1941.
- Elias Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., v. II. 1993.
- _____. "Processos de formação de Estados e construção de nações". In: *Escritos & ensaios; I: Estado, processo, opinião pública*. Organização e apresentação Frederico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p.153-165. 2006.
- _____. Scotson, John I. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução Vera Ribeiro; Tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- Enders. Armelle. *Os vultos da nação: Fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014
- Engels, F. *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Global Editora, 1986.
- Engerman, S.; Sokoloff, K. Factor endowments, institutions, and differential paths of growth among new world economies: a view from economic historians of the United States. In: Haber, S. *How Latin America Fell Behind*. Stanford CA: Stanford University Press, 1997.
- Erthal, Regina. *Atrair e pacificar: a estratégia da conquista*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro. 1992.
- Fabian, Johannes. "A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetificação". In: *Mana*, v. 12, nº 2, p. 503-520. 2006.
- _____. *O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Farge, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris, Seuil, 1989.
- Farias Júnior, Emmanuel de Almeida. "Negros do Guaporé: O Sistema Escravista a as Territorialidades Específicas". *Revista Ruris*. Volume 5, Número 2, Setembro. p- p 85-116. 2011.
- _____. "Territórios quilombolas em linhas de fronteira: quilombolas do Forte Príncipe da Beira". *Cienc. Cult.* vol.65 no.1 São Paulo Jan. 2013. pp-36-39.
- Fausto, Boris. *A revolução de 1930; historiografia e história*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1975.

- Fearnside, Philip Martin. *A ocupação humana de Rondônia: Impactos, limites e planejamento*, Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica. 1989.
- _____. “Barragens do rio Madeira – Sedimentos 2: O primeiro cenário oficial”. *Amazônia Real*. 2014. Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/barragens-do-rio-madeira-sedimentos-2-o-primeiro-cenario-oficial/>.
- Febvre, Lucién. *Combates pela História*. Lisboa. Ed. Presença, 1976.
- Feldman-Bianco, B.& Ribeiro, G. L. (Org.) *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf*. Editoras UnB, Unicamp e Imprensa Oficial. 2003.
- _____. “Introdução”. IN: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*. Global, São Paulo, 2010.
- Ferreira, Aluizio; (Et al). *Em memória: Aluizio Pinheiro Ferreira*. Porto Velho, Departamento Gráfico do TJRO. (1997).
- Ferreira, Antônio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (coord.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Ferretti, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade. Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. Tese (Doutorado em história social) – Departamento de história, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- Fonseca, Dante Ribeiro & Teixeira, Marco Antônio Domingues Teixeira. *História Regional (Rondônia)*. Porto Velho: Rondoniana. 2002.
- _____. *Estudos de História da Amazônia*. Vol I. Porto Velho: Nova Rondoniana. 2014.
- _____. “Santo Antonio do Rio Madeira: as ambiguidades de uma povoação amazonense do Mato Grosso e a Madeira-Mamoré”. *Canoa do Tempo*. v. 12, n. 2, p. 11-38, 2020.
- Fonseca, João Severiano da. *Viagem ao Redor do Brasil: 1875-1878*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.
- _____. *A propósito do Tratado de Limites a Norte do Brasil: cartas secretas de Sebastião José de Carvalho e Melo, 1752-1756*. Mare Liberum, Lisboa, n.10, p. 291, dez. 1995.
- Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes. 2008.
- França, Luciana Barroso Costa. *Caminhos cruzados: parentesco, diferença e movimento entre os Kagwahiva*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 2012.
- Freire, Carlos Augusto da Rocha. *Sagas Sertanistas: Práticas e Representações do Campo Indigenista no Século XX*. Tese (doutorado) – UFRJ/ MN/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. 2005.
- _____. “Vida de Sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles”. *Tellus*, Campo Grande - MS, ano 8, n. 14, p. 87-114, abr. 2008.

- Freire, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- Freyre, Gilberto. *Contribuição para uma Sociologia da Biografia*. O exemplo de Luiz de Albuquerque, Governador de Mato Grosso no fim do século XVIII. I. Comentário, Editora da Fundação Cultural de Mato Grosso (Em comemoração ao bicentenário de fundação das cidades de Corumbá e Cáceres), 1968.
- FUNAI. “Funai passa a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas”. *Fundação Nacional dos Povos Indígenas*. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-passa-a-se-chamar-fundacao-nacional-dos-povos-indigenas#:~:text=Funai%20passa%20a%20se%20chamar%20Fundação%20Nacional%20dos%20Povos%20Indígenas,-Compartilhe%3A>>. Acesso em: 2 set. 2023.
- Gagliardi, José Mauro. *O Indígena e a República*. São Paulo: Editora Hucitec. 1989.
- Galetti, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EQUENT, 2012.
- Galuch, Mariana Vieira. *Do assentamento ao agronegócio: uma etnografia das migrações, políticas e dinâmicas territoriais em apuí (Amazonas)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.
- _____; Costa, Auriedia Marques da. Trajetórias e (des) ocupação: migrações, conflitos e expansão da fronteira agropecuária no sul do Amazonas. *Amazônica - Revista de Antropologia* volume 15 (1) -73 - 95, 2023.
- Galvão, Eduardo. “Áreas Culturais indígenas do Brasil 1900-1959”. In: *Encontro de Sociedades Índios e Brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1960.
- Gluckman, Max. ‘Análise de uma situação social na Zululândia moderna’. In: Feldman-Bianco, Bela (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Global. 2010.
- Góes Filho, Synesio Sampaio. “Contextualização Histórica”. In: Lima, Sérgio Eduardo Moreira; Coutinho, Maria do Carmo Strozzi (org.). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG, 2016.
- Gomes, Denise Maria Cavalcante. “*Amazonian Archaeology and Local Identities*”. *Ethnographies of Archaeological Practice: Cultural Encounters, Material Transformations*, v. 1, p. 148, 2006.
- Graham, Ann Hartness. *Subject guide to statistics in the Presidential reports of the Brazilian provinces, 1830-1889*. Austin: University of Texas at Austin, 1977.
- Graham, Douglas H. & Holanda, Sergio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. São Paulo: CNPq; USP, IPE. 1984.
- Grandi, Guilherme e Huertas, Daniel. “Dos primórdios à institucionalização do rodoviarismo no Brasil (1893-1945)”. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 184 (491):17-54, jan./abr. 2023.
- Halbwachs, M. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- Hardman, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

- Heeren, A. H. L. *Handbuch der geschichte des europäischen staatensystems und seiner colonien: von der entdeckung beyder indien bis zur errichtung des französischen kaiserthrons*. Göttingen: M. Lechner, 1817.
- Heller, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- Henriques, Maria Helena F. T. “A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso, Rondônia”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 46, n. 3/4, p. 391-568, jul./dez. 1984.
- Heymann, Luciana Quillet. “Os ‘fazimentos’ do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado”. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos*, n. 36, julho/dezembro 2005, p. 43-58.
- Holanda, Sérgio Burque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1945.
- Hugo, Vitor. *Desbravadores*. Humaitá. Edição da Missão Salesiana de Humaitá, Vol I e II. 1959.
- _____. *Cinquenta ano do Território Federal do Guaporé*. ABG gráfica. 1995.
- Iacono, Alfonso. *Le Fétichisme: histoire d'un concept*. Paris: P.U.F., 1992.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Crescimento demográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- INCRA. *A Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do Território de Rondônia*. Coordenador: Reinaldo Gavião Modesto. INCRA/RO, 1981
- Jacobina, A. P. *Relatório apresentado ao Cel. Vicente de Paulo T. da F. Vasconcelos*, diretor do SPI, por Alberto Pizarro Jacobina, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1943, 15/03/44.
- _____. *Relatório apresentado a José Maria de Paula*, diretor do SPI, por Alberto Pizarro Jacobina, inspetor chefe do SPI no estado do Amazonas e Acre, referente às atividades da 1ª IR em 1944, 14/02/45.
- Jesus, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII – Dourados*: Ed. UFGD, 2011.
- Keller, Franz. *The Amazon and Madeira Rivers: Sketches and descriptions from the notebook of an explorer*. London: Chapman and Hall, 1875.
- Kuper, Adam. *Leach e Gluckman: para além da ortodoxia*. In: *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro. 1978.
- Le Goff, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- Leach, Edmund. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1995.
- Leal, Paulo Nunes. *O outro braço da Cruz*. Porto Velho: Rondônia, 1984.
- _____. *Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra*. Rio de Janeiro. 1986.
- Leal, Pedro F. “Colonização agrícola dirigida e construção de 'parceiros' tutelados”. *Antropolítica* (UFF), v. 27, p. 155-182, 2009.
- Leão, Joel. Entrevista. In: Carvalho, Elzis. "Documentário conta a vida de Rondon". Mt.gov.br. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/398/deputado/documentario-conta-a-vida-de-rondon-118909/visualizar>>. 2015. Acesso em: 15 jun. 2023.
- Lenharo, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo: Papirus, 1986.

- Leonel, Mauro. *Etnodidécia Uruéu-au-au*. São Paulo: Edusp/IAMÁ/ FAPESP. 1996.
- Leroy-Beaulieu, P. De la colonisation chez les peuples modernes. Paris: Guillaumin, 1902.
- Leverger, Augusto. *Derrota da navegação interior da Vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá*, capital da Província de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 2002
- Lima, Abnael Machado. *Terras de Rondônia*. Geografia Física e Humana. OFF-7 Editora Gráfica Ltda. 1997.
- _____. *Descobrimto e Colonização do Vale do Rio Madeira*. IN: Gente de Opinião. Disponível em: <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/abnael-machado/descobrimto-e-colonizacao-do-vale-do-rio-madeira>. 2008. Acesso em: 25 abril. 2023.
- Lima, Nisia Trindade, & Hochman, G. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da primeira república”. In: Maio, M.C., & Santos, R.V., orgs. *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 23-40.
- _____. *Um Sertão Chamado Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Revan: IUPERJ – UCAM, 1999.
- _____; Sá, Dominichi M. de; Sá, Magali R. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810. 2008.
- Linhares, Lucy Paixão. “Ação Discriminatória: Terras Indígenas como Terras Públicas”. IN: Pacheco de Oliveira, João. (org.). *Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998.
- Lopes, Raimundo, Silva. *A Invenção do Mito Bandeirante*. Tradição e Pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das Décadas de 1920–1930, São Paulo: Dissertação de Mestrado, DG/FFLCH/USP, 2001.
- Maciel, Márcia Nunes. *A Construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá*. Porto Velho: Monografia. 2000.
- Maldí, Denise. *Populações Indígenas e a Ocupação Histórica de Rondônia*. Monografia final apresentada ao curso de especialização Mato Grosso: História e Historiografia. Universidade Federal de Mato Grosso. Departamento de História, 1983.
- _____. “O complexo cultural do Marico: sociedades indígenas dos rios Branco, Colorado e Mequens, afluentes do Médio Guaporé”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 2, p. 219-269. (Série Antropologia). 1991
- Malinowski, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, Pensadores, Atica. 1976.
- Martine, George. *Colonization in Rondônia and the reproduction of conditions prevailing in other areas*. Paper presented at the Informal Technical Workshop on Migration Policies, Geneva. 1979.
- Martins, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Marx, Karl. *Para a crítica da economia política*. trad. de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi, 2 ed., Abril Cultural, São Paulo, 1978.

- _____. *A Origem do Capital*. São Paulo: Centauro, 2004.
- Matias, Fracisco. Consultado em <http://www.gentedeopiniaio.com.br/lerConteudo.php?news=101>. Acessado em dezembro de 2013.
- Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. [1935] 2003.
- Meihy, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. Holanda, Fabíola. *História Oral: Como Fazer Como Pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- Melatti, Júlio Cesar. *Áreas Etnográficas da América Indígena*. Disponível: <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.pdf>. 2001.
- Mello, Rául Silveira de. Biografia de ricardo franco Gen. Rio de Janeiro Biblioteca do exército, 1953.
- Mello-Leitão, Cândido de. *História das expedições científicas no Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.
- Mendonça, Curvello de. *As Fronteiras Nacionais*. O Paiz. Ano XVII, n. 9671, 1911.
- Menezes, E. P. M. *Retalhos para a História de Rondônia*. Manaus, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 1980.
- Mere, Gleice. “Emil-Heinrich Sneathlage (1897-1939): nota biográfica, expedições e legado de uma carreira interrompida”. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum*, Belém, v. 8, n. 3, p. 773-804, set.-dez. 2013.
- Milanez, Felipe. *Guerras da conquista: da invasão dos portugueses até os dias de hoje*. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2021.
- Milanez, Felipe. *Guerras do Brasil.doc*. [documentário] direção de Luiz Bolognesi 2021.
- Mindlin, B; Junqueira, Carmen; Lima, Abel de Barros. “Terra e conflito no Parque do Aripuanã”. In: Silvio Coelho dos Santos. (Org.). *O Índio perante o direito*. 1ed. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 1982, v. 1, p. 111-115.
- Monbeig, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- Monteiro John. *Negros da terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- _____. Ensaio em antropologia histórica. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 234–237, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/CZ7cjgybGNBmVW6c5Zgjj5t/>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- Montenegro, Antônio Torres. *História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisada*. São Paulo: Contexto, 1994.
- Moraes e Ratton Jr. “Gilberto Freyre e a articulação dos níveis micro e macro na sociologia”, 2005.
- Moser, Lilian. *Os Karitiana e a colonização recente em Rondônia. Monografia de bacharelado*, Universidade Federal de Rondônia. 1993.
- _____. *Formação de Capital Social e o Ideário do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Rural Rondoniense: A Organização dos Sistemas Alternativos de Produção dos Produtores de Ouro Preto D’oeste – RO*. Tese NAEA. UFPA/ 2006.

- Moutinho, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a província de Matto Grosso: Seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a S. Paulo*, 1869.
- Muniz, L. S. *Análise dos Padrões Fluviométricos da Bacia do Rio Madeira*. Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus. 2013.
- Musumeci, Leonarda. *O Mito da Terra Liberta*. São Paulo: Vértice, 1988.
- Neeleman, Gary. *Soldados da borracha: O exército esquecido que salvou a segunda guerra mundial*. ediPURGS, 2015.
- Neves, Eduardo Goés. *Arqueologia da Amazônia*. Zahar, 2006.
- Neves, Thais Cardoso Das. *A fronteira oeste no governo de João de Albuquerque: a demarcação de limites e seus personagens (1789-1796)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) 2019.
- Nogueira, Carlo Eugênio. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2013.
- Nora, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- Novoa Garzon, Luis. "O licenciamento automático dos grandes projetos de infra-estrutura no Brasil: o caso das usinas no rio Madeira". *Revista Universidade & Sociedade*, (42), 2008. pp. 37-58.
- _____. "Conflitos por Água, Territórios Empresariais e Complexos Hidrelétricos na Amazônia Brasileira". *Revista del CESLA*. v.23, p.143 - 165, 2019.
- _____. "Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos". pp. 71-100. In: Almeida, A. W. B. et al. (eds.), *Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina. 2010.
- Oliveira, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflito*. Campinas: Papyrus, 1993.
- Oliveira, José. Lopes. *Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária*. Porto Velho: Grafel, 2010.
- Oliveira, Lucia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- Ott, Ari Miguel Teixeira. *Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos: o Planaflo em Rondônia*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.
- Pacheco de Oliveira _____. (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1998a.
- _____. *O nosso governo: Os Ticuna e Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília. 1998b.
- _____. (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2004.
- _____. *Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais*, São Paulo: Centauro, 2008.

- _____. *Prefacio: uma viagem ao Brasil profundo*. In: Orlando Villas, Claudio Villas. (Org.). *A epopeia da expedição Roncador – Xingu. A marcha para o Oeste*. 1ed.: Schwarcz S.A., 2012, v. 1, p. 5-8
- _____. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- _____. *A Nação Tutelada: Uma interpretação a partir da fronteira*. *Mana* 27(1): 1-31, 2021.
- Paiva, E. F.; Anastasia, C. M. J. (Org.). *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formar de viver - séculos XVI ao XIX*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2002. v. 1.
- Palheta, Francisco de Melo. “Expedição rio madeira”. IN: Abreu, Capistrano. *Gazeta Literária*, Nº 11 outubro e 24 de novembro de 1884 (p. 372-376 e 387-391 do t. I)
- Pareschi, A. C. *Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília. 2002.
- Penna, Camila; Rosa, Marcelo C. “Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do INCRA”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, p. 57-85, 2015.
- Pereira, Cloves Farias. 2017. *Estado e Agronegócio: Etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de territórios no Sul do Amazonas*. Tese de Doutorado, Universidade
- Pereira, Elaine Aparecida Teixeira. *O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira*. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, set./dez. 2015.
- Peres, Sidnei. *Arrendamento e Terras Indígenas. Análise de Alguns Modelos de Ação Indigenista no Nordeste (1910-1960)*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992.
- Pinto, Emanuel Pontes. *Real Forte Príncipe da Beira: símbolo da conquista e dominação do vale do Guaporé*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- Pollak, Michael. *Memória e identidade social*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 30 jul. 1992.
- Porto, Nuno. “O museu e o arquivo do Império”. In: Basto, Cristiana; Almeida, Miguel Vale de, e Feldman-Bianco, Bela. *Trânsitos Coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas (SP): UNICAMP, 2007.
- Prado Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1942. v. 1
- Prado, Danda. *O que é Família*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Presotti, Thereza Martha Borges. *Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (Século XVIII) / Thereza Martha Borges Presotti*. — 2008.
- Price, David. *Nambiquara Society*. University of Chicago. (Tese de doutorado). 1972.
- Pritz, Alex (Diretor). (2022). *O território*. [documentário]. 1h 26min.
- Proust, Marcel. *No caminho de Swann*. Tradução Mario Quintana. São Paulo: Globo, 2006.
- Rabello, Antônio Cláudio Barbosa. *Inventando o outro: Representações do Desenvolvimento e da Fronteira amazônica*. Tese Doutorado. Programa De Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. 2004.

- Ratzel, Friedrich. *Geografia do Homem* (Antropogeografia). In: Ratzel. MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). São Paulo: Editora Ática, pp. 32-107, 1990.
- Reis, A. C. F. *O deslocamento da fronteira*. SECULT, Belém, v. 2, n. 2, 1993.
- Reis, Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Ribeiro, Mayara. "Prefácio". IN: Cunha, Euclides da. *Seleto: textos sobre o Brasil*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.
- Ricardo, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência a “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. Rio de Janeiro: vol.2. 4ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- Rolim de Moura, Antônio. *Relação da Viagem que fez o Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim, da Cidade de São Paulo para a Vila de Cuiabá em 1751* (carta endereçada ao Conde de Val de Reis e ao Instituto Histórico Brasileiro, remetida de Lisboa por F.A. de Varnhagem, Visconde de Porto Seguro.) UFMT Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja; Correspondências. Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982.
- Rondon, Cândido Mariano da Silva. “Ofício nº 54, de 10/02/1910”. In: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1910.
- _____. “Etnografia”. *Revista brasileira de Geografia*. 1940. Vol. 2 Nº 4, p. 594-621. 1940
- _____. *Índios do Brasil: do centro ao noroeste e sul de Mato-Grosso*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1953.
- Roosevelt, Theodore. *Through the Brazilian Wilderness*. New York, Charles Scribner`s Sons, 1914.
- Roquette-Pinto, Edgard. “Discurso”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXVI, Parte II, Rio de Janeiro, 1914.
- _____. *Rondonia: Anthropologia – Ethnographia*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005 [1917].
- _____. *Rondônia*. 3 Ed. Biblioteca pedagogia brasileira, série V. Brasileira, Vol. XXIX. 1935.
- _____. *Rondônia*. 6 Ed. São Paulo: Ed. Nacional. Biblioteca pedagogia brasileira, série V. Brasileira, Vol. XXIX. 1975.
- Rosa, Carlos Alberto. “O urbano colonial na terra da conquista”. In: Rosa, Carlos Alberto; Jesus, Nauk Maria de (Orgs.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá, Edit. Adriana, 2003.
- Roscher, W. G. F. *Kolonien, kolonialpolitik und auswanderung*. Leipzig: Leipzig CF Winter, 1856.
- Rozo, Esteban. Los archivos del Estado: dominación y colonización en el noroeste amazónico, 1963-1979. *Revista Colombiana de Antropología* Volumen 46 (2), juliodiciembre. 2010. pp. 307-326.
- Rydén, Stig & Sanguinés, Carlos Ponce. *Los Índios Moré: notas etnográficas*. La Paz: Ministerio de Educación, Departamento de Arqueología, Etnografía y Folklore. 1958.

- Said, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.
- Sampaio, Shirlei Fontenele. *Dinâmica da geomorfologia fluvial do rio Madeira trecho Porto Velho - Calama, no período 1976 a 2016*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2017.
- Sampaio, Wany. *Os povos indígenas de Rondônia*. Porto Velho: Edufro. 1997.
- Santos, Ana Flávia Moreira. *Conflitos fundiários, territorialização e disputas classificatórias*. Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro – MN/PPGAS. Rio de Janeiro. 2009.
- Santos, Boaventura de Sousa; Araújo, Sara; Baumgarten, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, n. 43, set./dez. 2016, p. 14-23.
- Santos, Nilson. *Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fartura*. Teses e Dissertações da USP; Universidade de São Paulo; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2002.
- Santos, Rita de Cássia Melo. *No Coração do Brasil: a expedição de Edgard Roquette-Pinto à Serra do Norte (1912)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Setor de Etnologia e Etnografia, 2020.
- Santos, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- Saussure, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 30ª ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- Schettino, Marco Paulo Fróes. “Áreas etnográficas: proposta de reestruturação do Departamento de Identificação e Delimitação da FUNAI com base na atuação em áreas etnográficas”. IN: Barreto Filho, Henyo Trindade & Souza Lima, Antonio Carlos. (org.), 2005. *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. 2005.
- Schijman, Emília. Etnografía de archivos administrativos. un corpus de demandas y quejas menores en un barrio de vivienda social. *Revista Colombiana de Antropología* Volumen 46 (2), julio-diciembre, pp. 279-305. 2010.
- Serra, Ricardo Franco de Almeida. “Memória ou informação dada ao governo sobre a capitania de Mato-Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente-Coronel engenheiro, em 31 de janeiro de 1800”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, [1840], 1916. Pp 19-49.
- _____. "Diario da diligencia do reconhecimento do Paraguay desde o logar do marco da boca do Jauru até abaixo do pareisi de Nova Coimbra". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume XX. Rio de Janeiro. p. 293-329. [1786]. 1857.
- _____. "Diario do Rio da Madeira. Viagem que a expedição destinada a demarcação de limites fez no rio Negro até Villa-Bella, capital de Matto-Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume XX. Rio de Janeiro. p. 397-432. [1790]. 1857.
- _____. "Extracto da descrição geogrifica da provincia de Matto-Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume VI. Rio de Janeiro. p. 156-196. [1797]. 1844.

- _____. "Roteiro corographico da viagem que se costuma fazer do forte do Principe da Beira a Villa-Bella, capital de Matto-Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume XX. Rio de Janeiro. p. 390-396. [1781]. 1857.
- _____. "Descrição geographica da capitania de Matto-Grosso". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileira*. Volume XX. Rio de Janeiro. p. 185-292. [1797]. 1857.
- Seyferth, Geralda. Francisca Isabel Schurig Vieira Keller (1935-1981). In: *Revista de Antropologia*, n.25, p. 199-200, 1982.
- _____. "Roquette-Pinto e o debate sobre Raça e Imigração no Brasil". 2008.
- _____. "A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda". *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, 1985.
- Sharma, Aradhana & Gupta, Akhil. "Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization". In: _____. (eds). *The anthropology of the state: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, pp. 1-41. 2008.
- Silva, Aldo Aloísio Dantas da. *Conexidade, Complexo Geográfico de La Blache e de Pierre Monbeig*, São Paulo: Tese de Doutorado, DG/FFLCH/USP. 2002
- Silva, Amizael Gomes da. *O Forte do Príncipe da Beira*. S/D. Sem editora.
- Silva, João Bosco da. *Vila Bela a Época de Luís de Albuquerque (1772-1789)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso. 2006
- Silva, Maria das Graças. *O Espaço Ribeirinho*. São Paulo: Terceira Margem. 2000.
- Souza Lima, Antônio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1995.
- _____; Barroso-Hoffmann, Maria (orgs.). 2002. *Etnodesenvolvimento e políticas públicas; Estado e povos indígenas; e Além da tutela: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 3 vols.
- _____. *As órbitas do sítio: subsídios ao estudo da política indigenista no Brasil, 1910–1967*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2009.
- Souza, Adriana Barreto de; Silva, Ângela Moreira Domingues da; Moraes, Luís Edmundo de Souza; Chirio, Maud (Ed.). *Pacificar o Brasil: das Guerras Justas às UPPs*. São Paulo: Alameda Editorial, 2017.
- Tapajós, Manoel. *Fronteira Sul do Amazonas*. São Paulo: Typ Eclectica, 1898.
- Tapajós, Torquato. X. M. *Estudos sobre o Amazonas: limites do estado*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.
- Taunay, Afonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Edições Melhoramentos/Instituto Nacional do Livro/ Ministério da Educação e Cultura, 1975. (Coleção Memória Brasileira, Tomo II, III)
- Teixeira, Carlos Corrêa. *Servidão Humana na Selva: O Aviamento e o Barracão nos seringais na Amazonia*, de Carlos Correia Teixeira. Manaus: Valer/EDUA, 2009.
- Teixeira, Marco Antônio Domingues. *Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ Núcleo de Altos Estudos

- Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém. Tese de Doutorado em História. 2004.
- Thompson, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.
- Tilly, Charles. "How do relations store histories?" *Annual Review of Sociology*, Vol. 26: 721-723. 2002.
- Timóteo da Cunha, Eliaquim. Cotidiano Familiar no Processo de Colonização em Rondônia: PIC Ouro Preto. *Primeira Versão* (UFRO), v. 27, p. 7-17, 2009.
- Timóteo da Cunha, Eliaquim & Moser, Lilian. "Os projetos de colonização em Rondônia" *Revista Labirinto*. Volume 14, 2010, pp. 124-151.
- _____. "Quando esse tal de SPI" chegou: O serviço de Proteção aos Índios na Formação de Rondônia. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social - PPGAS/UFAM. Manaus. 2016.
- _____. "Da tutela ao protagonismo: a trajetória Cassupá em Rondônia". In: Dossiê - Remoções forçadas de grupos indígenas no Brasil republicano. *Mediações*, Londrina, V. 22 N. 2, P. 223-276, JUL./DEZ. 2017.
- _____. "De la tutela al protagonismo: La Trayectoria Cassupá en Rondônia". IN: Toscana Aparicio, Alejandra; López Levi, Liliana (Eds.). *El desastre y sus fronteras: perspectivas desde lo local*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2020.
- _____. "Minhas raízes, entre o tradicional e o evoluído". *Saberes da Amazônia*. Porto Velho, vol. 06, nº 12, Jan-Dez 2021, p. 23-66. Disponível em: <<https://revista.fcr.edu.br/index.php/saberesamazonia/article/view/33/15>>. Acesso em: 1 set. 2021.
- _____. "'O colapso do SPI' na formação da Amazônia brasileira: comparações entre Rondônia e Roraima". *Diálogos: Economia e Sociedade*, Porto Velho, V.2, n. 2, p.1-21, jan/jun.2023 Disponível em: <<https://periodicos.saolucas.edu.br/index.php/dialogos/article/view/2147/1599>>. Acesso em: 1 set. 2023.
- Todorov, Tzvetan. *A Conquista da América*. A Questão do Outro. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1983.
- Tomei, Manuela & Sewpston, Lee. *Povos indígenas e tribais. Guia para a aplicação da convenção n 169 da OIT*. Brasília, OIT. 1999.
- Valle, Carlos Guilherme. "Índios em microfilme: caminho particulares de uma antropologia histórica". In: Freire, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI*. Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro. Museu do Índio – FUNAI, p. 297-306. 2011.
- Vander Velden, Felipe. "Os Tupí em Rondônia: diversidade, estado do conhecimento e propostas de investigação". *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*. Vol. 2, n. 1, Jul. 2010.
- Vargas, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.
- Vaz, Sônia. "Linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira". In: Diacon, Todd A. *Rondon, O Marechal da floresta*. São Paulo, SP. Cia das Letras, 2006.
- Velho, Otávio. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

- _____. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, [1979] 2009.
- Verdum, Ricardo. *Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul*. ADITAL, 21 nov. <<http://www.adital.com.br>> 2007.
- Vilaça, Aparecida. *Quem somos nós. Os Wari' encontram os Brancos*. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ. 2006.
- Villas Bôas, Orlando; Villas Bôas, Cláudio. *A marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Vital, André Vasques. Comissão Rondon, doenças e política: “Região do Madeira: Santo Antônio”, de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra visão do Alto Madeira em 1911. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.545-557.
- Viveiros, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Livraria São José. 1969.
- Vivent, Joan. “Political Anthropology”. In: Barnard, Alan & Spencer, Jonathan, eds. *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. London & New York: Routledge, p.428-434. 1996.
- Wahrlich, Beatriz de Souza. *Reforma administrativa na era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1983.
- Weber, Max. *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México. Fondo de cultura Económica. 1964
- _____. *Economía y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 1983.
- _____. *Ensaio sobre a teoria das Ciências Sociais*, São Paulo: Centauro, 2008.
- Wolf, Eric. *Europa e os povos sem história*. São Paulo, EDUSP, 2005.
- Zizek, S. *Violência*. Lisboa: Relógio D'água. 2009.
- Zuse, S., Costa, A. F., Pessoa, C., & Kipnis, R. Tecnologias cerâmicas no alto rio Madeira: síntese, cronologia e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), 2020. e20190082. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0082
- Zusman, Perla Brígida. *Na procura das origens da AGB*. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, AGB, n. 78, p. 27, 2001.